De: BRASEMB ABU DHABI Recebido em: 08/02/2007 12:48:32 N.°: 00044
CARAT=Reservado

De Brasemb Abu Dhabi para Exteriores em 08/02/2007 (FMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOM II/CGEUC/DE I
DESCR=PEXT-EAU
RTM=ALEBREM,USABREM
CATEG=MG

//
Emirados/Alemanha/UE. Visita
oficial da Chanceler Merkel.
//

Nr. 00044

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMBS BERLIM E WAHINGTON

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

O Presidente Xeque Khalifa Al Nahyan e o PM Xeque Mohammed Al Maktoum receberam, em visita oficial, a Chanceler Angela Merkel da Alemanha, este ano na presidência da União Européia (em visita também aa Arábia Saudita e Kuwait). No alto nível político, as conversações não foram divulgadas, mas segundo fonte apropriada, trataram de: a) segurança no Golfo, no âmbito do acordo de cooperação sobre segurança entre a Alemanha e os Emirados; b) convergência de posições prioritáriamente sobre a questão palestino-israelense; c) situação no Iraque e possíveis desdobramentos no Golfo; d) máximo esforço para convencer o governo do Irã a flexibilizar sua posição negociadora.

2. No plano negocial, a Chanceler Merkel junto com a Xeca Lubna Al Kassimi, Ministra da Economia, presenciaram a assinatura de tres contratos entre as empresas Borouge/ Linde e CCC dos dois países, para montagem de complexos industriais aqui, na área petroquímica. Aproveito para assinalar que há mais de dois anos, contatos aqui com a ODEBRECHT, no setor petroquímico, não tiveram continuidade por escassos os engenheiros brasileiros que falem inglês. O que também estah dificultando o crescimento da empresa brasileira no mercado local de construção civil.

3. Em palestra no Centro de Estudos Estratégicos, a Chanceler Merkel assinalou que: a) a Alemanha e a União Europeia consideram prioritário ultrapassar o impasse no tratamento da questão Palestina-Israel, situada no eixo de muitos conflitos no Oriente Médio; b) eh necessária uma

De: BRASEMB ABU DHABI Recebido em: 08/02/2007 12:48:32 N.°: 00044
CARAT=Reservado

solução que garanta a segurança para Israel e que forneça um Estado e bem-estar social para a população palestina; c) para maior estabilidade na região, a Síria deveria estabelecer relações diplomáticas com o Líbano, reconhecendo-lhe a independência, bem como auxiliar as investigações sobre o assassinato de Rafic Hariri; a comunidade internacional aguarda esses dois sinais de cooperação da Síria para a paz e segurança na região; d) o CSNU definiu uma "linha vermelha" que o Irã não deve ultrapassar; não deve haver dúvida de que a União Européia e Washington manteem uma política unificada contrária ao programa nuclear iraniano, para evitar sérios desequilíbrios de poder na região ou proliferação de instalações nucleares de alto risco para a produção petrolífera; "convocamos todos que possam exercer influência a convencer o Irã a aceitar a proposta europeia, sem deixar dúvida perante a liderança iraniana de que a comunidade internacional estah comprometida e resolvida a não permitir que o Irã desenvolva arsenal nuclear"; por enquanto, "não deveríamos promover, nesse sentido, uma opção militar"; e) a situação no Iraque eh ameaçadora, pois o seu fracionamento terah reflexos sobre toda a região; a Alemanha não tenciona participar na coalisão, mas estah treinando militares do Iraque nos Emirados Árabes.

4. No mesmo dia, o Secretário Geral do Conselho de Cooperação do Golfo indicou que na terceira semana de Fevereiro manterah entendimentos com a AIEA, em Viena, sobre planos regionais para um programa de energia nuclear dos países integrantes do Conselho.

Flávio Sapha, Embaixador

FMS

De: BRASEMB ABU DHABI Recebido em: 10/02/2005 03:24:00 N.°: 00128
CARAT=Reservado

De Brasemb Abu Dhabi para Exteriores em 10/02/2005 (FMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/DPG
DESCR=PEXT-XPRO
RTM=ALEBREM
CATEG=MG

//
Política externa. Entidades
públicas e privadas. Pedido de
apoio.
//

Nr. 00128

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB BERLIM

Cumpro instruções. Ref Circtel 53438 e demais comunicações sobre o assunto. Delegação técnica da Volkswagem do Brasil, com 12 integrantes, estah em Abu Dhabi, envolvida na fase de confecção de contratos com a parte emirática. Como informei anteriormente, a Volkswagen do Brasil instalarah aqui, sob a égide e o financiamento de acordo emirático-alemão, uma montadora de caminhões e ônibus, importando os kits dos veículos do Brasil.

2. Estou pessoalmente acompanhando o empreendimento, desde que interessei as autoridades do lado emirático pela bem sucedida experiência brasileira com a Volkswagen e promovi visita das mesmas ao segmento inteiro, desde a mineração, plantas siderúrgicas, fábricas de autopeças e montadora final. Visita que influiu decisivamente na escolha do produto final e na escolha do modelo brasileiro, como declarado pelas autoridades locais.
3.A fase atual envolve assessoria jurídica local e projeto de instalações físicas. Promovi encontro da equipe da Volkswagen com os representantes da Odebrecht aqui para conversas informais e sugestões sobre o projeto físico. No âmbito da assessoria jurídica sugeri escolha de firmas islâmicas, com trânsito mais fluido junto aas autoridades do que firmas ocidentais.
4.Além de acompanhar o progresso do empreendimento específico, continuo mantndo contato com as autoridades locais para promover o interesse pelas outras fases anteriores, acima citadas.

De: BRASEMB ABU DHABI Recebido em: 10/02/2005 03:24:00 N.°: 00128
CARAT=Reservado

Flávio Sapha, Embaixador

FMS

Para: BRASEMB ARGEL Expedido em: 20/06/2006 12:35:00 N.°: 00216
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Argel
Em 20/06/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III/DAC
DESCR=XPRO-CVIS-ARGL
REF/ADIT=TEL 520
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.
Brasil-Argélia. Construtora
Odebrecht.
//

Nr. 00216

Muito agradeço as informações transmitidas pelo
telegrama de referência.

EXTERIORES

PRP

Para: BRASEMB ARGEL Expedido em: 03/10/2006 20:01:07 N.°: 00323
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Argel
Em 03/10/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DREN/DOC/DAF III
DESCR=EREM-ARGL-BRAS
REF/ADIT=TEL 689, TEL 751
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Visita de
missão na área de mineração.
Programação.
//

Nr. 00323

RESUMO=
Informa. Solicita providências. A Vale do Rio Doce apresentou programa para a visita de missão argelina ao Brasil. Início seria no dia 23/10, com evento organizado pelo MME, seguido de visita a áreas de mineração. Custeio da visita ainda está por definir. Solicita reação da parte argelina à programação proposta.

Dando seguimento aos preparativos da vinda de missão argelina ao Brasil para conhecer o setor de geologia e mineração, informo que a Companhia Vale do Rio Doce apresentou proposta de programa detalhada (cópia seguiu por e-mail para esse Posto), a ter lugar no período de 23 a 27 do mês em curso.

2.A visita teria início, na manhã do dia 23/10, com mesa redonda a ter lugar na sede da CPRM (Serviço Geológico Nacional), no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Secretário de Geologia e Mineração do MME, Dr. Claudio Scliar, com a presença de representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, subordinado à Secretaria de Geologia e Mineração), da CPRM e do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), entidade que congrega, no Brasil, todas

as empresas de mineração do setor privado. Esclareço, a propósito, que esse encontro substituiria a visita à Brasília, solicitada pelo lado argelino.

3.O evento teria por objetivo oferecer à delegação argelina um panorama amplo das atividades do setor de geologia e mineração no país, tanto por parte dos órgãos públicos quanto das empresas privadas. Na parte da tarde, poder-se-ia realizar visita à sede da Companhia Vale do Rio Doce, naquela capital. Ressalto que a programação completa do dia 23 ainda está pendente de confirmação.

4.A delegação argelina partiria, no mesmo dia, do Rio de Janeiro rumo à Belo Horizonte, lá pernoitando. No dia 24, seria realizada visita à mina de minério de ferro de Itabira, seguida de almoço. Após a visita, a delegação seguiria, em vôo comercial, para Vitória, onde pernoitaria.

5.A programação em Vitória, no dia 25, incluiria visita à estrada de ferro e ao porto da CVRD, almoço e visita ao museu da companhia. À noite, a delegação embarcaria para Belém, para pernoite. No dia 26, seria realizada visita à ALUNORTE e à ALBRAS, na parte da manhã. À tarde, o grupo partiria para Carajás, em vôo comercial, visitando, no mesmo dia, mina de minério de ferro. Em Carajás, a delegação ficaria hospedada na Casa de Hóspedes da CVRD. No dia 27, por fim, seria realizada visita à mina de cobre da Vale, na parte da manhã. Após o almoço os integrantes da delegação partiriam de Belém rumo a suas cidades (ou país) de origem.

6. Cumpre notar que, não obstante o pedido apresentado pela parte argelina e as reiteradas solicitações desta SERE e do MME nesse sentido, a Vale do Rio Doce não se dispõe a arcar com as despesas relativas a hospedagem (com exceção da Casa de Hóspedes em Carajás, que ficará por conta da empresa) nos hotéis onde a delegação pernoitará e tampouco dos vôos domésticos no Brasil. A Vale, por sua vez, comprometeu-se a cuidar dos aspectos logísticos (reservas de vôos e hotéis). Entendo, contudo, com base nos contatos que vêm sendo realizados com essa Embaixada, que o escritório da empresa Odebrecht em Argel está sendo consultado sobre a possilidade de arcar com os referidos custos.

7.À luz do exposto, muito agradeceria obter junto à parte argelina reação sobre a proposta de programa acima descrita. Caso se confirme o interesse em realizar a visita, agradeceria igualmente enviar, com a possível urgência, os nomes dos integrantes da delegação, bem como as informações específicas solicitadas pela Vale do Rio Doce em seu programa.

EXTERIORES

VLS/VLS

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 15/01/2007 13:39:15 N.°: 00030
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 15/01/2007 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPB/DOC/ABC/DAF III
DESCR=EAGR-BRAS-ARGL
REF/ADIT=TEL 836 2006, TEL 1132 2006
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Agricultura.
Convite ao Ministro argelino
da Agricultura para visitar o
Brasil. Reiteração do
interesse da parte argelina.
//

Nr. 00030

RESUMO=
Informo e rogo providências. Parte argelina reitera interesse em visita ao Brasil do Ministro da Agricultura. Visita apresenta grande interesse político e comercial para o Brasil.

Rogo retransmissão automática via clic para as Embaixadas do GA-4

A Diretora-Geral de Américas da Chancelaria argelina voltou a contactar-me para reiterar o interesse do Ministro argelino da Agricultura, Said Barkat, em realizar uma visita de trabalho ao Brasil. Como se recorda, o então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em seguida à conversa que teve com o Chanceler argelino Mohammed Bedjaoui em visita oficial ao Brasil (abril de 2006), havia convidado o Ministro argelino a visitar nosso país por ocasião do Agrishow 2006. O convite, que não pôde ser aceito em razão da escassez de tempo para o evento, foi respondido pelo Ministro Barkat com uma manifestação de vivo interesse em poder realizar uma visita de trabalho ao Brasil em data posterior. A parte argelina chegou a propor datas, mas infelizmente não se pôde chegar a um acerto e a visita acabou sendo adiada sine die, tendo a parte argelina, contudo, manifestado reiteradas vezes o seu interesse na realização da iniciativa.

2.Ao insistir na visita, a parte argelina responde às manifestações de interesse da parte brasileira em um

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 15/01/2007 13:39:15 N.°: 00030
CARAT=Reservado

aprofundamento das relações na área agrícola, agropecuária e de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, em que o interesse brasileiro é claro e concreto. O Brasil, que concentra boa parte de suas exportações para a Argélia no agronegócio, voltou a ser importante fornecedor de carne bovina desossada em 2006, após a reabertura parcial do mercado argelino, e conta com potencial inexplorado na área comercial: carne fresca, gado em pé, carne de aves, pintos de um dia e ovos férteis, venda de tecnologia agrícola (em particular aquela aplicável no semi-árido), venda de bens e equipamentos agrícolas e venda de serviços, em especial na área de barragens, irrigação e transposição de águas, em que as duas empresas brasileiras que aqui operam (Odebrecht e Andrade Gutiérrez) são especialistas e têm grande interesse, direto e imediato.

3.Estimo que a oficialização do novo convite ao Ministro argelino, independentemente da titularidade futura do MAPA, contemplaria portanto vários interesses da parte brasileira. Um programa de visitas, em coordenação com o setor privado (ABIEC, Odebrecht, Andrade Gutiérrez), poderia contemplar a parte institucional em Brasília, visita à Embrapa e visitas a Petrolina e a áreas de produção de carne em São Paulo, além de projetos de irrigação e transposição de águas. Seria também uma oportunidade para dar operacionalidade aos dois acordos na área agrícola assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula a Argel, em fevereiro de 2006. Finalmente, a visita se enquadraria nos entendimentos havidos por ocasião da conversa presidencial em Abuja, em 29 de novembro de 2006 (objeto do desptel 370/06 e do tel 1132/06).

4.Vossa Excelência muito me obsequiaria com uma reação sobre a questão.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ABU DHABI Recebido em: 08/07/2004 03:14:00 N.°: 00370
CARAT=Reservado

De Brasemb Abu Dhabi para Exteriores em 08/07/2004 (FMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIC/DOC/DPG/DOM II
DESCR=XPRO-BRAS-EAU
CATEG=MG

//
Emirados. Projeto do metrô de
Dubai.Participação da
ODEBRECHT.
//

Nr. 00370

Informo. A empresa brasileira ODEBRECHT ganhou pré-qualificação, ao lado de outros 5 grupos de firmas inglesas, japonesas e holandesas, para o projeto de construção do metrô de Dubai, para realização nos próximos dois anos.

Flávio Sapha, Embaixador

FMS

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 22/09/2003 08:33:42 N.°: 00255
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 21/09/2003 (OMBA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/DAF I/DPB
DESCR=XPRO-BRAS-ARGL
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Argélia. Visita da Ministra
Dilma Rousseff. Seminário
Empresarial. Business
Networking.
//

Nr. 00255

Resumo - descreve as atividades de promoção comercial desenvolvidas durante a visita da Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, a Argel e avalia os resultados da visita.

No contexto das iniciativas de promoção comercial desenvolvidas ao longo da visita da Ministra Dilma Rousseff à Argélia, no período de 6 a 9 de setembro de 2003, pode-se mencionar, como primeiro evento, a recepção que ofereci, pela data nacional de 7 de setembro, tendo presente que, dentre os cerca de seiscentos convidados locais que ali compareceram, expressiva parcela foi composta de empresários argelinos. A ocasião configurou uma primeira oportunidade para que os membros da delegação empresarial brasileira e seus homólogos argelinos pudessem inteirar-se de informações de interesse e adotar abordagem favorável ao desenvolvimento dos negócios bilaterais, retomados ao longo dos dias 8 e 9 de setembro.

2.Covém, assim, enfatizar a importância da realização no Hotel El Aurassi, no último dia 8/9, do Encontro Empresarial Brasil-Argélia (`Brésil-Algérie: l´avenir de bonnes affaires"). Além de atrair bom grupo de representantes de empresas locais (cerca de 85 empresários), o evento possibilitou o aprofundamento do conhecimento mútuo, mediante útil troca de impressões sobre as relações econômicas entre o Brasil e a Argélia, o que foi expresso tanto no discurso da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 22/09/2003 08:33:42 N.°: 00255
CARAT=Reservado

titular do MME quanto nos de suas contrapartes argelinas: o Secretário-Geral do Ministério de Energia e Minas da Argélia, Abbas Faiçal; o Ministro da Participação e da Promoção do Investimento, Karim Djoudi; e o Diretor-Geral da Câmara Argelina de Comércio e Indústria, Mohamed Chami.

3.Acompanharam a Ministra das Minas e Energia, na ocasião, todos os representantes da delegação empresarial especialmente organizada pelo Direção-Geral de Promoção Comercial para a viagem à Argélia, a qual foi integrada pelos seguintes setores e empresas/entidades: 1) material de defesa: Condor, Embraer e Avibrás; 2) produtos alimentícios: ABIEC, Sadia; 3) petróleo e petroquímicos: Braskem, Petrobras; 4) engenharia e construção civil: Norberto Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Construcap; 5) prestação de serviços: Investe Brasil, Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, ABIMO, Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, APEX-Brasil; 6) finanças: BNDES, Banco do Brasil.

4.Em seu discurso na abertura do Encontro, a Ministra Dilma Rousseff chamou a atenção para a necessidade de maior equilíbrio no intercâmbio brasileiro-argelino, caracterizado, principalmente a partir da segunda metade da última década, por reiterados e vultosos déficits comerciais do Brasil e reduzida dinâmica de bens e serviços, fato que seria também revelado pela excessiva concentração de negócios em torno a poucos produtos de exportação oriundos de ambos os países. Com o objetivo de superar os presentes obstáculos, propôs, assim, a criação de um Conselho Empresarial Brasil-Argélia, com enfoque especial na promoção de medidas de estímulo ao comércio bilateral.

5.Em seguida à participação da Ministra Rousseff, foi montada nova mesa de expositores durante a qual o Sr. Eduardo Pires Ferreira (Investe Brasil); Sr. Alessandro Teixeira (APEX-Brasil); e o Secretário Nórton Rapesta (DPR) tiveram a oportunidade de comentar as perspectivas favoráveis à realização de negócios entre os dois países em meio a apreciações específicas a respeito do comércio bilateral e da atual conjuntura econômica brasileira. Esses comentários foram sintetizados em avaliação geral do Secretário-Executivo do MDIC, Sr. Márcio Fortes, referente às boas perspectivas que se abriam para o incremento do intercâmbio argelino-brasileiro, acompanhada, por sua vez, de rápida apresentação da delegação empresarial brasileira e sessão de perguntas e respostas ao público presente.

6.Sucederam-se sessões de business networking e visitas

técnicas - acompanhadas pelo Secretário Evaldo Freire (DPR) - , durante as quais se revelaram principalmente promissoras as negociações relacionadas a produtos petroquímicos (BRASKEM), equipamentos hospitalares (ABIMO) e carnes frescas e congeladas (ABIEC): a Braskem ultimou a venda de 150 toneladas de polipropileno e o material médico-hospitalar divulgado pela ABIMO foi extremamente requisitado. A abertura do mercado de carnes argelino, formalizada no contexto da presente visita, aponta para um potencial de vendas de 100 mil toneladas para o produto oriundo do Brasil, diante do vivo interesse dos importadores locais.

7.As visitas técnicas tiveram igualmente avaliação positiva dos participantes brasileiros. O representante da Investe Brasil assinalou as perspectivas promissoras de repasse ao Brasil da tecnologia da Sonatrach na construção de gasodutos com base na experiência anterior de bem-sucedida parceria russo-argelina. O Secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo participou dos business networking no intuito de divulgar os produtos capibaxas (em especial, frutas frescas, granitos e bebidas). Visitou igualmente as instalações do Porto de Argel com vistas a eventual suprimento de material portuário. A SADIA desenvolveu contatos proveitosos no contexto da futura abertura do mercado de frangos argelino. Representantes do setor de defesa - Embraer, Avibras, Condor - declararam-se muito satisfeitos com o interesse argelino na aquisição de produtos, conforme manifestado após pioneiro encontro mantido com oficial de elevada patente das Forças Armadas argelinas (vide tel 250).

8.Dessa forma, a viagem da Ministra Rousseff - a primeira de uma alta autoridade governamental brasileira a este país desde 1987 - permitiu fazer ver a nossos interlocutores a ênfase especial conferida por Vossa Excelência à vertente africana da política externa brasileira, com destaque para o reforço dos laços econômico-comerciais entre os dois países. Nesse sentido, pode-se mesmo afirmar que traduziu um claro divisor de águas em favor da criação de oportunidades para os produtos brasileiros. Retribuindo a visita da Ministra Dilma Rousseff - e dos empresários brasileiros por ela convidados a participar das audiências -, os Ministros argelinos esmeraram-se em solicitudes.

9.De fato, em seguida às audiências da Ministra brasileira com seus homólogos argelinos de Transportes, Abdelmalek Sellal; Recursos Hídricos, Abdelmadjid Attar; Obras Públicas, Omar Ghoul, foram organizadas reuniões importantes com os representantes da Construcap, Norberto Odebrecht,

Camargo Correa e Andrade Gutierrez, além do BNDES e Banco do Brasil, para apresentação de eventuais oportunidades presentes nos projetos de interesse do país africano. É de notar, com efeito, o elevado nível e a ampla participação dos representantes argelinas nos referidos encontros (principais executivos de agências e órgãos governamentais locais - no caso do Ministério de Recursos Hídricos, p. e., treze áreas distintas ministeriais se reuniram simultaneamente com os brasileiros).

10.Ademais, as visitas aos Ministérios dos Transportes, Obras Públicas e Recursos Hídricos permitiram verificar que boa soma de recursos orçamentários é destinada à execução de obras no país este ano: 1 bilhão de dólares tocaram, com esse objetivo, ao Ministério dos Transportes; 600 milhões de dólares foram destinados ao Ministério dos Recursos Hídricos. Nesses três órgãos públicos, foi ainda possível detectar o interesse argelino pela participação brasileira respectivamente: i) nas obras de ampliação do metrô da capital (4km de túneis, com aquisição dos equipamentos necessários), obras de eletrificação, ferrovias (inclusive com a aquisição de 20 locomotivas e 60 carros de passageiros); ii) na construção de barragens; iii) na construção de redes e estações de abastecimento e tratamento de água e de esgotos. No Ministério dos Transportes foi ainda informado o interesse de empresas argelinas de aviação regional - subsidiárias da Air Algérie - em adquirirem aeronaves civis da Embraer, na faixa de 50-70 lugares, bem como jatos-executivos Legacy. Dadas as características da forte presença estatal na economia do país, é inegável, assim, a importância dessas manifestações de interesse em vista dos objetivos de maior equilíbrio no intercâmbio brasileiro-argelino enfatizados pela Ministra Dilma Rousseff.

11.De conformidade com a Ata dos Trabalhos assinada ao final da visita da Ministra Dilma Rousseff, no dia 8/9, foi aprovada a sugestão de criação de um Conselho Empresarial voltado à promoção do intercâmbio entre os dois países. Foi decidido que farão parte do Conselho Empresarial, pelo lado brasileiro, o Sr. José Carlos Grusibich (Diretor-Presidente da BRASKEM), que o presidirá; Sr. Antônio Camardelli (Diretor da ABIEC); Sr. Frederico Aguiar (Presidente da Condor); Sr. Renato Duque (Diretor de Serviços da Petrobras) e Henrique Valladares (Diretor da Norberto Odebrecht). A representação argelina será posteriormente informada.

12.Segue por fax cópia dos discursos proferidos pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Secretário-Geral do MEM e pelo Ministro da Participação e Promoção do Investimento, assim

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 22/09/2003 08:33:42 N.°: 00255
CARAT=Reservado

como cópia da referida Ata dos Trabalhos.

Isnard Penha Brasil Jr, Embaixador.

AMPB

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 25/04/2006 15:07:00 N.°: 00387
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 25/04/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III
DESCR=XPRO-ARGL
RTM=UARBREM
CATEG=MG

//
Argélia. Promoção comercial.
Delegação da ODEBRECHT.
//

Nr. 00387

Informo. Recebi delegação da ODEBRECHT, interessada em investir na Argélia, especialmente nos setores de construção de barragens, reservatórios e condutores de água, e ferrovias. Asseverei poderem contar com o total apoio da Embaixada.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4 E BRASEMB CAIRO

Recebi hoje, 24 de abril, delegação do Grupo NORBERTO ODEBRECHT, chefiada pelo Sr. André Amaro da Silveira, e integrada pelos Senhores Carlos Paschoal, Presidente da Bento Pedroso Construções (filial da ODEBRECHT em Portugal), e Augusto Arraes de Alencar, Diretor-Geral da empresa INTERSUD. A missão da ODEBRECHT a Argel tem um caráter prospectivo, dentro da estratégia da empresa de intensificar sua participação no mercado africano.

2. O Senhor Amaro da Silveira disse-me que desde 2003 a empresa tem observado o mercado argelino e procurado avaliar o melhor momento para estender sua atividade a este país. A visita do Presidente Bouteflika ao Brasil, em 2005, a realização da Cúpula ASPA, a missão empresarial brasileira liderada pelo Ministro Luiz Fernando Furlan, em novembro passado e, finalmente, a visita de Estado que o Senhor Presidente da República realizou a Argel em fevereiro deste

ano, constituiriam, na visão da ODEBRECHT, uma escalada positiva de intensificação das relações políticas, criando um ambiente favorável às empresas brasileiras, num país, onde, segunda avaliação da empresa que compartilho, as relações políticas estratégicas são fator fundamental de sucesso empresarial. Além da barreira da aproximação política, que o atual nível do relacionamento bilateral tem vencido, a ODEBRECHT tem de enfrentar também a barreira da língua, já que seus executivos são fluentes em espanhol e inglês, mas não em francês, língua predominante no mundo dos negócios argelino. Por essa razão, a empresa, sem descaracterizar sua essência brasileira, pretende usar sua filial portuguesa, em cujos quadros conta com francófonos.

3. A estratégia de aproximação do mercado argelino será feita com consistência e prudência, segundo afirmou o Sr. Silveira. Seguindo essa orientação, a empresa pretende concentrar sua ação, em um primeiro momento, na construção de barragens, reservatórios e condutores de água, e ferrovias. Trata-se de setores nos quais a ODEBRECHT não só tem experiência e excelência mundialmente reconhecidas mas também em que as necessidades da Argélia são importantes. Tendo por objetivo atuar nessas áreas, a missão entrevistou-se com autoridades das agências argelinas encarregadas das barragens e do abastecimento de água, ligadas ao Ministério dos Recursos Hídricos. Solicitei, de minha parte, que autoridade de alto nível no Ministério dos Transportes, responsável pelas ferrovias, recebesse a delegação.

4. Disse a meus interlocutores que a Embaixada, como não poderia deixar de ser, encontra-se totalmente disponível para ajudá-los nos contatos com as autoridades locais, na identificação de oportunidades de negócios, e no acompanhamento de eventuais projetos que venham a desenvolver. Ponderei que, no setor de construção civil, enfrentariam a concorrência das empresas chinesas, cuja presença neste país, como de resto em todo o continente africano, é crescente. A vantagem comparativa da China na África é sua capacidade de oferecimento de linhas de crédito significativas. Em contrapartida, as empresas chinesas impõem a vinda de sua mão-de-obra.

5. Convimos, contudo, que essa vantagem chinesa pode ser, eventualmente, superada na Argélia, cujo Governo conta neste momento com reservas da ordem de 56 bilhões de dólares (em final de 2005), com a perspectiva de uma receita crescente, em função da alta mundial dos preços do petróleo e seus derivados. Além disso, os projetos na área de construção civil, que se multiplicam no Governo Bouteflika, têm evidente

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 25/04/2006 15:07:00 N.°: 00387
CARAT=Reservado

interesse em procurar reduzir o desemprego, desafogando as pressões sociais. A insatisfação com a situação sócio-econômica, não se deve nunca esquecer, esteve na raiz do surgimento e crescimento do movimento contestatório encabeçado pelos partidos islamistas, nos anos 80 e início dos anos 90, e que terminou com guerra civil nos anos 90.

6. A capacidade e excelência técnica da ODEBRECHT (e da ANDRADE GUTIERREZ), no ramo da construção civil, poderá vir a ser claramente uma vantagem comparativa brasileira, já que dariam ao Governo a possibilidade de realizar obras, empregando mão-de-obra local e com transferência de tecnologia. Essa política de atuação, aliás, é a aplicada pela ODEBRECHT em outros países da África, especialmente em Angola e no Djibuti.

7. Tão logo identificados os projetos que poderiam vir a ser desenvolvidos pela ODEBRECHT, garanti a meus interlocutores que a Embaixada, seguindo a linha de orientação dada pelo Senhor Presidente da República e por Vossa Excelência, estaria pronta a fazer ver às autoridades argelinas as vantagens políticas de contar com empresas brasileiras, da qualidade da ODEBRECHT, entre suas parceiras no projeto de desenvolvimento do País. Será a forma de viabilizar o entendimento, oferecido pelo Presidente Bouteflika e reiterado pelo Chanceler Bedjaoui, de que a Argélia aplicaria também parâmetros políticos para favorecer empresários brasileiros em alguns projetos abertos a licitação internacional.

SÉRGIO FRANÇA DANESE,
Embaixador

FLLI

FLLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 26/04/2006 07:46:00 N.°: 00389
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 26/04/2006 (ATFD)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
REF/ADIT=TEL 380, TEL 369, TEL 387
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Saúde do Pre-
sidente Bouteflika e seguimen-
to da visita do Chanceler e da
Comista. Sugestão de mensagem
do Senhor Presidente.
//

Nr. 00389

RESUMO=
Rogo instruções. Sugiro mensagem do Senhor Presidente da República ao Presidente Bouteflika, em função dos seus recentes exames de saúde e para fazer um seguimento da visita do Chanceler Bedjaoui e da Comista. Objetivo é manter elevado o nível do diálogo entre os dois países, tendo em vista a urgência de alguns interesses brasileiros (EMBRAER, ODEBRECHT, carne de aves, gado em pé, área de defesa).

Recomendado à atenção do Diretor do DEAF, Ministro Fernando Jacques de Magalhães Pimenta

Tendo em vista o mais recente episódio de internação do Presidente Bouteflika para exames de saúde ligados à sua convalescência e a recente visita ao Brasil do Chanceler Bedjaoui, juntamente com a realização exitosa da II Reunião da Comista, e tendo em vista a urgência de alguns interesses brasileiros no país (EMBRAER, ODEBRECHT - tel 387 -, carne de aves, carne bovina, gado em pé, área de defesa, etc.), estimo que seria muito oportuno que o Presidente Lula pudesse enviar ao seu homólogo argelino uma mensagem do seguinte teor, com vistas a manter elevado o perfil do diálogo entre os dois países e consolidar o processo de seguimento da visita de Estado de fevereiro último, que teve na visita de Bedjaoui e na Comista uma etapa importante:

"A Sua Excelência o Senhor
Abdelaziz Bouteflika,

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 26/04/2006 07:46:00 N.°: 00389
CARAT=Reservado

Presidente da República Argelina Democrática e Popular

Senhor Presidente e caro amigo,

Tomei conhecimento, com grande alegria, de que seus exames de saúde recentemente realizados mostraram-no em excelente estado e com toda a disposição de seguir trabalhando pelo futuro de estabilidade e pleno desenvolvimento econômico e social da Argélia. O Governo e o povo brasileiros se juntam ao povo irmão da Argélia para festejar a sua saúde e desejar-lhe toda a felicidade pessoal e continuado êxito na sua gestão.

Tive o prazer de receber recentemente o Ministro de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mohammed Bedjaoui, que realizou o que foi para nós uma excelente visita ao Brasil. A essa visita, que proporcionou ao Chanceler Bedjaoui a possibilidade de dialogar com diversas autoridades brasileiras e conhecer um pouco mais o Brasil e seu potencial como parceiro da Argélia, somou-se o êxito da II Reunião da Comissão Mista, que identificou diversos campos concretos de cooperação.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro mobilizou grandes empresas brasileiras na área dos obras de infraestrutura, que se mostram dispostas a participar do mercado argelino com a determinação de gerar empregos para os argelinos e de promover uma verdadeira parceria com empresas do seu país para a transferência de tecnologias e conhecimento, no espírito de uma verdadeira cooperação Sul-Sul.

É portanto com a grande expectativa de seguir trabalhando pelo fortalecimento das nossas relações e pelo desenvolvimento da Argélia que eu lhe envio, junto com os meus votos de muita saúde e continuado êxito, a minha saudação fraternal.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil"

2.Vossa Excelência muito me obsequiaria com uma palavra de reação a essa proposta.

SÉRGIO FRANÇA DANESE, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 29/04/2006 14:06:00 N.°: 00394
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 29/04/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III
DESCR=XPRO-ARGL
REF/ADIT=TEL 387
CATEG=MG

//
Argélia. Promoção comercial.
Delegação da ODEBRECHT.
Resultados.
//

Nr. 00394

Informo. A delegação da ODEBRECHT entrevistou-se com o Chefe do Gabinete do Ministro dos Transportes que transmitiu mensagem política de que há plena disposição do Governo de privilegiar a presença de empresas brasileiras na Argélia.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4 E BRASEMB CAIRO

Os representantes da ODEBRECHT foram recebidos na tarde de quarta-feira, 26 de abril, pelo Chefe do Gabinete do Ministério dos Transportes, encerrando o ciclo de entrevistas que tiveram em Argel, e que julgaram muito positivas.

2. O Chefe do Gabinete, que concedeu a entrevista a pedido da Embaixada, e tem um papel central no Ministério, ao responder ao agradecimento por sua disponibilidade, deu sinal claro de que há uma disposição evidente e uma orientação política do Governo argelino de beneficiar a participação de empresas brasileiras no mercado local.

3. A avaliação dos executivos brasileiros é de que o mercado argelino é sério e sofisticado. Há uma clara verticalização nas decisões, permeadas sempre do fator político, porém fundamentadas em critérios técnicos exigentes. Nas palavras de meus interlocutores, no

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 29/04/2006 14:06:00 N.°: 00394
CARAT=Reservado

julgamento de propostas em uma licitação, não se usa o critério exclusivo do menor preço, mas há uma preocupação com a capacidade técnica das empresas que se apresentam, bem como com sua robustez financeira.

4. A existência de uma predisposição política favorável às empresas brasileiras e a excelência técnica de uma empresa do porte da ODEBRECHT seriam fatores que se complementam para uma efetiva participação brasileira no mercado argelino florescente na área da construção civil. A ODEBRECHT pretenderia montar, a partir de agora, e rapidamente, uma estratégia para participar dos projetos em curso no sul do país (irrigação e aquedutos), utilizando-se da experiência adquirida em projetos bem-sucedidos no Equador e no Peru. Também está entre suas perspectivas organizar brevemente seminário no Brasil, voltado para técnicos argelinos, com o objetivo de mostrar o que é a ODEBRECHT.

5. Os representantes da empresa trataram comigo também da possibilidade de estabelecer um regime mais flexível de vistos para empresários dos dois países. Fiquei de examinar com cuidado a questão, para poder levantá-la com as autoridades argelinas no nível e no momento adequado.

SÉRGIO FRANÇA DANESE,Embaixador

FLLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 30/04/2006 15:08:00 N.°: 00400
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 30/04/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DEMA/DAF III/DOC/ABC
DESCR=WMAM-XPRO-ARGL
RTM=UARBREM,KENBREM,ONUBRMS
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Meio-Ambiente.
Ano Internacional dos Desertos
e da Desertificação. Coopera-
ção bilateral. Pesquisa agrí-
cola
//

Nr. 00400

Rogo instruções. A Embaixada foi solicitada pelo Ministro do Meio-Ambiente para contribuir com o programa do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação na Argélia. Sugiro realização de seminário focado na pesquisa agrícola no semi-árido e na tecnologia brasileira com irrigação.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

No contexto dos eventos ligados ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, o Ministro argelino da Organização de Território e do Meio Ambiente, Cherif Rahmani, que é também Embaixador e Porta-Voz Honorário das Nações Unidas para o Ano, e ainda Presidente da Fundação "Desertos do Mundo", está organizando uma série de manifestações na Argélia ligada ao tema desertificação. Estão previstos colóquios, seminários, ciclos de cinema, entre outros.

2. Diante do peso do Brasil em temas ligados ao meio-ambiente, bem como do atual processo de aproximação entre os dois países, com propostas de cooperação na área ambiental, o Ministro solicitou à Embaixada que examine possibilidades de juntar-se às autoridades argelinas na promoção das manifestações previstas na Argélia. Solicitou igualmente ser informado das iniciativas que estariam sendo tomadas no Brasil, no contexto do Ano Internacional contra a

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 30/04/2006 15:08:00 N.°: 00400
CARAT=Reservado

Desertificação.

3. Uma sugestão para uma eventual participação brasileira, poderia ser a apresentação das tecnologias desenvolvidas e aplicadas por instituições brasileiras, como a EMBRAPA, no campo da pesquisa agrícola em regiões semi-desérticas (sertão nordestino), ou ainda por empresas brasileiras, como a ODEBRECHT e a ANDRADE GUTIERREZ, que têm experiência na área de irrigação.

4. Há uma grande disposição do Ministério da Organização do Território e do Meio-Ambiente para desenvolver cooperação com o Brasil. Segundo o Diretor de Cooperação Internacional, o programa do Ano contra a Desertificação ainda não está fechado, e o Ministério está aberto a sugestões de eventos. Tendo por base a experiência brasileira, talvez se pudesse organizar um seminário de um dia, com a vinda de técnicos da EMBRAPA e representantes das empresas brasileiras de construção civil, que mostrariam às autoridades, aos empresários e ao público argelino em geral o potencial da cooperação e os serviços que o Brasil pode oferecer nessas áreas. Esse evento poderia inserir-se, ainda, no contexto das discussões havidas durante a Comissão Mista sobre a cooperação técnica no campo agrícola, apresentando-se como eventual resposta e extensão da proposta argelina de cooperação (vide último ítem do parágrafo 2 de meutel 397).

5. Na área da construção civil, o recente interesse demonstrado pela ODEBRECHT em penetrar no mercado argelino e a boa disposição para com o Brasil encontrada por seus representantes (vide tel. 394) poderiam ter seguimento na participação de um seminário do gênero proposto acima.

6. Considerando-se o tempo para a organização de um evento dessa natureza, caso esta minha sugestão conte com o acordo de Vossa Excelência, talvez se pudesse pensar na segunda quinzena de junho para sua realização. Assim, o projeto se concretizaria em seguida às comemorações do 5 de junho (jornada mundial do meio-ambiente) e antes do lançamento da licitação para as obras de irrigação no sul da Argélia, mencionadas no tel. 394.

7. Vossa Excelência muito me obsequiaria com comentários sobre minha sugestão, bem como com eventuais informações sobre as iniciativas do Brasil nessas áreas e em particular sobre se estaria sendo contemplada alguam atividade no contexto das manifestações organizadas pela Argélia, no corrente ano, enquanto país sede da Jornada Mundial do Meio-Ambiente de 2006, em 5 de junho próximo.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 30/04/2006 15:08:00 N.°: 00400
CARAT=Reservado

SÉRGIO FRANÇA DANESE,Embaixador

FLLI

FLLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 19/05/2007 09:45:22 N.°: 00456
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 19/05/2007 (BMM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGASPA/DOC/DSF/DAF III
DESCR=PEMU-AMSU-LEA
RTM=MARBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 122, TEL 451
CATEG=MG

//
Cúpula ASPA. Seguimento. II
Reunião de Ministros de
Economia e áreas afins.
Entrevistas bilaterais.
Argélia.
//

Nr. 00456

Retransmissão automática para Brasemb Rabat

RESUMO=
Cumpri instruções. Solicitei formalmente entrevista do MDIC com seu homólogo argelino à margem da reunião de Ministros de Economia da ASPA em Rabat, caso se confirme sua participação, indicando que os acertos seriam feitos oportunamente através das respectivas Embaixadas em Rabat.

Embora ainda paire indefinição sobre o nível da representação argelina na reunião ministerial de Rabat, solicitei formalmente entrevista do MDIC com seu homólgo argelino à margem da reunião, caso a Argélia esteja representada em nível minsiterial, indicando que os acertos seriam feitos oportunamente através das respectivas Embaixadas naquela capital.

2.Estou informado de que a Odebrecht enviará representante a Rabat, tendo em vista seus interesses na Líbia e na Argélia.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 19/05/2007 09:45:22 N.°: 00456
CARAT=Reservado

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/06/2006 16:10:00 N.°: 00508
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 05/06/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III/DAC
DESCR=XPRO-CVIS-ARGL
RTM=UARBREM,PORBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia.Promoção comer-
cial. Delegação da ANDRADE GU-
TIERREZ/ZAGOPE. Cidadãos bra-
sileiros.
//

Nr. 00508

RESUMO=
Informo. Fui visitado por delegação da ANDRADE GUTIERREZ, que está iniciando sua instalação na Argélia. Participa de várias pequenas obras e pretende concorrer em licitações de maior porte, para o que conta com o apoio do Governo brasileiro. Sua presença significa também a instalação de famílias brasileiras, eventualmente em regiões de segurança ainda precária.

ROGO RETRANSMITIR VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4 E BRASEMBS CAIRO E LISBOA

Recebi, ontem, 4 de junho, os Senhores Clóvis Martines (membro do Conselho de Administração), Leandro de Aguiar (Presidente) e Marcelo Andrade (Diretor para a Argélia), da empresa ZAGOPE / ANDRADE GUTIERREZ. O objetivo da visita foi dar conhecimento oficialmente à Embaixada da abertura de escritório da empresa na Argélia, desde o início do mês de maio.

2. Trata-se, na realidade, de escritório conjunto da ZAGOPE, filial portuguesa da ANDRADE GUTIERREZ, e da matriz brasileira, que se justifica pela recente adjudicação da obra da barragem de Boussiaba e do Aeroporto Internacional de Oran à companhia. Além dessa obra, a empresa está concorrendo em outras licitações para a construção de uma base naval, três portos marítimos.

3. Apesar da fachada mais portuguesa do que brasileira, os

representantes da empresa afirmaram que a ANDRADE GUTIERREZ brasileira terá participação de pelo menos quarenta por cento em todas essas obras; toda a direção da empresa na Argélia será composta de brasileiros; o quadro de engenheiros será formado por profissionais brasileiros e portugueses, e o pessoal de nível médio, assim como os operários, deverão ser locais.

4. A estratégia da ANDRADE GUTIERREZ no mercado argelino está desenhada em duas etapas. Em um primeiro momento, e por meio da filial portuguesa, a empresa está participando de concorrências para obras que considera de pequeno porte (até 100 milhões de euros). São empreendimentos que, na visão da empresa, com a qual tendo a concordar, as decisões são mais descentralizadas, sendo possível um contato direto com as pessoas com poder para tomá-las. Nessa categoria estão todas as iniciativas em que a construtora está envolvida. Em um segundo momento, estaria sua participação em grandes projetos, como as auto-estradas "Rocade 3" e "Rocade 4", bem como a transaariana (mais de 500 milhões de euros), e ainda as obras de irrigação do sul do País, orçadas em mais de 1 bilhão de euros (vide tels 394 e 400). Nessas obras, os critérios de adjudicação parecem ser muito mais políticos, e portanto sujeitos à interferência das altas autoridades do País, como recentemente a vitória de empresa chinesa para a construção da rodovia leste-oeste (900 quilômetros), em detrimento de um consórcio português, de que participava a ZAGOPE.

5. Na participação em uma concorrência para um projeto de mais de 1 bilhão de euros, a ANDRADE GUTIERREZ considera que a ajuda do Governo brasileiro, por intermédio da Embaixada e eventualmente em níveis mais altos, poderia ser útil. Nesse ponto, narrei a meus interlocutores os comentários do Chanceler Bedjaoui, quando de sua visita ao Brasil, no sentido de que há uma predisposição positiva do Governo argelino em favorecer, de alguma forma, empresas brasileiras de reconhecida capacidade técnica (como é o caso da ANDRADE GUTIERREZ) em obras importantes. Faltaria, contudo, que essas empresas se apresentassem como brasileiras e que estejam de fato presentes neste mercado. Nesse sentido, assegurei-lhes que a Embaixada está pronta a colaborar no que for necessário para o sucesso dos projetos da empresa na Argélia.

6. No caso da obra de irrigação no sul, a ANDRADE GUTIERREZ está estudando a possibilidade de apresentar um planejamento que inclua a participação de empresas brasileiras fabricantes de laminados como a CONFAP ou a NUCLEP. Isso, na visão da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/06/2006 16:10:00 N.°: 00508
CARAT=Reservado

empresa, contribuiria não somente para aumentar a presença empresarial neste país, mas mais imediatamente colaborar na redução do déficit comercial, pela importação de componentes brasileiros a serem eventualmente utilizados na obra e na produção local de material a ser utilizado.

7. Recordo que a empresa ODEBRECHT (vide tels. 387, 394 e 400) também está interessada em participar da concorrência da obra de irrigação no sul do país. Se pudermos contar com a participação de duas empresas brasileiras, do porte e com a categoria da ANDRADE GUTIERREZ e da ODEBRECHT, nessa concorrência, certamente teríamos mais chances de fazer valer uma influência política numa decisão que favoreça o Brasil, considerando-se o compromisso assumido nesse sentido pelo Presidente Bouteflika junto ao Presidente Lula, quando de sua visita de Estado a Argel, em fevereiro passado.

8. A instalação e o início das operações da ANDRADE GUTIERREZ na Argélia são notícias de muito bom augúrio, e querem talvez significar que o empresariado brasileiro começa efetivamente a interessar-se por um mercado promissor, num momento onde o Governo argelino coloca em prática projetos ambiciosos, regados por uma quantidade importante de recursos obtidos com a exportação de hidrocarbonetos. São também o resultado prático da ação concertada do Governo brasileiro que trouxe a Argélia para a agenda do empresariado nacional com a missão conduzida pelo Ministros Furlan e Rondeau em novembro de 2005, e culminada com a visita de Estado do Presidente Lula, em fevereiro deste ano.

9. Essa nova presença brasileira neste país significa também a instalação temporária na Argélia de cidadãos brasileiros com suas famílias. Essa instalação requererá a atenção da Embaixada, em vista das condições de segurança ainda precárias, não em Argel, mas sobretudo nas regiões onde se desenvolverão as obras. Exemplo imediato é a barragem de Boussiaba, na região de Jijel, a oeste de Argel, onde ainda atuam grupos terroristas. O Governo argelino estaria prevendo uma segurança de 400 homens para o canteiro de obras - segundo informação da ANDRADE GUTIERREZ - e esquemas de tráfego de homens e de materiais acompanhado por policiais e militares. A empresa parece consciente dos riscos que poderá correr, mas fiz questão de apontá-los, bem como de colocar o serviço consular da Embaixada à disposição dos cidadãos brasileiros, concitando a direção da companhia a recomendar que se apresentem à Embaixada, façam suas matrículas consulares e mantenham-se em contato, para qualquer eventualidade.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/06/2006 16:10:00 N.°: 00508
CARAT=Reservado

SÉRGIO FRANÇA DANESE,Embaixador

FLLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 11/06/2006 08:06:00 N.°: 00520
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 11/06/2006 (ATFD)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III/DAC
DESCR=XPRO-CVIS-ARGL
REF/ADIT=TEL 387, TEL 394, TEL 508
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Promoção
comercial. Construtora
ODEBRECHT.
//

Nr. 00520

RESUMO=
Informo. Recebi delegação da ODEBRECHT, que confirma seu interesse em instalar-se na Argélia, e designa funcionário para representá-la neste país, com domicílio em Lisboa.

ROGA-SE RETRANSMITIR VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4 E BRASEMBs CAIRO E LISBOA

Recebi ontem o Sr. André Amaro da Silveira, diretor da empresa ODEBRECHT, e o Senhor Carlos Fernando Valente, da mesma companhia, que acaba de ser designado o representante da ODEBRECHT para a Argélia.

2. Os Senhores Amaro da Silveira e Valente estão esta semana em Argel para manter uma série de reuniões, com vistas à próxima abertura do escritório da empresa na Argélia. Em um primeiro momento, o Sr. Valente ficará instalado em Lisboa, abrigado pela filial portuguesa da ODEBRECHT. Tão logo julgue necessário, porém, montará seu escritório aqui, instalando-se na capital argelina.

3. A ODEBRECHT confirma assim sua intenção de operar no mercado argelino. Sua estratégia, como mencionado no tel. 387, mantém-se direcionada ao mercado de grandes obras, que a empresa pretende aceder estabelecendo parcerias com empresas projetistas, para poder dominar as especificações técnicas a serem exigidas em futuras concorrências.

4. Como no caso da ANDRADE GUTIERREZ (vide tel. 508),

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 11/06/2006 08:06:00 N.°: 00520
CARAT=Reservado

coloquei a Embaixada como um todo, e especialmente os Setores Comercial e Consular, à disposição da empresa, dispondo-me a realizar as gestões que julgue necessárias para seu estabelecimento e operação na Argélia.

SÉRGIO FRANÇA DANESE, Embaixador

FLLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 21/06/2006 14:12:00 N.°: 00566
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 21/06/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAC/DAF III/DOC/DPG
DESCR=CORG-BRAS-ARGL
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Assuntos consulares e promoção comercial. Consulados Honorários. Identificação de potenciais Cônsules Honorários em Oran e Annaba.
//

Nr. 00566

Rogo instruções. Diante da movimentação argelina em torno da questão dos consulados honorários, que prenuncia uma mudança na prática deste país para admitir esse tipo de representação consular, peço autorização para identificar potenciais candidatos a Cônsul Honorário nas cidades portuárias de Oran e Annaba. Medida responde ao interesse brasileiro nas áreas consular e de promoção comercial, além da representação do país.

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas do GA-4 e Brasemb Cairo

Vi, pela troca de notas entre a Embaixada da Argélia e a Secretaria de Estado, que a parte argelina buscou informação sobre a disciplina que rege a instalação e o funcionamento dos Consulados Honorários no Brasil.

2.A gestão certamente corresponde à evolução que, sobre o assunto, me foi anunciada em mais de uma ocasião por autoridades da Chancelaria argelina (os Diretores-Gerais de Américas e de Assuntos Consulares), quando junto a eles sondei sobre a possibilidade de poder contar com Cônsules Honorários do Brasil em duas cidades de importância (Oran e Annaba, grandes portos e centros industriais e pólos econômicos regionais respectivamente a Oeste, perto da fronteira com o Marrocos, e a Leste, próximo à fronteira com a Tunísia).

3.As autoridades argelinas parecem finalmente render-se à evidência de que os Consuldos Honorários, que nunca foram

reconhecidos pela prática deste país, constituem instrumento de grande utilidade na ação diplomática e no apoio consular e comercial, em particular em países com a vastidão e a descentralização econômica e demográfica do Brasil. Uma mudança naquela prática parece anunciar-se, abrindo a possibilidade de que também na Argélia os países interessados - e serão vários, pois entre os principais parceiros da Argélia contam-se vários países que utilizam sistematicamente a prática dos Consulados Honorários - possam contar com o benefício desse instrumento.

4.Em vista disso, e do interesse, de que possamos contar com Cônsules Honorários criteriosamente escolhidos naquelas duas cidades (interesse que cresce com a presença na Argélia da Andrade Gutierrez e proximamente da Odebrecht), muito agradeceria a Vossa Excelência autorizar-me a procurar, desde já, identificar cidadãos argelinos, com perfil adequado (empresários ou advogados com grande trânsito local junto ao empresariado e às autoridades locais), que oportunamente possam ser objeto de uma consulta às autoridades argelinas para serem designados Cônsules Honorários em Oran e Annaba, que tenciono visitar proximamente.

5.Vossa Excelência muito me obsequiaria, também, enviando, para minha orientação, cópia das notas circulares 27/99 e 29/99.

SÉRGIO FRANÇA DANESE, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 24/06/2007 09:45:05 N.°: 00588
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 24/06/2007 (AM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/COCIT/DAEX
DESCR=ASEG-PEXT-ARGL
RTM/CLIC=GRPAFRNOR
CATEG=MG

//
Argélia. Política interna e
externa. Segurança. Alegado
atentado contra diplomata
africano. Informação e breve
análise.
//

Nr. 00588

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas nos países do GA-4

RESUMO=
Informo. Atentado contra diplomata do Mali em deslocamento a Tizi Ouzou relança discussão sobre a segurança dos estrangeiros na Argélia e em particular do corpo diplomático. Análise mais detida pode matizar a versão de que se trataria de ação indiscriminada contra estrangeiros. Atitude de vigilância continua a prevalecer.

O comboio que conduzia o Embaixador ou o adido cultural do Mali - a informação precisa não está ainda disponível - a Tizi Ouzou, região relativamente próxima de Argel, foi alvo de um atentado a bomba e tiros na manhã do dia 22 de junho corrente. Segundo o jornal "Liberté", que tem boas ligações com os serviços de segurança argelinos e foi o único a noticiar o ocorrido com grande titular da primeira página e

extensa matéria no interior, o veículo diplomático e sua escolta policial foram atacados a tiros por um grupo armado, que em seguida detonou uma bomba dirigida ao comboio. Outras bombas foram desativadas pelos serviços de segurança imediatamente após o ataque.

2.O ato constitui mais um episódio da violência que esporadicamente tem afetado a Argélia nos últimos meses, intermediada por ações mais espetaculares como o atentado contra a sede do Governo em 11 de abril último.Houve apenas um ferido, mas o ocorrido trouxe novamente à discussão a questão da segurança dos estrangeiros, em especial do corpo diplomático, em território argelino, e do pretendido objetivo da ação.

3.O "Liberté" dá vazão à versão que tem sido imediatamente avalizada pelo Governo argelino nesse tipo de atos de violência: tratar-se-ia de ação do GSPC, agora filiado à Al-Qaida, e seu objetivo seria, mediante ação de pequena complexidade, gerar o pânico entre a comunidade estrangeira, alvo pela terceira vez de uma ação nos últimos 7 meses. Nessa análise, o fato de se tratar de diplomata africano mostraria que a comunidade estrangeira e em especial a diplomática constitui alvo independentemente de sua origem, o que agrega certa dramaticidade à questão - há tempos vinha-se consolidando a idéia de que os países-alvo são os EUA, o Reino Unido, a França e alguns poucos outros mais ativos na luta antiterrorista ou em ações militares em países islâmicos.

4.Examinado mais de perto, o ato de violência poderia explicar-se também como uma ação dirigida mais que nada aos policiais que faziam a escolta do diplomata, dado que veículos da Gendarmeria são alvos freqüentes da ação desses grupos. O fato de se tratar de diplomata do Mali, país vizinho da região sub-saariana, poderia também dar outra dimensão mais específica ao alegado atentado - afinal, o Sael e particularmente os territórios do Mali, do Tchad e do Niger são áreas em que, ao lado do vasto deserto argelino, a questão securitária aparentemente vê-se afetada pela presença de grupos armados alegadamente vinculados a redes terroristas internacionais e que são combatidos de forma mais ou menos coordenada pelos governos da região em cooperação com os EUA e outros países. A ação seria, assim, um ato deliberado dirigido contra o representante de um país envolvido na luta antiterrorista subregional.

5.A região de Tizi Ouzou é conhecida pela sua insegurança e tem sido afetada por ações de grupos de fora da lei. Não

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 24/06/2007 09:45:05 N.°: 00588
CARAT=Reservado

constitui área de atividade normal ou freqüente da parte do corpo diplomático. Como em outros casos de atos de violência ou de atentados reivindicados pelo GSPC, será preciso monitorar a situação em uma base diária, com a informação quase sempre escassa e eivada de otimismo advinda dos serviços de segurança. Ufeito imediato será certamente a redução ainda mais drástica dos deslocamentos do corpo diplomático fora de Argel e seus arredores.

6.De qualquer forma, o corpo diplomático tem sido objeto de atenção redobrada da parte das autoridades de segurança argelinas em Argel e seus arredores e está submetido a regras rígidas de comunicação/autorização para deslocamentos pelo país, por terra ou por ar. Por sua própria iniciativa, os membros do corpo diplomático e os representantes de empresas estranegiras submetem-se também, em geral, a uma estrita autodisciplina na observância de cuidados com a sua segurança. É, naturalmente, o caso desta Embaixada e das duas empresas brasileiras aqui instaladas, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, com cujos representantes comentei este novo episódio da violência argelina.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 20/06/2007 14:27:51 N.°: 00583
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 20/06/2007 (AM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/DAF III/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Mudança do
Chanceler na Argélia. Sugestão
de mensagens ao novo Ministro
e ao ex-Chanceler.
//

Nr. 00583

RESUMO=
Rogo instruções. Sugiro envio de mensagens de Vossa Excelência ao novo Chanceler da Argélia e ao ex-Ministro Mohammed Bedjaoui e apresento projetos de textos.

Tendo em vista a recente mudança na chefia da diplomacia argelina e levando em conta os interesses brasileiros neste mercado, sugiro o envio de mensagens de Vossa Excelência ao ex-Chanceler Mohammed Bedjaoui e ao novo Ministro das Relações Exteriores Mourad Medelci, para as quais permito-me propor os seguintes textos:

1) Para o ex-Chanceler Mohammed Bedjaoui:

"A Sua Excelência o Senhor Mohammed Bedjaoui

No momento em que Vossa Excelência deixa o cargo de Ministro de Estado, Ministro das Relações Exteriores da República Argelina Democrática e Popular, gostaria de manifestar-lhe o meu mais profundo reconhecimento pelo trabalho que realizou em favor do fortalecimento das relações entre o Brasil e a Argélia, e muito particularmente por ocasião da sua memorável visita ao Brasil, em abril de 2006.

Guardo recordações muito agradáveis de nossas conversas naquela e em outras ocasiões em que pudemos estar juntos. Para mim, foi sempre um privilégio poder compartilhar idéias e opiniões, sempre tão convergentes entre nossos países, com um veterano diplomata e jurista, que representa a melhor tradição de uma Argélia ativa e reconhecida internacionalmente e cujas notáveis contribuições ao Direito Internacional, na Corte Internacional de Justiça da Haia e em outros foros do internacionalismo jurídico, e à causa do patrimônio cultural da Humanidade, no âmbito da UNESCO, são mundialmente reconhecidas e aplaudidas.

É por todas essas qualidades, e porque Vossa Excelência sempre foi e continua sendo um grande e dedicado amigo do Brasil - seu último gesto como Ministro foi o entusiasmado e valioso apoio à candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade para a Corte da Haia -, que estou certo de que a nova etapa que se inicia em sua vida exemplar de homem de Estado, professor e jurista continuará a trazer para a Argélia e para todo o mundo o benefício da sua inteligência, da sua experiência e das suas contribuições nas áreas do direito internacional e da defesa dos patrimônios culturais da Humanidade.

À espera de reencontrá-lo muito proximamente, envio-lhe a minha saudação mais cordial, junto com os melhores votos que formulo pela sua saúde e felicidade pessoal.

a) Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil."

2) Para o Ministro das Relações Exteriores

"A Sua Excelência o Senhor
Mourad Medelci,

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 20/06/2007 14:27:51 N.°: 00583
CARAT=Reservado

Ministro das Relações Exteriores da
República Argelina Democrática e Popular

É com grande entusiasmo que tenho o prazer de transmitir-lhe os meus mais sinceros cumprimentos pela sua designação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República Argelina Democrática e Popular, a que foi conduzido depois de uma gestão plena de êxitos e realizações à frente do Ministério das Finanças do seu país.

Estou certo de que, sob a sua condução, a diplomacia argelina continuará a dar ao Brasil e à cooperação Sul-Sul um lugar de destaque em sua agenda, na linha dos entendimentos no mais alto nível entre os nossos países, recentemente renovados em Berlim quando do encontro dos Presidente Bouteflika e Lula. Juntos, a Argélia e o Brasil podem desenvolver uma parceria que, em muitos domínios, está destinada a exemplar do que são capazes de realizar dois países em desenvolvimento dispostos a avançar com uma visão clara de seus interesses comuns e recíprocos.

A Argélia é hoje um parceiro prioritário do Brasil na África e no mundo árabe. Disso são provas as já numerosas missões que desde 2006 trocamos em áreas tão variadas como a defesa, a mineração, a exploração de petróleo, a saúde, a agricultura, os recursos florestais e o artesanato. Disso é prova tamabém a instalação na Argélia de duas grandes empresas brasileiras de construção, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, que, juntamente com a Petrobrás e a EMBRAER, procuram participar de forma construtiva dessa nova etapa de prosperidade e projeção vivida pela Argélia sob a condução do presidente Abdelaziz Bouteflika.

Aguardo por tudo isso com grande interesse a possibilidade de um encontro próximo com Vossa Excelência, em que possamos não apenas trocar informações e impressões sobre os muitos temas internacionais que nos interessam mutuamente, mas também continuar a trabalhar pela concretização de uma rica agenda bilateral, definida pelos nossos Presidentes e que felizmente tem permitido realizações muito positivas no campo da cooperação e na abertura de novas perspectivas de fortalecimento de nossas relações econômicas, comerciais e no campo da defesa.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os protestos da minha mais alta estima.

a) Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 20/06/2007 14:27:51 N.°: 00583
CARAT=Reservado

Brasil."

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 01/08/2006 12:39:32 N.°: 00702
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 01/08/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/COCIT/DAF III
DESCR=XCOI-ASEG-ARGL
REF/ADIT=TEL 579
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Comércio. Serviços. Defesa.Consulta restrita. Centro de Pesquisa e Tecnologias de Armamentos. ODEBRECHT e ATECH.
//

Nr. 00702

Informo. Resultado de consulta ao Ministério da Defesa argelino sobre consulta restrita oferecida a empresas brasileiras para a realização de estudo sobre centro de pesquisa e tecnologias de armamentos convencionais. Interesse da Odebrecht e da ATECH.

O Ministério da Defesa convocou reunião (ver tel de referência) com as empresas brasileiras potencialmente interessadas em participar da licitação "restrita" ("consultation restreinte"), lançada em 30 de maio de 2006 pelo Ministério da Defesa argelino/Diretoria de Fabricações Militares, para a elaboração de um "estudo técnico-econômico para a realização de um instituto de pesquisas e de tecnologias de armamentos". Na ocasião, as empresas participantes receberam cópia da nota de 5 de junho de 2006 da Embaixada da Argélia ao Ministério da Defesa sobre o assunto e do caderno de especificações técnicas ("cahier des charges") relativo à consulta.

2.Fui contactado separadamente por representantes da Odebrecht e da ATECH Tecnologias Críticas, que me disseram estarem as duas empresas interessadas em associar-se para participar da consulta. Pediam-me uma opinião sobre o assunto, de que eu estava informado por comunicação de uma terceira empresa. Na ocasião, disse-lhes que seria preciso avaliar o real interesse da iniciativa da Embaixada da Argélia, inclusive através de uma conversa franca das empresas com o Embaixador argelino em Brasília, e prometi-lhes que procuraria averiguar algo junto ao Ministério da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 01/08/2006 12:39:32 N.°: 00702
CARAT=Reservado

Defesa aqui.

3.Aproveitei minha visita hoje ao Diretor de Relações Externas e Cooperação Internacional do Ministério da Defesa argelino, General Ammar Seffendji, para entregar material informativo sobre as empresas que serão visitadas pela missão militar argelina que deve ir proximamente ao Brasil (tel à parte), e consultei-o sobre o assunto, do qual o Genral e outro assessor militar presente estavam informados.

4.Disseram-me eles:

a) que por "consulta restrita" entende-se que apenas alguns poucos países foram abordados; não me precisaram quais, contudo;

b) que o Brasil foi incluído em função da prioridade política atribuída à relação bilateral, além do reconhecimento da capacitação das empresas brasileiras potencialmene interessadas;

c) a uma observação minha sobre a escassez de tempo, diante do prazo exíguo concedido às empresas (90 dias a contar de 30 de maio), disseram-me que já havia sido decidido pela Diretoria de Fabricações Militares uma prorrogação de 30 dias, que estaria sendo comunicada pela Embaixada da Argélia em Brasília, entendo que em atenção a pedido formulado pela ATECH ao Embaixador da Argélia.

5.Ao falar do interesse das duas empresas brasileiras, fiz uma breve apresentação sobre a ATECH e a Odebrecht ao General e deixei com ele os excelentes folders de ambas as empresas para serem transmitidos à Diretoria de Fabricações Militares. O General prometeu encaminhar os folders e comentá-los com o Diretor responsável.

SÉRGIO FRANÇA DANESE, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 12/09/2007 14:13:10 N.°: 00805
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 12/09/2007 (EGCP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DAF III/DOC
DESCR=PEXT-XPRO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 014, TEL 458 2006, DET 069
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Promoção
comercial e de investimentos.
Conversa com o Ministro da
Indústria e Investimentos.
//

Nr. 00805

RESUMO=
Informo. Registro nova manifestação de interesse do Ministro da Indústria e da Promoção dos Investimentos, Abdelhamid Temmar, em uma visita ao Brasil.

Por ocasião da recepção de 7 de setembro, o Ministro da Indústria e da Promoção dos Investimentos, Abdelhamid Temmar, voltou a manifestar interesse em prospectar a possibilidade de desenvolvimento de parcerias empresariais argelino-brasileiras e de interessar empresas brasileiras a realizar investimentos na Argélia, em parceria com outras empresas nacionais ou estrangeiras ou com o Governo.

2.Temmar mostrou novamente interesse em uma visita sua ao Brasil, acompanhado de comitiva empresarial. Essa visita se realizaria não apenas a Brasília, mas a alguns grandes

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 12/09/2007 14:13:10 N.°: 00805
CARAT=Reservado

centros econômicos, tal como havíamos aventado ainda por ocasião da primeira visita que lhe fiz, em abril de 2006 (telegrama 458/2006).

3.Recordei-lhe que os dois Presidentes, em seus encontros em Abuja e Berlim (novembro de 2006 e junho de 2007, respectivamente), haviam tratado do interesse em promover as visitas dos respectivos Ministros da Indústria e Comércio para promover parcerias, intercâmbio e investimentos recíprocos e disse que estaria pronto a visitá-lo para discutir formas de implementar o passo, necessitando, contudo, obter previamente orientação sobre o sentimento de Vossa Excelência a respeito.

4.O Ministro Temmar é figura de destaque na equipe econômica do Governo e ganhou força com a ascensão do atual Chefe de Governo Abdelaziz Belkhadem. Foi o interlocutor do então Ministro Luiz Fernando Furlan por ocasião da missão empresarial e governamental que este chefiou a Argel, juntamente com o Ministro Silas Rondeau, em novembro de 2005. É pragmático e tem em mãos uma tarefa complexa, na qual certamente seria bem-vinda uma experiência de sucesso na geração de parceria empresarial com um país como o Brasil. Algumas das empresas que estão sendo ou serão privatizadas sob a sua condução podem apresentar interesse potencial para empresas brasileiras, em especial as que estão operando na Argélia (é o que me tem sido sinalizado, por exemplo, pela Odebrecht, de forma ainda muito preliminar, é bem verdade).

5.Caso Vossa Excelência julgue útil e oportuno, agradeceria orientar-me sobre o assunto, de forma a habilitar-me a prosseguir os entendimentos com o Ministro Temmar.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/08/2006 07:08:29 N.°: 00755
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 14/08/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/AFEPA/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Relações
Federativas. Convite do
Governador da Bahia ao
Chanceler Bedjaoui.
//

Nr. 00755

Informo e rogoinstruções. Governador da Bahia transmite convite aberto para que o Chanceler Bedjaoui visite o seu Estado. Convite é gesto simpático que, mesmo não sendo aceito, ajuda a manter o Brasil em destaque na visão do Chanceler argelino, importante aliado na relação bilateral.

O Governador da Bahia, Paulo Souto, encaminhou à Embaixada, com pedido de que o faça chegar ao seu destinatário, convite para que o Chanceler Mohammed Bedjaoui visite aquele Estado na qualidade de hóspede do Governo baiano, em época que julgar apropriada.

2.No convite em apreço, o Governador lembra que a Bahia é o primeiro Estado brasileiro no comércio com a Argélia, em razão das amplas compras de nafta realizadas por empresas estabelecidas no pólo petroquímico de Camaçari, recorda os laços da Bahia com a África e faz uma menção elogiosa ao trabalho que o Chanceler argelino desenvolveu na UNESCO em favor da preservação dos patrimônios culturais da Humanidade.

3.Estimo que o convite é um gesto oportuno, que tenderá a manter o Brasil em evidência na visão do Chanceler Bedjaoui e que, caso aceito em algum momento, proporcionará a ele o conhecimento de um Estado particularmente expressivo das múltiplas realidades brasileiras que importam na relação com um país como a Argélia. Além disso, a Bahia também sedia empresas como a Braskem, com grande interesse na relação comercial com a Argélia, e a Construtora Odebrecht, que está dando os passos iniciais em sua instalação neste país para

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/08/2006 07:08:29 N.°: 00755
CARAT=Reservado

tentar aproveitar algumas das boas oportunidades na área de grandes obras públicas.

4.Embora conheça o grande interesse que o Chanceler Bedjaoui tem pela Bahia, de que me falou reiteradas vezes nos contatos que tivemos, ignoro se ou quando terá condições de aceitar o convite, visto que acaba de sair de férias por alguns dias e que uma pesada agenda o aguarda nas próximas semanas e meses.

5.Caso Vossa Excelência nada tenha a opor, tenciono transmitir o convite ao Chanceler Bedjaoui, com uma tradução não-oficial para o francês, colocando a Embaixada ao seu dispor para dar ao assunto o seguimento que couber.

SÉRGIO FRANÇA DANESE, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 03/09/2006 07:59:06 N.°: 00816
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 03/09/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIC/DOC/DPG/DAF III/DAOC I/DREN
DESCR=XCOI-XPRO
RTM=CHNBREM
CATEG=MG

//
Argélia-China. Comércio bila-
teral e negócios. Tendências.
Interesses brasileiros.
//

Nr. 00816

Informo. Comenta tendência de crescimento da presença chinesa no mercado argelino e oferece análise sobre implicações para a estratégia de promoção comercial do Brasil neste país.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB PEQUIM

A China tem feito sentir seu peso político e econômico neste país por meio de uma bem articulada estratégia de conquista do mercado que não dispensa o uso da cooperação política como vetor de promoção comercial. De fato, em todas as visitas bilaterais, sublinham-se a tradicional relação de amizade entre os dois países, a solidariedade chinesa ante a luta de libertação nacional argelina e as coincidências de pontos de vista quanto aos grandes temas internacionais. Esses elementos constituem, em conjunto, o princípio legitimador das relações bilaterais, a justificação por assim dizer axiológica de um relacionamento que se traduz concretamente em crescimento acentuado dos negócios e do comércio.

2. Não se deve desprezar, portanto, esses elementos políticos e axiológicos nem minimizar seu papel na definição dos contornos do relacionamento bilateral. Ao contrário, esses elementos são levados em conta como parte de um patrimônio comum, sustentando um sentimento de lealdade recíproca e solidariedade histórica altamente valorizados na

cultura local. É isso que talvez explique a inclinação favorável das autoridades argelinas à concretização de negócios com os chineses, da construção de parte importante da rodovia Leste-Oeste (trecho argelino da transmagrebina) às declarações do Presidente Bouteflika enaltecendo a qualidade dos produtos chineses por ocasião da última feira internacional de Argel. Pelo que me disse o Embaixador de Portugal, que considero boa fonte, os chineses ganharam a transmagrebina apesar de um preço mais elevado, no conjunto, do que a oferta do consórcio português que participou do certame com ilusão de que poderia ganhar.

3. A estratégia chinesa consiste em aproveitar essa sua vantagem até certo ponto inercial, pois baseada na tradição da relação bilateral, para introduzir uma nova dinâmica, acorde a seus interesses de potência econômica em ascensão. A proliferação de convites para altas autoridades argelinas, em todos os setores, as visitas recíprocas, o diálogo constante e freqüente entre os responsáveis, são partes dessa estratégia que não desconhece a importância do contato pessoal e de sua continuidade no tempo para tecer laços de confiança essenciais com vistas à obtenção de bons resultados no domínio dos negócios, sobretudo no contexto, como é o caso em ambos os países, de um papel preponderante do Estado na alocação de recursos e na condução da economia real.

4. Os últimos dados estatísticos do Governo argelino comprovam a eficácia da agressiva estratégica chinesa, que não se contenta em competir somente com base nas supostas vantagens de preço, mas sabe cortejar as autoridades locais para convencê-las da importância de consolidar uma parceria estratégica com o gigante asiático. Em 2005, o total de importações provenientes da China foi de US$ 1,3 bilhão, o que significou um crescimento de 42% em relação ao ano anterior, confirmando aumento sustentado desde o ano 2000. No primeiro semestre de 2006, as importações da China alcançaram US$ 720 milhões, o que garantiu àquele país a posição de terceiro fornecedor da Argélia, perdendo somente para a França e para a Itália.

5. A China vende sobretudo produtos manufaturados, incluindo bens de capital e de consumo. Nos últimos anos, os aparelhos e equipamentos eletrônicos chineses vêm ocupando espaço crescente no mercado local, assim como veículos de transporte, computadores, produtos de informática e equipamentos de telecomunicações. Esse nova dinâmica no comércio bilateral levou à quintuplicação do déficit comercial da Argélia com a China em 5 anos, que passou de US$ 209 milhões, em 2000, para mais de US$ 1,05 bilhão, em 2005,

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 03/09/2006 07:59:06 N.°: 00816
CARAT=Reservado

com tendência a agravar-se (uma situação oposta à do Brasil).

6. A experiência chinesa na Argélia, como tenho procurado ressaltar em minhas comunicações sobre o assunto, possui validade exemplar para países como o Brasil. Isso não apenas porque somos competidoras da China em vários segmentos, mas também porque possuímos um capital de simpatia que pode ser utilizado de maneira mais ativa no "jogo de sedução" das autoridades locais, de modo a persuadi-las das vantagens da associação econômica e comercial com o Brasil. Para tanto, será fundamental multiplicar convites para que responsáveis argelinos, em diversas áreas de nosso interesse, visitem o país e possam assim conhecer de perto o potencial brasileiro e a excelência de nosso setor privado, como forma de credenciar-nos como alternativa válida em um momento em que nossos competidores diretos, e não apenas a China, têm-se utilizado fartamente desse expediente.

7. Os dados acima indicados devem servir de alerta, uma vez que dizem respeito a fatias de mercado nas quais nossos produtos poderiam, em tese, disputar com boas chances de êxito. O mesmo vale para as licitações de grandes obras públicas que as construtoras chinesas, embaladas pela relação política privilegiada com o Governo local, vêm ganhando. Duas grande construtoras brasileiras, a Andrade Gutiérres e a Norberto Odebrecht, já estão operando ou ultimando preparativos para operar aqui, conscientes de que o mercado local é demasiado importante para passar ao largo de suas respectivas estratégias internacionais. Não obstante, o salto de qualidade necessário para reduzir o déficit comercial brasileiro com a Argélia exige, tanto do governo quanto do setor privado, esforço redobrado para ter presença contínua no mercado local, única maneira de tecer os vínculos pessoais que levarão ao incremento dos negócios entre ambos os países e ao aumento de nossas exportações.

Sérgio França Danese, Embaixador

BELLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 10/09/2007 08:56:02 N.°: 00777
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 10/09/2007 (EGCP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/COCIT/DOC
DESCR=PDEF-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Cooperação e
promoção comercial na área de
defesa. Mensagem de congratu-
lações do Ministro delegado da
Defesa ao Ministro Jobim.
//

Nr. 00777

RESUMO=
Informo. Carta do Ministro delegado da Defesa da Argélia ao Ministro Nelson Jobim cumprimentando-o pela posse no cargo. Sugere resposta efusiva com menção aos interesses brasileiros no país.

Por nota datada de 9 de setembro corrente, o Ministério da Defesa Nacional argelino solicitou-me encaminhar ao Ministro da Defesa, Nelson, Jobim, carta de congratulações (original em árabe e versão administrativa em francês) que lhe envia o Ministro Delegado da Defesa da Argélia (o Ministro titular do Ministério da Defesa é o Presidente da República) com motivo de sua posse no cargo.

2.Estou transmitindo uma cópia da referida carta, já traduzida, por fax dirigido à DAF-III. O original será encaminhado do pela primeira mala. Mais abaixo, transcrevo a

tradução da referida mensagem.

3.Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de transmitir a mensagem em apreço ao seu alto destinatário.

4.Apesar de tratar-se de uma carta protocolar (que não recordo ter sido mandada, ao menos através da Embaixada, por ocasião da posse do ex-Ministro Waldir Pires), estimo que uma resposta substantiva, com menção às nossas propostas e iniciativas de parceria na área da defesa na Argélia, em particular a desejada participação do consórcio brasileiro ATECH/ODEBRECHT/Institutos Militares na concepção e construção do Instituto de Pesquisa e Tecnologia Militar, e mesmo eventualmente com um convite para que o Ministro Delegado visite o Brasil, contemplaria muito acertadamente os nossos interesses de cooperação e de promoção comercial aqui nessa área promissora, mas disputada, do relacionamento bilateral.

4.É a seguinte a íntegra da carta em português:

"Ministério da Defesa Nacional
Ministro Delegado junto ao Ministro da Defesa Nacional

No. 355/2007/MD/MDN/E5

Argel, 4 de setembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Nelson Jobim,
Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil

Excelência,

Tenho o prazer de transmitir-lhe minhas felicitações as mais calorosas por ocasião da sua nomeação na qualidade de Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil.

Nesta feliz oportunidade, queria dizer-lhe da minha disposição de promover uma cooperação bilateral em matéria de defesa e de trabalhar mais para o desenvolvimento das relações de amizade entre as forças armadas dos nossos dois países.

Gostaria também de desejar-lhe pleno sucesso na sua nobre missão e de formular-lhe os votos mais sinceros de felicidade, saúde e prosperidade.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 10/09/2007 08:56:02 N.°: 00777
CARAT=Reservado

Peço-lhe aceitar, Senhor Ministro, a manifestação da minha alta consideração.

Abdelmalek Guénaizia
Ministro Delegado junto ao Ministro da Defesa Nacional"

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 20/09/2006 11:46:23 N.°: 00870
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 20/09/2006 (OBF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/DREN/ABC/DPB/DOC/DIM
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
REF/ADIT=TEL 468, TEL 397
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Compromissos e
iniciativas bilaterais.Monito-
ramento e seguimento. Reunião
na Chancelaria argelina.
//

Nr. 00870

RESUMO=
Informo. Relata reunião na Chancelaria argelina para realizar seguimento dos compromissos e iniciativas relativos ao relacionamento bilateral.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

Fui recebido, em 20 de setembro corrente, na Chancelaria argelina, pela Embaixadora Fatiha Selmane, Diretora Geral de Américas, para fazer uma balanço da implementação e do seguimento dos compromissos e iniciativas relativos às relações bilaterais. A Embaixadora Selmane de fez acompanhar de seu Diretor para América Latina e Caribe, Embaixador Abderrahmane Benmokhtar, e de assessores. Acompanharam-me o Conselheiro Fernando Luis Lemos Igreja e o Secretário Benoni Belli.

2. Na ocasião, fiz entrega de "aide mémoire" atualizando o documento transmitindo pelo telegrama 468 e contendo, como anexo, a consolidação dos resultados da II Comissão Mista Brasil-Argélia (vide telegrama 397). Sintetizo, a seguir, o teor das principais questões tratadas durante a reunião.

SEGUIMENTO DA II COMISTA

3. A Embaixadora Selmane agradeceu a consolidação dos resultados da II Comista preparada pela Embaixada e disse que, de sua parte, fez exercício semelhante com seus assessores. Concordou com minha avaliação de que a maioria

dos compromissos assumidos continua pendente de seguimento, mas expressou sua convicção de que isso seria normal, tendo em vista o grande número de agências e departamentos governamentais envolvidos.

4. De qualquer forma, assinalou que é sua intenção cobrar as respostas e as reações pendentes do lado argelino junto aos seus respectivos interlocutores no seio do Governo local. Disse, a propósito, que seria importante que o lado brasileiro fizesse o mesmo em relação às agências e Ministérios que participaram da II Comista e assumiram compromissos em nome do Governo brasileiro. O objetivo seria o de poder avançar, o mais rápido possível, de maneira substantiva nos vários temas de interesse comum já mapeados e identificados.

5. Para evitar que se chegue ao fim do ano ou, ainda pior, às vésperas da III Comista, sem resultados concretos, sugeriu a realização de uma reunião restrita de avaliação e seguimento, da qual participariam as respectivas Chancelarias e algumas outras agências selecionadas. Tendo em vista que a III Comista terá lugar em Argel, em data a ser definida, mas em princípio a partir de abril de 2007, a reunião poderia realizar-se em Brasília, após a Cúpula AFRAS.

6. De minha parte, apontei a necessidade de implementação dos compromissos assumidos por ocasião da II Comista. Disse que a ABC está cobrando respostas de seus interlocutores e concordei que seria o caso de fazer o mesmo em relação aos outros atores envolvidos. Fiquei de transmitir a Vossa Excelência, para consideração, essa proposta de linha de ação, bem como a idéia da reunião de seguimento, uma espécie de "mid-term review", que serviria também para preparar melhor a III Comista.

ÁREA DE MINAS E ENERGIA

7. A Embaixadora Selmane se mostrou bastante interessada em que se possa concretizar a visita do Ministro de Energia e Minas da Argélia ao Brasil, conforme convite formalizado pelo Ministro Silas Rondeau durante a visita do Presidente Lula a Argel em fevereiro último. Disse-me que estava informada de que o Ministro argelino prefere que sua visita seja precedida de uma missão técnica na área de minas e outra da empresa Sonatrach.

8. Relatei meu esforço para que se possa destravar a realização sucessiva dessas visitas, mas que ainda esbarramos em um obstáculo logístico relativo ao apoio que o lado

brasileiro poderá oferecer no tocante ao transporte interno no Brasil e ao alojamento para a delegação argelina da área de minas. Embora um projeto de programa já tenha sido elaborado e submetido à Embaixada da Argélia em Brasília, o Ministério argelino de Minas e Energia aguarda uma decisão final sobre os aspectos logístico acima mencionados, que seriam determinantes para a realização da visita.

9. Acrescentei que a dificuldade se devia ao fato de que a principal contraparte no Brasil é uma empresa privada, a Companhia Vale do Rio Doce, que possui sua própria política para a acolhida de missões estrangeiras. Selmane se mostrou compreensiva, mas aproveitou para explicar que as missões oficiais argelinas ao exterior somente se realizam, via de regra, com a condição de que o país visitado assegure o transporte doméstico e outras facilidades, elementos que são oferecidos em reciprocidade pelo lado argelino como parte da hospitalidade reservada às missões oficiais estrangeiras a este país.

9. Ressaltei que não gostaria que essa dificuldade fosse empecilho para avançar na promissora agenda de cooperação bilateral na área de energia e minas. Por essa razão, renovei meu compromisso de continuar os esforços para superar a questão e assegurar a hospitalidade solicitada pela Argélia. De qualquer forma, pedi a Selmane que, independentemente disso, ajudasse a obter da estatal do petróleo Sonatrach uma proposta de data para sua missão, cuja realização constitui interesse direto da Petrobras. Em resposta, a Diretora Geral disse que faria os contatos necessários com a Sonatrach e que voltaria a falar-me sobre o tema.

TEMAS AGROPECUÁRIOS

10. Mencionei o convite formulado ao Ministro da Agricultura da Argélia para que visite o Brasil. A viagem somente não ocorreu ainda por dificuldades de agenda do Ministro argelino. Selmane respondeu que o interesse continua vigente, mas perguntou se, do ponto de vista formal, não seria oportuno reiterar o convite, uma vez que houve mudança do titular da pasta no Brasil. Essa questão resolvida, acrescentou, provavelmente seria possível realizar a visita ainda este ano. Respondi-lhe que transmitiria a questão a Vossa Excelência e ao Ministério da Agricultura do Brasil para, se for o caso, dirigir novo convite.

11. Aproveitei também para passar em revista as questões técnicas relativas aos interesses brasileiros em matéria agropecuária (ampliação da abertura do mercado argelino para

carne bovina congelada desossada, importação de pintos de um dia e ovos férteis, importação de carne de ave congelada, importação de bois em pé). Referi-me ao bom entendimento mantido a respeito desses temas com o Diretor de Serviços Veterinários do Ministério da Agricultura argelino, a quem já se estendeu convite para que visite o Brasil. Essa visita, que poderia ou não ocorrer em paralelo à visita ministerial, teria um caráter eminentemente técnico e, ressaltei, é de grande interesse do lado brasileiro.

COOPERAÇÃO NA ÁREA MILITAR E DE SEGURANÇA

12. Expressei minha satisfação com a realização da missão militar argelina chefiada por um general e integrada por oficiais superiores do Exército Nacional Popular, que encerrou, em 19 de setembro, sua visita ao Brasil. Manisfestei a expectativa de que essa missão abra uma nova perspectiva na cooperação na área militar e de segurança e traga resultados concretos no curto prazo. Disse que estava informado de que o Chefe da missão argelina receberia diretamente convites assinados pelo Ministro da Defesa dirigidos ao Chefe do Estado Maior das forças armadas da Argélia e ao Diretor de Segurança Nacional para que visitem o Brasil oportunamente. Selmane agradeceu a informação e disse que faria o seguimento do assunto.

MISSÃO GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL

13. Relatei audiência que mantive com o Ministro argelino das Participações e da Promoção dos Investimentos, que se mostrou interessado em realizar missão governamental e de homens de negócios ao Brasil. A idéia seria visitar os grandes centros econômicos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e o nordeste brasileiro, de modo a explorar o potencial de parcerias entre empresas dos dois países e divulgar as oportunidades relacionadas ao processo de privatização em curso na Argélia. Além disso, poderia ser oportunidade para instalar o Conselho Empresarial bilateral criado em 2004 e sem seguimento até o momento. A Embaixadora Selmane disse que teria em conta a idéia em seus contatos com o referido Ministério.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

14. Relatei também encontro que mantive com o Ministro das Pequenas e Médias Empresas e Artesanato, a quem entreguei um CD-ROM do SEBRAE. O Diretor de Cooperação Internacional daquele Ministério enviou correpondência à Embaixada em que manifesta o interesse do lado argelino em negociar um

memorando de entendimento com o SEBRAE, de modo a criar um marco legal para o intercâmbio de experiências e a cooperação. Recordei que o interesse argelino foi transmitido a Vossa Excelência para encaminhamento ao SEBRAE. Sugeri que eventualmente o SEBRAE, caso seja de seu interesse, possa ser incluído como parte da delegação brasileira à próxima Comista. Selmane, por seu turno, reiterou o desejo de conhecer os projetos brasileiros de apoio às micro, pequenas e médias empresas e de estabelecer intercâmbio estreito com o SEBRAE.

VISTOS DE NEGÓCIOS E PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS

15. Forneci à Diretora Geral um panorama geral do aumento do número de viagens de negócios de empresários brasileiros à Argélia, em função não apenas da instalação de grandes empresas como a Andrade Gutiérrez e a Odebrecht ou do crescimento das atividades de outras instaladas há mais tempo (caso da Randon), mas também do interesse crescente que o mercado argelino vem despertando no empresariado brasileiro (nos últimos meses, houve importantes visitas de exportadores brasileiros na área de carne bovina e móveis).

16. Acrescentei, a respeito, que uma das primeiras reivindicações que recebi, depois de designado Embaixador em Argel, foi a de procurar ampliar a validade dos vistos de negócios. Os empresários brasileiros, em geral, recebiam vistos válidos por 90 dias com apenas uma entrada. Com os contatos que fiz junto à Direção de Assuntos Consulares da Chancelaria local, foi possível persuadir o lado argelino de conceder o mesmo tratamento que é dado pelo Brasil, ou seja, vistos de 90 dias com múltiplas entradas, além de dar esse tipo de visto em Lisboa e Paris, principais cidades de trânsito rumo a Argel. Não obstante, essa solução seria insuficiente, uma vez que dificilmente o empresário faria mais de uma viagem no espaço de 90 dias, o que nos motivou a propor vistos de dois anos com múltiplas entradas. O lado argelino, por sua vez, formulou contraproposta, ora em estudo no Ministério da Justiça brasileiro, de vistos de 1 ano com múltiplas entradas. Selmane tomou nota da evolução do assunto e agradeceu a informação.

17. Aproveitei também para levantar a questão do acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos. Embora o acordo esteja em vigor, as companhias aéreas vêm criando dificuldades. Dei exemplo de colaborador meu que encontrou dificuldades de embarcar em Paris com destino a Argel em função do desconhecimento do acordo por parte da Air France. A dificuldade somente foi superada quando o funcionário

apresentou cópia do decreto argelino sobre a entrada em vigor do acordo. Selmane concordou que o problema tem-se colocado, embora as companhias tenham sido informadas. Comprometeu-se a pedir à área competente da Chancelaria que reitere a informação e solicitou que o lado brasileiro faça o mesmo, de modo a evitar novos constrangimentos.

CONSULADOS HONORÁRIOS

18. Reiterei o interesse brasileiro em poder designar oportunamente cônsules honorários em cidades importantes da Argélia, a começar por Oran e Annaba. Expliquei que o instrumento tem-se provado de grande utilidade para a assistência aos brasileiros no exterior e para os objetivos de promoção comercial e até cultural do país. Selmane disse estar convencida da utilidade do instrumento, que ainda não é utilizado pela Argélia. O tema da designação de cônsules honorários pelo seu país está sob exame e tudo indica que haverá uma decisão favorável dentro de um prazo que não soube precisar. A seu ver, apenas após tal decisão seria possível examinar a designação de cônsules honorários na Argélia. Ficou de manter-me informado da evolução do assunto.

CONCLUSÃO

19. Ao final do encontro, agradeci a disposição de minha interlocutora e de seus assessores para realizar o balanço dos compromissos e iniciativas no campo bilateral. Coloquei a Embaixada à disposição para continuar o exercício, que, estimo, contribui para o fortalecimento das relações Brasil-Argélia. A Embaixadora Selmane concordou com essa avaliação e assegurou que, embora sua Direção Geral tenha uma agenda carregada de reuniões bilaterais com outros países até o final do ano, o Brasil continua sendo objeto central de suas preocupações, refletindo a importância intrínseca do país e a decisão política de seu Governo de conferir prioridade às relações argelino-brasileiras.

Sérgio França Danese, Embaixador

BELLI

ReuniãoSelmane.doc

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 17/10/2007 14:43:53 N.°: 00904
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 17/10/2007 (EGCP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF III/DOC/DREN/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 801
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Relações
bilaterais. Promoção
comercial, energia e
cooperação. Audiência com o
Chefe do Governo. Tópicos.
//

Nr. 00904

RESUMO=
Rogo instruções. Serei recebido pelo Chefe do Governo em audiência no sábado 20 de outubro, para examinar a relação bilateral e pedir seu apoio em alguns temas de interesse econômico-comercial brasileiro na Argélia.

Com a finalidade de manter o perfil do interesse do Governo brasileiro em alguns temas da relação bilateral, notadamente de natureza econômico-comercial (promoção comercial de serviços, energia, cooperação), obtive audiência do Chefe do Governo, Abdelaziz Belkhadem, a realizar-se no próximo sábado, 20 de outubro, pela manhã. Na ocasião, tenciono passar brevemente em revista o pano de fundo das relações bilaterais e os temas de interesse econômico que tracei no telegrama 801 (Petrobrás, IRTA, interesses da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 17/10/2007 14:43:53 N.°: 00904
CARAT=Reservado

Andrade Gutierrez e Odebrecht, Embraer, visitas bilaterais pendentes, em particular dos Ministros da Agricultura e da Energia e Minas e do Chefe do Estado-Maior da ANP, e o estado da cooperação técnica bilateral).

2. Gostaria de poder anunciar-lhe a vinda do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como Enviado Especial do Presidente, caso esteja confirmada, e pedir-lhe não só que o Presidente e ele o recebam, mas que oriente os Ministros responsáveis pelos principais setores de interesse brasileiro (Recursos Hídricos, Obras Públicas, Transportes, Defesa, Energia e Minas) a também acolhê-lo em audiência.

3. Muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de uma palavra de orientação sobre esse ponto, bem como sobre eventuais outros tópicos de interesse.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/10/2006 12:13:24 N.°: 00950
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 14/10/2006 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DREN/DOC/DAF III
DESCR=EREM-ARGL-BRAS
REF/ADIT=DET 323, TEL 751, TEL 689
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Visita de
missão na área de mineração.
Confirmação do programa e
delegação.
//

Nr. 00950

RESUMO=
Informo. Transmite composição da delegação argelina na área de minas, que visitará o Brasil de 23 a 27 de outubro corrente, e outras informações relativas à logística da missão.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

O Ministério de Energia e Minas da Argélia expressou sua concordância com o programa da missão argelina na área de mineração, que visitará o Brasil de 23 a 27 de outubro corrente. Há flexibilidade, do lado argelino, para eventuais ajustes no programa original, inclusive no que tange à parte institucional. Comunicarei à parte argelina as mudanças tão logo confirmadas por Vossa Excelência.

2. Confirmo, ademais, que o Diretor da Odebrecht em Argel, Carlos Valente, assegurou que sua empresa arcará com os custos relativos ao alojamento e aos deslocamentos internos no Brasil (com exceção da Casa de Hóspedes em Carajás, que ficará por conta da Companhia Vale do Rio Doce), bem como designará funcionário para acompanhar a delegação ao longo da visita. A Odebrecht já se encontra em contato com a CVRD para acertar os aspectos logísticos da visita.

3. A delegação argelina será integrada pelos seguintes funcionários:

- Abdelatif Feghouli (Vice-Presidente de "downstream" da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/10/2006 12:13:24 N.°: 00950
CARAT=Reservado

estatal do petróleo e do gás SONATRACH)
- Ali Houd (Chefe do Projeto Alumínio da SONATRACH)
- Ali Nouioua (Diretor Geral da Empresa Nacional de Exploração das Minas de Ouro - ENOR)
- Abdelkader Benyoub (Diretor Geral Presidente - PDG - da Agência Nacional do Patrimônio Mineiro)
- Mustapha Benzerga (Assessor do Ministro de Energia e Minas)
- Maamar Hamada (Diretor de Relações Exteriores do Ministério de Energia e Minas)
- Mohamed Tahar Bouarroudj (Diretor Geral de Minas do Ministério de Energia e Minas)
- M`Hamed Mouraia (Diretor de Estudos do Ministério de Energia e Minas)

4. Cumpre assinalar que embora o Ministério argelino de Energia e Minas esteja devidamente avisado de que a língua de trabalho será o inglês, apenas a utilização do idioma francês garante 100% de aproveitamento. A experiência indica que não todos os funcionários argelinos, mesmo integrando área internacional de Ministérios e agências com grande contato com o exterior, possuem domínio satisfatório da língua inglesa. Por essa razão, sempre que possível, seria desejável realizar apresentações e reuniões de trabalho em francês.

5. Estou reiterando ao Ministério de Energia e Minas da Argélia a necessidade de responder às questões formuladas no programa preparado pela CVRD e recebido por e-mail (à exceção dos números de calçados para as botas de segurança, informação já transmitida via correio eletrônico para a DREN e a CVRD). Além disso, estou solicitando os dados de chegada e partida de delegação, os quais transmitirei a Vossa Excelência tão logo disponíveis.

Sérgio França Danese, Embaixador

BELLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 16/10/2006 10:09:30 N.°: 00957
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 16/10/2006 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DAF III/COCIT/DPG/DDS
DESCR=XPRO-ASEG
REF/ADIT=DET 160
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Indústria
militar. Reunião no Ministério
de Defesa argelino. Empresas
brasileiras.
//

Nr. 00957

RESUMO=
Informo. Relata reunião no Ministério da Defesa da Argélia em que se solicitou a participação de empresas brasileiras em uma série de projetos já lançados ou em fase de concepção. A "consulta restrita" é a modalidade escolhida pelo Governo argelino para a seleção das empresas.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

Compareci, em 16 de outubro corrente, ao Ministério da Defesa Nacional da Argélia, a convite do General Rachid Chouaki, Diretor de Indústrias Militares. O General Chouaki organizou a reunião para expor 4 projetos de sua área para os quais gostaria de contar com propostas de empresas brasileiras. Dois dos projetos já foram lançados na modalidade de "consultas restritas", uma espécie de concorrência dirigida a apenas alguns países previamente escolhidos. Outros dois projetos, que também adotarão a mesma modalidade, ainda não foram lançados, mas o General gostaria, desde já, de despertar o interesse das empresas brasileiras para que comecem a se preparar para apresentar ofertas.

2. As consultas já lançadas possuem um prazo, recentemente prorrogado, até 15 de dezembro vindouro para a apresentação das propostas e dizem respeito aos seguintes projetos:

- Realização de um Instituto de Pesquisa e Tecnologia do Armamento. Trata-se do projeto que motivou convocação de

reunião do Ministério da Defesa do Brasil com as empresas do setor, conforme relatado no desptel de referência. Segundo estou informado, em um primeiro momento, a construtora Odebrecht e a fundação ATECH Tecnologias Críticas teriam se interessado em participar, mas logo a primeira teria desistido por considerar que não possui vantagens comparativas que justifiquem a apresentação de proposta. Permaneceria, porém, interesse da ATECH.

- Construção de um veículo blindado com rodas. O projeto deverá ser desenvolvido em um complexo industrial na cidade de Constantine por meio de uma parceria com empresas argelinas, inclusive com a participação de uma firma da área de construção de obras públicas. A empresa que deseje apresentar proposta nesse sentido será bem-vinda para realização da prospecção prévia, o que pode incluir conversas no Ministério da Defesa e com potenciais parceiros argelinos, bem como visita ao local do complexo industrial. As empresa deverão levar em conta a necessidade de apresentar um projeto novo e prever a atualização e modernização do veículo por intermédio de parceria com empresas locais. De acordo com o General Chouaki, a Embaixada da Argélia em Brasília teria transmitido cópia do documento de consulta restrita ao Ministério da Defesa e à Avibrás, mas sem obter qualquer manifestação de interesse do lado brasileiro até o presente momento.

3. Os projetos que deverão ensejar duas outras consultas restritas em breve são os seguintes:

- Sistema eletrônico de defesa. Trata-se igualmente de projeto a ser desenvolvido em parceria ou "joint venture" com firmas argelinas, de modo a possibilitar o partilhamento da tecnologia e do "know how". Entre os múltiplos aspectos, incluiria sistema de telecomunicações, radares terrestres, sistemas de câmeras de vigilância, sensores de movimento e sistemas de visão noturna no âmbito de um sistema de controle e vigilância do território. Como se trata de um projeto ainda em fase de formulação, o General não estava em condições de fornecer pormenores e especificações técnicas, mas fez questão de adiantar a informação porque gostaria de contar com a participação brasileira, uma vez que o Brasil será um dos países incluídos na lista da consulta restrita.

- Desenvolvimento de 2 protótipos de Veículos Aéreos Não-Tripulados - VANT ("drone", em francês, ou "unmanned air vehicle", na denominação inglesa). Diferentemente dos projetos anteriores, que serão executados em parceria com o setor privado argelino, o parceiro para os VANTs seria o

próprio Ministério da Defesa Nacional. A empresa ou consórcio ganhador deverá desenvolver os estudos e realizar a construção dos protótipos (um com asas fixas nos moldes de um avião e outro de asas móveis como as de helicóptero) até sua homologação final pelo Ministério da Defesa, que decidirá oportunamente sobre a conveniência ou não de industrializar os VANTs argelinos. A exemplo do projeto do sistema eletrônico de defesa, o General Chouaki não estava em condições ou não estava autorizado a fornecer pormenores técnicos, provavelmente ainda na etapa de definição.

4. De minha parte, agradeci o convite do General Chouaki para a reunião, que foi organizada como parte do seguimento da missão militar argelina que visitou o Brasil em setembro último e cujos integrantes tiveram a oportunidade de visitar várias empresas fabricantes e exportadoras de material de defesa. Sobre os 4 projetos, teci as seguintes considerações:

- Relembrei o interesse da ATECH no projeto do Instituto e assinalei que aquela empresa teria também capacidades para participar do projeto do sistema eletrônico de segurança, uma vez que possui vasta experiência em setores como radarização e controle e vigilância do território (mencionei seu papel no desenvolvimento e implementação do SIVAM). Nesse sentido, pedi a meu interlocutor que designasse funcionário do Ministério da Defesa argelino para receber o Sr. Cláudio Carvas, Diretor da ATECH, que visitará Argel nos dias 21 e 22 do mês corrente para contatos em diversos ministérios e agências governamentais. Seria uma oportunidade, ressaltei, para transmitir ao representante da empresa brasileira as informações técnicas sobre os projetos e, eventualmente, combinar visitas a potenciais parceiros.

- Com relação ao projeto do veículo blindado, disse que não tinha conhecimento do tratamento que foi dado no Brasil à questão. De qualquer forma, solicitei cópia do documento de consulta restrita para que possa transmitir às autoridades brasileiras e às empresas brasileiras no ramo. Assinalei que a Avibrás, já conhecida dos argelinos, possui veículos blindados e poderia eventualmente se interessar em submeter proposta. Fiquei de cuidar para que as empresas brasileiras com capacidade no setor sejam devidamente informadas dessa oportunidade. Meu interlocutor comprometeu-se a fazer-me chegar o documento por mim solicitado.

- Finalmente, quanto ao projeto de desenvolvimento de 2 protótipos de veículos aéreos não-tripulados, assinalei que tinha conhecimento de que o Brasil, por meio do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA) em parceria com empresas

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 16/10/2006 10:09:30 N.°: 00957
CARAT=Reservado

privadas (como a Avibrás), desenvolve seu próprio VANT. No entanto, recordei que a eventual participação brasileira deveria ser avaliada à luz de nossos compromissos no âmbito do MTCR, do qual a Argélia não é parte. Comprometi-me a transmitir às autoridades brasileiras o interesse argelino na questão de modo a verificar a viabilidade de nossa eventual participação em parceria dessa natureza.

5. Ao longo da conversa, o General deixou transparecer que o Brasil passara a ser incluído nas consultas restritas do Ministério da Defesa tanto pela importância política das relações bilaterais quanto pela tomada de consciência das capacidades e do desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras da área de defesa e segurança. Nas suas palavras, embora haja uma concorrência entre vários países previamente selecionados (o Brasil certamente não será o único), haveria um grande desejo, do lado argelino, de ver concretizada a participação brasileira em um ou alguns dos projetos. Para tanto, recomendou que as empresas brasileiras venham à Argélia, façam visitas de prospecção, tomem conhecimento dos requisitos e exigências e, desse modo, habilitem-se a apresentar propostas competitivas.

6. Creio que existe uma certa pré-disposição favorável ao Brasil, que terá se fortalecido com a missão militar argelina. No entanto, para que esse esforço se traduza em negócios concretos e no estreitamento da cooperação bilateral, será necessário sensibilizar as empresas brasileiras para uma ação mais agressiva de promoção comercial. As oportunidades na área militar, embora sejam concretas, são apenas teóricas e potenciais. A chave para transformar essas oportunidades em negócios tangíveis reside, de acordo com a cultura local, na presença física e na constância da relação. Nesse sentido, caso as empresas brasileiras tenham interesse em submeter propostas, visitas prévias para contatos com as autoridades e potenciais associados locais seriam altamente recomendáveis.

7. Muito agradeceria a gentileza de transmitir o que precede ao Ministério da Defesa e às empresas brasileiras potencialmente interessadas nos projetos acima referidos e habilitar-me a manter o diálogo com o lado argelino nessas questões.

Sérgio França Danese, Embaixador

BELLI

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 10/09/2007 11:19:55 N.°: 00780
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 10/09/2007 (EGCP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/DAEX
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Data nacional
brasileira. Comemoração.
Registro.
//

Nr. 00780

RESUMO=
Informo. Registro comemoração do 7 de setembro na
Residência.

Para marcar o 7 de setembro, e com apoio das empresas Minerva, Andrade Gutierrez e Odebrecht, ofereci recepção na Residência, no último dia 9 de setembro (o Cerimonial pede às missões estrangeiras que não façam festas nacionais em fins de semana locais), para cerca de 500 convidados, entre autoridades civis e militares argelinas, membros do corpo diplomático e consular, empresários com relações com o Brasil e a Embaixada, representantes das empresas brasileiras que atuam na Argélia, a pequena comunidade brasileira em Argel, jornalistas e membros da sociedade local. O Ministro Abdelhamid Temmar, da Indústria e da Promoção dos Investimentos, representou o Governo argelino. A conversa que com ele tive será objeto de telegrama à parte.
2.A ocasião serviu para reapresentar de forma ampla a Residência brasileira em Argel, após os trabalhos de renovação e conservação realizados ao longo de 2006 e início do corrente ano.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 10/09/2007 11:19:55 N.°: 00780
CARAT=Reservado

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 23/10/2006 14:53:24 N.°: 00978
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 23/10/2006 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF III/COCIT/DPG/DDS
DESCR=ASEG-ARGL
REF/ADIT=DET 334, TEL 957
CATEG=MG

//
Promoção comercial. Empresa
ATECH. Missão ä Argélia.
Relatório.
//

Nr. 00978

RESUMO=
Informo. Realizada missão da empresa ATECH ä Argélia. Os contatos com as autoridades responsáveis pela área de segurança e de controle de tráfico aéreo foram positivos. Possibilidade de participação em licitações até o final deste ano.

ROGO RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4 e Brasemb Cairo

O Senhor Cláudio Carvas, Diretor da empresa ATECH Tecnologias Críticas, realizou missão a esta Capital nos dias 21 e 22 de outubro corrente. A pedido da ATECH, e com o objetivo de já fazer um seguimento da missão militar argelina que visitou a empresa em setembro último, a Embaixada agendou reuniões de trabalho com as seguintes autoridades argelinas:

- General Rachid Chouaki, Diretor de Fabricações Militares do Ministério da Defesa;
- Senhor Abdelwaheb Farouk Hamed, Diretor-Presidente da Empresa Nacional de Navegação Aérea (ENNA);
- Senhor Ali Tounsi, Diretor-Geral de Segurança Nacional;
- Senhor, Bencheman Messaoud, Diretor de Aviação Civil e Metereologia do Ministério dos Transportes.

2. Além desses encontros, e a pedido do Diretor-Presidente da ENNA, o Sr. Carvas manteve ainda reunião de trabalho com o Sr. Mahmoud Menbenkhelil, Inspetor-Geral, e com o Sr. Benyoucef Halfaoui, Diretor Técnico da empresa, para fazer

apresentação detalhada dos produtos de sua empresa. Em todos os encontros, o Senhor Carvas foi acompanhado por diplomata da Embaixada. Acompanhei-o no encontro com o Diretor-Geral de Segurança Nacional. Em reunião com meus colaboradores e comigo na Embaixada, o Senhor Carvas pôde ouvir uma avaliação geral da situação argelina, considerações específicas sobre o mercado nas áreas de seu interesse e orientação geral sobre a nossa política de cooperação bilateral nas áreas de defesa e segurança.

Etablissement National de la Navigation Aérienne

3. A reunião com o Diretor-Presidente e os técnicos da ENNA, na qual o Senhor Carvas foi acompanhado pelo Conselheiro Fernando Igreja, foi bastante proveitosa. Todos demonstraram grande interesse pelos produtos da ATECH, especialmente pelo "SYNCROMAX" (sistema de controle do fluxo de tráfico aéreo); "ADS" (sistema de vigilância); "ASMACS" (sistema de controle do espaço aéreo); e "OpCon" (consoles operacionais). No caso específico dos sistemas "SYNCROMAX" e "ADS", o Sr. Abdelouhab informou que será lançada, antes do fim do ano, licitação para sua aquisição, da qual gostaria muito que a ATECH participasse.

4. Na reunião com a direção técnica da empresa, o Inspetor-Geral não somente reafirmou o interesse de contar com a participação da ATECH na licitação, como expressou o desejo da parte argelina de "liberar-se da dependência francesa no setor", asseverando que as empresas européias (francesa, britânica e espanhola) funcionam como um cartel e obtêm sempre ganho nas licitações argelinas nessa área. A diversificação, especialmente contemplando uma empresa de um país em desenvolvimento, como a ATECH, estaria, portanto inscrita entre os objetivos da ENNA.

5. O Diretor-Técnico informou também que será lançada licitação nos próximos trinta dias para a construção de oito torres de controle de tráfico aéreo. O edital deverá que as empresas apresentem projeto para construção física das torres, fornecimento dos equipamentos e do "software" de controle aéreo. O Sr. Carvas afirmou que a ATECH tem grande interesse em participar da licitação, consorciada com seus parceiros brasileiros, provavelmente a ODEBRECHT, beneficiando-se do fato de que a construtora já está em processo de instalação na Argélia.

Diretor de Aviação Civil e Meteorologia do Ministério dos Transportes

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 23/10/2006 14:53:24 N.°: 00978
CARAT=Reservado

6. Durante a reunião com o Diretor de Aviação Civil e de Meteorologia do Ministério dos Transportes, sempre acompanhado do Conselheiro Fernando Igreja, o Senhor Carvas ouviu do Senhor Benchemam a mesma disposição positiva de contar com a participação de empresas brasileiras nos processos licitatórios organizados pela ENNA e pelo órgão argelino responsável pela meteorologia (Office National de Météorologie). No caso da meteorologia, o Sr. Benchemam disse que poderia haver interesse na aquisição dos radares fabricados pela ATECH, bem como do "AMET" (sistema de informação meteorológica), afirmando que também nessa área a Argélia estaria demasiadamente dependente das tecnologias e equipamentos europeus, especialmente franceses.

Diretor-Geral de Segurança Nacional

7.O Senhor Ali Tounsi recebeu-nos acompanhado do Diretor de Cooperação Externa da DSG e outros assessores. Fiz-lhe uma breve exposição sobre a ATECH, com ênfase no seu caráter de Fundação sem fins lucrativos, que está obrigada a reinvestir seus lucros em pesquisa e desenvolvimento industrial (o que causou enorme surpresa e admiração em nosso interlocutor) e ressaltei o seu histórico de parceria com o Govnero brasileiro no desenvolvimento do SIVAM e a sua disposição de compartilhar as tecnologias que venha a vender ou desenvolver com parceiros internacionais, contrariamente às práticas nesse ramo da indústria mundial.

8.O Senhor Carvas fez então uma exposição mais detalhada sobre os diversos domínios em que a ATECH pode fornecer sistemas, tecnologias e produtos de interesse potencial para a área de segurança, vigilância do território e combate à criminalidade na Argélia, e deixou com nossos interlocutores material informativo, que prometeu remeter também em francês tão logo disponível. O DGSN fez diversas perguntas sobre alguns dos produtos oferecidos, em particular o sistema de motoplanador utilizado como plataforma de sensores de vigilância e o sistema de tratamento informático de dados sobre criminalidade em uso em diversas cidades brasileiras.

9.Embora adiantando que provavelmente não poderá aceitar proximamente o convite que lhe dirigiu o Ministro da Defesa para ir ao Brasil, manifestou-se disposto a analisar os produtos oferecidos pela ATECH e a mandar oportunamente missões ao Brasil para avaliar as possibilidades de cooperação. Insistiu em que lhe fosse mandado o material em francês, a fim de que possa ser usado para discussão em um grupo mais amplo de assessores e técnicos; enquanto isso, prometeu que as áreas com interesse direto iriam começar a

estudar o material deixado pelo Senhor Carvas.

Diretoria de Fabricações Militares do Ministério da Defesa

10.O Senhor Carvas e o Secretário Benoni Belli foram recebidos pelo General Tachid Chouki, Diretor de Fabricações Militares, que ouviu a exposição sobre a ATECH e expôs ao Diretor da empresa os projetos de sua área que poderiam interessá-la e que foram objeto da conversa que com ele eu tivera dias antes (meutel 957), notadamente o projeto do Instituto de Armamentos, o projeto de aeronave não tripulada e a plataforma eletrônica de controle e vigilância. O Senhor Carvas confirmou o interesse da ATECH de participar das consultas, informou do estado de preparação da proposta que será feita até 15 de dezembro a respeito do Instituto e da disposição do grupo que a apresenta de vir visitar oportunamente os locais.

Conclusões

11. O representante da ATECH deixou Argel com a sensação de que há boas oportunidades para a empresa no País, e disposto a voltar para participar das licitações que devem ser lançadas até o final deste ano. A boa disposição de seus interlocutores para recebê-lo e para aprofundar o conhecimento dos produtos apresentados pela empresa pode indicar um resultado positivo da missão do Ministério da Defesa ao Brasil e a necessidade de seu firme seguimento. Carvas disse-me que a ATECH foi objeto de grande interesse por ocasião da visita e deu-me a clara impressão de que a empresa está decidida a apostar na prospecção do mercado argelino, com boas parcerias no Brasil. O Diretor da empresa comprometeu-se a enviar, por intermédio da Embaixada, o CD-Rom sobre a Atech em francês e material informativo que possa reunir nessa língua, o que sem dúvida facilitará a promoção dos interesses da empresa aqui.

Sérgio França Danese, Embaixador

FLLI/

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/11/2007 14:22:38 N.°: 00981
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 14/11/2007 (EGCP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1151 2006, TEL 362, DET 047
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Cooperação e
promoção comercial. Recursos
hídricos. Interesse do
Ministro de Recursos em
visitar prontamente o Brasil.
//

Nr. 00981

RESUMO=
Informo e rogo instruções urgentes. Ministro dos Recursos Hídricos manifesta interesse de visitar a curtíssimo prazo o Brasil para conhecer experiência e potencial de cooperação na área de barragens e para formar o novo diretor da Agência Nacional de Barragens e Adutoras. Cumpriria o mesmo programa preparado para a missão técnica aventada no início do ano, acrescida de contatos no seu nível ministerial.

Para conhecimento dos Diretores da ABC, DEAF e DPR

Ligou-me o Diretor de Assuntos Externos e da Cooperação do Ministério dos Recursos Hídricos para dizer que, tendo em conta o anterior oferecimento do Brasil na área de cooperação em gestão de barragens (telegrama 1151/2006 e depstel 047), e

a recente nomeação do novo Diretor da Agência Nacional de Barragens e Adutoras-ABNT, Larbi Baghdali (fundamental na condução de licitações de interesse da Andrade Gutierrez e Odebrecht, aqui instaladas), o Ministro Abdelmalek Sellal gostaria de visitar imediatamente o Brasil, acompanhado do Diretor da ABNT e outro assessor, para cumprir a programação inicialmente prevista para aquela missão e ter contatos em nível ministerial (e, entendo, em função das competências sobre o setor hídrico no Brasil, na alta diretoria da Agência Nacional de Águas e eventualmente em algum Governo estadual).

2. A data ideal para a visita do Ministro seria 25 de novembro corrente. O Ministro Sellal gostaria de receber um convite do Governo brasileiro para realizar essa visita.

3. Imagino que a urgência do Ministro se explique por um dos seguintes fatores, ou a combinação de mais de um deles:

a) a urgência que assumiu aqui o problema enfrentado pela ANBT em função de um problema ocorrido na barragem de Beni Harroun, que apresenta vazamento e falhas de projeto e realização que a impedem de ser enchida a pleno e provocou um grande escândalo político-administrativo, ressaltado por recente inspeção do Presidente Bouteflika ao canteiro de obras;

b) a necessidade de rapidamente treinar o novo diretor da ANBT em país menos envolvido com as obras em curso na Argélia e com reconhecida competência técnica no setor, como o Brasil, e isso antes de que se voltem a lançar licitações (ou relançar, caso a da barragem do Tabellout, escandalosamente ganha pela francesa Razel em detrimento de outras cinco empresas desclassificadas, entre elas a AG, vide telegrama 910); e

c) a forte queixa feita pela Embaixada junto ao Chefe do Governo quanto aos resultados de duas licitações da ANBT que excluíram tecnicamente a Andrade Gutierrez (telegrama 911).

4. Caso seja possível, estimo que seria de toda a conveniência acolher o pedido para avançar os interesses brasileiros na área da venda de serviços de construção ligados aos recursos hídricos na Argélia, em que as duas empresas brasileiras aqui instaladas se têm empenhado.

5. O programa anteriormente preparado pela ABC e ANA (despacho telegráfico 047) teria, a meu ver, de ser fortalecido, idealmente, com visita a FURNAS - empresa estatal que poderia ser uma parceria técnica ideal para a

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 14/11/2007 14:22:38 N.°: 00981
CARAT=Reservado

Argélia na matéria - e eventualmente mesmo a Itaipu (para firmar definitivamente a imagem de competência técnica brasileira na matéria) e com contatos do Ministro Sellal junto ao Ministro da Integração Regional e outras altas autoridades federais ou estaduais que tenham competências na área de gestão de barragens. Estou certo de que as duas empresas brasileiras aqui instaladas ajudarão no apoio logístico à missão, caso seja necessário, como têm feito sistematicamente.

6. Diante da urgência com que me foi apresentado o pedido do Ministro Sellal e do grande interesse brasileiro na área sob sua competência, Vossa Excelência muito me obsequiaria com uma palavra de instrução. Dei à solicitação, como convinha, uma resposta interlocutória, prometendo contudo empenhar-me para transmiti-lo e respondê-lo da melhor maneira possível.

7. A título de orientação, recordo que o Ministro Sellal tem forte ligação pessoal e política com o Presidente Bouteflika, de quem é Ministro desde 1999. É seguidamente mencionado como possível Chefe de Governo. Embora não seja um técnico na área de recursos hídricos (é formado em administração e seguiu por um tempo a carreira diplomática, tendo sido Embaixador na Hungria), tem tido um grande desempenho à frente da pasta. É competente, objetivo e pragmático. Conhece o Brasil e tem grande apreço pessoal pelo nosso país, em função de um episódio relativamente recente da sua vida familiar (seu filho, vítima de grave acidente, foi por duas vezes operado pelo cirurgião plástico Ivo Pitanguy, de quem o Ministro Sellal guarda uma recordação marcada de emocionada gratidão).

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/12/2007 09:41:16 N.°: 01067
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 05/12/2007 (LFLR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC
DESCR=PEXT-XPRO-ARGL
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Relações
bilaterais e promoção
comercial de serviços.
Proposta de visita ao Brasil
do Ministro de Obras Públicas.
//

Nr. 01067

RESUMO=
Informo e rogo providências. Ministro de Obras Públicas manifesta interese de ir ao Brasil para conhecer capacitação técnica brasileira em áreas de interesse da sua pasta e de atenção de construtoras brasileiras na Argélia. Sugiro emissão de convite oficial, para posterior preparação de programa de visita com apoio das empresas interessadas.

Para conhecimento do Diretor do DEAF, Ministro Fernando Simas Magalhães

Fui informado do interesse e da disposição do Ministro Amar Ghoul, das Obras Públicas, em visitar o Brasil para poder ter uma imagem mais completa e aprofundada da

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/12/2007 09:41:16 N.°: 01067
CARAT=Reservado

capacitação técnica brasileira nas áreas de interesse do seu Ministério (portos, rodovias, pontes e viadutos) e que constituem alguns dos principais focos de interesse da Odebrecht e da Andrade Gutierrez na Argélia.

2. A visita, na visão do posto, é fundamental para sustentar os interesses brasileiros e se enquadra perfeitamente na política que tem sido desenvolvida pelo Brasil em relação à Argélia: aprofundar o conhecimento do país nas suas áreas de excelência, de forma a fazer das empresas brasileiras uma opção visível e plenamente levada em conta nas decisões sobre políticas públicas argelinas, em particular aquelas que envolvem a importação de bens e serviços pelo Governo argelino.

3. A visita complementaria o esforço que está sendo feito para levar o Ministro dos Recursos Hídricos ao Brasil. O interesse e a participação das empresas que aqui operam asseguram boas perspectivas de êxito para essas iniciativas e ajudam a transmitir uma imagem de coesão entre os interesses governamentais e empresariais na relação com um parceiro como a Argélia.

4. O período de que dispõe o Ministro Ghoul para realizar a sua visita é 7 a 12 de janeiro de 2008. Segundo a prática argelina, um convite formal do Governo brasileiro é fundamental para a tramitação interna da missão no Governo argelino e teria a urgência decorrente da proximidade relativa do período sugerido.

5. Se Vossa Excelência concordar com essa linha de raciocínio, muito agradeceria verificar junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio a possibilidade de ser expedido um convite oficial para essa visita, nos moldes do que foi preparado para o Ministro dos Recursos Hídricos. O ideal é que seja um convite genérico, que poderia mencionar o período, mas de forma a deixar alguma flexibilidade para a elaboração do programa.

6. O foco da missão será eminentemente técnico. Eventuais contatos de alto nível do Ministro em Brasília deveriam enfatizar o engajamento do Governo brasileiro na parceria com a Argélia e eventuais facilidades a serem concedidas em termos de financiamentos do BNDES (embora essa não seja uma condição) e de cooperação técnica em áreas de interesse argelino. A programação dos locais a serem visitados seria feita após a emissão do convite oficial, em coordenação com o Ministério das Obras Públicas argelino.

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 05/12/2007 09:41:16 N.°: 01067
CARAT=Reservado

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 03/12/2006 06:43:58 N.°: 01104
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 03/12/2006 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DREN/DPB/DOC/DAF III/ABC
DESCR=EREM-BRAS-ARGL
REF/ADIT=TEL 751, TEL 950, TEL 961
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Energia e
Recursos minerais. Missão
argelina na área de mineração.
Nova proposta de datas.
//

Nr. 01104

RESUMO=
Informo e rogo providências. Parte argelina propõe a segunda quinzena de janeiro de 2007 para realizar a missão na área de mineração. Apoio logístico e custeio das despesas já definido com as empresas participantes.

O Ministério da Energia e Minas propôs formalmente a segunda quinzena de janeiro de 2007 (a partir de 15/01/07) para a realização da missão na área de mineração, objeto dos telegramas de referência e outros expedientes ao longo do ano. A missão, originalmente planejada para o período de 23 a 27 de outubro último, teve de ser adiada por razões internas da delegação.

2.A proposta atual é o resultado de consultas informais com a Embaixada, nas quais fez-se ver à parte argelina o interesse do lado brasileiro na realização da missão e ao mesmo tempo as dificuldades logísticas e de execução apresentadas pelo período imediatamente proposto para a sua realização, após o adiamento de outubro último (a parte argelina havia sugerido o período de 10 a 20 de dezembro corrente).

3.Tanto a CVRD quanto a Odebrecht haviam manifestado, em contatos com a Embaixada após o adiamento da missão em outubro, plena disposição de reapresentar o programa antes sugerido, reforçando-o em alguns pontos, e também sua concordância com a hospitalidade a ser brindada aos visitantes. O representante da Odebrecht aqui confirmou-me há

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 03/12/2006 06:43:58 N.°: 01104
CARAT=Reservado

pouco o grande interesse da sua empresa na iniciativa.

4.Considero que a realização da missão permitirá mostrar a experiência e as competências brasileiras no setor de mineração e da infraestrutura de produção e escoamento da produção mineral, criando uma sinergia com a divulgação na Argélia do nosso setor de obras públicas e grandes obras de engenharia.

5.Estimaria, dessa forma, poder novamente contar com o mesmo intenso empenho de Vossa Excelência para a concretização do projeto, em que a parte argelina é certamente a maior demandante, mas em que também se projetam interesses brasileiros na relação bilateral. Recordo, a propósito, que o Ministro da Energia e Minas da Argélia, formalmente convidado a visitar o Brasil por seu homólogo brasileiro, manifestou o desejo de que essa missão e outra da Sonatrach constituam instâncias preparatórias da sua viagem.

6.Muito agradeceria confirmar-me a possibilidade de realização da missão no período proposto, a fim de que disso possa dar conhecimento formal ao Ministro da Energia e Minas, a quem solicitei audiência para tratar da questão das missões do seu ministério que devem visitar o Brasil.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 11/12/2006 15:07:42 N.°: 01143
CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 11/12/2006 (MG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=COCIT/DAF III/DOC/DAC/DAEX
DESCR=ASEG-ARGL
REF/ADIT=TEL 998, TEL 935
CATEG=MG

//
Argélia. Segurança. Atentado
terrorista contra funcionários
de empresa norte-americana nas
imediações de Argel.
//

Nr. 01143

RESUMO=
Informo. Novo atentado contra dois ônibus que transportavam funcionários da construtora norte-americana BRC deixa saldo de um morto e nove feridos nas imediações de Argel, em zona considerada nobre e segura, freqüentada por altos funcionários do Estado, executivos internacionais e pelo corpo diplomático.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NOS PAÍSES DO GA-4

Apesar do reforço das medidas de segurança desde o atentado com carros-bomba relatado no telegrama 998, o aparato policial não evitou nova ação audaciosa de terroristas das imediações da capital, realizada por volta das 18h de ontem, 10 de dezembro, em Bouchaoui (a apenas 30 km de Argel, em região considerada nobre e segura). Dois ônibus que transportavam funcionários da construtora norte-americana Brown & Root - Condor (BRC), controlada pela Halliburton e prestadora de serviços para a estatal argelina do petróleo Sonatrach, foram alvo de elementos armados que, segundo as primeiras versões, lançaram uma bomba sobre o primeiro ônibus e metralharam o segundo. O saldo, segundo comunicado oficial do Ministério do Interior, foi de 1 morto (motorista argelino) e 9 feridos (2 libaneses, 4 britânicos, 1 norte-americano, 1 canadense e 1 argelino), sendo 1 em estado grave.

2. Os ônibus foram atacados no final da tarde, quando transportavam os funcionários da BRC da sede da empresa para

o hotel Sheraton. O surpreendente é que o atentado tenha ocorrido numa das áreas mais vigiadas, a apenas algumas centenas de metros do Club des Pins, onde se localizam o hotel Sheraton, o Palais des Nations (centro de eventos) e a vila de residências oficiais reservadas a altos funcionários do Estado, civis e militares. Além disso, os ônibus contavam com escolta da gendarmeria, que reagiu ao ataque e teria, assim, evitado o massacre dos funcionários da firma norte-americana. As forças de segurança foram mobilizadas rapidamente e iniciaram uma grande operação na região para tentar capturar ou, na linguagem local, "neutralizar" os responsáveis pelo ataque, que, segundo testemunhas, seriam em número de 4.

3. O local em que se deu o atentado é passagem quase obrigatória para boa parte do corpo diplomático, seja porque muitos Embaixadores são convidados com freqüência para eventos nas residências oficiais do Club des Pins, seja porque grande número de funcionários diplomáticos vão regularmente ao hotel Sheraton para recepcionar e alojar delegações, participar de seminários e congressos, freqüentar seus restaurantes ou simplesmente relaxar em seu clube (em uma cidade com opções limitadas de lazer, o Sheraton é um dos lugares preferidos por diplomatas e executivos de firmas internacionais). O local do ataque, portanto, é garantia de repercussão nos meios oficiais estrangeiros e não deixa de influir sentimento de insegurança entre o corpo diplomático e as empresas internacionais aqui instaladas.

4. Ao que tudo indica, o atentado foi perpetrado por terroristas do Grupo Salafista para a Predicação e o Combate (GSPC), embora ainda não se tenha notícia de reivindicação por parte dessa organização filiada à Al Qaeda. Círculos ligados ao Governo especulam sobre ação do crime organizado, o que parece pouco provável. De qualquer forma, os criminosos buscaram atingir os EUA, país que tem aumentado sobremaneira sua presença na Argélia por meio de empresas privadas e cooperação bilateral, sobretudo em matéria de segurança e intercâmbio militar. A escolha do local, contudo, demonstra que os terroristas não parecem se intimidar diante do policiamento ostensivo e são capazes de planejar e executar ações ousadas mesmo nos locais tidos como os mais seguros.

5. Do ponto de vista desta Embaixada, o fato apenas reforça uma tendência apontada regularmente em telegramas sobre o assunto ao longo deste ano. O atentado também recomenda atenção redobrada da parte do Governo brasileiro em função do aumento da presença brasileira na Argélia. Além dos funcionários da própria Embaixada, as construtoras Andrade

De: BRASEMB ARGEL Recebido em: 11/12/2006 15:07:42 N.°: 01143
CARAT=Reservado

Guitérrez e Odebrecht estão instaladas ou em processo de instalação neste país. Para os executivos dessas empresas e para comunidade brasileira aqui residente, tenho procurado ressaltar a necessidade de tomar as devidas precauções com vistas e minimizar riscos desnecessários. Não há razões para alarmismo nem obviamente justificativa para reverter a tendência de maior presença empresarial brasileira na Argélia, mas o terrorismo é um fator que deve necessariamente ser levado em conta nos deslocamentos tanto do pessoal diplomático quanto dos empresários e outros cidadãos brasileiros aqui residentes.

Sérgio França Danese, Embaixador

BELLI

De: BRASEMB BERLIM Recebido em: 11/06/2007 14:13:27 N.°: 00724
CARAT=Reservado

De Brasemb Berlim para Exteriores em 11/06/2007 (MIO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DREN/DRN/DPAD/DSF/DE I
DESCR=GVIO-XPRO
RTM=CEEBRMS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 698 2006
CATEG=MG

//
Cúpula G-8. Viagem
presidencial. Entrevista com
representantes da
DaimlerChrysler.
//

Nr. 00724

RESUMO=
Transmite relato da reunião entre o Presidente da República e representantes da DaimlerChrysler, na qual se tratou de investimentos no Brasil e do uso de biodiesel como combustível para os transportes, entre outros assuntos.

Retransmissão automática para Braseuropa

Realizou-se em no dia 06 de junho, reunião entre o Presidente da República, o Vice-presidente Executivo do Segmento de Veículos Pesados da DaimlerChrysler, sr. Hubertus Troska, e o Presidente da DaimlerChrysler do Brasil, Sr. Genro Hermman.

2.Os executivos da empresa alemã manifestaram ao Presidente da República sua satisfação com os negócios realizados no Brasil, onde vendem 55 mil caminhões por ano, devendo a produção passar a 65 mil, segundo os planos da montadora, que responde hoje por 45% da venda de caminhões no País.

De: BRASEMB BERLIM Recebido em: 11/06/2007 14:13:27 N.°: 00724
CARAT=Reservado

Disseram-se também satisfeitos com os negócios que vêm realizando na região a partir do Brasil (vendas de caminhões à Argentina (5 mil por ano) e ônibus à Venezuela (3 mil por ano)). O incremento nas operações da empresa no Brasil deverá levar em breve a novos investimentos e à contratação de mais 500 operários, o que registra mudança de postura, pois a empresa planejava, há poucos meses, demitir 600 operários e reduzir o ritmo de seus investimentos no País. Asseveraram ainda os empresários ser hoje o Brasil plataforma exportadora importante para a Mercedes, cujo equilíbrio financeiro no Brasil estaria alicerçado tanto do mercado interno quanto no externo. O Presidente manifestou também satisfação com o andamento dos negócios da empresa no País e afirmou que os negócios na América Latina tenderiam a melhorar.

3.Quanto ao uso de biocombustíveis, os empresários mostraram-se interessados em incrementar o uso do biodiesel para transporte de carga no Brasil. Mencionaram ao Presidente a possibilidade de introduzir no País caminhões que atendessem a especificações de emissão de GEE semelhantes aos que se observam na Europa (Euro 2,3, 4 etc.) O Presidente disse aos empresários da Mercedes não ver por que não se pudessem produzir no Brasil caminhões que funcionassem completamente a biodiesel, dentro inclusive das especificações européias. Sugeriu o Presidente que se realizassem estudos conjuntos, envolvendo a Petrobrás, que deverá ganhar em breve uma diretoria de biodiesel, para medir as emissões entre, por exemplo, os padrões Euro 3 (20% de biodiesel) e 4 (diesel comum). Os representantes da empresa alemã não foram refratários à idéia e ressaltaram a necessidade de criar-se padrão técnico para uso do biodiesel no Brasil, a ser garantido pela Petrobras. Agregou o Presidente que esse estudo era importante, porque, quando se discutiram os padrões europeus para emissões, não havia ainda o biodiesel. Tal estudo, que deveria ser posteriormente publicado poderia, no entender do Presidente Lula, aclarar a real situação das emissões segundo padrões adotados na Europa. O Presidente assegurou que a Petrobrás tem condição de estabelecer padrões seguros para o uso do biodiesel no Brasil.

De: BRASEMB BERLIM Recebido em: 11/06/2007 14:13:27 N.°: 00724
CARAT=Reservado

4.O Presidente chamou, por sua vez, a atenção para o potencial econômico da América do Sul, que tem cerca de 300 milhões de habitantes e PIB potencial de US$ 1.5 trilhão, ressaltando que a região deveria ocupar mais espaço nos planos de investimento dos países desenvolvidos. Ressaltou, igualmente, a importância do desenvolvimento dos biocombustíveis para regiões menos afluentes do mundo, ressaltando que a África, e.g., não se desenvolverá sem projetos como esse. Segundo ele, a iniciativa em favor dos biocombustíveis, além de contribuir para minorar os efeitos das mudanças climáticas, geraria emprego e renda, abrindo novas possibilidades de acesso à riqueza por parte de populações destituídas. A esse respeito, mencionou projeto relativo à cana-de-açúcar, que o Governo brasileiro estaria desenvolvendo em Angola, em parceria com a Odebrecht e a Petrobrás.

5.Com relação às mudanças climáticas, o Presidente afirmou que os países ricos, responsáveis por 65% das emissões de GEE, pouco ou nada querem fazer para melhorar o problema. As verdadeiras soluções estariam sendo encontradas nos países em desenvolvimento, o que precisava ser reconhecido. Os países desenvolvidos deveriam se empenhar mais: "ou diminuem [as emissões], ou param de reclamar," asseverou.

SEIXAS CORRÊA, Embaixador

PFDF

De: SÉRIE BAGDAD Recebido em: 25/02/2007 15:32:30 N.°: 00050
CARAT=Reservado

De Brasemb Bagdá para Exteriores em 25/02/2007 (EAC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOM II/DPG/DOC/CGEUC/SPD
DESCR=POIN-XIEX-IRAQ
RTM=USABREM,ONUBRMS
CATEG=MG

//
Iraque. Situação no
Curdistão. Segurança e
economia. Relações com
o Brasil.
//

Nr. 00050

RESUMO=
Num Iraque conturbado, destaca-se o Curdistão por uma situação de tranqüilidade bem maior. Propõe-se um plano para adensamento das relações Brasil-Iraque, sob a forma de contatos exploratórios na aludida região seguidos de missão empresarial.

Informo e rogo providências. Com vistas a definir iniciativas que poderiam ser conduzidas no Curdistão, como maneira de dinamizar as relações Brasil-Iraque onde isso já é possível, apresento nos parágrafos seguintes um quadro resumido da situação que ora prevalece no referida região, bem como proposta para um plano de ação de curto prazo - neste caso com base em sugestões adiantadas pelo próprio Presidente Jalal Talabani.

A situação no Curdistão:

2.Dadas as condições muito especiais que prevalecem no Curdistão, tenho procurado, sempre que possível, adiantar informações sobre os aspectos políticos, econômicos e de segurança da referida região. Tendo em conta estar-se aproximando o referendum que, previsto na Constituição do Iraque de 2005, poderá ter implicações profundas seja para o futuro do Curdistão, seja para as relações de Bagdá com as capitais vizinhas, e com vistas também à definição das iniciativas que o Brasil poderia ter na região mencionada, apresento agora, de maneira resumida, algumas reflexões sobre o tema, na esperança de que possam ser de ajuda para a

compreensão de uma região que faz jus ao título de "país basco" do Iraque.

3.Das três províncias ou governadorados que são ora administradas pelo Governo Regional do Curdistão, na chamada Federação Curda, duas delas, Erbil e Dahuk, são controladas pelo Partido Democrático do Curdistão (KDP), de Mustafá Barzani, que preside em Erbil o Governo Regional da aludida Federação. A terceira província, denominada Sulaymaniyah, é por sua vez o feudo político da União Patriótica do Curdistão (PUK), de Jalal Talabani - que no momento ocupa a presidência do Iraque. Cada um dos partidos mencionados tem a responsabilidade principal pela administração da sua área de influência. No Governo Regional, que é integrado também por partidos menores, como o Partido Comunista do Curdistão, o KDP e PUK têm participação paritária, com base no acordo de unificação de 21/01/2006, confirmado em 07/05/2006 quando tomou posse o Gabinete presidido por Barzani. O que houve, contudo, foi tão somente um entendimento de conveniência, que poderá ser facilmente rompido, em função inclusive da diferença de personalidades e de trajetórias políticas entre Talabani e Barzani, e respectivos partidos.

4.Como se recordará, Barzani, durante o regime de Saddam Hussein, recorreu por diversas vezes ao apoio externo para a promoção dos seus interesses. Foi o que aconteceu quando apelou para o Irã, ou mesmo quando pediu ajuda do ex-dirigente de Bagdá, deposto pelos EUA em 2003. Talabani, um social-democrata de maiores convicções ideológicas, nunca transigiu a fim de sobreviver politicamente. Preferiu o exílio. Esses comportamentos diferenciados se refletem até hoje na necessidade que tem Barzani de, a todo momento, se apresentar como defensor da causa curda. Talabani não se sente compelido da mesma maneira a provar a sua adesão ao projeto político do seu povo - que ele vê ademais numa perspectiva temporal de mais realismo. As diferenças entre um e outro se observam até nas suas personalidades, pois enquanto Talabani é comunicativo e mais receptivo aos conceitos do Ocidente, como se mostrou na sua recusa em endossar a aplicação da pena de morte, Barzani é reservado, a ponto inclusive, segundo me confidenciaram políticos iraquianos, de não dar a conhecer quem é a sua mulher, que nunca é vista.

5.Na região central do Iraque, e sobretudo em Bagdá, a situação de segurança, como é sabido, não dá indícios de mudança para melhor, isto não obstante o fato de os EUA, ainda que tardiamente, haverem compreendido que a pacificação do país depende não apenas de um consenso nacional em torno

da reconciliação da sociedade iraquiana, capaz de evitar que os ciclos de violência se repitam, mas também de um exército iraquiano com poder efetivo - algo bem diferente do modelo anti-séptico que vinham impondo desde 2003 às forças armadas iraquianas, a exemplo da orientação adotada após a II Guerra Mundial, em circunstâncias totalmente diferentes, tanto no Japão como na Alemanha Ocidental. Chegou-se agora a uma situação na qual, mesmo que a força consiga suprimir a violência, haverá sempre o risco de os conflitos voltarem a eclodir, na falta de uma reconciliação efetiva. Faço este breve retrospecto sobre a situação nas áreas centrais do Iraque para mostrar que, em Bagdá, o que se pode fazer por ora é manter abertos os canais de comunicação com o Governo, com vistas inclusive a facilitar a participação nas licitações, que começam já a ser freqüentes e significativas.

6.Sem as mesmas limitações, o Curdistão de hoje, ao qual os políticos iraquianos de etnia árabe se referem com eufemismo como "região norte do Iraque", é resultado do clima de bonança que ali prevaleceu desde a primeira Guerra do Golfo e sobretudo a partir do final da década de 90. Como indicação das condições de segurança já bastante boas da região, poder-se-ia mencionar que nenhum soldado da Força Multinacional foi morto ali até hoje. Por outro lado, os indícios de prosperidade são muitos, sendo resultado com freqüência de uma "Kurdistan Development Corporation" que se tem mostrado efetiva na captação de investimentos. Estes últimos, por sinal, desde o início da década de 90, passaram a fluir para o Curdistão em conseqüência das sanções impostas ao Iraque. Não poucas indústrias da área de Bagdá migraram assim para o norte do país. Para as perspectivas econômicas da região contribuem agora, em muito, importantes reservas de petróleo e de gás. Ministro do Governo Regional do Curdistão na virada do século, e hoje membro do Parlamento iraquiano, disse-me recentemente que, em poucos anos, mais de 8 bilhões de USD foram aplicados na região, em sua quase totalidade em projetos de desenvolvimento que hoje se refletem em boas estradas, boas comunicações e centros urbanos com edifícios modernos.

7.Na região em apreço dois são os centros de poder, Erbil e Sulaymaniyah, nas áreas de influência respectivamente de Barzani e de Talabani. Ambos deveriam ser incluídos, sempre que possível, nos exercícios de cooperação que o Brasil pretenda desenvolver com o Curdistão.

Plano para iniciativas no Curdistão:

8.Conforme reportado, o Presidente Talabani manifestou em

dezembro último o desejo de que, tão logo possível, uma missão de empresários brasileiros, acompanhada por alguns representantes da mídia de nosso país, visitasse as áreas do Iraque nas quais prevalece já uma tranqüilidade suficiente para se definirem e implementarem projetos de reconstrução e desenvolvimento - como seria o caso do Curdistão. Por outro lado, na mesma ocasião em que adiantou tal desejo, convidou-me ele a visitar a referida região, sugerindo para isso os meses de março ou abril. Procurei nessas condições fazer uma avaliação das condições locais de segurança, e todas as informações colhidas sugerem que elas são satisfatórias, não exigindo para os deslocamentos a parafernália da proteção que é indispensável em Bagdá, e é tão dispendiosa. No máximo, e mesmo assim não seria uma exigência, poder-se-ia pensar no recurso a um veículo blindado e a um guarda-costas, que o Governo Regional muito possivelmente ofereceria gratuitamente, se solicitado.

9.Nessas condições, seria já possível montar uma operação a ser conduzida em duas fases. Num primeiro momento eu visitaria Erbil em março ou abril de 2007, em viagem exploratória e com vistas a estabelecer os primeiros contatos seja com o Governo Regional do Curdistão, seja com a "Kurdistan Development Corporation", seja com os meios empresariais locais. No Governo, conviria fossem agendados encontros não apenas com Barzani, que é o Primeiro-Ministro da região, mas também com o Vice-Primeiro Ministro, Omer Fattah Hussain (de modo a cobrir tanto o KDP como a PUK), além dos ministros das áreas técnicas de maior interesse para nós, como transportes, eletricidade, habitação e recursos naturais. Se forem positivos os resultados colhidos nessa fase, a missão empresarial proposta pelo Presidente Talabani poderia ser montada então, por exemplo, para o outono iraquiano - isto sem prejuízo do deslocamento até Erbil de empresários que, havendo comparecido a uma das feiras que, com foco no Iraque, deverão ser realizadas em Amã em abril e em maio, desejem fazer desde logo um primeiro contato no Curdistão. Sendo diretos os vôos entre Amã e Erbil, a logística da operação seria bastante fácil e pouco dispendiosa. É esse o plano que me permito recomendar a Vossa Excelência.

10.Na hipótese de me ser comunicada a aprovação de princípio para o que precede, procuraria precisar gastos, que não seriam de qualquer forma elevados, a fim de facilitar as providências nos âmbitos seja oficial seja empresarial. Quanto à missão empresarial, ou às visitas feitas isoladamente por empresários antes mesmo de sua realização, pareceria de todo conveniente fossem estimulados a

participar, entre outros, representantes da Andrade Gutierrez, da Embraer, da Mendes Júnior, da Odebrecht, da Randon, da ABIEC, bem como do setor açucareiro e de materiais de construção - isto não obstante o fato de que carnes, açúcar e material de construção devam ter possivelmente os seus mercados equacionados tomando-se de preferência o Iraque como um todo, pois as compras e as licitações deverão ser de âmbito nacional. Antecipando-me aos preparativos, tenho mantido contato com empresários iraquianos e, ontem mesmo (24/02/2007), cinco deles estiveram reunidos comigo em meu gabinete na companhia do Deputado Yonadam Kanna que, no Parlamento iraquiano, é co-presidente do Comitê de Economia, Investimento e Reconstrução. Na ocasião foi feita uma apreciação de conjunto das perspectivas comerciais, e foi-me sugerida a criação, da qual tratarei em comunicação à parte, de uma Sociedade de Amigos Brasil-Iraque, com capítulos num e noutro país, que servisse de foco para as iniciativas referentes ao intercâmbio bilateral.

11.Vossa Excelência muito me obsequiaria permitindo que, exceção feita do seu parágrafo 4, seja esta comunicação retransmitida às empresas mencionadas no parágrafo anterior, bem como à Câmara de Comércio Árabe Brasileira, neste caso à atenção do senhor Michel Alaby. Num tel de caráter abrangente, presumo que a parte analítica é da competência da área política e as sugestões operacionais, dada a sua natureza, da área da promoção comercial.

Bernardo de Azevedo Brito, Embaixador

BAB

De: BRASEMB BERLIM Recebido em: 25/02/2005 07:53:00 N.°: 00322
CARAT=Reservado

De Brasemb Berlim para Exteriores em 25/02/2005 (MIO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DE I/DOC/CORG/AIG
DESCR=ECON-BRAS-RFA
RTM=FFMBRCG,MURBRCG
REF/ADIT=TEL 135
CATEG=MG

//
Brasil-Alemanha. Prêmio
empresarial "Personalidade
do Ano". Norberto Odebrecht.
//

Nr. 00322

RESUMO=
Informo. O empresário brasileiro Norberto Odebrecht receberá, ao lado do executivo alemão Hans-Jürgen Harnisch (ThyssenKrupp), o Prêmio "Personalidade Brasil-Alemanha" deste ano. A cerimônia de premiação ocorrerá por ocasião do Encontro Econômico Brasil-Alemanha 2005 (Fortaleza, 3 a 5 de julho).

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA CONSBRAs FRANKFURT
E MUNIQUE

Soube pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo, Rolf-Dieter Acker, que o empresário Norberto Odebrecht será o brasileiro homenageado com o Prêmio "Personalidade Brasil-Alemanha", concedido anualmente pelo Conselho Alemão das Câmaras de Comércio e Indústria (DIHK) e pelo Conselho Integrado das Câmaras alemãs no Brasil. Pelo lado alemão, como adiantei no expediente de referência, a honraria caberá ao executivo Hans-Jürgen Harnisch, membro do Conselho de Administração da ThyssenKrupp. Odebrecht e Harnisch receberão o prêmio em cerimônia no Teatro José de Alencar (Fortaleza), na noite de 3 de julho próximo, por ocasião do Encontro Econômico Brasil-Alemanha 2005.

2. Rolf-Dieter Acker disse-me ainda que o anúncio público dos nomes de Odebrecht e Harnisch será

De: BRASEMB BERLIM Recebido em: 25/02/2005 07:53:00 N.°: 00322
CARAT=Reservado

feito no próximo dia 3, em Fortaleza, em evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará para a divulgação do Encontro Econômico deste ano.

José Artur Denot Medeiros, Embaixador

ASP

Para: BRASEMB BERLIM Expedido em: 21/07/2005 10:19:00 N.°: 00419
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Berlim
Em 21/07/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DE I/DPB/DSF/DIPI/DOC/CORG
DESCR=PEXT-BRAS-RFA
REF/ADIT=TEL 1141
CATEG=MG

//
Brasil-Alemanha. Encontro
Econômico em Fortaleza.
Considerações Gerais.
//

Nr. 00419

RESUMO=
Informa e comenta. Avalia os resultados dos trabalhos dos GT´s e da reunião da Comissão Mista, realizados em Fortaleza, de 3 a 5 de julho corrente.

Apesar do acorde dissonante provocado pelo cancelamento, por razões de política interna, na ante-véspera, da presença do Ministro da Economia e do Trabalho alemão, Mathias Berninger, que o empresariado nacional considera o mais forte aliado dos interesses brasileiros no atual Governo, a atmosfera que predominou no XXXII Encontro Econômico em Fortaleza foi de harmonia e entusiamo.
2. Em sua 32a Rodada, que se repete, sem interrupção, anualmente, a Comissão Mista já tem dinâmica própria e funciona como termômetro das relações bilaterais nos vetores econômico-comercial e político.
3. As expectativas brasileiras em relação ao Encontro Econômico, inicialmente de fomentar o fluxo de comércio e de investimentos bilaterais, evoluíram nos últimos anos. Hoje, o lado brasileiro busca equilibrar o comércio bilateral que permanece deficitário para o Brasil e alterar-lhe, qualitativamente, a pauta para abranger produtos de alto valor agregado brasileiros e transferência de tecnologia alemã acoplada a

investimentos.
4. No que se refere às relações birregionais, abordadas no âmbito da Comissão Mista, uma vez concluído o acordo UE-Mercosul, esse fixará o ambiente jurídico das relações bilaterais no plano econômico.
5. Quanto à forma de perseguir as respectivas metas, as estratégias dos dois Grupos de Trabalho - Agronegócio e Infra-estrutura - em razão de dinâmica própria, são diferentes; semelhantes, porém as táticas : firmar parcerias com congêneres alemãs que contemplem a transferência de tecnologia; estabelecer acordos de comércio garantindo o acesso de determinados produtos nacionais no mercado alemão; atrair investimentos alemães, particularmente necessários, em projetos de infra-estrutura.
6. No que se refere a resultados imediatos e visíveis, ao final do Encontro Econômico em Fortaleza, anunciou-se a entrada de US$1 bilhão em investimentos alemães destinados aos seguintes projetos: 3 projetos em biomassa (30 milhões de euros); 1 parque eólico (12 milhões de euros); 1 porto em construção em São Francisco do Sul, Santa Catarina (200 milhões de dólares); 1 usina de aço (700 milhões de US dólares em infra-estrutura). No entanto, uma apreciação justa dos resultados dos trabalhos dos GT´s, para além dos números, requer outras considerações que remetem à dinâmica interna de cada Grupo.
7. No que se refere ao GT do Agronegócio, o Brasil, 1o produtor mundial de etanol, quer exportar seu produto para o mercado alemão e compartilhar a vasta experiência da Alemanha, 1a produtora mundial de biocombustível, nesse setor. Temos a oferecer: terras para cultivo e mão de obra da agricultura familiar. O maior desafio reside na política do atual Governo alemão de estimular, via incentivos fiscais, a produção interna de etanol com vistas à autosuficiência. O quadro poderá inverter-se, caso o novo Governo desista desses incentivos, o que tornaria competitivo o produto nacional. Em Fortaleza, ficou claro que o consumidor alemão não tem estímulo econômico para mudar seu hábito de consumo e, na hora de abastecer, optar pelo etanol brasileiro. Toda política oficial que vise a gerar demanda interna pelo nosso produto colidirá com interesses dos produtores alemães. O débil compromisso que se extraiu no Encontro em Fortaleza de gerar demanda interna para o etanol brasileiro tem, portanto, fortes condicionantes, inclusive políticos. De concreto nesse GT: a) a assinatura de Protocolo de Trabalho para

testes dos dois combustíveis - etanol e biodiesel - em cidades pilotos - Fortaleza e Dortmund-; b) renovação do mandato do GT por mais três anos.

8. No que se refere ao GT em Infra-estrutura e Energia, os desafios brasileiros nesse setor são de romper os " gargalos", os também chamados pontos de estrangulamento da produção nacional. Trata-se de recuperar, no menor prazo, via maciços investimentos externos em infra-estrutura e energia, a defasagem no setor que chega a onerar em até 70 % os preços do produto da fonte ao destino. Como estratégia o Brasil lançou dois grandes programas o PROINFA e os PPP´s que ainda não entusiasmaram o investidor alemão. No encontro em Fortaleza, esclareceram-se as razões desse desinteresse : a) ausência de marcos regulatórios definidos; b) falta de garantia de que os projetos serão continuados no próximo Governo; c) altas taxas de juros; d) sobrevalorização do real; e) múltiplos encargos e a bitributação do capital alemão na ausência de acordo específico; e) ausência de Acordo de Proteção de Investimentos. No que se refere ao Proinfa, a parte alemã argumentou que ainda não foi lançada a segunda etapa do programa, o que deixa inseguro o investidor. À indagação sobre as razões do desinteresse dos grandes investidores alemães nos leilões de linhas de transmissão, esclareceu-se com a informação de que o interesse desses investidores estão voltados para o mercado comunitário. Sobre os baixos níveis de investimentos alemães na economia brasileira em geral, evidenciou-se que o Brasil compete com China, Rússia e Índia por esses investimentos. Em suma, o que ficou claro das discussões em Fortaleza foi a necessidade de que o setor governamental trabalhe com afinco na construção de marcos jurídicos regulatórios dos programas sobre a mesa, bem como de se considerar algumas exigências alemãs em política fiscal.

9. No que se refere à cooperação técnica, a Alemanha, que detém excelência nessa área, desenvolve diversos projetos que contemplam especialmente as regiões Norte, Nordeste e Mata Atlântica. Muito se falou em Fortaleza, no âmbito da Comista, em iniciativas conjuntas de capacitação profissional, nos moldes do que desenvolve a Odebrecht, com benefícios mútuos e ainda maiores para o Brasil.

10. Com referência a temas da agenda internacional tratados pela Comissão Mista, abordaram-se temas sensíveis e sobre os quais os dois países têm, por vezes, posições divergentes, a saber: propriedade

intelectual; política internacional de florestas; acordo de bitributação.

11. Com referência à propriedade intelectual, informou-se o lado alemão dos esforços do Governo brasileiro no combate à contrafração e à pirataria, e solicitou-se apoio da Alemanha, no contexto de estratégia comunitária para o tema, para retirada do Brasil do rol dos "países problemáticos". Ao agradecer os esclarecimento prestados, o lado alemão esclareceu que a estratégia européia não consiste somente de rotular países mas também de oferecer cooperação e apoio técnico nessa área. Ainda sobre PI e patentes, esgotado o argumento defensivo, o lado brasileiro solicitou gestões das autoridades alemãs para prevenir a repetição de casos ocorridos de apropriação indevida de nomes da biodiversidade brasileira e recebeu garantias nesse sentido.

12. Sobre florestas, o lado alemão foi informado da posição brasileira, que diverge da posição alemã sobre o assunto. Informou-se que o Brasil, com 25% de seu território coberto de florestas, recusa-se a qualquer compromisso viculante que implique abrir-mão da soberania nacional na gestão desses recursos. Informou-se ainda que a política pública de florestas pauta-se pelo manejo responsável desses recursos. Em última instância, se articula com a política do desenvolvimento agrário sustentável. Recordou-se ao lado alemão que, na V Sessão da UNFF em maio/05, o Brasil aliou-se com o grupo dos países amazônicos, africanos, o Grupo dos 77 e a China.

13. No que se refere ao Acordo de Bitributação, o Encontro em Fortaleza tornou evidente que os setores governamental e privado alemães não compartilham a mesma posição sobre o assunto. A clivagem veio à tona ao se discutir os termos da Ata final do encontro. O setor privado alemão tem interesse na negociação de um novo acordo, ao passo que a estratégia do Governo alemão é de aguardar a iniciativa brasileira, alegando, para isso que a denúncia do Acordo pela Alemanha, no início deste ano, foi precedida de várias gestões que não contaram, segundo o lado alemão, com reação da Secretaria da Receita Federal. A frase que figurou no texto da Ata pela qual "as partes concordam em iniciar negociações de um novo acordo, " in due time", pelas autoridades técnicas e políticas relevantes dos dois países" dá dimensão também política às negociações, tendo em vista a forte resistência alemã em agregar dimensão política às discussões em nível técnico.

14. No dia seguinte ao encerramento do Encontro Econômico, os jornais locais alardeavam o êxito e a importância do acontecimento. Segundo a imprensa, o Estado do Ceará teria sido o grande beneficiado, inclusive por haver logrado deslocar para o Nordeste evento desse porte. Concretamente, o Encontro Econômico serviu para introduzir no mapa dos investidores e empresários alemães o Estado cearense que, aliás, já se beneficia de alguns programas de cooperação técnica patrocinados pelo GTZ e KfW. Por último cabe lembrar que a escolha de Fortaleza para sediar o projeto piloto (ver parágrafo 5) sem dúvida servirá para promover a imagem do Estado.
15. O próximo Encontro Econômico será realizado nessa capital, conforme a regra da alternância. O Encontro de 2007 será realizado na cidade de Blumenau.

Exteriores

RSS

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 23/03/2006 21:23:00 N.°: 00387
CARAT=Reservado

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 23/03/2006 (MAF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIR/DMC/DAM II/DIC
DESCR=EFIN-AMSU
REF/ADIT=CIT 58491
CATEG=MG

//
BRASIL.INTEGRAÇÃO.
INVESTIMENTOS EM PAÍSES DA
AMÉRICA DO SUL. LEVANTAMENTO.
//

Nr. 00387

Os investimentos diretos brasileiros na Colômbia vêm apresentando tendência de crescimento nos últimos anos.

2. Além de um incremento nos montantes totais investidos, também é de ser notada a variada distribuição setorial dos investimentos brasileiros neste país. No setor de serviços, por exemplo, foi ultimada, no último ano, operação na qual o empresário brasileiro Germán Efromovitch se tornou o acionista majoritário da maior companhia aérea deste país - a AVIANCA. No setor siderúrgico, os investimentos brasileiros se consolidaram com a aquisição da maioria acionária da Diaco S.A. pela Gerdau, também ao longo de 2005. As atividades da PETROBRAS neste país, por sua vez, tomaram, recentemente, maior amplitude, ao serem contemplados, além da exploração, também a distribuição - com a aquisição dos postos até então operados pela Shell Colômbia.

3. Como resultado do crescimento do comércio bilateral, também tem sido observado aumento no número de escritórios de representação de produtos brasileiros neste país. É assim que as vendas de bens de capital têm originado a instalação/contratação de representantes, encarregado de manutenção e do estoque de peças de reposição. Embora não configurem especificamente investimentos diretos, vários empresários brasileiros já indicaram que muitas vezes trata-se de um primeiro passo de avaliação das condições deste país para a realização de investimentos futuros. É o caso, por exemplo, da Marcopolo e da Busscar, fornecedoras dos ônibus da rede de transporte municipal Transmilênio, e que estudam a ampliação do escritório de representação, para produzir em

direção à região andina.

4. Por outro lado, houve empresas brasileiras que, após diversas visitas de prospecção, não concretizaram o investimento. Cite-se, a propósito, a Santista, que terminou por decidir-se por outro destino para sua implantação na América do Sul. Também a Vale do Rio Doce já trouxe várias vezes empresários a este país. Condições desfavoráveis de segurança nas regiões das jazidas colombianas foram alegadas como estando na raiz da dilação de um eventual estabelecimento aqui. Associações setoriais - como a ABICALÇADOS - já realizaram convênios com congêneres colombianas como uma primeira aproximação em direção a eventual implantação aqui. Nesse caso, o objetivo seria sobretudo aproveitar o acesso da Colômbia ao mercado norte-americano, uma vez vigente o Tratado de Livre Comércio recentemente ultimado entre este país e os EUA.

5. Por fim, lembre-se que as principais empresas de construção civil do Brasil - Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht - contam com escritórios de representação neste país. O objetivo das Oficinas é monitorar os processos licitatórios no setor de construção civil. A presença de empresários e técnicos brasileiros é incrementada a medida que seja concretizado um contrato. Como ilustra a construção da hidrelétrica Porce III pela Camargo Correa, em consórcio com pequena empresa colombiana.

6. O Banco de la Republica (Banco Central da Colômbia, de gestão autônoma) ainda não consolidou os dados de 2005 - disponíveis apenas até o terceiro trimestre. As fontes existentes indicam que têm sido significativos os montantes de IDE recebidos por este país.

7. A despeito da contribuição do setor privado brasileiro ter sido importante, sua participação não se reflete nos números compilados pelo Banco de la Republica. Com efeito, o "Reporte de Inversión Extranjera - III Trimestre de 2005" posiciona o Brasil em 12º lugar entre as fontes de investimentos diretos na Colômbia (após EUA, Bermudas, Ilhas Virgens, Espanha, Panamá, Venezuela, Suécia, Inglaterra, México, Suíça e Barbados).

8. A partir de contatos com empresários brasileiros, pude confirmar que o fenômeno tem explicação contábil. A maior

parte das empresas brasileiras em processo de internacionalização mantém escritório em terceiro país, de onde procede a todas as transferências de recursos necessários. O Diretor da PETROBRAS-Colômbia, Dirceu Abraão, informou que os cerca de US$ 180 milhões a serem investidos proximamente neste país deverão proceder do escritório da empresa em Nova York, e, dessa forma, contabilizados como investimento (ou luxo de recursos) dos Estados Unidos.

9. Com o objetivo de avaliar por origem, a PROEXPORT (agência colombiana encarregada da promoção das exportações colombianas e da atração dos investimentos estrangeiros para este país) realizou apanhado de notícias, apuradas por meio de contatos com empresários. Como resultado, a agência avalia que os investimentos provenientes de Brasil teriam aumentado nos últimos cinco anos "837,4%, al pasar de US$ 800.000 a US$7,5millones". A agência revela otimismo quanto à manutenção da tendência: "Se espera que las inversiones provenientes de este país aumenten teniendo em cuenta la entrada em vigor del Acuerdo CAN-MERCOSUR y la negociación del Tratado de Libre Comercio Colômbia-Estados Unidos, el cual abre la puerta para que empresas brasileñas utilicen a Colombia como plataforma exportadora aprovechando las futuras ventajas comerciales que tendrá nuestro país".

10. O limitado volume das exportações da Colômbia ao Brasil (menos de US$ 200milhões em 2005) indica que as vendas deste país dificilmente estariam integradas a setores produtivos no Brasil. Não obstante, cabe ressaltar que, dois estudos recentes ("Identificação de Produtos Prioritários" no quadro do Programa de Substituição Competitiva de Importações, aprofundado posteriormente por estudo de mercado financiado pelo DPR e contratado pelo SECOM sobre logística), identificam potencial de aumento das exportações colombianas de insumos minerais ao Brasil - particularmente ferro-níquel e coque. Os obstáculos são os altos custos atuais dos fretes marítimos - impeditivos no caso de produtos com menor valor agregado.

JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS, Embaixador

ACB

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 23/07/2004 18:36:00 N.°: 00932
CARAT=Reservado

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 22/07/2004 (FHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DIC/DAM II
DESCR=XPRO-COLO
CATEG=MG

//
PROMOÇÃO COMERCIAL. BRASIL-
COLÔMBIA. PROPOSTA DE EMPRESA
BRASILEIRA "PETRE" AO PRES.
ALVARO URIBE. PEDIDO DE
INFORMAÇÃO E ANTECEDENTES.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DIC/DOC/DAM II em 23/07/2004

Nr. 00932

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

Resumo:
A empresa "PETRE-BRASIL", empresa de engenharia especializada em construção civil deseja obter encontro privado com o mandatário colombiano para apresentar oferta de serviços de construção de infraestrutura. Solicito informações sobre a seriedade e idoneidade da referida empresa.

Durante a visita do Presidente Alvaro Uribe ao Brasil, em junho último, procurou-me, telefônicamente, em São Paulo, antes do encontro com investidores brasileiros, o Senhor Elio Maccaferri, representante da "PETRE-BRASIL", empresa de engenharia especializada em construção civil, para solicitar minha intermediação para a obtenção de encontro privado para o presidente da PETRE com o mandatário colombiano. Na ocasião, julguei melhor não tomar qualquer providência concreta em relação ao tema, tanto por desconhecer a origem e seriedade da empresa, quanto pelo notório conhecimento de que o presidente Uribe não costuma receber, individualmente, empresários estrangeiros sem propostas concretas de investimento ou de pouca expressão.

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 23/07/2004 18:36:00 N.°: 00932
CARAT=Reservado

2.Recentemente, a PETRE enviou-me comunicação solicitando audiência com o Presidente Alvaro Uribe para tratar de proposta de realizar obras de infraestrutura na Colômbia, financiadas em "condições favoráveis de 15 anos, com 1 ano de carência e juros de libor + 4,5% ", e, alternativamente, de projeto para utilizar sistema de "barter" para trocar obras de construção civil por derivados de petróleo.

3.Uma vez que não se trata de uma tradicional empresa de construção civil como a Odebrecht , Camargo Correa, ou Andrade Gutierrez, conhecidas no mainstream empresarial sul-americano, muito agradeceria receber maiores informações sobre o perfil e a importância da PETRE. O SECOM estabeleceu contato com o presidente da PETRE, Senhor Luiz Roberto Trevisani, ocasião na qual o empresário brasileiro apenas reiterou seu interesse em apresentar propostas comerciais diretamente ao mandatário colombiano. O Senhor Trevisani não quis revelar a dimensão de seu negócio e mencionou, com destaque, a idéia de reproduzir, na Colômbia, negócio que teria sido realizado, na Venezuela, de "barter" de construção de casas populares em troca de derivados de petróleo. O site www.petre.com.br pouco esclarece sobre a real dimensão da empresa, sobretudo em sua atuação internacional.

4.Caso Vossa Excelência confirme a idoneidade e relevância das propostas da empresa PETRE, pretendo agendar encontros de seus executivos com autoridades colombianas que tratam do tema de obras de infraestrutura. Agradeceria os comentários de Vossa Excelência.

Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Embaixadora

CMOSC

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 30/06/2005 21:31:00 N.°: 00976
CARAT=Reservado

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 30/06/2005 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II/DOC/DIR
DESCR=XPRO-BRAS-COLO
CATEG=MG

//
BRASIL-COLÔMBIA. VISITA DO
MINISTRO DE ESTADO. II
ENCONTRO EMPRESARIAL E FORO DE
INVESTIMENTOS. APRESENTAÇÃO DE
PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA.
//

Nr. 00976

ROGO RETRANSMISSAO VIA CLIC AS DEMAIS EMBAIXADAS DA AMERICA DO SUL E BRASALADI

Por ocasião da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, funcionários colombianos realizaram apresentação - no quadro do II Encontro Empresarial Brasil-Colômbia - dos projetos de infra-estrutura colombianos Hidrovia Meta-Orinoco e Rodovia Pasto-Mocoa. A oportunidade também foi aproveitada para apresentação do projeto de modernização dos terminais de carga e de passageiros do Aeroporto Internacional Eldorado. Assistiram representantes da Andrade Gutierrez e da Odebrecht.

2. A apresentação se segue a encontro entre missão brasileira da CAMEX, BNDES e Ministério do Planejamento; e funcionários da Chancelaria, Ministérios dos Transportes e Agricultura e Departamento de Planejamento. Naquela oportunidade, a parte brasileira esclareceu que os projetos colombianos poderiam ser beneficiados pelas linhas de financiamento disponíveis no BNDES - desde que estivessem envolvidas exportações brasileiras de bens e serviços, ou seja, desde que empresa brasileira se interessasse no processo de licitação. A vinda à Colômbia de representantes de empresas brasileiras de construção civil, por ocasião da visita do Ministro de Estado, portanto, constituía oportunidade de informar, e, possivelmente, engajar o setor privado brasileiro.

3. Em conversas posteriores ao evento, os empresários brasileiros participantes informaram considerar fundamental,

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 30/06/2005 21:31:00 N.°: 00976
CARAT=Reservado

na avaliação da Hidrovia Meta-Orinoco, e da Rodovia Pasto-Mocoa, contar com informações adicionais sobre a segurança oferecida pelo Ministério da Defesa. Segundo os empresários, a grande extensão geográfica de ambas as obras poderia expor excessivamente os funcionários brasileiros. Tanto a Andrade Gutierrez como a Odebrecht lembraram que tiveram funcionários seqüestrados na Colômbia, durante períodos de até 7 meses. Ainda que concordem que a situação no país está mais controlada, consideram fundamental estimar a dimensão - e os custos eventuais - do apoio oferecido pelo Ministério da Defesa. A esse propósito, a Embaixada se prontificou a organizar reuniões entre o Ministério e os empresários brasileiros, no propósito de dar seguimento ao tema.

4. Já o projeto de modernização do aeroporto internacional da capital conseguiu atrair o interesse dos empresários brasileiros. Após realizar encontros subseqüentes com funcionários colombianos responsáveis pela licitação, representante da Andrade Gutierrez informou que vai recomendar a participação de sua empresa no processo.

JOAO BATISTA LANARI BÓ, Encarregado de Negócios a i

CBC

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 10/08/2005 17:34:00 N.°: 01174
CARAT=Reservado

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 09/08/2005 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIC/DOC
DESCR=XCOR-EFIN-COLO
REF/ADIT=DET 489, TEL 865, TEL 900
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. COLÔMBIA.
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL.
PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA.
ATUALIZAÇÃO.
//

Nr. 01174

ROGO RETRANSMISSAO VIA CLIC AS DEMAIS EMBAIXADAS DA AMERICA DO SUL E BRASALADI

RESUMO: Transmite subsídios para quadro matricial sobre o estágio de implementação dos projetos de infra-estrutura na Colômbia. Com o intuito de manter o quadro atualizado, consulta sobre disponibilidade de recursos para assinatura de publicação.

I - PROJETOS DA IIRSA

1. Breve descrição das obras consideradas prioritárias na Colômbia:

1.a. - Rodovia Pasto-Mocoa - Pavimentação, alinhamento e melhoramento (incluindo a construção de acostamentos) de trecho de aproximadamente 150 km, com altitudes variando entre 3 000 e 1000 metros;

1.b - Hidrovia Meta-Orinoco (também intitulada "Recuperação da Navegabilidade do Rio Meta") - Conjunto de obras para garantir, durante 90% do ano, a navegabilidade dos Rios, particularmente por meio da manutenção da profundidade necessária; integração de sinalização; e construção de mini-portos locais;

1.c - Passagem da fronteira Cúcuta-San Antonio del Tachira - O projeto não foi apresentado pelo governo colombiano nas reuniões bilaterais realizadas recentemente.

2. Estágio de Elaboração dos projetos

2.a - Rodovia Pasto-Mocoa - Pendente da elaboração dos projetos de 42 pontes. Por um lado, as empresas brasileiras interessadas (ver ponto III) não demonstraram preocupação, já que consideram que podem incorporar os projetos na proposta que vierem a apresentar. Por outro lado, em encontro anterior, autoridades da CAMEX e do BNDES enfatizaram que o material de composição da ponte altera significativamente o pacote de financiamento - já que pontes de estrutura de ferro podem ser exportadas já prontas do Brasil, contando, portanto, com financiamento de 100% de seu valor. Também está pendente a licença ambiental para dois trechos da Rodovia;

2.b - Ultimados os projetos preliminares. Pendentes autorizações ambientais para alguns trechos.

3. Estágio de elaboração dos termos da licitação

3.a e 3.b - Em reunião com funcionários da CAMEX e do BNDES (tel 900) ficou claro que a parte colombiana ainda não conta com a totalidade dos elementos que permitam subsidiar a análise do melhor formato de contratação. Nessa perspectiva, à falta de finalização dos projetos preliminares, se junta a indisponibilidade dos recursos no orçamento do próximo ano. Segundo funcionários do Ministério da Fazenda e do Departamento de Planejamento da Colômbia presentes, tanto poderia tratar-se de: licitação internacional; projeto do BID com contratação de empresa colombiana; ou adjudicação direta a empresa colombiana ou estrangeira. A eleição para a Presidência do BID do Embaixador da Colômbia em Washington permite aventar a hipótese de que este país procure se beneficiar do "dinamismo" de Moreno para desbloquear os projetos com recursos parciais provenientes da entidade.

II - Outros projetos de infra-estrutura

A legislação colombiana de compras governamentais concede ampla possibilidade de participação estrangeira em licitações. Como resultado, a participação de empreiteiras brasileiras em grandes obras, interrompida por considerações ligadas à segurança interna, vem sendo retomadas nos últimos 3 anos.

A experiência prévia das empresas brasileiras pode ser de grande valia em cenário no qual o "Impulso a la Infraestrutura Estratégica em Transporte" - uma das 7 Estratégias que compõem a política de "Reactivación Econômica" do governo colombiano - prevê, em 2006, a

adjudicação de 8 projetos de "dobles calzadas" nos Departamentos da costa Atlântica e Pacífica, em um total de aproximadamente 1 000 km.

A Estratégia também prevê a modernização de aeroportos e vias férreas. A esse respeito, a apresentação, durante a Rodada de Negócios Brasil-Colômbia, do projeto de modernização do Aeroporto de El Dorado em Bogotá parece haver artaído o interesse dos empresários brasileiros presentes.

Assim, é de prever-se que, no final deste ano (e uma vez aprovado o orçamento de 2006 pelo Congresso), seja iniciada a publicação de diferentes licitações na área de infra-estrutura de transportes.

III - Comentários

Durante a Rodada de Negócios Brasil-Colômbia, realizada na Câmara de Comércio de Bogotá por ocasião da visita do Senhor Ministro de Estado, os projetos foram apresentados pela parte colombiana aos representantes da Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Odebrecht. Após a reunião, os empresários comentaram, reservadamente, que a decisão final estaria vinculada ao tipo de "segurança" a ser proporcionada pelo Ministério da Defesa colombiano ao longo dos trechos das obras.

Apesar de insistentes recomendações desta Embaixada de que as apresentações dos projetos deveriam contar com a presença de funcionário colombiano apto a responder sobre este tema, o assunto permanece, do ponto de vista dos empresários brasileiros, excessivamente vago.

Também será relevante acompanhar a movimentação do novo Presidente do BID, o ex-Embaixador da Colômbia em Washington, Luis Alberto Moreno. A Colômbia sempre pareceu contar com a alternativa - na impossibilidade de financiamento via BNDES no quadro da IIRSA - de financiamento por entidades internacionais. As expectativas em torno da gestão de Moreno permanecem muito altas neste país. O ex-Embaixador, por sua vez, corresponde indicando que procurará "recuperar" (sic) a posição do Banco entre as principais entidades financiadoras de projetos do continente.

Finalmente, consulto, a propósito, se, com o intuito de manter permanentemente atualizado o quadro matricial a ser preparado pela área, seria possível contar com recursos para assinatura da publicação que divulga as licitações neste país.

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 10/08/2005 17:34:00 N.°: 01174
CARAT=Reservado

MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES, Embaixadora

CBC

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 15/11/2007 23:41:05 N.°: 01541
CARAT=Reservado

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 15/11/2007 (EBM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DE/DREN/DRN/DCC/CGEUC/DPAD/DAM IV
DESCR=ENER-BRAS-COLO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 65913
CATEG=MG

//
Setor de Energia. Embaixada em
Bogotá. Programa de trabalho
para 2008.
//

Nr. 01541

RESUMO=
Cumpro instruções. Transmito, a seguir, panorama da política energética colombiana e do mercado de energia neste país, com foco na atuação e nos interesses das empresas brasileiras do setor, bem como em possibilidades que se lhes vêm apresentando no curto e no médio prazos. Proponho, ainda, programa de trabalho do Setor de Energia desta Embaixada para o ano de 2008.

PANORAMA ECONÔMICO E ENERGÉTICO COLOMBIANO:

A Colômbia é um dos países com maior potencial energético da América Latina. Possui reservas petrolíferas provadas estimadas em 1.510 milhões de barris, em 2006, e reservas provadas de gás natural estimadas em 7.3 GPC, em 2006. O petróleo é a maior fonte de divisas do país e representa cerca de 27% do total das exportações. A Colômbia tornou-se

exportador líquido de petróleo nos anos a 80, após as importantes descobertas dos poços de Caño Limón, Cusiana e Cupiagua. A produção colombiana, que conheceu o auge no final da década de 1990, com 816 mil barris/dia, sofreu, desde então, gradual declínio, em decorrência da maturação dos poços e da não ocorrência, no período, de novos descobrimentos, em razão da pouca atividade sísmica. Assim, embora haja estimativas de que as reservas potenciais do país sejam da ordem de 47 bilhões de barris de petróleo equivalente, apenas cerca de 20% do território já foram explorados, fato que em muito se deve à ausência completa de segurança e autoridade que grassou em vastas extensões nas décadas anteriores.

2. A Colômbia vem conhecendo, desde o primeiro mandato do Presidente Álvaro Uribe, uma retomada do crescimento econômico, havendo alcançado, no decurso de 2007, índices superiores a 7% de crescimento do PIB. A ênfase do Governo Uribe na questão da segurança jurídica, particularmente no que diz respeito aos investimentos estrangeiros diretos, fez com que a Colômbia alcançasse a maior parcela, per capita, de IED na América Latina-o IED na Colômbia em 2006 atingiu USD 6,2 bilhões, dos quais, 28%, ou USD 1,7 bilhão, no setor petroleiro.

3. As políticas de garantia da segurança jurídica dos IED adquiriram importante reforço com a promulgação da Lei 963/05, chamada "Lei da Estabilidade Jurídica", que torna possível congelar, mediante contrato entre a empresa investidora e o Governo, por período de 3 a 20 anos, normas específicas, outras leis, regulamentos e interpretações legais com efeito vinculante que rejam as atividades da empresa investidora. A lei se aplica a investimentos iguais ou superiores a USD 1 milhão. Já foram aprovados sete contratos de estabilidade jurídica, havendo quatro outros sido assinados, e outros trinta e oito aguardam avaliação.

4. A política de segurança democrática, que incide diretamente na sensível melhora da ordem pública em todo o território colombiano, vem tornando possível a retomada das atividades exploratória e sísmica.

5. Empresas e investidores brasileiros vêm-se inteirando das mudanças e buscando ativamente uma maior presença no mercado colombiano, nos mais diversos setores. Segundo dados do Ministério de Indústria e Comércio colombiano, os IED de origem brasileira, neste país, em 2006, corresponderam a USD 19,7 milhões, ou a 0,6% dos fluxos. Corresponderam, naquele mesmo ano, a 0,3% do estoque de investimentos já realizados.

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 15/11/2007 23:41:05 N.°: 01541
CARAT=Reservado

Os capitais brasileiros se distribuíram em: 69% no setor de construção; 17% no setor de transporte; 8% no setor de comércio; 5% na indústria; e 1% em outros setores. Destaca-se que, no primeiro semestre de 2007, os fluxos de IED do Brasil para a Colômbia já registraram USD 504,5 milhões. O aumento do IED explica-se na aquisição, pelo Grupo Votorantin, do controle acionário da siderúrgica "Acerías Paz Del Rio", representou operação de cerca de USD 500 milhões.

6. Ainda no que diz respeito à atração de investimentos diretos, uma recente inovação jurídica colombiana foi a alteração, em 2007, da normativa sobre zonas francas, pelo Decreto 383/07, que contempla a concessão do status de zona franca a uma empresa, cujos investimentos igualem ou superem USD 32 milhões, e que gere, ao menos, 600 empregos diretos. Se a empresa é do setor agroindustrial, deve igualar ou superar investimentos por USD 16,4 milhões e gerar, ao menos, 500 empregos diretos. Espera-se que o setor de biocombustíveis seja um dos mais beneficiados pela nova legislação.

MARCO REGULATÓRIO E A EMPRESA COLOMBIANA DE PETRÓLEOS:

7. No que se refere especificamente à área de petróleo e gás, a Colômbia conheceu, nos últimos anos, uma profunda reforma do modelo regulatório, inspirada no modelo brasileiro, com a criação, em 26 de julho de 2003, da "Agencia Nacional de Hidrocarburos", ANH, que retirou da Empresa Colombiana de Petróleos, ECOPETROL, o papel de regulação e de administração dos recursos hidrocarboníferos do país. Desde então, a ECOPETROL passou a operar como companhia estatal integrada de gás e petróleo, havendo conservado seu staff, ativos, direitos de produção e contratos de risco compartido. A Colômbia passou a contar com uma política de petróleo e gás fundada no tripé integrado pelo Ministério de Minas e Energia, com a condução propriamente política, pela ANH, com a função administradora, e pela ECOPETROL, como operadora. Deu-se, ademais, mediante a aprovação da Lei de Capitalização da ECOPETROL pelo Congresso colombiano, em dezembro de 2006, a alteração da natureza jurídica da empresa, que deixou de ser companhia puramente estatal, passando a ser empresa de economia mista, com a venda de até 20% de suas ações. O Estado colombiano manteve 80% da propriedade da empresa, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. No último mês de agosto ocorreu, na Bolsa de Bogotá, a primeira rodada de emissão de 10,1% das ações, havendo sido capitalizados USD 3.3 bilhões. A capitalização da empresa ajudará a financiar projetos de investimento, estimados em USD 12 bilhões, para os próximos cinco anos, no aumento da exploração e da

produção, na internacionalização da empresa, na modernização das refinarias, no melhoramento da qualidade dos combustíveis, e em iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de fontes convencionais e alternativas de energia e biocombustíveis.

8. A ECOPETROL conta com qualificação "AAA", da consultoria Duff & Phelps. Atua em 51 blocos exploratórios e 267 blocos de produção, sendo 62% petróleo e 38%, gás natural. Possui duas refinarias: Barrancabermeja, com 250 Kbd, e Cartagena, 80 Kbd, esta última em sociedade com a suíça Glencore, que venceu a Petrobrás em recente disputa por 51% das ações da planta, com uma oferta econômica de USD 630 bilhões.

9. No que se refere ao transporte de petróleo e gás, a ECOPETROL dispõe de 8.850 km de dutos, sendo que 36% em contratos com outras empresas. O poliduto colombo-venezuelano deverá entrar em operação em 2008, transportando gás colombiano para a Venezuela, e trazendo óleo venezuelano para a Colômbia.

10. As reformas já começam a surtir efeitos, e a curva declinante das reservas provadas, que atingiu seu patamar mínimo em 2005, com 1453 milhões de barris, foi revertida, subindo para 1510 milhões de barris em 2006. A auto-suficiência em petróleo foi assim estendida de 2011 até 2014. Também a produção conheceu incremento, passando de 525 mil barris/dia em 2005, para 529 mil barris/dia em 2006. Apenas de janeiro a junho de 2007, atingiu-se já a marca de 520.800 barris/dia.

A PETROBRÁS NA COLÔMBIA:

11. A Petrobrás iniciou sua atuação no exterior pela Colômbia, com a criação da Braspetro, em 1972. Pouco depois, a empresa deixou a Colômbia. Retornando ao país em 1986, em atividades exploratórias. Os negócios da Petrobrás neste país ampliaram-se na década de 1990, com a aquisição de ativos da britânica Lasmo e da norte-americana Exxon. Em 2000, a Petrobrás foi responsável por uma das maiores descobertas dos últimos quinze anos no país, a do Campo de Guando, a 110 Km a sudoeste de Bogotá, em parceria com a canadense Nexen e com a ECOPETROL. Em 2004, a Petrobrás na Colômbia voltou a fazer parceria com a Exxon e com a estatal ECOPETROL, obtendo os direitos para atuar como operadora no bloco gigante de Tayrona, de 23 mil Km quadrados, no setor colombiano do Mar do Caribe, em águas de até 3.000 metros de profundidade. Especula-se, entre os especialistas, que as reservas do bloco Tayrona tenham dimensões vultosas e que a presença da

Petrobrás na Colômbia venha a ser duplicada nos próximos anos.

12. Em 2005, a Petrobrás comprou os ativos da Shell na Colômbia, no Uruguai e no Paraguai, e passou a controlar 39 postos de gasolina na região de Bogotá, além de uma planta de lubrificantes e um terminal na cidade portuária de Santa Marta. A atuação da empresa no país está, assim, verticalizada, faltando-lhe apenas uma planta de refino, já que se perdeu a oportunidade de adquirir a refinaria de Cartagena. Os investimentos da empresa no país vêm-se concentrando na exploração. Segundo declarações do Gerente Geral da Petrobrás na Colômbia, Senhor Dirceu Abrahão, mais de USD 400 milhões teriam sido investidos em exploração nos últimos três anos. Ainda segundo Abrahão, a empresa espera investir na Colômbia, em 2008, um total de USD 134,6 milhões, dos quais USD 94 milhões em exploração e produção. A produção da Petrobrás Colômbia é hoje de 56 mil barris/dia. A empresa situa-se como a terceira maior produtora privada de petróleo, antecedida pela BP e pela norte-americana Occidental Petroleum Corp., OXY.

13. Está também presente na Colômbia a Meta Petroleum, de propriedade do empresário brasileiro Germán Efromovich, do Grupo Sinergy/ Marítima Engenharia, que recentemente adquiriu o controle da empresa aérea colombiana Avianca. A Meta explora um campo no departamento do Meta, em parceria com o grupo norte-americano Elliot, com produção de 5000 barris/dia.

14. Segundo informações recentemente obtidas junto à ANH, também a Construtora Norberto Odebrecht teria assinado, em abril de 2007, contrato com aquela Agência reguladora para exploração de petróleo na Colômbia.

BIOCOMBUSTÍVEIS

15. A Colômbia é o país latino-americano que mais se aproxima do Brasil em sua política de biocombustíveis. O país já vem legislando no sentido da obrigatoriedade das mesclas E10 e B5. A adição de 10% de etanol à gasolina já se faz em Bogotá e 16 Departamentos. As inovações legislativas já prevêem, ademais, que, a partir de 2012, todos os automóveis fabricados no país ou importados possuam motores "flex-fuel". No nível governamental, o tema é acompanhado, principalmente, pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Agricultura, além do Ministério de Meio Ambiente e do Alto Comissariado da Ação Social.

16. A Colômbia dispõe de vastas extensões de terras agricultáveis e tem tradição de cultivo da cana-de-açúcar e de produção de açúcar e de álcool, sobretudo na região do Vale do Rio Cauca. Ali se concentram hoje as maiores produtoras de etanol do país: as usinas Incauca, Providência, Manuelita, Mayagüez e Risaralda, que produzem um milhão de litros de álcool carburante por dia. Segundo cálculos do Presidente da Federação Nacional de Biocombustíveis da Colômbia, Jorge Bendeck, seriam necessários outros 600 mil litros de etanol/dia para atender à demanda interna quando a obrigatoriedade da mescla E10 se estender a todo o país.

17. O país dispõe de uma margem para aumentar a fronteira agrícola de cerca de 3.4 milhões de hectares, numa zona predominantemente agrícola de 6 milhões de hectares.
18. Além do Vale do Cauca, os Departamentos de Santander e Boyacá também produzem cana, em pequenas propriedades, voltadas para a fabricação da rapadura: é a chamada "caña panelera". Essas pequenas propriedades apresentam rendimento comparável ao das fazendas do Vale do Cauca, de 120 toneladas por hectare/ ano.

19. O Ministério da Agricultura acompanha e estimula, igualmente, outras matérias-primas potenciais para biocombustíveis, como a mandioca, a mamona e a beterraba, além da palma de azeite, considerada como a mais promissora fonte de biodiesel no país. A ECOPETROL constituiu, em sociedade com sete empresas extratoras de dendê, a Empresa Colombiana de Diesel, ECODIESEL S.A., encarregada de construir e operar uma planta na cidade de Barrancabermeja, com produção prevista de 100 mil toneladas/ ano, e um investimento de USD 23 milhões. A entrada em operação da planta está prevista para julho de 2008. Além da ECODIESEL, outras quatro plantas de biodiesel deverão entrar em operação no país entre 2008 e 2009, com uma capacidade de produção total de 798 milhões de litros/ano.

20. Em outubro de 2006, a Petrobrás e a ECOPETROL subscreveram dois acordos de cooperação para o desenvolvimento conjunto de negócios na área de biocombustíveis e distribuição de derivados de petróleo. As duas empresas comprometeram-se a desenvolver uma planta, em Barrancabermeja, para a produção de 70 mil litros/dia, a partir da mamona. Dos 14 projetos ainda não executados de plantas para a produção de biodiesel na Colômbia,o único embasado no emprego da mamona é o da sociedade entre a Petrobrás e a ECOPETROL. Nove dos projetos são à base de palma de azeite. Já para a produção de álcool carburante, há 30 projetos ainda não executados, inclusivamente uma

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 15/11/2007 23:41:05 N.°: 01541
CARAT=Reservado

sociedade entre a Petrobrás e a ECOPETROL para produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, matéria-prima predominante.

21. Segundo projeções e estimativas dos especialistas, a demanda colombiana por etanol E 10, situada, em 2007, na casa dos 37 milhões de litros/mês, deverá manter-se estável, nessa mesma faixa, até 2021, num cenário favorável de alto crescimento do PIB. Já num cenário-base, a demanda cairia para a faixa dos 30 milhões de litros/mês. Muito mais otimistas são as projeções para a demanda de biodiesel B5, que apontam para um crescimento das 245 mil toneladas/ano atuais para 385 mil toneladas/ ano em 2021, num cenário favorável de alto crescimento do PIB, ou para 340 mil toneladas/ ano, num cenário-base. As conclusões dos especialistas são cautelosas, e indicam considerar pequeno e estruturalmente decrescente o mercado nacional para E10, e pequeno o mercado nacional para B5. Nesse sentido, recomendam duas possíveis saídas: pressões para o incremento da mescla, para E20 e B10, e a aposta no mercado externo. Vale notar, a propósito, que o texto atualmente acordado entre a Colômbia e os Estados Unidos para o Tratado de Livre Comércio contém capítulo sobre a isenção de impostos e quotas para as exportações colombianas de etanol para o mercado norte-americano.

22. Avalio haver uma grande proximidade entre Brasil e Colômbia no que diz respeito ao discurso e à política governamentais para biocombustíveis. Ambos os países produzem álcool basicamente a partir da cana-de-açúcar. Ambos possuem vastas extensões agricultáveis e recuperáveis da pecuária de extensão, ou de outros cultivos decadentes. A propósito, há áreas de pasto na Colômbia onde a produtividade é de 0,6 animais por hectare. Ambos os países possuem parcelas consideráveis da hiléia amazônica e contam com políticas ambientais bem estruturadas e consistentes. Ambos, ademais, têm vivo interesse em reduzir sua dependência dos recursos energéticos não-renováveis. As coincidências no plano político se estendem ao setor empresarial. Além dos acordos e parcerias já celebrados entre a Petrobrás e a ECOPETROL no campo dos biocombustíveis, empresas e associações privadas e não-governamentais dos dois países vêm estreitando contatos, com vistas à promoção do comércio e dos investimentos no agro-negócio, com particular interesse no campo sucro-alcoóleiro. No primeiro semestre de 2007, a Associação de Produtores de Álcool da região de Piracicaba (APLA) realizou missão empresarial, com rodada de negócios, na cidade de Cali, capital do Vale do Cauca, maior região produtora colombiana.

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 15/11/2007 23:41:05 N.°: 01541
CARAT=Reservado

INFRAESTRUTURA HIDRO E TERMOELÉTRICA E CARBONÍFERA E DE MINERAÇÃO:

23. Embora a Colômbia seja amplamente superavitária em geração de energia, em termos gerais, com uma oferta, em 2006, de 810735,4 Tera Calorias, para uma demanda de 332898,8 Tera Calorias, de acordo com o balanço energético consolidado do Ministério das Minas e Energia, o setor de geração elétrica, tomado individualmente, tende a tornar-se deficitário a partir de 2008, em cerca de 400 MW. Nesse sentido, o Governo está adotando medidas para otimizar as linhas de transmissão do Sistema Interconectado Nacional, bem como para incrementar a capacidade instalada de geração do Sistema. Para tanto, o Governo pretende promover leilões para atrair investidores que instalem nova capacidade a melhores preços, em projetos térmicos e hidráulicos importantes, como os de Hidrosogamoso, Pescadero-Ituango e El Quimbo.

24. Dentre os projetos de geração de energia em desenvolvimento e em construção, sobressaem os de:
- El Morro, termoelétrica a gás, com 3 unidades, com capacidade de 18 MW cada, estando a primeira já em funcionamento;
- La Cascada, hidrelétrica, com uma unidade de 2.3 MW, com obras em fase final;
- Termoguajira, termoelétrica a gás, em fase de engenharia de detalhe de precipitadores;
- Flores IV, termoelétrica a gás vapor, com uma unidade de 160 MW, e conclusão prevista para dezembro de 2009;
- Guarinó, hidrelétrica, prevista para operar a partir de junho de 2010, em fase de reinício de obras;
- Amoyá, hidrelétrica, com duas unidades, uma de 78 MW e outra de 39 MW, em desenvolvimento;
- Porce III, hidrelétrica, com 4 unidades, cada uma com 165 MW, em construção, prevista para entrar em operação plena em 2011. A construtora brasileira Camargo Corrêa é a responsável pelas obras;
- Manso, hidrelétrica, prevista para maio de 2011, em fase de recurso de reposição de licença ambiental; e
- El Manso, dotada de uma unidade com 27 MW, prevista para 2011, em fase de estudo.

25. O mega-projeto da hidrelétrica de Pescadero-Ituango, que deverá gerar mais de 2000 MW, garantiria ao país um longo período de segurança do fornecimento de energia elétrica, e só se justificaria se vinculado a um projeto industrial de grande porte ou de integração energética com a América Central. O desejo do Governo é promover a construção conjunta de uma planta de alumínio, que utilize a energia abundante e

barata a ser gerada pelo projeto de Ituango. O Ministro de Minas e Energia, a propósito, já reiterou seu interesse de vincular a Vale do Rio Doce à construção da hidrelétrica e da planta de alumínio.

26. A empresa colombiana ISA possui investimentos em transmissão de energia elétrica no Estado de São Paulo, havendo comprado a CETEEP. Em julho de 2006 a ISA assumiu o controle do 50,1% da CTEEP. Igualmente, em 7 de novembro do corrente, a ISA ganhou a concorrência da ANEEL (Agencia Nacional de Energia) para o controle de duas linhas de transmissão de energia elétrica. Também as Empresas Públicas de Medellín, EPM, estão estudando investimentos no Brasil na área de energia e de saneamento.

27. Outra área em que há manifesto interesse do Governo colombiano na participação de empresas brasileiras é a da mineração, sobretudo na infra-estrutura de exploração do carvão siderúrgico, abundante no país. Conforme vem informando o Chefe do Posto, o Ministro tem buscado incentivar a formação de um consórcio de empresas brasileiras que atuem na reforma e ampliação da malha ferroviária colombiana, especialmente nos trechos das regiões carboníferas.

28. A mineração se converteu no segundo setor da economia colombiana que mais atraiu investimentos estrangeiros, com USD 1,78 bilhão, equivalentes a 27,6% do total dos investimentos recebidos em 2006. A Drummond e a Glencore estão entre as principais investidoras estrangeiras no setor. No primeiro semestre de 2007, o setor já recebeu USD 404 milhões de IED

29. Em 2006, a produção de carvão cresceu 10,2%, passando de 59 a 65 milhões de toneladas. A meta para 2007 é atingir uma produção de 75 milhões de toneladas de carvão. A produção de ferro-níquel passou de 50.760 toneladas em 2005 a 51.131, em 2006. Incrementou-se, ademais, em 30% a área de mineração contratada, e se incorporaram 22.130 km quadrados ao conhecimento geocientífico do subsolo. No que se refere ao marco regulatório, o Governo tem como desafio imediato prosseguir com a reforma do Código de Minas, projeto já apresentado ao Congresso.

30. Avalio ser do interesse brasileiro que se intensifiquem os intercâmbios e investimentos privados na área da mineração, sobretudo carbonífera, na Colômbia. Há interesse e simpatia das autoridades governamentais pela participação de empresas brasileiras, que possuem a tecnologia e os meios

para vender os serviços de reparo e construção de infra-estrutura ferroviária e hidrelétrica. O marco jurídico e os incentivos são amplamente favoráveis aos investimentos estrangeiros e a segurança vem conhecendo melhora considerável, apesar de persistirem, no interior do país, alguns focos de risco, cada vez, no entanto, mais reduzidos.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2008:

31. Em 2008, o Setor de Energia da Embaixada em Bogotá deverá dedicar-se a reunir a maior quantidade possível de informação a respeito:
- do mercado energético colombiano e do marco regulatório vigente no país;
- das empresas colombianas de energia, públicas e privadas;
- da presença e atuação de empresas brasileiras de energia no país; e
- da presença e atuação de empresas estrangeiras de energia.

32. O Setor deverá consolidar e manter atualizada a lista de contatos com autoridades do Governo e representantes das empresas, acadêmicos e jornalistas especializados em temas de energia e formadores de opinião na matéria. Igualmente, o Setor procurará incentivar e participar ativamente da organização de seminários e debates sobre a segurança energética da América do Sul, sobretudo em Universidades e instituições acadêmicas e de pesquisa. Apoiará, nesse sentido, as iniciativas comerciais, como rodadas de negócio, ou de informação, como seminários e eventos, promovidos por empresas e entidades brasileiras ou colombianas relacionadas à matéria energética. Sublinho que, mesmo antes da criação do Setor de Energia, o SECOM já vinha acompanhando e promovendo iniciativas do gênero, tais como o seminário e rodada de negócios da APLA, realizados em Cali, no primeiro semestre de 2007, ou a rodada de negócios da ONIP, realizada em Bogotá, em setembro de 2007, e, mais recentemente, em 15 de novembro corrente, seminário patrocinado pela Casa Brasil do Jornal do Brasil, sobre sustentabilidade das empresas de energia, em Bogotá. Informo, nesse sentido, de que o Setor de Energia e o SECOM foram recentemente contatados pelo representante local da Consultoria Deloitte, que manifestou interesse de promover, em fins de janeiro próximo, seminário sobre o mercado brasileiro de energia, com foco no tema dos biocombustíveis que será objeto de expediente à parte.

33. O Setor deverá, ainda, manter o acompanhamento que realiza das informações da imprensa colombiana sobre temas afetos à segurança energética, com especial foco nas menções feitas ao Brasil aos investimentos brasileiros no país e

De: BRASEMB BOGOTÁ Recebido em: 15/11/2007 23:41:05 N.°: 01541
CARAT=Reservado

deverá, ademais, promover a divulgação, junto à imprensa e aos meios especializados, de informações de interesse do Governo brasileiro no setor.

34. Tema que, decerto, requererá especial atenção do Setor, é o da formação de eventual consórcio de empresas brasileiras para atuação na área ferroviária e carbonífera colombiana, bem como o de eventual participação brasileira na concretização do projeto da hidrelétrica de Ituango, e da planta de alumínio conexa.

Maria Cristina de Castro Martins, Encarregada de Negócios. a.i.

ACDS

De: BRASALADI Recebido em: 07/03/2005 16:10:00 N.°: 00193
CARAT=Reservado

De BRASALADI para Exteriores em 07/03/2005 (MADG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DSF/DIR/DMC /DECAS/DAM I
DESCR=XCOR
RTM=MEXBREM,CEEBRMS,SCABRAZ
CATEG=MG

//
Investimentos brasileiros na
América do Sul. Insegurança
jurídica. Reflexões à luz do
mandato da Res.60 do último CM
da ALADI.
//

Nr. 00193

RESUMO=
Informo e peço orientação. Teço algumas considerações iniciais sobre o tema investimentos no contexto regional, à luz dos problemas enfrentados pelos investidores brasileiros na região e do mandato da Resolução n. 60 do último Conselho de Ministros da ALADI.

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB MÉXICO, BRASEUROPA E DELBRASGEN.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL.

Sem prejuízo das discussões ora em curso sobre o tema investimentos, tanto internamente quanto em diferentes foros de negociação e de reflexão, pareceu-me oportuno examinar os parâmetros que vêm balizando a análise do tema, à luz da crescente presença de investidores brasileiros na América do Sul e da importância dos fluxos de investimento intra-regionais no processo de consolidação da nossa política de integração sul-americana.

2.Como é do conhecimento de Vossa Excelência, no âmbito da ALADI, o tema está disciplinado de forma abrangente tão somente nos acordos de alcance parcial (AAP`s) celebrados pelo México (G-3; ACE 31-com a Bolívia; ACE 41-com o Chile e ACE 60-com o Uruguai). Esses acordos espelham, em boa medida, a arquitetura do capítulo de investimentos do NAFTA

De: BRASALADI Recebido em: 07/03/2005 16:10:00 N.°: 00193
CARAT=Reservado

(capítulo 11),em relação ao qual são conhecidas as reservas brasileiras.

3.Apesar da inexistência de uma normativa aladiana de alcance regional em matéria de investimentos, em vista da crescente importância do tema na agenda de integração dos países membros da Associação, o Conselho de Ministros (CM) da ALADI, em sua última reunião (18/10), determinou sua inclusão no programa para a conformação de um "Espaço de Livre Comércio Regional"(Resolução 60 do CM).

4.A fim de balizar a discussão e eventual disciplinamento do assunto no âmbito da Associação, permito-me tecer algumas considerações iniciais, que submeto à consideração de Vossa Excelência.

5. Sem prejuízo de uma análise aprofundada sobre os aspectos técnicos envolvidos na discussão de métodos e modalidades de negociação para investimentos, creio que as dificuldades que vêm enfrentando empresas brasileiras para investir ou garantir a rentabilidade de seus investimentos em diversos países na região (relatadas em telegramas de Brasembs Assunção, Buenos Aires, La Paz, Lima e Quito, cuja retransmissão a este Posto Via Clic, muito agradeço) representam importante aporte nessa discussão.

6. A importância que atribuo à experiência de nossos investidores regionais decorre do fato de que - à diferença das discussões sobre investimentos no contexto hemisférico ou multilateral, onde é natural que prevaleçam as preocupações brasileiras como Estado receptor de capitais estrangeiros - no contexto regional, o Brasil desempenha um papel expressivo como exportador de capitais, com interesses nem sempre são coincidentes com os do Estado-hospedeiro.

7.Por outro lado, na medida em que a presença de investimentos brasileiros na região constitui uma das vertentes da nossa política integracionista, parece-me inevitável que nossos investidores alimentem expectativas de que o Governo brasileiro possa negociar com o Estado receptor garantias que dêem o mínimo de previsibilidade e segurança jurídicas às suas operações no país hospedeiro.

8.Reconheço os riscos inerentes à eventual adoção, no contexto regional, dos compromissos previstos nos Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPI`s) negociados pelos países do G-7. Ainda que alguns desses compromissos representem importantes garantias ao investidor estrangeiro contra tratamento discriminatório e arbitrariedades cometidas

pelas autoridades locais, outros dispositivos reconhecem direitos ao investidor estrangeiro que vão além daqueles outorgados aos seus nacionais, além de facultar eventuais questionamentos a nossas políticas públicas.

9.Entendo também que, ainda que optássemos por adotar, de forma seletiva, os dispositivos dos APPI`s que permitiriam salvaguardar os interesses dos nossos investidores na região, haveria sempre o risco de que pudéssemos vir a ser pressionados em outros foros negociadores a reproduzir as mesmas cláusulas adotadas com nossos parceiros regionais

10. Todavia, em vista do histórico crescente de problemas que vêm enfrentando os investidores brasileiros na região, creio que cláusulas contratuais, bem como a possibilidade de recurso às instâncias judiciais e administrativas locais nem sempre constituem garantias suficientes para salvaguardar seus interesses.

11.Esse quadro de insegurança e de imprevisibilidade jurídica que vêm enfrentando as empresas brasileiras com investimentos na região engloba, dentre outras, as seguintes situações:
a) violações ao direito de propriedade, que beiram à desapropriação de fato de empresas brasileiras(tels 225 e 246 de Brasemb Assunção);
b) falta de proteção policial adequada ao investidor brasileiro;
c) atrasos injustificados no cumprimento dos contratos (a exemplo da resistência do Governo equatoriano em conceder licença ambiental a Petrobrás para exploração do campo 31, apesar do cumprimento pela empresa da legislação ambiental local -tel 515/2004, de Brasemb Quito);
d) demandas extra-contratuais com fins eleitoreiros (a exemplo da exigência de construção de via férrea feita à Petrobrás no Equador, como condição para a exploração do campo 31- tel 584/2004, de Brasemb Quito);
e) ambigüidades nos processos licitatórios realizados na região, que requerem investimentos das empresas brasileiras no país promotor da licitação. Nesse sentido são emblemáticas (i) as dúvidas levantadas pela Procurador-Geral do Equador quanto à legalidade da adjudicação da obra do aeroporto de Tena à empresa Odebrecht -tel 112/05 de Brasemb Quito, ou (ii) a anulação arbitrária de processo licitatório ganho pela empresa Andrade Gutierrez na Argentina, apesar de parecer do próprio Ministério do Planejamento argentino, determinando o cumprimento do contrato com a

empresa brasileira ou, em caso de seu descumprimento, o pagamento de indenização - tel 1816/04 de Brasemb Buenos Aires);
f) propostas de mudança na legislaçao local, com efeito retroativo, em clara violação aos direitos adquiridos (a exemplo do que está ocorrendo na Bolívia com o projeto de lei de hidrocarbonetos, sem qualquer previsão de compensação aos investidores afetados).

12.Diante desse quadro de insegurança jurídica, caracterizado pelo uso arbitrário dos poderes de polícia, desrespeito aos direitos adquiridos e perda de executoriedade das decisões administrativas e sentenças judiciais em favor de investidores brasileiros, creio que valeria a pena examinar, no contexto regional, em que medida a fórmula do esgotamento das vias judiciais locais representa uma garantia efetiva de proteção aos nossos investidores.

13.Julgo que talvez pudéssemos reavaliar também em que medida um mecanismo de solução de controvérsias Estado-investidor poderia ser uma alternativa para encaminhar disputas de investidores brasileiros com nossos parceiros regionais. Reconheço os inúmeros riscos e dificuldades associados à adoção desse mecanismo, trazidos à tona nas disputas de investimentos envolvendo o capítulo 11 do NAFTA.

14.Creio, todavia, que muitos dos aspectos negativos associados ao mecanismo estão relacionados menos à instância em si do que a questões de ordem substantiva: (i) definição excessivamente ampla de investimentos; (ii) aplicação casuística de princípios não consensuados no Direito Internacional (tratamento justo e equitativo); (iii) adoção de uma noção ampliada e original de tratamento nacional e de uma claúsula da Nação Mais Favorecida que, na prática, dispensa renegociação futura dos compromissos acordados. Apesar das dificuldades do exercício, creio que esses aspectos problemáticos poderiam ser contornados, com vistas a limitar o escopo de disputas a serem submetidas ao mecanismo.

15. Chama a atenção o fato de que o modelo de solução de controvérsias Estado-investidor tem permitido a outros investidores estrangeiros na região, particularmente na Bolívia e na Argentina, questionar alegadas violações a seus direitos, evitando, pelo menos em um primero momento, uma politização excessiva no encaminhamento de suas pendências com os Governos locais.

16. Conforme mencionado anteriormente, esse mecanismo de solução de controvérsias, bem como outras cláusulas dos

APPI`s constituem temas da maior sensibilidade, que envolvem questões diretamente relacionadas à soberania e à própria autonomia dos Estados na formulação de suas políticas públicas.

17.Por outro lado, preocupa-me que o argumento da soberania e da não ingerência nos assuntos internos seja esgrimido pelos Governos da região de forma seletiva, dependendo da nacionalidade do investidor estrangeiro e da existência ou não de um acordo de promoção e proteção de investimentos.

18.Dada a complexidade dos interesses brasileiros em relação ao tema investimentos, decorrente do nosso papel de receptor e exportador de capitais, creio que nosso maior desafio será o de encontrar uma fórmula que assegure, por um lado, um mínimo de garantias aos investidores brasileiros, e, ao mesmo tempo, preserve a nossa capacidade de formular políticas públicas, de modo a excluí-las de eventuais questionamentos perante Tribunais arbitrais internacionais sob a alegação de seu pretenso efeito expropriatório.

19.. As discussões em torno da implementação do mandato da Resolução 60 do Conselho de Ministros da ALADI em relação a esse tema constituem uma oportunidade para avaliar a conveniência, viabilidade e alcance de um acordo de investimentos no âmbito regional, que poderia ter, como ponto de partida, o formato de um acordo de alcance parcial aberto à adesão dos países membros da Associação.

20.O tratamento do tema sob o "guarda-chuva" da ALADI lhe conferiria o caráter de excepcionalidade assegurado pelo Tratado de Montevidéu e, ao mesmo tempo - ocorrendo no contexto de um programa de ação unanimamente aprovado no último Conselho de Ministros - contribuiria para evitar a politização do tema que a via bilateral poderia provocar, com reflexos negativos para o relacionamento do Brasil com os países envolvidos.

21.Vossa Excelência muito me obsequiaria com uma orientação a respeito.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador

De: BRASALADI Recebido em: 07/03/2005 16:10:00 N.°: 00193
CARAT=Reservado

MCFA

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 08/02/2006 10:01:00 N.°: 00111
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 08/02/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
CATEG=MG

//
BRASIL-PERU. VISITA OFICIAL DO
MINISTRO CELSO AMORIM A LIMA.
TEMAS DE CONVERSAÇÃO.
RETRANSMISSÃO.
//

Nr. 00111

PARA CONHECIMENTO DO SR. SGAS, EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO
M. FELICIO

RETRANSMITO, A SEGUIR, O TELEGRAMA NR. 209, RECEBIDO
DE Brasemb Lima em 07/02/2006.

"Para conhecimento do Senhor Ministro de Estado

Aditels sobre o assunto. Apresento a seguir temas que
poderão
ser tratados nas conversações de Vossa Excelência
com o
Presidente Alejandro Toledo e com o Chanceler Oscar
Maúrtua,
por ocasião de sua visita oficial a Lima no dia
17 de
fevereiro.

- Comentar a situação atual e as perspectivas de
evolução do
quadro político e econômico no Brasil e no Peru. As
eleições
peruanas serão realizadas em 9 de abril, com provável
segundo

turno em 7 de maio e posse do novo Presidente em 28 de julho.
Lideram as pesquisas, pela ordem, Lourdes Flores, Ollanta
Humala, Alan García e Valentín Paniagua.

- Ressaltar nosso empenho em assegurar que, qualquer que seja
o resultado das eleições nos dois países, tenha continuidade
o processo de construção e aprofundamento da Aliança
Estratégica Brasil-Peru que foi lançado na visita de estado
do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Peru em agosto de
2003. Foi esse o sentido da recente visita a Lima do
Professor Marco Aurélio Garcia, que convidou cada um dos
quatro principais candidatos presidenciais a ir ao Brasil
para encontrar-se com o Presidente Lula.

- Assinalar o interesse positivo com que recebemos as
propostas que foram apresentadas pelo Chanceler Maúrtua (e
seguidas de reiteradas manifestações de empenho) sobre a
cooperação Brasil-Peru em matéria de segurança e defesa,
tanto no que se refere à instituição de um mecanismo de
consulta no formato "3+3", como no que se refere à possível
realização de exercícios ou patrulhas conjuntas na região
amazônica.

- Quanto à proposta sobre a eventual realização de manobras
navais conjuntas das duas Marinhas em águas peruanas no
Pacífico, poderíamos indicar tratar-se de assunto que
requererá um exame mais detido e cuidadoso. Desde logo,
porém, pode ser anunciado que o navio-escola

"Brasil" visitará o porto de Callao dias antes das festas pátrias peruanas no final de julho de 2006, em viagem que o levará também aos portos de Valparaíso e Guayaquil.

- Indicar o interesse e a seriedade com que estão sendo examinadas pelo Itamaraty, em consulta com outros órgãos competentes, as questões referentes à navegação fluvial suscitadas na extensa nota enviada a Vossa Excelência pelo Ministro Oscar Maúrtua, tema que foi também objeto de carta do Presidente Toledo ao Presidente Lula. Vossa Excelência poderia entregar pessoalmente nota de resposta ao Chanceler peruano.

- Assinalar a importância que atribuímos à inauguração pelos Presidentes Lula e Toledo, no dia 21 de janeiro, da Ponte da Integração entre Assis Brasil e Iñapari, primeira ponte entre os dois países e elo fundamental da ligação rodoviária entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

- Ressaltar a disposição do Governo brasileiro de encontrar meios de facilitar o financiamento da construção da Rodovia Interoceânica que vinculará o Acre a portos peruanos no Pacífico. Com a desistência pelo Peru da utilização dos recursos do Proex na forma originalmente prevista, a Odebrecht e o Banco do Brasil estariam examinando possível nova proposta referente à equalização de juros de parte do valor das obras.

- Expressar reconhecimento pelo papel central desempenhado pelo Governo peruano no processo de criação da Comunidade Sul-americana de Nações e trocar idéias sobre os próximos passos nesse processo, inclusive no que se refere aos trabalhos da Comissão Estratégica de Reflexão, cuja primeira reunião deverá realizar-se em março em Montevidéu.

- Comentar nesse contexto aspectos do processo de integração regional e de convergência comercial e institucional entre o Mercosul e a Comunidade Andina, bem como as perspectivas de incorporação ao Mercosul da Venezuela - e eventualmente da Bolívia.

- O intercâmbio comercial Brasil-Peru aumentou mais de 40% em 2005, chegando a um total de quase US$ 1,4 bilhão. Cresceram as exportações brasileiras e as peruanas, mantendo-se considerável superávit em favor do Brasil. São amplas as possibilidades de expansão, de forma mais equilibrada, dos fluxos de comércio nos dois sentidos.

- Fazer referência ao crescimento das operações e investimentos produtivos de empresas brasileiras no Peru: Petrobrás (petróleo e gás), CVRD (fosfato), Votorantim (zinco), Vega Upaca Relima (limpeza urbana), as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Coreea e Queiroz Galvão, as empresas aéreas VARIG, Ocean Air (associada com a peruana Wayra Peru) e proximamente TAM ("code-sharing" com a

TACA), Ambev (cerveja Brahma), Natura e O Boticário (cosméticos).

- Expressar satisfação pela plena entrada em vigor do ACE-58 Mercosul-Peru e de seus dois protocolos adicionais, medida que deverá contribuir para a ampliação do comércio entre o Brasil e o Peru - caso se confirme a publicação dos textos pelos peruanos até a data da visita, como temos reiteradamente solicitado. Em caso contrário, entendo que caberia expressar inequivocamente a nossa estranheza.

- Durante a visita deverão ser assinados o acordo sobre bitributação e, em princípio, o memorando de entendimento sobre promoção de comércio e investimentos (PSCI), instrumentos que também deverão facilitar os investimentos e o intercâmbio comercial Brasil-Peru.

- Abordar questões suscitadas pela recente celebração de um Tratado de Livre Comércio entre o Peru (e talvez Colômbia e Equador) e os Estados Unidos. Em dezembro o Diretor do DIN solicitou formalmente ao Embaixador peruano em Brasília a pronta abertura de um processo de consultas Brasil-Peru sobre o assunto.

- Trocar idéias sobre temas da agenda de trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Peru assumiu em janeiro o assento que foi ocupado pelo Brasil no biênio 2004-2005: a questão do programa nuclear do Irã, a situação no

Haiti, etc.

- Quanto ao Haiti, o Peru solicitou nosso apoio à candidatura de Luis Thais para substituir Juan Gabriel Valdés como Representante Especial do SGNU. Thais, ex-funcionário do PNUD e atual Presidente do Consejo Nacional de Descentralización, esteve no Brasil no início de fevereiro para encontros com o Ministro Furlan e outras autoridades voltados para a promoção de investimentos e comércio ao longo da Rodovia Interoceânica.

- Comentar as perspectivas de evolução das relações do Brasil e do Peru com diferentes países sul-americanos. Os diferentes aspectos do relacionamento entre Bolívia, Chile e Peru poderiam em particular ser objeto de consideração.

- Lembrar as candidaturas do Embaixador Gilberto Sabóia à CDI, do Professor Ricardo Seintenfus à CJI e do Professor Paulo Sérgio Pinheiro à Subcomissão da CDH.

- Ressaltar nossa disposição de cooperar com o Peru e com outros países em matéria de luta contra as drogas ilícitas, indicando a importância que atribuímos à realização no final de março, em Brasília, da próxima reunião da comissão mista antidrogas Brasil-Peru.

- Manifestar nosso empenho em assegurar que venha a ser finalmente aprovado pelo Congresso Nacional o memorando de entendimento Brasil-Peru sobre SIVAM-SIPAM.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador
LAAC/"

EXTERIORES

EB

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 09/03/2006 17:09:00 N.°: 00240
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 09/03/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF/DAM I
DESCR=XCOI-EFIN-ARGT
REF/ADIT=TEL 2289 2005, TEL 3137 2005, TEL 420
CATEG=MG

//
COFIG. Argentina. BNDES.
Projeto de ampliação da rede
de gasodutos troncais de TGN e
TGS. Operação de Consulta da
SBCE.
//

Nr. 00240

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser apreciada, em princípio, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre operação de crédito do BNDES ao "Fideicomiso Albanesi", instituição a ser criada. A operação, no valor de US$ 279,9 milhões, ainda em fase de licitação, consistirá no fornecimento e montagem de bens e serviços para a ampliação da rede de gasodutos troncais de TGN e TGS.

2.O BNDES financiaria a operação em um prazo total de 12 anos, com garantia provida por títulos de crédito cursados no CCR. O exportador será a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

3.Os editais da licitação foram divulgados em 30 de setembro de 2005. Segundo a exportadora, a empresa Rafael G.Albanesi S.A. apresentou proposta para a compra de 4,4 milhões de m3/dia. As empresas Albanesi e Odebrecht firmaram um acordo de cooperação para desenvolvimento do projeto e, caso a obra seja

adjudicada à Albanesi, a Odebrecht será contratada sob a modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction).

4.O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

a) Aspectos políticos e legais:

-cenários econômico e político do país;
-nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto;
-medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

b) Aspectos relacionados ao devedor e ao projeto:

- aspectos gerais sobre o devedor e o projeto.

c) Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

5.Muito agradeceria receber, com a possível urgência, as informações solicitadas pela SBCE.

EXTERIORES

TMNL

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 14/03/2006 08:30:00 N.°: 00272
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 14/03/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF/DAM I
DESCR=XCOI-EFIN-ARGT
CATEG=MG

//
Argentina.Crédito à
exportação. Financiamento do
BNDES. Construção de aquedutos
na província de Santa Fé.
//

Nr. 00272

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser submetida, em princípio, ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre operação de crédito do BNDES ao Ministério de Assuntos Hídricos da Província de Santa Fé. O projeto, atualmente em negociação entre a construtora Norberto Odebrecht S.A., parte exportadora, e o Ministério de Assuntos Hídricos de Santa Fé, no valor de US$ 258.130.000,00, consiste na construção de dois aquedutos que tomarão água do Rio Paraná e a levarão até localidades ainda não atendidas por esse serviço.

2. O BNDES financiaria a operação em um prazo total de 12,5 anos com garantia provida por notas promissórias cursadas no CCR. O tomador do financiamento será o Ministério de Assuntos Hídricos, porém o importador será um Fideicomisso constituído para esse fim, com o compromisso de integrar ao crédito fundos aportados pela Província de Santa Fé ou pelo Governo da Nação.
3.O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

a) Aspectos políticos e legais:
- cenários econômico e político do país;
- nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto; e
- medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

b) Aspectos relacionados ao devedor e ao projeto:
- aspectos gerais sobre o devedor e o projeto.

c) Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

4.Muito agradeceria receber, com a possível urgência, as informações solicitadas pela SBCE.

EXTERIORES

FCC

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 14/03/2006 09:00:00 N.°: 00273
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 14/03/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF/DAM I
DESCR=XCOI-EFIN-ARGT
REF/ADIT=DET 240
CATEG=MG

//
COFIG. Argentina. BNDES.
Projeto de ampliação da rede
de gasodutos troncais de TGN e
TGS. Nova operação de crédito.
//

Nr. 00273

A Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) comunicou nova operação de crédito do BNDES relativa ao projeto de ampliação de gasodutos troncais da TGN e TGS. O financiamento, desta vez ao "Fideicomiso CAMMESA" (instituição a ser criada), no valor de US$ 410.990.000, seria para fornecimento e montagem de bens e serviços, ainda em fase de licitação. Com o objetivo de subsidiar a análise de risco, a SBCE solicitou informações e comentários sobre a operação.
2.Nesse sentido, sem prejuízo dos demais elementos usualmente requeridos pela SBCE, sobre aspectos políticos e legais e sobre o mérito do projeto, já solicitados pelo desptel 240, muito agradeceria a Vossa Excelência obter informações gerais relacionadas ao devedor - Compañia Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico S.A. - CAMMESA.
3.Segundo a SBCE, o BNDES financiaria a operação em um prazo total de 12 anos, com garantia provida por títulos de crédito cursados no CCR. O exportador será a Construtora Norberto Odebrecht S.A.
4.Segundo o exportador, a Compañia Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico S.A. - CAMMESA, apresentou proposta para a compra de 8 milhões de m3 de gás/dia.

A Odebrecht vem estudando o projeto com a Secretaria de Energia (acionista da CAMMESA, com 20% de participação) e foi por esta autorizada a apresentar soluções para a estrutura financeira que melhor viabilize sua execução.

EXTERIORES

FCC

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 06/04/2005 12:09:00 N.°: 00284
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 06/04/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS
DESCR=EFIN
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Visita do
Professor Marco Aurélio
Garcia. Recompra de dívida
equatoriana. Café da manhã.
//

Nr. 00284

À ATENÇÃO DO SR. SGAS, EMBAIXADOR LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES

Retransmito, a seguir, o telegrama Nr. 314, recebido de Brasemb Quito em 05/04/2005.
"Aditamento a telegramas sobre o assunto. No contexto da visita a Quito do Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, promovi café-da-manhã de trabalho na Residência em 31 de março, para tratar do tema da recompra de dívida equatoriana com o Brasil.
Estiveram presentes o Ministro da Economia e Finanças, Maurício Yepez e o Vice-Ministro de Finanças, Ramiro Galarza.
Pelo lado brasileiro, além do Assessor Especial, de seu assistente Ministro Marcel Biato e de mim, compareceram o Ministro José Fiuza Neto e o Secretário Leonardo

Gorgulho, desta Embaixada, o representante da Norberto Odebrecht no Equador, Fernando Reis, e o Diretor da empresa Roberto Dias.

2.O texto sobre o qual nos debruçamos no café-da-manhã havia sido objeto de coordenação prévia minha junto à Secretária-Executiva do COFIG, Maria da Glória Rodrigues, e ao Vice-Ministro Ramiro Galarza. A minuta de Memorando de Entendimento examinada no evento veio encapada por Ofício em que o Secretário do Tesouro Nacional indica os títulos da dívida que seriam objeto da operação de "swap".

3.O projeto apresentado pelo Brasil não significou dificuldades de monta junto às autoridades equatorianas, que o analisaram nos dois dias seguintes. Entretanto, a parte equatoriana sugeriu - para a consecução do acordo -- que a operação se dê pela troca de papéis das dívidas respectivas dívidas avaliados em seu valor nominal, conforme definido durante a visita do Vice-Ministro equatoriano ao Brasil. Como a carta do Secretário do Tesouro Nacional fazia menção ao valor de mercado dos títulos da dívida, entrei em contato com a Secretária-Executiva do COFIG, que endossou o entendimento dos equatorianos e solicitou, nesse sentido, Ofício do Vice-Ministro Galarza ratificando essa posição (que transmiti pelo fax 25, de 04.04.05, à DAM-II).

4.Ficou também acertado que o documento será firmado pelo Presidente do COFIG e pelo Assessor Especial da Presidência da República, do lado brasileiro, e pelo Ministro da Economia

e Finanças e pelo Gerente-Geral do Banco Central do Equador,
em representação a este país.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho,
Embaixador"

EB

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 01/06/2006 13:26:00 N.°: 00622
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 01/06/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DSF/DOC/DAM I/DPB
DESCR=XCOI-EFIN-ARGT
REF/ADIT=TEL 1025, DET 561
CATEG=MG

//
COFIG. Argentina. BNDES.
Projeto de ampliação da rede
de gasodutos troncais TGN e
TGS. Aprovação.
//

Nr. 00622

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), em sua 22ª Reunião Ordinária, realizada em 31.05.2006, aprovou o pleito da empresa Noberto Odebrecht de seguro de crédito à exportação para os dois financiamentos do BNDES relativos à ampliação da rede de gasodutos troncais TGN e TGS, nos valores de US$ 278,9 milhões (ampliação Albanesi) e de US$ 410,9 milhões (ampliação CAMMESA).

EXTERIORES

AJB

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 12/05/2006 20:20:00 N.°: 01025
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 12/05/2006 (/-MTO-/)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS /DSF/DOC/DAM I
DESCR=XCOI-EFIN-ARGT
REF/ADIT=TEL 604
CATEG=MG

//
COFIG. Argentina. BNDES.
Projeto de ampliação da rede
de gasodutos troncais TGN e
TGS.
//

Nr. 01025

RESUMO=
Relata conversa mantida com Diretor da Odebrecht na Argentina, que reiterou a importância de que o projeto de ampliação da rede de gasodutos troncais da TGN e TGS venha a ser analisado tempestivamente pelo COFIG.

À ATENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL

Recebi, na tarde do dia 10, o Senhor Flávio Faria, Diretor da Construtora Norberto Odebrecht na Argentina, que desejava tecer comentários sobre os projetos de ampliação da rede de gasodutos troncais da TGN e TGS, em análise pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

2. O executivo da Odebrecht recordou que o projeto deveria ter sido analisado em reunião extraordinária da COFIG prevista para realizar-se no dia anterior. A reunião da COFIG, no entanto, havia sido postergada para o final do corrente mês de maio.

3. Meu interlocutor expressou preocupação quanto à possibilidade de que, em virtude de eventual agenda extensa do COFIG, a análise do projeto venha a ser novamente adiada. Comentou que autoridades do Governo argentino vinham indagando a Odebrecht sobre quando seria possível dar início às obras de ampliação da rede gasífera. Segundo afirmou, os prazos para execução da obra e seu positivo impacto no desenvolvimento industrial argentino poderiam ser comprometidos se o projeto não for aprovado tempestivamente.

4. O Diretor da Odebrecht solicitou minhas gestões no sentido

de que o projeto venha a ser objeto de reunião extraordinária do COFIG, que poderia ser convocada ainda em maio em data próxima, ou, na impossibilidade desta hipótese, de que receba a prioridade que merece para que não deixe de ser analisado pela reunião ordinária do COFIG.

5. Compartilho a opinião de que, em função da importância atribuída pelo Governo argentino ao projeto em questão, fundamental para permitir a continuidade do crescimento econômico argentino e afastar o risco de dificuldades potencialmente graves na operação da matriz energética argentina, sobretudo no que se refere ao abastecimento industrial, seria de todo conveniente que a análise dos projetos pelo COFIG possa ocorrer proximamente.

Mauro Vieira, Embaixador

NRJ

Para: BRASEMB BUENOS AIRES Expedido em: 22/12/2006 16:51:23 N.°: 01333
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 22/12/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DECAS/DAM I
DESCR=XPRO-BRAS-ARGT
REF/ADIT=DET 1245, TEL 2730
CATEG=MO

//
Promoção Comercial. COFIG.
Construção de Sistema de
Abastecimento de Água Potável
na Provincia de Buenos Aires.
Aprovação de Operação.
//

Nr. 01333

Na 29ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada em 21 de dezembro último, foi aprovada a operação de crédito do BNDES para construção de sistema de abastecimento de água potável na Província de Buenos Aires - Aqueduto Las Palmas, no valor total de US$ 275.000.000,00.

2. A operação tem como exportador a Construtora Norberto Odebrecht S.A., e como importador/devedor a empresa Agua y Saneamientos Argentinos S.A. (AySA). O valor da exportação é de US$ 275.000.000,00, dos quais 100% serão financiados pelo BNDES, com prazo de 12 anos e garantia pelos instrumentos de pagamento cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI.

EXTERIORES

LFM/CHAS

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 25/02/2004 16:50:00 N.°: 00346
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 25/02/2004 (/-MTO-/)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM I/DOC
DESCR=ENER
REF/ADIT=TEL 107
CATEG=MG

//
Energia. Hidrelétrica de
Yaciretá. Licitação para novas
obras.
//

Nr. 00346

RESUMO=
Informo. Dando continuidade ao processo de revigoramento da Usina Hidrelétrica de Yaciretá, os Presidentes Kirchner e Duarte Frutos comprometeram-se a completar, em um período de 5 anos, as obras que permitiriam elevar de 76 a 83 metros o nível da barragem, conforme o desenho original do projeto.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

Informo. Dando continuidade ao processo de revigoramento da Usina Hidrelétrica de Yaciretá, cuja importância havia sido reiterada em 17 de dezembro último pelos presidentes da Argentina e do Paraguai, em reunião na qual analisaram as dificuldades financeiras da usina, Kirchner e Duarte Frutos comprometeram-se ontem, dia 23 de fevereiro, por ocasião da visita do presidente paraguaio a Buenos Aires, a completar, em período de 5 anos, as obras que permitiriam elevar de 76 a 83 metros o nível da barragem, conforme o desenho original do projeto.

2.Yaciretá é a principal geradora de energia elétrica que abastece o mercado argentino, atende, em média, a 18% de demanda de energia do País e representa cerca de 40% da geração hidrelétrica local. Com as obras, estima-se que cubriria um quarto dessa demanda, com a elevação de sua capacidade geradora de 11.750 GWh/ano para cerca de 20.000 GWh/ano.

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 25/02/2004 16:50:00 N.°: 00346
CARAT=Reservado

3.Desde 2002, quando foi lançado o "Plano Estratégico para a Finalização do Projeto Yaciretá", aguardava-se o desdobramento do processo licitatório para a realização das obras de conclusão do dique de proteção do riacho Aguapey e de construção de um canal de aproximadamente 12 quilômetros para desviá-lo até o braço "Aña Cua" do rio Paraná, que contribuiriam para armar um sistema de proteção contra inundações em área de 380 quilómetros quadrados destinada à agricultura e alcançar o nível de 83 metros, com queda de 21.30 metros.

4.Durante todo o ano passado, o processo pouco avançou. Segundo fontes do setor, o atraso na abertura das propostas deveu-se a dificuldades dos organizadores em facilitar a execução da obra a um determinado consórcio, o que enriquece a história de abusos e corrupção que caracterizam a obra.

5.O que há de concreto, entretanto, é que o ano foi complicado, em razão da crise econômica que afetou a Argentina e das respectivas mudanças políticas em ambos países. Essas mudanças acrescentaram novos ingredientes à relação bilateral que, em que pese às dificuldades iniciais motivadas pela inclusão dessa hidrelétrica na resolução 406 da Secretaria de Energia argentina, que posterga parte dos pagamentos do Governo às produtoras de energia, aponta em direção à cooperação, diante da necessidade preemente em que se vê o Governo Kirchner de aumentar a geração de energia no País (tel. 107).

6.O valor estimado para a realização das obras acima mencionadas é baixo. Aparentemente os Governos argentino e paraguaio contariam com um orçamento de 60 milhões de dólares para a sua realização: 45 milhões para o canal e 15 milhões para o dique. Na abertura dos envelopes, um dos consórcios chegou a apresentar uma oferta de 27 milhões de dólares para a obra de construção do canal, o que representaria um desconto de 40% no valor previsto. Essa subvalorização das ofertas pelas empresas concorrentes foi um dos motivos apontados por representante da Andrade Gutierrez em Buenos Aires para a não participação de sua empresa no processo. O Consórcio Odebrecht, por exemplo, apresentou proposta no valor de 47 milhões de dólares, bem acima dos demais concorrentes.

7.Do ponto de vista do Governo argentino, dentro do enfoque neo-keynesiano do Presidente Kirchner, o importante é colocar em marcha os grandes projetos de construção que se encontram parados. Esse seria relevante pela vertente da geração de energia, estratégico para o crescimento econômico do País, e

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 25/02/2004 16:50:00 N.°: 00346
CARAT=Reservado

da criação de emprego, a um custo inicial compensador.

8.A grande dificuldade do projeto, não obstante, que implicaria despesas da ordem aproximada de 600 milhões de dólares, não foi, ainda, solucionada. Trata-se do custo social de desapropriação da população ribeirinha. Sem isso, não adiantaria retomar a obra, uma vez que não se poderia utilizar a melhora da capacidade técnica da represa.

9.Yaciretá continua sendo, portanto, um tema complicado, para o qual os Governos paraguaio e argentino não têm sido capazes de apresentar um projeto que se sustente no longo prazo. A demora em cumprir as metas estabelecidas no projeto original vem comprometendo a usina, cujas turbinas já apresentam sinais prematuros de desgaste, por funcionarem com pouca capacidade de água. Há registros, também, de fissuras na estrutura da represa.

10.Em cerimônia na Casa Rosada, Kirchner lembrou o histórico de atrasos, abusos e corrupção que marcou Yaciretá ("una asignatura pendiente que a veces causa profundo dolor y verguenza") e ressaltou seu empenho em levar adiante a obra, desta vez, segundo ele, com total transparência.

11. Seguirei informando.

Maria Dulce Silva Barros, Encarregada de Negócios a.i.

KLING

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/05/2005 20:59:00 N.°: 01111
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 13/05/2005 (/-MTO-/)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM I
DESCR=ETRA-ETEL
CATEG=MG

//
Brasil-Argentina. Visita do
Chanceler Rafael Bielsa.
Integração-física. Subsídios.
I
//

Nr. 01111

RESUMO=
Transmito subsídios em matéria de infra-estrutura e integração física para a visita a Brasília, no próximo dia 20 de maio, do Chanceler argentino, Rafael Bielsa.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Transmito, abaixo, subsídios relativos às áreas de energia, infra-estrutura e integração física, destinados à preparação da visita a Brasília, no próximo dia 20 de maio, do Chanceler argentino, Rafael Bielsa:

A) ENERGIA
COMISTA ENERGÉTICA
- A Comissão Mista Bilateral Permanente Brasil-Argentina em Matéria Energética (COMISTA) ? criada por acordo por troca de notas de 05/07/2002 ? reuniu-se pela última vez em 06 e 07/01/2004. Na ocasião, criou-se grupo de trabalho para estudar o intercâmbio compensado de energia entre ambos os países.
- Em reunião realizada 31/03/2004, no Ministério de Minas e Energia, o Governo brasileiro comprometeu-se a fornecer energia elétrica à Argentina em caráter emergencial, devido à crise de abastecimento que vivia o país.
- Passada a emergência, o Brasil assegurou fornecimento regular da ordem de 500 MW, por meio da empresa TRACTEBEL, vencedora de licitação realizada pelo Governo argentino.
- Neste mês, realizou-se a III COMISTA, em Buenos Aires, cujo tema principal foi o cumprimento dos contratos de comércio de

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/05/2005 20:59:00 N.°: 01111
CARAT=Reservado

energia entre o Brasil e a Argentina.
- Conformaram-se dois grupos de trabalho (Gás e energia elétrica) para identificar os volumes mínimos de despacho que a Argentina seria capaz de honrar, de modo a que os contratos sejam mantidos e não haja prejuízos para o processo de integração setorial (tel. 949 e 1009).

GARABI

- O Governo do Rio Grande do Sul vem expressando interesse na construção da hidrelétrica de Garabi. Na prática, poderão ser duas usinas, o que diminuiria a área a ser inundada.
- O Governo do Rio Grande do Sul criou grupo de trabalho para a construção da hidrelétrica, no qual o Itamaraty está representado.
- O Ministério de Minas e Energia tem acompanhado o assunto, mas não inclui a construção dessa hidrelétrica entre seus projetos prioritários.
- Na reunião da Comista Energética, de abril último, recomendou-se realização, nos próximos dias, de reunião entre o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética e autoridades argentinas, de modo a se iniciarem os contatos com vistas à elaboração de uma reavaliação econômica-financeira para o projeto de construção de Garabi.

REVISÃO DO ACORDO TRIPARTITE

- A entrada em funcionamento de duas turbinas adicionais na usina de Itaipu (prevista originalmente para o final de 2004) exige a alteração de parâmetros técnicos de navegação previstos no Acordo sobre Cooperação Técnico-Operativa entre os Aproveitamentos de Itaipu e Corpus (Acordo Tripartite).
- Foi realizada reunião em 08/10/2003, em Buenos Aires, com a participação das Chancelarias e órgãos técnicos responsáveis (no Brasil, Ministério de Minas e Energia e Itaipu Binacional). A delegação argentina solicitou informações sobre alterações estimadas no regime de fluxo do Rio Paraná com a entrada em funcionamento das duas novas turbinas.
- A ELETROBRÁS comprometeu-se a obter da COPEL os dados solicitados. A ELETROBRÁS e a COPEL ainda não transmitiram as informações necessárias ao MRE. O assunto tem sido objeto de reiteradas manifestações do DAS junto à ELETROBRÁS.
- A entrega desses dados é condição, segundo o Governo argentino, para se avançar no diálogo sobre a revisão do Acordo Tripartite.

PETROBRÁS E GASODUTO DO SUL

- Diante das dificuldades da PETROBRÁS de viabilizar a duplicação do Gasoduto do Sul, orçada em cerca de US$ 230 milhões, o Governo argentino ameaçava suspender a concessão feita à TGS (da qual a PETROBRÁS detém 50% do controle).
- O problema foi encaminhado satisfatoriamente com a assinatura, em 03/11/2004, de carta de intenção entre o Governo argentino e a PETROBRÁS, estabelecendo as bases para

a conformação financeira do fundo fiduciário projetado para administrar as obras.
- Na Carta de Intenção, a Petrobrás se compromete a levantar junto ao BNDES o crédito para financiar o valor acima mencionado (142 milhões), bem como adiantá-lo até que seja liberado pelo BNDES.
- A obra já está sendo executada pelas empresas que venceram a licitação: Grupo Odebrecht, associado à Techint e Skaska.
- O encaminhamento positivo do assunto foi importante para dissipar a crescente tensão entre o Governo Kirchner e a Petrobrás.

B) TRANSPORTES
PROPOSTA DE COMISSÃO MISTA DE TRANSPORTES
- O segmento de transportes, apesar de ser o mais associado ao conceito de integração física, abarcando uma série de setores da economia real, com impacto direto na construção de um espaço comum, não dispõe de um mecanismo bilateral, como o mencionado acima na área de energia, que permita aos órgãos responsáveis dos dois países responder com ações concretas à orientação política dos respectivos Governos de integrar e às demandas dos setores produtivos e das duas sociedades em geral, em particular daquela parte das sociedades argentina e brasileira que interagem mais intensamente nas áreas de fronteira.
- A criação de uma comissão mista de transportes, nos moldes da que se está implementando na área de energia, seria um instrumento ideal para promover essa articulação, tão importante para a definição e o avanço de políticas bilaterais comuns, fortalecendo o processo de integração física com a Argentina, condição indispensável para a conformação de uma unidade espacial sul-americana.
- A importância do tema na agenda bilateral se evidencia no destaque com que é tratado durante as reuniões de alto nível e com que é mencionado nos comunicados conjuntos dos Presidentes Lula e Kirchner. Haveria, conforme foi detectado, interesse em ambos os países na constituição de um foro bilateral responsável pelo desenho e implementação de políticas de integração e cooperação nesse domínio.
- Uma possível agenda para essa Comissão poderia conter os seguintes temas: transporte rodoviário; transporte ferroviário; transporte fluvial e marítimo; instalações portuárias; pontes e passagens fronteiriças; corredores bioceânicos; financiamento internacional; cooperação técnica; cooperação institucional coordenação de políticas de integração regional em organismos multilaterais; participação dos agentes econômicos e da sociedade civil.
DUPLICAÇÃO DA AUTO-ESTRADA DO MERCOSUL
- A expressão "Auto-estrada do Mercosul" designa conjunto de

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/05/2005 20:59:00 N.°: 01111
CARAT=Reservado

rodovias já existentes ligando Belo Horizonte-São Paulo-Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre-Uruguaiana-Paso de los Libres-Zárate-Buenos Aires. O trecho brasileiro está duplicado até Florianópolis.

- As obras mais urgentes, do lado brasileiro, são a duplicação da BR-101 no trecho entre Palhoça (SC) e Osório (RS) e a recuperação da BR-290 entre Osório e Uruguaiana.
- A duplicação do trecho Palhoça-Osório está em processo de licitação. O Governo brasileiro está negociando empréstimo junto ao BID para financiar a obra.
- Trecho Osório-Uruguaiana: o Ministério dos Transportes já conta com os recursos necessários para obras de conservação, manutenção e restauração em 2004 e 2005. As obras devem ter início proximamente.
- Do lado argentino, a obra tem por objetivo aumentar a segurança e capacidade de trânsito da Ruta 14, por meio da duplicação do trecho Zárate - Paso de los Libres.
- O processo de duplicação já se iniciou com a licitação para a duplicação de 20 kms, entre as rodovias provinciais 16 e 20. Os demais 422 kms serão divididos em 7 trechos e cada trecho será subdividido em dois, para efeito de licitação.
- Estima-se em 370 milhões de dólares o valor total da obra, dos quais o Governo argentino disporia de 200. 100 procedentes do Tesouro Nacional e outros 100 do BID.
- A falta de recursos suficientes para a sua conclusão justifica, aparentemente, o modelo fragmentado de licitações, gerando conseqüências indesejáveis para as construtoras brasileiras, que pelo pequeno porte dos trechos, descartam sua participação.

TERCEIRA PONTE SOBRE O RIO URUGUAI

- Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai ? assinado em 15/12/2000 e vigente desde 18/02/2004 ? prevê a construção de ponte internacional unindo o Brasil à Argentina em uma de três localidades (Itaqui-Alvear, Porto Xavier-San Javier, Porto Mauá-Alba Posse).
- Em 06/08/2004, reunião bilateral decidiu que a comissão para a construção da ponte encomendará estudo de viabilidade econômica que permita avaliar a demanda existente por nova interconexão viária na região.
- De acordo com o Ministério dos Transportes, ainda não há previsão orçamentária para o custeio do estudo, que poderia, no entanto, ser cobertos por recursos destinados a estudo de pontes no estado do Rio Grande do Sul.
- Do lado argentino, detecta-se grande interesse da Província de Misiones, que possui estudo detalhado, em estado avançado, para a sua construção.

C) FINANCIAMENTO - BNDES

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/05/2005 20:59:00 N.°: 01111
CARAT=Reservado

ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO BNDES-BICE-BNA

- Em 15 de abril DE 2004, o BNDES firmou com o Banco de Inversión y Comercio Exterior S.A. (BICE) e com o Banco de La Nación Argentina (BNA) um Acordo Marco de cooperação com vistas ao estabelecimento de mecanismos conjuntos para promover, fundamentalmente, os seguintes objetivos:

a) desenho e constituição de linhas de crédito comuns para os respectivos mercados e para exportações a terceiros países;

b) financiamento conjunto de obras de infra-estrutura de integração regional; e

c) intercâmbio de informações publicadas sobre comércio, oportunidades de negócio e de investimentos.

- Segundo esse acordo, o BNDES, o BICE e o BNA poderiam apoiar o financiamento das atividades acima mencionadas como comparticipes. Cada instituição aplicaria suas próprias regras e seus procedimentos para a determinação dos termos e do apoio oferecidos.

- Os desdobramentos práticos desse Acordo Marco seriam objeto de acordos específicos, os quais estabeleceriam as pautas de integração e de financiamento a serem executadas, bem como regulariam o funcionamento de Comissões organizadas para acompanhar suas respetivas execuções.

- O Governo brasileiro chegou a estender linha de crédito para essas atividades da ordem de 1 bilhão de dólares.

- Para o financiamento das obras de infra-estrutura, o BNDES adotou o seguinte procedimento:

a) que a solicitação de enquadramento do projeto no âmbito do Acordo Marco fosse encaminhada ao BNDES pelo BICE;

b) que o projeto contasse com apoio do Governo argentino, o qual deveria emitir juízo sobre sua prioridade;

c) que o Governo argentino autorizasse o curso de pagamento do financiamento pelo CCR.

- Embora o Governo argentino tenha chegado a identificar três projetos (duplicação do corredor Zárate - Paso de los Libres / reabilitação da estrada de ferro Transandino Central/ adequação e sinalização da hidrovia Paraguai -Paraná), o trâmite de financiamento deles não chegou a avançar pela falta de acerto a respeito da autorização de curso de pagamento do financiamento pelo CCR.

- A falta de garantia no âmbito do CCR ao financiamento estendido pelo BNDES é ainda a dificuldade que persiste e que vem bloqueando a execução dos objetivos estabelecidos no Acordo para obras de infra-estrutura para a integração bilateral.

- Até o momento, apenas as obras para a duplicação do Gasoduto "San Martín" se beneficiam dessa cooperação.

- Em março passado, o Presidente do BNDES, Guido Mantega, justamente por ocasião da cerimônia de assinatura dos

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/05/2005 20:59:00 N.°: 01111
CARAT=Reservado

contratos para a ampliação do "San Martín", visitou Buenos Aires e reafirmou o compromisso do Banco em aprofundar a cooperação para o financiamento de obras de integração física com a Argentina e o empenho em superar as dificuldades existentes para materializar de uma maneira mais fluida a oferta estendida. Estaria estudando alternativas que superem as limitações hoje existentes para a concretização dos financiamentos, sobretudo no que diz respeito às garantias.
- Acertou-se que as diretorias de ambos os Bancos se encontrariam, provavelmente no início de junho, no Rio de Janeiro, com o objetivo de intensificarem essa colaboração. Para essa oportunidade, a Diretoria do BNDES organizaria uma apresentação detalhada sobre a estrutura, organização e captação de recursos da Instituição, de modo a contribuir para o processo de reformulação do BICE.

FINAME

- A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) havia aprovado considerar como bens nacionais, para fins de índice de nacionalização de máquinas e equipamentos do Finame, os componentes e peças fabricadas por empresas estabelecidas no Mercosul, cujo controle acionário de residentes e domiciliadas no Mercosul.
- Essa exigência de controle acionário do Mercosul restringiria o universo dos possíveis beneficiários da medida na Argentina, a tal ponto que a decisão do BNDES, inicialmente comemorada, foi, ante essa restrição, reavaliada com desconforto e desconfiança. A exigência não se aplica aos financiamentos do FINAME concedidos no Brasil.
- Em sua visita de março passado, Mantega igualmente manifestou estar empenhado em buscar alternativas que permitam à Argentina aceder aos seus benefícios conforme os critérios exigidos para o Brasil. Não houve ainda decisão a respeito da flexibilização do critério.

Mauro Vieira, Embaixador

KLING

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 14/09/2005 15:02:00 N.°: 02185
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 14/09/2005 (FCLA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SG/DECAS/DAM I/DAM II/DIC
DESCR=AMSU-XIEX
CATEG=MG

//
América do Sul. Principais
investimentos diretos. 2003-
2005.
//

Nr. 02185

RESUMO=
Informo e cumpro instruções. Apresento levantamento sobre os principais investimentos diretos dos países da América do Sul na Argentina e da Argentina nos demais países da América do Sul, no período 2003-2005.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Cumpro instruções. Transmito, a seguir, levantamento dos principais investimentos diretos dos países sul-americanos na Argentina, no período 2003-2005, bem como dos principais investimentos diretos da Argentina nos demais países sul-americanos.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DIRETOS DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS NA ARGENTINA

2.Após forte queda durante recessão que precedeu o fim da convertibilidade, em 2001, e perdurou até 2002, registrou-se, nos últimos dois anos, aumento dos investimentos diretos estrangeiros na economia argentina, como reflexo da retomada do crescimento e da relativa estabilização do cenário político-econômico.

3.Neste cenário pós-crise, os capitais brasileiros têm desempenhado papel importante, em razão não somente do aprofundamento da integração bilateral, mas também da mudança de preços relativos, após a convertibilidade, que barateou os ativos argentinos, tornando-os mais atrativos às empresas brasileiras. Em telegrama à parte, teço alguns comentários

sobre algumas percepções locais a respeito desses investimentos e do recente uso de linha de crédito do BNDES para incentivar a internacionalização de empresas brasileiras (compra da Swift argentina pela Friboi).

4.Entre os investimentos brasileiros realizados na Argentina, nos últimos anos, três são considerados emblemáticos, por envolverem grandes somas e algumas das mais tradicionais empresas locais: a aquisição pela Petrobrás da empresa de energia PeCom, por US$ 3,2 bilhões, em 2002, a compra de 37% da ações do Grupo Quilmes pela Ambev, em março de 2003, por US$ 550 milhões, e a recente aquisição da cimenteira Loma Negra, pelo grupo Camargo Correia, por US$ 1,030 bilhões. Estas empresas juntaram-se a outras, como a fábrica de carrocerias Marcopolo (hoje desativada, à espera de definição da matriz), a fábrica de reboques rodoviários da Randon e o Banco Itaú, já presentes na Argentina, desde a década de 1990.

5.Além do Brasil, outro tradicional investidor na economia argentina é o Chile, com empresas desses dois países participando com o maior volume de investimentos da América do Sul na Argentina. Diferentemente das brasileiras, as empresas chilenas estão presentes aqui há mais tempo, o que explica por que, no balanço de pagamentos da Argentina, que apresenta o dado oficial sobre o estoque de investimentos diretos estrangeiros, apenas o Chile, dentre os países da região, é contabilizado em separado, contando em 2003 (último ano disponível) com investimentos de US$ 2,593 bilhões. Os investimentos dos outros países sul-americanos (Brasil, inclusive) estão contabilizados em conjunto no item "outros países da América do Sul, exceto Chile" e alcançaram, em 2003, US$ 4,018 bilhões. Considerando que a maior parte desses investimentos de "outros países da América do Sul, exceto Chile" vêm do Brasil, o País seria hoje o maior investidor da América do Sul na Argentina (e o quarto no total) seguido pelo Chile (segundo da América do Sul e quinto no total).

6.Levantamento realizado pelo "Centro de Estudios para la Producción" (CEP), órgão vinculado ao Ministério de Economia, utilizando outra metodologia (diferentemente do balanço de pagamentos, que inclui qualquer tipo de investimento, como pagamento de dívidas, por exemplo, o CEP contabiliza apenas os investimentos em novas unidades produtivas ou ampliação de antigas), confirma o Brasil, o Chile e também o Uruguai como os maiores investidores da região na Argentina.

7. Feito esse comentário inicial, apresento, a seguir, lista

não exaustiva dos investimentos dos países da América do Sul na Argentina, entre 2003 e 2005. Diante da inexistência de dados oficiais por empresa e por país, a lista foi elaborada com base em levantamentos efetuados pelo "Centro de Estudios Bonaerenses" (CEB), do ex-Secretário de Indústria e Comércio Dante Sicca, pelo "Centro de Estudios para la Produción" e pela própria Embaixada, sobre anúncios públicos de investimentos realizados por empresas estrangeiras na Argentina. Alguns projetos foram completados e outros estão em andamento.

BRASIL

- Dando seguimento às atividades na Argentina, iniciadas com a aquisição da empresa de energia Perez Companc, em 2002, a Petrobrás participa das obras de ampliação do gasoduto General San Martín na Patagônia argentina, financiadas pelo BNDES (US$ 250 milhões) e executadas pela construtora brasileira Odebrecht e a empresa argentina Techint. Outros investimentos da Petrobrás, no período de 2003 a 2005, foram realizados nas áreas produtivas de petróleo e gás da empresa na Província de Neuquén (US$ 180 milhões) e na construção de fábrica de fertilizantes, em Campana, na província de Buenos Aires;
- A Ambev adquiriu, em 2003, 37% da ações do Grupo Quilmes por US$ 550 milhões. A empresa continua investindo nas operações na Argentina, tendo aumentado gradualmente sua participação acionária na Quilmes, que já alcança, hoje, 54,8%;
- A empresa Belgo Mineira assumiu o controle acionário da siderúrgica argentina Acindar, por US$ 285 milhões;
- O Grupo Camargo Corrêa assumiu o controle da cimenteira Loma Negra, líder no setor na argentina, por US$ 1,02 bilhões;
- Em operação recente, o Grupo brasileiro Friboi adquiriu, por US$ 120 milhões, o frigorífico argentino Swift Armour, o maior exportador de carnes da Argentina;
- A empresa de têxteis Coteminas adquiriu do grupo argentino Grafa, por US$ 31 milhões, indústria têxtil na província de Santiago del Estero, que produz toalhas para exportação;
- O Grupo Duratex, presente na Argentina desde 1993, anunciou investimentos de US$ 50 milhões para ampliação de unidade de produção na Argentina;
- O Grupo Randon, presente desde 1994 na Argentina no ramo de importação, montagem e comercialização de implementos rodoviários, realizou novos investimentos em sua fábrica em Rosário;
- A Vale do Rio Doce anunciou investimentos de US$ 14 milhões na exploração de potássio na Província de Neuquén;
- A empresa Cromos, do ramo de tintas, investiu US$ 10

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 14/09/2005 15:02:00 N.°: 02185
CARAT=Reservado

milhões na construção de fábrica na província de Buenos Aires;
- O Grupo Gerdau anunciou investimentos de US$ 20 milhões para construção de fábrica em Rosário, Província de Santa Fé;
- A empresa Microsiga, do ramo de software, investiu US$ 1,5 milhão em sua subsidiária em Buenos Aires;
- A empresa de metais Alumínio Paulista iniciou sua atividades na Argentina, construindo unidade de produção na Grande Buenos Aires, inaugurada em 2003;
- A empresa de cosméticos Natura, que conta com ampla distribuição na Argentina anunciou investimentos de US$ 3 milhões, para ampliar sua equipe de vendas e reposicionar a marca no mercado local.
- A empresa brasileira Agrale instalou centro de distribuição de veículos e motores na Província de Buenos Aires;
- O Grupo A. Guerra iniciou atividades na Argentina, inaugurando fábrica de implementos rodoviários em Rosário, Província de Santa Fé.

Chile
- A empresa Cencosud, que já controlava os supermercados Jumbo, adquiriu, do grupo holandês Royal Ahold, os supermercados Disco, na Argentina, por US$ 315 milhões;
- O grupo Else adquiriu, por US$ 10 milhões, em um leilão judicial, o "Caballito Shopping Center", na cidade de Buenos Aires;
- Em operação que envolveu a cifra de US$ 7,8 milhões, as empresas chilenas "Bancard International Investment", "Moneda Internacional" e "Inversiones Mar Adentro", adquiriram porção acionária da Central Elétrica Costanera, localizada em Buenos Aires;
- Em associação com investidores argentinos, a empresa chilena de embalagens "Envases del Pacífico" (Edelpa) adquiriu o grupo "Alvher", um dos principais fabricantes de embalagens da Argentina, com planta localizada no parque industrial da província de Catamarca;
- A empresa chilena de cerveja "Compañía de Cervecerías Unidas" (CCU), que produz na província de Salta e conta com 13% do mercado local, ampliou suas unidades produtivas na Argentina;
- O grupo chileno Easy anunciou novos investimentos para ampliar sua rede de hipermercados na Argentina;
- A empresa aérea Lan incorporou os funcionários da estatal "Lineas Aéreas Federales" e, em convênio com a "Southern Winds", passou a operar vôos domésticos na Argentina;
- A rede de lojas de departamento Falabella realizou novos investimentos e inaugurará nova unidade em Buenos Aires.

URUGUAI

- Como menciona o tel 1176 de Brasemb Montevidéu, os principais investimentos uruguaios, entre 2003 e 2005, foram realizados para repor perdas acumuladas pela empresa de petróleo uruguaia Ancap, que possui ampla rede de distribuição na Argentina, operando sob a bandeira "SOL Petróleo". Segundo analistas, as perdas da Ancap derivam do fato de a empresa não contar com unidade de refino, o que a obriga adquirir combustível a preços de mercado, para depois vendê-lo em seus postos aos preços subsidiados, impostos pelo Governo argentino (as outras grandes empresas de petróleo, Petrobrás, Repsol/YPF e Shell, possuem refinarias, o que lhes permite reduzir suas perdas).

VENEZUELA

- A intensificação registrada, nos últimos anos, nas relações econômicas entre a Argentina e a Venezuela gera perspectivas de crescimento dos investimentos venezuelanos no país. O setor mais promissor é o energético, onde está prevista participação da venezuelana PDVSA, em atividades da empresa estatal de energia ENARSA, nas áreas de prospecção e refino de petróleo. A maior parte dos investimentos ainda não foi concretizada, em razão de atrasos na conformação institucional da ENARSA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DIRETOS DA ARGENTINA NOS PAÍSES SUL-AMERICANOS

8. A distribuição geográfica dos investimentos argentinos no exterior foi contabilizada apenas até o ano 2000, quando o exercício foi descontinuado. A análise dos dados até então indica que o investimento argentino no exterior, entre 1990 e 2000, dirigiu-se basicamente à América Sul, sendo os principais receptores o Brasil (31,3% do total), a Venezuela (17,7%), e a Bolívia (14,1%).

9. Desde o ano 2000, é registrado apenas o total do investimento no exterior, que ainda não se recuperou da forte queda sofrida após a crise do fim da convertibilidade, em 2001. Em 2002, chegou a verificar-se desinvestimento no exterior de US$ 627 milhões, situação que vem se alterando, nos últimos dois anos, com a recuperação da economia propiciando algum investimento argentino no exterior, ainda que em valores reduzidos: US$ 774 milhões, em 2003, e US$ 351 milhões, em 2004 (esses números são, no entanto, bem inferiores aos de 1997, quando o investimento argentino no exterior atingiu seu máximo de US$ 3,653 bilhões).

10. Outro fator a explicar a redução dos investimentos argentinos no exterior é a aquisição por grupos estrangeiros

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 14/09/2005 15:02:00 N.°: 02185
CARAT=Reservado

da maioria das grandes empresas locais com ativos externos, como foi o caso da Pecom (hoje Petrobrás), YPF (Repsol) e Quilmes (Ambev). Apenas os grupos Techint, Arcor e Molinos Rio de la Plata, todos com presença no Brasil, mantêm-se como operadores de peso nos âmbitos nacional e regional. Em menor escala e também com atividades no Brasil, estão a empresa de telecomunicações Impsat, controlada pela financeira Morgan Stanley, os laboratórios Bagó, o grupo do ramo alimentício SanCor.

INVESTIMENTOS ENTRE 2003 E 2005

11. No período 2003 e 2005, os principais investimentos realizados por empresas argentinas no BRASIL foram:

- A empresa do ramo alimentício Arcor investiu US$ 20 milhões na construção de fábrica no Estado de Pernambuco. O investimento faz parte de plano da empresa de investir, nos próximos anos, US$ 110 milhões no Brasil, onde opera há 20 anos e possui três unidades produtivas;
- A empresa fabricante de herbicidas e defensivos agrícolas Atanor iniciou atividades no Brasil, com investimentos de US$ 6 milhões na construção de uma unidade industrial;
- A empresa Bombadur, do ramo de metalurgia, instalou fábrica de bombas centrífugas no Rio Grande do Sul;
- A empresa Bonano, também do ramo de metalurgia, instalou fábrica de reboques e furgões frigoríficos em Quatro Barras, no Estado do Paraná;
- A empresa "Delta Compressión", que opera sob o nome Aspro do Brasil, realizou investimentos de US$ 3,5 milhões e inaugurou fábrica de sistemas de compressão para GNC, em Campo Largo, Paraná;
- A Expresso Cargo, do setor de transporte e logística, instalou centros de distribuição em Curitiba e Uruguaiana;
- O Grupo Hidrotécnica instalou fábrica de impermeabilizantes em São Paulo;
- A rede de cafeterias Havanna iniciou suas atividades no Brasil, inaugurando duas unidades em São Paulo;
- O grupo argentino de maquinárias agrícolas Plá instalou fábrica em Canoas (RS);
- A empresa argentina Metalfor ampliou suas atividades no Brasil e instalou nova planta industrial no Estado de Mato Grosso, para fabricação de insumos plásticos;
- Também no ramo de plásticos, a empresa Vitopel ampliou sua planta industrial em São Paulo;
- O Grupo Andreani, do setor de correio privado e logística, presente no Brasil desde 1997, com unidade na cidade São Paulo, realizou novos investimentos para ampliar suas operações.

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 14/09/2005 15:02:00 N.°: 02185
CARAT=Reservado

12. Além do Brasil, foram registrados investimentos argentinos significativos nos seguintes países, entre 2003 e 2005:

PARAGUAI

- O principal investimento argentino no Paraguai é efetuado na hidroelétrica binacional de Yacyretá. Como menciona o tel 44, o Governo argentino comprometeu-se, por meio de convênio bilateral firmado, em janeiro último, pelo Ministro de Planejamento, Julio de Vido, e o Ministro de Obras Públicas do Paraguai, José Alderete, em aportar US$ 560 milhões para conclusão das obras da hidroelétrica binacional de Yacyretá, o que permitirá elevar, até dezembro de 2008, sua cota, dos atuais 76 metros acima do nível do mar, para 83 metros.

URUGUAI

- Conforme mencionado no tel 1176 de Brasemb Montevidéu, a empresa Aeroportos Argentina 2000, investiu US$ 11 milhões, como operadora do Aeroporto Internacional de Carrasco.

Mauro Vieira, Embaixador

RSM

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 16/08/2005 21:31:00 N.°: 01934
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 16/08/2005 (<RSB>)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM I/DSF/DECAS/DOC/DMC
DESCR=ECON-ARGT
REF/ADIT=TEL 1141
CATEG=MG

//
Brasil-Argentina. Missão do
Secretário-Geral a Buenos
Aires. Investimentos
brasileiros na Argentina.
Subsídios.
//

Nr. 01934

RESUMO=
Informo. Tendo em vista a viagem do Secretário-Geral a Buenos Aires, transmite subsídios adicionais aos remetidos pelo telegrama de referência sobre investimentos brasileiros na Argentina.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Seguem válidas as informações transmitidas pelo telegrama de referência com respeito ao panorama geral dos investimentos brasileiros na Argentina. A título de subsídios adicionais, comento alguns dados recentes a respeito do investimento estrangeiro neste país e a importância da participação brasileira nesse contexto.

2. De acordo com estudo do "Centro de Estudios para la Producción", vinculado ao Ministério de Economia e Produção da Argentina, o investimento privado total em 2004 (investimento em formação de capital mais fusões e aquisições) teria alcançado US$ 10,292 bilhões. Desse total, 22% representaram fusões e aquisições, enquanto 78% teriam sido investidos em formação de capital (tanto ampliação de unidade produtiva quanto estabelecimento de novas - "greenfield").

3. O estudo se refere aos diferentes países ao tratar de fusões e aquisições e compara 2004 com os dois anos anteriores. Ao fazê-lo, indica que 2004 marca o retorno do

dinamismo em fusões e aquisições devido ao crescimento econômico. De acordo com os dados disponíveis, em 2004 foram desembolsados US$ 2,642 bilhões, diante dos US$ 1,606 em 2003. O estudo ressalta que a cifra de 2002 ultrapassou os US$ 2,100 bilhões somente devido à operação de compra dos ativos da PeCom Energía pela Petrobras, o que representou quase 50% do total para aquele ano.

4. Do total de desembolsos em fusões e aquisições em 2004 (US$ 2,642 bilhões), 19% corresponderam a capitais nacionais da Argentina, enquanto o restante representou investimentos estrangeiros, a saber: Espanha (40%) Chile (12%), Estados Unidos (11%), México (11%), Brasil (4%) Canadá (1%), outros (2%). Assim como o Brasil foi destaque em 2002 pela compra dos ativos da PeCom Energía pela Petrobras, em 2004 a Espanha se destacou em virtude da compra dos ativos da BellSouth pela Telefónica. Em 2005, no entanto, tudo leva a crer que o Brasil subirá novamente de posição, tendo em vista a compra da Loma Negra pela Camargo Corrêa por US$ 1,030 bilhão (esse valor já é quase 40% do total das fusões e aquisições em 2004).

5. Vale ressaltar que o próprio estudo do CEP reconhece que a crise argentina afugentou o capital estrangeiro, o qual apenas voltou a se sentir atraído pelo mercado local em 2004. No caso do Brasil, contudo, o investimento da Petrobras, em pleno auge da crise, não deixou de significar uma aposta na recuperação do país em um momento crítico em que poucos assumiam riscos. Não obstante, a operação da Petrobras, assim como a mais recente compra da Loma Negra, ressuscitou o fantasma da chamada "desnacionalização" do país. A revista Mercado, ícone entre as publicações argentinas dedicadas a negócios, chegou a anunciar em editorial que o Brasil cumpriria na atual década o papel que desempenhou a Espanha na década das privatizações, adquirindo empresas emblemáticas deste país.

6. Os investimentos brasileiros certamente são mais dinâmicos do que permitem entrever as grandes compras de ativos e estão pulverizados em uma infinidade de pequenos e médios empreendimentos, seja por meio de filiais, seja pela participação minoritária ou majoritária em firmas locais. Não existe estudo preciso disponível sobre a quantidade e a qualidade desse investimento, mas o SECOM tem dado atendimento a número crescente de empresários que buscam informações sobre instalação de empresas na Argentina em setores os mais variados.

7. Entre as empresas brasileiras mais conhecidas com

investimentos na Argentina, sobressaem as seguintes: Belgo-Mineira, Santista Têxtil, Ambev, ALL, Banco Itaú, Vale do Rio Doce, Camargo Corrêa, Cotia Trading, Cromos Tintas Gráficas, Datasul, Dixie Toga, Coteminas, Duas Rodas, Duratex Deca Piazza, Estre, Fras-Le, Freios Varga, Gerdau, Hartmann-PPM, Ipiranga Petroquímica, Intelbras, Itautec-Philco, Klabin, Marcopolo, Microsiga, Natura, Odebrecht, Petrobras, Praxair, Randon, Sadia, Grupo Fockink, TAM, Tigre, Traffic, Universo On Line, Usiminas, Varig, WEG.

8. Algumas empresas brasileiras que haviam congelado novas operações no mercado argentino ou diminuído atividades em função da crise, como a Randon, voltaram a operar suas plantas locais. A Marcopolo também se encontra estudando a viabilidade de retomar sua produção em Río Cuarto (Província de Córdoba). Por último, vale mencionar recente notícia veiculada pela imprensa argentina segundo a qual a "Whirlpool" estaria voltando a produzir na Argentina por intermédio do licenciamento de empresa local.

9. Essa notícia, caso seja possível confirmar junto à sede da empresa no Brasil, seria importante ter em conta, já que a transferência da linha de produção argentina para a cidade de Joinville é um dos exemplos recorrentes citados pelo Ministro da Economia, Roberto Lavagna, para ilustrar a assimetria entre Brasil e Argentina na atração de investimentos estrangeiros. Na verdade, mais do que uma questão estrutural ou de alegados subsídios do governo brasileiro para o investimento estrangeiro, esse exemplo demonstra que o capital busca se adaptar aos ciclos econômicos vividos em cada economia. O crescimento argentino teria, portanto, atraído novamente a multinacional em questão.

10. O tema dos investimentos ocupa hoje lugar central na agenda econômica do Governo Kirchner, sobretudo porque é encarado como crucial para consolidar o processo de crescimento econômico. Nesse contexto, o Brasil não deve ser visto como um país que disputa investimentos na região, mas como um importante investidor na Argentina, disposto a apostar no mercado local por acreditar no futuro do país e do processo de integração.

Mauro Vieira, Embaixador

BELLI

De: BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 01/12/2006 21:04:30 N.°: 02730
CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 01/12/2006 (/-MTO-/)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DECAS/DAM I
DESCR=XPRO-BRAS-ARGT
REF/ADIT=DET 1245
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. COFIG.
Argentina. BNDES. Construtora
Norberto Odebrecht. Sistema de
abastecimento de água.
Informações.
//

Nr. 02730

RESUMO=
Tece comentários sobre o projeto de construção de um sistema de tratamento de água na Grande Buenos Aires.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Em resposta ao desptel de referência, apresento, a seguir, comentários sobre o projeto de construção de um sistema de abastecimento de água na Grande Buenos Aires.

A) ASPECTOS POLÍTICOS E LEGAIS

CENÁRIOS POLÍTICO E ECONÔMICO ARGENTINO

2. As informações transmitidas pelo telegrama 2.672, de 27/11, permanecem atuais e podem servir como referência para a análise do projeto ora em exame pelo COFIG.

NÍVEL DE COMPROMETIMENTO E GRAU DE PRIORIDADE PARA O GOVERNO LOCAL EM RELAÇÃO AO PROJETO

3. O objetivo prioritário dos investimentos da AySA ("Agua y Saneamientos Argentinos S.A.") é ampliar o acesso da população à rede de águas e esgoto. Segundo informou o Subsecretário de Recursos Hídricos da Secretaria de Obras Públicas do Ministério do Planejamento, Sr. Fabián López, a

AYSA possui hoje 10 milhões de pessoas em sua zona de atendimento, da quais 2 milhões estariam sem acesso à água potável e 4 milhões sem acesso ao sistema de esgotos, razões pelas quais o grau de prioridade atribuído pelo Governo ao projeto seria, em suas palavras, "muito alto".

4. Segundo explicou o Subsecretário de Recursos Hídricos, para fazer frente à demanda ainda não atendida pela AySA, haveria a necessidade de construir a planta de tratamento de águas de "Paraná de Las Palmas", uma vez que já estão funcionando em sua capacidade máxima as duas outras plantas existentes. A construção da nova planta adicionaria 900 mil m3/dia à atual produção de água potável de 4 milhões de m3/dia, e serviria aos distritos de Tigre, Pilar e Escobar, na área metropolitana de Buenos Aires.

MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO LOCAL EM BENEFÍCIO DO PROJETO

5. A construção da planta está prevista nos dois grandes planos que regem as ações da AySA como uma das principais obras, e se encontra em estágio inicial, com o recente chamado à licitação.

B) ASPECTOS RELACIONADOS AO DEVEDOR E AO PROJETO

ASPECTOS GERAIS SOBRE O DEVEDOR E O PROJETO

Informação da empresa

6. Após a rescisão do contrato de concessão de serviços públicos da empresa Águas Argentinas S.A. - privatizada na década de 1990 e controlada pelo grupo francês Suez - foi criada pelo Governo argentino, em 21 de março de 2006, a "Agua y Saneamientos Argentinos S.A. (AySA)", por intermédio do Decreto 304/2006, ratificado pelo Poder Legislativo pela Lei 26.100. Com isso, reestatizou-se o fornecimento de água potável e tratamento de esgotos da Cidade de Buenos Aires e mais 17 municípios de sua área metropolitana.

7. A AySA foi constituída como uma sociedade anónima, cujo capital acionário pertence majoritariamente ao Estado Nacional (90%), enquanto o restante (10%) ficou nas mãos dos empregados por meio de um programa de participação acionária.

8. O objetivo da empresa consiste na provisão dos serviços de água potável e saneamento de esgotos na Cidade de Buenos Aires e 17 municípios da Grande Buenos Aires (San Fernando, San Martín, San Isidro, Tigre, Vicente López, Hurlingham, Ituzaingo, La Matanza, Morón, Tres de Febrero, Almirante

Brown, Esteban Echeverría, Ezeiza, Lanús, Lomas de Zamora, Quilmes e Avellaneda).

Informação sobre o projeto:

9. As ações da AySA estão guiadas por dois planos de longo prazo, o "Plan Director de Saneamiento 2006-2020", que prevê investimentos totais de 17,6 bilhões de pesos e, dentro deste, o "Plan Quinquenal de Saneamiento 2007-2011", com um investimento programado de 5,7 bilhões de pesos. Os Planos foram lançados oficialmente pelo Presidente Kirchner em cerimônia na Casa Rosada, em 12 de outubro de 2006.

10. Dentro do objetivo de executar um plano de saneamento integral e incorporar 1,5 milhão de habitantes ao serviço de água potável e 1,4 milhão ao serviço de esgotos, a empresa planeja a construção, dentre outras ações, da "planta potabilizadora Paraná de la Palmas", no município de Tigre. Esse projeto integra tanto o Plano Qüinqüenal de Saneamento 2007-2012 quanto o Plano Diretor de Saneamento 2006-2020, com a característica de ser um projeto plurianual.

C) OPINIÃO SOBRE O MÉRITO E OS RISCOS DO PROJETO

11. O projeto de construção de um sistema de tratamento de águas é, sem dúvida, relevante sob o ponto de vista de seu cunho social e de desenvolvimento da Grande Buenos Aires.

12. Na avaliação de risco, convém sublinhar que o Projeto dificilmente visa ao lucro, uma vez que as tarifas públicas hoje praticadas não permitem retorno do investimento em termos financeiros. O endosso do Governo argentino à alta prioridade do projeto fica evidente em razão de sua inclusão no CCR.

Mauro Vieira, Embaixador

NRJ/VDF/TBC

.

Para: BRASEMB CARACAS Expedido em: 28/06/2005 17:46:00 N.°: 00480
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Caracas
Em 28/06/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DECAS/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-VENE
REF/ADIT=TEL 1127
CATEG=MG

//
Brasil/ Venezuela. Terceira
Ponte sobre o Rio Orinoco.
Proposta de Acordo.
//

Nr. 00480

Em contato telefônico com o Diretor do DAS, os senhores Roberto Dias e André Amaro indicaram ter viajado a Caracas no final de maio. Embora não tenham entrado em contato com a Embaixada, instruíram o representante da Odebrecht nessa cidade, senhor Euzenando Azevedo, a fazê-lo com vistas à consideração das modificações sugeridas ao Ajuste Complementar de 1995 ao Convênio Básico sobre Cooperação Técnica de 1973, na linha do parágrafo 2 do desptel 399.

EXTERIORES

ENIO

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 30/01/2004 20:56:00 N.°: 00176
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 30/01/2004 (AGO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/DPG/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Camargo
Correa. Interesses na Vene-
zuela.
//

Nr. 00176

Rogo retransmitir às demais Embaixadas da América do Sul.

Recebi visita do representante da construtora Camargo Correa na Venezuela, engenheiro César Gazoni, oportunidade na qual informou-me da instalação de filial da empresa em Caracas e indicou-me os seus projetos de interesse:

a) Usina Hidroelétrica "La Vueltosa", um contrato da Alstom/Brasil com a CADAFE para o qual a Camargo Correa foi convidada a apresentar preço e possivelmente estabelecer parceria para a realização das as obras civis. O contrato total da Alstom com a CADAFE é de US$ 145 milhões, dos quais aproximadamente 50% seriam obras civis;
b) Represa de "El Guapo", para cujea reconstrução a Camargo Correa foi pré-qualificada para apresentação de oferta econômica. O cliente é o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. O valor do contrato é de US$ 35 milhões, com possível financiamento do BNDES;
c) Segunda Ponte sobre o Lago de Maracaibo, projeto que foi oferecido à Camargo Correa por CORPOZULIA, empresa de fomento regional. O valor do projeto é estimado em US$ 450 milhoes;
d) Planta de redução de ferro da FERROMINERA, empresa da CVG (Puerto Ordaz), cujo contrato assinado há 2 anos seria rescindido com o consórcio ganhador por falta de aprovação do empréstimo por parte de banco espanhol. O valor do projeto é de US$ 250 milhoes.

e) Usina Hidroelétrica de Tocoma, projeto da ordem de US$ 800 milhões para a conclusão das obras civis. Cliente: EDELCA (CVG). Aguarda-se o lançamento de novo Edital;
f) Execução de obras civis no âmbito do projeto de investimento da Companhia Vale do Rio Doce (como informado no telegrama 108).

2. A Camargo Correa fatura cerca de 6 bilhões de dólares anualmente e pretende triplicar seu faturamento até o ano 2012 com a ajuda de novos negócios realizados fora do Brasil. Embora tenham tido experiência negativa na Venezuela há cerca de 20 anos, por ocasião da participação na construção da Hidrelétrica de Guri, avaliam, com base no êxito de concorrente brasileira aqui instalada (Odebrecht), que o mercado local oferece boas perspectivas a longo prazo.

3. Ao solicitar-me o senhor Gazoni o apoio cabível desta Embaixada aos projetos de interesse da empresa, prontifiquei-me a acompanhá-los de perto, considerando a prioridade que tem o projeto de integração da América do Sul e a promoção de nossas empresas no exterior.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 21/01/2005 16:00:00 N.°: 00137
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 21/01/2005 (MCDS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II
DESCR=PEXT-BRAS-VENE
CATEG=MG

//
Brasil-Venezuela. Encontro
preparatório à visita
presidencial. Temário.
//

Nr. 00137

RESUMO=
Relaciona os grupos de trabalho constituídos para a reunião entre as delegações brasileira e venezuelana, no próximo fim de semana, preparatória à visita presidencial de fevereiro.

Informo. Mantive reunião ontem, 20/01, com a delegação venezuelana que participará do encontro preparatório do próximo final de semana, relativo à visita que o Presidente Lula da Silva deverá realizar a este país em 14 de fevereiro próximo.

2. Na oportunidade, entrevistei-me, entre outros, com o Vice-Chanceler venezuelano, Eustóquio Contreras, com a Diretora de Cooperação Internacional, Embaixadora María Eugenia Marcano, com o Diretor de Assuntos Políticos, Temir Porras, e com a Ministra Jacqueline Mora, Diretora do Departamento das Américas.

3. Na reunião foram definidos os seis grupos de trabalho que se ocuparão, durante o encontro preparatório, dos temas da agenda bilateral considerados prioritários. Os grupos são os seguintes:

I) energia: Petrosul; cooperação siderúrgica; cooperação PDVSA-Petrobrás; cooperação entre a ELETROBRÁS e a EDELCA;

II) comércio, indústria e investimentos: exploração de carvão no Estado de Zulia pela Companhia Vale do Rio Doce e pela CORPOZULIA, com apoio do BNDES; outros projetos da CVRD; cooperação satelital e tecnológica;

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 21/01/2005 16:00:00 N.°: 00137
CARAT=Reservado

III) financeiro: linha de crédito BNDES-BANDES; acordo de dupla tributação;

IV) infra-estrutura e telecomunicações: projetos desenvolvidos pela Construtora Norberto Odebrecht (linha 3 do metrô de Caracas, terceira ponte sobre o rio Orinoco); ligação por fibra ótica de trecho entre a Venezuela e Boa Vista, Roraima, a cargo da empresa CVG/Telecom;

V) agricultura e pesca: acordo agrário; acordo de pesca e aqüicultura;

VI) assuntos políticos: relançamento da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN); projeto de vigilância da Amazônica (empresa ATEC), elaboração do projeto da declaração conjunta que os Presidentes Lula e Chávez deverão assinar, no próximo dia 14.

4. Assinalo, por oportuno, que caberia indicar representante de nosso país para o grupo de agricultura e pesca, já que, embora o mesmo não tivesse sido originalmente previsto pela parte brasileira, foi solicitado pela parte venezuelana. Seria também conveniente assegurar a presença de autoridade encarregada do tema da proteção da Amazônia, a fim de manter interlocução com seu homólogo venezuelano.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

OSP

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 02/04/2003 13:06:23 N.°: 00353
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 02/04/2003 (MHMD)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DIR/C
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
RTM=COLBREM,ALCBRMS
REF/ADIT=TEL 349
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Venezuela. Encontro
Empresarial. Resultados.
//

Nr. 00353

RESUMO=
O Encontro Empresarial Brasil-Venezuela reuniu nesta cidade a maior missão de exportadores brasileiros da história das relações bilaterais, com vasta repercussão nos âmbitos nacional e regional. O Presidente Hugo Chávez definiu o encontro como "um grande passo" para o avanço dos projetos de integração econômica, empresarial e tecnológica entre ambos os países.

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB BOGOTÁ E PARA BRASALADI

PARA CONHECIMENTO DO SENHOR CHEFE DO DPR

Aditel 349. Cento e vinte empresários e representantes governamentais brasileiros participaram do Encontro Binacional (27 e 28 de março), procedentes dos Estados de São Paulo (60), Roraima (30), Amazonas (15), Pará (10) e Paraná (5), distribuídos em múltiplos setores econômicos, tendo abrangido desde a construção civil à indústria química, do transporte à siderurgia, do fabricante de aeronaves ao frigorífico. Reciprocamente, cerca de uma centena de empresários e autoridades venezuelanos compareceram às atividades programadas, as quais foram organizadas em painéis com expositores de alto nível, que discorreram sobre mecanismos de financiamento, cooperação energética e agroalimentar, relações comerciais e de investimento, bem como sobre os incentivos fiscais para Zonas Econômicas

Especiais.

2. O Encontro foi inaugurado no hotel Caracas Hilton, pelo Vice-Presidente José Vicente Rangel. A empresa Aeropostal, que custeou o traslado aéreo, no trajeto Manaus-Caracas-Manaus, de cem passageiros brasileiros, patrocinou um almoço à delegação brasileira, no primeiro dia do evento. À noite, o próprio Presidente da República ofereceu jantar aos visitantes, na Chancelaria venezuelana. As palestras continuaram na manhã do dia seguinte, ao passo que o período da tarde, daquela sexta-feira, foi consagrado ao encerramento do programa; no palácio presidencial de Miraflores, o primeiro mandatário venezuelano falou durante mais de uma hora e meia, em termos efusivos, das relações "estratégicas" entre o Brasil e a Venezuela. Por ordem sua, o pronunciamento foi transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, porque, afirmou ele, "para os meios de comunicação, salvo alguma exceção, uma visita histórica como esta é como se não tivesse nenhuma importância". O Chefe de Estado ressaltou que "sem a cooperação da empresa privada e das fontes de financiamento brasileiras, não se teria podido realizar tantos e tão importantes projetos para a Venezuela". Recordou, a propósito, que atualmente na Venezuela se realizam as maiores obras de infra-estrutura da América Latina, como a segunda ponte sobre o Orinoco, as represas de Caruachi e de Tocoma, as linhas de metrô de Caracas, de Valência, de Los Teques e de Maracaibo, e o Plano Ferroviário Nacional.

3. O programa do Encontro, que estou transmitindo por correio-eletrônico (doc@mre.gov.br), contou com a presença da quase totalidade do primeiro escalão do Governo venezuelano. Participaram como expositores, do lado venezuelano: o Ministro da Produção e Comércio, Ramón Rosales, o Ministro de Agricultura e Terras, Efrén Andrade Linares, o Ministro para as Zonas Especiais de Desenvolvimento Sustentável, Francisco Natera; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), Nelson Merentes; o Presidente do Banco do Comércio Exterior (BANCOEX), Víctor Álvarez; e o Presidente da PDVSA, Alí Rodríguez Araque. Intervieram ainda, na sessão de abertura, o Embaixador da Venezuela no Brasil, Vladimir Villegas, e o Presidente da Federação de Artesãos, Micros, Pequenos e Médios Industriais da Venezuela (FEDEINDUSTRIA), Miguel Pérez Abad. O Ministro da Defesa, José Luis Prieto, e a Ministra da Comunicação e Informação, Nora Uribe, estiveram presentes, entre outros membros do Gabinete, ao jantar na "Casa Amarilla", acima mencionado. Prestigiaram a cerimônia de encerramento, na condição de convidados especiais: o Ministro da Infra-Estrutura, Diosdado Cabello Rondón; a Ministra da Saúde, Maria de Lourdes

Urbaneja; o Ministro do Planejamento e Desenvolvimento, Felipe Pérez Martí; a Ministra do Ambiente e dos Recursos Naturais, Ana Elisa Osorio; o Ministro de Energia e Minas, Rafael Ramírez; o Vice-Ministro das Relações Exteriores, Arévalo Mendez Romero; e a Superintendente de Investimentos Estrangeiros, Mirian Aguilera de Blanco. O público venezuelano esteve altamente qualificado, compreendendo representantes de governos estaduais e os cônsules venezuelanos em São Paulo e no Amazonas, além de diversas câmaras, confederações, federações e associações comerciais, bancos privados e grupos econômicos.

4. A participação brasileira esteve igualmente à altura do evento. Depois de algumas palavras de abertura, tanto as minhas próprias como as do Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria (SP), José Francisco Marcondes, intervieram outros representantes brasileiros, cujas apresentações, que despertaram visível interesse do público, se distribuíram ao longo dos dois dias do evento. Os expositores brasileiros foram os seguintes: o Superintendente (Área de Exportação) do BNDES-Exim, Ernani Teixeira Torres Filho; o Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Carlos Alfredo Lazary Teixeira; o Diretor-Geral da EMBRAPA-Cerrados, Carlos Magno Campos da Rocha; o Gerente de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu (ABCZ) e Presidente da empresa Agroexport, Sílvio de Castro Cunha Jr.; o Coordenador para Assuntos da Venezuela na PETROBRAS, Roberto de Toledo; e o Sr. Marcelo Pinheiro Franco, Diretor da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE). Cabe ressaltar que, na listagem apresentada pelos organizadores do evento em 26/3, constavam sete deputados estaduais e dois federais; desse total, pelo menos cinco efetivamente participaram ativamente do Encontro. Por fim, vale mencionar a presença das Câmaras Venezuelano-Brasileiras de São Paulo, de Roraima e do Norte-Nordeste do Brasil, além da recém-criada entidade análoga em Manaus.

5. Permito-me realçar o clima de cordialidade e de otimismo que reinou durante o evento. Com efeito, o Vice-Presidente Rangel declarou, no ato de inauguração, que gostaria "que a Venezuela importasse um pouco do espírito do empresariado brasileiro; não somente que importássemos produtos de lá, mas também esse espírito que produziu uma classe empresarial audaz, agressiva, competitiva, da qual a Venezuela muito necessita e que tem de ser fonte de inspiração para nós". Rangel caracterizou, por outro lado, as relações Brasil-Venezuela, como o eixo em torno do qual se integrarão os dois blocos econômicos regionais: - "Estes dois países podem consolidar a integração do MERCOSUL e da CAN... uma macro-integração que inclui aspectos políticos,

econômicos, sociais e culturais".

6. Em minha intervenção, procurei ressaltar, entre outros pontos, o caráter prioritário das relações do Brasil com o seu entorno imediato, a América do Sul, e dentro deste, com a Argentina e com a Venezuela. Com relação a esta última, apresentei um panorama da presença empresarial brasileira no país, com menção aos contratos e obras em andamento.

7. A apresentação do Ministro Rosales enfatizou as medidas de apoio ao comércio exterior e as perspectivas do comércio bilateral. O titular da pasta de Produção e Comércio defendeu a posição do governo local de, nas negociações de preferências tarifárias entre os dois países, levar em conta as assimetrias entre as duas economias, a qual, a seu ver, justificaria um certo grau de proteção a alguns setores, particularmente o têxtil/confecções. Ao abordar os marcos institucionais de coooperação, pediu a conclusão dos acordos de turismo, de dupla tributação e de proteção e garantia mútua de investimentos. Procurou reforçar o papel da COBAN como elemento de coordenação indispensável para que o adensamento das relações econômicas e comerciais não venha a apresentar desequilíbrios em relação a algumas áreas ou setores. A respeito cabe ressaltar que, entre as conclusões do Encontro, figura a necessidade de dinamização do comércio fronteiriço, com a criação de Comitê Permanente de Fronteira em Santa Elena e em Pacaraima.

8. No mesmo painel, o Conselheiro Carlos Alfredo Lazary Teixeira, cujo apoio foi determinante para o bom êxito das atividades, e cujas qualidades profissionais foram evidenciadas em todos os momentos do Encontro, enfatizou o aproveitamento, de parte a parte, das oportunidades já existentes (ACE 39) para acesso aos dois mercados, e os mecanismos de apoio oferecidos pela promoção comercial do Brasil, com suas diversas agências. Outra ênfase foi na meta de aumento da corrente de comércio, com tendência ao equilíbrio, mediante a incorporação, ao comércio bilateral, de pequenas e de médias empresas, em parcerias comerciais, aproveitando as linhas de crédito existentes, particularmente a linha de crédito do BNDES para internacionalização das empresas brasileiras. Expressou a necessidade de que as empresas venezuelanas participem das inúmeras feiras comerciais brasileiras, como parte da estratégia do Governo Chávez de incluir o componente do comércio exterior na ampliação e diversificação da base produtiva nacional, com proporcional efeito na oferta exportadora.

9.A participação do Diretor da EMBRAPA-Cerrados foi também um dos pontos altos do Encontro, tendo permitido atender à grande expectativa das autoridades e empresários setor agronegócio. Por oportuno, permito-me sugerir um agradecimento da SERE ao Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento (MAPA), pela designação daquele representante. Tenho conhecimento, aliás, de que no dia de ontem (1/4), reunido com o Ministro da Agricultura da Venezuela, o Sr. Francisco Fernández G., da organizacão APROSOYA, teria tratado de constituir grupo de trabalho e de estimar uma data para um encontro, nas localidades de Boa Vista e/ou Pacaraima, em caráter preparatório à cúpula presidencial de Pernambuco. Tais providências estariam sendo levadas a cabo a partir de entendimentos prévios mantidos com o próprio Dr. Carlos Magno e com o SEBRAE de Roraima, cujo Diretor Superintendente, Armando Freire Ladeira, também tomou parte no Encontro Binacional.

10. As declarações do Presidente da PDVSA, emitidas no painel sobre energia, repercutiram na imprensa local, sobretudo no concernente à retomada da produção e refino do petróleo nos níveis anteriores à greve geral (3.14 milhões de barris diários). Quanto à cooperação entre as duas empresas, foram reafirmados os programas e contratos já em andamento, como por exemplo a expansão da rede de postos PDV em Belém do Pará. Houve reconhecimento de que a compra da Perez Companc pela Petrobrás significa um aumento importante da presença brasileira nesse setor venezuelano. Adicionalmente, o Dr. Araque comentou à imprensa escrita que já dispõe de convite da PETROBRAS para visitar o Brasil no próximo mês de abril, "de maneira que possamos seguir um caminho benéfico comum".

11.No painel de financiamento, ficou subjacente a questão da centralização do câmbio imposta pelo governo local. Alguns empresários brasileiros, embora não de público, manifestaram dificuldades em cumprir contratos, sem a garantia de recebimento oportuno das divisas correspondentes. Representou certo alívio a informação sobre a existência de lista de 70 produtos (que estaria no site www.globo.com.ven), a maioria relacionada com o setor do agronegócio, cujas importações teriam prioridade na liberação de divisas. Os empresários brasileiros, particularmente os de Roraima, consideram a possibilidade de se estabelecerem com depósitos de mercadorias na Zona Franca a ser criada na parte venezuelana da fronteira, como forma de obviar as dificuldades de fornecimento e recebimento pelas exportações realizadas. BNDES e SBCE fizeram suas apresentações limitadas aos mecanismos de financiamento e seguro de crédito existentes, evitando as dificuldades conjunturais de aprovação das operações com a Venezuela no âmbito do Conselho do Fundo de Garantia às Exportações. O destaque desse painel foi o anúncio, pelo Presidente do BANCOEX, das discussões sobre a retomada das operações de importação com curso no CCR.

12. Estimo que o tema do financiamento às operações comerciais brasileiras tende a avançar sobremaneira com a

intenção do Presidente Chávez, confirmada através de contatos com o Ministro Rafael Ramírez, de autorizar o lastreamento na conta petróleo bilateral (recebíveis), do financiamento para o projetos como, por exemplo, o sistema de irrigação de "El Dilúvio", no montante de aproximadamente US$ 117 milhões, a cargo da Construtora Norberto Odebrecht, e o fornecimento de equipamento para a usina de açúcar "Ezequiel Zamorra, de interesse da IAT. Altos representantes do BNDES, abaixo indicados, mostraram-se receptivos à proposta, à qual estão dando seguimento.

13. No ato de encerramento do Encontro (28/3), quatro documentos da maior relevância para o comércio bilateral foram assinados. Estou enviando, por fax, cópia de cada um desses instrumentos, os quais discrimino a seguir:

a) "Memorando de Entendimento entre o Ministro de Estado do Desenvolvimento Sustentável, da República Bolivariana da Venezuela, e o Grupo PROQUINOR, Produtos Químicos do Nordeste Ltda." (RN), para o estudo de factibilidade de implantação de agroindústria e de fábrica de derivados de óleo de rícino ("castor oil") na Venezuela;

b) "Memorando de entendimento entre o Ministério das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Sustentável, da República Bolivariana da Venezuela, o Ministério de Agricultura e Terras e a empresa brasileira I.A.T. - Companhia de Comércio Exterior" (SP), com vistas ao fornecimento dos equipamentos para a instalação de central açucareira no Estado Barinas;

c) "Acordo de Intenção para o Desenvolvimento Tecnológico da Soja e seu Consumo na República Bolivariana da Venezuela", pelo qual o Governo venezuelano propõe, juntamente com a EMBRAPA, estabelecer grupos de trabalho binacionais para conformar propostas de acordos bilaterais visando ao desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e comercial, visando ao desenvolvimento agrícola sustentável, com ênfase na soja;

d) "Carta de Intenção entre o Ministro de Estado das Zonas Especiais de Desenvolvimento sustentável e a Empresa AGROEXPORT Ltda.", para impulsionar o desenvolvimento, nas Zonas de Desenvolvimento Sustentável (ZEDES), das seguintes atividades: pecuária de duplo propósito; instalação de fábricas processadoras de mandioca para a obtenção de fécula e de outros subprodutos; mini-fábricas para o processamento de cana, com vistas à obtenção de açúcar mascavo, "panela", "papelón" etc.; usinas ou centrais açucareiras de grande capacidade; aquisição de fábricas processadoras de leite (mini-maxi) pasteurizadoras; instalação de fábricas processadoras de milho (farinhas), óleos e subprodutos; fábricas processadoras de soja em suas distintas modalidades; pequenas agro-indústrias de vários tipos; silos e secadores de tamanhos pequeno e médio; colaboração em novas áreas de

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 02/04/2003 13:06:23 N.°: 00353
CARAT=Reservado

exploração; maquinárias e implementos agrícolas.

14. Vários dos visitantes mantiveram reuniões à margem do Encontro, agendadas por esta Embaixada. Dentre as mais relevantes, cabe citar as seguintes:

a) em 26/3, reunião do Diretor-Presidente e de Operações da Vallourec & Mannesmann do Brasil, Marco Antonio Castello Branco, com o Presidente da PDVSA, para apresentar proposta de "counter-trading", no valor de US$ 100 milhões, ao longo de três anos, mediante a exportação de produtos tubulares; por outro lado, encareceram a uma assessora do Ministro da Produção e Comércio o exame da possibilidade de aprofundamento de preferências tarifárias naquele setor;

b) em 27/3, café-da-manhã de trabalho do Diretor da Área Internacional da PETROBRAS, Nestor Cervero, com o Presidente da PDVSA, com vistas ao relançamento da cooperação estratégica entre as duas empresas;

c) em 27/3, audiência do Sr. Eduardo Mangabeira Albernaz, Presidente da "trading" brasileira COTIA, exportadora de maquinários agrícolas, com o Ministro de Agricultura e Terras, durante a qual trataram dos prazos orçamentários para a utilização do saldo remanescente dos recursos financeiros alocados ao programa em curso com o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, Pesqueiro, Florestal e Afins (FONDAPFA), no montante global de US$ 80 milhões;

d) reuniões técnicas do Superintendente do BNDES e de sua Assessora, Helena Tenório Veiga, com o Gerente de Obrigações Internacionais do Banco Central da Venezuela (BCV), Jesús Arvelo, e, depois, com o Diretor de Análise Financeira do Ministério das Finanças (MF), José Tomás Sayago, para discussões sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR/ALADI);

e) em 31/3 e 1/4, encontros do Vice-Presidente do BNDES, Darc Antônio da Luz Costa, do Diretor da Área de Comércio Exterior, Luiz Eduardo Melin, e do Superintendente daquela área, Ernani Torres, com o Vice-Ministro das Finanças, Eudomar Tovaar, com o Presidente-Executivo da Corporação Andina de Fomento (CAF), Enrique García Rodríguez, e com o Presidente do Banco Central da Venezuela, Diego Luís Castellanos Escalona.

15. No domingo, dia 30 de março, o Presidente voltou a referir-se, reiteradamente, ao êxito do Encontro, por ocasião de seu programa "Aló, Presidente", que durou mais de cinco horas. O Presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria (SP), José Francisco Marcondes, presente à transmissão dominical, recebeu vários elogios do Presidente Chávez, que chegou a propor, em mais de uma ocasião, que uma das próximas edições do programa se realize a bordo de um ônibus da companhia "Expresos Caribe", estabelecida, em caráter pioneiro, pelo empresário brasileiro Luiz Serão, para

o transporte de passageiros entre Caracas, Ciudad Guayana, Valencia, Maracay, Boa Vista e Manaus (BR-174).

16. O último "Aló, Presidente" constituiu ainda uma oportunidade para que o Presidente fizesse uma crítica aberta aos empresários colombianos, instando-os a seguir o exemplo dos brasileiros: "alí [no Brasil] temos a maravilhosa situação de que não há empresários aliados para derrubar o Governo, porque os empresários colombianos até brindaram com champanha. Alí [Colômbia] têm o golpista [Carmona]; ofereceram-lhe festas e recepções; assim não dá". Em determinado momento do programa, reafirmou, também, sua aspiração "agora, mais que antes", a integrar um Mercosul "repotenciado", e aproveitou para confirmar sua visita a Pernambuco, para encontrar-se com o Presidente Lula. A propósito desta última, disse que seu governo examinará cada ponto das recomendações do encontro, como forma de preparação para a viagem ao Brasil, prevista para o final do mês de abril. Recomendou, na oportunidade, ao Ministro Francisco Natera, que organize missão empresarial para acompanhá-lo nessa visita. A exemplo do ocorrido no Encontro Binacional, o Dr. Natera deverá ser, uma vez mais, o principal interlocutor do Governo venezuelano para assuntos de organização, particularmente na área de agricultura.

17. A propósito, seria importante que, na visita do Presidente Chávez ao Recife, fosse prevista a organização de rodas de negócios, de mesas setoriais ou mesmo de reuniões individuais entre empresários de ambos lados, cobrindo todas as áreas produtivas que estiverem representadas. Embora o evento realizado em Caracas não tenha propiciado essa oportunidade, ficou patente o grau de satisfação dos integrantes da missão, estimulados pelo contato direto com autoridades do país e com algumas das novas lideranças empresariais venezuelanas.

Ruy Nunes Pinto Nogueira, Embaixador

ASP

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 29/03/2004 14:08:00 N.°: 00663
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 29/03/2004 (AGO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DOC/DAM I
DESCR=PEXT-BRAS-VENE
REF/ADIT=TEL 641 2003, TEL 1125 2003, TEL 530
CATEG=MG

//
Brasil-Venezuela. Cooperação
energética. Visita da Ministra
Dilma Rousseff.
//

Nr. 00663

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul.

Reftels. 641/03, 1125/03 e 530. Informo e rogo providências. Entrevistei-me com o Ministro de Energia e Minas da Venezuela, Rafael Ramírez, com o objetivo de cumprimentá-lo e, na ocasião, foi abordado o tema da cooperação energética entre Brasil e Venezuela.

2. Ramírez referiu-me entendimento havido em Santa Cruz de la Sierra entre o Senhor Presidente da República e o Presidente Chávez no sentido de que a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, realizasse visita de trabalho a Caracas para tratar da cooperação energética entre os dois países.

3. Nesse sentido, a parte venezuelana sugeriu a seguinte relação de temas de interesse a serem abordados em encontro bilateral:

a) linha de crédito do BNDES para projetos energéticos na Venezuela: sobre o assunto Ramírez citou especificamente o projeto da usina de "La Vueltosa", sob responsabilidade da Alstom do Brasil. Há também projeto de modernização de usinas termelétricas da Planta Centro, Caracas, a ser executado pela Siemens do Brasil.

b) cessão de termelétricas brasileiras não utilizadas para suprir déficit elétrico venezuelano: Ramírez referiu-se ao

assunto indicando que os equipamentos teriam sido adquiridos pelo Brasil quando da crise energética e que não estariam sendo utilizados.

c) entendimentos com vistas a possível criação da PETROAMÉRICA: projeto proposto pelo Presidente Chávez e que, segundo o Ministro Ramírez, teria boas possibilidades de êxito tendo em vista a natural complementaridade entre as indústrias petroleiras brasileira e venezuelana. Ramírez referiu-se especialmente à tecnologia da PETROBRAS de exploração em águas profundas, na mira da PDVSA para futuros investimentos em exploração de novas áreas no mar venezuelano. O Ministro mencionou as possibilidades de investimento e crescimento conjunto nos mercados da Argentina, Uruguai e Paraguai, e recordou que o Presidente Kirchner teria manifestado interesse no projeto, uma vez que o Estado argentino perdeu o controle do setor, considerado estratégico.

d) oferecimento à PETROBRAS de área na Venezuela para exploração de gás a ser processado no terminal de Suape, no Nordeste do Brasil.

e) projeto de criação de uma refinaria binacional no Estado de Pernambuco: como informado no telegrama 530, os entendimentos entre a PDVSA e a RENOR encontram-se em estado avançado de negociação. Proposta de participação no projeto deverá ser apresentada à PETROBRAS em meados de 2004.

f) extração de ouro e diamante na região amazônica: Ramírez refiriu entendimentos para desenvolvimento de projeto de extração de diamantes com a empresa Odebrecht. Manifestou, ainda, preocupação com as regras de exploração com vistas "a evitar os danos ambientais que se têm verificado na região de fronteira".

g) interesse em incluir a discussão do alcance social das atividades de PDVSA e PETROBRAS, especificamente a experiência venezuelana com as chamadas "missões": a PDVSA é responsável pela coordenação da chamada Missão Ribas, que tem o objetivo de ofercer educação de 2o grau a 600.000 jovens venezuelanos.

4. O Ministro de Energia e Minas não deixou de referir o auxílio prestado pelo Governo venezuelano no âmbito da OPEP no sentido de facilitar a visita do Senhor Presidente da República ao Oriente Médio e salientou a importância da cooperação entre Brasil e Venezuelana, que classificou de "natualmente complementares", uma vez que o Brasil "é uma

potência industrial" e a Venezuela "é uma potência energética".

5. Nesse sentido a parte venezuelana reiterou o convite a que a Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, realize visita oficial à Venezuela, tendo sugerido a primeira quinzena de maio como data tentativa. Na ocasião, seria interesse do Governo venezuelano transformar os pontos de interesse comum em memorando bilateral de entendimento no campo da cooperação energética com o objetivo de servir de orientação à atuação dos demais órgãos e empresas brasileiras e venezuelanas.

6. Tendo em vista o exposto, muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de autorizar a transmissão do teor desta comunicação à senhora Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, assim como considerar instruir-me sobre possíveis temas de interesse bilateral a serem incluídos nas conversações sobre cooperação energética.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 02/04/2004 11:55:00 N.°: 00705
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 02/04/2004 (AGO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM I/DAM II/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-VENE
REF/ADIT=CIT 50240, TEL 645
CATEG=MG

//
Reunião informal de Vice-Ministros das Relações Exteriores. Principais tópicos da agenda externa de cada país.
//

Nr. 00705

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul.

Refcirctel 50240 e aditel 645. Cumpro instruções.
Em aditamento ao expediente telegráfico de referência, teço, a seguir, conforme solicitado, comentários sobre três temas de grande relevância na agenda externa deste país, a saber: a) a integração CAN-MERCOSUL; b) a integração bilateral no campo econômico-comercial e energético; e c) a prioridade atribuída ao Caribe pelo novo Chanceler venezuelano, Jesús Arnaldo Pérez:

a) Integração CAN-MERCOSUL: O Governo venezuelano coincide com o Brasil quanto à a necessidade da criação de um ambicioso esquema de cooperação e convergência entre a Comunidade Andina (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como iniciativa indispensável para a construção de um espaço sul-americano de integração (ESI), em conformidade com as prioridades de política externa de ambos os países. À semelhança do Brasil, o Governo venezuelano julga que o momento é apropriado para o lançamento do projeto de integração intrablocos.

b) Integração bilateral no campo econômico-comercial e energético: Com o objetivo de aumentar a presença brasileira na Venezuela e no âmbito da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), foi oferecida à Venezuela linha de crédito do BNDES da ordem de USD 1 bilhão. No

momento, os projetos que se encontram em estágio de negociação mais avançado são: a) hidrelétrica de "La Vueltosa" (Alstom do Brasil); b) recuperação de usinas termelétricas (Siemens do Brasil); c) Linha 3 do metrô de Caracas e projeto "El Diluvio - Palmar" (Odebrecht). Esses e outros projetos de interesse do Brasil e da Venezuela aguardam, entretanto, a operacionalização da linha de crédito, uma vez superado o impasse no que se refere às garantias a serem oferecidas pelo Governo da Venezuela ao BNDES. No campo da cooperação energética, está em negociação a visita oficial da Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, à Venezuela, para tratar de agenda específica, objeto do telegrama 663.

c) Prioridade para o Caribe: sob o novo Chanceler, Jesús Arnaldo Pérez, a política externa venezuelana vem conferindo alta prioridade ao estreitamento das relações bilaterais com os países caribenhos. Tal iniciativa poderia ser interpretada como contraponto ao relativo isolamento deste país no âmbito sul-americano e, particularmente, andino. Tendo em vista os atritos com a Colômbia e a frieza que caracteriza o diálogo com o Peru e o Equador, o único membro da CAN que preserva boa interlocução com a Venezuela é a Bolívia. A essa aproximação, porém, correspondeu distanciamento proporcional em relação ao Chile. Diante da evidente resistência ao seu projeto de liderança regional, Chávez parece haver optado, agora, por estender a influência venezuelana para o Caribe. Sua recente visita à Guiana - ocasião em que assinalou não fazer restrições à realização, por aquele país, de obras na região do Essequibo, objeto de disputa com a Venezuela há mais de 100 anos - foi a primeira evidência nesse sentido. Mais recentemente, a aproximação com a Jamaica pôde ser comprovada pela participação do Primeiro-Ministro Percival Patterson na Cúpula do G15, oportunidade em que manteve com Chávez agenda paralela, à margem da reunião multilateral. Finalmente, no episódio da deposição do Presidente haitiano, Jean Bertrand Aristide, houve coincidência de posições entre a Venezuela e a Comunidade do Caribe (CARICOM) no sentido de não reconhecer o governo do Primeiro-Ministro Gerard Latortue e solicitar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, investigação acerca das circunstâncias em que Aristide deixou o poder. Cabe ressaltar, a propósito, que a despeito da resistência inicial da CARICOM à presença do ex-Presidente haitiano em país caribenho - por representar fator de instabilidade para a região e elemento adicional de tensão nas relações com Washington-, Aristide acabou indo para a Jamaica, onde permanece enquanto aguarda solução para o seu caso. Segundo as informações disponíveis, há possibilidade de que seja recebido pela África do Sul.

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 02/04/2004 11:55:00 N.°: 00705
CARAT=Reservado

JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, EMBAIXADOR

OSP

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 01/07/2005 18:31:00 N.°: 01231
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 01/07/2005 (NCM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DECAS/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-VENE
CATEG=MG

//
Brasil - Venezuela. Terceira
ponte sobre o Rio Orinoco.
Proposta de acordo.
//

Nr. 01231

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Informo. O representante da Odebrecht na Venezuela, Doutor Euzenando de Azevedo, ratificou-me a informação de que os Senhores Roberto Dias e André Amaro não viajaram a Caracas no final de maio. Confirmou-me, ainda, estar à frente das negociações junto às autoridades venezuelanas, com vistas à celebração do contrato para a construção da terceira ponte sobre o Rio Orinoco. De acordo com a mesma fonte, persistem discrepâncias quanto à natureza das obras a serem realizadas e, sobretudo, quanto ao custo das mesmas.
2.Por conseguinte e à luz das informações acima, sustenta, com razão, o representante da Odebrecht que as modificações sugeridas ao Ajuste Complementar de 1995 ao Convênio Básico sobre Cooperação Técnica de 1973 sejam negociadas após a assinatura do contrato da referida obra.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador.

WDJ

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 27/07/2005 12:30:00 N.°: 01398
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 27/07/2005 (NCM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II
DESCR=PEXT
REF/ADIT=CIT 55662
CATEG=MG

//
Integração sul-americana.
CASA. Relação de projetos de
integração.
//

Nr. 01398

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

RefCirctel.55662. Cumpro instruções. Relaciono, a seguir, projetos relevantes para a integração regional desenvolvidos com a Venezuela e entre a Venezuela e terceiros países sul-americanos:

2. Projetos de interesse bilateral:

3. Coordenação de esforços bilaterais e internacionais para a implementação de políticas sociais. Compromisso: consta inicialmente do parágrafo 20 da Ata do Recife, firmada, em 25/04/03, pelos Presidentes Lula e Chávez. Durante a visita do Senhor Presidente da República a Caracas, em 14 de fevereiro último, este propôs ao seu homólogo venezuelano a realização este ano, em Brasília, de reunião de Ministros e outras autoridades dos dois países da área social. A iniciativa teve o seu escopo ampliado com a inclusão da Argentina, em cumprimento ao mandato emanado da Declaração Conjunta dos Presidentes Kirchner, Lula e Chávez, emitida em Montevidéu, em 02 de março último. Estágio de execução: realizou-se, em Brasília, em 29 de abril último, a I Reunião de Ministros da Área Social do Brasil, da Venezuela e da Argentina, a que foram convidados também os Ministros do Paraguai e do Uruguai. O encontro foi precedido de reunião preparatória de Vice-Ministros, realizada em Buenos Aires, em 25 de abril. A Ata da reunião engloba os temas da inclusão sócio-econômica e da juventude, prevendo um elenco de ações de cooperação a serem implementadas pelos governos conjuntamente. Entre essas ações, destaco as seguintes:

levantar e consolidar os acordos existentes nos planos internacional e regional e torná-los extensivos aos Estados partes da iniciativa; articular a construção de metodologias inovadoras para o desenvolvimento de indicadores sociais e monitoramento e avaliação da efetividade dos programas sociais; promover o desenvolvimento de um plano regional para a erradicação do analfabetismo no Continente; gerar alternativas conjuntas de financiamento para a execução de políticas sociais, como conformação de bancos sul-americanos de desenvolvimento; fundos solidários não-reembolsáveis e as ações técnicas e políticas correspondentes à conversão de dívida externa em investimento em educação, em conjunto com as organizações internacionais correspondentes, e promover o Festival Mundial da Juventude, previsto para celebrar-se de 7 a 16 de agosto vindouro.

4. Conclusão de Ajuste Complementar sobre Produção Agropecuária e Desenvolvimento Rural. Compromisso: consta do parágrafo 16 da Declaração Conjunta de 26/08/03, emitida por ocasião da visita oficial do Presidente Lula à Venezuela. Estágio de execução: texto do projeto venezuelano de Ajuste Complementar de Cooperação Técnica entre a EMBRAPA e o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas da Venezuela foi transmitido pelo fax número 37 à SERE para exame. Não houve, ainda, uma reação da EMBRAPA. Observação: o projeto venezuelano prevê mecanismo de cooperação em ciência, tecnologia e inovação no setor agropecuário.

5. Reativação da Missão Científica Conjunta de Alto Nível a Áreas Indígenas. Compromisso: consta do parágrafo 20 da Declaração Conjunta de 26/08/03. Estágio de execução: no âmbito do Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela de Mineração Ilegal estava prevista a realização, em Boa Vista, de reunião preparatória à futura missão científica bilateral a áreas indígenas. Proposto inicialmente para novembro de 2004, o encontro foi adiado para janeiro deste ano, a pedido da Chancelaria venezuelana. Dada a impossibilidade do comparecimento de todos os representantes brasileiros dos órgãos envolvidos, o encontro não ocorreu, conforme previsto. Aguarda-se que a SERE apresente sugestão de novas datas para a realização da reunião preparatória (vide tel. 239/04).

6. Realização da VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço. Compromisso: consta do parágrafo 23 da Declaração Conjunta de 26/08/03. Estágio de execução: a reunião realizou-se em Santa Elena de Uairén, na Venezuela, nos dias 27 e 28 de junho.

A agenda do encontro incluiu os seguintes temas, entre outros: transporte (turístico, aéreo regional e de circulação de vans), desenvolvimento ambiental fronteiriço (incluindo a questão ambiental indígena, ilícitos ambientais na fronteira e monitoramento de recursos hídricos), comércio e alfândegas e saúde (vide desptel 355).

7. Realização da IV Reunião da Comissão Mista de Coordenação Cultural Brasil-Venezuela. Compromisso: consta do parágrafo 25 da Declaração Conjunta de 26/08/03. O encontro deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2004, não fosse a situação política então reinante na Venezuela. A sua realização está prevista para este ano. Estágio de execução: Em cumprimento às instruções recebidas, esta Embaixada passou Nota à Chancelaria local solicitando sugestão de datas para a realização do encontro, nos termos do Acordo Cultural vigente entre os dois países. Em resposta, acabo de receber Nota da Casa Amarela propondo que a IV Reunião se realize, no Brasil, no período de 27 a 29 de julho. Por incompatibilidade de agendas, o Governo brasileiro contra-propôs que a reunião se realizasse no Brasil no período de novembro a dezembro de 2005, o que foi informado à Chancelaria venezuelana por Nota, em 21 de julho de 2005. Aguarda-se resposta da parte venezuelana. A parte venezuelana manifestou o interesse de que venha a ser firmado, na ocasião, o Programa de Intercâmbio e Cooperação Cultural (Programa Executivo Cultural), nos termos do Artigo XIV do referido Acordo.

8. I Macro-rodada Binacional de Negócios. Compromisso: Ata Final da VIII Reunião da COBAN, realizada em Brasília, em 11 de fevereiro último. Estágio de execução: as duas Partes reiteraram o compromisso de que a rodada se realize em Caracas, em outubro do corrente ano. Foi realizada missão da APEX-Brasil, no último dia 20 de julho, para tratar do assunto com o Banco de Comércio Exterior (BANCOEX) da Venezuela;

9. I Encontro Bilateral de Ministros da Defesa. Compromisso: Ata Final da VIII Reunião da COBAN. Estágio de execução: o Governo brasileiro havia proposto que a reunião ocorresse por ocasião da Feira Latino-Americana de Defesa (LAD), realizada no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de abril último. O não comparecimento do então Ministro General Jorge Luís García Carneiro ao evento impossibilitou a realização do encontro. Conviria que a parte brasileira marcasse nova data para a visita do recém-nomeado Almirante Orlando Maniglia, Ministro da Defesa da Venezuela, ao Brasil.

10. Memorando de entendimento sobre cooperação tecnológica e industrial no domínio aeroespacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. Compromisso: consta da Ata Final da VIII Reunião da COBAN. Ficara acordado que os entendimentos, com vistas à celebração do referido instrumento, ocorreriam no prazo de até 90 dias após a assinatura do Comunicado Conjunto entre os dois Presidentes, em Caracas, em 14/02/05. Estágio de execução: Encontra-se em negociação proposta de texto de memorando de entendimento, alterada por contraproposta brasileira, objeto do desptel. 440, a qual entreguei pessoalmente à Chanceler interina da Venezuela, Delcy Rodriguez, por meio da Nota Verbal 206, de 16 de junho de 2005. Tal cooperação objetiva viabilizar a aquisição de bens e serviços por parte do Governo venezuelano. Visa também à transferência de tecnologia aeronáutica e aeroespacial do Brasil para a Venezuela. As empresas brasileiras envolvidas no projeto são a Embraer, a Atech e a Mectron. Encontra-se, ainda, em vias de conclusão nova versão do contrato comercial pelo qual a Aviação Militar Venezuelana adquirirá à Embraer 18 ou 19 super-tucanos, ao preço de 169 milhões de dólares, já previstos na lei orçamentária de 2005. Após a conclusão do contrato comercial, será necessário firmar contrato financeiro para viabilizar a operação. Nesse caso, a Embraer proporá financiamento via SBCE, sem a utilização do CCR/ALADI, em razão dos limites impostos pelo Banco Central da Venezuela à execução deste Convênio para operações superiores a 180 dias. Já a Atech pretende fornecer a tecnologia de controle dos equipamentos de radar a serem adquiridos pelo Governo venezuelano da China, em virtude de acordo entre os dois países.

11. Promoção do desenvolvimento e uso racional dos meios de comunicação social do Estado. Compromisso: Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações, firmado em 14/02/05, por Vossa Excelência e pelo Ministro de Comunicação e Informação da Venezuela. Estágio de execução: ainda não se encontra em vigor, faltando aprovação de ambos os legislativos.

12. Evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto de renda. Compromisso: Convênio sobre o assunto, firmado em 14/02/05, pelos Presidentes Lula e Chávez. Estágio de execução: ainda não se encontra em vigor, faltando aprovação de ambos os legislativos.

13. Criação de Comitê Conjunto para Consecução de Programas e Projetos Conjuntos em Ciência e

Tecnologia. Compromisso: Memorando de Entendimento na Área de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 14/02/05, por ocasião da visita do Presidente Lula a Caracas. O Memorando prevê, em seu artigo 5, a criação de um Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia, o qual deverá se reunir alternativamente no Brasil e na Venezuela. Estágio de execução: ainda não se encontra em vigor, faltando ser encaminhado à aprovação do Congresso Nacional. De acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia venezuelano, o referido instrumento foi aprovado pela Assembléia Nacional em 17 de maio último. Aquela Pasta indicou a Dra. Tibisay Rico, Diretora-Geral de Relações Internacionais, a Dra. Gladdis Maggi, Diretora-Geral de Coordenação de Programas, e o Dr. Prudencio Chácon, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas (INIA), para integrar o referido Comitê. Aquele Ministério deseja ser informado sobre os representantes que comporão o Comitê pelo lado brasileiro. Aguardo, entretanto, uma comunicação oficial da Chancelaria venezuelana sobre o assunto.

14. Cooperação entre a Corporação Venezuelana de Guayana (CVG) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Compromisso: Memorando de Entendimento firmado entre a CVG e a CVRD, em 14/02/05. Estágio de execução: A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) enviou missão a Caracas, no período de 25 a 28 de abril último, integrada pelos Senhores Carlos Langoni, consultor da empresa e ex-Presidente do Banco Central do Brasil, e Felipe Klemperer, responsável por Projetos Especiais. A finalidade da visita foi a realização de consultas a entidades públicas e privadas com vistas a subsidiar estudo da empresa sobre a Venezuela e o ambiente para a realização de investimentos. A delegação da CVRD entrevistou-se com autoridades do Ministério das Finanças e da PDVSA. Foi realizada, ainda, reunião com representantes do Conselho Nacional de Promoção de Investimentos (CONAPRI). A CVRD instalou escritório em Caracas, sob o comando do senhor Marcelo Albuquerque.

15. Cooperação entre a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e o Instituto Nacional de Geologia e Mineração (INGEOMIN). Compromisso: Memorando de Entendimento entre a CPRM e o INGEOMIN, firmado em 14/02/05, por ocasião da visita do Presidente Lula a Caracas. Estágio de execução: Segundo o Engenheiro Octimio Gutierrez, do Departamento de Pesquisa do INGEOMIN, após a assinatura do memorando, os dois órgãos realizaram reunião em Caracas, no dia 2 de março, ocasião em que decidiram a criação de uma Comissão Mista (com 4 representantes de cada parte) e selecionaram quatro temas

sobre os quais se centrará a cooperação nessa área, a saber: (a) integração geológica na fronteira; (b) criação de banco de dados geológicos; (c) realização de estudos e cooperação no campo da pequena mineração; e (d) realização de estudo de aerogeofísica na fronteira. Nos dias 24 e 25 de maio, representantes de ambos os órgãos discutiram, no Rio de Janeiro, os termos de trabalho para a implementação do acordo com base nas quatro áreas selecionadas e determinaram a realização de um "mapa de integração geológica" até dezembro de 2005. Tal mapa se constituiria com base em estudos, coleta de informações e dados sobre faixa de 200 km ao longo da fronteira Brasil-Venezuela (100 km para cada lado). A Comissão Mista realizou sua terceira reunião em Boa Vista, no período de 30 de junho a 1o de julho passado.

16. Agilização dos mecanismos para a implementação do Acordo entre o BNDES e a República Bolivariana da Venezuela, com vistas a permitir o total aproveitamento das linhas de crédito outorgadas pelo BNDES. Compromisso: consta do parágrafo 13 do Comunicado Conjunto de 15/09/04, emitido por ocasião do encontro presidencial em Manaus. Estágio de execução: os dois governos estão estudando alternativas para tentar resolver o impasse sobre as garantias a serem apresentadas pela Venezuela. O Governo brasileiro também vem explorando a possibilidade de a Corporação Andina de Fomento (CAF) vir a outorgar as garantias e eventualmente financiar parte de projetos que visam a exportação de bens e serviços brasileiros para a Venezuela.

17. Cooperação estratégica entre o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) da Presidência da República do Brasil. Compromisso: Memorando de Entendimento firmado, em Caracas, em 14/02/05. Estágio de execução: o instrumento encontra-se em vigor. O Instituto Nacional de Pesca (INAPESCA) da Venezuela e a SEAP deveriam ter especificado as modalidades, bem como o programa de trabalho, para a execução da cooperação bilateral em aqüicultura e pesca, por ocasião da V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Venezuela, realizada em Brasília, nos dias 9 e 10 de junho de 2005. De acordo com a Ata do encontro, o INAPESCA não se fez representar na reunião, tendo ficado registrado, entretanto, o interesse da SEAP de vir a se reunir, em Brasília, em data a ser mutuamente acordada, com representantes daquele órgão venezuelano, para a discussão dos temas de cooperação bilateral, previstos no Memorando de Entendimento de 14 de fevereiro último.

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 27/07/2005 12:30:00 N.°: 01398
CARAT=Reservado

18. Memorando de entendimento para cooperação na área do combustível etanol: o processo de substituição do chumbo na gasolina pelo etanol avança de acordo com cronograma estabelecido pelas duas empresas. Em agosto, o etanol brasileiro começa a ser misturado à gasolina, com apoio logístico e técnico da Petrobras. O objetivo da Venezuela é tornar-se autosuficiente em etanol (produção, logística e tecnologia) em cinco anos.

19. Memorando de entendimento para cooperação na área do biodiesel: ao contrário da cooperação no campo do emprego do etanol, a cooperação no campo do biodiesel não apresentou avanços significativos além de troca de informações entre as empresas.

20. Memorando de entendimento sobre a construção de plataformas e navios: o Ministério das Minas e Energia organizou missão à Venezuela, nos dias 25 e 26 de abril passados, com vistas a explorar as possibilidades de cooperação nesse campo. A missão contou com representantes das seguintes instituições: Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB), Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (SINAVAL), Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), Associação Brasileira dos Consultores em Engenharia (ABCE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério dos Transportes (MT). Participaram, ainda, representantes de estaleiros brasileiros, da Petrobras e da Transpetro. As negociações avançaram em julho, com a realização de nova missão à Venezuela para reunião com a PDV Marina. Aguarda-se que a parte venezuelana forneça as especificações para os navios-tanque e seja definido o modo de execução do projeto, provavelmente com a criação de uma joint-venture que inclua a estatal venezuelana "Diques y Astilleros Nacionales CA" (DIANCA).

21. Carta de Intenção em relação à Plataforma Deltana: a Petrobrás está realizando avaliação geológica da área oferecida. A proposta deverá ser entregue à parte venezuelana até dezembro de 2005;

22. Carta de Intenção em relação a Campos Maduros: nesta área houve evolução no entendimento entre as duas empresas. Por

decisão do Ministro Rafael Ramírez, todos os atuais Convênios Operativos deverão ser convertidos à nova Lei de Hidrocarbonetos. Em virtude deste processo, houve o entendimento de que durante a negociação para a constituição da sociedade com a PDVSA se avaliará a necessidade de que a parte venezuelana entre com novos campos maduros para a composição de sua parte (51%). A PDVSA entregou um primeiro modelo de documento chamado "Acordo de Transição", o qual estipula algumas das condições a serem cumpridas nesta "migração dos contratos". A Petrobras está estudando estas condições junto aos seus sócios nos Convênios Operativos e deve apresentar contra-proposta à PDVSA. Após o entendimento sobre a forma do "contrato de migração", o mesmo será submetido à Assembléia Nacional venezuelana, possivelmente em setembro próximo, para entrar em vigência em 2006. A Petrobras poderá ser a primeira das empresas estrangeiras em operação no país a realizar a "migração" dos contratos;

23. Carta de Intenção em relação ao Golfo da Venezuela: a apresentação de ofertas no processo licitatório para novas áreas no Golfo da Venezuela será em 20 de julho. No momento, a Petrobras está analisando as informações oferecidas pela PDVSA e a viabilidade econômica de uma proposta de exploração da área. A PDVSA esclareceu que, de acordo com a lei venezuelana, a estatal poderia entrar na sociedade vencedora do processo licitatório com participação de até 35% em caso de confirmação da existência de gás. Ou seja, a empresa ou consórcio que vencer a licitação terá que prever possível entrada da PDVSA na sociedade, naturalmente em caso de sucesso na prospecção da área;

24. Memorando de entendimento para considerar possível desenvolvimento conjunto do Projeto "Mariscal Sucre": o projeto prevê o desenvolvimento de quatro campos (Rio Caribe, Mejillones, Patao e Dragon) com uma estrutura única de produção, gasoduto único e as unidades de separação, compressão e liquefação em terra (construção de usina para a liquefação do gás). Petrobras e PDVSA definiram o chamado "modelo do negócio": sociedade anônima com previsão de entrada de "novos sócios". Estima-se que este projeto necessite de investimentos superiores a 2,5 bilhões de dólares. Há dois pontos de indefinição nas negociações: em primeiro lugar, o Governo venezuelano ainda não indicou a previsão de uso do gás para o "mercado interno", dado fundamental para os cálculos necessários à viabilazação dos investimentos (a exploração dos campos deverá atender, em primeiro lugar, o mercado venezuelano, onde o preço do gás é baixo em virtude de política do Governo local); em segundo lugar, a PDVSA defende que o projeto deveria disponibilizar o

"excesso de capacidade" da usina de liquefação para outros produtores, com o que a Petrobras não concorda (tal obrigatoriedade poderia levar a usina de liquefação a ter de processar o gás de empresas estranhas ao projeto, em detrimento do gás explorado e produzido pela própria Petrobras);

25. Memorando de entendimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de produção e distribuição de lubrificantes entre a Petrobrás e a PDVSA: o memorando teria por objetivo a instalação de fábrica de lubrificantes Petrobras/PDVSA em Cuba, com o objetivo de distribuição do produto no Caribe. Segundo a Petrobras, Cuba não se interessou pelo projeto;

26. Memorando de entendimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de refinação entre a Petrobras e a PDVSA e Memorando de entendimento para o desenvolvimento de um projeto conjunto na bacia do rio Orinoco ("Faja del Orinoco") entre a Petrobrás e a PDVSA: decidiu-se unir estes dois memoranda em razão de que o primeiro prevê a construção de refinaria binacional no Nordeste do Brasil e a produção de petróleo do segundo deverá ser enviada a esta refinaria para processamento. O projeto da bacia do Orinoco terá a seguinte configuração: PDVSA e Petrobrás criarão empresa binacional (51% PDVSA e 49% Petrobrás) que atuará em campo na área do "Cerro Negro". O petróleo pesado (10o API) será enviado para um "melhorador", construído em território venezuelano, para adquirir as características do Marlim (18o API) e, então, ser enviado para a refinaria a ser construída no Estado de Pernambuco. Tanto a planta melhoradora do petróleo, quanto a refinaria no Brasil terão participação meio a meio entre a Petrobras e a PDVSA. Discute-se, no momento, a composição do petróleo que abastecerá a refinaria no Brasil: a Petrobrás defende 50% Orinoco e 50% Marlim; a PDVSA argumenta que a Petrobrás será proprietária da metade do petróleo produzido no Orinoco e, portanto, a refinaria utilizaria, no final das contas, 75% de petróleo da Petrobras e 25% de petróleo da PDVSA. Estima-se em 3 bilhões de dólares os investimentos em território venezuelano e outro tanto na construção da refinaria em território brasileiro.

27. Memorando de entedimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação nas áreas de comércio e transporte marítimo entre a Petrobrás e a PDVSA: a Petrobrás solicitou à PDVSA urgência para "a aprovação dos contratos", já que o fornecimento está sendo feito "em base spot". Ou seja, o projeto prevê que a Petrobrás envie petróleo

contratado pela PDVSA para o sul do continente e a PDVSA envie petróleo contratado pela Petrobrás para o norte do continente para tornar o transporte de combustível menos custoso e mais racional. O problema é que o fornecimento de petróleo venezuelano para a Argentina, por exemplo, é feito de modo inconstante, o que dificulta o planejamento da logística da operação e o swap das cargas;

28. Memorando de entendimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de fertilizantes entre a Petrobrás e a Pequiven: está prevista a construção de fábrica de fertilizantes (amônia e uréia) no complexo petroquímico de "Jose", na Venezuela, com participação 50% Petrobrás / 50% Pequiven. Tal projeto consta como prioridade do plano de investimentos do Governo venezuelano. A Petrobras espera que a Pequiven, em contrapartida, participe da construção de fábrica de fertilizantes na fronteira da Bolívia com o Brasil (prioridade da Petrobras). A planta boliviana teria o objetivo de abastecer o mercado consumidor do Centro-Oeste brasileiro;

29. Memorando de entendimento para colaboração científica, técnica e de capacitação de pessoal entre a Petrobrás e a PDVSA: envolve ampla gama de projetos específicos:

a) estudos de Gas To Liquid Technology (GTL) com o objetivo de desenvolver técnicas para gerar derivados de petróleo, como gasolina e diesel, a partir do gás natural;
b) estudos sobre eficiência energética, com o objetivo de tornar mais racional o uso da energia disponível (energia elétrica, gás, petróleo e derivados);
c) estudos sobre a utilização dos hidratos de metano, cujas reservas são encontradas nos oceanos, aprisionadas na água em virtude de baixas temperaturas;
d) estudos sobre técnicas para a produção de hidrogênio a partir das mais distintas origens, do coque de petróleo ao gás natural e à biomassa;
e) estudos sobre a logística de armazenamento e transporte de hidrogênio;
f) intercâmbio tecnológico na produção e exploração de petróleo.

30. A empresa ATECH (Empresa Fundação de Aplicações Tecnológicas Críticas) desenvolve três projetos de interesse para a integração regional: Instalação de Sistema de Vigilância da Orinoquia e Amazônica (SIVORA); Programa de Modernização do Sistema de Medição e Prognóstico Hidrometeorológico Nacional (VENEHMET); e Modernização da

torre de controle de tráfego aéreo do aeroporto internacional Simón Bolívar, em Maiquetía.

31. A empresa ODEBRECHT desenvolve projetos de interesse para a integração regional, como o são o projeto da segunda ponte sobre o Orinoco, em fase de execução, e o projeto da terceira ponte sobre o Orinoco, em fase de negociação. Tais projetos aumentaram a viabilidade terrestre e as comunicações do sul da Venezuela com o norte do Brasil, especialmente com os Estados de Roraima e Amazonas.

32. A empresa ORBISAT, em cooperação com o Instituto Histórico e Geográfico da Venezuela, realizou a 1a fase do mapeamento do território venezuelano, utilizando método aerofotogramétrico e software desenvolvido no Brasil. No momento negocia-se a 2a e última fase do mapeamento, que compreende cerca de 400 mil km2 e 3.000 mapas em escala 1:25.000.

33. A TELECOM Venezuela (pertencente à CVG) pretende realizar, em parceria com empresa brasileira, a interligação em fibra ótica do sul da Venezuela com o norte do Brasil. A interligação elétrica que leva energia venezuelana para Boa Vista já conta com fibra ótica instalada.

34. Cooperação entre a IPOSTEL e a ECT: tem o objetivo de estabelecer cooperação para a implantação, na Venezuela, do programa ExportaFácil.

35. Projetos da Venezuela com terceiros países:

36. Construção de gasoduto que ligaria a região norte de Maracaibo, no oeste da Venezuela, ao porto de Coveñas, ao norte de Cartagena, na Colômbia: estima-se que o gasoduto teria 1.500 km e poderia custar entre 550 milhões de dólares e 2,5 bilhões de dólares, dependendo de variáveis técnicas não definidas até o momento (se os tubos serão aéreos ou subterrâneos, percentual de mão de obra venezuelana e colombiana, quantidade e localização de terminais de controle, rota exata do duto, entre outras).

37. Constituição da Petroamérica (Petrosul, Petrocaribe e Petroandina), com a finalidade de cooperação e coordenação de políticas energéticas.

38. Constituição da Telesul, televisão regional com sede em Caracas e participação da Argentina, de Cuba e do Uruguai.

39. Constituição da CONVIASA, linha aérea estatal que deverá

realizar vôos regionais a partir de 2006.

40. Constituição do Banco do Sul: A criação de um Banco do Sul, ou Bancosul, tema tratado pelos ministros de finanças em seu encontro de Buenos Aires nos dias 12 e 13 de junho passado, deverá ser objeto de proposta venezuelana de compromisso trilateral. Nesse sentido o Governo venezuelano estima, de forma ambiciosa, que tal instituição poderia substituir-se paulatinamente a outros organismos do sistema financeiro internacional, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Ademais, o Banco do Sul financiaria, nos moldes da CAF, os projetos de desenvolvimento e de integração considerados prioritários pelos países em desenvolvimento.

41. Constituição de Fundo Humanitário Internacional com o objetivo de atender aos países vítimas de crises e catástrofes, como a fome, epidemias ou desastres naturais. A Venezuela já ofereceu 30 milhões de dólares para esse fundo. Restaria definir, ainda, a participação financeira do Brasil e da Argentina.

42. Satélite andino: O Governo venezuelano decidiu financiar a ocupação temporária da posição 67oW, assignada à Comunidade Andina. A posição 67oW é a última disponível para os países andinos no arco orbital 60o-70oW. O programa espacial andino baseava-se no consórcio ANDESAT, criado nos anos `90 e que não deu resultados concretos. Para substituí-lo, criou-se recentemente a chamada Empresa Multilateral Andina (EMA), com o objetivo de utilizar a posição 67oW. O Governo venezuelano, considerando a premência de prazos para garantir a posição, ofereceu-se para financiar a sua ocuparação temporária. Nesse sentido, teria sido contratada a empresa canadense "Telesat" para que deslocasse o satélite AnikE2 para 67oW. O deslocamento do AnikE2, como gap filler (para garantir a posse da posição orbital), custaria 2,1 milhões de dólares, valor desembolsado pelo Governo venezuelano. Durante sua viagem a China, em 2004, Chávez teria encomendado satélite para ocupar esta posição, com 24 transpondedores. Tal capacidade indicaria, segundo especialistas na matéria, que a Venezuela poderia utilizá-lo não apenas para comunicações civis, mas para observação terrestre e comunicações militares. O Governo venezuelano estaria oferecendo aos seus parceiros andinos espaço de utilização no projeto satelital, mas haveria resistência em aceitar a cessão do espaço andino para um satélite controlado pela Venezuela. Tais resistências estariam, principalmente, no Governo colombiano, que procura amarrar o projeto à administração conjunta multilateral da recém-criada EMA.

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 27/07/2005 12:30:00 N.°: 01398
CARAT=Reservado

43. No âmbito da IIRSA, a Venezuela selecionou os seguintes projetos como prioritários, tendo presente a Agenda de Implementação Consensuada (AIC):

44. Projeto Passo de Fronteira Cúcuta-San Antonio: O projeto de sistema integrado de controle fronteiriço Cúcuta - San Antonio faz parte do eixo andino e integra o grupo 2, de conexão Venezuela - Colômbia - Equador. Seu objetivo é o de facilitar a passagem de veículos, mercadorias e pessoas no principal ponto de ligação viária entre a Colômbia e a Venezuela e segundo mais movimentado posto de fronteira da América do Sul.

45. Estrada Tumeremo (Venezuela) - Georgetown (Guiana): O projeto completo inclui seis trechos de rodovias e pontes entre Ciudad Guayana, na Venezuela, e Paramaribo, no Suriname. Até o momento, apenas o trecho que liga o território venezuelano à Georgetown está em análise.

46. Projeto para a recuperação da navegabilidade do Rio Meta (Colômbia-Venezuela): Este projeto faz parte do Eixo Andino e integra o grupo 4, de conexão Pacífico-Bogotá-Meta-Orinoco-Atlântico. Tem por objetivo melhorar a navegabilidade do Rio Meta de forma sustentável para incentivar os intercâmbios entre regiões da Colômbia e da Venezuela

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 13/04/2004 20:49:00 N.°: 00766
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 13/04/2004 (ESA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DIC/DPG
DESCR=XPRO-VENE-BRAS
REF/ADIT=TEL 025, TEL 061, TEL 092
CATEG=MG

//
Promoção comercial. Visita ao
Ministro da Fazenda. Linha de
crédito do BNDES.
//

Nr. 00766

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul.

Reftels. 025, 061, 092 e 178, RefDesptel.026. Realizei, na manhã de hoje, visita de cortesia ao Ministro da Fazenda, Tobias Nóbrega. Na ocasião o Ministro Nóbrega tratou da situação da linha de crédito do BNDES e cobrou-me resposta a carta sobre o mesmo tema que teria enviado ao Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci, cuja cópia segue pelo FAX no. 051.

2. Segundo Nóbrega, a exigência do BNDES de que o total da linha de crédito de 1 bilhão de dólares norte-americanos seja garantido com base no CCR/Aladi - ou seja, pelo Banco Central da Venezuela - além de encontrar restrições na legislação venezuelana vigente, seria de difícil execução, pois, no fundo, o Governo venezuelano estaria garantindo a totalidade do crédito que tem como objetivo financiar as exportações brasileiras para a Venezuela. Entretanto, como sinal de boa vontade e do excelente nível do relacionamento bilateral, o Banco Central da Venezuela estaria alocando ao "Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social - Bandes", a título excepcional, 200 milhões de dólares para compor parte das garantias do financiamento proposto.

3. Aquela autoridade propõe ao Governo brasileiro que a parte restante das garantias (para cobrir 800 milhões de dólares)

seja dividida entre o Fundo de Garantia de Exportações (FGE), com risco soberano assumido pelo Brasil, e por créditos resultantes de operações petroleiras entre a PETROBRAS e a PDVSA.

4. O Ministro da Fazenda venezuelano argumenta que o risco venezuelano, atualmente na casa dos 600 pontos, próximo ao brasileiro, portanto, é muito inferior, "por exemplo, ao risco argentino e nem por isso o Brasil deixa de comercializar com a Argentina". Nóbrega aduziu, ainda, o fato de que a Venezuela tem histórico positivo no pagamento de suas dívidas.

5. Segundo Nóbrega, os 200 milhões de dólares iniciais, garantidos pelo BANDES, estariam sendo destinados aos projetos "El Diluvio-Palmar" e linha 3 do metrô de Caracas, a cargo, ambos, da construtora Odebrecht, consideradas obras prioritárias por seu governo.

6. Consultado sobre a possibilidade de que realizasse viagem ao Brasil para encontrar-se com sua contra-parte, declarou Nóbrega que preferiria realizar a visita quando houvesse algum sinal de que seria possível alcançar entendimento para a questão das garantias ao financiamento do BNDES.

7. Nessas circunstâncias e considerando a necessidade de manter contato estreito e fluido com o Ministro Nóbrega com vistas a buscar solução para a questão exposta, permito-me sugerir a Vossa Excelência seja solicitado ao BNDES o envio a Caracas, por mala diplomática, dos originais dos convênios financeiros dos projetos citados no parágrafo 5 para assinatura do Ministro Tobias Nobrega. Estou seguro de que tal iniciativa, caso aprovada por Vossa Excelência e pelo BNDES, estaria em perfeita consonância com as diretrizes do Senhor Presidente da República e, ao mesmo tempo, seria muito bem recebida pelas autoridades venezuelanas.

JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, EMBAIXADOR

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 03/08/2005 21:25:00 N.°: 01448
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 03/08/2005 (NCM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DIC/DECAS/DSF/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
REF/ADIT=DET 546
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Venezuela. Camargo Corrêa.
Tocoma. Informações.
//

Nr. 01448

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

RefDesptel.546 e em aditamento aos telegramas 085, 1360, 1016/04 e 2708/04. A propósito da solicitação de agendamento de encontro da direção da Construtora Camargo Corrêa com o Presidente Chávez, permito-me transmitir os seguintes subsídios:

2. Segundo fui informado, a empresa brasileira tem interesse precípuo no projeto da hidroelétrica de Tocoma, localizada no rio Caroní, a 19 km a jusante da Central Hidroelétrica de Guri e a 45 km a montante da Central Caruachi, próxima a Ciudad Guayana, no Estado Bolívar.

3. Ademais das turbinas e equipamentos geradores, a obra compreende a execução das seguintes obras civis:

a) Casa de Força, com 10 unidades geradoras e capacidade total de 2.160 MW;
b) Área de montagem e edifício de controle;
c) Vertedouro com 9 comportas radiais;
d) Barragem de enrocamento com face de concreto (margem esquerda);
e) Barragem de enrocamento com núcleo de argila (margem direita).

4. A "Eletrificación del Caroní C.A." (EDELCA) já licitou obras preliminares no empreendimento (cerca de 10% do total), tendo sido selecionada para tanto a construtora Camargo

Corrêa, como indicado no expediente de referência (telegrama 2708/04).

5. Entretanto, segundo informação do seu representante na Venezuela, César Gazoni, a proposta da Camargo Corrêa teria sofrido reparos de ordem técnica, sendo adjudicada a obra a concorrente local.

6. Até 3 de outubro de 2005, será realizada a pré-qualificação para a licitação das obras principais do projeto, incluindo a execução das estruturas principais de concreto, fornecimento e instalação de equipamentos hidromecânicos (comportas), construção final da barragem da margem esquerda, variante ferroviária e a plataforma da sub-estação, com valor estimado de cerca de 700 milhões de dólares.

7. As prováveis concorrentes da licitação pelo Brasil serão: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão.

8. As prováveis concorrentes das empresas brasileiras serão: Barsanti (Venezuela), Dell`Acqua (Venezuela), Dragados (Espanha), Hochtief (Alemanha), Impregilo (Itália), Skanska (Suécia) e Vinccler (Venezuela).

9. A Construtora Camargo Corrêa está retornando ao mercado venezuelano depois de quase 20 anos. Recorde-se que a empresa brasileira foi responsável, entre 1978 e 1986, pela expansão da hidroelétrica de Guri, no rio Caroní, de 2.000 Mw para 10.300 Mw. Guri é hoje responsável pelo abastecimento de energia elétrica para o Estado de Roraima.

10. A Camargo Corrêa ganhou recentemente, por licitação pública, contrato da ordem de 58 milhões de dólares para realizar a reparação da barragem da represa "El Guapo", a 150 Km de Caracas.

11. A empresa brasileira se interessa em participar da licitação para as obras principais da hidroelétrica de Tocoma e para tanto, desta vez, pretende participar em parceria com empresa venezuelana.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 30/08/2004 13:06:00 N.°: 02093
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 30/08/2004 (JAMES)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DOC/DPB/AFEPA
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
REF/ADIT=DET 435, DET 528, TEL 1440
CATEG=MG

//
Brasil-Venezuela. Promoção
Comercial. Refinaria
binacional.
//

Nr. 02093

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Refdesptels.435 e 528 e tel.1440. Recebi os senhores Gilberto Prado, Lourenço Cunha e Eurico Salgado, respectivamente, Presidente, Diretor e Diretor Financeiro da "Refinaria do Nordeste S.A." (RENOR), empresa que pretende, em parceria com a PDVSA, construir refinaria no porto de Suape, em Pernambuco.

2. Segundo informações dos representantes da RENOR, a PDVSA já dispõe de núcleo de técnicos que trabalham no projeto da refinaria binacional, orçado em 3 bilhões de dólares.

3. Prado disse-me que já tem contrato assinado com a construtora Andrade Gutierrez e acordos com outras duas construtoras, Odebrecht e Queroz Galvão, com vistas a participar do projeto.

4. A RENOR, que tem participação das empresas Ferrostaal (alemã) e Interoil (norte-americana), pretende obter sócio ligado ao setor de petróleo e refino para o empreendimento.

5. A refinaria, que teria capacidade para processar 200 mil barris de petróleo pesado por dia, atenderia o mercado do Nordeste brasileiro, bem como estaria capacitada a exportar gasolina de alta qualidade.

6. Na avaliação dos representantes da RENOR, o momento é propício para a concretização do negócio, que representaria

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 30/08/2004 13:06:00 N.°: 02093
CARAT=Reservado

para o Brasil a criação de milhares de novos empregos diretos e indiretos, incrementaria substancialmente a balança comercial bilateral e ajudaria a Venezuela a diversificar os merdados atendidos pela PDVSA (cujas atividades se concentram nos Estados Unidos).

7. No entanto, segundo as indicações dos representantes da RENOR, embora já haja carta de intenção firmada com a PDVSA, o projeto encontra-se em fase exploratória.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

JAA

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 15/10/2004 21:47:00 N.°: 02498
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 15/10/2004 (JAMES)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DOC/DPB
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
REF/ADIT=DET 616
CATEG=MG

//
Brasil-Venezuela. Encontro de
Chanceleres. Tópicos da Agenda
Comercial Bilateral.
Odebrecht.
//

Nr. 02498

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Ref desptel 616. INFORMO. Com vistas a subsidiar Vossa Excelência no encontro com o Chanceler Jesús Pérez, e, posteriormente, para a visita do Senhor Presidente da República a Margarita, transmito as informações sobre:
-Odebrecht
A Odebrecht está presente na Venezuela desde 1992 e vem se destacando na execução diferenciada de grandes obras de infra-estrutura, utilizando tecnologias de última geração. A empresa funciona também como importante mola propulsora das exportações de bens e serviços especializados de engenharia do Brasil para o mercado venezuelano, havendo aumentado significativamente a presença comercial de várias empresas brasileiras nos últimos anos.
São quatro os principais projetos da Odebrecht atualmente em execução na Venezuela. A segunda ponte sobre o Rio Orinoco é uma obra de engenharia de grande complexidade, composta por ponte rodoferroviária de 3,156 quilômetros de extensão e com previsão de término para novembro 2005. A ponte deverá facilitar a integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela. Foram criados 1970 empregos diretos com a participação de 170 empresas locais e 12 empresas brasileiras.
Outros dois projetos são o da linha quatro do metrô de Caracas e o metrô de Los Teques. Esses contratos obtiveram apoio parcial do BNDES para financiamento, fator decisivo

para que a Odebrecht vencesse as concorrências internacionais realizadas pelo Governo venezuelano. No entanto, a empresa vem encontrando dificuldades em obter novos financiamentos junto ao BNDES em função da reticência, por parte dos venezuelanos, em aceitar as garantias exigidas. Para o contrato da ampliação da linha três do metrô Caracas, o quarto grande projeto em andamento, a construtora conseguiu financiamento via PROEX.

Existem outros projetos que aguardam equação financeira definitiva. Entre eles a edificação de uma terceira ponte sobre o Rio Orinoco, o projeto de irrigação El Dilúvio-Palmar no Estado de Zulia e a construção e linha ferroviária entre a segunda ponte sobre o Orinoco e o porto de Guanta, com possível futura expansão até o Brasil.

João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador

WDJ

De: BRASEMB CARACAS Recebido em: 15/10/2004 21:47:00 N.°: 02504
CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 15/10/2004 (JAMES)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DOC/DPB
DESCR=XPRO-BRAS-VENE
REF/ADIT=DET 616
CATEG=MG

//
Brasil-Venezuela. Encontro de
Chanceleres. Tópicos da agenda
comercial bilateral. RENOR.
//

Nr. 02504

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Refdesptel 616. INFORMO. Com vistas a subsidiar Vossa Excelência no encontro com o Chanceler Jesús Pérez, e, posteriormente, para a visita do Senhor Presidente da República a Margarita, transmito as informações sobre:

- RENOR:

A "Refinaria do Nordeste S.A." (RENOR) é uma empresa que pretende construir, em parceria com a PDVSA, refinaria no porto de Suape, em Pernambuco. Trata-se de projeto orçado em 3 bilhões de dólares. A capacidade de processamento prevista seria de 200 mil barris de petróleo pesado por dia e essa produção atenderia principalmente ao mercado do Nordeste brasileiro, sendo que a refinaria estaria também capacitada a exportar gasolina de alta qualidade a outros mercados.

O senhor Gilberto Prado, Presidente da empresa, em visita a Caracas, disse-me já ter contrato assinado com a construtora Andrade Gutierrez e acordos com a Odebrecht e Queiroz Galvão, a respeito de participação no projeto. Na avaliação de Prado, o negócio representaria a criação de milhares de empregos diretos e indiretos para o Brasil, além de ajudar a Venezuela a diversificar os mercados atendidos pela PDVSA, cujas atividades se concentram nos EUA. O projeto da refinaria se encontra atualmente em fase exploratória, apesar de já existir carta de intenção firmada entre a RENOR e a PDVSA. A RENOR inclui capital das empresas Ferrostaal (alemã) e

Interoil (norte-americana) e pretende obter sócio ligado ao setor de petróleo e refino para o empreendimento. A Petrobras, no entanto, não parece estar interessada no projeto, preferindo ampliar a capacidade de suas refinarias já existentes. Segundo me foi dito pelo senhor Miguel Bibbó, diretor da Petrobras Energía na Venezuela, a estatal brasileira tem a PDVSA como concorrente no mercado latino-americano de petróleo pesado e, portanto, não veria com bons olhos sua instalação no Brasil.

Por oportuno, recordo que no Comunicado Conjunto do encontro presidencial de 15 de setembro último, há referência sobre o Governo brasileiro ver com simpatia tanto a cooperação entre o Brasil e a Venezuela na área de construção de infra-estrutura quanto o interesse da Petrobras e da PDVSA em ampliar suas operações em ambos os países. Sugiriria, portanto, que se fizesse consulta à Petrobras e ao Ministério das Minas e Energia para saber o que pensam sobre a participação na RENOR de empresas privadas em parceria com a PDVSA.

JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, EMBAIXADOR

WDJ

Para: BRASEMB CINGAPURA Expedido em: 13/03/2006 12:36:00 N.°: 00043
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Cingapura
Em 13/03/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAOC II
DESCR=PEXT-BRAS-CING
REF/ADIT=TEL 120
CATEG=MG

//
Brasil-Cingapura. Visita do
Embaixador Choo Chiau Beng.
Programação em São Paulo.
//

Nr. 00043

É a seguinte a programação do Embaixador Choo Chiau Beng em São Paulo, conforme informado pelo ERESP:

Segunda-feira, 13 de março:

12:00: Almoço no Escritório Comercial de Cingapura em São Paulo;

15:00: Reunião com o Senhor Vice-Governador do Estado, Prof. Claudio Lembo;

16:00: Entrevista com o Jornal Valor;

18:30: Reunião com a Presidência da "Suzano Papel e Celulose";

Terça-feira, 14 de Março:

9:00: Reunião com o Diretor de Investimentos e Diretor Interino da Odebrecht;

11:00: Reunião com o Diretor de Exportações da Votorantin;

14:30: Entrevista para a Revista Infra;

17:30: Reunião com o Vice-Prefeito, Sr. Gilberto Kassab.

EXTERIORES

IMSS

De: CONSBRAS CIUDAD GUAYANA Recebido em: 19/03/2004 19:14:00 N.°: 00076
CARAT=Reservado

De Consbras Ciudad Guayana para Exteriores em 19/03/2004 (OJT)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAM II/DAC
DESCR=XPRO-VENE
RTM=VENBREM,UAIBRVC
REF/ADIT=TEL 00220 2003
CATEG=MG

//
PROMOÇÃO COMERCIAL. BRASIL/
VENEZUELA. ODEBRECHT. SEGUNDA
PONTE SOBRE O ORENOCO. ENCER-
RAMENTO DAS OBRAS ATÉ O FINAL
DE 2005.
//

Nr. 00076

RESUMO=
RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB CARACAS
E VICE-CONSULADO EM SANTA ELENA DE UAIRÉN.

REFTEL 00075/2004 E 00220/2003. GANHARAM AS MANCHETES PRINCIPAIS DE PRIMEIRA PÁGINA DOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA REGIONAIS RECENTES DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA CORPORAÇÃO VENEZUELANA DE GUAYANA (CVG), GENERAL FRANCISCO RANGEL GÓMEZ, NO SENTIDO DE QUE A SEGUNDA PONTE SOBRE O RIO ORENOCO -- QUE A ODEBRECHT ESTÁ CONSTRUINDO EM CIUDAD GUAYANA (VENEZUELA) -- FICARÁ PRONTA NO FINAL DO CORRENTE ANO DE 2004.

2. CONSULTADOS POR MIM A RESPEITO DESSE ASSUNTO, DOIS EXECUTIVOS DA ODEBRECHT NA VENEZUELA COMENTARAM QUE "TAIS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA CVG, QUE É HOMEM DE ABSOLUTA CONFIANÇA DE HUGO CHÁVEZ E SEU COLEGA DE TURMA NAS FORÇAS ARMADAS, TÊM CLARAS CONOTAÇÕES POLÍTICAS QUE MERECEM LEITURA DIFERENCIADA EM VISTA DO DELICADO MOMENTO QUE A VENEZUELA ATRAVESSA".

3. AFIRMARAM AQUELES EXECUTIVOS QUE, "SE NÃO HOUVER MAIORES PERCALÇOS NO FLUXO DOS FINANCIAMENTOS DA OBRA, A PONTE SERÁ INAUGURADA ENTRE JULHO DE 2005 (NA MELHOR DAS HIPÓTESES) E DEZEMBRO DE 2005 (NA PIOR DAS HIPÓTESES)". RECORDARAM QUE, ALÉM DA PONTE PROPRIAMENTE DITA, A ODEBRECHT ESTÁ CONSTRUINDO TAMBÉM 170 QUILÔMETROS DE ESTRADAS VINCULADAS À PONTE.

De: CONSBRAS CIUDAD GUAYANA Recebido em: 19/03/2004 19:14:00 N.°: 00076
CARAT=Reservado

4. OS DOIS EXECUTIVOS CONSULTADOS SÃO O DIRETOR-PRESIDENTE DA ODEBRECHT NA VENEZUELA, EUZENANDO AZEVEDO (VIDE TEL 00075) E O DIRETOR-GERAL DAS OBRAS DA SEGUNDA PONTE, ESTEVÃO TIMPONI.

J. ZICARDI NAVAJAS, CÔNSUL

JZN

De: DELBRASGEN Recebido em: 11/12/2007 17:43:32 N.°: 02731
CARAT=Reservado

De DELBRASGEN para Exteriores em 11/12/2007 (MVA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CORG/DAF I/DOC/ABC/DRN
DESCR=UNCTAD
RTM=GHABREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 2656
CATEG=MG

//
Conferência sobre
biocombustíveis. Contatos da
delegação de Gana com empresas
brasileiras. Solicitação de
patrocínio para a UNCTAD XII.
//

Nr. 02731

Retransmissão automática para Brasemb Acra

RESUMO=
Informo. À margem da participação da delegação ganense na conferência "Biofuels: an option for a less carbon-intensive economy", no Rio de Janeiro, realizaram-se contatos com empresas brasileiras. Autoridades ganenses solicitaram apoio para a realização da UNCTAD XII.

À margem da conferência "Biofuels: an option for a less carbon-intensive economy", promovida pelo Governo brasileiro e a UNCTAD, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2007, a delegação de Gana contatou empresas brasileiras para transmitir pedido de apoio à realização da UNCTAD XII. Foram contatadas a ETH Bioenergia S/A (Grupo Odebrecht), a Petrobrás e a Vale (antiga CVRD). Do lado ganense, participaram dos encontros

com as empresas a Senhora Gifty Ohene-Konadu, Vice-Ministra de Comércio, Indústria Desenvolvimento do Setor Privado e Iniciativa Especiais do Presidente, James E. K. Aggrey-Orleans, Embaixador aposentado e consultor do Presidente de Gana, Clement Nyaaba, Ministro Conselheiro na Missão de Gana em Genebra, Francis Abakah, Conselheiro na Embaixada de Gana em Brasília e Kofi Addo, do Ministério de Comércio, Indústria e Desenvolvimento do Setor Privado. A pedido da delegação ganense, o Secretário Pedro Dalcero acompanhou os referidos encontros, sempre indicando aos interlocutores brasileiros que sua presença visava a facilitar os encontros e não deveria ser entendida como endosso do Ministério das Relações Exteriores ao pleito ganense.

2. No dia 5 de dezembro, a delegação ganense encontrou-se com Francisco Nuno P.C. Neves, diretor da ETH Bioenergia S/A, que participava da conferência "Biofuels. An option for a less carbon-intensive economy". Em que pese a delegação ser chefiada pela Vice-Ministra Gift Ohene-Konadu, o Embaixador James Aggrey-Orleans foi quem elaborou mais detalhadamente as necessidades de apoio do Governo de Gana para a UNCTAD XII. Segundo Agrrey-Orleans, além do Centro de Conferências (já existente), os organizadores pretendem construir instalações provisórias para abrigar algumas atividades ao longo da UNCTAD XII (20 a 25 de abril 2008). Basicamente, haveria interesse no patrocínio de empresas brasileiras para duas instalações provisórias: uma destinada ao "World Investment Forum", e outra que abrigará o centro de imprensa e a reunião de ONGs. O Senhor Neves, a seu turno, fez breve apresentação da ETH Bioenergia S/A e indicou que levaria o pleito às instâncias competentes da empresa.

3. Após o encontro, em conversa privada com o Secretário Dalcero, o Senhor Franciso Neves informou ser pouco provável o apoio da ETH (ou do Grupo Odebrecht) ao pleito ganense. A ETH foi criada recentemente e, nos próximos anos, pretende destinar todos seus investimentos e iniciativas ao mercado brasileiro. A Construtora Norberto Odebrecht, empresa do grupo com maior presença na África, não teria igualmente interesses em patrocinar evento que poderia despertar interesse que extrapolem a atual estratégia da empresa naquele continente. Francisco Neves sugeriu, entretanto, contato com fabricantes de equipamentos para a produção de biocombustíveis como possíveis interessados na iniciativa.

4. Em 6 de dezembro, a delegação ganense reuniu-se com o Senhor Homero Ventura, Gerente Geral de Ativos em Desenvolvimento, da PETROBRÁS. Repetiu-se a formalização do mesmo pedido de apoio (duas instalações provisórias) por

parte da delegação ganenses, seguido de apresentação das atividades internacionais da PETROBRÁS por Homero Ventura. Tanto com Ventura, quanto com os outros interlocutores brasileiros, a delegação de Gana deixou cópia do documento "UNCTAD XII Accra-Ghana. Proposed Temporary Structures. Description of Requirements and Technical Specifications". Não obstante, as autoridades ganenses, foram incapazes de informar o orçamento estimado das referidas instalações.

5. Após o encontro, em conversa reservada com o Secretário Dalcero, Homero Ventura disse não poder pré-julgar o interesse da empresa em patrocinar as referidas instalações provisórias. Informou que levaria o pleito à Diretoria Internacional da empresa, mas indicou que eventual patrocínio talvez dependesse de decisão em nível além do âmbito empresarial.

6. Ainda em 6 de dezembro, a delegação ganense encontrou-se com o Senhor Reinaldo Castanheira, Diretor de Alumínio da Vale, e o Senhor Renato Amorim, Diretor de Relações Internacionais da Vale. Na ocasião, além da formalização do pedido e da apresentação das atividades da empresa, houve conversa mais detalhada tendo em vista a Vale realizar atualmente pesquisa em reserva de bauxita em Gana, bem como estar em conversações com o governo ganense sobre a Valco (empresa estatal ganense produtora de alumina).

7. Nessas circunstâncias, em razão do provável investimento da Vale em Gana, a delegação ganense pode ter deixado o encontro com expectativa exagerada sobre o possível patrocínio da mineradora brasileira. Em conversa sem a presença das autoridades ganenses os funcionários da Vale apontaram os seguintes fatores que pesariam na decisão da Vale: (i) considerações sobre a imagem da empresa, que mudou recentemente de nome; (ii) viabilidade do apoio em prazo tão curto, tendo em vista o evidente despreparo do Governo ganense; (iii) interesse manifesto do Governo brasileiro de que a empresa apóie a iniciativa. Adicionalmente, opinaram que seria mais fácil o engajamento da Vale em iniciativa que incluísse consórcio de empresas brasileiras, sugerindo que tal consórcio fosse liderado pela APEX que possui comprovada capacidade em eventos dessa natureza.

8. Em suma, os contatos preliminares com as três referidas empresas poderão resultar em alguma forma de apoio à realização da UNCTAD XII. A Vale de forma mais direta, mas igualmente a Petrobrás, indicaram que a decisão de atender ao pleito ganense dependeria de sinalização do Governo brasileiro. Segundo James Aggrey-Orleans, o governo ganense

De: DELBRASGEN Recebido em: 11/12/2007 17:43:32 N.°: 02731
CARAT=Reservado

estaria encaminhando pedido de apoio, para outros itens, aos governos da China, da Irlanda e da Suíça.

CLODOALDO HUGUENEY, Embaixador

PLD

De: SÉRIE DOHA Recebido em: 16/09/2007 04:51:43 N.°: 00254
CARAT=Reservado

De Brasemb Doha para Exteriores em 16/09/2007 (VBAF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGFIN/DOM II
DESCR=XPRO-ENER-CATA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 220
CATEG=MG

//
Brasil-Catar. Promoção de
investimentos. Cooperação em
energia e gás. Qatari Diar.
//

Nr. 00254

REPETIÇÃO DO TEL 220 PARA INCLUIR DISTRIBUIÇÃO À CGFIN

Informo e rogo providências. Em novo contato com a Sra. Greta Robles, fui informado de que o Diretor Executivo (CEO) da Qatari Diar, Sr. Nasser Al-Ansari, que se encontra em férias fora do país até o início de setembro próximo, ainda não pode definir datas para sua viagem ao Caribe e América do Sul, a realizar-se em princípio em outubro ou novembro próximos. O itinerário do CEO estaria ainda na dependência da possível ida à região do Primeiro Ministro e MNE Xeque Hamad Bin Jassim Bin Jabor Al-Thani, em visitas bilaterais e para participar da próxima reunião de Chanceleres da ASPA em Buenos Aires. Caso se confirme a viagem do PM, o Sr. Al-Ansari se incorporaria à comitiva daquela alta autoridade (que acumula cargos de direção corporativa como os de Chairman da Qatar Investment Authority e da própria Qatari Diar).

2. Confirmou-me a Sra. Robles o interesse do Sr. Al-Ansari em incluir o Brasil em seu itinerário, desde que se identifiquem interlocutores brasileiros no âmbito governamental (áreas federal e/ou estadual) e no setor

privado, bem como se proponha um programa tentativo de encontros e deslocamentos às regiões e localidades de maior potencialidade para o desenvolvimento de projetos de interesse para a Qatari Diar e entidades/empresas brasileiras.

3. Lembro a propósito que, ciente do papel catalisador que as iniciativas da Qatari Diar poderão desempenhar para o desenvolvimento de programa de cooperação bilateral em energia e gás, o Dr. Sérgio Gabrielli prontificou-se, quando de sua estada em Doha em junho último, a patrocinar esses contatos junto a grupos brasileiros como a Odebrecht, com maior tradição de cooperação com a Petrobrás e possível interesse direto em participar de projetos nas áreas de atuação da Qatari Diar.

4. Por fax desta data, encaminho cópia de documento que contém informações gerais sobre a Qatari Diar e resumo dos principais projetos da referida empresa em diversos países e localidades.

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador

VBAF

Para: CONSBRAS FRANKFURT Expedido em: 20/08/2004 12:15:00 N.°: 00200
CARAT=Reservado

Da SERE para
Consbras Frankfurt
Em 20/08/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAC/DIM/DPP
DESCR=CASC-EUA
CATEG=MG

//
Assuntos Consulares.
Brasil-Estados Unidos.
Relatório de Gestão.
Consulado-Geral em Miami.
Embaixador Lucio Amorim.
//

Nr. 00200

Muito agradeceria o obséquio dos comentários de Vossa Excelência sobre as observações e sugestões constantes do Relatório de Gestão do Embaixador Lucio Amorim à frente do Consulado-Geral em Miami, objeto dos telegramas 456, 457 e 458 de Brasemb Pretória, que retransmito a seguir:

I-Telegrama 456:

"Fui Cônsul-Geral em Miami de setembro de 2000 a julho de 2004. Relato, nesta comunicação, menos as realizações de minha gestão - fruto da indeclinável obrigação funcional de bem servir - do que observações e sugestões decorrentes de minha segunda experiência como chefe de repartição consular na América do Norte.
A rede consular nos Estados Unidos evoluiu, nos últimos 50 anos, de forma inversa a da comunidade brasileira. Enquanto esta expandiu-se, aquela encolheu. O Brasil já teve Consulados em cidades como Portland,Baltimore, Dalas e Filadelfia. Nos últimos 10 anos foram fechados os Consulados em

Atlanta, Porto Rico e Nova Orleans e aberto o Consulado-Geral em Boston.
Ao encolhimento da rede correspondeu o alargamento e pulverização da comunidade brasileira neste país. Embora não existam estatísticas confiáveis do número de brasileiros por Estado, pode-se afirmar, sem erro, que os brasileiros espalham-se, hoje, por praticamente todo o território norte-americano. Cidades como Orlando ou Atlanta, para referir-me apenas à jurisdição do CG Miami, contam com colônias de mais de 40.000 brasileiros.
O Consulado-Geral em Miami tem jurisdição sobre 7 Estados norte-americanos, mais Porto Rico e Bahamas. Nos últimos quatro anos, em matéria de promoção comercial, o CG Miami atuou segundo as prioridades e os recursos financeiros atribuídos pelo órgão central do sistema. O SECOM cobriu praticamente todas as feiras e mostras de alguma importância realizadas em Miami, num total de 42. Os Relatórios enviados à Secretaria de Estado procuraram informar sobre a participação de expositores brasileiros, sobre os principais países representados e sobre as tendências do mercado. Por falta de recursos deixaram de ser cobertas feiras fora da sede do posto, com exceção da COVERINGS (pedras, granitos, mármores e revestimentos cerâmicos).

Como corresponde, o SECOM, desde agosto de 2000:
a)elaborou 15 estudos de mercado;
b)respondeu a 6.663 consultas por escrito;
c)preparou 226 informações sobre produtos;
d)respondeu a cerca de 26.350 chamadas telefônicas;e
e)atendeu a 20 missões de empresários brasileiros à Flórida.

A Florida constitui importante plataforma para os interesses brasileiros no Sudeste dos Estados Unidos, América Central e Caribe. A corrente de comércio Brasil/Flórida supera dez bilhões de dólares. Apesar de uma relativa falta de complementaridade - Florida e Brasil concorrem na produção de suco de laranja e de açúcar, por exemplo -o Brasil situa-se, desde 1995, como o principal parceiro comercial da Florida.
Cerca de um terço de todas as empresas brasileiras com subsidiárias ou filiais nos Estados Unidos mantem escritórios ou unidades de produção neste Estado. Empresas brasileiras usinam aço na Florida

(Ameristeel, do Grupo Gerdau), esmagam laranjas (Cutrale e Citrosuco), constroem aeroportos, hotéis e outras grandes obras de construção civil (Odebrecht) e, provavelmente dentro um ou dois anos, estarão montando aviões (Embraer) neste Estado.

Apesar da expressiva corrente de comércio e da robusta presença empresarial de origem brasileira, e a despeito de o Governador da Florida ser irmão do Presidente dos Estados Unidos, nesses quase quatro anos em que servi como Cônsul-Geral em Miami, apenas Vossa Excelência e os Ministros Furlan e Rodrigues (durante a reunião ministerial da ALCA) e a Ministra Dilma Roussef (por ocasião de um seminário sobre energia) estiveram em Miami, a serviço. Nenhum contato de alto nível, envolvendo autoridade brasileira, ocorreu na capital do Estado nos últimos quatro anos.

Nesse período, praticamente não houve mês em que não se realizasse a visita a Tallahassee e/ou a Miami de algum Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro de países como Espanha, França, Alemanha, Japão, Chile, Argentina, para só citar os principais As visitas de autoridades brasileiras limitam-se, em geral, a Washington e Nova York.

A difusão da cultura brasileira na Florida ganhou, nesses últimos quatro anos, impulso extraordinário graças ao trabalho de agentes e empreendedores privados. Praticamente todas as semanas aconteceram apresentações de artistas brasileiros, sobretudo os ligados à música popular. A parceria entre o Consulado-Geral do Brasil e o Broward Center for the Perfoming Arts, em Fort Lauderdale, tem propiciado a realização de uma "Brazilian Night", com a apresentação de conhecidos artistas brasileiros (João Bosco, Gal Costa, Rita Lee,Djavan, entre outros).

Nas artes plásticas, observa-se o trabalho de divulgação de três galerias de propriedade de brasileiros junto ao público norte-americano e hispano. Outras galerias brasileiras, sobretudo de São Paulo, têm participado das duas maiores feiras de artes plásticas da Florida - a ARTMiami e a Art BASEL.

Na área cinematográfica, a realização anual do

Festival do Cinema Brasileiro de Miami, já em sua 8a edição, projeta o cinema brasileiro junto a novas platéias e promove um encontro da comunidade brasileira com as dezenas de artistas, produtores e diretores que acorrem às sessões, sempre com grande afluência de público. Filmes brasileiros também têm sido apresentados, a cada ano em maior número, no Festival Internacional do Filme de Miami.

Graças ao patrocínio de empresas como a EMBRAER e a Odebrecht, músicos e compositores clássicos brasileiros têm presença garantida no Festival da Escola de Música da Universidade de Miami, maior evento de música clássica do Sul da Flórida. O Consulado-Geral em Miami apoiou, incentivou e prestigiou a realização desses eventos. Não teve condições de emprestar qualquer patrocínio financeiro.

Valioso parceiro na área cultural tem sido o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos da Flórida, entidade sem fins lucrativos, formada por voluntários com a missão de fomentar a divulgação da cultura brasileira. Desde que assumi a chefia desta repartição não foi repassada ao Centro qualquer contribuição ou doação financeira. No entanto, nunca essa entidade foi tão ativa e inovadora em seu leque de atividades.

Com o Centro Cultural, que mantém uma biblioteca de livros brasileiros em sala cedida pelo Consulado-Geral, foi possível organizar, entre muitas manifestações culturais, os seguintes projetos :
(a) realização, na enorme Biblioteca Pública de Broward, em Fort Lauderdale, do "Brazil Live at the Library", um mês de eventos e atividades (recepção, cursos de culinária e de língua brasileira, exposição de livros e de quadros de artistas brasileiros, realização de Consulado itinerante, projeção de filmes, concertos, etc.);

(b) introdução, após um trabalho de quase três anos junto às mais altas autoridades da "Miami Dade School Board", do português no currículo de uma escola-modelo da rede pública do Condado. As aulas são dadas em inglês (60%) e em português (40%). O que torna único o programa de ensino bilingue inglês-português em relação a outros programas já

existentes - alemão, francês, italiano e espanhol - é ser inteiramente custeado pelo "Miami School Board", sem qualquer aporte financeiro do Governo brasileiro. Os demais programas contam com professores e material didático custeados pelos respectivos governos;

(c) montagem de três salas de exposição sobre o Brasil no recém inaugurado Museu da Criança de Miami. A exposição, que consiste em duas salas sobre o Rio de Janeiro e uma sala com a reprodução de uma maloca caiapó, permanecerá montada por 5 anos.

Nenhuma dessas manifestações culturais contou com qualquer recurso financeiro do Governo brasileiro. A pequena ajuda destinada à montagem de um "market place" durante o Festival do Cinema Brasileiro não foi autorizada na edição deste ano.

Preocupei-me, particularmente, durante minha gestão, com a administração do posto. Não hesito em afirmar que o Consulado-Geral em Miami constitui, hoje, modelo de contabilidade rigorosa, zelosa e eficiente. As prestações de contas foram sempre apresentadas dentro dos prazos regulamentares (quando não antes). A situação patrimonial encontra-se finalmente sanada, graças ao auxílio dos setores competentes dessa Secretaria de Estado.

O CG Miami funcionou, nos últimos 14 anos, em excelente prédio, localizado em área nobre da cidade, de frente para o mar. O espaço tornou-se, no entanto, pequeno. A sala de público já não comportava as centenas de pessoas que acorrem diariamente ao Consulado. A decisão de mudar para nova sede no centro da cidade deveu-se a várias considerações, entre as quais:

a)aumento de 50% da área ocupada;
b)aluguel menor do que o pago no antigo endereço;
c)facilidade de acesso, sobretudo pelos numerosos brasileiros que não possuem automóvel (a atual sede encontra-se situada em frente a grande estação de metrô);
d)proximidade de bancos, comércio,repartições públicas e consulares (a antiga sede situava-se em bairro residencial, afastado do centro da cidade).

O movimento consular vem crescendo ano após ano, como pode ser comprovado pela evolução de alguns indicadores nos últimos 5 anos (de 1999 a 2003):
a)renda consular:de U$1,645,075,00 p/ U$3,871,190.00;
b) passaportes e ARBs : de 3.626 para 12.212
c)vistos: de 16.864 para 29.109
d) atos notariais : de 16.894 para 23.797

O ano de 2.004 tem apresentado movimento ainda mais intenso. A renda consular do último mês de minha gestão elevou-se a U$427,235.00, indicando um crescimento da ordem de 20% em relação ao mês de junho do ano passado. O mérito pelo intenso e profícuo trabalho realizado nesses quase quatro anos deve-se ao excelente corpo de servidores com que conta o CG Miami. Tive a grande satisfação de trabalhar com Diplomatas,servidores administrativos e Auxiliares Locais de primeira linha.
Lucio Amorim, Embaixador"

II-TEL 457:

"O Serviço Consular Brasileiro tem tradição. O 1o Regimento Consular data de 1834. Com pequenas adaptações, poderia ser aplicado nos dias de hoje.
Desde a designação do primeiro Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, em 1821, a atividade consular permanece fundamentalmente a mesma. Emitem- se passaportes, registram-se nascimentos, casamentos e óbitos, lavram-se procurações, legalizam-se documentos praticamente da mesma forma como há 150 anos. Utilizam-se, para tanto, as mesmas estampilhas consulares criadas em 1890.
É penoso constatar que, desde então, praticamente a única agregação de tecnologia aos processos burocráticos consulares consistiu na substituição da máquina de escrever pelo computador. Na maioria dos postos, no entanto, o computador funciona apenas como máquina de escrever com memória, sem programas específicos que permitam cruzamento ou recuperação de informações.
Infelizmente a função consular vem perdendo importância. A própria Constituição Federal vigente, com a Emenda de 1993, retirou qualquer menção ao registro em repartição consular no exterior como requisito para aquisição de nacionalidade brasileira dos filhos de brasileiros

nascidos no exterior. No passado, existiu um corpo consular separado do diplomático, com quadro próprio. A rede consular no exterior chegou a ser o dobro da atual.

A vasta rede consular brasileira, no passado, fiscalizava o comércio exterior e operava na atração e seleção de imigrantes. Os novos tempos exigem a inversão de vultosos recursos materiais e humanos para reconverter essa rede para atender, com eficiência e eficácia, às comunidades brasileiras expatriadas e atuar na promoção das exportações brasileiras.

O encolhimento da rede deu-se no sentido inverso da evolução do fenômeno migratório brasileiro. O Brasil deixou de ser país de atração de imigrantes para converter-se em país "expulsor". Um número crescente de brasileiros migra para o exterior em busca de melhores oportunidades de trabalho. A maioria pensa em retornar. Muitos, porém, deitarão raízes fora do país.

Os Estados Unidos e o Japão reúnem o maior número de brasileiros emigrados (sem considerar o Paraguai, país fronteiriço cuja presença de brasileiros tem características particularíssimas). No entanto, nesses dois países ocorre uma "perversa coincidência": justamente onde maiores são as comunidades brasileiras, os Consulados estão também atarefados com a concessão de vistos a cidadãos locais. Na Europa, onde o número de brasileiros é menor, as repartições consulares brasileiras não concedem vistos de turista ou de negócios aos locais.

Outra constatação importante para bem compreender a atividade consular nos Estados Unidos é a de que a enorme maioria dos nacionais residentes neste país não tem qualquer problema, nem necessitam de "assistência consular". Os brasileiros acorrem às repartições consulares por necessitarem, compulsoriamente, fazer trâmites "oficiais", tais como renovação de documentos de viagem, procurações públicas, registros e legalizações de documentos. Essa grande massa de brasileiros demanda, apenas, serviços rápidos, eficientes e corteses.

O Consulado-Geral em Miami atende a uma população comparável à da cidade de Florianópolis, espalhada por um território de área equivalente à da Região Sul brasileira. Imaginemos, nesse cenário de transposição, que essa população tivesse que acorrer a uma única repartição, na hipotética

Florianópolis, para realizar trâmites que, no Brasil, espalham-se pelas seguintes agências governamentais:
a)Polícia Federal: emissão de passaporte;
b)Receita Federal: regularização de CPF e emissão de carta de residência para fins de alfândega;
c)Ministério da Defesa: alistamento militar;
d)Justiça Eleitoral: cadastramento de eleitores e realização de eleições presidenciais;
e)Cartórios de registro de pessoas físicas: lavratura de procurações,testamentos e reconhecimento de assinaturas;
f)APEX: promoção do comércio exterior e acompanhamento de feiras e exposições;e
g)Ministério da Cultura: apoio a manifestações artísticas e culturais brasileiras.

Caberia, ainda, a essa repartição cuidar dos brasileiros presos, prestar assistência aos enfermos e desvalidos, além de funcionar como serviço de imigração para os estrangeiros que desejam viajar ao Brasil.
O CG Miami dispõe de uma lotação adequada ao movimento. O problema reside na alta rotatividade, na falta de treinamento e na ausência de sistemas informatizados próprios às várias atividades do posto. Nos quatro anos de minha gestão entraram na lotação do posto ou dela saíram 12 Diplomatas, 22 servidores administrativos e 8 Auxiliares Locais !
Farei, a seguir, breves comentários sobre aspectos específicos de algumas rotinas consulares, com indicação de possíveis cursos de ação:

I-Documentos de viagem:
I.1.passaporte(falsificação):a reconhecida fragilidade do passaporte brasileiro é uma das principais razões dos crescentes constrangimentos sofridos por nacionais em aeroportos norte-americanos. Na jurisdição do Consulado-Geral em Miami observam-se, com embaraçosa frequencia, três situações: (1) substituição de fotografia e/ou alteração de dados pessoais; (2) solicitação de novo passaporte por ter o original ficado retido com os "coiotes" na passagem da fronteira com o México; e (3) passaporte documentalmente autêntico, mas identidade forjada.
A primeira - e mais comum - dessas situações tem sido facilmente percebida e coibida pelas

autoridades estadunidenses após a introdução da tomada de fotografia e de impressão digital no momento de solicitação do visto de entrada e na chegada a território norte-americano.
Infelizmente aquelas autoridades não fazem chegar ao Consulado do Brasil o original do documento adulterado. Sem a prova do crime, dificilmente seus responsáveis podem ser processados e punidos em território brasileiro.
A retenção dos passaportes de grande número de brasileiros que cruzam a fronteira pelo México faz crer que os "coiotes" mexicanos abasteçam o mercado negro com centenas de passaportes brasileiros, facilmente adulteráveis.
Finalmente, o que mais deve preocupar as autoridades brasileiras são os casos de passaportes materialmenteautênticos, mas com dados falsos. Ouvi do General James T. Hill, Chefe do Comando Sul norte-americano, que em alguns países sul-americanos (teve o cuidado de não citar nomes) era possível forjar uma identidade e tirar todos os documentos a ela referentes em apenas 15 minutos. Segundo o militar americano, tal fato constituía motivo de preocupação para a segurança dos Estados Unidos. Não excluo que, em caso de novo atentado nos Estados Unidos perpetrado por estrangeiros, medidas adicionais na área de segurança impedirão a entrada no país de portadores de documento de viagem como o atual passaporte brasileiro.
Sugestão: apoiar, de forma enfática, com argumentos de ordem política, os esforços do Ministério da Justiça e da Polícia Federal no sentido de promover a substituição do passaporte brasileiro por modelo que obedeça às recomendações da OACI.

1.2.passaporte (validade): a atual validade dos passaportes brasileiros foi fixada em 5 anos para permitir à Polícia Federal aumentar a arrecadação de taxas que engrossam o Fundo Nacional de Polícia (FUNAPOL).
Sugestão:advogar a extensão, para 10 anos, do prazo de validade dos novos passaportes brasileiros.

1.3.passaporte(emissão): a emissão de passaportes por via postal acarreta algum risco de segurança. No entanto, a reduzida presença consular brasileira em país das dimensões dos Estados Uunidos obriga postos com extensa jurisdição, como é o caso do

CG Miami, a emitir passaportes pelo correio.
A segurança é ainda menor tendo em vista a inexistência de um cadastro central. Essa carência faz com que um cidadão brasileiro possa percorrer as sete repartições consulares nos Estados Unidos e tirar um passaporte diferente em cada uma delas.
Por outro lado a emissão de passaportes por via postal é mais trabalhosa, porquanto os solicitantes frequentemente enviam documentação incompleta.
Sugestão: centralizar a emissão de passaportes por via postal e o cadastro de passaportes emitidos em uma determinada repartição consular - que seria, obviamente, dotada das condições materiais e dos recursos humanos necessários. Essa providência faria aumentar a eficiência e a segurança na confecção dos passaportes. Os demais postos somente emitiriam passaporte em favor de cidadão brasileiro que comparecesse à repartição munido da documentação exigida.

I.4. Autorização de Retorno ao Brasil (ARB) : nos termos do Regulamento de Documentos de Viagem (Decreto nr.1985/96) a ARB deve ser emitida em casos de apresentação de documentação incompleta que não permita a expedição de um passaporte.
Na prática, no entanto, a emissão de centenas de ARBs ocorre em favor de brasileiros que acorrem ao Consulado aflitos por terem verificado, apenas no dia da viagem, que seus passaportes encontram-se expirados.
Sugestão: emendar o Regulamento para permitir que a ARB possa ser emitida, a critério da autoridade consular, em qualquer situação.

II-Matrícula consular: trata-se de instituto muito antigo, tanto nos regulamentos consulares brasileiros, quanto nos de outros países. No caso brasileiro, no entanto, caiu em desuso por desconfiança e por inutilidade. A desconfiança, durante o regime militar, teve fundadas razões. Atualmente, sobretudo nos Estados Unidos, deve-se à ignorância do emigrante indocumentado que associa a autoridade consular brasileira à autoridade migratória norte-americana.
Os brasileiros em situação migratória regular, por sua vez, não percebem qualquer vantagem em proceder à matrícula junto ao Consulado.
Sugestão:lançar uma campanha, em todo o território norte-americano, para relançar a matrícula

consular. Além da possível emissão de carteira de matrícula consular (documento de eventual interesse apenas para os brasileiros indocumentados), poder-se-ia estudar algum tipo de "incentivo". Por exemplo : uma pequena diferença de 10% no pagamento de emolumentos consulares por parte de brasileiros matriculados, em relação aos não-matriculados. Outro incentivo, caso não se deseje alterar a tabela de emolumentos, seria a reprodução, no momento da matrícula, de todos os documentos do brasileiro (certidão de nascimento, título de eleitor, ccertificado militar, certidão de casamento, entre outros). Quando esse cidadão matriculado retornasse ao Consulado para qualquer trâmite, não necessitaria exibir novamente os seus documentos.

III-Vistos para estrangeiros: a Lei de Estrangeiros foi editada durante o regime militar, em época em que o Brasil, não-democrático,ainda estava relativamente fechado ao mundo. Há projetos em trâmite no Congresso com o objetivo de modernizar o trato das questões migratórias e adequá-las às novas realidades do país e do mundo. Tratarei, a seguir, apenas de alguns aspectos tópicos relacionados com a concessão de vistos pela rede consular.

III.1.Vistos (exigência): a concessão de vistos de turista e de negócios para cidadãos norte-americanos e japoneses, entre outros, prende-se, exclusivamente ao princípio da reciprocidade. Constitui fator de certa inibição ao turismo e aos negócios. Não atende, a meu juízo, ao melhor interesse nacional, embora constitua medida de grande aceitação popular e de especial atenção da mídia. Os Consulados brasileiros nos Estados Unidos e no Japão, que deveriam concentrar todos os seus recursos materiais e humanos no atendimento à numerosa comunidade brasileira, perdem tempo estampando, mecânicamente, vistos em passaportes de americanos e japoneses. Não há, de parte da rede consular brasileira, instrumentos de controle sobre a idoneidade dos pretendentes a visto. No CG Miami, por exemplo, onde cerca de 30.000 vistos são concedidos anualmente, inexistem condições para se proceder à checagem prévia do nome de cada pretendente na Lista de Controle Consular (LCC), desatualizada há muitos anos. O controle da LCC pela Internet é simplesmente inviável num

posto de grande movimento.
Sugestão: apresentar projeto de lei no sentido de liberar, unilateralmente, a concessão de vistos para cidadãos norte-americanos, japoneses, canadenses e australianos. Outra forma de liberar as repartições consulares desse encargo, sem abrir mão da necessidade de um "visto" ou da cobrança de emolumentos, consistiria na concessão do visto no momento de entrada no território nacional (a exemplo do que faz o Chile em relação a cidadãos norte-americanos). Essa última modalidade transferiria a renda consular do Itaramaraty para a Polícia Federal.

III.2.Vistos (prazo de utilização): a legislação brasileira prevê que o visto de entrada deixa de ter validade se o estrangeiro não entrar no Brasil no prazo de 90 dias a partir de sua emissão.Essa restrição, que não parece ditada por qualquer razão funcional ou de segurança pública, é causa de frequentes malentendidos e de inconvenientes para os estrangeiros que viajam ao Brasil a turismo ou a negócios.
Sugestão: emenda à legislação para suprimir a restrição.

III.3. Vistos(taxas de processamento): cobra-se U$ 10 por visto não solicitado pessoalmente pelo viajante no balcão consular. Essa taxa foi estipulada pelo DCJ, creio que em 1993, para fazer "caixa" na renda consular, tendo em vista a gratuidade do visto de turista. Posteriormente, os norte-americanos criaram taxa de processamento cujo valor subiu vertiginosamente em poucos anos.
A despeito dos claros avisos nas home-pages dos Consulados, muitos solicitantes confundem esses dez dólares com a taxa de processamento ou com as despesas de correio de retorno do passaporte.
Sugestão: dispensar a taxa ou então, para não perder receita, incorporá-la à taxa de processamento de U$ 100,00.

III.4.Vistos (critérios): a autoridade consular brasileira nos Estados Unidos que pretender aplicar rigorosamente a legislação em matéria de vistos corre risco de desestimular os investimentos estrangeiros no Brasil ou entorpecer a modernização do setor produtivo brasileiro, na mão contrária dos esforços do Governo. Grande parte

das viagens de estrangeiros ao Brasil a título de "negócios" tem por objetivo a prestação de pequenos serviços "intra companhia" ou de assistência técnica. A lei brasileira - e sobretudo as interpretações que dela faz o Conselho Nacional de Imigração - não estabelece distinção para o fato do estrangeiro manter vínculo empregatício com empresa estrangeira ou ser remunerado por fonte fora do Brasil. Qualquer trabalho, independentemente de sua duração ou da localização da fonte de pagamento, está sujeito a autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego. O visto correspondente depende, pois, de autorização da Secretaria de Estado.
Ouso dizer que milhares de estrangeiros têm viajado ao Brasil para executar trabalhos de curta duração nas áreas de treinamento, de informática, de auditoria, de consultoria, entre tantas outras, com vistos de negócios.
Sugestão: promover, juntamente com as áreas técnicas do Governo, uma discussão para estabelecer um equilíbrio mais realista entre a saudável e necessária política de proteção do mercado de trabalho nacional e as exigências de uma economia emergente num mundo globalizado.

III.5. Vistos (etiquetas) : as repartições consulares emitem vistos por meio de etiquetas adesivas, máquinas estampadoras ou carimbos de borracha. Tal diversidade dificulta o trabalho da Polícia Federal de reconhecimento da autenticidade dos vistos emitidos.
Sugestão: abrir licitação para a confecção de novas etiquetas de vistos, incorporando características de segurança inexistentes nas atuais etiquetas. Postos emissores de grandes volumes de vistos receberiam etiquetas em branco, em folhas tipo A-4, preenchíveis de forma informatizada e impressas em impressoras rápidas.
Lucio Amorim, Embaixador"

III-TEL 458:

"IV-Emolumentos: a Tabela de Emolumentos Consulares não é atualizada há mais de dez anos. Alguns valores ficaram defasados. Dependendo da taxa de câmbio, um passaporte emitido no exterior custa menos do que um passaporte emitido no Brasil. Apenas para exemplificar a vetustez da Tabela

vigente, a Docenave, atualmente uma companhia privada, goza de desconto de 50% no pagamento de emolumentos consulares.
Sugestão : rever a tabela, simplificando-a e reajustando certos emolumentos.

V-Estampilhas consulares: introduzidas no Serviço Consular brasileiro em 1890, as estampilhas consulares significam, em certa medida, atitude de desconfiança do Poder Público em relação aos seus servidores. Ao receber uma determinada quantidade de estampilhas consulares, e antes mesmo de utilizá-las, o Chefe do Posto assina um recibo pelo qual passa a ser responsável pela importância correspondente. Embora expresso em uma moeda não criada por lei - o "real-ouro" -, o selo consular vale dinheiro.
É preocupante, pois, que repartições consulares de grande porte, como é o caso do CG Miami, mantenham sob sua guarda, em condições relativamente precárias de segurança, estoque de estampilhas consulares em valores superiores a U$1.500.000,00. No sistema bancário, importâncias dessa ordem são recolhidas a agências centrais, dotadas de casa-forte, circuitos internos de televisão, alarmes e guarda armada.
Após mais de 120 anos de uso, as estampilhas consulares podem ainda ser consideradas sistema de controle razoavelmente prático para postos com reduzido movimento de atos consulares, uma vez que: (a) não incorporam tecnologia, o que permite seu uso em postos de difíceis condições, sem necessidade de manutenção; (b) permitem uma rápida visualização do valor do emolumento pago; (c) inibem, por suas características, tentativas de falsificação grosseira; e (d) podem ser facilmente remetidas a todos os postos por mala diplomática.
A utilização de estampilhas consulares em postos de grande movimento constitui, no entanto, método antiquado e estorvo ao bom andamento do serviço. O Consulado-Geral em Miami utiliza mais de 200.000 estampilhas por ano. O manuseio desses pequenos selos (de 2 por 2,5 centímetros) torna a confecção de vistos e atos notariais tarefa artesanal. Os selos são responsáveis pela morosidade de todo o processo.
O eventual extravio de um selo, que ocorre em razão de suas reduzidas dimensões, obriga ao ressarcimento de seu valor por parte do servidor ou de seu superior hierárquico. Selos podem ser

reaproveitados, o que reduz o grau de segurança do sistema. Algumas centenas de homens/hora, ano são empregados no controle, contagem física e aposição das estampilhas. Além de desviar preciosos recursos humanos para tarefas meramente repetitivas e não diretamente voltadas para o atendimento ao cidadão, a utilização de estampilhas consulares implica um custo que estimo, apenas no CG Miami, ser superior a U$100.000,00 por ano (calculado pelo valor da remuneração dos homens/horas que as manuseiam).
Do ponto de vista financeiro-contábil, a atividade consular assemelha-se, em escala reduzida, a de uma agência bancária. A repartição consular recebe pagamentos e autentica os atos que pratica como prova de que os emolumentos foram devidamente recolhidos. Dessa atividade guarda registros, com a totalização diária e mensal das importâncias recebidas.
Sugestão: desenvolvimento de software, inspirado no utilizado pela rede bancária, para autenticar os atos consulares e manter completo e seguro registro de todos os emolumentos recebidos pela repartição. Em Miami, um tal sistema poderia ser desenvolvido, por exemplo, pela firma DATAPRO, responsável pelo desenvolvimento de sistemas bancários para o Banco do Brasil, UNIBANCO e para outros bancos norte-americanos. O custo do desenvolvimento de tal sistema (não considerada sua replicação por outros postos) seria da ordem de U$ 50.000,00, conforme proposta que submeti à SERE no ano de 2001.

VI-Rede consular: como mencionado anteriormente, as comunidades brasileiras nos Estados Unidos cresceram acentuadamente, ao passo que a rede consular brasileira contraiu-se.

VI.1. Consulados Honorários: reduzidos em número e em capacidade de atuação, os Cônsules Honorários brasileiros nos Estados Unidos servem, em geral, para dar apoio ao Embaixador ou ao Cônsul-Geral em suas visitas à cidade de residência. Ocasionalmente, desde que acionados com empenho, ajudam a resolver casos muito pontuais de assistência a brasileiros.

VI.2.Novas formas de representação consular: a Convenção de Viena sobre Relações Consulares prevê um tipo de repartição consular - a Agência Consular - não existente no Serviço Consular

brasileiro. A Agência Consular depende de um Consulado-Geral ou Consulado simples e, em geral, somente atende aos nacionais do país.
Os Estados Unidos, por exemplo, fecharam diversos Consulados no Brasil e, em seu lugar, abriram agências consulares (em Porto Alegre, em Belém, em Salvador,etc...).
Sugestão: abrir agências consulares em cidades com maiores concentrações de brasileiros (Orlando, por exemplo). Esses escritórios, lotados por um Agente Consular (3o Secretário ou Oficial de Chancelaria) e por um Auxiliar Local, subordinados a um Consulado-Geral, receberiam as solicitações de serviço, confeririam a documentação e as enviariam, por malote diário, à repartição da qual dependem. Dias depois receberiam o ato pronto,e limitar-se-iam a conferir a assinatura do interessado e a entregar o documento. Excepcionalmente, em casos de comprovada emergência, poderiam emitir algum documento, utilizando, para tanto, o pequeno estoque de estampilhas que guardariam em cofre do escritório. Esses Agentes Consulares estariam a postos para prestar assistência a brasileiros em casos de acidentes ou prisão.

VII-Padronização de informações e procedimentos : o Manual de Normas Consulares e Jurídicas deveria garantir a padronização dos procedimentos. Ocorre que os servidores desconhecem as normas e fazem prevalecer, por inércia, os usos e costumes da repartição, geralmente adquiridos por tradição oral. As 7 repartições consulares e o setor consular da Embaixada em Washington aplicam, de forma diferente, determinados dispositivos do Manual de Serviço. Este, por sua vez, nem sempre obedece à legislação em vigor. Para dar apenas um exemplo : o Regulamento de Documentos de Viagem (Decreto nr. 1.953/96) dispõe, expressamente, que o brasileiro deve exibir vários documentos, no original, para tirar um passaporte. Apesar da ênfase do legislador quanto a exigência de apresentação de documentos originais, tanto o Manual de Serviço, quanto alguns postos nos Estados Unidos, admitem a apresentação de cópias autenticadas desses documentos.
Estou convencido de que somente a introdução de um sistema consular baseado em processos informatizados, que atuem como verdadeiras "camisas de força", permitirá a padronização e a

uniformização das práticas consulares brasileiras. Infelizmente foi baldada a tentativa feita, a partir de 1997, de desenvolver tal ferramenta de trabalho mediante a contratação de firma consultora. O Sistema Integrado de Acompanhamento Consular (SIAC) desenvolvido pela firma Trevisan não superou a fase de implantação experimental. A consultora revelou-se despreparada e incompetente, faltou engajamento interno da área de informática do Itamaraty e o próprio cliente - a área consular - não soube manifestar exatamente o que desejava em termos de sistema informatizado. Sugestão: relançar, em novas bases, o projeto de elaboração de um SIAC, a partir da experiência adquirida e do sistema desenvolvido pela Trevisan. A nova ferramenta deveria ser desenhada por servidores com real e consolidado conhecimento das práticas consulares e por técnicos do setor de informática do Ministério.

VIII-Atendimento telefônico: o CG Miami não constitui exceção ao prestar um atendimento telefônico deficiente e insatisfatório. A repartição recebe uma média diária de 700 chamadas, sem contar as que entram diretamente nos ramais dos diversos setores. A única telefonista do posto consegue atender, quando muito, de 300 a 350 chamadas diárias. Chamadas não atendidas, após um certo número de toques, são automaticamente redirecionadas para um sistema de informações gravadas. De cerca de 10.000 chamadas monitoradas no ano passado, 37% eram para solicitar informações sobre vistos, 19% sobre passaportes, 10% sobre legalização de documentos. As 33% restantes distribuíam-se entre os demais setores consulares, cultural e promoção comercial. Apesar de o CG Miami contar com "menu" de informações gravadas, de página na Internet com minuciosas explicações sobre os vários procedimentos consulares e com um sistema de informações por fax ("fax on demand"), as pessoas querem ser atendidas ao telefone por pessoas. Sugestão: no entendimento de que outros postos nos Estados Unidos tenham problema semelhante, sugiro a concentração das informações telefônicas sobre serviços consulares em duas linhas. Uma, do tipo 1-800, de acesso grátuito, prestaria informações, em português, sobre assuntos de interesse de brasileiros. Outra, do tipo 1-900, paga, seria

acessada, em inglês, pelos que desejassem informações sobre vistos. Creio que a receita da linha 1-900 cobriria os custos da linha 1-800.

VIII-Treinamento: os servidores do Quadro Permanente recebem algum tipo de treinamento sobre prática consular antes da remoção, enquanto os Auxiliares Locais - que constituem a força de trabalho mais numerosa nas repartições consulares - não passam por qualquer tipo de treinamento formal. Muitos Auxiliares Locais e servidores do Quadro, mesmo os diretamente envolvidos com o atendimento ao público, desconhecem as normas do Manual de Serviço Consular e limitam-se a repetir rotinas e explicações que lhes foram passadas por outros servidores. Essas nem sempre se embasam na lei ou na norma regulamentar.
Sugestão: elaborar, provavelmente com o concurso de entidade especializada em ensino à distância, programa de treinamento para servidores consulares - especialmente para os locais - que possa ser aplicado pela Internet.
Conviria incluir no programa, além de matérias atinentes à prática consular, treinamento específico em funções como telefonista, recepcionista e atendimento de balcão.

VIII-Assistência Consular: constitui o aspecto da atividade consular mais visível e, consequentemente, de maior atenção da mídia e dos meios políticos. Na área de jurisdição do CG Miami não se registrou, nos últimos quatro anos, qualquer caso de repatriação. Tal fato deve-se a que os brasileiros desvalidos, em sua totalidade imigrantes em situação irregular, são assistidos pelas igrejas ou por entidades beneficentes e deportados pelas autoridades norte-americanas.
O foco da assistência consular volta-se, nessas condições, para os brasileiros presos. Essa categoria engloba os poucos nacionais que cumprem pena por crimes cometidos e os numerosos brasileiros detidos por motivos migratórios, à espera do momento da deportação.
Aos primeiros, presta-se a assistência de praxe, que consiste na verificação de que o preso conta com advogado, privado ou defensor público, e na visitação, quando por êle solicitado.
Mais delicada e trabalhosa é a assistência prestada aos brasileiros detidos por motivos migratórios. Esses nacionais, por não serem

criminosos e por não terem consciência de haver violado legislação federal norte-americana, costumam reagir à condição de encarceramento a que são submetidos antes de seu retorno ao Brasil. Os processos de deportação demoram de 2 a 3 meses desde o momento em que o cidadão é entregue ao DHS/Imigração até sua efetiva partida do país. As autoridades do Departamento de Segurança Interna (DHS) costumam transferir os detidos entre vários estabelecimentos num mesmo Estado ou em diferentes Estados.

A margem de intervenção consular nesses casos é práticamente nula. O Consulado-Geral em Miami tem-se limitado, sempre que acionado pelo brasileiro detido ou por algum familiar, a entrar em contacto com o Oficial de Imigração responsável pelo "dossiê" daquele detido. A servidora consular que há anos se ocupa do setor de assistência já conhece, pelo menos por telefone, a maioria dos Oficiais do Krome, grande centro detenção migratória de Miami. Graças a esse conhecimento pessoal consegue-se, além de informações sobre os motivos da detenção do cidadão brasileiro, uma aceleração do processo de deportação, em determinados casos.

Periodicamente essa servidora, acompanhada pelo Diplomata encarregado do Setor Consular, realiza visita de inspeção às instalações do Krome e aos brasileiros presos.

O CG em Miami procura manter informada a família do brasileiro detido sobre os motivos da prisão e sobre os dados de seu regresso ao Brasil. Estabelece, ainda, por intermédio da central telefônica do Consulado, contatos telefônicos entre o preso e sua família no Brasil.

A assistência consular prestada por repartição com jurisdição tão vasta quanto a do CG Miami vê-se sensivelmente prejudicada pelas dificuldades de locomoção de seus servidores, particularmente dos Auxiliares Locais, impostas pela indeclinável aplicação de uma rígida legislação editada há mais de 30 anos. Casos que estariam a requerer a assistência pessoal de um agente consular deixam de ser atendidos pela morosidade no processo de solicitação do deslocamento, autorização de emissão de passagem e liberação das diárias. Quando se trata de deslocamento de Auxiliar Local, as dificuldades são ainda maiores, na medida em que as diárias são autorizadas, mas a passagem deve ser

comprada pelo próprio servidor, para posterior - e nem sempre ágil - reembolso.
Sugestão:procurar alterar a legislação para flexibilizar o custeio de viagens realizadas para dar assistência a brasileiros no exterior. Os Chefes de repartição deveriam ter a faculdade de autorizar o deslocamento de servidor para prestar assistência consular fora da sede, em caráter emergencial.
Tive orgulho em chefiar uma grande repartição consular como o Consulado-Geral em Miami e ter sob meu comando um grupo de excelentes servidores, dedicados e competentes, imbuídos de espírito público e de vontade de servir. Desejo todo sucesso ao meu amigo, o Embaixador João Almino de Souza Filho. Tenho a certeza de que, com seu reconhecido talento, capacidade e disposição, conseguirá aumentar o nível de eficiência da repartição. Lucio Amorim, Embaixador"

EXTERIORES

FMM

De: BRASEMB HANOI Recebido em: 30/01/2003 05:06:37 N.°: 00050
CARAT=Reservado

De Brasemb Hanói para Exteriores em 30/01/2003 (AOA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAOC II/DOC/DPG/DIC
DESCR=PEXT-XPRO-VIET
REF/ADIT=TEL 40, DET 10
CATEG=MG

//
Brasil-Vietnã. Relações
Políticas. Promoção comercial.
Missão empresarial. Histórico
de visitas recíprocas. Nível
da chefia da missão.
//

Nr. 00050

Nr. 00050

RESUMO=
Informo e solicito providências. Informações mais amplas para responder o desptel 10 serão obtidas depois do "Tet". Um aspecto específico mereceria, desde já, exame mais detido, aquele relativo ao nível de chefia da missão. Alternativamente, uma primeira visita brasileira de alto nível ao Vietnã poderia preceder a vinda da missão empresarial. Há expectativas políticas adicionais hoje. As consultas necessárias para responder plenamente os quesitos do desptel de referência estão sendo afetadas pelo período de preparação do Ano Novo Lunar, o "Tet". Isso não é de estranhar. As atividades profissionais, exceto as comerciais

ligadas ao evento, diminuem muito nesta época, como se sabe, e os feriados de 31 do corrente a 5 de fevereiro já começaram, na prática, e se estenderão até a segunda semana do mês. Os interlocutores naturais não são encontrados ou, se o são, lembram a atmosfera de festa e pedem para que assuntos práticos sejam retomados depois do "Tet".

2.Há um aspecto da proposta da realização de missão empresarial brasileira ao Vietnã, no entanto, que penso deva ser objeto de reflexão, e de decisões, desde já. Trata-se da questão do nível de visitas de parte à parte.

De: BRASEMB HANOI Recebido em: 30/01/2003 05:06:37 N.°: 00050
CARAT=Reservado

3.Ao partir do Posto, meu antecessor assim retomou, no telegrama 15/02, de janeiro do ano passado, este assunto recorrente: "Conforme já tive a ocasião de assinalar a Vossa Excelência em várias oportunidades, as autoridades vietnamitas se ressentem da falta de simetria nas relações bilaterais com este país. Com efeito, há que notar que, desde que se instalou esta Embaixada, realizaram-se pelo menos doze visitas de alto nível de autoridades vietnamitas ao Brasil - dentre estas, o Presidente da República - ; enquanto que nenhuma - e devo insistir: até agora nenhuma - autoridade brasileira de primeiro ou segundo escalão veio a este país."

4.Esta ênfase me pareceu ainda mais compreensível quando tive a oportunidade de entrevistar-me com o Presidente Tran Duc Luong para apresentar credenciais (tel 122/02), com o Primeiro-ministro Phan Van Khai (tel 155/02), com o Vice-Primeiro Ministro Vu Khoan (tel 259/02) e, em diversas ocasiões, com o Chanceler Nguyen Dy Nien (tel 241),com o Vice-Chanceler sênior e responsável pelas Américas, Embaixador Nguyen Dinh Bin (tel 137/02), e com o Diretor-Geral do Departamento das Américas, Embaixador Nguyen Duc Hung (tel 52/02), entre outras autoridades.

5.O Primeiro-Ministro, o Chanceler e o Vice-Chanceler já visitaram o Brasil. O primeiro em 1994, quando exercia a função de Vice-Primeiro-Ministro, o segundo em 1998, quando era Vice-Chanceler, e o último em 1995, também como Vice-Chanceler, em duas ocasiões, primeiramente em missão precursora da visita do Presidente Le Duc Anh e depois como membro da comitiva presidencial. Os três dão demonstrações de terem recolhido excelentes impressões do Brasil, mas, por isso mesmo, têm muito presente a falta de reciprocidade e a isto se referiram expressamente nas entrevistas comigo, ainda que sempre muito amavelmente. O Diretor-Geral para as Américas que me pareceu pouco impressionado com o assunto na primeira entrevista que mantive com ele, logo ao assumir o Posto (tel 52/02), mudou de retórica à medida que se familiarizava com o suas funções.

6.Tive oportunidade de dar também ênfase a este assunto por ocasião da reunião de Chefes de Postos da Ásia, em maio último, presidida pelo Ministro Celso Lafer.

7.É pertinente lembrar que a agenda internacional do Vietnã é intensa e inclui visitas freqüentes de Chefes de Estado e Governo, Chanceleres, ministros e outras altas autoridades. Para citar apenas algumas de maior destaque, vieram ao Vietnã o Presidente Bill Clinton dos Estados Unidos (novembro de 2000); os Presidentes Mitterrand e Chirac da França; Fidel

Castro, em duas ocasiões; Yasser Arafat (também em 2 ocasiões); O Presidente Vladimir Putin, da Rússia; e, particularmente significativo do ponto de vista brasileiro, o Presidente Menem, da Argentina. Isso sem falar dos Chefes de Estado e Governo dos países vizinhos, como China (Jian Zemin, em 2002), Japão (Koizumi, em 2002) e Coréias, e Membros da ASEAN, visitantes assíduos.

8.Assim, sem se falar nas centenas de visitas de ministros e vice-ministros das mais diversas áreas e de todos os quadrantes, o Vietnã recebeu, nos últimos três anos, para nos limitarmos apenas a Chefes de Estado e Governo e Chanceleres, mais de 50 visitas bilaterais oficiais. Segundo o levantamento, possivelmente imperfeito, que pude fazer nos arquivos da Embaixada, foram 14 visitas presidencias, 7 visitas de Primeiros Ministros e 31 visitas de Chanceleres (algumas destas associadas a de Chefes de estado e Governo).

9.O país também hospedou em 2001 a reunião de Chanceleres do "Foro Regional" da ASEAN, e iniciativas paralelas, à qual compareceram representantes de 22 países.

10.Ora, o Vietnã é um país de partido único. A autonomia das diferentes áreas de governo é muito relativa e o Partido (cujos chefes são também, além do Secretário-Geral, o Presidente da República, o Primeiro Ministro, o Presidente da Assembléia Nacional, Vice-Premiers, et al.) exerce controle constante e rígido sobre as relações externas (como diz o embaixador dos Estados Unidos, "these guys are control freaks", o que não é, sem dúvida, nenhum segredo). Todos os interlocutores potenciais de eventual missão empresarial brasileira serão orientados, por conseguinte, pelo Governo e pelo Partido. Se não fizermos o gesto de realizar a visita de alto nível, a missão empresarial corre o risco de não ter o realce interno que merece.

11.Ainda conforme entendia meu antecessor (Tel 15/02), "há uma diferença fundamental entre as abordagens brasileira e vietnamita". Acordos, segundo ele, são "atestados de reconhecimento" da "individualidade e importância do Vietnã". Penso que tem toda a razão e que isso se aplica também a visitas e missões.

12.É útil lembrar que a estrutura empresarial é dividida expressamente, no Vietnã, em três setores: o estatal, o privado nacional e o de financiamento estrangeiro. Este último terá menos interesse em concorrência brasileira (ainda que não se possam excluir complementariedades). Os outros dois têm suas associações empresarias ainda fortemente

De: BRASEMB HANOI Recebido em: 30/01/2003 05:06:37 N.°: 00050
CARAT=Reservado

controlada firmemente pelo Partido e pelo Governo.

13.Deve-se ter presente que a interlocutora natural e primeira de qualquer missão empresarial estrangeira é a VCCI ("Vietnam Chamber of Commerce and Industry""). Seu Presidente, o Senhor Doan Duy Thanh é ex-Vice-Premier e ex-membro do Comitê Central do Partido. Tenho frequentado reuniões. Tudo ali de mais importante, ao menos assim se diz e é também minha impressão, dependente de decisões políticas oriundas do Partido e do Governo. Isso é verdade ainda que hoje comecem a haver manifestações de "rebeldia", como as manifestações de inquietação com a crescente integração na AFTA, a zona de livre comércio da ASEAN, sobre o que tenho informado.

14.A propósito, os três centros que prestam informações comerciais confiáveis e gratuitas, a que recorre a embaixada, dependem estritamente do Estado. São eles o "FEID" ("Foreign Economic Information Division"), do Ministério dos Negócios Estrangeiros; a "Vietnam Trade Promotion Agency", do Ministério do Comercio; e setor da própria VCCI. A receptividade e boa vontade destes centros, tanto para a assistência cotidiana à Embaixada quanto para subsídios para a organização da missão, é fundamental e continuaremos a usufruir desta receptividade e desta boa vontade apenas se houver vontade política por parte do Governo vietnamita.

15.Sem a visita de alto nível anterior à missão empresarial, ou sem chefia de nível ministerial, ou ao menos Vice-Ministerial, receio que uma missão empresarial seja recebida hoje em nível menos do que adequado e tenda a desfazer-se na falta de resultados como foi o caso da missão anterior, chefiada pelo então Chefe do DPR, hoje Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza, embora integrada por excelente composição (Petrobras, Iochpe-Maxion, Magnesita, Furnas, Pagé, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Eletropaulo, entre outras).

16.Nas comunicações em resposta aos quesitos do desptel 10, mencionarei a importância do pólo representado pela cidade de Ho Chi Minh. Já adianto a importância de realizar viagem oficial àquela cidade para contatos com o Presidente do Comitê Popular (Prefeito/Governador) ou outra alta autoridade municipal e com as associações empresariais locais, o que não sugeri fazer em meu primeiro ano de Posto por que isso acarreta custos e deve estar vinculado a uma proposta concreta, como esta que agora se apresenta na forma da vinda da missão empresarial.

De: BRASEMB HANOI Recebido em: 30/01/2003 05:06:37 N.°: 00050
CARAT=Reservado

Alcides G. R. Prates, Embaixador

AGRP

De: BRASEMB GUATEMALA Recebido em: 17/05/2006 19:57:00 N.°: 00176
CARAT=Reservado

De Brasemb Guatemala para Exteriores em 15/05/2006 (JCR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DCC/DOC/ABC/CGFOME
DESCR=PEXT-BRAS-GUAT
RTM=FAOREPR,URUBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Guatemala. Visita do
Vice-Presidente da República.
Reunião ampliada com o Gabi-
nete do Presidente Interino.
Relato.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DCC/DOC/ABC/CGFOME/DDH em 17/05/2006

Nr. 00176

RESUMO=
Relato da reunião ampliada do Senhor Vice-Presidente da República com o Presidente interino da Guatemala e Ministros de seu Gabinete.

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB ROMA/FAO, BRASEMB MONTEVIDEU.

Em cumprimento ao programa de sua visita de trabalho a este país, o Senhor Vice-Presidente da República foi recebido nesta quinta-feira, no Palácio Nacional da Cultura,pelo Presidente em exercício da Guatemala, Eduardo Stein. Após o encontro privado, relatado em tel à parte, os dignitários e ambos países presidiram a reunião de trabalho ampliada, da qual participei, juntamente com o SGAS. O governo local esteve representado por diversos membros do Gabinete, entre os quais os Ministros de Estado da Economia e Energia e Minas, bem como o Secretário da Segurança Alimentar e o Comissário para Direitos Humanos.

2. O Presidente Eduardo Stein abriu a reunião com comentário sobre as dificuldades enfrentadas no Congresso, relacionadas com a aprovação do Tratado de Livre Comércio (TLC) firmado com os Estados Unidos, as quais, em sua opinião, seriam reflexo da disputa eleitoral no país. A propósito,recordou oferta feita por Vossa Excelência, na oportunidade da visita do Presidente Lula a este país, de que o Brasil estaria

disposto a negociar com a Guatemala, caso as conversações do MERCOSUL com os países da América Central não progredissem. Comentou, à guisa de exemplo, que a Guatemala já se encontra em negociações com a Colômbia, com vistas à assinatura de TLC com aquele país.

3. O Vice-Presidente brasileiro coincidiu com seu interlocutor na visão otimista em relação às oportunidades de negócios que deverão resultar da intensificação da parceria comercial entre os dois países. Nesse sentido, ressaltou a importância da missão empresarial que visitará a Guatemala, em 30 de maio e 1º de junho. O evento tem suscitado grande expectativa do lado guatemalteco, que espera receber a colaboração brasileira para o desenvolvimento da produção de álcool combustível e de biodiesel, bem como para o melhoramento genético de sementes (EMBRAPA) e para atividades de reflorestamento.

4. A delegação guatemalteca fez referência a certo "nervosismo" diante dos saldos na balança bilateral, muito favoráveis ao Brasil. Em resposta, recordei que Vossa Excelência favorece o tratamento das assimetrias nas trocas comerciais com economias menores, conforme demonstrado pela implementação do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).

5. O Vice-Presidente José Alencar procurou ressaltar as complementaridades entre as indústrias dos dois países, de que é exemplo a produção têxtil, propícia à realização de investimentos voltados à exportação para mercados tais como o norte-americano. Os representantes guatemaltecos reconheceram a qualidade da indústria têxtil brasileira, de cuja excelência têm notícia por intermédio do Centro Tecnológico da Indústria Química e Têxtil (CTIQT).

6. Em seguida, o Vice-Presidente indagou sobre o custo da energia na Guatemala. O Ministro da Energia respondeu que a principal fonte de eletricidade é o petróleo, insumo caro, do qual o país é cada vez mais dependente. Ponderou, entretanto, que o potencial local de exploração da hidreletricidade é altíssimo; recordou, nesse ponto, o interesse da Odebrecht em executar projeto de 250MW na Guatemala. Agregou que foram descobertas consideráveis reservas de petróleo, as quais poderiam mitigar a dependência nacional daquela matriz de energia. O Vice-Presidente aproveitou para recordar a possibilidade de cooperacão com a PETROBRAS, que dispõe de tecnologia de ponta no setor, internacionalmente reconhecida.

7. O Presidente Stein passou então a palavra ao Secretário

De: BRASEMB GUATEMALA Recebido em: 17/05/2006 19:57:00 N.°: 00176
CARAT=Reservado

da Segurança Alimentar, Andrés Botrán, que elogiou a "liderança indiscutível" do Brasil em políticas públicas de combate à fome e à pobreza. O Secretário teceu comentários sobre reunião regional da FAO, realizada há duas semanas, durante a qual Brasil e Guatemala lançaram o "Plano América Latina y Caribe Sin Hambre para el 2025", que obteve a adesão unânime de todos os países da Região. Botrán informou que a partir do Plano se formou comitê de países, com a participação da FAO e do BID, o qual se reunirá proximamente na Guatemala, a fim de elaborar documento a ser apresentado no ensejo da Cúpula Ibero-Americana, que terá lugar no Uruguai, nos dias 4 e 5 de novembro vindouro.

8. Outro tema abordado na reunião ampliada foi a questão dos direitos humanos. O Presidente Stein recordou que, desde 1996, quando foram concluídos os Acordos de Paz, a Guatemala vem aprimorando sua política nessa área, a ponto de ter conquistado, juntamente com o Brasil, assento no novo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Tais credenciais, complementou, representam um estímulo para que os dois países estreitem o intercâmbio de informações sobre programas sociais, particularmente no que concerne às ações voltadas para a geração de empregos e para a promoção do voluntariado entre a população jovem.

9. A reunião encerrou-se com almoço oferecido pelo Presidente Eduardo Stein ao Vice-Presidente da República, na Casa Presidencial.

RENAN PAES BARRETO, Embaixador

PUCCI

embajada0647

De: BRASEMB HAVANA Recebido em: 17/09/2006 12:10:47 N.°: 10001
CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 17/09/2006 (APS)

Série Chanceler Havana Nr. 10001

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/DCC/DOC/C/DPB/CORG
DESCR=PEXT-BRAS-PANA
CATEG=MG

//
Brasil-Panamá. Encontro do
Sr. Ministro de Estado com o
Chanceler panamenho.
//

Entrevistei-me com o Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores do Panamá, Samuel Lewis Navarro, em 15 de setembro corrente, à margem da XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, em Havana.

2.Durante o breve encontro, o Ministro Lewis Navarro comentou sobre as obras de ampliação e modernização portuária que o Governo panamenho pretende fazer no Canal do Panamá. Manifestou o grande interesse de seu país em contar com a participação de empresas brasileiras nesse projeto (Odebrecht, Andrade Gutierrez ou outras empresas potencialmente interessadas).

3. Explicou que o cancelamento da visita ao Brasil do Presidente Martín Torrijos, que tencionava passar por Brasília aproveitando sua ida a Montevidéu para a XVI Conferência Ibero-Americana (3-5 de novembro de 2006), decorreu da necessidade da presença do Presidente no Panamá para acompanhar os desdobramentos em torno do referendo sobre as obras do Canal, previsto para 22 de outubro próximo.

4.Nesse contexto, indagou inicialmente sobre a possibilidade de que o Presidente Lula realizasse visita ao Panamá antes daquele referendo. Assessor Especial do Presidente Torrijos, que participou do final do encontro, sugeriu, como alternativa, eventual visita minha ao Panamá em data anterior ao referendo, que fiquei de considerar.

5.O Ministro Lewis Navarro afirmou também que tem muito interesse em visitar oportunamente o Brasil.

De: BRASEMB HAVANA Recebido em: 17/09/2006 12:10:47 N.°: 10001
CARAT=Reservado

6.Finalmente, sobre a OMC, confidenciou-me que o Pananá talvez pudesse ingressar no G-20, sem no entanto precisar em que estado se encontrava o processo de avaliação interna sobre decisão nesse sentido. Assinalei que veríamos com muita satisfação a adesão do Panamá ao Grupo, caso isso viesse de fato a ocorrer.

CELSO AMORIM

CA

Para: BRASEMB GUATEMALA Expedido em: 10/05/2004 21:05:00 N.°: 00096
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Guatemala
Em 10/05/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=G/DCC/DUEX/IRBR/DIR
DESCR=PEXT-BRAS-GUAT
CATEG=MG

//
Visita ministerial à
Guatemala. 22 e 23 de abril.
Encontro com o Chanceler Jorge
Briz Abularach e o Presidente
Oscar Berger. Relato.
//

Nr. 00096

RESUMO=
Em visita oficial à Guatemala, lanço a idéia de se inciarem negociações de livre comércio entre o MERCOSUL e o SICA, além de buscar estreitar as relações entre o Brasil e os demais países centro-americanos.

Realizei visita oficial à Guatemala, nos dias 22 e 23 de abril, ocasião em que mantive encontros com o Presidente Oscar Berger Perdomo, o Chanceler Jorge Briz Abularach e os Ministros das Relações Exteriores de El Salvador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, República Dominicana. Estiveram presentes, ainda, representantes de Belize e Panamá. A visita contribuiu para promover uma aproximação entre o Brasil e os países da América Central e lançar negociações entre o MERCOSUL e o SICA (Sistema de Integração Centro-americano). Resumo, a seguir, os principais temas da visita.

2.Iniciei meu encontro com o Chanceler Briz, salientando a importância deste primeiro contato, durante o Governo do Presidente Lula, entre a Guatemala e o Brasil. As relações entre os dois países

poderiam beneficiar-se de maior colaboração nos temas bilaterais, regionais e multilaterais, com ênfase nos temas comerciais. A este respeito, indiquei ao Ministro guatemalteco, o grande interesse do Brasil em iniciar negociações para o estabelecimento de zona de livre-comércio entre o MERCOSUL e o SICA. Poder-se-ia aproveitar a presidência pro-tempore do Brasil no segundo semestre do corrente ano para impulsionar esta idéia.

3.Afirmei preferir um acordo visando uma área de livre comércio (com possibilidade de exclusão para produtos sensíveis, é claro) a um acordo de preferências tarifárias fixas, dadas as pressões protecionistas de certos setores. Sublinhei que, a exemplo do que ocorreu com o Acordo MERCOSUL-CAN, se contemplaria o princípio da assimetria, em matéria de produtos, regras e cronogramas de desgravação, resguardando os interesses dos países menores. Frisei que, embora a prioridade do Brasil seja concentrar os esforços integracionistas na América do Sul - projeto que já vem-se concluindo -, em uma segunda fase, serão exploradas outras oportunidades, com destaque para outros países da América Latina. Neste contexto, as negociações entre o MERCOSUL e o SICA adquirem especial relevância.

4.O Chanceler guatemalteco reagiu de forma positiva, embora cautelosa. Disse que o Governo de seu país estaria priorizando, hoje, a negociação de tratados de livre comércio com os EUA e a União Européia. De toda forma, reconheceu que um TLC com o MERCOSUL poderia "abrir muitas possibilidades", não descartando a hipótese de se iniciarem negociações com a União Aduaneira no futuro. Teceu elogios à indústria brasileira ("a indústria brasileira é mais importante que a mexicana"), acrescentando que uma maior aproximação com o Brasil e demais países do MERCOSUL contribuiria para equilibrar as relações comerciais com o México.

5.O Chanceler Briz passou, em seguida, a tratar das relações bilaterais entre Brasil e Guatemala. Em nome do Presidente Oscar Berger, convidou o Presidente Lula a visitar a Guatemala em futuro próximo. Respondi que a agenda do Presidente Lula estaria muito carregada no presente ano, sobretudo à luz dos compromissos já assumidos e das eleições municipais em outubro. Recomendei que a visita ocorresse em 2005,

tentativamente ainda no primeiro semestre, a qual poderia coincidir com a cúpula do SICA, a exemplo do que aconteceu com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso no passado. Briz concordou, prometeu encaminhar em breve carta com convite para o Presidente Lula.

6.Percebi, tanto de parte dos anfitrões guatemaltecos, quanto dos demais centro-americanos, forte interesse por um incremento na cooperação técnica, em áreas diversas como (i) academia diplomática (intercâmbio de alunos, estágios, treinamento para a reestrutaração da chancelaria guatemalteca): (ii) programas sociais (bolsa-escola/bolsa-família); (iii) saúde (programas de combate à AIDS), e (iv) agrícola (pareceria com a EMBRAPA), entre outras. A Chanceler de El Salvador, Maria Eugenia Brizuela de Ávila, em particular, singularizou interesse em receber ajuda do Brasil em matéria de treinamento para formular projetos de cooperação regional, atividade que poderia envolver a ABC. Prometi explorar formas de se dinamizar a cooperação técnica prestada pelo Brasil aos centro-americanos.

7.Ainda na pauta bilateral Brasil-Guatemala, ressaltei a importância da promoção de investimentos do Brasil na Guatemala. Sinalizei, a esse respeito, que a AMBEV estaria reavaliando as condições para sua permanência no país, à luz do cronograma de desgravação tarifária acordado com os EUA para a importação de cerveja, quadro que afetaria os interesses comerciais da empresa. Solicitei, ainda, fosse considerada, de forma positiva, a participação da empresa Odebrecht na licitação para a construção de um hospital na cidade da Guatemala.

8.Quanto à agenda multilateral, aproveitei para fazer algumas considerações sobre a rodada de Doha. Afirmei ser minha impressão de que as negociações estariam se acelerando. Os principais parceiros se resumiriam, no atual estágio das negociações, a, no máximo, quatro (UE, EUA, G-20 e Japão), o que poderia representar uma oportunidade única para a Guatemala estreitar seus vínculos com o G-20. Sublinhei que, caso esta possibilidade fosse considerada, eventuais interesses específicos do país centro-americano poderiam ser contemplados.

9.Com relação à reforma da ONU, houve consenso, entre

os chanceleres centro-americanos, quanto à necessidade de se reformar e fortalecer o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, para assegurar maior representação dos países em desenvolvimento no CSNU, mediante o aumento do número de membros permanentes e não-permanentes. O Governo guatemalteco reconheceu como legítima a aspiração do Brasil em ocupar assento permanente no Conselho na eventualidade de sua ampliação. De minha parte, apoiei o pleito guatemalteco de tornar-se, pela primeira vez, membro não-permanente do CSNU em futuro próximo.

10.Tratamos, brevemente, da questão do Haiti, tendo eu confirmado compromisso do Brasil de enviar tropas e, possivelmente, chefiar a futura Força de Estabilização sob a égida das Nações Unidas. Identifiquei interesse, por parte dos centro-americanos, em contribuir para o processo de restauração da paz e construção da democracia no país caribenho. O Chanceler da Guatemala prometeu, por sua vez, verificar a possibilidade de enviar contingente militar ao Haiti sob a égide da ONU.

11.O encontro com o Presidente Oscar Berger Perdomo, no final do dia, transcorreu em clima de amistosa cordialidade. Reiteramos alguns dos assuntos tratados mais cedo com o Chanceler Briz, entre os quais as negociações MERCOSUL-SICA, a importância da aproximação entre a América do Sul e a América Central, e a intensificação da cooperação técnica bilateral. O Presidente guatemalteco disse acompanhar com grande interesse o programa de governo implementado pelo Presidente Lula, especialmente os programas sociais. Formalizou convite para que o Presidente Lula visite o país.

EXTERIORES

AW

De: BRASEMB KUAITE Recebido em: 24/07/2003 04:40:16 N.°: 00268
CARAT=Reservado

De Brasemb Kuaite para Exteriores em 24/07/2003 (ASM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SPD/DOP I/DOP II/DE II/CAM
DESCR=PREG-GVIO
RTM=ABUBREM,AUSBREM
CATEG=MG

//
Política regional. América do
Sul e Liga Árabe. Reunião de
cúpula. Visita do Emissário do
Sr. PR, Embaixador Roberto
Abdneur, ao Kuaite.
//

Nr. 00268

RESUMO=
Relata gestão do Embaixador Roberto Abdenur, como Emissário Especial do Governo brasileiro, junto ao Ministro do Amiri Diwan (equivalente ao Minitro-Chefe da Casa Civil da PR) para a entrega de carta do Senhor Presidente da República ao Emir deste país, e tece considerações a respeito da visita presidencial à região.

RTM PARA BRASEMBS: ABU DHABI e VIENA

Acompanhei dia 22 do corrente o Emissário especial do Sr. Presidente da República, Embaixador Roberto Abdenur, à audiência que havia sido marcada no Palácio Bayan para a entrega formal da Mensagem presidencial ao Emir do Kuaite.

2. Recebidos pelo Sr. Abdulaziz Abdulrazek, Chefe do Cerimonial de Sua Alteza, fomos levados à presença do Ministro para o Amiri Diwan, Xeque Nasser Al-Sabah (equivalente em nossa estrutura ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência), e ao Chefe de Gabinete de Sua Alteza, Senhor Ibrahim Al-Shatti, que são as duas autoridades mais altas no Palácio Bayan após o próprio Emir (o qual, por tradição, só recebe Chefes de Estado).

3. Após as palavras de saudação de praxe, o Ministro Nasser Al-Sabah manifestou a satisfação do Kuaite, que classificou como um pequeno país, em receber essa manifestação de apreço

e interesse da parte de país do porte e peso específico do Brasil, país onde Sua Alteza e ele mesmo haviam sido recebidos com muito carinho durante a Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro, anos atrás.

4. O Embaixador Abdenur respondeu então que mais importante que a dimensão física de um pais é sua projeção e capacidade de atuação no plano internacional. O Brasil vê no Kuaite nação dotada de especial importância no mundo árabe e acentuado peso específico no cenário político e diplomático internacional. Enquanto alguns países de grandes proporções têm relativamente reduzida expressão externa, conta o Kuaite, ao contrário, com elevado grau de reconhecimento e prestígio. Disso era o Embaixador testemunha pessoal em sua vivência diária à frente de nossa representação junto às várias agências multilaterais em Viena, onde, como Presidente do Grupo dos 77, interage com a Representante Permanente do Kuaite, Embaixadora Nabilla Al-Mulla, que ora se desempenha, com grande eficiência e desenvoltura, das pesadas responsabilidades inerentes à sua condição de Presidente da Junta de Governadores da IAEA.

5. Passou então o Embaixador Abdenur às mãos do Ministro Nasser Al-Sabah a Mensagem do Senhor Presidente da República. Explicou as razões que deram origem à iniciativa nela referida. Explicou tratar-se de empreendimento inovador, que visa a estruturar maior aproximação entre duas importantes regiões do mundo, separadas geograficamente, mas unidas por muitos pontos comuns. O Mundo Árabe e a América do Sul muito têm, na visão brasileira, a beneficiar-se de um melhor conhecimento mútuo. Afiguram-se por todos os títulos válidos maior diálogo político e mais estreitos contactos no que diz respeito a temas como os de comércio, investimentos, ciência e tecnologia, cultura, cooperação técnica, entre outros.

6. O Embaixador Abdenur prosseguiu para ressaltar certos pontos de analogia entre o mundo árabe e a América do Sul. Após descrever, em linhas gerais, o que de momento ocorre em termos de fortalecimento e projeção externa do Mercosul, e de intensificação da integração econômica e de infra-estrutura no Subcontinente em seu conjunto, expressou o apreço dedicado pelo Brasil e seus vizinhos a instituições como a Liga Árabe e o Conselho de Cooperação do Golfo.

7. Afirmou também que a iniciativa, se efetivamente endossada pelos diversos países a que nos estamos dirigindo, seria conduzida de maneira muito séria e pragmática. Não caberia ilusões sobre a obtenção a curto prazo de resultados espetaculares. O que se tem em mente é o lançamento de um

processo de gradual, mas consistente e efetiva, aproximação entre os dois grupos de países, em torno de uma agenda a ser elaborada mediante amplo e aberto processo de consultas entre todas as partes envolvidas, e que permita uma abordagem concreta do significativo potencial que indubitavelmente existe para a ampliação dos vínculos entre as duas partes. Com referência a temas políticos observou o Embaixador Abdenur que o propósito seria o de buscar-se maior conhecimento das respectivas preocupações e interesses, para efeito de, quando cabível, proceder-se a maior sincronização de posições entre países árabes e sul-americanos em defesa de certos princípios caros aos dois grupos. O Embaixador Abdenur explicou que o âmbito do exercício era o do diálogo entre os países árabes e os da América do Sul como tal. Não se teria em caso algum, naturalmente, o objetivo de acordar posições voltadas contra qualquer país ou grupo de países.

8. Referiu-se então o Embaixador a aspectos do relacionamento bilateral. Afirmou que o Kuaite tem sido tradicionalmente dos mais atentos e constantes parceiros com que contamos no mundo árabe. Exprimiu a especial satisfação que havia suscitado no seio do Governo e da diplomacia brasileiros o envio às cerimônias de posse do Presidente Lula de um Enviado Especial do Emir, um de seus quatro Conselheiros Privados, o Senhor Mohammed Al-Rifae. Aduziu o Embaixador Abdenur que o Brasil reconhece no Kuaite parceiro de relevo não apenas por seu peso político e seu potencial comercial, mas também como a porta de entrada natural para o Oriente Médio, inclusive o Iraque, Irã, e repúblicas islâmicas da ex-URSS - aspecto que, de resto, havia sublinhado o Sr. Al-Rifae em seus contactos em Brasília. Aduziu que já estávamos a reforçar a parceria entre os dois países também através de iniciativas importantes, como a recente associação entre uma das maiores e mais dinâmicas construtoras brasileiras, a Odebrecht, e a Al-Kharafi, a maior construtora do Kuaite. Outras iniciativas similares estavam em curso, justamente com o objetivo de usar o Kuaite como plataforma para maior penetração nessa área .

9. Observou também o Embaixador Abdenur, em outro plano, ser expressivo o potencial de cooperação entre o Brasil e o Kuaite através da agregação a essa equação de agências financiadoras de peso, como o Fundo Kuaitiano para o Desenvolvimento Econômico. Apontou a existência de fortes vínculos entre o Brasil e a África, região a que, precisamente, destina aquele Fundo substancial parcela de suas operações. Os dois países poderiam somar esforços de maneira a ampliar seu apoio a países da África, inclusive aqueles de fala portuguesa, tanto em obras de infra-

estrutura, quanto em projetos afetos à cooperação técnica em variados aspectos. Uma semelhante convergência entre o Brasil e o Kuaite seria, naturalmente, facilitada se inserida também no contexto mais amplo de uma nova dinâmica de cooperação entre os países árabes e os da América do Sul.

10. O Embaixador Abdenur encerrou seus comentários com alusão à possibilidade de algum encontro entre países árabes e sul-americanos em Nova York, à margem da próxima Assembléia-Geral das Nações Unidas. Uma hipótese, entre outras, seria a de reunião envolvendo os Ministros do Mercosul e seus colegas do GCC. Assinalou, nesse contexto, ter encontrado desde logo grande receptividade à iniciativa do Chefe de Estado brasileiro, nos contactos que havia acabado de manter nos Emirados Árabes Unidos e Catar. Essa reação se vinha a somar à calorosa acolhida dedicada à idéia quando da recente viagem do Ministro do Exterior brasileiro ao Egito, Líbano e Jordânia.

11. O Ministro Nasser Al-Sabah retrucou então que via a iniciativa brasileira com os melhores olhos, e que iria fazer de imediato entrega da carta a Sua Alteza o Emir, junto com relato da conversa que havia acabado de manter com o Emissário brasileiro. Procederia, da mesma maneira, a divulgar o envio da carta e a viagem do Emissário junto à imprensa local naquele mesmo dia. O assunto seria prontamente levado aos demais membros do Gabinete ministerial.

12. Como era inevitável que oorresse, já que a Mensagem Presidencial propondo o encontro árabe/sul-americano para 2004 fazia alusão explícita ao assunto em seu último parágrafo, o tema da futura viagem presidencial à região foi levantado pelo Ministro Nasser. Fê-lo de maneira extremamente elegante, dizendo que seu Governo se sentiria muito "honrado" em receber o Chefe de Estado de um país a que empresta o Kuaite "a mais alta importância" no plano internacional. Acrescentou que o Governo e o povo de seu país jamais esquecerão que o Brasil, malgrado o intenso relacionamento econômico que à época mantinha com o Iraque, não havia hesitado em apoiar o Kuaite, quando da invasão de 1990. O Embaixador Abdenur respondeu com o esclarecimento de que a referida viagem estava ainda em estágio inicial de planejamento, e que nesse contexto se daria toda a devida consideração ao histórico das relações bilaterais e ao particular relevo do Kuaite no mundo árabe e no plano internacional em geral. O encontro encerrou-se com o pedido por parte do anfitrião de que o Embaixador Abdenur fizesse chegar ao Presidente Lula as mais cálidas e amistosas saudações do Emir Al-Sabah, que muito tinha apreciado o envio

De: BRASEMB KUAITE Recebido em: 24/07/2003 04:40:16 N.°: 00268
CARAT=Reservado

a seu país de um Emissário em tão importante missão.

13. Em telegrama posterior, elevarei à atenção de Vossa Excelência algumas considerações, baseadas em minha experiência de quase dois anos à frente desta Embaixada, em favor da inclusão do Kuaite entre os países a serem visitados pelo Senhor Presidente da República.

Mario G. Roiter,
Embaixador

MGR

KWTBREM1142.doc

Para: BRASEMB LA PAZ Expedido em: 23/07/2004 16:52:00 N.°: 00316
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb La Paz
Em 23/07/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DPB
DESCR=PEXT-BRAS-ENER
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Interconexões
de energia elétrica. Reunião
no MME.
//

Nr. 00316

Realizou-se em 21/07 reunião bilateral Brasil-Bolívia no Ministério das Minas e Energia, sobre a implantação de interconexões de energia elétrica entre as regiões de fronteiras dos dois países. Do lado boliviano chefiou a delegação o Vice-Ministro de Eletricidade e Energias Alternativas, Carlos Romero Mallea, que se fez acompanhar dos governadores das provinciais de Pando e Trinidad, e do Embaixador da Bolívia em Brasília. Do lado brasileiro, dirigiu os trabalhos o Secretário de Energia Elétrica do MME, Ronaldo Schuck, acompanhado de representantes da Eletrobrás, Eletronorte e do Chefe da DAM-II.

2.O primeiro item da agenda tratou do exame de possibilidades de interconexão elétrica Brasil-Bolívia, para atender à região norte desse pais. Após apresentação técnica de estudo preliminar, por parte de representantes da Eletronorte, o Vice-Ministro boliviano informou que, apesar da presença Odebrecht na pré-licença para construção de hidroelétrica entre Pando e Beni (potência total de 3800 MW), essa obra deverá levar 5 anos até estar concluída. Esclareceu, também, que a eletricidade em seu país está custando US$ 200,00/MW e que é produzida basicamente a partir do óleo disel, que não deverá

está mais disponível daqui a três anos. Dai o interesse do governo boliviano em realizar interconexão elétrica na altura de Guajaramirim e a gravidade da questão energética em seu país.

3.Destaca-se, da exposição técnica acima citada, que as propostas de interconexão elétrica foram primeiramente apresentadas na década de 90 e que desde então a capacidade elétrica no Brasil evoluiu. A Eletronorte atende no momento a 22,5 milhões de consumidores na Região Norte do Brasil. O estudo preliminar apresentado na reunião prevê conexão com a Bolívia, tanto a partir do Acre quanto desde Rondônia. Os dois estados possuiriam 700MW de capacidade instalada, sendo que o consumo atual de Rondônia é de 300MW e o do Acre 88MW. Existem, portanto, excedentes passíveis de ser vendidos à Bolívia, embora o custo dessa energia também seja alto na Região Norte do Brasil, devido a sua forte base termelétrica. Segundo informado pelo lado boliviano, a necessidade de energia para as províncias de Pando e Beni seria da ordem de 10MW, estimando-se a taxa de crescimento do consumo em torno de 4% ao ano.

4.Os custos estimados na proposta inicial do lado brasileiro foram considerados elevados pela delegação boliviana, uma vez que, para atender à demanda de Pando, a proposta brasileira prevê a instalação de linha de transmissão de Rio Branco até Brasiléia (202 km. de extensão) e, no caso de Beni, a alternativa encontrada foi a de instalação de substação e de linha de transmissão, em 138KW, ao custo de US$ 29 milhões, nesse preço incluído o conversor 60/50HZ, cujo custo de geração de energia elétrica eqüivale a aproximadamente 17% do total. O preço da geração da energia elétrica (óleo disel) foi estimado em US165,00/ KW, ao qual se deverá somar o custo de transmissão, o que torna o preço final fique próximo do custo atual da energia elétrica na Bolívia.
5.O Secretário de Energia Elétrica do MME ponderou, após ouvir os argumentos bolivianos, que há espaços para compartilhamento dos custos de investimento, uma vez que a linha de transmissão entre Rio Branco e Brasiléia teria de ser instalada de qualquer forma, num prazo de até três anos. Sobre o custo final da energia, esclareceu que o sistema da Região Norte utiliza muito o óleo disel e não está interligado às demais redes elétricas do pais. O custo da energia, nesse caso, é sensivelmente mais elevado naquela

região do Brasil.

6.Outro item tratado na reunião, por iniciativa do lado boliviano, foi a questão da eventual necessidade de o Brasil vir a importar proximamente energia elétrica para a Região Norte, na ordem de 3000 MW. O Vice-Ministro boliviano expressou o interesse de seu país de vir a fornecer aproximadamente 10% dessa grandeza. Sobre o assunto, o Secretário Ronaldo Schuck lembrou que haverá necessidade de as partes negociarem previamente os custos, as necessidades energéticas e os interesses do Brasil. Não se trataria, assim, de projeto prioritário para o Brasil no médio prazo. Explicou que a partir de 2005 poderão vir a ser licitadas termelétricas para a geração de até 3500MW, na medida em que o crescimento econômico do Brasil viesse a evidenciar essa carência energética. Esclareceu ainda que, dadas as crescentes exigências de preservacionismo ambiental, essa obras, uma vez decididas, poderiam sofrer sérios atrasos em seus cronogramas, o que abriria espaço para possível importação de energia elétrica. O assunto, portanto teria de ser examinado na medida em que se configurassem as reais necessidades brasileiras.

7.Em seguida, examinou-se o pedido boliviano de criação de subcomissão elétrica brasileiro-boliviana. O Vice-Ministro Mallea explicou que, ao contrário do ocorre no Brasil, os setores de eletricidade e energias alternativas e de hidrocarbonetos são na Bolívia tratados por Ministérios distintos. Nessa condições, considerou que, apesar da existência de um grupo de trabalho sobre energia elétrica no âmbito da comissão mista de energia, a criação de subcomissão específica daria maior vigor ao tratamento da questão.

8.Apesar das ponderações da Eletrobrás, em principio contrárias a sua criação, o Secretário Ronaldo Schuck considerou positiva a idéia, uma vez que, explicitou, o importante para os dois países é alcançar resultados, e lembrou que sempre se poderá efetuar adaptação da comissão mista à realidade da estrutura governamental da Bolívia. O governador da província de Pando foi particularmente insistente na conveniência da instalação dessa subcomissão.

9.Ao final da reunião, o Vice-Ministro boliviano e o Secretário de Energia Elétrica ficaram de se comunicar

num prazo de duas semanas, a fim de identificar meios de fazer avançar os interesses dos dois países na questão energética.

EXTERIORES

RACB

Para: BRASEMB LA PAZ Expedido em: 05/07/2007 12:33:07 N.°: 00509
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb La Paz
Em 05/07/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM I/DAM II/DOC
DESCR=AMSU-ETRA
RTM=CHIBREM
CATEG=MG

//
América do Sul. Integração da
infra-estrutura de
transportes. Reunião
Brasil-Chile. Situação na
Bolívia.
//

Nr. 00509

Retransmissão automática para Brasemb Santiago

Reftel 842 de Brasemb Santiago. Na reunião bilateral Brasil-Chile realizada em Santiago, em 25.06.07, as duas partes concordaram em conferir prioridade ao Eixo Interoceânico Central - que atravessa a Bolívia - como corredor de integração rodoviária entre os dois países.
2.Na ocasião, a parte chilena entregou à delegação do Brasil a Ata da II Reunião do Comitê Técnico Misto Bolívia- Chile, realizada no último dia 22 de junho, que contém descrição pormenorizada da situação de algumas estradas bolivianas envolvidas no eixo Interoceânico Central, em sua ligação com o Chile.
3.Não consta do documento, entretanto, o estágio de desenvolvimento dos seguintes trechos rodoviários bolivianos, de acesso ao Brasil:

(i)San Matías - Concepción (RUTA 10), que permitirá a interligação entre Santa Cruz de la Sierra e Cuiabá-MT; e,

(ii)Puerto Suárez - Santa Cruz de la Sierra (RUTA 4),

que permitirá a interligação entre Santa Cruz de la Sierra e Corumbá-MS.

4.Com relação à RUTA 4, as empresas brasileiras envolvidas na construção de dois trechos dessa rodovia prestaram as seguintes informações sobre o desenvolvimento das obras:

Roboré - El Carmen (139,2km) - Camargo Corrêa/ARG
Conclusão prevista para junho de 2008.

El Carmen - Arroyo Concepción (102km) - Construtora Norberto Odebrecht / IASA
Conclusão prevista para agosto de 2008, com possibilidade de antecipação dessa data.

5.Muito agradeceria obter informações junto à "Administración Boliviana de Carreteras" (ABC), sobre o prazo previsto para conclusão dos outros dois trechos da Ruta 4 (de Pailón a San José de Chiquitos e de San José de Chiquitos a Roboré), bem com a ligação entre Arroyo Concepción e a fronteira do Brasil, em Puerto Quijarro. Da mesma forma, na Ruta 10, o trecho entre Concepción e San Matías.

EXTERIORES

AJB/FCC

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 21/01/2004 20:37:00 N.°: 00091
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 21/01/2004 (RCSC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DPB/DIR/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Bolívia. Investimentos.
Projetos da Noberto Odebrecht
e da Braskem. Desenvolvimento
positivo.
//

Nr. 00091

RESUMO=
Informo e peço providência. A Odebrecht deverá assinar proximamente Memorandum de Entendimento relativo a estudo de pré-viabilidade do projeto de aproveitamento do Rio Madeira (navegação e hidreletricidade). A Braskem firmará Memorandum sobre estudo de viabilidade do pólo petroquímico em cerimônia no dia 29, em Santa Cruz. Peço providências para participação de diplomata desta Embaixada.

ROGA-SE RETRANSMITIR PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

A Norberto Odebrecht e a Braskem contataram esta Embaixada para transmitir as seguintes informações positivas sobre o andamento de projetos na Bolívia:

a) a Norberto Odebrecht enviará representante a La Paz amanhã, dia 22 de janeiro, para dar continuidade às negociações com o Vice-Ministro de Eletricidade e Energias Alternativas, Carlos Romero, sobre os termos do Memorandum de Entendimento a propósito da realização de estudo de pré-viabilidade do projeto de aproveitamento do

Rio Madeira para navegação e geração de hidreletricidade. As negociações estão avançadas. Uma nova versão do Memorandum de Entendimento, a qual, entre outros pontos, não prevê gastos para o Governo boliviano, deverá ser firmada com o próprio Ministério de Obras e Serviços Públicos, tal como originalmente proposto pela empresa brasileira, nas próximas semanas. Esta Embaixada, a pedido da empresa, realizou diversas gestões para viabilizar o avanço verificado nas negociações e continuará acompanhando as tratativas, desta feita mediante envio de diplomata para participar da reunião de amanhã;

b) a Braskem assinará com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) o Memorandum de Entendimento relativo ao estudo de viabilidade do pólo petroquímico na região fronteiriça, no dia 28, em cerimônia a ser realizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra. A pedido da empresa brasileira, esta Embaixada participou ativamente dos entendimentos com autoridades locais para possibilitar a assinatura daquele instrumento, no curto prazo. A Chancelaria boliviana também contribuiu de forma significativa para tanto. Na cerimônia do dia 28, já serão apresentados os resultados do estudo. A cláusula mais importante do Memorandum para a Braskem é justamente aquela concernente à confidencialidade, sem a qual a empresa brasileira se veria impossibilitada de transmitir ao Governo boliviano todas as informações. A conclusão do estudo, em princípio, é favorável à viabilidade técnica do pólo petroquímico.

2. Com relação às informações constantes do item "b", ressalto ter a Braskem convidado esta Embaixada a fazer-se representar na cerimônia de assinatura do Memorandum de Entendimento com a YPFB. Proponho a aceitação desse convite e indico o nome do Conselheiro Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva. Agradeceria a autorização das diárias e da passagem aérea correspondentes para a realização dessa viagem de meu colaborador a Santa Cruz de la Sierra, na quinta-feira, dia 29 de janeiro de 2004.

3. Recordo, finalmente, que ambos os projetos foram priorizados pelo Governo brasileiro no contexto da preparação e do seguimento da visita do Presidente Mesa ao Brasil, em novembro do ano passado.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 21/01/2004 20:37:00 N.°: 00091
CARAT=Reservado

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 04/02/2004 21:23:00 N.°: 00144
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 04/02/2004 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DPB/DIR/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 91
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-Bolívia. Investimentos. Aproveitamento do Rio Madeira. Norberto Odebrecht. Pedido de licença provisória.
//

Nr. 00144

RESUMO=
Informo. A Odebrecht deverá submeter proximamente à Superintendência de Energia deste país pedido de licença provisória para realização dos estudos de viabilidade do projeto de aproveitamento do Rio Madeira. No entendimento da empresa brasileira, esta alternativa é mais favorável do que a de assinatura com o MOSP de Memorandum de Entendimento. Proposta de instalação de Comissão binacional pela Chancelaria.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

A Norberto Odebrecht contatou esta Embaixada para confirmar que apresentará proximamente à Superintendência de Energia da Bolívia pedido de licença provisória para a realização do estudo de pré-viabilidade do projeto de aproveitamento neste país do Rio Madeira, em matéria de navegação e de geração de hidreletricidade. A decisão foi tomada sobretudo em função de orientação recebida do próprio Vice-Ministro de Eletricidade e Energia Alternativa, Carlos Romero Mallea, com quem funcionários da empresa brasileira se reuniram no dia 22 de janeiro, em La Paz. Esta Embaixada, bem como a Chancelaria boliviana, fizeram-se representar no encontro.

2. A solução encontrada acabou melhor atendendo aos interesses da Odebrecht do que a alternativa, antes contemplada, de assinatura de Memorandum de Entendimento com o Ministério de Obras e Serviços Públicos (MOSP). Com efeito, a licença provisória é mais transparente e encerra elemento de exclusividade. O principal requisito para sua concessão, uma vez satisfeitas as condições técnicas, consiste na divulgação pública do pedido. Na hipótese mais provável de que nenhuma outra empresa mostre interesse no projeto e tampouco seja apresentada objeção, a licença preliminar é concedida no curtíssimo prazo. Caso contrário, proceder-se-ia a uma licitação pública e/ou o mérito de uma eventual objeção (formulada, por exemplo, por grupo ambientalista) teria de ser analisado pela Superintendência de Energia. Uma vez finalizado o processo e outorgada a licença provisória, nenhuma outra empresa poderá receber autorização para realizar estudo do gênero na área geográfica objeto da solicitação da Odebrecht. Ao mesmo tempo, a licença provisória daria amparo legal para a tomada do segundo passo pela empresa brasileira, qual seja: a elaboração do estudo de viabilidade propriamente dito (o de pré-viabilidade consiste basicamente na elaboração de um inventário).

3. O elemento de exclusividade ficará mais evidente na hipótese mais provável de que a empresa brasileira efetivamente decida participar da implementação do projeto. A licença definitiva correspondente exigiria uma licitação pública; no entanto, muito dificilmente, outra empresa poderia concorrer com a Odebrecht, pois não disporia dos estudos de pré-viabilidade e viabilidade. Acresce que a Odebrecht apresentaria sua oferta na licitação com uma bonificação de dez pontos e não seria obrigada a compartilhar - de acordo com a letra da legislação local com os concorrentes e, a rigor, sequer com o Governo boliviano - as conclusões dos seus estudos. Ficaria diluída, dessa forma, a necessidade de cláusulas de confidencialidade e de desenvolvimento de melhores esforços pelo Governo boliviano para o envolvimento da empresa brasileira na execução do projeto, as quais seriam os principais atrativos da alternativa de assinatura de um Memorando de Entendimento com o MOSP. Ainda em relação aos aspectos mais favoráveis do procedimento a ser finalmente seguido, do ponto-de-vista dos interesses da Odebrecht, teria esta empresa margem legal também para incluir FURNAS no empreendimento a qualquer momento, tal como seria seu objetivo. No Brasil, ambas operam conjuntamente em uma série de projetos, inclusive o de aproveitamento do Rio Madeira.

4. Ainda sobre o assunto em tela, esta Embaixada foi

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 04/02/2004 21:23:00 N.°: 00144
CARAT=Reservado

informada de que a Chancelaria boliviana deverá formalizar muito proximamente proposta de instalação da "uma Comissão para análise, em todos os seus aspectos, inclusive os ambientais, de projetos de desenvolvimento do Rio Madeira" (vide parágrafo 17 do Comunicado Conjunto presidencial emitido por ocasião da visita de Carlos Mesa ao Brasil, no dia 18 de novembro de 2003). Na visão da Chancelaria boliviana, a Comissão teria importantíssimo papel a desempenhar sobretudo na fase de implementação de um empreendimento binacional, como este, de extraordinárias relevância política, envergadura econômica e complexidade técnica e jurídica. Representante da Odebrecht concordou com essa opinião, aduzindo que o projeto poderia ter impacto no desenvolvimento da Bolívia e nas relações bilaterais de magnitude semelhante ao de Itaipu na economia paraguaia e no relacionamento do Brasil com aquele país (SIC).

CARMELITO DE MELO, Encarregado de Negócios, a.i.

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 20/02/2004 18:49:00 N.°: 00255
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 20/02/2004 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAM II/DPB/DIR/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 144
CATEG=MO

//
Promoção Comercial. Brasil-Bolívia. Investimentos. Aproveitamento do Rio Madeira. Odebrecht. Pedido de licença provisória. Apresentação.
//

Nr. 00255

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

Informo. A Norberto Odebrecht enviou representante a La Paz a fim de apresentar à Superintendência de Eletricidade boliviana pedido formal de licença provisória para a realização do estudo de pré-viabilidade do projeto de aproveitamento neste país do Rio Madeira, em matéria de navegação e de geração de hidreletricidade. De acordo com o próprio Superintendente, dentro de sessenta dias, no máximo, deverá ser concedida a autorização correspondente. O representante da empresa brasileira foi também recebido pelo Ministro de Obras e Serviços Públicos e pelo Vice-Ministro de Eletricidade e Energias Alternativas, que expressaram "grande satisfação" com a apresentação do pedido de licença provisória, no dia de ontem (19 de fevereiro), comprometendo-se a dar todo o apoio que se fizer necessário tanto para a realização dos estudos, quanto para o início da execução das obras. Diplomata desta Embaixada acompanhou o representante da Odebrecht em todos seus encontros, assim como no ato de formalização do pedido de licença provisória.

CARMELITO DE MELO, Encarregado de Negócios, a.i.

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 20/02/2004 18:49:00 N.°: 00255
CARAT=Reservado

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 20/01/2005 21:01:00 N.°: 00092
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 20/01/2005 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DIR/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=DET 552 2004, TEL 1608 2004
CATEG=MO

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Rio Madeira.
Comissão Binacional. Outorga
de licença à Norberto
Odebrecht. Hidrelétricas.
//

Nr. 00092

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

À atenção dos Senhores SGEC e DG-DPR

Apraz-me informar Vossa Excelência de que a Superintendência de Eletricidade acaba de conceder à empresa brasileira Norberto Odebrecht licença provisória para a realização dos estudos de viabilidade da construção de duas hidrelétricas: uma binacional, no Rio Madeira, e outra exclusivamente boliviana, no Rio Beni. No entanto, a Superintendência deu um prazo de 90 dias para a Odebrecht constituir uma empresa boliviana, a qual efetuaria os estudos e, oportunamente, pleitearia uma concessão definitiva. Na visão do advogado boliviano, contratado pela empresa brasileira para defender seus interesses neste processo, a criação de uma Odebrecht S.A. na Bolívia levaria cerca de 30 dias. Ou seja, parece ser plenamente viável o atendimento dessa condição.

2. Ressalto, nesse contexto, o essencial apoio da Chancelaria boliviana, bem como do Ministro da Presidência, José Galingo, para lograr-se que a Superintendência revisse sua decisão, em primeira instância, de denegar a licença provisória para a Odebrecht. A Chancelaria local está apenas aguardando a composição da parte brasileira para poder formalizar a

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 20/01/2005 21:01:00 N.°: 00092
CARAT=Reservado

proposta de instalação de uma Comissão Binacional para a análise de projetos de desenvolvimento do Rio Madeira, mediante troca de notas reversais (vide desptel de referência). A perspetiva de formalização desse mecanismo, previsto no Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita do Presidente Carlos Mesa ao Brasil, em 18 de novembro de 2003, foi um dos principais fatores a propiciar a revisão da decisão inicial da Superintendência, desfavorável ao pedido formulado pela Odebrecht.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 05/11/2003 21:53:40 N.°: 01282
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 05/11/2003 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DOC/DPB
DESCR=PEXT-BRAS-BOLI
REF/ADIT=DET 465 2002, TEL 1250
CATEG=MO

//
Brasil-Bolívia. Visita de trabalho do Presidente Mesa. Aproveitamento do Rio Madeira. Energia hidrelétrica e navegação. Missão brasileira.
//

Nr. 01282

Informo e sugiro providência. Transmiti, pelo fax 259, a matéria "Exportación, una salida a la sobreoferta de energia elétrica", publicada na edição de 3 a 9 de novembro do "Energy Press". O artigo desse prestigioso semanário boliviano chama a atenção para a existência da possibilidade de um empreendimento binacional com o Brasil, no âmbito do projeto denominado Complexo do Rio Madeira.

2. A empresa Norberto Odebrecht dispõe-se a financiar a realização de seu estudo de viabilidade; mas, para tanto, precisaria assinar um Memorandum de Entendimento com o órgão competente do Governo boliviano. O empreendimento permitiria à Bolívia acesso tanto ao Atlântico via Rio Amazonas, quanto ao Pacífico por meio de Puerto Maldonado, além de gerar para este país um excedente importante de energia elétrica exportável.

3. Permito-me reiterar a conveniência de que, dada sua provável visibilidade positiva, se examine a possibilidade de inclusão também deste tema na agenda da missão brasileira a La Paz, no contexto da preparação da visita de trabalho do Presidente Carlos Mesa, marcada para o dia 18 de novembro de 2003 (vide tel. de referência).

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 05/11/2003 21:53:40 N.°: 01282
CARAT=Reservado

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 11/08/2005 17:36:00 N.°: 00956
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 11/08/2005 (RCSC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIC/DOC
DESCR=XCOR-EFIN-BOLI
REF/ADIT=TEL 336
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. Bolívia.
Participação do Brasil.
Projetos de infra-estrutura.
Atualização de informações.
//

Nr. 00956

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS DA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Com relação ao estado dos projetos considerados prioritários pela Bolívia no âmbito do IIRSA, consultei a Divisão de Facilitação do Comércio, Infraestrutura e Cooperação da Chancelaria local, a Direção de Transportes do Ministério de Transportes e a Gerência de Planejamento do "Servicio Nacional de Caminos". De acordo com esses interlocutores, a situação é a que se segue.

2. Construção da ponte Salvador Maza-Yacuíba: Trata-se de ponte na fronteira da Bolívia com a Argentina. O BID financiou estudo de pré-viabilidade da obra, já concluído. Agora, Argentina e Bolívia buscam financiamento para o projeto de engenharia da ponte. Ainda não há definição em torno do traçado.

3. Construção da rodovia Pailón-Puerto-Suárez: A rodovia em questão ligará a cidade de Santa Cruz de la Sierra à cidade fronteiriça de Puerto Suárez, o que representará a primeira ligação pavimentada entre Brasil e Bolívia. Está dividida em seis trechos.

A) Ponte Pailas. A ponte tem um custo estimado de US$ 25,300,000.00. O financiamento externo cobrirá 82% dos custos e foi concedido pelo governo da Coréia do Sul. A obra foi entregue à empresa coreana "Sambu" e começará no mês de setembro próximo.

B)Trecho Paraíso - El Tinto. Licitado pelo valor de US$ 115,575,272.79. A licitação foi ganha pelo Consórcio boliviano Apolo-IASA. O financiamento foi concedido pelo BID e pela "Prefectura" do Departamento de Santa Cruz - 84% e 16%, respectivamente. Espera-se que as obras se iniciem até o final do ano.

C) Trecho El Tinto - San José. O custo estimado é de US$ 50,000,000.00. O financiamento será concedido pela União Européia (84%) e pela "Prefectura" do Departamento de Santa Cruz (16%). Ainda não está concluído o processo de licitação.

D) Trecho San José - Roboré. Foi licitado pelo valor de US$ 69,996,446.76. O financiamento foi concedido pela CAF (95%) e pela "Prefectura" do Departamento de Santa Cruz (5%). A licitação foi ganha pelo consórcio ARG-Copesa, liderado pela empresa brasileira. Metade da obra já está concluída.

E) Trecho Roboré - El Carmen. Custo estimado de US$ 82,000,000.00.

F) Trecho El Carmen-Arroyo Concepción. Custo estimado de US$ 58,000,000.00.

4. Conforme objeto de inúmeras comunicações deste Posto, lembro que os trechos E) e F) já haviam sido licitados, em processos ganhos por empresas brasileiras - ARG/Queiroz Galvão e Odebrecht, respectivamente- e que contavam com financiamento PROEX. A CAF, no entanto, recusou-se a conceder as garantias necessárias ao empréstimo PROEX, o que suspendeu o processo para o início das obras. O governo boliviano tem insistido com o governo brasileiro para que sejam aceitas garantias soberanas. Existe a possibilidade de que a CAF financie 100% dos projetos. Estima-se que caso a gestão do financiamento e a licitação recomecem do ponto de partida as obras dos dois trechos se iniciariam somente em março de 2006. As empresas brasileiras continuam interessadas nos projetos.

5. Construção da rodovia Cañada Oruro (na fronteira com o Paraguai) - Villamontes - Tarija - Estación Avaroa. Ligará o Sul da Bolívia (Tarija) ao Chile. Tem custo estimado de US$ 40,000,000.00. Espera-se financiamento PROEX (80%) e o restante pelo Governo boliviano. Existe o interesse de empresas brasileiras no projeto.

6. Rodovia Toledo-Pisiga. Ligará a Bolívia ao Chile. A ligação até o Pacífico será completada, do lado chileno, pela rodovia Colchane - Iquique. O custo estimado é de US$

74,000,000.00 e deverá ser financiado pela CAF, pelo Governo da Itália (80%) e pelo Governo boliviano (20%).

7. Reabilitação do trecho El-Sillar. Trata-se de trecho de 30 km da estrada entre Santa Cruz e Cochabamba que faz parte do corredor biocêanico. O trecho está localizado sobre zona de falhas geológicas, o que o torna instável em determinadas épocas do ano. O custo estimado da reabilitação é de US$ 30,000,000.00. Ainda não há previsão de financiamento.

8. Centro de Fronteira Desaguadero. Localizado na fronteira com o Peru. O custo estimado é de US$ 7,500,000.00. Pelo lado boliviano ainda não se decidiu se o financiamento será concedido pelo BID ou pela CAF. Já há estudo de viabilidade concluído em 2004. Espera-se que a licitação para a construção seja realizada em dezembro próximo e que as obras se iniciem em fevereiro de 2006

9. Centro de fronteira de Cãnada Oruro. Localizado na fronteira com o Paraguai. Ainda não há previsão de custo nem de financiamento. Também não foram realizados os estudos de pré-viabilidade.

10. Outros projetos considerados prioritários pelo Governo boliviano, que poderiam interessar ao Brasil e que se encontram fora do âmbito do IIRSA seriam: A) Rodovia Concepción-San Matías, que completaria outra ligação asfaltada entre Santa Cruz de la Sierra e o Brasil (Cáceres). Ainda não há estudos de pré-viabilidade. B) Rodovia Rurrenabaque-Riberalta-Guayaramerín. Ligaria o norte do Departamento de La Paz à fronteira com o Brasil. O Banco Mundial financiou os estudos de pré-viabilidade, mas não há previsão de financiamento para a obra. C) Rodovia El Choro-Porvenir. Ligaria os departamentos de Beni e Pando à Cobija, na fronteira com o Brasil (Brasiléia). Juntamente com o trecho Rurrenabaque-Riberalta-Guayaramerín criaria um par de eixos asfaltados unindo as principais cidades da Amazônia boliviana - à exceção de Trinidad - à fronteira com o Brasil e ao norte do Departamento de La Paz. Ainda não há estudos de pré-viabilidade para o projeto.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

JMMP

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 04/09/2006 19:16:54 N.°: 01318
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 04/09/2006 (WBR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS /DOC/DREN/DAM II
DESCR=XPRO
CATEG=MG

//
Energia. Hidroelétrica.
Encontro de delegação da
Odebrecht com Ministro de
Estado das Obras Públicas.
//

Nr. 01318

RESUMO=
Delegação da Odebrecht encontra-se com o Ministro das Obras Públicas para tratar de projeto de geração de energia hidroelétrica nos rios Madeira-Mamonré. Resultados parecem promissores.

Colaboradores meus acompanharam dia 31/08/2006, delegação da Odebrecht em visita ao Ministro de Estado das Obras Públicas, Serviços e Habitação, Salvador Ric Riera, e ao Vice-Ministro de Eletricidade e Energias Alternativas, Jerges Mercado Suárez. A delegação da Odebrecht, chefiada pelo Diretor Superintendente para o Cone Sul, Daniel Villar, apresentou exposição dos projetos que estão sendo realizados, no lado brasileiro, para a futura geração de eletricidade na região dos rios Madeira-Mamoré e propuseram parceria para realização de empreendimento semelhante no lado boliviano.

2. O Ministro Salvador Ric Rieva mostrou-se bastante interessado na oferta da Odebrecht de realizar estudo de viabilidade na região dos rios Madeira e Mamoré do lado boliviano para a eventual construção de duas usinas hidroelétricas - uma na fronteira dos dois países e uma inteiramente em território boliviano. As perguntas do Ministro se concentrram em saber sobre tipos de financiamento, capacidade de geração energética das duas futuras usinas, custo de produção e venda do quilowate gerado e garantias de importação, pelo lado brasileiro, do excedente produzido.

3. O Ministro instruiu seu Vice-Ministro a iniciar, imediatamente, tratativas para a assinatura de um Memorando

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 04/09/2006 19:16:54 N.°: 01318
CARAT=Reservado

de Entendimento (MOU) entre a ENDE e a empresa brasileira para a realização de um estudo prévio de viabilidade. A boa vontade do Ministro, aparentemente, possibilitará a superação das dificuldades que a Odebrechet tem tido nos últimos anos, para levar adiante oferta semelhante. Acordou-se que a empresa brasileira prepararia um esboço de MOU que seria encaminhado ao Ministério na próxima semana.

4. A delegação da Odebrecht extendeu sua estada em La Paz para dar andamento no tema na próxima semana e está otimista com os sinais de boa vontade e colaboração do Ministro de Estado boliviano. Seguirei informando.

Antonino Mena Gonçalves, Embaixador

JMNV

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 19/11/2004 15:57:00 N.°: 01518
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 19/11/2004 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DSF/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 1478, DET 438
CATEG=MO

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Desenvolvimento do
Rio Madeira. Norberto
Odebrecht. Reunião promovida
pelo Ministro da Presidência.
//

Nr. 01518

RESUMO=
Informa. Relata reunião promovida pelo Ministro da Presidência para tratar dos projetos de desenvolvimento do Rio Madeira - do interesse da empresa Noberto Odebrecht.

Na tarde de anteontem (dia 17 de novembro), teve lugar a reunião promovida pelo Ministro da Presidência, José Galindo, cuja realização adiantei no telegrama de referência, sobre os projetos de desenvolvimento do Rio Madeira - do interesse da Norberto Odebrecht (construção de duas hidrelétricas: uma binacional e outra exclusivamente em território boliviano).

2. Compareceram, além de representante da empresa brasileira (José Bonifácio Pinto) e do Chefe do SECOM desta Embaixada, o Ministro de Obras e Serviços Públicos interino, Mauricio Navarro; o Vice-Ministro de Eletricidade, Energias Alternativas e Telecomunicações, Carlos Romero; e o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Deputados, Hans Scholz.

3. O Ministro Galindo lamentou que o Superintendente de Eletricidade, Oswaldo Irusta, não pudesse ter comparecido por "razões de força maior" e, secundado pelo Deputado Scholz, pediu ao Ministro Navarro e ao Vice-Ministro Romero que envidassem todos os esforços, em coordenação com a Superintendência de Eletricidade e

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 19/11/2004 15:57:00 N.°: 01518
CARAT=Reservado

com a Odebrecht, para encontrar uma fórmula capaz de possibilitar o atendimento da solicitação de pré-licença apresentada pela empresa brasileira para realizar os estudos de viabilidade. Referiu-se, nesse contexto, à importância estratégica dos dois projetos para o desenvolvimento sustentável da Bolívia e ao fato de terem ambos sido inseridos na agenda bilateral por iniciativa dos próprios mandatários.

4. O representente da Odebrecht, por sugestão das autoridades bolivianas, concordou em propor à sua empresa a assunção de um compromisso formal em dois níveis, perante a Superintendência de Eletricidade: a) criar uma empresa neste país nos termos exigidos pela legislação boliviana; b) aguardar a negociação de um acordo bilateral antes de solicitar a licença definitiva para a concessão das obras, sempre na hipótese de que os resultados dos estudos de viabilidade sejam positivos. Houve consenso, contudo, no entendimento de que tais condições, embora possam ser legítimas, não devem ser aplicadas no estágio atual do processo.

5. Navarro e Romero ficaram de conversar com o Superintendente de Eletricidade sobre a conveniência de outorga da pré-licença sob a fórmula acima mencionada, uma vez que seriam atendidas as duas principais preocupações que justificaram a denegação pela citada instituição, em primeira instância, do pedido apresentado pela Odebrecht. Concordaram em que a Comissão binacional, a ser criada para tratar de projetos de desenvolvimento do Rio Madeira, seria o foro adequado para o acompanhamento destes dois projetos e para a negociação dos instrumentos bilaterais que se venham a fazer necessários à sua implementação (vide desptel de referência e parágrafo 17 da declaração presidencial de 18 de novembro de 2003).

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 10/11/2004 15:38:00 N.°: 01478
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 10/11/2004 (RCSC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DSF/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 1454, TEL 1477
CATEG=MO

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Desenvolvimento do
Rio Madeira. Projetos da
Norberto Odebrecht. Conversa
com o Ministro da Presidência.
//

Nr. 01478

Informo. Na minha reunião com o Ministro da Presidência, José Galindo, objeto do telegrama 1477, tomei a iniciativa de indagar sobre as perspectivas dos projetos de desenvolvimento do Rio Madeira (construção de duas hidrelétricas: uma binacional e outra exclusivamente em território boliviano). Recordei-lhe que o pedido de pré-licença da Norberto Odebrecht para realizar os estudos de viabilidade haviam sido denegados em primeira instância pela Superintendência de Eletricidade e que a empresa brasileira tinha apresentado um recurso.

2. Galindo reagiu positivamente à minha pergunta e a meus comentários e, sem entrar em pormenores, adiantou que promoverá uma reunião entre todas as partes diretamente envolvidas, na semana que vem, para tratar do assunto (Ministro de Obras e Serviços Públicos, Vice-Ministro de Eletricidade, Energias Alternativas e Telecomunicações, Superintendência de Eletricidade e Norberto Odebrecht).

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 08/10/2004 13:24:00 N.°: 01329
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 08/10/2004 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DAM II/DIR/DP
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 1302
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Desenvolvimento do
Rio Madeira. Apresentações da
Odebrecht. Viagem do Chefe do
SECOM a Santa Cruz.
//

Nr. 01329

RESUMO=
Informo e peço providência. A Norberto Odebrecht fará apresentações sobre seus projetos de desenvolvimento do Rio Madeira nos dias 20 e 21, em La Paz e Santa Cruz de la Sierra, respectivamente. Agradeceria autorização de diárias e passagem aérea (via reembolso) para que o Chefe do SECOM possa representar esta Embaixada no segundo evento.

Nos dias 20 e 21 de outubro corrente, a empresa Norberto Odebrecht estará realizando exposições sobre seus pretendidos projetos de desenvolvimento do Rio Madeira em La Paz e Santa Cruz de la Sierra, respectivamente. Estão sendo convidadas autoridades nacionais e locais, parlamentares, empresários, engenheiros, geólogos, jornalistas e formadores de opinião.

2. Tais eventos, que estão sendo organizados pela Câmara Nacional de Comércio Boliviano Brasileira (CNCBB), tinham sido marcados com antecedência. A Odebrecht não trabalhava com a hipótese de resposta negativa ao seu pedido de licença para a elaboração dos estudos de pré-viabilidade de duas hidrelétricas com eclusas por parte da Superintendência de Eletricidade.

3. A Odebrecht decidiu levar adiante a realização das duas apresentações, tendo em vista que, nos dias 20 e 21 do corrente, o recurso por ela apresentado ainda estará

tramitando e que o escritório de advocacia contratado para assessorá-la acredita no êxito do processo judicial que está sendo movido pela empresa contra a decisão desfavorável da Superintendência.

4. Para tanto, segundo representantes da Odebrecht, muito deverá contribuir a Nota Verbal passada por esta Embaixada à Chancelaria boliviana confirmando o objetivo do Governo brasileiro de criar uma Comissão Binacional para analisar projetos de desenvolvimento do Rio Madeira, tal como previsto no parágrafo 17 da Declaração Presidencial de 18 de novembro de 2003.

5. Ainda de acordo com a Odebrecht, o Deputado Hans Scholz, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Deputados deste país, teria decidido apoiar os projetos, após inteirar-se do teor da citada Nota e das implicações reais de um mero estudo de pré-viabilidade. O parlamentar, ademais, teria ficado entusiasmado com a envergadura e alcance dos projetos, durante sua recente viagem a São Paulo para reunir-se com representantes da empresa.

6. Tanto a Odebrecht quanto a CNCBB encareceram que esta Embaixada se faça representar nas duas apresentações, com o qual concordo, tendo em vista a importância dos projetos em tela nos planos político e de promoção comercial. Nessas condições, agradeceria fosse examinada a possibilidade de autorização de diárias e passagem aérea para Santa Cruz de la Sierra para o Chefe do SECOM. O Conselheiro Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva chegaria àquela cidade na tarde do dia 21 e retornaria a La Paz na manhã do dia seguinte. Apreciaria pudesse ser a passagem aérea objeto de reembolso, por conveniência administrativa do Posto.

CARMELITO DE MELO, Encarregado de Negócios a.i.

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 17/12/2003 20:53:20 N.°: 01520
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 17/12/2003 (RCSC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DOC/DPB
DESCR=PEXT-BRAS-BOLI
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Energia e
navegação. Aproveitamento
do Rio Madeira. Missão da
Norberto Odebrecht e Furnas.
Relato.
//

Nr. 01520

RESUMO=
Informa e sugere providência. Relata resultados de missão a La Paz da Norberto Odebrecht e Furnas, para tratar do aproveitamento do Rio Maderia (hidroeletricidade e navegação). O Memorandum de Entendimentos relativo ao estudo de pré-viabilidade poderá ser assinado no decorrer de janeiro próximo. O lado boliviano deverá propor ativação da Comissão e defende conveniência de acordo governamental.

ROGO RETRANSMITIR PARA ÀS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

. Esteve em La Paz, nos dias 10 e 11 do corrente, missão da Norberto Odebrecht e Furnas, para tratar do tema do aproveitamento em termos de geração de energia hidroelétrica e de navegação do Rio Madeira (construção das hidroelétricas de Santo Antônio, Jirau e Cachuela Esperanza, todas com eclusas). A missão fez duas apresentações: uma fechada, para o alto comando da Marinha, e outra em evento promovido pelo Foro das Américas (vide telegrama em separado). Nessas apresentações, buscou demonstrar a viabilidade do projeto em todos os seus aspectos, inclusive ambiental, no que foi bem-sucedida.

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 17/12/2003 20:53:20 N.°: 01520
CARAT=Reservado

2. A missão reuniu-se, ademais, acompanhada de diplomatas desta Embaixada, com o Ministro de Obras e Serviços Públicos, Jorge Urquidi Barrau, e com o Vice-Ministro de Eletricidade e Energias Alternativas, Carlos Romero, para negociar os termos do Memorandum de Entendimentos necessário à realização pela Norberto Odebrecht do estudo de pré-viabilidade desse empreendimento binacional. O lado boliviano confirmou o firme interesse do Governo deste país na implementação do projeto e ficou de apresentar à empresa brasileira, até janeiro de 2004, contraproposta de Memorandum de Entendimentos.

3. A proposta da Norberto Odebrecht continha cláusulas que não puderam ser aceitas pelo Ministério de Obras e Serviços Públicos, por implicarem compromissos seja de exclusividade em relação à fase de implementação do projeto, seja sobre assuntos fora da sua competência direta, basicamente apoio logístico (área de atuação das Forças Armadas). A Norberto Odebrecht, em princípio, concordou com as mudanças propostas. O lado boliviano ficou também de confirmar o órgão do Governo deste país mais apropriado para assinar o Memorandum de Entendimentos com a empresa brasileira.

4. O Ministro de Obras e Serviços Públicos adiantou que pediria à Chancelaria boliviana a pronta ativação da Comissão que seria criada para tratar do tema (vide parágrafo 13 do Comunicado Conjunto presidencial emitido quando da visita do ex-Presidente Sánchez de Lozada ao Brasil, em 28 de abril último). Quando da visita do Presidente Carlos Mesa ao nosso país, em 18 de novembro passado, reiterou-se no mais alto nível a importância do pronto estabelecimento dessa Comissão (vide parágrafo 16 do Comunicado Conjunto presidencial).

5. O lado boliviano, finalmente, insistiu na conveniência de um acordo governamental que sirva como guarda-chuva principalmente para a etapa de implementação do projeto.

6. Sugiro retransmissão deste telegrama para o Ministério de Minas e Energia.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 26/11/2004 19:43:00 N.°: 01548
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 26/11/2004 (TFAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DSF/DIR
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=TEL 1547
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Estrada Roboré-
Puerto Suarez. Financiamento
do PROEX. Conversa com o
Presidente Carlos Mesa.
//

Nr. 01548

RESUMO=
Informo. O Presidente Carlos Mesa comentou-me que contatará o Presidente Lula da Silva, muito proximamente, para voltar a ressaltar a importância da construção da estrada Roboré-Puerto Suarez e a necessidade de concessão de financiamento do PROEX para o êxito do processo licitatório. A próxima reunião do COFIG terá lugar no dia 30 de novembro corrente.

Antes do início propriamente dito do evento da Câmara Nacional de Comércio Boliviano Brasileira, objeto do telegrama de referência, tive a oportunidade de estar reunido em uma sala reservada com Presidente Carlos Mesa. Estiveram presentes também o Ministro de Desenvolvimento Econômico, Horst Grebe, o Ministro de Minas e Hidrocarbonetos, Guillermo Torres, e o Gerente do Banco do Brasil na Bolívia e Presidente da Câmara de Comércio, José Eneas Bueno Júnior.

2. Por iniciativa do mandatário boliviano, foi abordado o tema das licitações dos dois trechos em que foi dividida a estrada Roboré-Puerto Suarez (a entrega das ofertas está prevista para os dias 15 e 16 de dezembro). Mesa significou a importância da construção da estrada para a Bolívia e, em particular, para a relação entre o Governo Nacional e a Província de Santa Cruz. Chegou a comentar que eventual revés no processo licitatório poderia repercutir na estabilidade interna.

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 26/11/2004 19:43:00 N.°: 01548
CARAT=Reservado

3. Horst Grebe aduziu que apenas empresas brasileiras adquiriram os editais e estão participando das licitações (as empresas são as seguintes: ARG de Minas Gerais, Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Queiroz Galvão). Para Grebe, esta é uma evidência clara de que tão somente empresas brasileiras poderiam estar em condições de preencher os requisitos fixados nos editais, entre os quais sobressai a necessidade de crédito concessional, com um componente de doação de 35% (parâmetro do FMI).

4. Tomamos conhecimento, através do representante do Banco do Brasil, de que a próxima reunião do Comitê de Financiamento e Garantia (COFIG) terá lugar na próxima terça-feira (dia 30 de novembro) e que nela poderão vir a ser analisados os pedidos de crédito das empresas brasileiras participantes das licitações acima mencionadas.

5. O Presidente Mesa, nesse contexto, adiantou que entraria em contato com o Presidente Lula da Silva, muito próximamente, e que, na linha da conversa entre ambos à margem da Cúpula do Grupo do Rio, voltaria a significar a importância da estrada Roboré-Puerto Suarez e a necessidade de outorga de linhas de crédito do PROEX para o êxito das licitações correspondentes.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 31/10/2007 19:54:45 N.°: 01599
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 31/10/2007 (LPM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DEMA/DRN
DESCR=PEXT
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Hidrelétricas em território boliviano. Reunião com Senador Roger Pinto. Convite à Embaixada.
//

Nr. 01599

Recebi hoje a visita do Senador Roger Pinto, do PODEMOS, oriundo do Departamento do Pando, que veio conversar sobre o interesse da região amazônica boliviana no desenvolvimento hidrelétrico da bacia do Rio Madeira. Manifestou o enorme desejo da região no aproveitamento do potencial energético da área e, para tanto, sublinhou a necessidade de o país contar com um estudo abrangente que indique claramente e com detalhes técnicos o caminho a ser seguido. Insere-se nesse contexto o interesse de sua região no desenvolvimento das represas de Cachuela Esperanza e outra na fronteira com o Brasil.

2. Mencionou que já se havia iniciado um diálogo entre representantes parlamentares da região - da oposição e da situação - com o governo sobre o tema, que incluiria conversações já adiantadas com o próprio Presidente Evo Morales. Ressaltou, a propósito, encontrar boa disposição por parte do Chanceler Choquehuanca (com quem conversou em várias oportunidades sobre a questão), o qual havia deixado de lado uma postura de forte oposição aos projetos. Via igualmente um refluxo na predominância dos conceitos e visões caras a ONGs no seio do governo, que se estaria voltando a uma posição mais pragmática com relação ao assunto. Segundo Roger Pinto, as ONGs eram "donas da verdade" e o governo escutava unicamente suas opiniões. Nota, portanto, que o governo começou a adotar uma nova perspectiva quanto ao tema. Nesse sentido, o Chanceler Choquehuanca teria solicitado ao

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 31/10/2007 19:54:45 N.°: 01599
CARAT=Reservado

Ministro Villegas (que passou a encarregar-se também da área elétrica) a apresentação de propostas e alternativas para a região dentro de um prazo de 30 dias. Adiantou, no entanto, que no Congresso ainda há alguns poucos colegas que seriam suscetíveis a pontos-de-vistas ambientais radicais.

3. O Senador Roger Pinto aproveitou para assinalar que, nos dias 13 e 14 de novembro, será realizado, na cidade boliviana de Cobija, um seminário intitulado "Gestão de recursos hídricos e mega-investimentos na Amazônia Sul-Ocidental", organizado por Minimap-Cuencas (MAP=Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil e Pando-Bolívia), com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre, Herencia (Bolívia), LIDEMA (Bolívia) e WWF (Brasil). O objetivo seria o de discutir com a sociedade civil e os gestores locais os impactos sócio-ambientais de mega-investimentos na região e buscar soluções conjuntas - sendo o foco do seminário o desenvolvimento da bacia do Rio Madeira. Estariam sendo convidadas autoridades locais brasileiras e representantes da Odebrecht e de Furnas. Nesse sentido, o Senador Roger Pinto formulou convite a que a Embaixada também se fizesse presente.

4. Em vista da natureza do assunto e da necessidade de se manter contactos e de incentivar iniciativas desse tipo, quero crer que seria útil a presença de representante da Embaixada no evento.

5. Sugiro a ida, na qualidade de observador, do Conselheiro João André Pinto Dias Lima a Cobija. Caso Vossa Excelência esteja de acordo, muito agradeceria as providências administrativas correspondentes.

Frederico Cezar de Araujo, Embaixador

JA

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 14/12/2004 20:16:00 N.°: 01608
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 14/12/2004 (RCSC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DIR
DESCR=XPRO-BRAS-BOLI
REF/ADIT=DET 438
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Promoção
Comercial. Investimentos.
Desenvolvimento do Rio
Madeira. Comissão Binacional.
Nota da Chancelaria local.
//

Nr. 01608

RESUMO=
Informo e peço orientação. A Chancelaria boliviana reagiu positivamente à proposta brasileira de criação de uma Comissão Binacional para exame de projetos de desenvolvimento do Rio Madeira, propondo minuta de texto de acordo para adoção mediante troca de Notas Reversais.

Transmiti, pelo fax 200, cópia da Nota Verbal VREC-DGRB-DAM-539/04 da Chancelaria boliviana, de 10 de dezembro de 2004, relativa à proposta do Governo brasileiro de criação de uma Comissão Binacional para a análise de Projetos sobre Desenvolvimento do Rio Madeira, formalizada por esta Embaixada por meio da Nota Verbal n? 322, de 5 de outubro último, em cumprimento à instrução de Vossa Excelência recebida pelo desptel de referência.

2. A Nota da Chancelaria local traz em apenso minuta de texto de proposta boliviana, também transmitida pelo fax 200, para a criação da referida Comissão mediante troca de Notas Reversais. O teor da proposta deste país, s.m.j., parece estar em sintonia com o disposto sobre a matéria no parágrafo 17 do Comunicado Conjunto presidencial de 18 de novembro de 2003. Permito-me sugerir, porém, uma mudança no parágrafo 10 do texto boliviano, cuja redação atual é a seguinte: "A solicitud de cualquiera de las partes, por via diplomática, se podrá ampliar el ámbito de aplicación de las funciones de la Comisión". Proponho que a redação desse parágrafo passe a ser a que se segue: "En la hipótesis de que

las dos partes estén de acuerdo, se podrá ampliar el ámbito de aplicación de las funciones de la Comisión".

3. Recordo que a criação da Comissão Binacional em tela deverá criar condições para a concessão pela Superintendência de Eletricidade da Bolívia de pré-licença para a Norberto Odebrecht realizar os estudos de viabilidade de dois projetos de desenvolvimento do complexo do Rio Madeira: a construção de uma hidroelétrica binacional no referido rio e a construção de uma hidrelétrica exclusivamente boliviana no Rio Beni. Ao que tudo indica, a pré-licença, negada em primeira instância e atualmente objeto de recurso judicial por parte da Norberto Odebrecht, poderia vir a ser concedida já no decorrer da primeira semana de janeiro de 2005.

4. Peço orientação, com a possível brevidade, sobre como devemos reagir ao texto proposto pelo Governo boliviano.

ANTONINO MENA GONÇALVES, Embaixador

CHMAS

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 03/12/2007 20:31:20 N.°: 01776
CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 03/12/2007 (LPM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DAM II
DESCR=ETRA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 802
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Infra-
estrutura de transportes.
Missão do Ministério dos
Transportes.
//

Nr. 01776

A missão chefiada pelo Diretor-Geral do DNIT, Dr Luiz Antônio Pagot, integrada ainda por engenheira do DNIT, por representante do Governo de Mato Grosso junto à Presidência da República, além de diplomatas desta Embaixada e da DECAS, visitou, no último dia 30 de novembro, a partir de Cochabamba, o trecho da rodovia Cochabamba-Santa Cruz para cuja construção as autoridades bolivianas desejariam obter cooperação da parte brasileira. Participaram igualmente da missão os diretores gerais das empresas Odebrecht e Camargo Correa na Bolívia, os quais estavam acompanhados de engenheiros daquelas construtoras que se deslocaram especialmente do Brasil para a visita. Representantes da Agencia Boliviana de Caminos-ABC conduziram a delegação brasileira em todo o percurso, além de fornecer, em reuniões técnicas, as informações solicitadas pelo lado brasileiro.

2. A visita concentrou-se em cerca de 150 kms de estrada entre Cochabamba e Villa Tunari, com especial ênfase em trecho rodoviário de 25 Kms localizado em El Chaparre, denominado El Sillar, onde as autoridades bolivianas desejariam construir nova rodovia, paralela à existente, que vem apresentando dificuldades técnicas em função de "falhas geológicas" do terreno.

De: BRASEMB LA PAZ Recebido em: 03/12/2007 20:31:20 N.°: 01776
CARAT=Reservado

3. O estudo final de engenharia e viabilidade técnica está a cargo de um consórcio de empresas alemãs, espanholas e bolivianas e deverá estar finalizado em fevereiro ou março próximo. Trata-se, de acordo com a ABC, do mais completo estudo já feito na Bolívia, que contaria inclusive com avançada análise geológica dos terrenos. Trata-se de um trecho rodoviário complexo, com vários cortes de montanhas, cerca de 12 pontes e dois túneis.

4. As empresas brasileiras convidadas manifestaram interesse no assunto, ainda que mencionassem a complexidade do empreendimento e os custos envolvidos (a parte boliviana indica como US$ 110 milhões o valor aproximado da obra nesses 150 Kms). Tanto o lado boliviano como o brasileiro concordaram que a questão básica seria o financiamento da obra, especialmente diante da decisão da CAF de já não fornecer garantias aos empréstimos de outros países (que, até o momento, vêm viabilizando os financiamentos brasileiros a empreendimentos rodoviários), preferindo ela própria financiar diretamente os países.

5. Antes de partir, o Dr Pagot afiançou que, até esta próxima quarta-feira, deverá reunir-se com o Secretário-Executivo e com o Ministro dos Transportes para alinhavar uma proposta de cooperação a ser apresentada durante a visita presidencial.

Frederico Cezar de Araujo, Embaixador

JA

Para: BRASEMB LIMA Expedido em: 11/10/2004 20:27:00 N.°: 00668
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Lima
Em 11/10/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DOC/DIR
DESCR=GVIO-PERU
REF/ADIT=TEL 1357
CATEG=MG

//
Peru. Visita ao Brasil do
Presidente do Governo Regional
de Lambayeque a Brasília.
//

Nr. 00668

Em 23 de setembro último o Presidente do Governo Regional de Lambayeque, senhor Yehude Simon, foi recebido no Palácio do Planalto pelo Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República. Na ocasião, agradeceu a oportunidade da audiência e pediu fossem transmitas ao Senhor Presidente da República as expressões de sua simpatia e admiração. Observou que há muito acompanhava a trajetória do mandatário brasileiro, com quem partilha, entre outros, o compromisso com a integração do continente. Ressaltou que estava "na luta pela integração" há muito tempo, interessando-lhe hoje, em especial, os projetos na área energética e de transportes. Neste último caso, referiu-se ao interesse na construção do corredor bi-oceânico ligando, pelo Peru, o Brasil ao Pacífico. Expressando preocupação com a "lentidão" das ações de integração, notou ser preciso que os vários agentes desse processo, como os governos provinciais, empenhem-se em acelerar a implementação de atividades.

2. O Professor Marco Aurélio Garcia agradeceu a visita da autoridade peruana e acentuou o compromisso do Governo brasileiro em buscar ativamente a

integração continental. Disse que a morosidade da implementação das ações é hoje vista com preocupação no Governo e pelo próprio Presidente da República, assinalando haver muitos projetos pendentes, como na área de estradas. Pelo lado brasileiro, indicou a existência de dificuldades que o Governo busca, tanto quanto possível, superar, lembrando que os empecilhos são não apenas burocráticos e financeiros, mas também de natureza legal.

3. O político peruano disse estar empenhado na conclusão de 110 Km de estrada para a ligação ao Brasil pelo norte do Peru. O projeto, a cargo da Odebrecht, já contaria com financiamento de 200 milhões de dólares (CAF, Proex e Governo peruano), no que seria a primeira Parceria Público-Privada do País. Explicou que sua visita prende-se ao interesse em desenvolver parceria com o Brasil em projetos, em sua província, de plantação de arroz a seco, de produção de cana de açúcar e etanol e de desenvolvimento do turismo. Comentou o encontro de trabalho que manteve com o Governador de Goiás, Marconi Perillo, que aceitou seu convite para visitar a província de Lambayeque. O Presidente Simón enfatizou a necessidade de "as coisas acontecerem", mesmo que seja sem a participação do Governo federal, acentuando que, ainda assim, buscaria conversar com o Presidente Toledo.

4. A respeito da política peruana, comentou que o quadro é ainda muito indefinido para uma futura sucessão, aludindo a recente pesquisa eleitoral que mostrava os ex-Presidentes Fujimori e Garcia e o Presidente Toledo com índices bastante semelhantes. O Assessor Especial comentou que, do ponto de vista do Governo brasileiro, não haveria mudanças nas relações com o Peru, que continuariam no seu patamar de excelência, qualquer que seja o vencedor das eleições presidenciais. Aduziu que nossa integração comercial com os andinos seguirá independente das negociações comerciais que esses países mantém com os EUA, no que Simón asseverou que o Presidente Lula é o líder da região e que esta deveria unir-se primeiro para só então negociar em conjunto com Washington.

5. Em seguida, o Presidente do Governo Regional de Lambayeque foi recebido em audiência pelo Senhor Secretário-Geral, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em ambiente bastante cordial, o senhor Simón, após manifestar satisfação com o encontro

mantido com o Professor Marco Auréelio Garcia, enfatizou seu interesse em participar do esforço em favor da integração sul-americana, destacando, nesse aspecto, o empenho na construção do corredor bi-oceânico. Nesse sentido, ressaltou sua convicção de que a única possibilidade de se dar conseqüência à aliança estratégica entre Peru e Brasil está na integração física entre os dois países e que sua amizade com o Presidente Toledo lhe permitirá trabalhar também em favor da integração de seu país com o Mercosul.

6. O visitante diz-se muito satisfeito com os encontros realizados e com a acolhida que vinha recebendo no Brasil, tendo informado que seguiria em 24/09 para o Rio de Janeiro, onde manteria entrevista com a presidência do BNDES. Dada sua constatação do desenvolvimento do setor no Brasil, expressou ainda interesse no adensamento das relações bilaterais na área agrícola e explicitou ter o Brasil em sua pessoa um aliado muito forte.

7. O Ministro de Estado, interino, ressaltou a coincidência de pontos de vista com o Senhor Yehude Simón no que diz respeito ao projeto de integração sul-americano, em todos os seus níveis. Disse ao interlocutor que o Brasil deve ser visto como um irmão de seus vizinhos, que enfrenta desafios semelhantes, de dimensões às vezes muito maiores, sempre disposto a auxiliá-los e a promover iniciativas de integração que venham a trazer progresso e prosperidade às populações de todos os países sul-americanos.

EXTERIORES

RACB

Para: BRASEMB LIMA Expedido em: 31/12/2004 09:51:00 N.°: 00874
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Lima
Em 31/12/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAS/DAM II/DOC
DESCR=XCOR
CATEG=MG

//
BID. Projeto Olmos. Contrato
de garantia. Pedido de remessa
de cópia.
//

Nr. 00874

Rogo obter, informalmente e com a discreção cabível, cópia do contrato entre o BID e o Governo do Peru pelo qual o Banco concede garantia ao financiamento para execução do Projeto Olmos, de que foi encarregada, em 22 de julho de 2004, a construtora Norberto Odebrecht.

EXTERIORES

EB

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 06/01/2006 15:17:00 N.°: 00020
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 06/01/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II/DOC/DIC/DPG
DESCR=XPRO-BRAS-PERU
REF/ADIT=TEL 1425 2005
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Integração física.
Rodovia Interoceânica.Declarações
do Diretor da ProInversión e do
Ministro de Transportes.
//

Nr. 00020

Rogo retransmissão, via clic, para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

O Diretor Executivo da agência peruana de promoção de investimentos privados (ProInversión), René Cornejo, informou recentemente, em declarações à imprensa, que a concessão das obras de manutenção dos trechos 1 (entre Urcos e o porto de San Juan de Marcona) e 5 (entre Azángaro e os portos de Ilo e Matarani) da Rodovia Interoceânica deverá ser entregue no primeiro trimestre de 2006. O anúncio da licitação foi publicado pela ProInversión em outubro passado(ver tel 1425).

2. Trata-se dos trechos já asfaltados do grande eixo rodoviário que ligará a cidade de Iñapari, na fronteira com o Brasil, aos mencionados portos no Oceano Pacífico. A concessão dos trechos 1 e 5 consiste basicamente na manutenção das vias, já que o único trecho a asfaltar, entre as cidades de Tirio e Majalso, é muito curto.

3.Cornejo esclareceu que a agência ainda não definiu se haverá subsídio do Estado para a manutenção dessas vias, levando em conta que os trechos já estão asfaltados e considerável fluxo veicular registrado. "Estamos procurando minimizar o compromisso do Estado; para tanto a agência está concluindo estudos, percorrendo toda a estrada, fazendo levantamentos e estimativas de custos de manutenção, melhoramentos e demais obras necessárias". Informou que os concessionários dos demais trechos da Interoceánica, que incluem as empreiteiras brasileiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, também poderão

participar das concessões dos trechos 1 e 5.

4. O Ministro de Transportes e Comunicações, José Ortiz, por sua vez, defendeu publicamente a Interoceânica em recente seminário sobre a estrada, organizado pela Asociación Peruana de Caminos. Ortiz informou que os estudos definitivos para os cinco trechos da Interoceânica deverão estar concluídos nos primeiros meses de 2006. Reconheceu que os recursos de seu Ministério estão comprometidos com a construção da Interoceânica, mas assegurou que a obra "no será un elefante blanco". Nesse sentido, destacou que os recursos não se destinam a edificar sedes institucionais, nem à cobertura de despesas burocráticas, mas à execução de obra essencial de infraestrutura, razão de ser do orçamento de sua pasta.

5. Recordou que em cumprimento de norma que determina a formulação de planos de desenvolvimento de corredores econômicos foi criada comissão técnica para buscar mecanismos de atração de investimentos privados ao longo da estrada, a fim de garantir progresso e desenvolvimento econômico às regiões beneficiadas. Segundo o Ministro, a comissão, presidida pelo presidente do Conselho Nacional de Descentralização, pretende viajar ao Brasil para manter reuniões de trabalho com autoridades e empresários. Estimou que até o fim de janeiro a tarefa da comissão deverá estar concluída, resultando numa série de recomendações sobre projetos de investimentos na região.

Ademar Seabra da Cruz Júnior, Encarregado de Negócios, a.i.

MRAR

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/01/2006 15:09:00 N.°: 00028
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 11/01/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DECAS/DIR/DNU/DEMA/SPD/AIG
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=ONUBRMS,OEABRMS,SCABRAZ
REF/ADIT=DET 00004
CATEG=MG

//
Brasil-Peru.Encontro Lula-Toledo
em Assis Brasil e Iñapari.
Inauguração da ponte sobre o rio
Acre. Temas de conversação.
//

Nr. 00028

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Apresento a seguir sugestões de temas que poderão ser tratados nas conversações que os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo terão por ocasião de seu encontro para a inauguração da ponte sobre o rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari, no dia 21 de janeiro.

- Ressaltar a importância da inauguração da ponte internacional sobre o rio Acre, construída pelo Governo do Estado do Acre com recursos do Governo Federal. Trata-se da primeira ponte a ligar o Brasil e o Peru, que compartilham uma fronteira de mais de 3000 quilômetros.

- A ponte é elo fundamental no extenso eixo viário que é integrado, do lado brasileiro, pelas rodovias asfaltadas que ligam Assis Brasil a Rio Branco e Porto Velho e ao conjunto da malha rodoviária brasileira e, do lado peruano, pelas estradas que compõem a "Carretera Interoceánica" que está sendo construída por empresas brasileiras com financiamento do Proex e que vincularão a fronteira Brasil-Peru aos portos do Sul peruano, passando por Puerto Maldonado, Cusco, Puno e Arequipa.

- Comentar a situação e as perspectivas políticas e econômicas no Brasil e no Peru ao iniciar-se este ano em que haverá eleições presidenciais nos dois países (o primeiro turno peruano será em 9 de abril, o segundo em 7 de maio, a

posse do novo presidente em 28 de julho).

- Comentar o quadro político em países sul-americanos como a Bolívia (Alejandro Toledo estará em La Paz no dia seguinte para a posse de Evo Morales), Chile, Venezuela, Colômbia e Equador.

- Expressar reconhecimento pelo papel decisivo desempenhado pelo Presidente Toledo no processo de criação da Comunidade Sul-americana de Nações.

- Assinalar a densidade cada vez maior do relacionamento Brasil-Peru, no contexto do processo de construção da Aliança Estratégica que os Presidentes Lula e Toledo anunciaram em 2003.

- Confirmar a visita oficial que o Ministro Celso Amorim deverá fazer a Lima em 17 de fevereiro a convite do Chanceler Oscar Maúrtua. A visita ministerial contribuirá para dar impulso adicional ao excelente relacionamento Brasil-Peru e será boa ocasião para tratar de temas específicos suscitados pelo Governo peruano como os referentes à navegação fluvial (objeto de carta do Presidente Toledo ao Presidente Lula) e à cooperação em matéria de defesa. Durante a visita deverão ainda ser assinados acordos bilaterais - como o referente à bitributação.

- Nesse encontro presidencial em plena Amazônia, cabe reafirmar o compromisso de cooperação bilateral em matéria de meio ambiente, de proteção das comunidades indígenas e de luta contra o narcotráfico e outros ilícitos.

- Expressar satisfação pela entrada em vigor, em setembro, do acordo que dispensa a apresentação de passaporte para que brasileiros e peruanos possam visitar-se, passo auspiciosamente simbólico do processo de integração sul-americano.

- Sublinhar a importância de promover a criação de novas linhas aéreas transfronteiriças.

- Indicar nossa esperança de que o Congresso Nacional aprove logo o memorando de entendimento sobre SIVAM-SIPAM.

- Solicitar ao Presidente Toledo uma avaliação sobre o sentido da recente conclusão de um Tratado de Livre Comércio Peru-EUA, tendo em mente o Acordo Mercosul-Peru que vem de ser formalizado na ALADI.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/01/2006 15:09:00 N.°: 00028
CARAT=Reservado

- Indicar nossa satisfação com o fato de haver o Peru assumido este mes o assento no Conselho de Segurança que foi ocupado pelo Brasil no biênio 2004-2005, assinalando nossa disposição de prestar ao Peru toda a cooperação cabível no exercício de seu mandato. Agradecer o reiterado apoio do Presidente peruano à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho.

- Comentar as perspectivas da operação das Nações Unidas no Haiti, de que participam forças peruanas.

- Observar que o comércio Brasil-Peru continua crescendo e chegou em 2005 a um total de US$1,4 bilhão de dólares, um aumento de mais de 42% sobre o total de 2004. Cresceram as exportações brasileiras e cresceram as peruanas; o intercâmbio continua a registrar importante superávit em favor do Brasil. Devemos promover a expansão do comércio bilateral, em termos mais equilibrados, com melhor aproveitamento das oportunidades que se abrem com a construção da Rodovia Interoceânica e com a entrada em vigor do acordo comercial Mercosul-Peru.

- Mencionar as empresas brasileiras, cada vez mais numerosas, com investimentos e operações produtivas no Peru: Petrobrás (petróleo e gás), CVRD (fosfato), Votorantim (zinco), Vega Upaca Relima (limpeza urbana), as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão, as empresas aéreas Varig, Ocean Air e proximamente TAM, Ambev (cerveja), Natura e O Boticário (cosméticos).

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 28/01/2003 14:31:20 N.°: 00064
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 28/01/2003 (JJSB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIR/DOC/DAM II
DESCR=ECON-XPRO
REF/ADIT=TEL 060
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Programa de
Trabalho da Embaixada em Lima
para 2003. Setores Econômico e
Comercial.
//

Nr. 00064

RESUMO=
Submeto o programa de trabalho dos Setores Econômico e Comercial da Embaixada em Lima, para 2003.

Referência: Aditel 60.

O programa de trabalho dos Setores Econômico e Comercial da Embaixada seria orientado, caso Vossa Excelência haja por bem aprová-lo, pelas seguintes considerações centrais.

Acordo de Livre Comércio

2. O aumento significativo do comércio entre o Brasil e o Peru depende seja da conclusão de um acordo de livre comércio, seja do aprofundamento da lista de concessões mútuas que os dois países poderiam negociar no âmbito do ACE-39.

3. Em dezembro último, iniciou-se a negociação entre o MERCOSUL e o Peru de um acordo de livre comércio, com base no Acordo-Quadro, firmado entre o MERCOSUL e a CAN (dez/02). Os trabalhos foram precedidos de grande expectativa de parte dos peruanos. O Presidente Toledo e o Ministro do Comércio Exterior, Raúl Diez Canseco, apressaram-se em declarações públicas, de conclusão breve das negociações.

4. As reuniões técnicas avançaram, mas, como previsto, não puderam ser conclusivas. A posse do Presidente Lula da Silva fortaleceu a crença das mais altas autoridades peruanas

quanto à solução, em curto prazo, das negociações de comércio. Considerando, de um lado, a projetada visita do Presidente do Brasil a Lima, em maio próximo, e, de outro, o ambiente político criado no Peru, estimo coubesse esforço adicional, com vistas a concluir as referidas negociações. Não sendo possível, que se tentasse aprofundar a lista de concessões mútuas, no âmbito do ACE-39.

Obras de infraestrutura

5. Outra contribuição decisiva para o aumento do intercâmbio bilateral seria a execução de obras de infraestrutura que interconectassem fisicamente o Brasil ao Peru. A esse respeito, amparados pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), dois projetos mereceriam atenção:

- Estrada Tarapoto-Yurimáguas (128 km, US$ 70 milhões).

A interconexão é intermodal e ligará Manaus ao Pacífico norte peruano.

- Estrada do Pacífico (1.200 km, US$ 800 milhões).

Conectará o Acre, cuja estrada até a fronteira já está concluída, à costa sul peruana. A obra poderá ser construída em etapas, a começar pela ponte sobre o Rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari.

6. O governo peruano tem interesse na construção de ambas estradas. O problema é encontrar alguma forma de financiamento que contorne os limites de endividamento (FMI) e não sobrecarregue o orçamento nacional.

7. Para o Brasil, seria também interessante a construção das estradas pelo impulso tanto ao intercâmbio comercial entre o Peru e o Norte e o Noroeste brasileiros, como à nossa exportação de bens e serviços, para as obras de engenharia (Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Correa já estão instaladas no Peru).

8. Incentivei, assim, reunião entre autoridades peruanas e brasileiras, para o estudo de modalidades de financiamento (BSB, em 12/XII/02). Do lado brasileiro, participaram a Secretaria Executiva da CAMEX, BNDES, BB-PROEX, MT, MPOG e MRE e, do peruano, a COFIDE (o BNDES peruano) e Relações Exteriores. Tratou-se, incialmente, da questão do financiamento das referidas estradas e das práticas do novo CCR. A seguir, abordou-se eventual parceria no cofinanciamento entre o Brasil (BNDES, CAMEX, BB), a CAF e a COFIDE, em outros projetos contemplados pela IIRSA.

9. Tratou-se, ainda, da solicitação feita à CAF pela XXIII

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 28/01/2003 14:31:20 N.°: 00064
CARAT=Reservado

Reunião do Conselho do MERCOSUL (dez/02), de "apresentar, num prazo de três meses, proposta de mecanismo de apoio ao CCR, por meio da constituição de um fundo de aval para garantir a liquidez das compensações quadrimestrais, bem como alternativas de mecanismos de mitigação de risco das operações de comércio intra-regional e participação em cofinanciamentos e cobertura de gastos locais dos projetos de desenvolvimento da infraestrutura regional, em especial realizados no marco da IIRSA.". Esclareceu-se, a esse respeito, que, para dar cumprimento a esse mandato, a CAF trabalhará com a CAMEX e o BNDES, e que a COFIDE poderia ser envolvida na tarefa. A CAF aguarda, no momento, uma definição das autoridades brasileiras, para marcar uma reunião em Lima sobre a matéria.

10. Outro resultado da reunião foi o interesse manifesto pela COFIDE de firmar com o BNDES acordo semelhante ao que assinamos com a Índia, para o financiamento de projetos no Peru e no Brasil.

Ações público-privadas

11. Algumas ações público-privadas teriam, igualmente, efetivo impacto sobre os níveis do intercâmbio entre o Brasil e o Peru.

- Investimentos ("Joint-ventures")

12. Além de suas potencialidades internas, o Peru é importante para o Brasil por sua condição de membro da APEC e parceiro do ATPDEA. Neste último caso, as concessões tarifárias habilitam o Peru a competir com seus produtos no mercado norte-americano ao lado dos países andinos, México e Caribe. Vale dizer, o Peru precisa elevar a competitividade de sua oferta exportável para os EUA.

13. O Brasil deveria tentar identificar setores em que conviesse o estabelecimento de "joint-ventures" no Peru, tendo em mente não só o mercado de um país que está crescendo a 4,8%, mas o acesso a terceiros mercados, como o norte-americano. A esse respeito, os setores de calçados, jóias e móveis de madeira, para não mencionar amplas oportunidades em "agrobusiness", poderiam ser considerados.

- Aumento do intercâmbio bilateral

14. Está-se organizando a vinda a Lima de missão da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), para verificar in loco a oferta exportável peruana e, ao mesmo tempo, explorar eventual penetração de nossos produtos neste

mercado.
- Foro Econômico

15. Na coincidência da visita de estado do Presidente Lula a Lima, pretende-se organizar a quarta versão do Foro Econômico, que reunirá empresários/autoridades ligados às áreas de infraestrutura e financiamento, comércio, e turismo.
- Turismo

16. O transporte aéreo entre o Brasil e o Peru depende exclusivamente de freqüências no trecho Lima-São Paulo/Rio. Uma viagem de Manaus ou Rio Branco a Lima pode tardar mais de 30 horas. As perspectivas comerciais entre o Norte e Noroeste do Brasil e o Peru, sem mencionar as possibilidades do turismo "místico" peruano (Cusco, Nasca) e do ecoturismo brasileiro, mais do que justificariam explorar, com firmas regionais, a ampliação de freqüências aéreas, de resto já autorizadas pelo Acordo (de céus abertos) de Fortaleza.

17. Por outro lado, as experiências brasileiras em projetos, como "Rota 40" e o papel do SEBRAE no treinamento e capacitação de recursos humanos na área do turismo também constituiriam terreno fértil para o estreitamento da cooperação bilateral.

18. Consciente da limitação de recursos, mas confiante em que grande parte desses projetos é realizável com o apoio das entidades públicas e privadas envolvidas, espero poder contar com a alta aprovação de Vossa Excelência, para dar concretude a esse programa de trabalho, que será, caso a caso, objeto de coordenação com a SERE.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

AA

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 28/02/2005 15:00:00 N.°: 00294
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 28/02/2005 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIR/DAM II
DESCR=AMSU
REF/ADIT=TEL 0279
CATEG=MG

//
Peru-Brasil. Relações
econômico-comerciais.
Ministro Luiz Fernando Furlan.
//

Nr. 00294

RESUMO=
Informo. O Ministro Luiz Fernando Furlan reconheceu o dinamismo das relações econômico-comerciais entre o Brasil e o Peru e dispôs-se a receber missão empresarial peruana, chefiada por seu colega do MINCETUR.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

Aditel n. 279.

Acompanhado dos Srs. Aloysio Tupinambá (CAMEX) e Claudio Borges (APEX), o Ministro Luiz Fernando Furlan, do MDIC, recebeu a mim e o Sec. Aloysio Gomide Filho, na tarde do dia 21 último. Louvou a iniciativa de Vossa Excelência de convocar a Brasília os Chefes de Missão em postos da América do Sul, para fazer a apresentação do estado das relações bilaterais e explorar o aproveitamento de novas oportunidades.
2.Após agradecer-lhe a audiência, destaquei a importância das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e o Peru como eixo central da "aliança estratégica", celebrada em agosto de 2003, e procedi à identificação dos avanços logrados em ambas as áreas.
3.Referi-me, em primeiro lugar, à evolução finalmente favorável das negociações sobre o financiamento brasileiro da estrada Interoceânica, obra de extraordinário impacto para o Noroeste brasileiro e a Macrosul peruana, e significado especial no âmbito da integração sul-americana. Registrei nosso reconhecimento pelo papel decisivo da Dra Maria da

Gloria Rodrigues no encontro de soluções criativas e satisfatórias, tanto aos governos brasileiro e peruano, como à CAF, para a conclusão dos entendimentos. Mencionei a coincidência de que, naquele mesmo dia, a Dra Rodrigues estava sendo recebida pelo Presidente Alejandro Toledo, em reunião que incluía autoridades financeiras do Peru e da CAF sobre a questão das garantias.

4.Acrescentei que, no rastro do impulso dado pelo Presidente Lula da Silva às relações do Brasil com Peru, em coerência com o projeto maior de nossa política externa de prioridade à América Latina, tornara-se expressivo o aumento não só dos investimentos brasileiros no Peru, mas também das cifras de comércio. No caso dos investimentos, citei a participação da Votorantim em Cajamarquilla (US$ 220 milhões), Odebrecht em Olmos (US$ 185 milhões), Petrobrás em Talara (US$ 98 milhões), AmBev em Lima (US$ 89 milhões) e Dedini em Chiclayo (US$ 60 milhões). Agreguei a associação entre a "Ocean Air", do empresário brasileiro German Efranovitch, e a "Wayra Peru", para aproveitar o espaço deixado pela retirada do mercado da "Aero Continente", operação que, se bem sucedida, poderá estender-se a vôos transfronteiriços (Rio Branco e Manaus). E completei com a notícia de que a rede de supermercados Macro também poderia estar interessada em instalar-se no Peru.

5.Com relação às cifras de comércio, indiquei ao Ministro que o intercâmbio aumentara em 90%, dos US$ 517 milhões em 2001 para US$ 980 milhões em 2004, mantidas duas características principais: (a) a taxa de cobertura é de 1,8 para o Brasil e (b) as pautas de exportação de ambos os países seguem sendo de produtos primários, no caso peruano, e de produtos com alto valor agregado, no brasileiro. Assinalei, ainda, que o Brasil passou, em 2004, de oitavo para sexto lugar como parceiro comercial do Peru e que, iniciada a construção da Interoceânica, obra que gerará a exportação de US$ 417 milhões de bens e serviços, o Brasil deverá saltar para o terceiro, logo após os EUA e a China. Comentei, no entanto, que, para o Brasil continuar elevando suas vendas, teríamos de comprar mais do Peru, aproveitando os preços e a qualidade de muitos produtos agrícolas deste país e, ao mesmo tempo, reforçando nosso interesse em incrementar o intercâmbio bilateral, mais do que apenas as exportações brasileiras.

6.Recordei ao Ministro estarmos às vésperas da protocolização do acordo de livre comércio entre o Peru e o MERCOSUL, circunstância que amparará a estratégia brasileira de incremento das relações bilaterais, sob cujo estímulo poderia resultar oportuna visita ao Brasil do Sr. Alfredo Ferrero, Ministro do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), à frente de missão empresarial. Sugeri que, além de encontros

em São Paulo e programação em Brasília, a missão peruana deveria ser igualmente convidada a visitar a Zona Franca de Manaus, pólo industrial tão mal compreendido no Peru. 7.O Ministro Furlan agradeceu-me as informações, apreciou o grande dinamismo alcançado pelas relações econômico-comerciais entre o Brasil e o Peru e dispôs-se a colaborar ativamente para os preparativos da visita da missão empresarial peruana, entusiasmando-se com a perspectiva de inclusão de Manaus no roteiro de viagem. Nesses termos, tão logo se dêem as condições para a protocolização do referido TLC, estarei coordenando-me com a SERE e o MINCETUR, para organizar a programa a ser cumprido no Brasil pela missão a ser chefiada pelo Ministro Ferrero.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

AA

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 26/01/2006 15:29:00 N.°: 00140
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 26/01/2006 (JAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAS/DAM II/DECAS/DIR/DSF/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=JAPBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Rodovia
Interoceânica. IIRSA.
Financiamento do PROEX.
Conversa com o Presidente
Toledo.
//

Nr. 00140

PARA CONHECIMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

No contexto de nossa ida à fronteira para a inauguração da ponte sobre o rio Acre, conversei longamente com o Presidente Alejandro Toledo sobre diversos temas da agenda bilateral. Além das informações que transmiti pelo telegrama 114, registro o fato de que fui surpreendido por comentários que me fez o mandatário peruano que indicariam inesperada inflexão quanto à utilização do PROEX como meio de financiamento de US$ 417 milhões do valor total de US$ 890 milhões do projeto da Rodovia Interoceânica. Após lembrar diferentes instâncias das intensas negociações bilaterais que conduziram em 2005 à definição da engenharia financeira do projeto, Toledo assinalou haver agora percebido que para os cofres peruanos o custo da utilização dos recursos do PROEX acabaria na prática saindo sensivelmente maior que a captação de recursos na praça internacional, em particular como reflexo do baixo risco-país do Peru.

2.Ou seja, a Rodovia Interoceânica, que liga a fronteira Brasil-Peru com os portos do sul peruano no oceano Pacífico, passando por Puerto Maldonado, Cusco, Puno e Arequipa, e que é a principal obra do IIRSA no Peru, não deverá mais ser financiada com recursos brasileiros.

3.Busquei nos últimos dias confirmar essa informação com

outros agentes envolvidos na execução da Rodovia Interoceânica - o Representante do Banco do Brasil em Lima, Marcelo Bevilacqua, e o Diretor da sucursal peruana da Odebrecht, Jorge Barata. Ambos me confirmaram a inclinação das autoridades peruanas por uma revisão dos meios de financiamento do projeto.

4.Segundo Bevilacqua, embora o Governo peruano houvesse aceitado originalmente o acordo que incluía o PROEX como forma de financiamento de quase metade do valor do projeto, teria persistido até esse momento forte resistência, especialmente no Ministério de Economia e Finanças, quanto a assumir os riscos da operação de US$ 120 milhões correspondente à garantia a ser emitida por banco de primeira linha no contexto do programa (recordo que a CAF, a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação e o Governo peruano, por meio de banco de primeira linha, assumiriam em partes iguais as garantias relativas ao montante de US$ 417 milhões). A opção favorecida pelo Governo peruano, segundo o representante do Banco do Brasil, seria a captação direta no mercado internacional, apresentando como garantia, por serem negociáveis no exterior, os compromissos de pagamento às empreiteiras no contexto dos programas PAO (Pago Anual de Obras), quando da entrega final da obra, e PAMO (Pago Anual de Mantenimiento y Operación), durante o prazo de concessão e de forma trimestral.

5.O representante da Odebrecht, por sua vez, após confirmar a incidência de maiores custos sob o guarda-chuva do PROEX, assinalou que a empresa vem buscando meios de financiamento junto a bancos de primeira linha que estariam dispostos a financiar o projeto, dentro de condições mais facilitadas. Segundo Barata, é intenção da concessionária poder concretizar as operações no prazo máximo de trinta dias, antes das eleições presidenciais e legislativas, que poderiam introduzir cenário de imprevisibilidade na captação dos recursos.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

JMGQ/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 26/01/2006 15:29:00 N.°: 00140
CARAT=Reservado

...

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/02/2005 22:50:00 N.°: 00195
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 04/02/2005 (JUS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DSF
DESCR=ETRA-BRAS-PERU
CATEG=MG

//
Peru-Brasil. Integração
regional. Construção da
Rodovia Interoceânica. Missão
brasileira.
//

Nr. 00195

RESUMO=
Informo. As reuniões técnicas para a operacionalização do financiamento brasileiro da Rodovia Interoceânica revelaram resultados bastante promissores.

Retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

Reftel 119. Realizaram-se, nos últimos dias 03 e 04, reuniões técnicas para esclarecer as condições de operacionalização do financiamento brasileiro para a Rodovia Interoceânica, que conectará a cidade de Assis Brasil a três portos peruanos no Pacífico. Integraram a delegação brasileira a Assessora Especial da Secretaria da CAMEX, Maria da Glória Rodrigues, o Assessor do Secretário-Geral, Ministro Afonso Carbonar, o Coordenador-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional, Antonio Carlos de Argolo, o Gerente da Divisão da Diretoria de Comércio Exterior do Banco Brasil, Fernando Magno, o representante do BB-Lima, Marcelo Bevilacqua, e a Secretária Paula Barboza, do Setor Econômico desta Embaixada. Do lado peruano, estiveram presentes o Vice-Ministro de Economia, Fernando Zavala, o Diretor de Crédito Público do Ministério de Economia e Finanças (MEF), Guilllermo Garrido Leca, sua assessora Betty Sotelo, a Gerente da Direção de Promoção e Apoio ao Investidor Privado da PROINVERSION, Ximena Zavala, o Presidente dos Comitês de Ativos e Infra-estrutura da PROINVERSION, Sérgio Bravo, a Assessora da Presidência da COFIDE, Rosario Santa Gadea, e seus assessores.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/02/2005 22:50:00 N.°: 00195
CARAT=Reservado

2.O objetivo das reuniões, que transcorreram em ambiente de intensa cordialidade e espírito construtivo, foi o de buscar montar a estrutura financeira do projeto, com base no entendimento recíproco dos marcos regulatórios e financeiros nacionais. A delegação brasileira, ao início do primeiro encontro, relembrou os termos de financiamento acordados, em mais alto nível, com o Governo peruano, a saber: (i) financiamento de USD 417 milhões do PROEX; (ii) com três anos de carência; (iii) 16,5 anos de pagamento; (iv) juros LIBOR de 5 anos mais "spread" de 0,5% a.a; e (v) risco compartilhado das garantias ("cross-default"): 1/3 de carta de crédito de banco de 1ª. linha, 1/3 de contrato de garantia da CAF e 1/3 de risco soberano com seguro de crédito à exportação.

3.No que tange ao processo de licitação para a concessão da Rodovia Interoceânica, as autoridades brasileiras recordaram os presentes de que apenas três dos cinco trechos da licitação, cujo edital foi publicado no último dia 19, foram objeto das negociações do financiamento do PROEX. Ou seja, da licitação total de USD 892 milhões (2.585 km de obras de construção e manutenção), o Governo brasileiro comprometeu-se a financiar trecho de construção de 1.071 km, cujos custos totais seriam de USD 700 milhões.

4. Após a recapitulação dos termos gerais de financiamento, os peruanos manifestaram dúvidas sobre dois temas em particular: (i) possíveis beneficiários do financiamento brasileiro e (ii) condições gerais das garantias. Com relação ao primeiro aspecto, as dúvidas foram rapidamente superadas. Ante o receio local de que empresas peruanas não pudessem participar da licitação com financiamento do PROEX, as autoridades brasileiras esclareceram que o financiamento não era dado ao projeto em si, mas, sim, às exportações brasileiras, independentemente da nacionalidade do importador ou concessionário local.

5.Dificuldades legais se apresentaram, porém, na discussão do tema das garantias. Ao debater a questão da relação e das obrigações entre as três Partes no projeto de financiamento (Governos brasileiro e peruano e empresa concessionária), Garrido Leca afirmou que, por impedimentos legais, o Estado peruano não poderia oferecer ao Estado brasileiro garantia soberana de um financiamento concedido a uma empresa privada. Pelo contrato de concessão, o Governo peruano somente poderia oferecer garantia de pagamento mínimo ao concessionário, que por sua vez teria de oferecer garantia do total do financiamento ao Governo brasileiro. O receio seria assumir risco duplo do financiamento, junto ao

concessionário e ao Governo brasileiro.

6.A Assessora da CAMEX frisou, de modo bastante elucidativo, que as condições de financiamento acordadas, "em termos muito mais favoráveis que as de mercado, tanto em termos de prazo quanto de taxas", somente puderam ser obtidas com base em negociações políticas, no mais alto nível, entre Governos. O financiamento, naquelas bases, pressupunha garantia soberana, uma vez que o Governo brasileiro não poderia assumir o risco comercial da operação. A garantia da CAF teria de ser dada pelo Governo peruano diretamente ao brasileiro. Maria da Glória Rodrigues acrescentou que a CAF não poderia oferecer garantia para financiamento naquele montante a um ente privado. As formas de barateamento das garantias seriam as de "cross-default", como sugerido neste projeto, ou via CCR - descartado pelo Governo peruano. A solução mais custosa seria, naturalmente, a de obter as garantias no mercado financeiro. Para a representante brasileira, a solução seria buscar maneiras criativas e legais de viabilizar o financiamento com garantias de risco compartilhado.

7.O Vice-Ministro de Economia acolheu a sugestão brasileira, acrescentando que essa operação financeira não encontrava precedente no Peru, na medida em que o financiamento seria dado diretamente ao concessionário, em condições negociadas entre Governos. A título de reflexão, recordou a recente concessão do fornecimento de água em Olmos, licitação de USD 215 milhões, ganha pela empresa brasileira Odebrecht com financiamento brasileiro da ordem de USD 53 milhões. Neste contrato, o Banco Mundial ofereceu garantia ao concessionário, que por sua vez avalizou essa garantia junto ao Banco do Brasil, que foi aceita pelo PROEX. Maria da Gloria Rodrigues afiançou que se poderia buscar solução semelhante ao caso Olmos para a Rodovia Interoceânica, recordando, porém, que o custo das garantias seria mais alto do que se houvesse compartilhamento de risco.

8.Após todos os esclarecimentos e intercâmbio de legislações nacionais, as autoridades peruanas afirmaram que estudariam todas as opções financeiras, inclusive de montagem de "fideicomisso", para a obtenção das garantias a um custo mais baixo possível e dentro das possibilidades legais. Afirmaram que examinariam as opções junto à CAF, em reunião no próximo dia 10. A Sra. Rodrigues afirmou que também poderia abordar o tema com representantes do Banco regional, com quem se encontraria, no dia 13, por ocasião da visita do Presidente Lula da Silva à Venezuela. A missão brasileira indicou sua disposição em prosseguir as conversações para

esclarecer e viabilizar a questão central das garantias, o que foi muito bem recebido pelas autoridades peruanas.

9.Creio que as reuniões técnicas realizadas em Lima foram bastante positivas, ao elevar o grau de compreensão recíproca sobre as opções viáveis para viabilizar o financiamento da Rodovia Interoceânica. As pendências dos encontros deveram-se, sobretudo, ao caráter inovador da operação de financiamento, que, apesar de acordado entre Governos, será concedido ao concessionário da obra de infra-estrutura.

10.Muito agradeceria transmitir o que precede à CAMEX e ao Tesouro Nacional.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

PAB

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 08/02/2006 03:00:00 N.°: 00209
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 07/02/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DIR/DECAS/DNU/COCIT/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=OEABRMS,ONUBRMS,SCABRAZ
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita oficial do Ministro Celso Amorim a Lima, 17.2.2006. Temas de conversação.
//

Nr. 00209

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Para conhecimento do Senhor Ministro de Estado

Aditels sobre o assunto. Apresento a seguir temas que poderão ser tratados nas conversações de Vossa Excelência com o Presidente Alejandro Toledo e com o Chanceler Oscar Maúrtua, por ocasião de sua visita oficial a Lima no dia 17 de fevereiro.

- Comentar a situação atual e as perspectivas de evolução do quadro político e econômico no Brasil e no Peru. As eleições peruanas serão realizadas em 9 de abril, com provável segundo turno em 7 de maio e posse do novo Presidente em 28 de julho. Lideram as pesquisas, pela ordem, Lourdes Flores, Ollanta Humala, Alan García e Valentín Paniagua.

- Ressaltar nosso empenho em assegurar que, qualquer que seja o resultado das eleições nos dois países, tenha continuidade o processo de construção e aprofundamento da Aliança Estratégica Brasil-Peru que foi lançado na visita de estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Peru em agosto de 2003. Foi esse o sentido da recente visita a Lima do Professor Marco Aurélio Garcia, que convidou cada um dos quatro principais candidatos presidenciais a ir ao Brasil para encontrar-se com o Presidente Lula.

- Assinalar o interesse positivo com que recebemos as propostas que foram apresentadas pelo Chanceler Maúrtua (e

seguidas de reiteradas manifestações de empenho) sobre a cooperação Brasil-Peru em matéria de segurança e defesa, tanto no que se refere à instituição de um mecanismo de consulta no formato "3+3", como no que se refere à possível realização de exercícios ou patrulhas conjuntas na região amazônica.

- Quanto à proposta sobre a eventual realização de manobras navais conjuntas das duas Marinhas em águas peruanas no Pacífico, poderíamos indicar tratar-se de assunto que requererá um exame mais detido e cuidadoso. Desde logo, porém, pode ser anunciado que o navio-escola "Brasil" visitará o porto de Callao dias antes das festas pátrias peruanas no final de julho de 2006, em viagem que o levará também aos portos de Valparaíso e Guayaquil.

- Indicar o interesse e a seriedade com que estão sendo examinadas pelo Itamaraty, em consulta com outros órgãos competentes, as questões referentes à navegação fluvial suscitadas na extensa nota enviada a Vossa Excelência pelo Ministro Oscar Maúrtua, tema que foi também objeto de carta do Presidente Toledo ao Presidente Lula. Vossa Excelência poderia entregar pessoalmente nota de resposta ao Chanceler peruano.

- Assinalar a importância que atribuímos à inauguração pelos Presidentes Lula e Toledo, no dia 21 de janeiro, da Ponte da Integração entre Assis Brasil e Iñapari, primeira ponte entre os dois países e elo fundamental da ligação rodoviária entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

- Ressaltar a disposição do Governo brasileiro de encontrar meios de facilitar o financiamento da construção da Rodovia Interoceânica que vinculará o Acre a portos peruanos no Pacífico. Com a desistência pelo Peru da utilização dos recursos do Proex na forma originalmente prevista, a Odebrecht e o Banco do Brasil estariam examinando possível nova proposta referente à equalização de juros de parte do valor das obras.

- Expressar reconhecimento pelo papel central desempenhado pelo Governo peruano no processo de criação da Comunidade Sul-americana de Nações e trocar idéias sobre os próximos passos
nesse processo, inclusive no que se refere aos trabalhos da Comissão Estratégica de Reflexão, cuja primeira reunião deverá realizar-se em março em Montevidéu.

- Comentar nesse contexto aspectos do processo de integração

regional e de convergência comercial e institucional entre o Mercosul e a Comunidade Andina, bem como as perspectivas de incorporação ao Mercosul da Venezuela - e eventualmente da Bolívia.

- O intercâmbio comercial Brasil-Peru aumentou mais de 40% em 2005, chegando a um total de quase US$ 1,4 bilhão. Cresceram as exportações brasileiras e as peruanas, mantendo-se considerável superávit em favor do Brasil. São amplas as possibilidades de expansão, de forma mais equilibrada, dos fluxos de comércio nos dois sentidos.

- Fazer referência ao crescimento das operações e investimentos produtivos de empresas brasileiras no Peru: Petrobrás (petróleo e gás), CVRD (fosfato), Votorantim (zinco), Vega Upaca Relima (limpeza urbana), as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Coreea e Queiroz Galvão, as empresas aéreas VARIG, Ocean Air (associada com a peruana Wayra Peru) e proximamente TAM ("code-sharing" com a TACA), Ambev (cerveja Brahma), Natura e O Boticário (cosméticos).

- Expressar satisfação pela plena entrada em vigor do ACE-58 Mercosul-Peru e de seus dois protocolos adicionais, medida que deverá contribuir para a ampliação do comércio entre o Brasil e o Peru - caso se confirme a publicação dos textos pelos peruanos até a data da visita, como temos reiteradamente solicitado. Em caso contrário, entendo que caberia expressar inequivocamente a nossa estranheza.

- Durante a visita deverão ser assinados o acordo sobre bitributação e, em princípio, o memorando de entendimento sobre promoção de comércio e investimentos (PSCI), instrumentos que também deverão facilitar os investimentos e o intercâmbio comercial Brasil-Peru.

- Abordar questões suscitadas pela recente celebração de um Tratado de Livre Comércio entre o Peru (e talvez Colômbia e Equador) e os Estados Unidos. Em dezembro o Diretor do DIN solicitou formalmente ao Embaixador peruano em Brasília a pronta abertura de um processo de consultas Brasil-Peru sobre o assunto.

- Trocar idéias sobre temas da agenda de trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Peru assumiu em janeiro o assento que foi ocupado pelo Brasil no biênio 2004-2005: a questão do programa nuclear do Irã, a situação no Haiti, etc.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 08/02/2006 03:00:00 N.°: 00209
CARAT=Reservado

- Quanto ao Haiti, o Peru solicitou nosso apoio à candidatura de Luis Thais para substituir Juan Gabriel Valdés como Representante Especial do SGNU. Thais, ex-funcionário do PNUD e atual Presidente do Consejo Nacional de Descentralización, esteve no Brasil no início de fevereiro para encontros com o Ministro Furlan e outras autoridades voltados para a promoção de investimentos e comércio ao longo da Rodovia Interoceânica.

- Comentar as perspectivas de evolução das relações do Brasil e do Peru com diferentes países sul-americanos. Os diferentes aspectos do relacionamento entre Bolívia, Chile e Peru poderiam em particular ser objeto de consideração.

- Lembrar as candidaturas do Embaixador Gilberto Sabóia à CDI, do Professor Ricardo Seintenfus à CJI e do Professor Paulo Sérgio Pinheiro à Subcomissão da CDH.

- Ressaltar nossa disposição de cooperar com o Peru e com outros países em matéria de luta contra as drogas ilícitas, indicando a importância que atribuímos à realização no final de março, em Brasília, da próxima reunião da comissão mista antidrogas Brasil-Peru.

- Manifestar nosso empenho em assegurar que venha a ser finalmente aprovado pelo Congresso Nacional o memorando de entendimento Brasil-Peru sobre SIVAM-SIPAM.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador
LAAC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 23/02/2006 21:43:00 N.°: 00302
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 23/02/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II/DIR/DOC
DESCR=ETRA-BRAS-PERU
CATEG=MG

//
Brasil - Peru. Rodovia
Interoceânica Norte.
Assinatura de garantia
de linha de crédito (22/2).
//

Nr. 00302

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

Compareci ontem, 22/2, ao Palácio de Governo, a convite do Presidente Alejandro Toledo, para cerimônia de assinatura de contrato de garantia para linha de crédito da CAF, no valor de US$ 60 milhões, com vistas à execução de obras de construção da Rodovia Interoceânica Norte pela Concessionária IIRSA Norte (integrada pelas brasileiras Andrade Gutierrez e Odebrecht e pela peruana Graña y Montero). Estiveram presentes, além da Primeira-Dama, Eliane Karp, e dos Ministros de Economia, Fernando Zavala, e de Transportes e Comunicações José Ortiz, várias outras autoridades peruanas, o Presidente da CAF, Enrique García, e representantes das três construtoras. Em seu discurso, o Presidente Toledo salientou que "lo que acabamos de firmar sella la etapa final de estas dos grandes obras: la Interoceânica del norte y sur". Segundo ele, a construção da Rodovia Interoceânica "es irreversible, pese a quien le pese".

2.Como divulgado pela ProInversión, o desembolso total das obras da Interoceânica Norte (com 960 km de extensão, para uma concessão de 25 anos) encontra-se estimado entre US$ 180 e 200 milhões. Em um prazo de dois anos, a Concessionária IIRSA Norte deverá concluir obras de pavimentação nos trechos Rioja - Tarapoto e Tarapoto - Yurimaguas (114 km). A segunda etapa, que durará outros dois anos, compreende as obras entre Paita e Rioja. O Presidente Toledo recordou, no entanto, haver compromisso das construtoras de entregar o trecho Paita-Piura-Olmos até 28/3 próximo.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 23/02/2006 21:43:00 N.°: 00302
CARAT=Reservado

3.Ademais de agradecer a CAF pelo apoio decidido "no impulso de descentralização do país e da integração latino-americana", fez expressivo elogio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao governo do Brasil, por haver-lhe respaldado em seus propósitos.

4.O Presidente da CAF, Enrique García, assinalou que a linha de crédito inicial de US$ 60 milhões viabilizará a realização de um financiamento de longo prazo para a Interoceânica Norte, por meio de iniciativas que deverão alavancar a obtenção de recursos junto ao mercado financeiro, em um total de cerca de US$ 200 milhões.

5.Após a cerimônia, participei de almoço na Residência oficial, oferecido pelo Presidente Toledo. Em conversa reservada que mantivemos a seguir, acompanhado unicamente dos representantes das três construtoras, o mandatário peruano obteve compromissos verbais: da Norberto Odebrecht, de proceder ao asfaltamento de trecho de pelo menos dez quilômetros à saída da ponte Assis Brasil - Iñapari, incluindo a rua principal da localidade de Iñapari; da Andrade Gutierrez, de concluir a pavimentação de trecho semelhante na área de Azangaro, em Puno. O Presidente peruano expressou com insitência seu intuito de inaugurar esses trechos da Interoceânica Sul antes da realização do primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

JMGQ

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 02/03/2005 21:21:00 N.°: 00310
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 02/03/2005 (JUS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II
DESCR=AMSU-PERU
REF/ADIT=TEL 279
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Encontro com o
Professor Marco Aurelio
García.
//

Nr. 00310

RESUMO=
Informo e rogo instruções. O bom nível das relações entre o Brasil e o Peru sugeriria a vinda do Professor Marco Aurelio Garcia para reforçar os fundamentos da aliança estratégica entre os dois países.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditel 279.
Em meu encontro com o Professor Marco Aurelio Garcia, tratei da conjuntura político-econômica no Peru, a atualidade das relações bilaterais, e a oportunidade de sua visita a Lima, para reforçar o encaminhamento de alguns temas de interesse para o Brasil.
2. Iniciei com o relato da situação econômica do país que, no plano macro, registra índices altamente favoráveis, como taxa do crescimento anual do PIB de 5.3%, inflação de 3.3%, reservas de 13 bilhões de dólares, crescimento regular do comércio exterior, com superavit há muitos anos não visto na balança comercial, e persistente estabilidade cambial. Acrescentei que tais logros não se têm traduzido, no entanto, em geração de empregos nem elevação do nível de vida dos peruanos.
3. Reflexo disso é a precária aceitação popular do Presidente (11%), situação para a qual muito têm contribuído igualmente não só a falta de liderança política de Alejandro Toledo e a ausência de políticas públicas em seu governo, mas também o início já declarado da campanha para as eleições

presidenciais, em maio de 2006.

4. Os candidatos potenciais não apresentam plataforma política mais além do que a oposição a Toledo, concentrando-se em disputar o apoio seja de seguimentos mais sensíveis a temas sociais, seja daqueles historicamente vinculados a grupos mais conservadores ou mesmo fujimoristas. O próprio Alan Garcia tenta cooptar o eleitorado à esquerda e à direita do APRA. O ex Presidente Valentin Paniagua (AP) segue hesitando entre aliar-se a Castañeda Lossio (Prefeito de Lima), à direita, ou Yehude Simon, Susana Villarán, Javier Diez Canseco, à esquerda. Lourdes Flores (PPC) é a única "coerente", busca seduzir Paniagua, para uma aliança em 2006, oferecendo-lhe o voto conservador e fujimorista, que, segundo alguns, poderia alcançar a 20%.

5. O Presidente Toledo não poderá ser candidato à reeleição. Seu partido político, o "Peru Posible" (PP), não constitui força partidária una nem conseguiu propor programa doutrinário identificável. Os políticos que mais se destacam no PP não parecem em condições de disputar a presidência; no máximo poderão tentar formar alguma bancada parlamentar na próxima legislatura. Toledo, no entanto, poderá legar cacife político de 15% a 20% do eleitorado, caso venham a refletir-se, em tempo, na sociedade peruana os efeitos de obras importantes, ainda que tardias, como Camisea, Olmos e Interoceânica, bem como políticas públicas de alcance efetivo como o Properu.

6. As relações do Peru com o Brasil caminham muito positivamente. O intercâmbio comercial passou de US$ 517 milhões, em 2001, para US$ 980 milhões, em 2004 (aumento de 90%), mantendo-se os superavits regulares brasileiros à base de 1,8 por 1. Hoje, o Brasil já ocupa o sexto lugar como parceiro comercial do Peru. Iniciada, no entanto, a construção da Interoceânica, obra que gerará a exportação brasileira de US$ 417 milhões de bens e serviços, o Brasil deverá saltar para o terceiro lugar, logo após dos Estados Unidos e da China. Adicionalmente, a protocolização do acordo entre o Peru e o Mercosul, prevista para proximamente, favorecerá, ainda mais, o aumento do intercâmbio bilateral.

7. Com relação aos investimentos brasileiros no Peru, no último ano, citei Votorantim em Cajamarquilla (US$ 220 milhões), Odebrecht em Olmos (US$ 185 milhões), Petrobrás em Talara (US$ 98 milhões), AmBev em Lima (US$ 89 milhões), e Dedini em Chiclayo (US$ 60 milhões. Agreguei a associação entre a "Ocean Air", do empresário brasileiro German Efranovitch, e a "Wayra Peru", para aproveitar o espaço deixado pela retirada do mercado da "Aero Continente", operação que se bem sucedida, poderá estender-se a vôos transfronteiriços (Rio Branco e Manaus). E completei com a notícia de que a rede de supermercados Macro também poderia

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 02/03/2005 21:21:00 N.°: 00310
CARAT=Reservado

esta interessada em instalar-se no Peru.

8. O impulso expressivo das relações entre o Brasil e o Peru decorre, sem dúvida, da "aliança estratégica", firmada entre os Presidentes Lula da Silva e Toledo, em agosto de 2003, e contribui para aproximar os dois países também no âmbito político. A construção da Interoceânica só se tornou viável por conta do compromisso político dos dois presidentes, ambiente que gerou, adicionalmente, notável convergência da política externa dos dois países, além de atrair ao Peru personalidades como os Governadores do Acre, Goiás e Mato Grosso, e ao Brasil do Presidente da região de Lambayeque, potencial candidato à Presidência, bem como a cooperação brasileira ao desenho do programa Properu, claramente inspirado no "Fome Zero", aqui trazido pelo Doutor José Graziano. Prevê-se, para novembro próximo, a inauguração da ponte sobre o rio Acre, obra inteiramente financiada pelo Brasil, que servirá de ponto de partida para a estrada Interoceânica.

9. Nos próximos meses, estarão sendo licitadas obras de particular interesse para as empresas brasileiras, tais como o projeto de fosfato em Bayovar (CBRD e Bunge), a estrada Yurimaguas-Paita e, obra mais importante, a Interoceânica, para cuja adjudicação competem quatro empresas brasileiras, instaladas em Lima.

10. À luz dessa apresentação, ponderei ao Professor Marco Aurelio Garcia a oportunidade de uma visita a Lima, aproveitando seu deslocamento a Quito nos dias 31 de março e 1 de abril, para não só conversar com personalidades locais sobre a situação interna e os horizontes da eleição presidencial no Peru, mas também reforçar as já muito promisoras relações bilaterais e nosso interesse nas obras que serão proximamente licitadas.

11. Caso Vossa Excelência esteja de acordo, procederei à coordenação com o Professor Marco Aurelio Garcia, com vistas à definição da agenda, interlocutores e data de sua viagem a Lima.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador.

AA

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/04/2006 23:11:00 N.°: 00635
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 11/04/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIR/DSF
DESCR=ETRA-BRAS-PERU
CATEG=MG

//
Brasil-Peru.Rodovia Interoceânica Sul. Financiamento do PROEX. Conversa com representante do BB em Lima.
//

Nr. 00635

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI

Aditels sobre o assunto. Contatou-me hoje, 11/4, o representante do Banco do Brasil em Lima, Senhor Marcelo Bevilacqua, para, à luz dos prognósticos eleitorais que se apresentam para o segundo turno das eleições, comentar as perspectivas de continuação das obras da Rodovia Interoceânica Sul e de eventual utilização, nesse contexto, da linha de financiamento do PROEX. Bevilacqua indicou-me que prepara, no momento, para a matriz do Banco do Brasil, relatório sobre as condições de financiamento da Rodovia e assinalou querer contar com a visão da Embaixada a respeito do cenário que se poderia estabelecer, no tocante à execução das obras, a partir da posse do futuro Presidente, na última semana de julho.

2.A esse respeito, mencionei a expectativa de que a construção das Rodovias Interoceânicas Sul e Norte permaneça prioridade do Governo peruano, qualquer que seja o Presidente eleito, conforme declarações dadas por Ollanta Humala, Alan García e Lourdes Flores ao longo da campanha. Acredita o representante do Banco do Brasil que as atuais reticências do Governo Toledo para contratar o financiamento do PROEX poderiam ser revistas em um novo Governo de corte menos liberal, como seriam os de Humala ou García. Recordo que o próprio Presidente Toledo, por ocasião da inauguração da Ponte da Integração, em janeiro passado, disse-me que os recursos do PROEX seriam "caros" se comparados com o que se poderia conseguir junto a bancos de primeira linha - fato que me foi confirmado, posteriormente, pelo próprio Bevilacqua e

pelo Diretor da Odebrecht Peru, Jorge Barata.

3.Bevilacqua disse-me que pretende sugerir ao Banco do Brasil a possibilidade de revisão da linha de financiamento oferecida, para o que me consultava se haveria ainda interesse do Governo brasileiro nesse tipo de modalidade sob o guarda-chuva do PROEX. Segundo ele, tendo em vista os desembolsos até agora feitos pela CAF para a Interoceânica sul, não mais seriam necessários US$ 417 milhões, mas sim algo em torno de US$ 200 milhões para financiar a execução da obra.

4.Comentei que o Governo brasileiro continua disposto a disponibilizar recursos para obras de infra-estrutura na América do Sul, conforme salientado no artigo "Los cimientos de la integración regional" assinado pelo Presidente Lula e publicado no diário "El Comércio" de 3/4. Assinalei considerar importante manter tratativas a respeito das Rodovias Interoceânicas e de seu financiamento com o novo Governo peruano tão logo este seja definido.
5. Uma iniciativa de nossa parte nesse sentido seria, acredito, gesto politicamente importante que simbolizaria nossa intenção de Cooperar com o governo a tomar posse no dia 28 de julho

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

JMGQ

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 20/06/2005 09:13:00 N.°: 00815
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 18/06/2005 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II
DESCR=ETRA-BRAS-PERU
RTM=MEXBREM
REF/ADIT=TEL 00782
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Obras de
infraestrutura viária.
Evolução.
//

Nr. 00815

RESUMO=
Informo. Concluíram-se os trâmites para o início das obras da Estrada Bioceânica (Paita-Yurimaguas), mas seguem pendentes os entendimentos sobre a Interoceânica.

Aditel 782.
Retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas da América do Sul e Brasaladi.
Retransmissão para a Embaixada no México.

Em cerimônia organizada em praça pública em Tarapoto, com a presença do Presidente Alejandro Toledo, representantes do Ministério de Transportes do Peru e do Consórcio vencedor da licitação (Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Graña y Montero), assinaram, ontem, finalmente, o contrato para o início das obras de construção/recuperação da Estrada Bioceânica (Eixo Norte pela IIRSA), no valor de US$ 220 milhões, que se estenderá de Yurimáguas a Paita, por cerca de 960 km. A CAF dispõs-se a conceder empréstimo-ponte de US$ 60 milhões, com o que se prevê o começo efetivo dos trabalhos no próximo mês.
2.A seu convite, acompanhei o Presidente na viagem, que se prestou, mais uma vez, à campanha que vem travando contra o que chama a "burocracia insensível", cuja atuação indolente estaria comprometendo a realização de obras importantes de infraestrutura. A indignação do Chefe de Estado encontra apoio em fatos, como já tive a oportunidade de informar. A própria cerimônia de assinatura de contrato de ontem só se viabilizou a bordo do avião presidencial, afivelados na

undécima hora os últimos acordos entre Pró-inversão e o Consórcio vencedor, tal como occorrera em 5 de maio passado, quando da abertura dos envelopes.

3.Já se pode antecipar, igualmente, que, na melhor das hipóteses, pouco será diferente na licitação da Interoceânica, cujos prazos se esgotam rapidamente. Na próxima segunda-feira, as empresas concorrentes deverão apresentar suas propostas técnicas para a obra, programadas para o dia 23 do corrente mês, quinta-feira, portanto, a abertura dos envelopes e a adjudicação da "buena pro" respectiva. Os termos da licitação apenas ontem divulgados, além de terem revistos vários aspectos técnicos previamente acertados com os concorrentes, estabeleceram preço irrealista (US$ 700 milhões), a juízo dos dois consórcios brasileiros, para os quais o nível correto seria de US$ 840 milhões.

4.Aos desencontros na área financeira entre o Palácio, o Ministério de Transportes, a Pró-inversão e o Ministério de Economia e Finanças, cada um protegendo agenda própria, sem que o Chefe de Estado tenha condições de dirimir as divergências, acrescentam-se, agora, questões jurídicas. A "Controladoria", o correspondente ao nosso TCU, dirigiu há poucos dias, porque só recentemente fora consultada a respeito, pedido de esclarecimentos e informações ao MEFm sobre o processo de licitação da Interoceânica, diálogo que se se intensifica apenas na medida em que o Presidente insta o titular do MEF a responder ao órgão fiscalizador peruano. Ontem, mesmo, em Tarapoto, entreouvi conversa telefônica, em que Toledo renovava instruções a Pedro Paulo Kuszynki a satisfazer imediatamente as consultas da "Controladoria".

5É provável, assim, que este fim de semana resulte bastante largo para todos os envolvidos na licitação da Estrada. Muito ainda terá de ser negociado entre as autoridades peruanas e as empresas concorrentes. Pelo que pude averiguar, tanto o Consórcio liderado pela Odebrecht, como o integrado pela Andrade Gutierrez, Camargo Correia e Queiroz Galvão mantêm-se relativamente otimistas quanto às possibilidades de acordo, ainda que no último minuto. Estão, no entanto, determinados a não aceitar proposta alguma de acordo que, a exemplo da licitação da Estrada Bioceânica, diste substancialmente do preço estimado pelas empreiteiras brasileiras, eventualidade que tornaria deserta a referida licitação, a um preço político imenso, sobretudo para o Presidente do Peru.

André Mattoso Maia Amado,Embaixador

AA

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/08/2005 14:18:00 N.°: 01032
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 04/08/2005 (AVSR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIC/DOC
DESCR=XCOR-EFIN-PERU
RTM=MEXBREM
REF/ADIT=TEL 631, TEL 1011, DET 402
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. Peru.
Participação do Brasil.
Projetos de infra-estrutura.
Atualização de informações.
//

Nr. 01032

RESUMO=
Cumpro instruções. Atualizo informações sobre projetos de infra-estrutura de interesse peruano na IIRSA.

Retransmissão automática para as demais Embaixadas na América do Sul, Brasaladi e Brasemb México

Reftels 631 e 1011 e refdet 402. Cumpro instruções. Em aditamento aos expedientes de referência, atualizo, a seguir, informações referentes à implementação de projetos de infra-estrutura de interesse do Peru na IIRSA.

PROJETOS IIRSA

A) Rodovia Paita-Yurimaguas: projeto em execução. Licitada internamente como Eixo Multimodal Amazonas Norte da IIRSA, a obra já teve contrato de construção assinado, em 17/06/2005, entre o Governo peruano e o Consórcio Concessionário Eixo Viário Norte, integrado pelas empresas Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Graña y Montero. A concessão, que durará 25 anos, prevê obras de construção e manutenção dos trechos Yurimaguas (porto fluvial)-Tarapoto-Rioja-Corral Quemado-Olmos-Piura-Paita (porto marítimo), totalizando 960.km de extensão e custos da ordem de USD 220 milhões;

B) Centros Logísticos em Paita e Iquitos: projeto sob análise. A implementação dos centros logísticos foi objeto de referência nos documentos firmados em Lima, em agosto de

2003, no curso da visita de estado do Presidente Lula da Silva ao Peru. A Zona Franca de Manaus enviou duas missões técnicas para analisar a viabilidade dos projetos e, ao que tenho entendido, sua decisão dependerá de estudo comparativo entre Peru e Equador no que tange às vantagens a serem oferecidas pelos respectivos Governos para a implementação dos centros;

C) Rodovia Lima-Tingo Maria - Pucallpa: projeto que deverá ser licitado em fevereiro de 2006. A concessão do Eixo Multimodal Amazonas Centro implica a construção e manutenção dos trechos Pucallpa-Tingo Maria-Huánuco-La Oroya-Lima, cuja extensão totaliza 867 km. Cabe ressaltar o forte interesse peruano em viabilizar a construção de estrada entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul. O projeto não parece contar com o interesse correspondente do Governo brasileiro. O Governador do Acre já me indicou as dificuldades que a construção da estrada poderá acarretar pela existência, na fronteira com o Peru, de reserva ambiental e de proteção indígena;

D) Rodovia Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco: licitação concluída e contrato de construção a ser assinado em 04/08/05. A Rodovia em apreço faz parte do Corredor Viário Interoceânico, que liga Iñapari a três portos marítimos no sul peruano (San Juan de Marcona, Matarani e Ilo). Os principais trechos do Corredor, que juntos somam 1009 km, foram entregues em concessão, em 23/06/05, aos Consórcios Intersur (Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Correia) e Concessionário Interoceânica (Norberto Odebrecht, Graña y Montero, JJC Contratistas Generales, Ingenieros Civiles y Contratistas Generales). O contrato, de USD 809 milhões, estará sendo assinado hoje, dia 04 de agosto, no Palácio de Governo;

E) Ponte sobre o Rio Acre ("Ponte da Integração"): projeto em execução. A inauguração da obra, na fronteira ente Assis Brasil e Iñapari, está prevista para novembro próximo. O Governo brasileiro está custeando todo o projeto, com recursos da ordem de USD 30 milhões;

F) Centro Binacional Integrado de Atenção de Fronteira (CEBAF) em Desaguadero: projeto a ser licitado em dezembro próximo. O Peru obteve aprovação de financiamento do BID (USD 5 milhões), que deverá ser assinado em setembro, para executar as obras de infra-estrutura. O Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) será o executor nacional do projeto. Os dois principais temas atualmente pendentes relacionados à execução do CEBAF são: (i) definição sobre os termos do financiamento boliviano; e (ii) necessidade de

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/08/2005 14:18:00 N.°: 01032
CARAT=Reservado

recursos do orçamento peruano (USD 50 mil) para indenizar os proprietários dos terrenos a a serem expropriados para a construção do CEBAF;

G) Protocolo de Intenções sobre Roaming Internacional: assinado em 09/12/04, na Cúpula Presidencial de Cusco, e já vigente no Brasil e no Peru. Realizou-se reunião em Lima, em junho último, entre representantes dos Ministérios de Comunicações dos dois países, para tratar da implementação do Protocolo. Na reunião, acordou-se constituir grupos de trabalho, que deverão reunir-se novamente na última semana de agosto, para apresentar avanços na matéria. A expectativa brasileira é a de que o Protocolo Brasil-Peru sirva como projeto piloto para o Convênio Multilateral de Roaming a ser assinado por todos os países sul-americanos, na próxima reunião do CDE da IIRSA (Assunção, dezembro de 2005);

H) Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica na Área de Serviços Postais para Micro e Pequenas Empresas: assinado em 09/12/04, na Cúpula Presidencial de Cusco, e já vigente no Brasil e no Peru. Esteve em Lima, em março último, missão técnica brasileira para dar início à implementação do Programa "Exporta Fácil" no Peru. Grupo interministerial peruano vem, desde então, trabalhando na adequação do programa brasileiro à realidade deste país.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

PAB

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 29/05/2006 16:14:00 N.°: 01009
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 29/05/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=G/DAM II/DIR/DECAS/DEA/SPD
DESCR=POIN-PEXT-PERU
RTM=OEABRMS,ONUBRMS,SCABRAZ,USABREM
CATEG=MG

//
Eleições presidenciais.
Segundo turno. Alan García
e Ollanta Humala.
//

Nr. 01009

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

À atenção do Senhor Ministro de Estado e da Senhora Chefe do Gabinete

No próximo domingo, dia 4 de junho, o eleitorado peruano escolherá em segundo turno o Presidente que governará o país por cinco anos a partir de 28 de julho. O Doutor Alan García, ex-Presidente da República (1985-1990) e líder do Partido Aprista Peruano, continua liderando as pesquisas, mas parece estar-se reduzindo sua vantagem sobre o Comandante Ollanta Humala, candidato da Unión por el Peru que foi o vencedor do primeiro turno das eleições.

2.De acordo com pesquisa nacional publicada ontem, 28 de maio, pela conceituada empresa Apoyo Opinión y Mercado, Alan García estaria com 55% e Ollanta Humala com 45% dos votos válidos. Em outra pesquisa, feita pelo mesmo instituto com votação secreta simulada em urnas, o candidato aprista teria uma vantagem de apenas 52% contra 48% para o ex-militar nacionalista, vencendo o primeiro em Lima e o segundo no interior.

3.Comenta-se que a queda na preferência por Alan García se deveria em boa parte ao clima de "já ganhou" com que os apristas celebraram as primeiras pesquisas para o segundo turno, que chegaram a colocar García mais de vinte pontos à frente de Humala. Se a vitória já estava assegurada, muitos dos que apenas votariam em García como "mal menor" face a Humala teriam passado a optar pelo voto em branco, reduzindo-se a margem de apoio ao ex-Presidente aprista.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 29/05/2006 16:14:00 N.°: 01009
CARAT=Reservado

4.Tenho mantido bom nível de diálogo com os dois candidatos e com seus assessores, facilitando e promovendo encontros deles com os empresários brasileiros mais atuantes no Peru (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Votorantim, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, Ambev, Vega Relima, etc.). Estes parecem de modo geral relativamente tranqüilos quanto às perspectivas de suas operações no Peru após as eleições, sobretudo na hipótese de eleição de Alan García, mas cientes de que quem quer que seja o vitorioso será inevitável algum processo de revisão de contratos, que poderá resultar em redução das margens de lucro das empresas. (Humala tem anunciado uma redução de 30% no preço da gasolina, sem explicar de onde viria a economia; ontem os apristas também anunciaram uma redução do preço de venda ao público dos combustíveis, embora de apenas 10%.)

5.Em conversas e entrevistas, tenho assinalado que como país vizinho e amigo o Brasil acompanha o processo eleitoral no Peru com isenção e imparcialidade mas não com indiferença e que, qualquer que seja o resultado das eleições, o Brasil está confiante em que manterá excelentes relações com o próximo Governo peruano, aprofundando os laços de entendimento, de intercâmbio e de integração que configuram a Aliança Estratégica entre os dois países que foi anunciada em 2003 pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo.

6.Os dois candidatos têm expressado grande apreço pelo Brasil e pelo Presidente Lula e seu empenho em levar adiante as obras da Rodovia Interoceânica e outros projeto de integração. Ollanta Humala visitou Brasília para entrevistar-se com o Senhor Presidente da República antes do primeiro turno e Alan García tem indicado seu desejo de fazer o mesmo caso venha a ser eleito.

7.Ontem mesmo García afirmou em entrevista de televisão que o Brasil é "nuestro gigante al constado con quien debemos asociarmos solidamente" e que a primeira coisa que faria se eleito seria ir ao Brasil para propor "un Tratado de Libre Comercio rápido y atractivo" e um convênio bilateral "de inversiones cruzadas". Alan García deixou claro que aceitaria o TLC negociado por Alejandro Toledo com os Estados Unidos, com as devidas compensações internas e no entendimento de que se não der certo o Peru poderá depois sair do acordo. Ao mesmo tempo afirmou que o TLC com os EUA não seria "la única piñata de la fiesta" e que o Peru muito se beneficiaria de um "TLC ya" com o Brasil.

8.O clima da campanha, que vinha se desenvolvendo de forma pacífica e civilizada, se deteriorou um tanto no curso da última semana, com trocas de insultos e acusações, enfrentamentos agressivos entre apoiadores dos dois candidatos, arremessos de pedras e ovos e mesmo, em incidente

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 29/05/2006 16:14:00 N.°: 01009
CARAT=Reservado

ocorrido em Cusco, uma troca de tiros entre seguranças dos dois partidos. Alan García ostenta agora no rosto uma ferida resultante de ovo que lhe foi atirado de longe por uma militante nacionalista em comício em praça pública no interior do país; em resposta, limitou-se a elogiar a boa pontaria de sua agressora.

9.Ollanta Humala, sua esposa e assessora Nadine Heredia e alguns de seus assessores têm declarado que se estaria preparando uma grande fraude para as eleições de domingo para negar ao povo a vitória que Humala estaria em condições de conquistar nas urnas. Nessa conspiração "todos contra Humala" estariam unidos Alan García e todos os que optam por ele como o "mal menor" face ao candidato nacionalista: o atual Governo, os seguidores de Lourdes Flores, candidata de direita derrotada no primeiro turno, os empresários, a grande imprensa peruana e os institutos de pesquisa. Alguns comentaristas temem que se o candidato aprista efetivamente vencer - e sobretudo se vencer por pouco - Ollanta Humala poderia convocar e liderar grandes manifestações de rua em Lima e na principais cidades do interior numa tentativa de impedir a posse ou desestabilizar o futuro governo de Alan García. Este por sua vez tem afirmado que confia na justiça eleitoral peruana, que está seguro de que não haverá fraude e que aceitará sem questionar o resultado que vier a ser proclamado oficialmente.

10.Fator que tem afetado diretamente o processo eleitoral peruano tem sido as intervenções cada vez mais ostensivas e impróprias do Presidente Hugo Chávez. Antes do primeiro turno ele qualificou Lourdes Flores como a "candidadata da oligarquia". Depois, com a passagem de Humala e García para o segundo turno, Chávez passou a criticar o candidato aprista, que definiu como "corrupto", um "ladrón de cuatro esquinas" com o qual ele não manteria relações se eleito.

11.Ontem Hugo Chávez foi além. Falando na cidade boliviana de Tiahuanaco, o Presidente venezuelano afirmou: "Desde aquí, a pocos kilómetros del Perú, pido a Dios - y ojalá el pueblo peruano dé una demonstración el próximo domingo - que Ollanta Humala sea el próximo presidente del Perú. Le pido a Dios que [Alan García] no sea presidente... es un verdadero ladrón, demagogo, irresponsable, embustero". Hugo Chávez aproveitou para também ofender Alejandro Toledo, um "subordinado del imperio", afirmando que em pouco tempo ele será reduzido à poeira da história e ninguém se lembrará dele.

12. Quer seja eleito no domingo o Doutor Alan García ou o Comandante Ollanta Humala, sugiro que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefone diretamente ao vitorioso para congratulá-lo. (Para tanto acertarei oportunamente com Vossa Excelência o melhor momento e números de contato.) E entendo que será claramente recomendável prever a vinda do Presidente

Lula ao Peru para as cerimônias de posse presidencial que serão realizadas em Lima na noite do dia 27 e no dia 28 de julho.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 09/06/2006 14:13:00 N.°: 01097
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 09/06/2006 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DIR/DOC/DECAS/DAN/SPD/C
DESCR=PEXT-GVIO-PERU
RTM=OEABRMS
REF/ADIT=DET 00377, TEL 01084
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita ao Brasil
do Presidente eleito Alan
García. Pontos de conversação.
//

Nr. 01097

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Para conhecimento do Senhor Ministro de Estado

Refdesptel 377. Apresento a seguir sugestões de temas para as conversações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Vossa Excelência com o Presidente eleito Alan García por ocasião da visita que ele deverá fazer proximamente a Brasília.

- Ao agradecer o gesto particularmente amigo que representa esta visita de Alan García a Brasília, o Presidente Lula poderia confirmar sua intenção de participar em Lima, em 27 e 28 de julho, das cerimônias de posse presidencial.

- Convidar o Presidente Alan García para efetuar uma visita de Estado ao Brasil pouco depois de sua posse. Uma possibilidade seria fazer a visita logo antes ou logo depois da reunião presidencial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que deverá realizar-se no Brasil no dia 22 de agosto. Alternativamente, e à luz do calendário eleitoral brasileiro, a visita de Estado poderia ser marcada para o início de novembro.

- Congratular o visitante pelo resultado expressivo das eleições e pedir sua avaliação sobre as perspectivas de evolução do quadro político e econômico do Peru. Alan García obteve cerca de 52,5% dos votos, com fortes maiorias em Lima e na costa, contra cerca de 47,5% para Ollanta Humala, que

venceu nas regiões mais pobres, indígenas e serranas. O novo Presidente herdará uma economia em muito boas condições macroeconômicas, com o PIB crescendo a 7%, a inflação e o déficit controlados e baixo risco-país, mas com 48% de pobreza e preocupantes indicadores sociais.

- Expressar especial interesse em manter com o Presidente Alan García e com seu Governo um diálogo privilegiado, constante, direto e de alto nível, sobre temas políticos e econômicos de interesse comum.

- Assegurar a determinação de levar adiante com ele o projeto de construção da Aliança Estratégica Brasil-Peru que foi anunciado por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula a Lima em 2003. (Em seu Plano de Governo, Alan García se comprometeu a "priorizar la conformación de una alianza estratégica con Brasil y otros países vecinos para consolidar el eje sudamericano".)

- Assinalar a importância que atribuímos a poder trabalhar coordenadamente com Alan García como parceiros no processo de consolidação da Comunidade Sul-americana de Nações.

- Manifestar a esperança de poder inaugurar oficialmente com o Presidente Alan García, dentro de poucos anos, os últimos trechos da Rodovia Interoceânica, instrumento e símbolo da integração Brasil-Peru.

- Comentar a conveniência de promover vôos transfronteiriços entre diferentes localidades brasileiras e peruanas; atualmente os três vôos diários entre os dois países (operados por Varig, Taca e Lan) são na rota São Paulo-Lima-São Paulo. Esperamos que o novo Governo peruano confirme a intenção de sediar no segundo semestre de 2006 uma reuniao ministerial no âmbito da CASA sobre transportes terrestres e aéreos.

- Pedir a Alan García que comente o chamado que tem feito para a celebração de um "Tratado de Livre Comércio" com o Brasil. Seria proposta de aprofundamento e aceleração das medidas de liberalização comercial previstas no ACE-58 Mercosul-Peru?

- Não está ainda muito clara a posição que Alan García adotará sobre o TLC com os Estados Unidos que foi negociado pelo Governo de Alejandro Toledo e submetido à aprovação do atual Congresso peruano. Expressar preocupação com o impacto negativo que o TLC Peru-EUA poderá ter sobre exportações brasileiras para o Peru.

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 09/06/2006 14:13:00 N.°: 01097
CARAT=Reservado

- O comércio Brasil-Peru tem crescido, registrando um considerável superávit em favor do Brasil. Queremos promover a expansão em termos mais equilibrados desse intercâmbio, que está ainda muito aquém de seu potencial. Em 2005 o comércio bilateral aumentou 42% com relação a 2004, registrando quase US$1 bilhão de exportações brasileiras e menos de US$500 milhões de exportações peruanas. De janeiro a abril de 2006 as exportações brasileiras cresceram 18% e as peruanas 34%.

- É positiva a percepção das perspectivas de atuação com o novo Governo por parte das principais empresas brasileiras atuantes no Peru: Petrobrás (petróleo e gás), Vale do Rio Doce (fosfato), Votorantim (zinco), construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão (obras públicas), Vega Upaca Relima (limpeza urbana), Ambev (Brahma), Marcopolo (veículos), Varig e Ocean Air (transportes aéreos), Banco do Brasil, H. Stern, Natura, etc.

- Perguntar sobre a avaliação de Alan García a respeito das perspectivas da Comunidade Andina, um dos dois pilares centrais, ao lado do Mercosul, do processo de construção da Comunidade Sul-americana de Nações. Indagar sobre a evolução dos entendimentos CAN-União Européia. Comentar temas do âmbito do Mercosul.

- Comentar aspectos das relações com a Venezuela, com a Bolívia e com o Chile.

- Trocar idéias sobre a integração energética da América do Sul, em particular em matéria de gás, tendo em mente as reservas da região peruana de Camisea. Em sua campanha, Alan García mencionou a possibilidade de o Peru vender gás ao Brasil. Seu Programa de Governo se refere a "lograr una propuesta común (sudamericana) en materia de hidrocarburos".

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/08/2005 20:31:00 N.°: 01038
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 04/08/2005 (AVSR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIC/DOC
DESCR=XCOR-EFIN-PERU
RTM=MEXBREM
REF/ADIT=TEL 631, TEL 1011, TEL 1032
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. Peru.
Participação do Brasil.
Projetos de infra-estrutura.
Atualização de informações.
//

Nr. 01038

RESUMO=
Cumpro instruções. Atualizo informações sobre projetos de interesse de empresas brasileiras no Peru.

Retransmissão automática para as demais Embaixadas na América do Sul, Brasaladi e Brasemb México

Reftels 631, 1011 e 1032 e refdet 402. Cumpro instruções. Em aditamento aos expedientes de referência, atualizo, a seguir, informações referentes à implementação de projetos de interesse de empresas brasileiras no Peru.

A) Fornecimento de Água em Olmos: projeto em execução. Em julho de 2004, a construtora Norberto Odebrecht ganhou a concessão, por 20 anos, para construir, operar e manter as obras de fornecimento de água para a região de Lambayeque, no norte peruano. O projeto de parceria público-privada, de USD 215 milhões, prevê o desenvolvimento de infra-estrutura de transposição de águas, com a construção de represa e túnel subterrâneo (Túnel Transandino) de 19.3 km de longitude. A expectativa do Governo local é a de que a transposição das águas da Bacia Amazônica possibilite a execução de projetos de geração de energia hidrelétrica na região, bem como a irrigação dos campos férteis de Olmos, num total de 150 mil hectares;

B) Exploração de hidrocarbonetos: projeto em execução. A Petrobrás está explorando petróleo (lote 10) e gás (lote 58)

no Peru. A assinatura do contrato de exploração do lote 58, em julho último, tem importância estratégica, na medida em que pode contribuir para o aumento das reservas gasíferas peruanas, especificamente em Camisea, e eventualmente viabilizar o Projeto do Gasoduto Sul-Americano. A empresa está em negociações com o Governo local para obter licença de exploração do lote 80, também em Camisea, do qual espera extrair petróleo. Seu plano total de investimentos no país, nos próximos cinco anos, ascende a USD 350 milhões;

C) Exploração de Fosfato de Bayovar: projeto em execução. O Governo peruano assinou, em abril último, com a Companhia Vale do Rio Doce, contrato para a exploração de reservas de fosfato, estimadas em 816 milhões de toneladas, no departamento de Piura, na costa norte peruana;

D) Projeto Huallaga (produção de etanol): projeto a ser executado. Em abril de 2003, o Governo peruano assinou contrato para a produção de etanol com o consórcio integrado pelas empresas Coller Colantonio (norte-americana) e Coimex Energy (brasileira). O projeto, de US$ 150 milhões, implica a plantação de cana-de-açúcar, a implantação de usina de produção e destilaria de álcool etílico, a substituição de chumbo na gasolina, a construção de tubovia de interligação da selva à costa peruana e a exportação de álcool etílico aos EUA. O projeto está atrasado devido a dificuldades na desapropriação de terras para a plantação de cana de açúcar;

E) Projeto de produção de etanol em Lambayeque: projeto sob análise. O consórcio integrado pelas empresas Dedini (brasileira) e Veritas (peruana) está estudando a possibilidade de produzir etanol no norte do Peru. O projeto de investimento engloba a construção de duas plantas processadoras de etanol, numa área total de 200 mil hectares. A irrigação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar será possibilitada pela construção do túnel transandino em Olmos, obra em execução pela construtora Odebrecht. Os estudos de viabilidade do projeto deverão ser concluídos ainda em 2005.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

PAB

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 09/09/2005 20:34:00 N.°: 01205
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 09/09/2005 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/SGAS/SGAP/DAM II/DPR/SPD/DIR
DESCR=PEXT-PERU-BRAS
RTM=JAPBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Embaixador André
Mattoso Maia Amado.
Encerramento de gestão.
Relatório.
//

Nr. 01205

RESUMO=
Informo. Apresenta relatório da gestão do Embaixador André Amado à frente da Embaixada em Lima, no período entre 1º de outubro de 2001 a 10 de setembro de 2005.

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

No presente relatório de gestão, que compreende de 1º de setembro de 2001 a 10 de setembro de 2005, pretendo identificar as principais realizações alcançadas durante o período em que tive o privilégio de chefiar a Embaixada em Lima, para emoldurá-las em uma visão estratégica, de iniciativa brasileira, que lançou as bases da integração Brasil-Peru, com claros reflexos sobre o projeto maior da integração sul-americana. Pretendo, igualmente, refletir sobre o que estimo possam ser as ações complementares para não só consolidar, mas também ampliar e diversificar a cooperação bilateral, no contexto mais amplo da Comunidade Sul-americana de Nações, em que se situam inevitavelmente as relações entre o Brasil e o Peru.
2.De início, seria importante recordar que o Peru sempre foi importante para o Brasil. Fomos ambos sede de impérios coloniais. Compartimos imensa parcela da Amazônia e larga extensão de fronteira terrestre (a segunda maior do Brasil, depois da com a Bolívia). Somos sócios fundadores do Tratado de Cooperação Amazônica. Ocupamos posição destacada em nossos respectivos esquemas sub-regionais de integração (Mercosul e

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 09/09/2005 20:34:00 N.°: 01205
CARAT=Reservado

Comunidade Andina). Convergimos seguidamente nos mais diversos foros de negociação multilateral. E exibimos alto nível de atendimento aos pedidos respectivos de voto em favor de candidaturas a postos diretivos em organismos internacionais.

3.Como ambiente geral de trabalho, cito o que ouvi, em minha primeira visita ao Torre Tagle, do Embaixador Manuel Rodriguez, então Secretário-Geral do Torre Tagle: "O Brasil é o único país com o qual o Peru sempre manteve um relacionamento pautado por grande estabilidade política", em grande parte porque, acrescentara, "a primeira fronteira juridicamente consolidada do Peru foi precisamente a com o Brasil".

4.Mas, se nada nos distanciava, por que o Brasil e o Peru seguiam "soldados por las espaldas", como definiu certa vez o Presidente Alejandro Toledo?

5.A resposta pode estar em que nossas prioridades de política externa simplesmente favoreciam outras parcerias. No caso do Peru, os EUA e os vizinhos andinos, sobretudo Chile e Equador (apenas recentemente a Bolívia ganhou importância como peão nos atritos com o Governo de Santiago); e, no do Brasil, prioritariamente os países do MERCOSUL, no continente sul-americano. Daí a ausência histórica de programas efetivos de cooperação que pudessem ter permitido aos dois países ultrapassassarem estágio potencialmente promissor nos planos político, econômico, comercial, social ou cultural. Daí, também, a facilidade com que se alimentaram suspeitas e fantasias a nosso respeito, diante das teorias geopolíticas difundidas no Brasil, nos anos 60, a ponto de levar o General Mercado Jarín, então Presidente do Conselho de Ministros do Presidente Velasco Alvarado (1968-75), a afirmar de que qualquer estrada a ser construída na área de fronteira devesse ter traçado longitudinal, para servir de trincheira contra um imaginário expansionismo brasileiro.

6.Tendo estado o Brasil na periferia das atenções do governo peruano, não surpreende que:

- De 1980 a 2000, os Presidentes dos dois países só se tivessem reunido 5 vezes;
- O acordo de 1982 entre os Presidentes Belaúnde e João Figueiredo para a construção da Interoceânica, a rodovia que uniria o Acre ao Pacífico peruano, tardasse mais de 20 anos para sair do papel;
- O nível de investimentos brasileiros na economia peruana fosse pouco expressivo; e
- O intercâmbio comercial entre os dois países na virada do século mal superasse os US$ 500 milhões, superior, é verdade, aos volumes de trocas entre o Peru

e alguns de seus parceiros andinos, como a Colômbia e o Equador, mas, ainda assim, muito aquém das potencialidades reais das economias brasileira e peruana.

7.A reversão dessa tendência ocorreria em 2000 e, mais concretamente, a partir de 2003. Em 31 de agosto/1º de setembro de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu em Brasília, por primeira vez na história da região, todos os Presidentes da América do Sul, cúpula que gerou, entre outros, a "Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul" (IIRSA), programa que ambicionava privilegiar a integração da infraestrutura energética, de comunicações e de transporte rodoviário, fluvial e aéreo entre os países do subcontinente. E, nos oito primeiros meses de seu governo em 2003, o Presidente Lula da Silva recebeu, um a um, os onze Chefes de Estado da América do Sul, para estabelecer, em comunicados conjuntos que mais pareciam programas de trabalho, as ações e metas a serem alcançadas em amplas áreas das respectivas relações bilaterais, sem perder de vista a concertação de políticas em foros regionais e multilaterais. Acrescentava-se, assim, à já importante dimensão da integração física outras duas dimensões, a da integração comercial e a da integração política.

8.A partir de então, as relações do Brasil com os países da América do Sul passariam a ser regidas da perspectiva dos Governos, tendo em vista o objetivo maior de construir as bases da integração regional.

9. A mensagem do Brasil era clara. Individualmente, todos éramos importantes. No cenário da globalização das relações econômicas e comerciais, no entanto, juntos o seríamos muito mais. Não se tratava de proposta confrontacionista com centro algum de poder mundial. Ao contrário, na mesma linha de outros processos bem sucedidos de integração, aspirava-se à coordenação de esforços, para impulsionar o desenvolvimento sustentável das sociedades sul-americanas, bem como criar as condições para que, em seu momento, em foros internacionais de negociação, onde se desenham as regras e os procedimentos das novas e complexas relações econômico-comerciais de alcance global, os países da região pudessem defender seus interesses de maneira mais abalizada e eficiente.

10.As reações em todas as capitais à ação diplomática brasileira foram altamente positivas. No caso do Peru: a) o Presidente Alejandro Toledo propôs a celebração de uma "aliança estratégica" com o Brasil (abril de 2003), em cujo rastro o Peru foi o primeiro

país da região a anunciar publicamente apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro permanente;

b) iniciou-se a negociação de um acordo de livre comércio (TLC) com o MERCOSUL, cuja assinatura, festejada no curso da visita de estado do Presidente Lula da Silva a Lima (agosto de 2003), precipitaria os demais países andinos a retomar as negociações que se arrastavam há mais de seis anos, para também concluir o TLC entre a CAN e o MERCOSUL;

c) acertou-se acordo para o financiamento da construção da estrada Interoceânica, obra que terminou sendo o primeiro projeto da IIRSA a ganhar concretude e que poderá ter influído na conclusão do processo licitatório para a construção de um segundo eixo da IIRSA, a estrada entre Yurimaguas e Paita, bem como a da ponte sobre o Rio Acre, esta inteiramente financiada por recursos do governo brasileiro;

d) assinou-se acordo que dispensa os cidadãos dos dois países do uso de passaporte no acesso ao território do outro país, que entrará em vigor dentro de uma semana, em 16 de setembro;

e) abriram-se os Consulados do Brasil em Iquitos e do Peru em Rio Branco e Manaus; e

e) reativaram-se as reuniões dos Comitês binacionais de fronteira.

11.As relações entre o Brasil e o Peru passaram, desde então, a orientar-se por dois vetores dinâmicos. De um lado, o desenvolvimento regional amazônico. De outro, a articulação e a coordenação políticas, as quais, em seu momento, dariam origem à Comunidade Sul-Americana de Nações.

12.O desenvolvimento regional amazônico centra-se nas obras de infraestrutura física. A estrada entre Yurimaguas e Paita beneficiará a Macronorte peruana e o pólo industrial de Manaus. A Interoceânica unirá o Noroeste brasileiro, concretamente o Acre e Rondônia, a dez Departamentos (Estados) do Peru. A ponte sobre o Rio Acre projetará sobre o território peruano, já em novembro do corrente ano, a estrada que começa em Porto Velho e alcança Assis Brasil, na fronteira. Trata-se de projetos que totalizam mais de US$ 1 bilhão, financiados em grande medida pelo próprio governo brasileiro (cerca de US$ 420 milhões do PROEX), e que serão executados por empresas brasileiras e peruanas.

13.Essas obras de infraestrutura terão impacto incalculável sobre o cenário amazônico comum ao Brasil e ao Peru. Tornarão regiões isoladas mais próximas entre si do que dos principais centros econômicos em seus

respectivos países, permitindo, enfim, o intercâmbio direto de bens e pessoas. Abrirão acesso mais rápido e mais barato aos mercados asiático e europeu, dispensando a atual opção de transporte pelo Canal do Panamá que, além de maiores distâncias, implica o custo adicional de US$ 40 mil por embarcação. Simbolizarão, mais do que a integração entre dois países, o embrião da integração física sul-americana.

14.Mais conseqüentes ainda para as comunidades diretamente afetadas, tais projetos servirão de ponto de referência obrigatória para as políticas públicas nas áreas agrícola, de saúde pública, educação, meio ambiente, saneamento e proteção às populações originárias. Implicarão o aumento da presença do Estado em regiões hoje relativamente desatendidas pelo poder central, contribuindo, entre outros, para tornar mais efetivo o combate a atividades ilícitas nas zonas de fronteira. Abrigarão o foco da cooperação bilateral, cujos agentes promotores serão engenheiros, técnicos agrícolas, médicos, enfermeiros, veterinários, professores, profissionais de turismo, empresários, fiscais alfandegários, cidadãos dos dois países construindo novas interfaces para as sociedades brasileira e peruana.

15.Pari passu com o desenvolvimento regional amazônico, os dois países também lograram avançar na área do comércio, com clara repercussão sobre os processos de integração regional. A CAN e o MERCOSUL vinham caminhando paralelamente desde sua formação. Embora a globalização favorecesse a formação crescente de blocos e alianças, para potenciar a competividade de produção e comercialização dos produtos, os países membros da CAN e do MERCOSUL pareciam preferir privilegiar acordos com terceiros países, descuidando do espaço natural e obrigatório de uma América do Sul integrada. A iniciativa peruana de buscar um TLC com o MERCOSUL levou a Colômbia, o Equador e a Venezuela a destravarem as negociações há anos inconclusas, contribuindo para que, hoje, os nove países dos dois blocos, mais o Chile, contem finalmente com um marco regulatório necessário para construir a integração econômica e comercial do continente.

16.O êxito desses dois processos de integração suscitou um novo desafio, o de acrescentar dimensão política aos trabalhos da IIRSA e ao funcionamento dos novos acordos de comércio.

17.A integração da infraestrutura energética, de comunicações e de transporte rodoviário, fluvial e aéreo entre os países da América do Sul apóia-se,

naturalmente, em estudos e debates técnicos sobre a viabilidade dos projetos em exame. Mas o que está sendo impulsionado não são apenas projetos de infraestrutura; são eixos de integração e desenvolvimento. Nessa dimensão, a decisão do quê, quando e com quais fontes de financiamento será construído deve ser eminentemente política, em função não só da visão estratégica dos governos, mas também da pluralidade de aspectos regulatórios e administrativos a serem considerados, que envolvem muitas agências governamentais, não necessariamente vinculadas ao setor de infraestutura.

18.Um exemplo: a vocação da Interoceânica não é ser um "corredor de exportação", beneficiando os pontos de partida e chegada de mercadorias; antes, pretende funcionar como um "eixo de desenvolvimento", afetando as atividades produtivas e o nível de vida das populações situadas em seu trajeto, cuidando ao mesmo tempo dos efeitos da obra sobre o meio ambiente e as populações originárias. Outro exemplo: a construção da ponte sobre o Rio Acre não terminará com a conclusão das obras de engenharia; terá de incluir a instalação de serviços adequados e eficientes de fiscalização alfandegária, sanitária e policial, o que corresponde à implantação de um centro binacional de apoio fronteiriço completo. Em uma palavra, o que tem de decidido sobre esses projetos de infraestrutura dificilmente poderá circunscrever-se ao nível meramente técnico das reuniões promovidas sob a égide da IIRSA.

19.O mesmo parece ocorrer no plano comercial. Concluídas as negociações para a assinatura do TLC entre os dois blocos de países da região, a prioridade passa a ser as implicações presentes ou futuras das normas e práticas acertadas em relação a terceiros países ou blocos de países. Não fosse assim, os TLCs resultariam em muralhas de proteção, e não pontes de integração. Além disso, os acordos de livre comércio são um meio, e não o fim, para a integração, a ser fortalecida pela convergência e complementação econômicas, à base da geração de cadeias produtivas no campo e na indústria, do livre trânsito e intercâmbio de fatores de produção, da formação de complexos multinacionais com identidade regional, e do maior entrosamento entre as pequenas e médias empresas.

20.Tanto no âmbito da infraestrutura, como no de comércio, a complexidade e a nova relevância da agenda exigem, acima da esfera técnica, intensa atividade de articulação e coordenação política no mais alto nível, para garantir a viabilidade do cumprimento eficaz das decisões governamentais e, portanto, o amadurecimento

contínuo do projeto de integração sul-americana.

21. Tais considerações inspiraram a criação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), projeto em que, desde seu início, o Brasil e o Peru trabalharam em estreita harmonia. Recorde-se, aliás, que a própria expressão Comunidade Sul-americana de Nações foi cunhada pelo Presidente Alejandro Toledo, na primeira conversa que manteve com o Presidente Lula da Silva em Lima (agosto de 2003). Em dezembro de 2004, a III Cúpula de Presidentes Sul-americanos estabeleceu os conceitos norteadores e um calendário tentativo para fundar a CASA. E, agora, em setembro de 2005, Brasília sediará a Primeira Reunião da Comunidade Sul-americana de Nações. Não passa desapercebido o simbolismo de terem sido o Brasil e o Peru os primeiros países a presidir a nascente entidade.

22. Em síntese, a CASA pretende ser um foro superior de coordenação e concertação política e diplomática na América do Sul, cuja agenda prioritária incluirá, ao lado da convergência dos dois processos de integração econômica, CAN e MERCOSUL, e da implementação dos projetos contemplados pela IIRSA, temas relevantes para região como o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros, as assimetrias, a coesão, a inclusão e a justiça sociais, e as telecomunicações.

23. Ao destacado marco de coordenação regional, que resultou na conformação da CASA, agrega-se o nível intenso, e talvez sem precedentes, da cooperação prestada pelo Brasil ao Peru em diversas áreas de interesse direto para as políticas públicas peruanas. Consistentemente com a prioridade conferida pelo Governo brasileiro à integração sul-americana, o Peru vem recebendo ajuda decisiva, entre outros, nos campos militar (abertura para cooperação na área do SIVAM-SIPAM), social (apoio para a implementação do programa "Juntos", de tranferência direta de renda, explicitamente inspirado no "Fome Zero"), saúde (doação recente de 3,7 milhões de doses de vacina contra febre amarela), meio ambiente (recuperação de áreas degradadas pela mineração), finanças (implementação de programa de microcrédito no Peru).

24.Muito tenho de agradecer a meus colaboradores na Embaixada em Lima pelo inestimável apoio recebido à gratificante tarefa de assistir Vossa Excelência e a SERE no fortalecimento das relações bilaterais que hoje se situam, segundo muitos, em seu melhor momento:

a) o intercâmbio comercial entre os dois países saltou, em 2004, para US$ 980 milhões, cifra 90% superior à de 2001, o que já situa o Brasil como o sexto

parceiro comercial do Peru;
b) somente nos últimos dez meses, as empresas brasileiras ganharam licitações ou se associaram a projetos no Peru que totalizam mais US$ 2 bilhões, incluindo os setores mineiro (Votorantim, Vale do Rio Doce), petroleiro (Petrobrás), infraestrura (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Odebrecht), agrícola (Dedini) e bebidas (AmBev); e
c) o número de passageiros (transporte aéreo) do Peru com destino ao Brasil cresceu 40%, e o de pacotes turísticos, 100%, em 2004, em relação ao ano anterior.
25.Esses resultados refletem a reação do empresariado às claras mensagens emitidas pelos Governos dos dois países quanto à disposição real de atuarem juntos pela integração bilateral e regional sul-americana, como o ilustram ainda os dados a seguir, relativos aos contatos no mais alto nível mantidos pelas autoridades do Brasil e do Peru, nos últimos quatro anos:
- 21 encontros entre os Chefes de Estado do Brasil e do Peru (em visitas bilaterais, às regiões de fronteira e à margem de eventos internacionais);
- 3 visitas de Vice-Presidentes do Peru a Brasil (2 a Brasília, e 1 a São Paulo/Rio);
- 7 reuniões entre os Chanceleres (adicionais à participação deles em todos os referidos encontros presidenciais);
- 7 reuniões entre os Ministros de Defesa (em visitas bilaterais, a regiões de fronteira e eventos internacionais); e
- 3 viagens do Senhor Secretário-Geral a Lima.
26.Seria importante, no entanto, não perder de vista que esse quadro promissor das relações bilaterais contém seus próprios desafios.
27.As sete reuniões entre Ministros da Defesa revelam o fortalecimento da confiança mútua entre as autoridades dos dois países, condição necessária para que brasileiros e peruanos possam discutir, em clima aberto e produtivo, não só o estreitamento da cooperação bilateral, com destaque à aludida participação peruana no SIVAM/SIPAM, mas também o aprimoramento dos esquemas de segurança do continente.
28.A construção das obras de infraestrutura, a entrada em vigor do TLC e a dispensa do uso do passaporte nas viagens entre os dois países projetam impacto extraordinário sobre a vida das comunidades afetadas. No caso da região amazônica, serão o dínamo do desenvolvimento e, por isso, têm de servir de modelo, tanto em termos de estruturas de coordenação entre as respectivas autoridades federais, estaduais e

municipais, como no desenho da implementação de projetos.

29.A conclusão da estrada de Yurimaguas a Paita deverá intensificar o transporte fluvial entre Manaus e o porto de Yurimaguas, hoje habilitado a receber poucas embarcações. Poderá mesmo viabilizar projetos atualmente em estudo na SUFRAMA, tais como a instalação de centros logísticos de mercadorias tanto em Paita, como em Iquitos. E poderá, ainda, reviver a delicada questão da praticagem nos rios amazônicos, tema atualmente contido na esfera diplomática.

30.A construção da ponte sobre o Rio Acre e o início das obras da Interoceânica antecipam acentuado aumento do fluxo de passageiros e cargas entre Assis Brasil e Iñapari. Atenção especial deverá ser assim reservada às medidas administrativas necessárias para garantir fluidez e segurança na fronteira terrestre e, se for o caso, instalar porto seco em Rio Branco. Também recobrará importância a regularização das reuniões de Comitês binacionais criados para articular o tratamento de questões de meio ambiente, proteção a populações originárias e combate a ilícitos, nas áreas de fronteira. Como tema de fundo, sobressairá a articulação entre os dois Governos para identificar e instalar projetos produtivos à margem da estrada, com vistas a não só reforçar a viabilidade econômica dos altos investimentos realizados nas obras de infraestrutura, mas também contribuir para elevar o nível de vida das populações locais.

31.As cifras de comércio entre o Brasil e o Peru, reativadas, como vimos, nos últimos quatro anos, deverão ganhar ainda mais fôlego, para o que contribuirão: (a) a entrada em vigor do TLC entre o Peru e o MERCOSUL, (b) o início das obras das estradas, recordando que, só no caso da Interoceânica, o Brasil exportará para o Peru pelo menos US$ 420 milhões em bens e serviços; e (c) a conclusão das negociações de um TLC entre o Peru e os EUA, horizonte que poderá abrir espaço importante para empresas brasileiras interessadas em aproveitar as novas oportunidades no mercado norte-americano, sobretudo nas áreas agrícola, de têxteis, móveis de madeira, jóias, entre outros.

32.O turismo é outra área a ser explorada. Apesar do aumento de 40% no último ano, o fluxo aéreo de passageiros para o Brasil (cerca de 25 mil) é irrisório se comparado com o destino Chile (300 mil). Para se alcançar incremento substantivo nesses números, seriam necessários: (a) a ampliação das freqüências aéreas, para forçar redução no preço das passagens (pode-se

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 09/09/2005 20:34:00 N.°: 01205
CARAT=Reservado

pagar, hoje, menos para viajar de Lima a Madri do que a São Paulo); (b) a diversificação das rotas, para incluir vôos transfronteiriços (tarda-se mais tempo de Rio Branco, no Acre, a Lima do que de São Paulo a Tóquio); e (c) a equiparação das tarifas de aeroporto para vôos internacionais às dos vôos nacionais, sobretudo no circuito transfronteiriço, o que significaria ajuste de US$ 25 a 6 por passagem, dado importante para os que viajam acompanhados da família.

33.Diante deste quadro sucinto das relações bilaterais e regionais no período 2001-2005, a conclusão geral que se impõe é a de que estão sendo assentadas as bases para um programa de expansão, progressiva e consolidada, das oportunidades de intercâmbio, em suas diversas faces, entre o Brasil e o Peru, com vistas à integração dos dois países. Registrem-se, sobretudo no entorno amazônico, de um lado, o fortalecimento de um sentimento de identidade comum, e, de outro, a perspectiva de prosperidade para áreas historicamente pouco atendidas. Sem querer disfarçar, portanto, certa ponta de entusiasmo, creio que o espaço fronteiriço binacional dispõe, cada vez mais, de condições para converter-se em uma nova fronteira de desenvolvimento sustentável, a partir do enraizamento de instituições dos Estados e da sociedade civil peruana e brasileira, êxito que pavimenta o caminho da integração tanto binacional Brasil-Peru, como regional sul-americana.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

AA

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 01/08/2007 22:06:20 N.°: 01213
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 01/08/2007 (APLR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DIR
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=OEABRMS
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Rodovia
Interoceânica Sul. Empenho do
Governo peruano pela
participação brasileira.
//

Nr. 01213

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para DELBRASUPA

O Primeiro Ministro Jorge del Castillo e a Ministra dos Tranportes e Comunicações Verónica Zavala me procuraram hoje (em recepção ao Presidente Evo Morales no Palacio de Gobierno) para pedir minha interferência junto às quatro grandes empresas brasileiras que estão construindo as Rodovias Interoceânicas Sul e Norte - Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão - para assegurar sua participação no processo de licitação para os dois trechos restantes da Interoceânica Sul (Tramo 1 e Tramo 5).

2.Disseram-me que estavam muito preocupados com a possibilidade de que nenhuma das quatro empresas venha a apresentar proposta até o final do prazo, no dia 20 de agosto. Indicaram estar cientes de certa insatisfação das empresas brasileiras com as condições apresentadas para as duas licitações, mas assinalaram sua disposição de conversar

com seus representantes para examinar a possibilidade de introduzir as alterações que possam viabilizar sua participação nas concorrências.

3.O Primeiro Ministro e a Ministra dos Transportes me confidenciaram que empresas construtoras de certos outros países teriam indicado interesse pelas licitações, mas que o Governo peruano considera francamente preferível continuar a trabalhar com as nossas empresas, que conhecem bem o Peru e aqui operam produtivamente há muitos anos.

4.Jorge del Castillo e Verónica Zavala chegaram a sugerir que eu organizasse e participasse de um encontro coletivo dos representantes das quatro empreiteiras com a Ministra. Ponderei, e eles concordaram, que não me caberia, como Embaixador, participar pessoalmente de um processo de negociação entre elas e o Governo peruano e que as quatro empresas dificilmente estarão consorciadas e talvez prefiram encontros separados com a Ministra. Mas me coloquei à disposição para falar logo com as quatro, reiterando o interesse do Governo brasileiro em que tenha continuidade o trabalho positivo que elas vêm efetuando no Peru e comunicando o empenho do Governo peruano em continuar a contar com sua eficiente atuação na construção de estradas.

5.Falei em seguida com representantes no Peru de cada uma das quatro empresas construtoras (Jorge Barata da Odebrecht, Angelo Lodi da Andrade Gutierrez, Aristóteles Moreira da Camargo Correa, Brício Torres e Javier Rosas da Queiroz Galvão) para informar sobre o teor de minha conversa com o Primeiro Ministro e a Ministra dos Transportes e para transmitir-lhes o convite da Ministra para que eles se reunam com ela amanhã ou depois.

6.Ficou-me dessas conversas a noção de que as empreiteiras brasileiras estão todas interessadas na possibilidade de executar as obras dos trechos restantes da Interoceânica Sul, mas ainda não apresentaram suas propostas na espera de que o Governo peruano melhore as condições da licitação. Entendo também que a Camargo Correa e a Queiroz Galvão deverão consorciar-se, possivelmente junto com a Andrade Gutierrez, e que a Odebrecht pretende concorrer sozinha.

7.Os representantes das quatro empresas agradeceram minhas informações e ficaram de entrar logo em contato com a Ministra dos Transportes e Comunicações para agendar encontros. Passei esta informação à Ministra Zavala, que me expressou seu reconhecimento por esse esforço para tentar assegurar a participação das empresas brasileiras nas duas

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 01/08/2007 22:06:20 N.°: 01213
CARAT=Reservado

licitações.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 27/09/2005 17:17:00 N.°: 01325
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 27/09/2005 (AVSR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SG/DAM I/DAM II/DIC/DECAS
DESCR=AMSU-XIEX
REF/ADIT=CIT 56228
CATEG=MG

//
América do Sul. Principais
investimentos diretos 2003-
2005. Peru.
//

Nr. 01325

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Transmito, a seguir, as informações disponíveis sobre estoque e fluxo de investimentos diretos dos países sul-americanos no Peru, obtidas junto à ProInversión, agência de promoção de investimentos do governo local:

I- ESTOQUE DE IED NO PERU- PRINCIPAIS PAÍSES SUL-AMERICANOS: 2003/2004 (US$ milhões)

ARGENTINA- 63,23/63,23
BOLIVIA- 4,68/4,68
BRASIL-16,61/17,41
CHILE-613,77/613,79
COLOMBIA-192,39/192,44
EQUADOR-40,55/40,57
URUGUAI-142,74/142,74
VENEZUELA-10,23/10,23

II- FLUXO DE IED NO PERU- PRINCIPAIS PAÍSES SUL-AMERICANOS: 2003/2004/2005 (US$)

BRASIL- -1.115.247,00/ 799.980,00/...
CHILE- 3.772.901,65/ 1.381.219,29/ 20.000,00
COLOMBIA- -426.003,33/ 47.634,55/ 157.942,37
EQUADOR- 17.384,93/ -54.177,47/ 36.792,55
URUGUAI- -8.205.780,69/.../...

2.Cabe mencionar que embora o registro do investimento estrangeiro seja obrigatorio neste pais, a lei nao estabelece

prazo para seu cumprimento. Por essa razao, alguns investimentos importantes realizados no Peru nos ultimos anos ainda nao estao registrados nas cifras acima, como, no caso do Brasil, os da AMBEV (mais de US$ 80 milhoes), entre outras empresas.

3.Com US$ 220 milhões investidos pela Votorantim na refinaria de zinco de Cajamarquilla (novembro de 2004), US$ 185 milhões pela Odebrecht no Projeto de Irrigação e Hidroenergia de Olmos (maio de 2004), US$ 98 milhões pela Petrobrás em Talara (2003) e US$ 7 milhões pela Ocean Air na formação da companhia aérea Wayra Peru (início de operações previsto para o primeiro semestre de 2005), o estoque de investimentos brasileiros neste país ascenderá a mais de US$ 650 milhões, valor a que se deverão somar nos próximos 5 anos US$ 250 milhões a serem investidos pela Vale do Rio Doce na exploração dos fosfatos de Bayóvar (ver tels. 358 e 371), sem mencionar o que resultará da construção da Interoceânica, obra orçada em mais de US$ 800 milhões.

4.Por correio eletronico a sg@mre.gov.br, transmito planilha elaborada pela ProInversion que detalha os principais setores e empresas sul-americanas que realizaram investimentos diretos no Peru entre 2000 e 2005.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

MRAR

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 19/07/2006 22:48:07 N.°: 01383
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 19/07/2006 (APFJ)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DIR/DECAS/DREN/DPB/CGFOME/DNU
DESCR=PEXT-GVIO-PERU
RTM=OEABRMS,ONUBRMS
REF/ADIT=DET 459
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Posse do
Presidente Alan García.
Visita a Lima do
Presidente Lula.
Temas de conversação.
//

Nr. 01383

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Refdesptel 459. Apresento a seguir sugestões de temas para conversas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Presidente Alan García por ocasião de sua posse no dia 28 de julho.

- Expressar satisfação pela posse de Alan García como Presidente do Peru, reafirmando interesse em manter com ele e com seu Governo um diálogo privilegiado, constante, direto e de alto nível sobre os muitos temas políticos e econômicos de interesse para a relação bilateral e para o processo de integração regional.

- Ressaltar a importância que atribuímos nesse contexto à visita de Estado que o Presidente Alan García deverá fazer ao Brasil na primeira semana de novembro. A visita deverá servir para dar impulso ao projeto de construção da Aliança Estratégica Brasil-Peru que foi anunciado por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula a Lima em 2003. Em seu Plano de Governo Alan García se comprometeu a "priorizar la conformación de una alianza estratégica con Brasil y otros países vecinos para consolidar el eje sudamericano".

- Assinalar que esperamos trabalhar em coordenação e sintonia com o Presidente Alan García como parceiros no processo de consolidação da Comunidade Sul-americana de Nações. Comentar

os próximos passos nesse processo, à luz de desenvolvimentos recentes no cenário regional.

- Manifestar a esperança de vir a ter o prazer de inaugurar oficialmente com o Presidente Alan García os últimos trechos da Rodovia Interoceânica, instrumento e símbolo da integração Brasil-Peru e continental.

- Reiterar nossa disposição de cooperar com o Governo peruano em matéria de programas públicos de assistência e desenvolvimento social, indicando que estamos prontos a prestar nessa área a colaboração que o Presidente Alan García considerar relevante.

- Havendo Alan García manifestado o desejo de promover um "Tratado de Livre Comércio" com o Brasil e com Mercosul, expressar nosso interesse em conversar com representantes do novo Governo peruano sobre a melhor maneira de intensificar o comércio entre o Peru e o Brasil e entre o Peru e o Mercosul, à luz das disposições do ACE-58. Expressar preocupação com o impacto negativo que o TLC Peru-EUA, ainda pendente de aprovação pelo Congresso norte-americano, poderá vir a ter sobre exportações brasileiras para o Peru.

- O comércio Brasil-Peru tem crescido nos dois sentidos, com considerável superávit em favor do Brasil, e está ainda muito aquém de seu potencial. Queremos promover a expansão em termos mais equilibrados desse intercâmbio. Em 2005 o comércio bilateral aumentou 42% com relação a 2004, registrando quase US$1 bilhão de exportações brasileiras e menos de US$500 milhões de exportações peruanas. De janeiro a maio de 2006 as exportações brasileiras cresceram 16% e as peruanas 45%.

- As empresas brasileiras atuantes no Peru encaram de forma muito positiva as perspectivas de atuação com o Governo de Alan García. Estão representadas no país a Petrobrás (petróleo e gás), a Vale do Rio Doce (fosfato), a Votorantim (zinco), as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão (obras públicas), a Vega Upaca Relima (limpeza urbana), a Ambev (Brahma), a Marcopolo (veículos), a Varig e a Ocean Air (transportes aéreos), o Banco do Brasil, a H. Stern, a Natura e, agora, a Gerdau (siderurgia).

- Observar que a recente concretização da aquisição pelo grupo Gerdau do controle acionário da Siderperú, um investimento produtivo e gerador de empregos, foi uma demonstração eloqüente da confiança do empresariado

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 19/07/2006 22:48:07 N.°: 01383
CARAT=Reservado

brasileiro nas condições positivas que se abrem para sua atuação no Peru.

- Indicar a expectativa de que o Governo peruano seja receptivo ao interesse da Petrobrás-Perú em ampliar sua atuação no país tanto na área de exploração e produção de petróleo e gás como também nas áreas de refinaria e de petroquímica.

- Trocar idéias sobre a integração energética da América do Sul, em particular em matéria de gás, tendo em mente as reservas da região peruana de Camisea. Em sua campanha, Alan García mencionou a possibilidade de o Peru vender gás ao Brasil. Seu Programa de Governo se refere a "lograr una propuesta común (sudamericana) en materia de hidrocarburos".

- Comentar a conveniência de promover vôos transfronteiriços entre diferentes localidades brasileiras e peruanas; atualmente os três vôos diários entre os dois países (operados por Varig, Taca e Lan) são na rota São Paulo-Lima-São Paulo. Esperamos que o novo Governo peruano confirme a intenção de sediar no segundo semestre de 2006 uma reuniao ministerial no âmbito da Comunidade Sul-americana de Naçoes sobre transportes terrestres e aéreos.

- Indagar sobre a avaliação de Alan García a respeito do futuro da Comunidade Andina (CAN), sobre suas possibilidades de convergência e integração com o Mercosul e sobre as perspectivas de conclusão de um acordo de livre comércio entre a CAN e a União Européia.

- Expressar a disposição de cooperar com o Peru no exercício de seu atual mandato como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Indicar que esperamos poder continuar a contar com o apoio expresso do Peru para que o Brasil se torne membro permanente do Conselho.

- Comentar aspectos das relações com a Venezuela, com a Bolívia e com o Chile.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 06/10/2004 11:39:00 N.°: 01469
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 01/10/2004 (SMP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DOC/DSF
DESCR=ETRA-BRAS-PERU
REF/ADIT=DET 634, TEL 1425
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Construção da
Rodovia Interoceânica. Missão
do Ministério dos Transportes.
Relato.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DAM II/DOC/DSF/DIR em 06/10/2004

Nr. 01469

RESUMO=
Informo. A missão do Ministério dos Transportes estima em US$ 700 milhões a construção da Rodovia Interoceânica. O montante passível de financiamento pelo Brasil poderia variar entre US$ 298 e 417 milhões, dependendo da precisão dos gastos locais.

Refdesptel 634 e aditel 1425.

Para conhecimento dos Srs. Ministro de Estado, Secretário Geral e SGAS.

Rogo retransmissão por via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

A missão do Ministério dos Transportes, integrada pelos Drs. Jairo Rodrigues da Silva e Silvio Figueiredo Mourão, cumpriu intensa agenda de trabalho em Lima, dos dias 27 a 29 de setembro. Ao cabo de encontros com autoridades peruanas e, por sugestão minha, também com representantes das empresas construtoras brasileiras sediadas no Peru, a missão pôde reunir as mais atualizadas informações técnicas sobre a construção da rodovia entre Assis Brasil-Iñapari e portos no Pacífico (aqui é conhecida como Rodovia Interoceânica e, no Acre, a Estada do Pacífico). O objetivo das reuniões foi o de possibilitar ao Governo brasileiro a análise de

eventual financiamento da Rodovia, com base em dados técnicos mais precisos.

2.A missão foi recebida, logo após sua chegada a Lima, pelo próprio Ministro dos Transportes e Comunicações (MTC), José Ortiz, que me reiterou a prioridade do projeto para o Governo peruano. O Ministro pôs à disposição dos visitantes não só sua equipe no MTC, mas também a da firma de consultoria contratada para realizar os estudos de pré-factibilidade e de viabilidade da obra. O gesto foi particularmente expressivo, uma vez que o estudo final deverá estar concluído somente em janeiro de 2005 e a licitação para a concessão da obra, ocorrer em julho do mesmo ano. Os dados técnicos compartidos em confiança com a missão brasileira podem, portanto, estar sujeitos a alguns ajustes.

3.Antecipo, em grandes linhas, as informações que certamente serão ampliadas no relatório dos Drs. Rodrigues da Silva e Mourão:
a) o custo total da obra (USD 700 milhões) refere-se somente aos trechos a serem asfaltados, numa extensão total de 1.022 km (excluiu-se a manutenção de trechos hoje pavimentados);
b) a partir de Assis Brasil-Iñapari, há trecho comum de 230 km até Puente Inambari;
c) desse ponto, a estrada bifurca-se, no sentido oeste, na direção de Cusco, até o Porto de San Juan de Marcona, faltando construir apenas o trecho até Urcos e, para o sul, até os Portos de Ilo e Matarani, cujos trechos já estão quase todos pavimentados;

4.A respeito do custo estimado da obra, cabem os seguintes comentários:
a) os dados técnicos são preliminares, ainda que muito próximos da realidade, de acordo com a empresa de consultoria;
b) a experiência das construtoras brasileiras que operam no Peru (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão) indica que o projeto definitivo de engenharia, após os trabalhos de campo, revelam custos superiores aos do estudo de viabilidade, em geral colhidos por aerofotogrametria;
c) o custo total inclui os gastos locais, não-financiáveis pelo Brasil, e a parcela de exportação de bens e serviços brasileiros. No caso dos gastos locais, os peruanos estimam em 30%, enquanto as construtoras brasileiras, entre 30 e 50%;
d) na medida em que o PROEX financia apenas 85% do montante relativo à exportação de bens e serviços, o montante

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 06/10/2004 11:39:00 N.°: 01469
CARAT=Reservado

a ser emprestado, excluídos os gastos locais, poderia oscilar entre US$ 298 e 417 milhões.

5.Ao sugerir a Vossa Excelência transmitir o teor do presente telegrama aos altos representantes dos órgãos integrantes do COFIG, muito agradeceria considerar a possibilidade de agendar, tão logo se conclua a avaliação do relatório da missão do Ministério dos Transportes, reunião em Brasília com as autoridades competentes do Governo peruano. Estimo que, a partir de agora, o Governo brasileiro dispõe de dados mais precisos para proceder ao exame do possível financiamento da Rodovia Interoceânica. Louvo, ademais, o profissionalismo e a dedicação dos Drs. Rodrigues da Silva e Mourão, a quem encareceria fizesse chegar meus renovados agradecimentos e o reconhecimento coletivo das autoridades peruanas.

André Mattoso Maia Amado, Embaixador

PAB

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 14/08/2006 13:21:21 N.°: 01556
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 14/08/2006 (RLS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DIR/DREN/DNU/COCIT/C/AIG
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=ONUBRMS,OEABRMS,USABREM,MEXBREM,JAPBREM
REF/ADIT=TEL 1538
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita do Chanceler García Belaunde ao Brasil, 24-25/8/2006. Conversações. Temas políticos e econômicos.
//

Nr. 01556

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

À atenção do Senhor SGAS

Aditel 1538. Comento a seguir temas políticos e econômicos que poderão ser tratados nas conversações com o Chanceler peruano José Antonio García Belaunde por ocasião de sua visita ao Brasil nos dias 24 e 25 de agosto. (Pelo telegrama 1535, transmiti comentários sobre tópicos específicos da agenda de cooperação bilateral Brasil-Peru.)

2.Como observei no telegrama 1538, o Embaixador García Belaunde considera particularmente importante esse seu primeiro encontro de trabalho com Vossa Excelência depois de assumir como Chanceler do Governo Alan García, encontro no qual haverá oportunidade para trocar informações e ideias sobre os temas bilaterais, regionais e mundiais de maior interesse para os dois países, sem a preocupação de concluir acordos formais ou de entrar em maior detalhe na discussão dos numerosos temas da extensa agenda bilateral.

3.Nesse entendimento, é inevitável que o novo colega peruano de Vossa Exceleência se concentre de modo especial nos assuntos que têm ocupado boa parte das atenções do novo Governo: os diferentes aspectos da integração e o relacionamento com cada um dos países vizinhos. Ao mesmo tempo, essas preocupações prioritárias também refletem o fato de que nos últimos dezesseis anos - ao longo dos Governos de Fujimori, Paniagua e Toledo - "Joselo" García Belaunde esteve afastado do Torre Tagle (em função de seus vínculos com Alan

García), trabalhando com temas relacionados com a integração regional nos sucessivos cargos que ocupou na Secretaria-Geral da Comunidade Andina, instituição pela qual ele tem grande apreço.

4.Nas conversações com o Ministro García Beluande, poderiam ser comentadas as excelentes perspectivas que se abrem com o novo Governo peruano para o projeto comum de construção de uma aliança estratégica Brasil-Peru, projeto lançado na visita de Estado do Presidente luiz Inácio Lula da Silva ao Peru em 2003 e reafirmado pelo Presidente Alan García como um dos objetivos prioritário de seu Governo. As condições estão dadas para se chegar a um patamar sem precedentes de diálogo político e de entendimento direto e para intensificar substancialmente os níveis, cada vez mais elevados, de intercâmbio comercial, de investimento e de cooperação na construção de eixos de integração física.

5.O Brasil e o Peru são dois grandes países vizinhos cujo relacionamento simplesmente não é afetado, como no caso de tantos outros países sul-americanos, pela persistência aberta ou latente de tensões e desconfianças herdadas de outros momentos históricos.

6.O relacionamento entre os dois Governos começou em tom extremamente positivo, com a visita do Presidente eleito Alan García a Brasília em 13 de junho e a do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lima em 27 e 28 de julho para as cerimônias de posse presidencial. A entrevista dos dois Presidentes no Palacio de Gobierno no dia da posse foi muito amistosa e substantiva, abrindo novas e importantes possibilidades de cooperação em diversos campos - e de forma muito especial em matéria de petróleo e gás.

7.Dando pronto seguimento a esse encontro, o Presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli veio no dia 10 de agosto a Lima, onde foi recebido pelo Presidente Alan García e manteve encontros com o Ministro de Energia e Minas Juan Valdivia e outras autoridades e técniocos do setor. A visita foi um passo concreto e de muita visibilidade em direção ao estabelecimento de uma verdadeira parceria entre a Petrobrás e a Petroperú.

8.Nesse contexto, anuncia-se agora que o Presidente Alan García instruíu o Ministro Valdivia a acompanhar o Chanceler J. A. García Belaunde em sua visita ao Brasil.

9.Além da Petrobrás, diversas outras grandes empresas brasileiras - como, entre outras, a Vale do Rio Doce, a Votorantim, a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, a Camargo Correia, a Ambev e mais recentemente a Gerdau - têm aproveitado as oportunidades e as condições de trabalho muito favoráveis que encontraram no Peru.

10.Evento central para o aprofundamento da relação Brasil-Peru será a visita de Estado que o Presidente Alan García

deverá fazer ao Brasil em novembro. Caberia confirmar com o Chanceler García Belaunde a data exata e definir o formato da visita, cuja realização poderia ser anunciada pelos dois Chanceleres na conferência de imprensa.

11. Em princípio, a visita a Brasília teria lugar na quinta-feira 9 de novembro; no sexta-feira 10 o Presidente peruano estaria em São Paulo para um almoço com empresários e para inaugurar na Pinocoteca uma importante exposição sobre a cultura mochica. No encontro dos dois Presidentes em junho em Brasília, o Presidente Lula sugeriu ao Presidente Alan García que se fizesse acompanhar na visita de Estado ao Brasil por Ministros de seu Gabinete responsáveis pelas áreas em que haveria melhores perspectivas para desenvolver a cooperação entre os dois países. Entre outras, ocorre-me que se poderia pensar nas áreas de energia e mineração; comércio exterior; desenvolvimento social; e defesa (o novo Ministro da Defesa do Peru é o ex-Chanceler e ex-SG da CAN Allan Wagner).

12.De 2004 a 2005 o comércio total Brasil-Peru cresceu 42%, chegando a cerca de US$ 1,4 bilhões, com um superávit a nosso favor de quase meio bilhão de dólares. No primeiro semestre de 2006 o intercâmbio continuou a crescer nos dois sentidos; permanece o nosso superávit, mas as exportações peruanas ao Brasil aumentaram mais de 40%, enquanto as brasileiras ao Peru cresceram 14%. Cabe lembrar que na visita de Vossa Excelência a Lima em fevereiro de 2006 foi assinado o Memorando de Entendimento Brasil-Peru para a Promoção de Comércio e Investimento.

13.A entrada em vigor do ACE-58 entre os países do Mercosul e o Peru, as obras em curso para concluir a Rodovia Interoceânica, a inauguração da ponte sobre o rio Acre e a consolidação de um clima político e empresarial muito positivo para o intercâmbio bilateral são fatores que apontam para um comércio cada vez maior entre o Brasil e o Peru. Em sua campanha, Alan García afirmou seu propósito de "firmar un TLC con Brasil". García Belaunde poderia esclarecer se, pelo menos numa fase inicial, a intenção peruana seria promover um aprofundamento do ACE-58. Como Presidente pro tempore do Mercosul, caberá ao Brasil convocar proximamente a primeira reunião da Comissão Administradora do Acordo.

14.Caberá lembrar nesse contexto nosso interesse em discutir com os peruanos as implicações do TLC com os Estados Unidos, que foi aprovado no Congresso peruano com o apoio do Partido Aprista e pendente ainda de aprovação pelo Congresso norte-americano.

15.García Belaunde terá certamente interesse em comentar com Vossa Excelência temas relativos à Comunidade Andina, como a retirada da Venezuela e sua incorporação ao Mercosul, a reincorporação do Chile à CAN como membro associado e as negociações CAN-União Européia, bem como assuntos referentes

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 14/08/2006 13:21:21 N.°: 01556
CARAT=Reservado

às perspectivas de evolução do Mercosul e ao processo de construção e consolidação da Comunidade Sul-americana de Nações.

16.A cooperação ativa do Peru foi fundamental na fase de concepção e lançamento da CASA e esperamos poder continuar a contar com essa cooperação nas próximas etapas desse processo, em particular nos trabalhos da Comissão de Reflexão Estratégica e nas reuniões ministerial e presidencial da Comunidade que serão realizadas até o final de 2006.

17.O Chanceler peruano poderá comentar as perspectivas de evolução do relacionamento Peru-Chile, que parece encaminhar-se para uma fase mais cordial e construtiva, com ênfase no intercâmbio econômico e comercial. Dias antes da visita de García Belaunde ao Brasil, o Chanceler Alejandro Foxley deverá vir a Lima, onde se anuncia que poderá assinar um acordo bilateral de livre comércio (ou de aprofundamento do ACE existente).

18.Com a reincorporação do Chile à CAN e a conclusão do acordo comercial com o Chile, o Peru caminha em direção a um projeto ainda não claramente definido e que parece contar com estímulo da Chancelaria mexicana no sentido de se criar uma nova associação ou comunidade dos Estados latino-americanos da costa do Pacífico, que incluiria o Chile, o Peru, o Equador, a Colômbia, os países centro-americanos e o México, todos vinculados por TLCs com os Estados Unidos, concluídos ou em fase final de negociação, e orientados também para o relacionamento com a região da Ásia e Pacífico. (Cabe notar que foi anunciado ontem que o Chanceler Luis Ernesto Derbez deverá efetuar visita a Lima no dia 31 de agosto.) O Chanceler peruano poderia esclarecer o alcance político e econômico desse projeto e suas possíveis implicações para o futuro das relações do Peru com o Brasil e com os demais países sul-americanos.

19.Poderiam também ser comentadas as relações do Peru e do Brasil com outros países da região latino-americana, como a Bolívia, a Venezuela, a Argentina, a Colômbia, o México e Cuba.

20.Haverá interesse em comentar também assuntos referentes à cooperação em matéria de defesa. O Ministro Allan Wagner expressou-me o desejo de estreitar a cooperação nessa área com o Brasil, indicando que o novo Governo peruano espera poder implementar algumas das medidas que foram propostas a Vossa Excelência no início do ano pelo ex-Chanceler Oscar Maúrtua. Pediu-me que considerássemos em particular a idéia de se criar um mecanismo 2+2, como o que o Peru mantém com o Chile, com reuniões conjuntas dos Ministros (ou altos representantes) dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa. Assinalou também a expectativa de promover maior cooperação em matéria de operações de paz, levando adiante a

experiência positiva das forças dos dois países no Haiti. Parte importante do processo de cooperação em temas de segurança e defesa será a implementação do Memorando de Entendimento Brasil-Peru sobre SIVAM-SIPAM.

21.Poderá ser reiterada nossa disposição de continuar cooperando com o Governo peruano em matéria de programas de desenvolvimento social, tema que foi tratado de forma muito positiva na reunião que os dois Presidentes mantiveram em Brasília no dia 13 de junho.

22.O Governo peruano continua esperando que o Brasil venha a oferecer uma solução satisfatória para as questões pendentes referentes à navegação fluvial na Amazônia.

23.Como Chanceler de um dos dois atuais membros latino-americanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Embaixador García Belaunde terá interesse em trocar idéias com Vossa Excelência sobre alguns dos principais itens da agenda do Conselho - como, em particular, em função da visita que Vossa Excelência deverá fazer amanhã a Beirute, a situação no Líbano, questão que foi objeto de carta enviada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Alan García.

24.Vossa Excelência poderá aproveitar para agradecer pessoalmente, como fez em recente mensagem escrita, a reiteração pelo Peru no Plenário da Assembléia Geral de seu apoio expresso à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho. Uma vez que o discurso peruano foi pronunciado nos últimos dias do Governo anterior, poderia ser assinalada a nossa expectativa de que o novo Governo do Peru continue a apoiar-nos na matéria.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

LAAC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/11/2005 13:21:00 N.°: 01606
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 11/11/2005 (JAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM II/DIR/DEMA/DNU/AFEPA/COCIT/DTS
DESCR=GVIO-BRAS-PERU
REF/ADIT=DET 643
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita oficial do
Ministro de Estado a Lima.
Temas de conversação
//

Nr. 01606

Rogo retransmissão via clic para as Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Apresento a seguir, em atenção ao desptel 643, pontos que poderão ser tratados nas conversações de Vossa Excelência com o Chanceler Oscar Maúrtua em Lima no dia 24 de novembro:

- definir e anunciar a data da inauguração em dezembro, pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo, da ponte sobre o Rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari; nesse contexto poderá ser previsto convite ao Presidente da Bolívia, a exemplo de eventos anteriores nas proximidades da tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia;

- comentar a possível visita do Vice-Presidente e Ministro da Defesa José Alencar a Lima no primeiro semestre de 2006 para participar da III Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa;

- agradecer o apoio peruano às posições brasileiras a respeito da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e comentar as perspectivas de evolução do processo de reforma;

- trocar idéias sobre os principais temas da agenda de trabalho do Conselho de Segurança, em que o Peru substituirá o Brasil a partir de janeiro de 2006 e reafirmar nossa disposição de dialogar e cooperar com o Peru nos trabalhos do Conselho e de outros foros multilaterais políticos e econômicos;

- comentar as perspectivas de desenvolvimento da Comunidade Sul-Americana de Nações à luz dos resultados da Cúpula de Brasília de setembro de 2005;

- mencionar a conveniência de promover encontros de Ministros e outras autoridades dos dois países, em áreas como agricultura, transportes, indústria e comércio exterior, turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento social;

- apresentar uma reação, ainda que preliminar, à recente nota do Chanceler peruano sobre temas da navegação nos rios amazônicos;

- comentar as propostas peruanas de cooperação em matéria de defesa e segurança (reuniões 2+2 ou 3+3, exercícios militares na Amazônia e mais adiante no Pacífico e no Atlântico);

- expressar satisfação com a entrada em vigor, em 15 de setembro, do acordo pelo qual foi abolida a exigência de passaportes para as viagens entre o Peru e o Brasil, iniciativa que bem simboliza o compromisso comum de promover a integração;

- comentar temas da Reunião de Chanceleres da OTCA, como a proposta de criação de regime de segurança e defesa amazônicas e o apoio ao projeto de administração integrada sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia amazônica;

- sublinhar a importância de iniciativas descentralizadas de cooperação e integração, com diversas missões empresariais e de Governos estaduais e regionais de Brasil e Peru a um e outro país - como em particular a numerosa e expressiva missão empresarial conduzida no final de outubro pelo Governo do Acre Jorge Viana às cidades principais da Rodovia Interoceânica (Puerto Maldonado, Cusco, Puno, Arequipa e Matarani);

- reafirmar nosso interesse em obter autorização (do Ministério dos Transportes e Comunicações do Peru) para que empresas brasileiras de ônibus operem a linha Rio Branco - Puerto Maldonado - Rio Branco;

- ressaltar a freqüência e a densidade das reuniões bilaterais de caráter técnico, que refletem a intensidade do processo de integração Brasil-Peru; nesse contexto os Chanceleres poderiam:
definir data e local para a realização, em dezembro, de reunião técnica para a implementação do acordo sobre controle

integrado de fronteira entre Assis Brasil e Iñapari;
convocar a IV Reunião da Comissão Mista Antidrogas, a realizar-se em Brasília, de 27 a 29 de março de 2006;
anunciar a realização em Lima, em 6 e 7 de fevereiro de 2006 da V Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Científica e Técnica;
definir a data de realização da IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF), em fevereiro ou março de 2006, em Cruzeiro do Sul (AC);
anunciar a elevação do status do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF) ao nível de Comissão Mista Multissetorial incumbida de temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
saudar a reativação do Grupo de Trabalho de Integração Física e Transportes e anunciar a realização de reunião do Grupo, em Lima, possivelmente em junho de 2006; e
comentar os trabalhos do Comitê MAP - Madre de Díos-Acre-Pando;

- reiterar nossa disposição de cooperar com os trabalhos da comissão interministerial peruana encarregada da formulação do "Plano de Desenvolvimento dos Corredores Econômico-Produtivos do Sul", proposta voltada para o desenvolvimento das regiões beneficiadas com a implantação da rodovia Interoceânica;

- indicar que esperamos a aprovação pelo Congresso Nacional do novo Acordo Peru-Brasil de Extradição e do Acordo de Tranferência de Presos, instrumentos firmados durante a visita de Estado do Presidente Lula ao Peru em agosto de 2003; o Peru já cumpriu os trâmites internos para sua entrada em vigor;

- ressaltar a perspectiva de entrada em vigor, após ratificação pelo Congresso brasileiro, do Memorando de Entendimento que prevê o acesso progressivo do Peru aos sistemas SIPAM/SIVAM;

- expressar satisfação com o encerramento das negociações e a entrada em vigor do Protocolo Adicional ao ACE-58 - Acordo Mercosul-Peru; ressaltar as potencialidades para o incremento do comércio bilateral e para a aquisição da oferta exportável do Peru, que se abrirão com o Protocolo e com o Memorando de Entendimento Brasil-Peru para promoção de comércio e investimentos;

- saudar o crescimento exponencial, ininterrupto e sustentado, desde o ano 2000, da corrente de comércio Brasil-Peru, com previsão de alcançar, em 2005, a cifra de US$1,4

bilhão, que será um recorde, mas ficará ainda muito aquém do potencial de intercâmbio;

- comentar o aumento expressivo de investimentos produtivos brasileiros no Peru nos dois últimos anos: exploração de campos de gás e de petróleo pela Petrobras (Loreto e Cusco/Camisea); jazidas de zinco pela Votorantim; fosfato pela CVRD (Bayóvar); construção de estradas pela Odebrecht, Andrade Gutiérrez e Camargo Corrêa; inauguração, cerca de Lima, de fábrica da AmBev (cerveja Brahma e refrigerantes); expansão dos investimentos da Natura (cosméticos); serviços de limpeza urbana em Lima e San Isidro (Vega-Upaca-Relima);

- comentar a possibilidade de se estabelecer, em 2006, vôos regionais transfronteiriços, a cargo, inicialmente, da empresa peruana Wayra Air, vinculada à brasileira Ocean Air;

- discutir perspectivas de integração energética a partir da oferta de gás de Camisea, que dependem da definição do volume de reservas, estimadas e comprovadas;

- destacar a cooperação prestada pelo Brasil ao Peru pela doação e pelo transporte pela FAB, em junho de 2005, de 3,7 milhões de doses de vacina contra febre amarela;

- comentar a possibilidade de cooperação da EMBRAPA com o programa de cultivos alternativos da "Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas" (DEVIDA) em zonas cocaleiras do Peru (Regiões do rio Monzón e Alto Huallaga, na Cordilheira Central);

- sublinhar a cooperação entre o Brasil e o Peru na área social, mormente na formulação do programa "Juntos" de transferência direta de renda às famílias mais pobres e miseráveis do Peru;

- comentar a nova fase da cooperação técnica e científica bilateral, com programas na área de tecnologia espacial, biodiesel, biotecnologia, engenharia genética (EMBRAPA), saúde, recursos hídricos e gestão governamental.
Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

ASC/

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/11/2005 13:21:00 N.°: 01606
CARAT=Reservado

ASC

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 11/11/2005 15:22:00 N.°: 01607
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 11/11/2005 (JAB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DECAS/DOC/DIC/DPG
DESCR=XPRO-BRAS-PERU
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Integração
física. Rodovia Interoceânica
e Eixo Paita-Yurimaguas.
//

Nr. 01607

Rogo retransmissão, via clic, para as demais Embaixadas na América do Sul e para BRASALADI.

Mantive, recentemente, reuniões com diretores da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no Peru, os Srs. Jorge Barata e Breno Saldanha respectivamente, que me relataram o estágio atual da tramitação pelo Governo peruano do crédito-ponte a ser oferecido pela CAF para a estrada Interoceânica, bem como o atraso no cumprimento das condições necessárias para início das obras no eixo Paita-Yurimaguas.

2.O diretor da Odebrecht informou-me que as obras da Interoceânica foram iniciadas ainda em setembro, após emissão de parecer favorável da agência peruana de promoção de investimentos privados, ProInversión. Segundo Barata, a Odebrecht mantém 230 funcionários trabalhando no trecho 3 (Inambari-Iñapari) e outros 128 no trecho 2 (Urcos-Inambari). A transitabilidade estaria assegurada ao longo dos dois trechos até o fim deste ano. Observou, entretanto, que o governo peruano ainda não assinou o convênio de financiamento com a CAF, que finalmente permitiria às concessionárias aceder ao empréstimo-ponte oferecido pela corporação.

3.Os diretores da Odebrecht e da Andrade Gutierrez coincidiram em que a situação é mais grave no caso da rodovia que interconectará o porto de Paita, no Pacífico, ao porto fluvial de Yurimaguas, no Marañón (Eixo Paita-Yurimaguas), cuja concessão foi outorgada em maio a consórcio formado pela Odebrecht (49%), Andrade Gutierrez (40%) e pela peruana Graña y Montero (11%). Segundo Barata, a Odebrecht mantém 40 máquinas paradas em Tarapoto, onde tem início o trecho a ser asfaltado, aguardando uma série de definições do governo

peruano.

4.O Sr. Saldanha, Diretor de Concessões da Andrade Gutierrez, esclareceu que a providência mais urgente seria a assinatura de acordo aditivo ao contrato ("Adenda 1"), acordado antes do anúncio do resultado da licitação (5/5/2005). A assinatura do aditivo teria sido prometida pelo Governo peruano às empresas do consórcio, como resultado das negociações que permitiram, no último momento, a elaboração da única proposta apresentada no processo licitatório.

5.Também no caso do eixo Paita-Yurimaguas ainda não foi assinado o convênio de financiamento com a CAF, que dependeria da emissão de pareceres de diversos órgãos do governo local, incluindo a ProInversión e o Organismo Supervisor de la Inversión Privada en Infraestructura de Transporte de Uso Público (OSITRAN).

6.Conversei sobre estes assuntos em visita que fiz recentemente ao Primeiro Ministro Pedro Pablo Kuczynski, que me assegurou que procuraria encaminhar uma solução adequada. Manifestei ainda aos representantes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez minha intenção de apoiá-los nesse processo e informei que pretendo abordar o assunto em encontro que devo manter proximamente com o Ministro dos Transportes e Comunicações, José Ortiz.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

MRAR

MRAR

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/12/2007 14:11:27 N.°: 01956
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 04/12/2007 (RLS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/DC/C
DESCR=KCEE-DPRO-PERU
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Apresentação de
cartas credenciais do
Embaixador Jorge Taunay ao
Presidente Alan García.
//

Nr. 01956

Entreguei ontem minhas cartas credenciais ao Presidente Alan García. Na saudação de praxe, que deve ser feita diante da imprensa, disse-lhe que considerava uma honra ser acreditado perante um grande amigo do Brasil e do Presidente Lula, com quem compartilha os ideais integracionistas do peregrino da unidade continental, o estadista sul-americano Victor Raúl Haya de la Torre.

2. Na cordialíssima conversa que se seguiu, o Presidente Alan García acolheu com visível satisfação minha manifestação de ter como objetivo o de estimular ainda mais os investimentos brasileiros no Peru. O Presidente acrescentou atribuir a maior relevância ao estreitamento das relações culturais entre os dois países, mencionando especificamente a literatura brasileira, que considera pouco conhecida no Peru. Referiu-se ainda à sua idéia da criação do Liceu Peruano-Brasileiro em Lima, exposta a Vossa Excelência quando de sua recente visita a Pisco. Comprometi-me a envidar o melhor dos meus esforços para dar seguimento à iniciativa. O Presidente

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 04/12/2007 14:11:27 N.°: 01956
CARAT=Reservado

Alan García mencionou, igualmente, o projeto de irrigação, que considera notável, realizado no Peru pela construtora Norberto Odebrecht. Disse-me que iria providenciar para que eu fosse em breve visitá-lo. O Presidente García ficou de retomar em breve os contatos comigo, para tratar de medidas capazes de fortalecer ainda mais as relações bilaterais.

Jorge d´Escragnolle Taunay Filho, Embaixador.

JT

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 24/10/2006 16:01:19 N.°: 01960
CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 24/10/2006 (APFJ)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DIR/DECAS/DIC/DREN/DNU/DPB
DESCR=PEXT-BRAS-PERU
RTM=OEABRMS,ONUBRMS
REF/ADIT=DET 660
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita de
estado do Presidente Alan
García. Pontos de conversação.
//

Nr. 01960

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Refdesptel 660. Apresento a seguir temas que poderão ser comentados por ocasião da visita de estado do Presidente Alan García ao Brasil em 9 e 10 de novembro:
- ressaltar o excelente nível das relações entre o Brasil e o Peru, que têm se intensificado desde a eleição do Presidente García, como comprovam sua visita ao Brasil ainda como Presidente eleito, a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas cerimônias de posse do mandatário peruano, as recentes visitas de trabalho do Chanceler José Antonio García Belaunde a Brasília e do Secretário-Geral Samuel Pinheiro Guimarães a Lima;
- expressar satisfação com as manifestações do Presidente García sobre a alta prioridade atribuída pelo Governo peruano às boas relações com o Brasil em sua agenda de política externa, prioridade que coincide plenamente com a visão brasileira;
- comentar os resultados do segundo turno das eleições no Brasil e perguntar pela evolução do panorama político no Peru desde a posse de Alan García no final de julho;
- trocar idéias com o Presidente peruano sobre a evolução e as perspectivas das relações com os países vizinhos (Bolívia, Venezuela, Equador, Chile, etc.);
- comentar os próximos passos na construção da Comunidade Sul-americana de Nações, processo para cujo bom andamento continuará a ser essencial o apoio do Peru, ressaltando que entendemos que o Mercosul e a Comunidade Andina são elementos fundamentais desse projeto comum;

- assinalar a especial relevância para o Brasil e o Peru, como países amazônicos, da cooperação no âmbito da OTCA;
- reiterar a importância fundamental de levar adiante o projeto da aliança estratégica Brasil-Peru, em suas diferentes dimensões: de diálogo e entendimento político em alto nível, de cooperação em diferentes áreas, de interconexão física e de parceria econômica com investimentos produtivos e crescente intercâmbio comercial;
- comentar o papel da integração física como fator de integração regional, facilitando a circulação de pessoas e de mercadorias, condição essencial para dar sentido e conteúdo às ações que ambos Governos tencionam promover, projeto que está sendo transformado em realidade em parceria com o setor privado;
- reconhecer a importância dos dois eixos de interconexão, a Rodovia Interoceânica Sul e o Eixo Multimodal do Amazonas Norte, para o desenvolvimento de comunidades localizadas em regiões historicamente menos favorecidas; as obras ensejarão novas oportunidades de comércio, serviços e investimentos, com conseqüente geração de emprego e bem-estar para as populações locais;
- salientar a necessidade de facilitar e impulsionar as conexões aéreas entre o Brasil e o Peru, em especial os vôos transfronteiriços, que terão impacto positivo no comércio e no turismo entre os dois países;
- ressaltar o notável dinamismo do comércio bilateral verificado sobretudo a partir da entrada em vigor do ACE-58 no início de 2006; o intercâmbio Brasil-Peru continua crescendo nos dois sentidos, superando em cerca de 50% os números de 2005, e deve chegar este ano a um total sem precedentes de mais de US$2 bilhões;
- destacar a relevância do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) como meio de fomentar as exportações peruanas para o mercado brasileiro, de modo a equilibrar a balança comercial entre os dois países, que tem sido superavitária para o Brasil;
- indicar o interesse brasileiro em aprofundar as negociações com o Peru no âmbito do ACE-58, de modo a transformar o acordo em real instrumento de liberalização do comércio de bens, serviços, investimentos e movimentação de pessoas;
- saudar a reincorporação do Peru, país com rica e variada produção agrícola e vocação exportadora, ao G-20, o que sinaliza seu compromisso com a promoção de um comércio mundial mais justo e eqüitativo;
- comentar as perspectivas de conclusão da Rodada de Doha da OMC, em cuja agenda o desenvolvimento é elemento de importância central;
- destacar a ampla convergência de políticas e posições defendidas em foros internacionais pelos dois países,

De: BRASEMB LIMA Recebido em: 24/10/2006 16:01:19 N.°: 01960
CARAT=Reservado

comprometidos com a promoção do multilateralismo, do pleno respeito às normas de direito internacional, da paz com justiça social, do desenvolvimento e dos direitos humanos;
- agradecer a confirmação pelo novo Governo do Peru de seu apoio à postulação do Brasil à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- reconhecer o papel positivo que está sendo desempenhado pelo Peru em seu atual mandato (2006-2007) como membro do Conselho de Segurança, indicando nosso interesse em manter com os representantes peruanos um diálogo constante sobre os principais temas de sua agenda;
- manifestar apreço pelo desempenho das tropas peruanas na missão das Nações Unidas no Haiti, comandada por oficial brasileiro;
- tendo em mente as declarações do Presidente Alan García de que o Peru é um país aberto ao capital brasileiro, salientar o interesse do Governo brasileiro em continuar promovendo investimentos brasileiros no Peru, em consonância com o interesse de nossas empresas, que percebem o potencial de negócios existente no Peru, fundamentado na estabilidade macroeconômica e na segurança jurídica;
- citar o caso da Gerdau, que adquiriu o controle da Siderperú e tenciona fazer investimentos significativos na reforma e modernização da siderúrgica de Chimbote, a maior do Peru;
- singularizar, nesse contexto, a iniciativa do Presidente Alan García de promover a parceria estratégica entre Petrobrás e Petroperú, a qual foi prontamente concretizada em razão do interesse e benefício mútuos dessa associação; sublinhar a satisfação do Governo brasileiro com a recente assinatura em Lima do Memorando de Entendimento entre as empresas;
- ressaltar que a atuação das empresas brasileiras no Peru (Petrobrás, Gerdau, Vale do Rio Doce, Votorantim, Odebrecht, Andrade Gutiérrez, Camargo Correia, Queiroz Galvão, Vega, Natura, H. Stern, etc.) conjuga eficiência e experiência com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente e dá a certeza de que a parceria econômica entre os dois países está assentada em bases promissoras;
- assinalar a diversificada cooperação científica e técnica entre os dois países que contam atualmente com nove projetos em execução, que vão desde o combate à raiva silvestre até o desenvolvimento de um sistema eletrônico de contratações estatais;
- indicar que devem ser lançados durante a visita novos projetos de cooperação em diferentes áreas, entre os quais o desenvolvimento social, com a colaboração e troca de experiências entre o programa "Juntos", do Peru, e o programa "Bolsa-família", do Brasil, com conseqüências diretas na

distribuição de renda e no combate à desigualdade social;
- mencionar a especial importância da cooperação na área de segurança e defesa, mediante o acesso progressivo do Peru ao Sistema SIVAM/SIPAM e a (provável) assinatura durante a visita do Presidente García de acordo-quadro na área de defesa e de acordo para a criação de um mecanismo de consultas entre os dois países no formato 2+2;
- destacar a construtiva cooperação existente em matéria fronteiriça, tanto no que diz respeito à inspeção de marcos de fronteira quanto em relação ao combate a ilícitos ambientais;
- assinalar a plena disposição do Governo brasileiro de dar seguimento a essa cooperação na área de fronteira e a certeza de poder contar com toda a colaboração das autoridades peruanas.

Luiz Augusto de Araujo Castro, Embaixador

MMN

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

De Brasemb Lisboa para Exteriores em 30-12-2003 (CFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAP / DE I
DESCR=MBAS-PORT
RTM=PORBRCG,LSPBRCG
REF/ADIT=CIT 47178
CATEG=MG

//
Atualização do Maço Básico.
Portugal.
//

Nr. 01050

RESUMO=
Introdução geral à atualização do Maço Básico. Portugal.

Relações do Brasil com Portugal

As relações entre o Brasil e Portugal são peculiares, tanto sob os aspectos culturais e históricos quanto, hoje, também por aspectos sociais e econômicos. Se o Brasil é para Portugal e Portugal é para o Brasil tudo o que sabemos em termos de cumplicidade histórica e cultural, a pujança atual das relações econômicas, das relações migratórias e das relações no espaço linguístico multinacional acrescenta uma nova riqueza ao relacionamento bilateral. Assim, o Brasil é hoje o principal destino dos investimentos portugueses no exterior e Portugal um dos maiores investidores no Brasil ; a comunidade de imigrantes brasileiros em Portugal, que até pouco tempo se estimava em cerca de setenta mil pessoas, é hoje talvez a mais numerosa do país, com cerca de cem mil ; a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deu ao Brasil e a Portugal uma projeção política de uma maior responsabilidade internacional.

2. Dentro desse quadro, entretanto, é notável a desproporção da presença relativa de um país no outro, de maneira ampla. É possível afirmar que o Brasil está muito mais presente em Portugal do que Portugal no Brasil. Qualquer amostragem semanal da imprensa portuguesa indicará uma presença brasileira constante no noticiário - seja ele

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

político, cultural, econômico, esportivo ou de faits-divers - o que, no caso de Portugal no Brasil, é quase inexistente. O Brasil é hoje um ponto de referência em Portugal, mas sobretudo de referência cultural na mais ampla aceitação do termo ; e recentemente, com a eleição do Presidente Lula, o Brasil é também um ponto de referência na política internacional. Aquele ponto de referência político fica mais acentuado quando se trata da projeção de Portugal no mundo, invariável e intrinsicamente ligada à expansão da língua portuguesa, onde as responsabilidades atribuídas ao Brasil são cada vez mais importantes diante da variada comunidade dos países lusófonos.

3. O reconhecimento ou o questionamento daquelas responsabilidades internacionais brasileiras determinam, em muito, o grau de simpatia com que o Brasil é visto pelas diversas lideranças ou opiniões em Portugal. A lusofonia não determina mas pesa muito nas avaliações que se fazem aqui do relacionamento com o Brasil. A lusofonia, de resto, pesa sobretudo nas avaliações que Portugal faz sobre sua própria personalidade no cenário internacional. De fato, a opção definitiva e irrevogável que o país fez por um destino comum europeu não poderá jamais significar, para Portugal, a perda de uma opção africana pela língua, considerada aqui, justamente, como o maior patrimônio nacional, ao lado da própria história que causou sua propagação. Mas a África ainda é muito diferente de Portugal para que ele se sinta confortável em sua exclusiva companhia como conformadora de identidade ; nesse ponto, a companhia do Brasil é fundamental para dar à instituição da lusofonia uma aceitação "ocidentalizante" à sociedade portuguesa.

4. Aquela opção européia de Portugal criou o risco, para o país, de "desaparecer" na Europa, e mais ainda na Europa alargada para o Leste ; e é ponto pacífico entre as várias correntes políticas portuguesas que apenas a lusofonia pode emprestar a Portugal uma personalidade que o faça saliente mesmo dentro de uma imensa Europa : a essa lusofonia é o Brasil quem empresta dimensão internacional consistente. Assim, em termos internacionais, talvez não seja exagero dizer que Portugal precisa muito mais do Brasil do que o Brasil de Portugal.

5. Bilateralmente, o equilíbrio pode parecer maior, pelo menos a curto prazo. Mas é um equilíbrio que se dá em campos diferentes do relacionamento. Portugal viu no

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Brasil, há pouco tempo, e soube explorar, uma oportunidade para canalizar investimentos internacionais que tinha dificuldades em colocar com rapidez em outros mercados. Quanto ao Brasil, boa parcela da emigração de mão-de-obra desempregada dirigiu-se para Portugal onde, se não encontrou uma acolhida ideal, encontrou pelo menos condições de se fixar e obter um trabalho satisfatoriamente remunerado ; essa grande comunidade expatriada tem começado a gerar uma significativa demanda por "produtos" brasileiros de toda espécie e no mais amplo sentido do termo, desde alimentos - refrigerantes, carne, pão-de-queijo - até espetáculos musicais de grande envergadura, televisão a cabo, confissões religiosas, moda, restaurantes típicos.

6. Mas, também no relacionamento bilateral, talvez possamos dizer que o aporte do Brasil a médio prazo será mais importante que o aporte de Portugal, pois das cerca de cem mil pessoas que parecem integrar a comunidade brasileira, uma boa parte está se casando com portugueses e tendo filhos, reforçando, assim, os antigos vínculos entre os dois países de maneira muito mais sólida que através de investimentos financeiros ou comerciais.

7. O fato é que Brasil e Portugal mantêm uma relação que se parece antes à que mantêm entre si países fronteiriços, que uma relação transcontinental. E isso tanto nos sentimentos de cumplicidade quanto nos sentimentos de aversão.

8. Portugal parece viver hoje, diante da evolução das relações internacionais, uma situação de profundo questionamento quanto ao futuro de sua presença no mundo. Isso porque, se por um lado a opção européia, de que falei acima, é irrevogável, por outro a herança histórica - que o liga à África - e o patrimônio da língua - que o liga ao Brasil - também o são. Conciliar estes três destinos é a equação da atualidade de Portugal.

9. Para tanto, o país conta hoje com dois organismos internacionais onde pode desenvolver aquelas opções, sem se ver obrigado a um estreitamento de vínculos bilaterais que o comprometam com uma qualquer relação privilegiada em detrimento de outras : a União Européia (UE) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Se na primeira Portugal é pequeno, na segunda pretende ser grande. Para o Brasil - e a Embaixada em Lisboa em particular - o fato de pertencermos, nós também, à CPLP cria-nos um segundo nível de relacionamento com Portugal que aos poucos vai interferindo consistentemente em aspectos do relacionamento puramente bilateral, por um lado, e mesmo em aspectos de nosso relacionamento com os países africanos, por outro. De tal modo que,

hoje, a participação do Brasil na CPLP é uma das atribuições políticas de maior relevância da Embaixada em Lisboa. Ademais porque, por efeitos fortuitos da rotatividade na atribuição das funções de direção, o Brasil hoje ocupa, cumulativamente : a Presidência da CPLP - na pessoa do Presidente da República - ; a Presidência do Comitê de Concertação Permanente da CPLP em Lisboa, que é seu órgão diretivo - na pessoa do Embaixador em Lisboa - ; e a Secretaria-Executiva da Comunidade - na pessoa do Embaixador João Augusto de Médicis. Falar da Embaixada do Brasil em Lisboa, hoje, é falar também da CPLP.

10. A CPLP é uma organização sui-generis. Congrega oito países em quatro continentes, cujo principal traço em comum é a língua mas que compartem, também, um capital cultural transmitido, com maior ou menor intensidade, por Portugal. A CPLP foi criada tendo em vista, primordialmente, aquele aspecto linguístico-cultural mas, ao longo de sua ainda breve existência, desenvolveu uma vertente de cooperação econômica para o desenvolvimento que, se em certo aspecto tumultua seu funcionamento, sem dúvida veio enriquecer seu patrimônio político.

11. Tumultua seu funcionamento porque os dois países que podem prestar assistência - Brasil e Portugal - têm limitações econômicas sérias que de certo modo podem frustrar as expectativas dos demais membros recipiendários potenciais daquela cooperação. Mas enriquece seu patrimônio político porque permite que a CPLP seja alçada a um nível de igualdade com outras organizações multinacionais e possa almejar desempenhar um papel saliente na estrutura do multilateralismo mundial. E desse enriquecimento se beneficiam, naturalmente, seus membros, em especial o Brasil.

12. Em especial o Brasil porque somos, dentre os oito membros da CPLP, o que goza de maior projeção internacional e que pode, portanto, carregar consigo a credibilidade da organização. Mesmo porque, é da atuação do Brasil que decorrerá sempre a credibilidade, interna e externa, da CPLP. De fato, os países africanos, embora olhem para o Brasil como para Portugal, no sentido de verem em nós também um doador de colaboração e um país de muito maior desenvolvimento relativo, não nos olham com a desconfiança que sempre suscita a antiga metrópole ou o país rico do ocidente, olham-nos mais como a irmãos de vária fortuna. Atender à conservação daquela imagem, sem frustrar nem seus contornos nem a pouca esperança que gera, é o papel da representação do Brasil na CPLP.

13. Não podemos, ao mesmo tempo, distanciarmo-nos de Portugal, pois sua presença confere à Comunidade o aval que representa a participação plena de um país da Europa ocidental. Tanto mais delicado é esse equilíbrio, quanto é delicado o relacionamento dos países africanos com Portugal, do qual o Brasil não pode ser nem

garantia nem refém. Ou seja, atribuição importante da Embaixada em Lisboa, hoje, é manter perfeitamente isolados os níveis do relacionamento bilateral com Portugal, da problemática intrincada que se desenvolve na CPLP.

14. O relacionamento bilateral é excelente, embora sempre complexo. A complexidade aumentou em muito, com o ingresso de Portugal na União Européia e a consequente necessidade de obedecer a toda a variada e frequentemente excludente legislação comunitária, desde as que regulam as relações entre pessoas às que regulam as relações comerciais. As contrapartidas que o Brasil poderia esperar de Portugal frequentemente são obstruídas por força daquela legislação e toda expectativa frustrada naquele sentido adquire sempre uma dimensão notável pois não estamos, nem o Brasil nem Portugal, preparados para um relacionamento comparável ao que mantemos com a Dinamarca, por exemplo, ou mesmo com a França : Portugal ainda é diferente. Essa situação recomenda uma intensificação dos contactos a todos os níveis, para uma constante busca de caminhos próprios que institucionalizem cada vez mais e consagrem aquela especificidade do nosso relacionamento tornando flúidos os canais por onde ele circule.

15. Os mecanismos para tanto já existem, fixados sobretudo por um amplo Acordo de Cooperação, que prevê encontros anuais e semestrais das mais altas autoridades dos diversos setores governamentais, culminando com uma Cimeira anual dos dois chefes de governo. Se os mecanismos já existem na letra do Acordo, têm tardado, entretanto, a encontrar a rotina desejável : a primeira e última reunião da ampla Comissão Coordenadora, por exemplo, realizou-se em Portugal em 2002 e a próxima, que se deveria realizar no Brasil em 2003, apenas se reunirá em 2004 ; da mesma maneira, algumas das reuniões setoriais previstas para terem lugar pelo menos uma vez ao ano ainda nem uma vez se reuniram.

16. Assim, se tais mecanismos institucionais já existem, muito ainda resta a fazer quanto à vontade política de levar adiante entendimentos setoriais que não apenas dinamizem mais o relacionamento bilateral (econômico, comercial, cultural, acadêmico, etc) mas, também, facilitem mais o dia-a-dia dos hoje numerosos brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil.

17. A par daquele excelente relacionamento a nível nacional - federal, diríamos - existe, igualmente, com Portugal, uma extraordinária busca de contactos por parte das autoridades estaduais brasileiras, que com frequência não apenas realizam visitas de trabalho a Portugal mas também fazem realizar aqui eventos de divulgação de toda natureza, desde promoção turística a seminários acadêmicos. E é incontável, também, a quantidade de entidades profissionais ou classistas que mantêm estreita relação e intercâmbio de membros

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

ou dirigentes em inúmeros encontros, seminários, assembléias ou congressos luso-brasileiros que se realizam periodicamente dos dois lados do Atlântico.

18. A peculiaridade única do relacionamento do Brasil com Portugal talvez seja esta, de que por mais intensos que sejam os vínculos, sempre acharemos, tanto no Brasil quanto em Portugal, que devem e podem sê-lo ainda mais.

Portugal na Europa

19. Portugal enfrenta hoje um dilema em seu posicionamento no seio da Europa e sua relação com o resto do mundo.

20. O atual governo de centro-direita de Durão Barroso tem pretendido desenvolver, ao ensejo da crise gerada pelo problema do Iraque, uma política de relação com os Estados Unidos que lhe proporcione, diante do resto da Europa, um grau de poder extra que lhe conferiria a proximidade com Washington. Assim, Portugal vem desenvolvendo um discurso de modernidade política liberal, atrelando-se ao comboio integrado hoje sobretudo pela Itália e Espanha - pois o Reino Unido já o integra há tempos - , em contraposição principalmente ao socialismo alemão e à chamada "exceção" francesa.

21. O alinhamento de Itália e Espanha se explica cabalmente, pela possível estratégia de esvaziar a legitimidade alemã em sua tentativa de ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em representação da Europa, apresentando-se ambas, assim, Itália e Espanha, como potências da mesma respeitabilidade.

Tal não é o caso de Portugal, cujo alinhamento talvez se possa explicar pela necessidade de buscar, dentro e fora da Europa, aliados na batalha por assegurar não apenas a menor diminuição possível dos fundos da U.E. que lhe são hoje destinados, quando da entrada dos países do Leste na União, mas também um aumento de investimentos que os Estados Unidos lhe poderiam aportar.

22. Portugal necessita, ademais, por outro lado, da afirmação constante de sua vocação "africana", que é o que lhe dá, também, ares de maior poder internacional relativo frente a outros pequenos países na Europa como a Bélgica ou a Dinamarca. Essa vocação africana, entretanto, que deve ser afirmada cada vez mais econômica e não politicamente, é cada vez mais difícil de ser sustentada, pois a capacidade econômica de Portugal, por um lado, está longe de poder satisfazer as carências de que a África portuguesa padece, e, por outro lado, a capacidade portuguesa de manter uma influência política naqueles países vai-se diluindo implacavelmente a medida que se vão fazendo remotos os tempos da colônia. A

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

solução, naturalmente, é encontrar parceiros que viabilizem ou potencializem aqueles investimentos, e os Estados Unidos poderiam ser um deles.

23. As eleições municipais de 2001 representaram retumbante derrota para o partido socialista, que estava no poder a nível nacional e perdeu, entre outras, as importantes presidências das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto. O então Primeiro-Ministro Antônio Guterres assumiu pessoalmente as responsabilidades por tal derrota e renunciou ao cargo, provocando a queda do governo e forçando a convocação de eleições antecipadas.

24. As eleições parlamentares de 2002 deram a vitória ao centro-direita e o líder do Partido Social Democrata, Durão Barroso, foi chamado pelo Presidente a formar governo. Seu partido, entretanto, não obteve a maioria absoluta que procurava e viu-se forçado a formar um governo de coalisão com o Partido Popular, de direita nacionalista, liderado por Paulo Portas que passou a ocupar a pasta da Defesa. Essa coalisão dispõe de boa maioria na Assembléia da República (o legislativo português é unicameral).

25. O partido socialista passou a ser a principal força da oposição, liderado agora por Ferro Rodrigues. Os demais partidos da oposição de esquerda são o Partido Comunista, que viu severamente reduzida sua bancada nas últimas eleições, e o Bloco de Esquerda, que, como contrabalançando o avanço eleitoral do Partido Popular à direita do espectro político, aumentou também sua bancada parlamentar. As próximas eleições parlamentares deverão ser em outubro de 2006 e as próximas eleições presidenciais em janeiro de 2006.

26. O atual Presidente, o socialista Jorge Sampaio, que foi Presidente da Câmara Municipal (equivalente a Prefeito) de Lisboa é talvez a personalidade política de maior prestígio entre os portugueses. Dois outros líderes políticos sem mandato gozam também de grande respeitabilidade, o Social Democrata Cavaco Silva - que foi Primeiro-Ministro e é candidato virtual do PSD às próximas eleições presidencias - e o ex-Presidente Mário Soares.

Brasileiros em Portugal

27 Um dos dados relevantes da atualidade do relacionamento do Brasil com Portugal é a presença de cerca de 100 mil brasileiros vivendo e trabalhando no país. São pessoas das mais diversas extrações sociais, mas majoritariamente têm-se concentrado nos empregos de serviços nas cidades - garçons, balconistas, atendentes - e na construção

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

civil, embora haja também muitos profissionais liberais. São uma comunidade ordeira e o apoio consular que demandam é sobretudo burocrático. São numerosos, entretanto, os que se encontram em situação de permanência irregular, embora trabalhando.

28. A par dessa nova comunidade de mão-de-obra numerosa, há uma pequena quantidade de empresários de variados ramos que se vêm instalando em Portugal, seja com sua própria empresa seja através de empresas portuguesas. Abarcam suas atividades desde engenharia de construção civil até cadeias de "fast-food", passando por restaurantes, perfumaria e cosmética, escritórios de advocacia. São menos numerosos os profissionais liberais e o caso dos "dentistas" é hoje curiosidade do passado.

29. Há em Portugal cerca de 150 brasileiros presos, sendo que a esmagadora maioria não provém da comunidade aqui estabelecida, mas são "mulas" detidas já no aeroporto ao chegarem com carregamento de drogas.

30. Aquela grande comunidade, mas também a intensificação do turismo português para o Brasil, tem provocado crescimento na oferta de produtos brasileiros e de locais de encontro onde a presença cultural brasileira é notável. Assim, existem na região de Lisboa mais de dez grandes restaurantes brasileiros ; a rede de televisão a cabo transmite três canais brasileiros e os canais abertos transmitem um sem número de novelas brasileiras de boa audiência ; existem em Lisboa alguns templos da Igreja Universal ; funcionam em Lisboa duas importantes associações não-governamentais de apoio e acolhida a brasileiros (a Casa do Brasil de Lisboa e a Associação Brasileira de Portugal) ; todas as grandes lojas de música dispõem de vasta sessão dedicada à música brasileira ; pelo menos dois ou três espetáculos de artistas brasileiros de alguma importância se realizam por mês em Lisboa ; grandes ídolos de diversos clubes de futebol no país são brasileiros e o atual treinador da seleção portuguesa é o ex-treinador da seleção brasileira Felipe Scolari ; uma livraria no centro de Lisboa dedica-se exclusivamente à venda de livros brasileiros ; há várias academias de capoeira e vários Blocos de Samba pelo país a fora.

31. O Brasil dispõe de dois Consulados-Gerais, um em Lisboa e outro no Porto, e há quatro cônsules-honorários : em Santarém, em Faro, na Madeira e nos Açores.

Comércio bilateral

32. O Brasil é hoje o principal destino dos investimentos financeiros portugueses e Portugal é dos maiores investidores estrangeiros no Brasil.

33. O mesmo dinamismo não se verifica no comércio bilateral. Do total de exportações portuguesas em 2002, num valor de cerca de 25 bilhões de euros, apenas 164 milhões se destinaram ao Brasil ; dos cerca de 37 bilhões de euros de importações, apenas cerca de 660 milhões se originaram do Brasil.

34. Existe, entretanto, grande potencial tanto para investimento quanto para comércio, que vai ser ampliado ainda mais com o alargamento da União Européia e o ingresso dos novos membros da Europa do Leste. O desinvestimento europeu em Portugal produzirá no país, com certeza, demanda maior por divisas e comércio oriundo de outras regiões. Por outro lado, a necessidade, para Portugal, de incrementar seus investimentos em outros mercados de modo a diversificar seus ingressos tenderá a fazer com que o país procure se aproveitar daquele alargamento da UE para aumentar seu intercâmbio financeiro e comercial com o Leste. De ambas situações o Brasil pode se beneficiar, desde que se procure estabelecer um relacionamento empresarial dinâmico que promova uma integração complementar em diferentes setores da economia e do comércio bilateral.

Política interna

35. Curriculum Vitae do Primeiro-Ministro e da Ministra dos Negócios Estrangeiros:

Primeiro-Ministro

José Manuel Durão Barroso
Nascido em Lisboa, em 23 de Março de 1956
Casado, pai de três filhos

Habilitações Acadêmicas

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com 17 valores
Mestre em Ciências Econômicas e Sociais (Ciências Políticas) e pós-graduado em Estudos Europeus, pela Universidade de Genebra

Atividade Profissional

Assistente universitário na Faculdade de Direito de Lisboa
"Visiting scholar" dos Institutos Universitários Internacionais do Luxemburgo e de Florença
Assistente no Departamento de Ciência Política da Universidade de Genebra

Professor Visitante na Universidade de Georgetown (Washington D.C., Estados Unidos da América)
Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada

Atividade Política

Iniciou a atividade política muito jovem, ainda durante o regime anterior ao 25 de Abril
de 1974 Militante do Partido Social Democrata desde Dezembro de 1980
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (1985/1987)
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (1987/1992)
Promotor do Acordo de Bicesse entre o MPLA e a UNITA para a paz em Angola (1990)
Ministro dos Negócios Estrangeiros (1992/1995)
Deputado pelo Círculo de Lisboa
Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembléia da República (1995/1996)
Eleito Presidente do Partido Social Democrata (1999)
Reeleito Presidente do Partido Social Democrata (2000)
Eleito Presidente da Assembléia Municipal de Valpaços
(Dezembro de 2001) Primeiro-Ministro desde 6 de Abril de 2002

Funções governamentais exercidas:

Desde 2002-04-06

Primeiro-Ministro do XV Governo Constitucional
De 1992-11-12 até 1995-10-28

Ministro dos Negócios Estrangeiros do XII Governo Constitucional
De 1991-11-05 até 1992-11-12

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do XII Governo Constitucional
De 1987-08-18 até 1991-10-31

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do XI Governo Constitucional
De 1985-11-08 até 1987-08-17

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna do X Governo Constitucional

Ministra dos Negócios Estrangeiro e da Comunidades Portuguesas

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
Nasceu em Lisboa a 18 de Julho de 1946.
Licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa.

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Cargos políticos

Deputada à Assembléia da República; Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus
e Política Externa; Membro da Comissão de Defesa Nacional.

Outras atividades

Membro do grupo de trabalho presidido por Fernando Henrique Cardoso para a reformulação das Cimeiras Ibero-Americanas;
Presidente da Fundação de Serralves; Vogal do Conselho das Ordens Honoríficas Portuguesas
(Ordens Nacionais); Membro do Conselho Consultivo do Jornal "O Público"; Membro dos corpos
sociais de várias associações cívicas.

Cargos políticos

Secretária de Estado da Cultura (1985 - 1989); Secretária de Estado do Ambiente (1991 -
1993) Ministra do Ambiente (1993 - 1995); Deputada à Assembléia da República (1987-)
nas V (Lisboa), VI (Lisboa), VII (Beja), VIII (Porto) e IX (Porto) Legislaturas; integra a
Comissão dos Negócios Estrangeiros
(1990-91 e 1995-2002) e a Comissão Eventual para a Cooperação Parlamentar entre Portugal e o Brasil (1990-1991); Coordenadora do Partido Social Democrata na Comissão de Negócios Estrangeiros (1999 - 2002).

Cargos partidários

Vogal da Comissão Política Permanente da Assembléia Distrital de Lisboa (1990 - 91); Co-
relatora da Revisão do Programa do PSD (1991); Co-relatora do Programa Eleitoral do PSD
(1991);
Vogal da Comissão Política Nacional do PSD (1996 - 98); Vice- presidente da Comissão
de Relações Internacionais do PSD.

Outras atividades

Diretora-geral das Relações Internacionais do Ministério da Cultura (1982 - 1985);
Presidente do Comitê Diretor de Cooperação Cultural do Conselho da Europa (1985-
87); Governadora e Membro do Conselho Executivo da Fundação Européia de Cultura
- Amsterdam (1990-2002); Administradora

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

da Livraria Bertrand (1990 -1991); Conselho Geral do Jornal "O Público" (1990-1991); "Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves (1997 - 2000)": Presidente da Fundação Serralves (2001-2003).

36. Tendo em vista que o governo liderado pelo Primeiro-Ministro (PM) Durão Barroso assumiu o executivo de Portugal prometendo mudanças de rumo importantes em relação ao período em que os socialistas estiveram no poder, algumas considerações preliminares fazem-se necessárias. À gravidade dos desequilíbrios das contas públicas registrado, em especial, nos dois primeiros anos do segundo mandato de António Guterres, correspondeu a estratégia do PSD de explorar o discurso da responsabilidade fiscal - em oposição ao que qualificava como leniência financeira socialista. De fato, houve deterioração acentuada dos indicadores macroeconômicos de Portugal nos anos de 2000 e 2001, fato esse que poderia levar o país a sofrer sanções da União Européia (EU) por violação do Pacto de Estabilidade (cujo principal compromisso, recorde-se, é a manutenção de déficit público anual não superior a 3% do PIB). O discurso da austeridade veio acompanhado da reiteração da necessidade de se promover um choque de competência e de moralidade no tratamento da coisa pública. A valorização da competência administrativa social-democrata, em contraposição aos "desmandos" socialistas, constituiu um dos principais elementos de alavancagem política do PSD.

37. Contra o pano de fundo acima esboçado, nota-se que, desde sua posse, a coligação de centro-direita liderada por Barroso teve de enfrentar sucessivas dificuldades. No campo econômico, por exemplo, tratava-se de reduzir o tamanho do déficit público. As iniciativas levadas a cabo para obter o objetivo acima mencionado geraram, como previsto, efeitos sensíveis. Entre estes, destacam-se as conseqüências negativas decorrentes da adoção de política econômica fortemente restritiva do gasto público. De outra parte, o aumento de impostos (o IVA foi elevado em 2%) produziu diminuição perceptível do poder de compra da massa de assalariados, fato que se refletiu na diminuição do consumo. Soma-se às iniciativas mencionadas, igualmente, a desaceleração da economia internacional - realidade que determinou o agravamento do quadro macroeconômico.

38. Logo, a elevação de impostos, o arrocho fiscal e a diminuição da absorção externa foram responsáveis pela retração da atividade econômica - que começou a se evidenciar no final de 2002. Com a economia estagnada, elevou-se de maneira acentuada o número de falências, o que tem provocado crescimento importante do

índice de
desemprego. Deve-se ter em conta, nesse sentido, que Portugal foi o país europeu com maior aumento relativo do número de desempregados até agosto do corrente ano (a taxa de desemprego atual é da ordem de 6,9% da PEA). Não contando com uma rede de proteção tão extensa como a existente em outros países europeus, o quadro social também vem se agravando com celeridade.

39. Como estratégia para minimizar os danos à sua popularidade derivados das políticas públicas adotadas, o PSD recorreu sistematicamente à responsabilização do governo anterior pela situação presente. Alegava-se que, não fossem as intervenções do governo atual, o país estaria muito pior - tendo em vista o retraimento da economia internacional. Nota- se, contudo, que as lideranças social-democratas já teriam percebido os limites da estratégia acima referida. Ao completar um ano, momento em que Barroso foi obrigado a efetuar mudanças pontuais no ministério (algumas delas causadas por divergências intra-partidárias quanto aos rumos adotados), o discurso governamental mudou de enfoque. Teria chegado o momento de olhar para frente, ao invés de culpar o PS por todos os males do país. Intensificaram-se, a partir daí, as referências ao contexto de desaceleração das economias européia e mundial como forma de justificar a recessão que se instalara - as previsões dão conta de que deve haver crescimento negativo do PIB da ordem de 1% em 2003.

40. Finda a postura inicial de justificação pela acusação aos socialistas, o executivo entrou em nova fase. Uma vez esgotado o período de graça que, em geral, a opinião pública concede aos governantes recém-empossados, a avaliação dos resultados das políticas implementadas passa a ser mais severo. Nessa linha, o recente episódio dos incêndios florestais foi paradigmático. Apesar do esforço tardio para dar resposta à situação emergencial (calcula-se que a área queimada, em 2003, correspondeu a quase o triplo da que ardeu em 2002), ficou patente o desgaste da imagem de eficiência administrativa que o PSD procurava cultivar. O dano à percepção da coletividade sobre o desempenho do gabinete de Barroso na gestão da crise só não foi maior em vista da recorrência dos problemas (em menor escala) e à tibieza da oposição na crítica à

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

atuação
governamental. Esta, reforça a tese de que a manutenção de níveis razoáveis de aprovação
por parte do gabinete Barroso decorre mais da fragilidade da liderança oposicionista do
que da fortaleza de seu governo.

41. Os percalços da administração Barroso não se limitaram aos já sugeridos. Podem ser observados, igualmente, no que se refere à discussão de dois temas polêmicos:
a nova lei da administração pública e a reforma da constituição. A primeira, diz
respeito à tentativa da coligação liderada pelo PSD de implementar, no setor público, os
princípios do que se convencionou chamar de administração gerencial. Para além do
aumento da eficiência, a diminuição dos gastos do Estado constituiria elemento crucial da
rationale que fundamenta a iniciativa. A adoção de contratos individuais de trabalho, a
possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho, a introdução de formas de
contratação simplificadas (sem necessidade de concurso público), entre outros temas,
fazem parte da legislação proposta - que deve ser encaminhada à Assembléia da
República, para aprovação, em dezembro de 2003. O assunto tem mobilizado as centrais
sindicais portuguesas - previsivelmente contrárias ao cerne das mudanças pretendidas.
Embora a questão venha sendo conduzida de maneira discreta, seu conteúdo altamente
conflitivo serve de munição para ataques ao governo, tanto por parte da oposição quanto
das entidades ligadas ao funcionalismo público. No que toca à reforma da carta magna,
subsiste um quadro de grande indefinição. Qualquer mudança constitucional só pode
ser levada à frente com a aprovação de dois terços dos deputados da AR, o que implica a
necessidade da coligação PSD-PP/CDS contar com o apoio do PS. As divergências
políticas existentes entre os dois principais partidos e a estridência da oposição dos partidos
menores a modificações que venham a limitar suas possibilidades de representação
parlamentar, contribuem para que decisões sejam postergadas. As visões divergentes
existentes dentro dos partidos e entre estes, tornam difícil a concretização da reforma.

As recentes declarações do líder do Partido Popular, Paulo Portas (atual ministro da
defesa), sobre a necessidade de mudar profundamente uma constituição que considerou
"de esquerda", só serviram para acirrar os ânimos de defensores e opositores do processo
reformista. Sugestões como a de criação de um senado, de diminuição do número de
deputados da Assembléia da República, de ampliação da autonomia

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

político-administrativa
da Madeira e dos Açores, entre muitas outras, estão em pauta. Parece temerário, contudo,
prever o lapso de tempo necessário para a formação de consenso entre social-democratas
e socialistas. Enquanto este não ocorrer, dificilmente se logrará avanço na matéria - o que
aumenta a probabilidade de que a reforma venha a ser muito pontual (como defende o PS).
8. Uma nota adicional sobre as dificuldades enfrentadas por Barroso não pode deixar
de ser referida. Trata-se do episódio de favorecimento envolvendo os ministros da educação
superior e dos negócios estrangeiros - já relatado a Vossa Excelência. Apesar de ter sido
provocado por fato aparentemente pouco importante - o ministro da educação superior
teria dado parecer de legalidade duvidosa determinando a entrada no curso de medicina
(sem concurso) de Diana Martins da Cruz, filha do ex-MNE -, a repercussão que o caso
adquiriu acabou por determinar a demissão dos dois ministros de estado em menos de
uma semana. Esse fato, por si só, representou revés importante, uma vez que foi abalada a
imagem de retidão no tratamento da coisa pública cultivada pelo PSD. Ainda que se
considere que Barroso conseguiu debelar a crise antes que esta adquirisse proporções
maiores - o caso desapareceu dos meios de comunicação social depois da substituição do
MNE - não se pode negar que a oposição tem agora elementos concretos para pôr em dúvida
a solidez moral do governo.
42. A despeito do contexto acima sugerido, são perceptíveis as dificuldades
enfrentadas pela oposição - notadamente pelo PS. Não parece caber dúvida de que, para os
partidos situados à esquerda, a crítica aberta à coligação governista não é uma opção, mas
uma necessidade derivada de sua própria visão de mundo. Ademais, quando nas fileiras da
esquerda encontram-se setores do PS, agremiação historicamente mais representativa,
torna-se fundamental para os partidos menores estabelecer marcos de diferenciação.
Assim, em variados níveis, o PCP e o Bloco de Esquerda têm sido bastante mais
aguerridos do que os socialistas em seu combate ao governo liderado por Durão Barroso.
Esta postura, ainda que programaticamente coerente, parece ter limitado potencial de

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

mobilização social. Mesmo que logrem atrair parcela do eleitorado descontente com os rumos do país, dificilmente os comunistas ou os componentes do Bloco de Esquerda terão condições de representar uma alternativa crível ao PS. 10. O PS, por sua vez, enfrenta uma grave crise conjuntural. Ao procurar aproximar suas posições do centro do espectro político como forma de ampliar a capacidade de penetração eleitoral, fenômeno comum a muitos partidos de orientação socialista e social-democrata, o PS limitou seu espaço de manobra no que se refere à crítica sistemática ao atual executivo. A moderação socialista, portanto, encontra dificuldades em tornar compatível o aumento do tom dos ataques às políticas do PSD e a manutenção de diferenças perceptíveis em relação aos partidos de esquerda mais radicalizada. Soma-se a este fato a escassez de lideranças socialistas capazes de entusiasmar o partido e sua militância - no que se poderia chamar de síndrome pós-Mário Soares. O atual líder do PS, Ferro Rodrigues, é um político pouco experiente, sem timing e com baixa capacidade de expressão mediática. 11. Deve-se levar em conta também o duro golpe sofrido pelos socialistas com a recente prisão de Paulo Pedroso (deputado muito próximo de Rodrigues), acusado de envolvimento com o escândalo da Casa Pia (entidade assistencial voltada para crianças carentes em cujas instalações teriam ocorrido inúmeros casos de pedofilia envolvendo autoridades, personalidades públicas e internos daquela instituição). Apesar do referido parlamentar ter sido libertado depois de quatro meses e meio de prisão preventiva, o caso continua tramitando na justiça e ainda pode vir a causar sérios danos à imagem do Partido Socialista e à própria liderança de Ferro Rodrigues - que começa a ser objeto de contestação. Na linha do acima exposto, é conveniente registrar que a imagem do PS havia sido previamente abalada pelo caso Fátima Felgueiras. Presidente da Câmara Municipal da cidade de Felgueiras, a referida prefeita (PS) protagonizou episódio de ampla repercussão nos media locais. Acusada de envolvimento em um esquema de corrupção, viajou para o Brasil (possui dupla nacionalidade) antes de que sentença judicial determinasse sua prisão preventiva. Desde então, vem sendo tratada como foragida da justiça - fato que continua a repercutir intensamente nos meios de comunicação portugueses.

43. Em suma, pode-se dizer que o ano de 2003 representa uma etapa de

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

transição para os social-democratas. Caso seja possível lograr, em 2004, uma melhoria dos indicadores macroeconômicos do país, e mantidas as atuais circunstâncias políticas, o gabinete de Barroso terá dado um grande passo em direção à consolidação do governo do PSD/CDS-PP - reforçando fortemente sua posição para as eleições de 2006. No que se refere ao PS, o partido, enfraquecido, deverá apostar no desgaste do atual executivo em um contexto de manutenção das dificuldades econômicas que afligem Portugal. A crítica ao que os socialistas classificam como obsessão economicista de Barroso - que se refletiria na perseguição a qualquer custo do controle do déficit público, inclusive com cortes de investimentos nas áreas de educação e saúde - certamente será explorada por Ferro Rodrigues (ou por eventual novo líder).

44. Na hipótese de melhora do quadro hoje existente na economia, resta ver se o PS terá fôlego para se recuperar dos golpes sofridos ao longo de 2003. Sem uma profunda reestruturação da liderança partidária, os socialistas dificilmente conseguirão reverter a situação desconfortável em que se encontram. Recentes pesquisas demonstram que, apesar de estarem há mais de um ano no poder (com o desgaste correspondente), os social-democratas encontram-se à frente dos socialistas na preferência do eleitorado português -sendo que é declinante o apoio ao PS - sobretudo a partir da crise desencadeada pela divulgação ilegal de conversas de Ferro Rodrigues gravadas pela polícia no âmbito do processo Casa Pia, fato já relatado a Vossa Excelência. Não há dúvida de que a situação presente pode se alterar. Nesse sentido, deve-se ter em conta que, a despeito das desventuras dos socialistas, na soma total das intenções de voto a centro-esquerda e a esquerda estão praticamente empatadas com a centro-direita e a direita. As eleições para o Parlamento Europeu, em junho de 2004, embora ainda não comovam muito a opinião pública, podem vir a ser um bom teste para aquelas tendências.

Política externa

45. Qualquer análise sobre a política externa portuguesa deve partir do pressuposto inicial de que há elevado grau de consenso doméstico quanto à importância do projeto de integração europeu para o País. Encerrado o período colonialista (que representava fator de continuidade com o passado de conquistas, a despeito de

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

suas evidentes diferenças em termos de significado histórico), Portugal teve que se confrontar com a dura realidade de ser um pequeno Estado, periférico no seio da Europa. Para a condição periférica, contribuíram não somente fatores objetivos como o tamanho da população, a dimensão do PIB e do território, mas também fatores subjetivos como a percepção de seu atraso e o sentimento de orfandade em relação às glórias de outrora.

Nessa linha, a vizinhança com a Espanha exerce pressão adicional sobre a psique portuguesa. A pujança espanhola é quase que invariavelmente encarada como sinal da baixa relevância lusitana. Não resta dúvida de que as recentes declarações do Presidente Jorge Sampaio de que empresas portuguesas seriam sistematicamente preteridas em licitações na Espanha, insere-se no contexto acima descrito. Em vista do que precede, o pertencimento à União Européia preenche duas lacunas simultâneas. Por um lado, impulsiona o desenvolvimento ao permitir que Portugal tenha acesso livre a mercado ampliado e receba importante fluxo de investimentos destinado à melhoria e à ampliação de infra-estrutura. Por outro lado, minimiza o disseminado sentimento de orfandade ao propiciar ao País a possibilidade de estar inserido no mais ambicioso e abrangente projeto de integração regional conhecido até o presente.

46. Não se pode perder de vista, igualmente, a importância do expressivo contingente de nacionais expatriados para a política externa local. Estes, mais de 4 milhões de pessoas, remetem para Portugal, a cada ano, cerca de 3,4 bilhões de euros (o equivalente a 3% do PIB - dados de 2002). Prova de que o Estado português atribui significação à realidade acima referida é a existência de 4 vagas no Parlamento reservadas a representantes eleitos pelas comunidades portuguesas no exterior (2 pela Europa e 2 pelo resto do mundo). Assim, a relação deste país com França, Suíça, Alemanha, Canadá, África do Sul, Venezuela e Brasil, naturalmente, apenas para citar alguns exemplos, possui densidade adicional em função do fator emigração. Isso se reflete na própria estrutura organizacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, não por acaso, passou a se chamar, no atual governo, Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas. Assim, há uma Secretaria de Estado que trata exclusivamente das comunidades portuguesas no exterior.

47. Outro vetor importante da política externa local é o relacionamento com as ex-colônias africanas. Os laços históricos que unem Portugal a esses

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

países servem como elemento propulsor de iniciativas que se desdobram em vários planos. No plano político, este país procura se apresentar como interlocutor privilegiado da África lusófona.

Assim, a condição de ex-potência colonial é utilizada como ferramenta passível de potencializar a projeção internacional lusitana. Isso ocorre na medida em que Portugal procura se apresentar como fiador dos interesses de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau junto à União Européia. Apesar disso, não se pode atribuir à postura portuguesa diante de suas ex-colônias um caráter meramente instrumental.

A este, somam-se sentimentos contraditórios decorrentes, sobretudo, das profundas cicatrizes deixadas pelas guerras coloniais e por longo período de dominação. Logo, se há interesses concretos a fundamentar a política externa local para os PALOPs, também há o objetivo de resgatar hipotecas do passado - fato que se torna nítido, especialmente, através do caráter assistencialista da ajuda ao desenvolvimento concedida por Portugal.

48. No quadro acima descrito também insere-se a CPLP. Por meio da participação na Comunidade, torna-se possível ampliar o peso específico deste país nos foros multilaterais, inclusive na UE. Da mesma forma, a CPLP cumpre a função de diluir iniciativas portuguesas que, caso tratadas bilateralmente, poderiam criar constrangimentos junto a um país-membro específico. De certa forma, a presença brasileira e timorense na Comunidade torna Portugal mais palatável para os PALOPs (haja vista a vasta gama de ressentimentos que permanecem latentes, agravados pelas condicionantes impostas pela nova lei de imigração deste país). Finalmente, é preciso salientar a tendência lusitana a encarar o Brasil como um competidor no âmbito da CPLP. A despeito da relação cordial e fluida existente entre os dois países, parece claro o temor português de ver sua política externa para a África lusófona eclipsada por um maior protagonismo de nosso país. Tanto é assim que qualquer iniciativa nacional no âmbito da Comunidade dá ensejo a pronta resposta portuguesa (seja na forma de aporte de recursos, no tratamento expedito de tema pendente ou mesmo no bloqueio das propostas formuladas). Não é por acaso que o Ministério dos Negócios Estrangeiros possui uma unidade específica, chefiada por um Ministro de Segunda Classe, para o tratamento dos temas relacionados à CPLP.

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Nessa linha, deve-se levar em conta, ainda, que a Comunidade representa instância conveniente para que ações brasileiras de aproximação com os PALOPs sejam acompanhadas. Assim, a recente intensificação de ações brasileiras voltadas para o continente africano está sendo observada com cautela por parte do Palácio das Necessidades. A despeito do que precede, à mencionada vertente de velada competição no seio da CPLP corresponde, igualmente, uma oportunidade para que Portugal se credencie, no plano internacional, como interlocutor privilegiado do Brasil. Essa é uma circunstância que reforça o perfil político português e que, sem dúvida, este país procurará preservar.

49. No plano mais genérico da cosmovisão que fundamenta as grandes linhas da política externa de Portugal, cabe tecer algumas considerações sobre o presente. As autoridades portuguesas vêem com grande desconfiança iniciativas tendentes à centralização de poder no seio da União Européia.

Diante de seu baixo peso específico, interessa aos portugueses fazer parte de uma UE onde o poder seja, tanto quanto possível, compartilhado paritariamente por seus membros. Em sentido oposto, a proposta de Constituição Européia, que vem sendo debatida no âmbito da CIG, representa movimento na linha de maior centralização do poder decisório e de coordenação nas mãos dos principais Estados da UE. De fato, a expansão do número de Estados-membros de 15 para 25 traz consigo a perspectiva de sérios problemas de coordenação. Logo, faz-se necessário cogitar modificações institucionais que permitam viabilizar a harmonização de iniciativas entre grande número de atores soberanos ou semi- soberanos - uma vez que a UE reproduz, em princípio, um modelo confederativo de organização. Diante do que predece, torna-se claro que, para Portugal, a defesa do multilateralismo (entendido em sentido lato) é uma bandeira necessária.

50. Assim, se a diplomacia local não se alinha à postura de forte oposição a pontos da Constituição Européia mantida pela Espanha e pela Polônia, procura garantir, ao menos, a manutenção do critério de um comissário por país. Não é de se descartar a possibilidade de que Portugal tenha entendido alguns recados advindos da Alemanha no sentido de que uma postura maximalista na CIG teria como contrapartida menores aportes de recursos para os fundos de coesão que, atualmente, beneficiam este país com a injeção de mais de 3 bilhões de euros por ano. Logo, as pretensões portuguesas parecem focadas na manutenção do critério de um comissário por país, sendo todas as outras modificações

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

institucionais propostas "negociáveis". Há que se admitir que, em face de seu limitado poder de barganha, Portugal parece caminhar a reboque do processo negociador em curso no âmbito da Conferência Inter- Governamental. Nessa linha, o alargamento da UE de 15 para 25 países apresenta-se como um fato consumado de difícil digestão para as autoridades locais. Isto pois, mais cedo ou mais tarde, o maior número de países membros terá efeitos sobre a PAC (que interessa a Portugal ver mantida em suas grandes linhas), a partilha dos fundos de coesão e a capacidade local de ter sua voz ouvida em meio à polifonia do alargamento.

51. Diante do acima exposto, não causa surpresa a intenção externada, tanto por social-democratas quanto por socialistas, de passar emenda constitucional que permita a realização de referendo sobre a constituição européia. Embora os dois principais partidos divirjam sobre as datas em que seria realizado o referendo - o PSD defende que este ocorra simultaneamente às eleições de 2004 para o parlamento europeu, enquanto que o PS defende que a consulta ocorra depois das eleições para os governos dos Açores e da Madeira (outubro de 2004) - parece consolidada a idéia de que modificações tão profundas do quadro institucional da União Européia precisariam do respaldo popular.

Alguns juristas sugerem, inclusive, que a consulta em tela deveria ser feita previamente à aprovação da constituição européia, uma vez que esta (na verdade um tratado internacional) não poderia se sobrepor ou derrogar aspectos fundamentais da carta magna local sem a aprovação anterior da população - depositária do poder soberano. Questões jurídicas à parte, resta ver o que aconteceria caso os portugueses rejeitassem a nova constituição. Segundo alguns analistas, essa possibilidade, não descartável a priori, apresentaria o pretexto necessário para que os dois principais partidos desistissem da idéia do referendo - o que seria factível desde que um imputasse ao outro inflexibilidade sobre a questão das datas. 21. Se, no plano regional, a defesa do equilíbrio e do multilateralismo representa o fulcro da postura internacional do país, o mesmo não se pode dizer no que tange às questões de paz e guerra formalmente reguladas pelo Conselho de

Segurança das Nações Unidas (CSNU). Nesse campo, a política externa social-democrata vem dando reiteradas provas do caráter ad hoc de suas convicções no tratamento multilateral dos problemas que afetam a "governação" do mundo. Assim, o viés atlanticista da política externa local visa a utilizar o reforço das relações com os Estados Unidos como ferramenta passível de incrementar a alavancagem política lusitana no âmbito da UE e da OTAN. Essa política tem por objetivo obter ganhos de curto e médio prazo. No primeiro caso, concessões norte-americanas poderiam ser obtidas no campo militar (por exemplo, a possível compra ou aluguel de fragatas usadas da US Navy), o que envolveria o fortalecimento de pleitos portugueses no âmbito da OTAN como o da preservação, em Portugal, da sede do CINCSOUTHLANT (Comando Regional do Atlântico Sul das Forças Navais da OTAN). No que toca aos benefícios de médio prazo, estes adviriam da permanente barganha do apoio de Portugal a iniciativas européias que demandassem maior unidade interna, uma vez que o país sempre poderia utilizar a "carta americana" como "alternativa" (mais simbólica do que real) às ações comunitárias.

52. O fato acima mencionado ficou claro por ocasião do apoio incondicional à invasão norte-americana do Iraque à margem das Nações Unidas. Nessa linha, não se deve deixar de considerar que a diplomacia de Barroso subscreveu o documento conhecido como "Carta dos Oito", responsável por um verdadeiro cisma europeu sobre a questão iraquiana. Note-se, ademais, que o apoio local não se resumiu a palavras, incluindo a cessão da base aérea de Lajes, nos Açores - onde, aliás, teve lugar a reunião entre Bush, Blair, Aznar e Barroso que, supostamente, representou a última "tentativa" de evitar a guerra. O alinhamento do gabinete de Barroso à política dos Estados Unidos para o Iraque ocorreu a despeito de fatores adversos. Estes poderiam ser assim resumidos: a oposição majoritária da opinião pública local, as pesadas críticas dos partidos de esquerda e centro-esquerda às posições adotadas (o que levou à votação de uma moção de desconfiança ao Governo na Assembléia da República) e a incompatibilidade entre as posições adotadas pelo executivo e aquelas defendidas pelo Presidente Sampaio - que condicionou o apoio militar português à aprovação de resolução do CSNU que autorizasse o uso da força contra o regime de Saddam Hussein.

53. Não se deve perder de vista que, a despeito das afinidades ideológicas e das conveniências táticas que aproximam o gabinete liderado pelo PSD e o

governo conservador de George W. Bush, a Espanha parece ter exercido papel importante na conformação da posição portuguesa em relação ao Iraque. Duas ordens de preocupações teriam influenciado a política externa local. A primeira, diz respeito à tentativa de não ficar atrás do país vizinho no que toca ao alinhamento com os EUA. Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tratava-se de impedir que Portugal se singularizasse negativamente, na Península Ibérica, aos olhos da superpotência. A segunda, de garantir que as empresas portuguesas estivessem habilitadas a participar do processo de reconstrução do Iraque - individualmente ou em associação com suas congêneres espanholas. A decisão (ainda não efetivada) de enviar 130 elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR) ao Iraque, mesmo na ausência de um arcabouço jurídico claro em relação ao status da ocupação norte-americana daquele país, inserir-se-ia no contexto da percepção de que não se deveria deixar "ultrapassar" pela Espanha.

Relacionamento bilateral

54 Tratando-se de um relacionamento maduro, há muito consolidado, deve-se registrar apenas os eventos que representem tendências ou fatos novos. Ao contrário do que se poderia prever em um momento inicial, a coligação de centro- direita ora no poder vem demonstrando estar comprometida com a manutenção de canais de comunicação desimpedidos entre Brasil e Portugal - ainda que se considere as amplas divergências existentes no que se refere ao problema do Iraque e a outros pontos da agenda internacional. Nesse sentido, a assinatura, por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula da Silva, de um acordo de contratação recíproca de nacionais, com o fito de permitir a regularização da situação imigratória e trabalhista de contingente expressivo de brasileiros residentes neste país, foi expressiva da vontade portuguesa de manter em patamares elevados o relacionamento bilateral. A partir do momento em que a solução da problemática relacionada à imigração brasileira em Portugal foi decidida pelo Primeiro-Ministro, as autoridades locais vêm se empenhando para seu equacionamento. Tendo já terminado o pré-cadastramento dos cidadãos interessados no processo de

regularização,
pôde ser iniciada, a partir do dia 19 de outubro de 2003, com a entrada em vigor nos
dois países do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, a regularização
propriamente dita. Não resta dúvida de que grande expectativa foi criada junto à
comunidade brasileira em função da assinatura do Acordo em tela. No entanto, a boa
implementação do mesmo será decisiva para que não haja frustração generalizada no seio da
parcela daquela comunidade - cerca de 30.000 pessoas - que pretende se regularizar. Por
suas evidentes implicações, torna-se crucial, para a manutenção do nível de excelência
do relacionamento bilateral, que a implementação do Acordo de Contratação Recíproca
seja bem-sucedida. Será de fundamental importância acompanhar, juntamente com os
Consulados-Gerais de Lisboa e do Porto, o andamento do processo. Há que se garantir,
por um lado, a lisura e a eficácia dos procedimentos adotados e, por outro, a
circulação de informações claras sobre os termos do Acordo - de forma a evitar que a
frustração daqueles cidadãos não contemplados por ele contamine todo o universo de
nacionais que pretendem se regularizar.
55. Outro aspecto que deve ser mencionado é o que diz respeito à
substituição de António Martins da Cruz por Teresa Gouveia à frente do Palácio das
Necessidades. Apesar do PM Barroso ter dado demonstração de que pretende evitar o
surgimento de arestas no relacionamento bilateral, Martins da Cruz nunca demonstrou
entusiasmo pelos temas da agenda Brasil-Portugal ou mesmo pela CPLP. O ex-MNE
mantinha sua atenção voltada, quase exclusivamente, para os assuntos europeus e
transatlânticos de sua predileção. Com a assunção de Teresa Gouveia, há, ao menos, uma
mudança de estilo. Até que ponto esta se refletirá em uma maior disponibilidade para a
concertação entre os dois países, ainda não está claro. De qualquer forma, a magnitude dos
investimentos portugueses no Brasil garante a manutenção de uma teia de interesses
recíprocos que reforça a dinâmica da relação independentemente da esfera
governamental. Nesse sentido, deve-se destacar a cada vez mais intensa ligação entre
empresas portuguesas e os estados do nordeste do Brasil. Os vultosos investimentos que
grupos locais do setor de turismo e hotelaria vêm fazendo naquela região parecem ter
gerado o aumento do número de visitas de autoridades nordestinas a esta capital, bem
como o crescimento do número de cidadãos portugueses interessados em explorar atividades
relacionadas ao turismo no nordeste. De resto, é preciso registrar o fato de que,

desde que
assumi esta embaixada, prestei apoio a 7 governadores de estados brasileiros em missão a
Portugal - bem como a uma variedade de autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

CPLP

Presidência brasileira e participação portuguesa no período 2002/2003

56. Na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto de 2002, o Brasil assumiu a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assim como a presidência do Conselho de Ministros (que se reúne todos os anos), a coordenação do Comitê de Concertação Permanente (que se reúne todos os meses), a coordenação dos Pontos Focais (que se reúne duas vezes por ano). Além disso, o Brasil teve o seu mandato renovado por mais dois anos na direção do Secretariado Executivo. Desse modo, pela primeira vez na história da CPLP, portanto desde 1996, um Estado membro ocupa sozinho todos os lugares de chefia da Organização, e por um período de dois anos, portanto até julho de 2004, quando se celebrará a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em São Tomé e Príncipe.

57. No período 2002/20003, pode-se dizer que o Brasil esteve à altura das suas responsabilidades estatutárias e conseguiu, a um só tempo, projetar a CPLP como organismo internacional e projetar-se na CPLP como país protagonista da Comunidade. Contribuiu para o bom desempenho brasileiro, sobretudo no plano político-diplomático, a prioridade africana do Governo, que se traduziu em visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe, a Angola e a Moçambique. Do mesmo modo, realizaram-se visitas do Diretor Geral do Departamento da África a vários países africanos, particularmente à Guiné-Bissau, que recebeu também missões eleitorais do TSE e do TRE-MG.

58. No plano ministerial, a condução dos trabalhos da VIII Reunião do Conselho de Ministros (Coimbra, 17 e 18 de julho de 2003), foi marcada pelo bom encaminhamento da crise em São Tomé. Constituiu-se, na ocasião, representação da CPLP para integrar missão com o fim de ajudar a encontrar uma solução para a crise. Chefiada pelo Embaixador Van-Dunen, ex-chefe de missão em Brasília e em Lisboa, com assistência do Embaixador do Brasil em Luanda e da Encarregada de Negócios do Brasil em São Tomé, a missão teve

atuação decisiva no desenlace da crise.

59. No nível da coordenação, tem sido dada ênfase à concertação diplomática, mediante endossos conjuntos de candidaturas de países membros a organismos internacionais, assim como pelo acompanhamento sistemático da política de normalização em Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Também tem sido objetivo precípuo da coordenação brasileira a ampliação externa, quer dizer, o aumento das relações dos Estados membros, representados pelo Secretariado Executivo, com outros organismos e fóruns internacionais. A essa ampliação pode-se adicionar um crescimento de inter-relações, desta vez no âmbito interno, que ocorre entre o Secretariado Executivo, as reuniões ministeriais e a coordenação.

60. Na perspectiva da cooperação, a coordenação da Reunião dos Pontos Focais tem dado maior autonomia ao trabalho da ABC. No período de 2002/2003, foram gastos quase 600.000 dólares do Fundo Especial da CPLP (para o qual o Brasil destinou 300.000 dólares por ocasião do Conselho de Ministros em Coimbra) para apoiar financeiramente projetos e ações pontuais de cooperação. Entre estes projetos e ações, destacam-se os centros de excelência em desenvolvimento empresarial e administração pública, o projeto sobre o governo eletrônico, o acordo de cooperação sobre o combate à AIDS e a cooperação empresarial (II Fórum Empresarial, em Fortaleza, e I Fórum para a Cooperação Comercial, em Macau).

61. Embora a língua portuguesa tenha sido o embrião da CPLP, e apesar dos esforços e iniciativas do Secretariado Executivo, do Instituto Camões e do Itamaraty, a política de difusão do português nos Palop e em Timor-Leste deixa ainda a desejar. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILLP), criado para atender a necessidade de difundir a língua portuguesa, dentro e fora da Comunidade, ainda não dispõe de estrutura, pessoal e recursos suficientes.

62. No período 2002/2003, no entanto, registrou-se fase de intensa articulação para viabilizar o ensino da língua. Preparou-se, com especial cuidado por parte do Brasil, a Assembléia-Geral do IILP, promoveu-se um Seminário, no Rio de Janeiro ("Várias Pátrias: uma Língua"), instalou-se um Centro de Línguas Oficiais em Díli, assinou-se um projeto com a Fundação Roberto Marinho para a criação, em S. Paulo, de um Centro de Estudos (Estação Luz da Nossa Língua) e, no MRE, criou-se a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), que poderá vir a ser um núcleo de atividades de promoção da língua e assumir eventualmente o papel de uma comissão nacional da CPLP.

63. Diante do protagonismo brasileiro na CPLP, Portugal, que continua a ser

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

responsável por mais da metade do orçamento da Organização, tem optado por uma posição mais retraída, com relativo respaldo às iniciativas brasileiras. Em contrapartida, tem intensificado as relações bilaterais com os outros Estados membros. A título de exemplo, no caso de Guiné-Bissau, Portugal foi o único país da CPLP a prestar auxílio financeiro (cerca de um milhão de dólares a curto prazo) e material (para as eleições legislativas, no valor de cinqüenta mil dólares).

Dificuldades atuais: o problema sucessório

64. Após a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Brasil será substituído na presidência e na coordenação da CPLP por São Tomé e Príncipe e, no Secretariado Executivo, por Cabo Verde. Tratando-se de dois países que enfrentam graves dificuldades financeiras - a ponto de mal contribuírem com os 30.000 dólares anuais que lhes cabem no orçamento - e tendo, no caso de São Tomé e Príncipe, a normalidade política atualmente comprometida pela situação econômica, é preocupante a incerteza sobre a possibilidade de que o Brasil tenha sucessores capazes de, pelo menos, preservar os avanços registrados, ou manter a estabilidade consolidada no período 2002/2004.

Relações Culturais e de Cooperação Educacional

65. O levantamento das iniciativas desenvolvidas pelo Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada do Brasil aponta manutenção de dinamismo, no período de janeiro a novembro de 2003, dinamismo tanto mais significativo por ocorrer em circunstâncias orçamentárias particularmente desfavoráveis.

66. Grosso modo, foram registradas, ao longo do referido período, cerca de 30 intervenções do Setor Cultural na cena cultural portuguesa conduzidas direta ou indiretamente, em colaboração com parceiros luso-brasileiros.

67. Entre essas parcerias caberia ressaltar a organização com a Embaixada da Finlândia em Portugal, do espetáculo A Lua Luará - Horizons, com a cantora Claudya e o músico finlandês Heikki Sarmanto, na Casa da América Latina de Lisboa, a consultoria para a produção, por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do CD A Música da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a viabilização da exposição Antropologia da Face Gloriosa; do fotógrafo brasileiro Artur Omar, na I Edição da

LisboaPhoto e o apoio à participação dos Irmãos Campana, na bienal portuguesa Experimenta Design.

No ano de 2003, é indispensável registrar-se também a assinatura do Convênio entre a UNICAMP e o Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE), que criou a Cátedra Brasil/Portugal em Ciências Social, por um período de 4 anos, operacional desde setembro último, assim como a realização das primeiras visitas oficiais a Portugal das assessorias internacionais do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

68. Importante notar ainda que dada a amplitude do sentido do termo cultura, o Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Lisboa termina por preencher enorme lacuna de serviços na área, vindo também a prestar papel de assessoria turística e de informação geral ao público, em que pese as limitações do referido Setor, impostas pela sua finalidade e pela sua estrutura material e de pessoal. Cabe dizer que essa relevante tarefa é cumprida essencialmente pela Biblioteca do Posto, por intermédio de suas duas únicas funcionárias.

69. Não menos relevante é recordar que a Embaixada do Brasil é a única, entre todas as Embaixadas residentes em Portugal, a possuir uma Biblioteca que figure, ao lado das principais bibliotecas da capital, na Agenda Cultural da cidade de Lisboa, o que lhe imprime particular importância, simbólica, de um lado, e efetiva, de outro, para o público que a procura para pesquisas sobre temas diversas relacionados ao Brasil, uma vez que ela será talvez a maior biblioteca especializada em assuntos brasileiros em Lisboa.

70. De uma perspectiva macro, pode-se afirmar que persiste e tende a se consolidar o fenômeno do interesse do público português pelos produtos culturais brasileiros - conforme indicado em relatórios anteriores - sobretudo, música popular brasileira, teatro, literatura e gastronomia. Ao longo de 2003, nomes como Caetano Veloso, Bethânia, Ed Mota, Fafá de Belém, Gilberto Gil e Martinho da Vila, para citar apenas alguns, já se apresentaram em Portugal, com enorme êxito junto ao público.

71. No plano teatral, as principais peças apresentadas em 2003 foram Cócegas, Marília canta Ary Barroso, Veneza, 7 Minutos, Novas Diretrizes em Tempos de Paz, com os elencos originais, para citar apenas as mais comerciais e mediáticas.

A medida do interesse português pelo teatro brasileiro pode ser medida ainda pela aposta do recém renovado Teatro São Luís de Lisboa, em peças teatrais brasileiras, principalmente cariocas, que deverão constituir a base de sustentação de sua programação para 2004,

conforme informado aos Serviços Culturais desta Embaixada.

72. A literatura brasileira, por sua vez, obteve notável reconhecimento de crítica, tendo os Prêmios Camões e Saramago, este último do Círculo de Leitores, sido atribuídos aos escritores brasileiros Rubens Fonseca e Adriana Lisboa, respectivamente.

73. Por fim, é emblemático da pujança cultural brasileira em Portugal, a realização em Lisboa, no âmbito do Euro 2004, do primeiro Rock in Rio internacional, projeto da ordem de US$ 400 milhões de dólares e ao qual a Embaixada vem dando todo o apoio.

Com tal dimensão econômica, em princípio, o Rock in Rio afigura-se como uma das mais significativas iniciativas brasileiras de cunho cultural privadas no Exterior em anos recentes, com forte potencial para uma projeção positiva do nome do Brasil em Portugal em 2004.

I - Perspectivas

a) Parcerias Estratégicas

74. Como já referido anteriormente, o ambiente cultural português é altamente receptivo aos produtos culturais brasileiros, não consistindo a fala brasileira um empecilho para a sua entrada em Portugal, o que não parece ser verdadeiro no sentido inverso. Em panorama com características muito dinâmicas, em que intervêm promotores culturais com diferentes pesos específicos, convém salientar os nomes de algumas instituições portuguesas que se tem distinguido pelo interesse constante e permanente, com foco na qualidade, pela cultura brasileira.

75. Nessa categoria encontram-se, sobretudo, o Centro Cultural de Belém, a Culturgest, a Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio de muitos de seus equipamentos culturais (Casa da América Latina, Padrão do Descobrimento, Palácio Foz, Cinema S. Jorge, Pavilhão de Portugal, etc), assim como o Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

76. Sendo sólidas, idôneas e muito bem conceituadas, a diplomacia cultural brasileira em Portugal teria muito a ganhar em visibilidade se estabelecesse um orçamento mínimo anual, em torno de US$ 12,000.00 dólares, apenas para associar-se aos projetos de maior magnitude das referidas instituições, que tivessem a cultura brasileira como matéria prima.

77. Um segundo objetivo a ser alcançado com eventual decisão de tal natureza,

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

seria o de se estabelecer uma relação em bases um pouco menos assimétricas, de modo a facilitar com as instituições já referidas a implementação de projetos de iniciativa da Embaixada.

b) Portugal - Porta de Entrada da Europa

78. A visão defendida por muitos de que Portugal deveria ser a porta de entrada do Brasil para a Europa, adquire relevância maior quando se pensa em termos de produtos culturais, para os quais, em princípio, há menos recursos disponíveis.

Para os próximos anos, seria talvez recomendável, s.m.j., incluir no planejamento das atividades culturais (pintura, dança, música, etc.), para as Embaixadas do Brasil na Europa, senão uma perspectiva de itinerância no espaço Shengen, com início em Portugal, pelo menos uma perspectiva luso-ibérica, com vistas a maximizar os recursos orçamentários, ampliar as oportunidades e imprimir maior consistência à diplomacia cultural brasileira.

Cooperação Educacional

79. Ao Setor Cultural acha-se vinculado o Setor de Cooperação Educacional, competindo-lhe, entre outras atribuições, o encaminhamento de diplomas universitários brasileiros para reconhecimento de validade e de graus acadêmicos, pelas autoridades acadêmicas portuguesas.

Por outro lado, em decorrência da intensificação da imigração brasileira para este País, além de suas atribuições típicas, foi -lhe conferido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o direito de reconhecer diplomas e documentos escolares no nível do primeiro grau, o que de um certo modo, tem dado ao trabalho do referido Setor um forte conteúdo de assistência consular no âmbito de sua atuação.

80. Desse modo, refletindo o incremento da presença brasileira em Portugal, o Setor de Cooperação Educacional prestou, por exemplo, diretamente, de janeiro e novembro de 2003, 500 atendimentos relativos a consultas sobre equivalências, instituições de ensino, continuação de estudos, bolsas, estágios, pós-graduações, candidaturas ao ensino superior.

Sobre os mesmos temas, para igual período, por via telefônica, cerca de 1000 atendimentos.

A esses números, pode-se acrescentar o envio de respostas a 184 consultas feitas por

cartas
e 133, por e-mails.

CONJUNTURA ECONÔMICA PORTUGUESA

81. A economia portuguesa tem se caracterizado em períodos recentes por baixas taxas de crescimento do produto. A partir do ano 2000, quando se verificou um crescimento real do PIB de 3,7, seguiram-se taxas de 1,7% em 2001 e de apenas 0,4% em 2002. Para o corrente ano, apesar de algumas expectativas de retoma para o quarto trimestre, taxa de crescimento esperada situa-se ainda bastante abaixo do 1%. Estes baixos níveis de crescimento decorrem, em boa parte, do abrandamento geral na evolução econômica na zona do euro, cuja taxa de crescimento do PIB não foi mais do que 0,8%, em particular o verificado nos principais parceiros econômicos do país, Alemanha, com crescimento praticamente nulo, Espanha, com cerca de 2%, e França, 1,2%, bem como da evolução desfavorável da economia mundial, a norte-americana em particular, condicionada pelo cenário geral de incerteza motivado por espectros de pré-guerra e de guerra estabelecida, que condicionaram fortemente as maiores economias mundiais. A este quadro de deterioração de perspectivas econômicas, somou-se como fator adicional de incerteza a depreciação do dólar nos mercados mundiais, em particular perante o euro, o que ajudou a retirar competitividade às exportações portuguesas e, ainda, a correção de preços nos principais mercados bolsistas internacionais. Por outro lado, o fraco desempenho da economia portuguesa verificado em 2002 deriva também do enfraquecimento da procura interna, cujo resultado nesse ano foi negativo, -0,6%, e do débil crescimento da procura externa, não mais do que 1%. Em decorrência deste conjunto de circunstâncias a taxa de desemprego média anual subiu para 5,1% da população ativa, mais 1% do que a taxa do ano anterior, resultante da variação altamente negativa do emprego no setor privado, ainda que compensada em parte pelo aumento do emprego no setor público. Para o corrente ano de 2003, apesar de algumas expectativas de retoma e de algumas projeções da OCDE que indicam crescimento da economia portuguesa a taxas acima de meio por cento, o crescimento do PIB deverá manter-se na vizinhança do zero, quando não fôr negativa. O PIB per capita, no entanto, apesar do crescimento real modesto do Produto, isto é, de 123,2 bilhões de euros para 129,3 bilhões entre 2001 e 2002, cresceu de 5,1%, atingindo o valor de 12.510 euros.

82. A inflação em Portugal, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor-IPC, foi de 3,6% em 2002, o que representou um decréscimo em relação à taxa do ano

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

anterior
em 0,8%, mesmo assim, superior em 1,3% à taxa média da inflação nos países da zona do euro. De acordo com a análise do Banco do Portugal, esta evolução é reflexo de dois conjuntos de fatores, um deles no sentido da baixa e outro no sentido da alta de preços. No sentido da baixa, enumeram-se o menor crescimento nos preços de bens alimentares, a redução nos das importações e a desacelaração no crescimento dos salários nominais. No sentido da alta,contribuíram o processo de conversão em euros dos preços em escudos e o impacto sobre os preços ao consumidor do aumento da taxa do Imposto sobre Valor Acrescentado-IVA, de 17 para 19%. Neste âmbito, constaram-se aumentos bastante elevados nos preços de alguns serviços: no último trimestre de 2002: a componente de "serviços" no Índice de Preços ao Consumidor-IPC apresentou taxa de quase 7%, muito acima dos demais componentes. Esta característica provém em grande medida das condições concorrenciais limitadas de que muitos serviços se beneficiam em Portugal (transportes, telecomunicações entre outros), dispondo por isto de maior facilidade de repassar para o consumidor final aumentos de custos, salariais ou outros, e assim manter suas margens de contribuição, tentando compensar a desaceleração verificada na atividade. Esta condição, no entanto, não se verifica no setor de bens transacionáveis, onde o aumento da taxa do IVA terá sido parcialmente absorvido nas margens de lucro ou na sua redução parcial. Em relação à taxa de inflação média anual da zona do euro,
que é medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor - IHPC, o IPC manteve-se acima em 1,4%, ainda que este diferencial tenha sido menor em 0,7% do que o de 2001. Associado à taxa de inflação, por via das negociações salariais anuais, a remuneração por trabalhador, para o total da economia portuguesa, aumentou em média 4,9%, taxa bastante superior à média nos países da área do euro. Este crescimento, embora inferior ao verificado em 2001, foi também superior ao crescimento da produtividade, que se manteve na vizinhança do nulo pelo sexto ano consecutivo, com implicações diretas sobre custos e competitividade interna e externa da produção.

83. A debilidade do ritmo de crescimento econômico e a evolução irregular da inflação na área do euro condicionaram as decisões do Banco Central Europeu-BCE no atinente às taxas de juro. Após um ano em que a tendência baixista condicionou as expectativas no mercado, o BCE determinou, em Dezembro, que a taxa mínima aplicável a operações de refinanciamento seria de 2,75%, nível inferior ao veriricado em final do ano de 2000. Desta forma, a taxa Euribor a três meses, que é a taxa de referência para refinanciamento em toda área do euro, situou-se em Dezembro de 2002 em 2,9% em valor médio mensal, menos 0,4% do que em Dezembro de 2001. Esta estabilidade relativa nas

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

taxas de juro do mercado monetário da área do euro refletiu-se sobre o comportamento das taxas de juro bancárias em Portugal, que se mantiveram em níveis relativamente baixos, inferiores aos verificados em anos anteriores. Desta forma, em Dezembro de 2002, a taxa de empréstimos a sociedades situou-se em 4,6%, inferior em 0,6% à do ano anterior, e a de particulares, em 4,7%, menos 0,4% em relação à do ano anterior. De igual modo, a taxa nominal de depósitos a prazo a mais de 181 dias reduziu-se de 0,1%, para 2,8% ao ano, enquanto a taxa de juro real, que tem assumido valores negativos desde 2000, atingiu .- 1,2%.

84. Fator não despiciendo na evolução da economia portuguesa foi a questão orçamental. Com efeito, o novo governo eleito em março de 2002 herdou um déficit avaliado em 4,2% do PIB, o que representava um excesso de 1,2% da taxa máxima de 3% a que o país está obrigado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento em vigor entre os países da área do euro. Pressionado pelo Comissão Européia e pelo ECOFIN-Conselho de Economia e Finanças, o governo viu-se obrigado a ouvir as suas recomendações e a adotar um conjunto de medidas extraordinárias para a contenção da despesa pública e assim pôr cobro à situação. Desta forma, implementou o aumento da taxa do IVA em 2%, de 17 para 19%, adotou programa de regularização de dívidas fiscais, acelerou o processo de venda de rede fixa de telecomunicações, implementou a venda de direitos de cobrança de pedágios e procedeu à venda de ativos imobiliários.

85. Quanto ao investimento-FBCF(Formação Bruta de Capital Fxio), verificou-se uma redução da ordem dos 5,4% em termos reais. Esta derrocada é ainda mais notória sabendo-se que o crescimento no ano anterior fôra quase nulo, 0,3%. A queda foi generalizada, tanto por tipo de bens (máquinas e equipamentos, construção e material de transporte), quanto por setor institucional (famílias, empresas e administração pública, esta com crescimento na vizinhança de zero). A redução do investimento empresarial reflete as expectativas pouco favoráveis para a evolução da procura, interna ou externa, refletindo também os níveis baixos de utilização da capacidade produtiva, o investimento acumulado em exercícios anteriores e o elevado índice de endividamento das empresas.

86. Não obstante o enfraquecimento da procura externa, as exportações em 2002 aumentaram em volume em 6,2, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística-INE, cerca de 2,6% por cento acima do aumento verificado em 2001. De acordo com o Banco de Portugal, este aumento proporcionou um ganho de mercado, em volume, de 1,4%, ganho que em média foi ainda mais acentuado no mercado intra-comunitário: 2,8% em 2002,

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

contra 2,1% em 2001. Para este resultado terá contribuído em especial a redução de margens de lucros dos exportadores. Esta recuperação, no entano, não foi suficiente para repor a perda acumulada de quota de mercado verificada no período 1997-2000, que atingiu cerca de 15%. O valor total das exportações foi de 28,1 bilhões de euros, sendo os principais destinos os países da EU (Espanha 20,5% do total, Alemanha 18,1%, Reino Unido 10,5%, França 13,6%, Itália 4,8%, Bélgica 4,5% e Holanda 3,9%). Do lado das importações, de acordo com dados definitivos do INE, verificou-se o aumento de 7,3% em valor, um total de 42,4 bilhões de euros. Os principais fornecedores continuaram a ser os países da União Européia, com a liderança da Espanha com 28,9% do total, Alemanha 14,9%, França 10,2%, Itália 6,7%, Reino Unido 5,2% e Holanda 4,6%.

87. Ainda no setor externo da economia, a balança de pagamentos-BP evoluíu favoravelmente, passando o déficie a representar 5,7% do PIB em 2002, contra 8,4% em 2001. Esta melhoria decorre da conjugação entre a diminuição do déficit da balança corrente, simultaneamente, diminuição do déficit de "mercadorias" e aumento do superavit de "serviços", e o aumento do saldo das balanças de capital e financeira, tendo o déficit total da BP corrente passado de 10,4 bilhões de euros para 7,5 bilhões. É de assinalar que as transferências líquidas provenientes da União Européia aumentaram em 36,5% em relação ao ano anterior, passando de 2,8 bilhões de euros para 3,8 bilhões. Dentre outros componentes da BP, o item investimentos direto estrangeiro verificou um saldo superior a 4,2 bilhões, enquanto o investimento em carteira, o saldo de 3,2 bilhões.

88. No mercado do trabalho, verifica-se agravamento de um por cento da taxa de desemprego, que passou de 4,1 para 5,1% da população ativa. Tendo em linha de conta a taxa de desemprego média da EU, 8,3% em 2002, Portugal ainda é dos poucos - com Luxemburgo, Áustria, Irlanda e Holanda -que se mantém com taxas abaixo ou em torno de 5%.

89. No todo, a economia portuguesa mantém-se num processo de ajustamento, dificultado pelo quadro internacional pouco favorável que amplia os custos em termos de crescimento e de emprego. A recuperação terá que vir, na opinião do Banco de Portugal, do dinamismo da procura externa e da recuperação de confiança dos agentes econômicos internos. A participação do setor público, indispensável, no entanto, deverá abranger domínios como o da prestação de serviços públicos de qualidade e enquadramentos legais que favoreçam a capacidade competitiva da economia portuguesa. No entanto, o "calcanhar de Aquiles" da economia lusa continua sendo a situação amplamente desfavorável das finanças públicas. Neste campo, a margem de manobra para introduzir

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

estímulos orçamentais, visando o aumento líquido de despesa ou a redução líquida de impostos com vistas a estimular o crescimento, é praticamente nula. Pressionado, por um lado, pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento a que está obrigadoo, e pelas expectativas ainda pouco menos que sombrias da evolução do mercado intra-europeu e mundial, Portugal terá necessariamente que assegurar um processo endógeno de ajustamento, tanto no setor privado - evitando aumentos de custos e procurando aumentar a produtividade, como no setor público, onde a eficiência fiscal e a redistribuição equilibrada entre investimentos e consumo público deverão ser os parâmetros essenciais.

INTERCÂMBIO ECONÔMICO LUSO-BRASILEIRO

O Comércio Bilateral:

90. Nos últimos cinco anos, conforme se pode verificar observando o quadro I a seguir, o comércio entre o Brasil e Portugal evoluíu positivamente, salvo entre 1998 e 1999 quando sofreu uma queda de 23,8%. Entre 1999 e 2000, recuperou em 34% e em 2001, apresentou novo crescimento de 15,7%. Em 2002, apesar da conjuntura internacional desfavorável e das baixas taxas de crescimento do comércio global português, o comércio bilateral registrou a evolução favorável de 5%, atingindo valor superior a 821 milhões de euros, o que representa cerca de 1,15% do comércio exterior total português.

91. Esta evolução do comércio bilateral total, reflexo do andamento das exportações e importações para e do Brasil, denota também o permanente déficit comercial português que, no período referido, atinge o seu valor mais elevado em 2002, mais de 490 milhões de euros. Esta posição é resultado do aumento da importação do Brasil naquele ano em 11%, conjugado com a diminuição das exportações em 27%, gerando uma taxa de cobertura que atinge apenas um quarto do valor das importações, uma das posições mais baixas já verificadas.

92. Em comparação com o comércio global, as exportações portuguesas para o Brasil representam, em 2002, apenas 0,58% do total exportado, enquanto as importações do Brasil, equivalem a 1,55% do total importado, situando-se assim o Brasil entre os dez primeiros fornecedores de Portugal, logo a seguir a Espanha, com 28,9%, Alemanha 14,9%, França 10,2%, Itália 6,7%, Reino Unido 5,2%, Holanda 4,6%, Bélgica 3,1%, Estados Unidos da América 2,1% e Japão 1,7%.

QUADRO I

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA COM O BRASIL
Valores em mil Euros

	1998	1999	2000	2001	2002	Evolução 2001-2002
COMÉRCIO TOTAL	661.927	504.487	676.367	782.469	821.475	5,00%
EXPORTAÇÃO	199.189	136.401	196.923	224.769	164.099	-27,0%
IMPORTAÇÃO	462.738	368.086	479.444	557.700	657.376	11,0%

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

SALDO
-263.549
-231.685
-282.521
-332.931
-493.276

COEF. COB.
43,05%
37,06%
41,07%
40,30%
24,96%

Fonte: INE/ICEP

93. Apesar de sua evolução positiva, o comércio bilateral Brasil-Portugal ressentiu-se durante os dois últimos anos, com prolongamentos ainda para o corrente ano de 2003, do quadro econômico mundial desfavorável para o andamento decidido de trocas. O crescimento moderado das importações portuguesas do Brasil (11%) resultou de quedas nas compras de alguns insumos destinados à indústria manufatureira portuguesa, em particular a calçadista, a de madeiras e a de produtos alimentares e sumos de frutas, que, por sua vez, viram-se a braços com o retraimento da procura interna e externa. Do lado das exportações portuguesas para o Brasil, a quebra em quase um terço do seu valor em relação a 2001 (-27%) decorre da diminuição de vendas em diversos itens da pauta convencional de exportações tais como azeite de oliveira, vinhos, pescado, minério de cobre e material e fios elétricos, afetadas, também pela perda de competividade dos produtos portugueses, ligada esta, em parte, à apreciação real do euro.

94. Para o corrente ano de 2003, os dados provisórios de Janeiro-Junho indicam um decréscimo assinalável: o comércio total naqueles seis meses terá atingido apenas cerca de 352 milhões de euros, com 288 milhões de importações portuguesas do Brasil e 63,8 milhões de exportações. Aguardam-se, no entanto, números definitivos até o final do ano,

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

podendo vir a ocorrer ligeira recuperação ao longo do quarto trimestre.

95. Conforme se pode observar no Quadro II, abaixo, os produtos mais importantes de exportação portuguesa para o Brasil são os considerados "convencionais": azeite de oliveira, vinhos e pescado do setor de manufaturados agro-alimentares e, do setor de manufaturados industriais, moldes para plásticos e materiais elétricos, produtos que, no seu conjunto, representam 42% do total vendido para o Brasil em 2002. É de salientar a queda das vendas de minério de cobre, que no ano anterior tinham alcançado o valor de quase 12 milhões de euros, passando em 2002 para 5,1 milhões. Importante também a posição dos itens que reúnem livros, publicações, jornais e revistas, cujo conjunto, somando 4,7 milhões de euros, representou quase 2,9% do total exportado para o Brasil neste ano. Dentre os produtos industrializados, destaque-se também o item peças para automóveis, cuja posição no âmbito das exportações portuguesas para o Brasil tem vindo a crescer e a se consolidar.

QUADRO II

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

PRINCIPAIS MERCADORIAS

2001

2002

Tons
1000 EUR
% Tot

Tons
1000 EUR
% Tot
Var. %
TOTAL
125.336
224.769
100,00

101.811
164.099

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

100,00
-26,99

Óleo de oliveira e respect. fracções, mesmo refinado;.
13.012
36.112
16,07

10.692
29.416
17,93
-18,54
Caixas de fundição; moldes para metais e outras matérias
425
8.046
3,58

417
10.755
6,55
33,68
Vinhos de uvas frescas
4.814
14.971
6,66

3.054
9.546
5,82
-36,24
Óleos de petról.ou de min. betum.,exc. óleos brutos;
12.389
3.624
1,61

34.423
8.895
5,42
145,42
Peixes secos, salgados ou em salmoura;
1.517

9.184
4,09

1.362
7.198
4,39
-21,62
Comércio confidencial ne
7.261
9.454
4,21

4.350
5.618
3,42
-40,58
Apar. e dispos.elétr. de arranque p/mot. ign.;gerad.etc
256
8.014
3,57

223
5.448
3,32
-32,01
Minérios de cobre e seus concentrados
41.654
11.957
5,32

19.626
5.092
3,10
-57,42
Fios, cabos e outros condutores isolados para usos elét.
2.920
15.461
6,88

341
3.368
2,05
-78,22
Ap.p/ interrup., lig. de circuitos eléct., p/ tensão <= 1000 v
119
2.101
0,93

438

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

3.009
1,83
43,22
Livros, brochuras e impres. e semelhantes;s
307
3.258
1,45

277
3.006
1,83
-7,72
Partes e acess. dos veículos autom.das posi. 8701 a 8705
397
2.642
1,18

175
2.923
1,78
10,67
Convers.,colheres fund.,lingot.,etc,p/metal.aciaria ou fund.o
0
0
0,00

60
2.803
1,71
NS
Frutas de casca rija,frescas ou secas,mesmo s/ casca;
1.955
3.251
1,45

1.471
2.723
1,66
-16,26
Polím. de cloreto vinilo ou out.olef.halogen.,em for. prim.
8.642
4.952
2,20

4.438
2.550
1,55
-48,50
Maçãs, pêras e marmelos, frescos

3.612
2.233
0,99

3.722
2.517
1,53
12,72
Abrasivos nat. ou artif. em pó/grãos; etc
140
814
0,36

532
2.031
1,24
149,42
Outras tintas e vernizes
23
153
0,07

335
1.858
1,13
NS
Jornais e public. per.impres.mesmo ilustrados ou c/ public.
752
1.833
0,82

793
1.693
1,03
-7,63
Fatos, conjuntos, calças e calções, etc., de uso masculino
28
2.270
1,01

20
1.550
0,94
-31,72
Fonte: INE/ICEP

96. Da observação do Quadro III a seguir, que apresenta os principais produtos importados do Brasil em Portugal nos últimos dois anos, constata-se, basicamente, a manutenção de um panorama onde predomina a venda de commodities ou de insumos para

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

indústrias manufatureiras. Com exceção do petróleo, que passou para o primeiro lugar, quando há alguns anos nem sequer constava da pauta de produtos de alguma relevância nas exportações brasileiras para Portugal, os principais itens - soja, couros e peles bovinas e eqüinas, algodão em rama e em fios e madeiras- continuam responsáveis, hoje, por quase 42% do total importado. Deste modo, associados, os seis primeiros itens de importação abrangem praticamente 65% de tudo o que Portugal comprou do Brasil em 2002. Esta concentração, a que acima se alude, é antiga. Embora no seu conjunto, as exportações brasileiras para Portugal enquadrem os mais variados produtos manufaturados e a ampla gama de produtos tecnológicos, sua expressão quantitativa é ainda bastante limitada. Esta condição decorre, em boa medida, de fatores concorrenciais: quando no mercado, aqueles produtos e artigos oferecem e sofrem concorrência de produtos análogos provenientes, por sua vez, dos mais variados mercados que oferecem, também, níveis de qualidade, preços e condições de serviço-exportador diferenciados numa mercado de tal modo aberto que permite, ao final do ciclo do produto, junto ao consumidor, um amplo leque de opções. De outro modo, a persistência da oferta brasileira concentrada em produtos destinados à indústria manufatureira portuguesa decorre também da longevidade de acordos empresariais, bem como de uma procura mais sistemática e mais segura por parte de empresas de média e de grande dimensão. Ademais, a indústria brasileira, na verdade, não terá, ainda, descoberto uma formulação exportadora adequada para penetrar e concorrer convenientemente neste mercado, adiando por à prova todo o seu pontencial.

QUADRO III

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS

PRINCIPAIS MERCADORIAS
2001

2002

Tons
1000 EUR
% Tot

Tons
1000 EUR
% Tot
Var. %
TOTAL
1.760.739
557.700
100,00

2.431.677
657.376
100,00
17,87

Petróleo ou óleos de minerais betuminosos
290.605
36.551
6,55

1.008.907
151.341
23,02
314,06
Soja, mesmo triturada
583.547
125.763
22,55

632.604
137.027
20,84
8,96
Couros e peles depilados, de bovinos e de equídeos
15.599
75.548
13,55

10.721
38.394
5,84
-49,18

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Madeira serrada longitudin. de espessura superior a 6 mm
63.671
29.250
5,24

63.058
26.017
3,96
-11,05
Peles depil. out.animais,prep.peles de na.s/pêlos
0
0
0,00

1.780
20.271
3,08
NS
Algodão não cardado nem penteado
9.165
12.338
2,21

16.992
19.471
2,96
57,81
Madeira em bruto, mesmo desc., desalb. ou esquadriada
310.449
17.742
3,18

313.927
19.385
2,95
9,26
Partes destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408
995
18.705
3,35

791
16.290
2,48
-12,91
Fios de alg.c/> 85%em peso/alg.n/ acondic. p/venda retalho
5.664
14.935
2,68

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

5.883
13.535
2,06
-9,37
Chapas ferro ou aço n.ligado,de largura >=600mm,
13.189
7.353
1,32

21.069
11.278
1,72
53,39
Milho
59.967
7.087
1,27

86.295
10.327
1,57
45,72
Fruas trop., frescas ou secas
8.713
9.279
1,66

9.451
8.616
1,31
-7,14
Chap. ferro/ aço n.ligado, larg.>= 600mm, lam. a quente
4.648
1.117
0,20

27.705
7.788
1,18
596,95
Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco
2.748
9.311
1,67

3.082
7.784
1,18
-16,39

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Café, mesmo torrado ou descafeinado
5.951
10.299
1,85

6.507
6.912
1,05
-32,89
Jornais, livros revistas e sem.
576
5.203
0,93

598
6.567
1,00
26,21
Vísceras de animais,exc.peixes,frescos,salgados,secos,etc.
6.167
7.176
1,29

5.842
6.518
0,99
-9,17
Fonte: INE/ICEP

Os Investimentos Bilaterais:

97. O investimento português no Brasil, observado ao longo dos cinco anos mais recentes, revelou tendência marcadamente decrescente. Considerando um perído ainda mais amplo, iniciado em 1994 até 2002, o ano de 1998 viria a coroar um ciclo de crescimento sistemático do fluxo de investimento português no Brasil. Aquele ano acabaria por ser também, conforme se constata observando o Quadro I a seguir (que apresenta os dados atualmente disponíveis do Banco de Portugal), o ponto de inversão daquele anterior processo ascendente. A partir dali, os dados indicam quedas abruptas, com ligeira recuperação de 13,3% em 2000: menos 21,5% de 1998 para 1999, menos 43,7% entre 2000 e 2001 e menos 33,5% em 2002.

98. Este movimento não é equivalente, conforme se poderia até mesmo esperar, ao que ocorreu ao longo do mesmo período no volume de investimento português total no exterior. Com efeito, aqui, o decréscimo inicia-se moderado entre 2000 e 2001, menos 3,9%, verificando-se queda efetiva em 2002: menos 43,2%, com a descida generalizada sobre

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

todos os mercados de destino.

99. No caso do investimento português estritamente no Brasil, o movimento descendente justifica-se num elenco de fatores onde se conta, por exemplo, o fecho de um ciclo de investimentos, em setores considerados "pesados" da economia brasileira, que vinham, por sua vez, ao encontro do ciclo de privatizações no Brasil. Também os limites de capacitação financeira das grandes empresas portuguesas, bem como dos grupos nacionais, empenhados, também, na sua internacionalização intra-européia, procurando situar-se estrategicamente nos novos mercados aderentes à UE e ao euro, são fatores a considerar para explicar em outra parte a "débacle" do volume de investimento português no Brasil entre 1998 e 2002. Ademais, os pequenos movimentos especulativos tentados em torno do Real ao longo do ano de 2002, em particular nos meses que antecederam as eleições presidenciais, bem como o concerto de comentários que procuraram gerar expectativas desfavoráveis quanto ao andamento da economia e da política nacionais após, justamente, a então já proverbial vitória do Presidente Lula, ajudaram também, em escala marginal no caso do investidor português, a potenciar um movimento de travagem do empenho sobre o mercado brasileiro. Envolvendo o âmbito particular desse conjunto de fatores bilaterais, o panorama internacional pejado de expectativas desfavoráveis, onde o adensamento das tensões bélicas vieram a desencorajar crescentemente novas iniciativas empresariais, contribuíu com sua generosa parcela para o resfriamento deste movimento investidor.

100. É importante considerar, no entanto, que, apesar de decrescente, o investimento português no Brasil representou em 2002 quase 17% do total investido pelo país no exterior, proporção que fôra de 45,4% em 1998 e de 33,3% em 1999. Não sendo elemento novo a referir, estes dados denotam a importância a que o empresariado português elevou o mercado brasileiro ao longo desses anos. Corroborando o que se diz neste parágrafo e no acima, constate-se que em 1998, o investimento português no Brasil foi mais do dobro de todo o investimento na UE, posição que se inverte em 2000 e anos seguintes, com ênfase sobre os países futuros aderentes ao euro em particular em 2000 e 2001.

101. Para o corrente ano de 2003, a expectativa é de manutenção do fluxo de investimento português no Brasil, ainda que sem aumentos espetaculares. O Grupo Portugal Telecom poderá vir a reforçar seu atual stock de capital com objetivo de reforçar sua posiçãono seu acordo com a espanhola Telefónica e o Grupo SONAE tem anunciado um novo investimento, na região Sul, que em sua primeira fase a concretizar até o final do corrente exercício ascenderaia a cerca de cinco milhões de euros. Por seu turno, o Grupo VILA GALÉ tem anunciado o início da execução de investimento em projeto turístico na região Nordeste, cujo valor total poderá atingir cerca de vinte

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

e cinco
milhões de euros. Ademais, a avaliar pela quantidade de consultas dirigidas à Embaixada,
contam-se por inúmeros os investidores efetivos, individuais e médias empresas, com
capacidade de execução igual ou superior aos, hoje tão em voga, duzentos mil dólares, valor
mínimo para constar como "investimento direto estrangeiro no Brasil", que dirigem seus
interesses para os mais variados setores produtivos e para as diversas regiões do Brasil e
que, no seu conjunto, poderão contribuir para a manutenção, por ambos os países desejada,
deste fluxo investidor.

Quadro I
INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO EXTERIOR E POSIÇÃO DO BRASIL

Destino
1998
1999
2000
2001
2002
OCDE
2.201.782
2.239.275
9.490.804
11.859.729
6.434.015
União Europeia
2.089.252
2.063.289
9.194.932
11.257.006
6.264.927
Área do Euro
1.913.689
1.882.991
8.720.739
10.875.501
6.153.389
Alemanha
56.642
100.554
126.795
15.761
21.248

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

Espanha
565.192
516.836
2.555.776
3.821.277
3.525.969
França
76.750
273.548
57.662
108.163
33.771
Outros da Área do Euro
1.215.104
992.052
5.980.507
6.930.301
2.572.401
Reino Unido
174.812
179.875
473.686
380.209
108.331
Outros. UE fora da Zona Erro
751
423
507
1.296
3.207
EUA
48.560
59.730
204.039
84.397
83.473
Suíça
17.912
14.438
11.144
18.339
33.258
Outros OCDE
46.057
101.818
80.689
499.987
52.357
Brasil

4.326.526
3.395.153
3.847.318
2.165.501
1.439.611
PALOP
110.700
180.043
252.689
147.487
121.324
Resto do Mundo
2.899.573
4.370.111
2.012.501
821.122
522.378
TOTAL
9.538.581
10.184.582
15.603.312
14.993.839
8.517.328
Fonte: Banco de Portugal/ICEP

102. O investimento brasileiro em Portugal, por sua vez, apresentando altos e baixos entre os anos considerados no Quadro II abaixo, atingiu os 228 milhões de euros no ano final do período. Este valor, equivalente a pouco mais de 1% do total investido no país naquele ano, bem como o andamento errático do volume ao longo do período em apreço representando sempre participações anuais sobre o total bastante modestas (0,7%, 1,7%, 05% e 1,5% respectivamente de 1998 a 2001), reflete uma assumida estabilização do interesse investidor brasileiro sobre o mercado português. É, também, resultado de renovações de stock de grandes empresas já instaladas. Apesar de não haver dados disponíveis de momento, que permitam assegurar os setores de atividade que são objeto do interesse investidor brasileiro, informações divulgadas na imprensa referem a ocorrência de reforço por parte do Grupo Odebrecht e da TV Globo sobre o Grupo português de comunicações Impresa, bem como investimentos novos no setor de alimentação.

103. Analogamente ao comércio, o aumento da participação brasileira no investimento estrangeiro em Portugal relaciona-se, basicamente, ao conhecimento do potencial do mercado português e de suas oportunidades para o empreendedor brasileiro, ademais de depender da capacidade e maturidade da empresa nacional. A estas circunstâncias não será alheio também o quadro conjuntural contemporâneo, cujos

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

contornos já referidos como pouco favoráveis para empreendedores avessos ao risco - o que corresponderia à maioria dos atuais no Brasil - parece só vir a oferecer mudanças para melhor a médio prazo.

Quadro II
INVESTIMENTO EXTERIOR EM PORTUGAL E POSIÇÃO DO BRASIL

Origem
1998
1999
2000
2001
2002
OCDE
9.567.627
12.631.007
26.058.007
23.676.572
21.076.121
União Europeia
7.789.519
11.753.982
25.288.943
22.548.362
19.811.173
Área do Euro
5.058.203
8.918.075
22.209.028
16.392.573
16.159.810
Alemanha
470.382
1.201.024
5.497.102
4.988.291
3.159.139
Espanha
879.230
1.116.372
4.753.047
1.607.048
1.762.105
França
1.087.647
1.853.548
2.940.305

3.116.917
4.305.140
Outros UE da Área do Euro
2.620.944
4.747.131
9.018.575
6.680.318
6.933.426
Reino Unido
2.340.811
2.258.046
2.738.827
5.838.408
3.328.898
Out. UE fora da Área do Euro
390.506
577.861
341.088
317.381
322.465
EUA
781.123
440.358
312.268
657.749
690.770
Suíça
921.275
342.936
328.599
341.658
487.134
Outros OCDE
75.710
93.731
128.197
128.803
87.044
Brasil
87.303
237.281
145.406
358.391
228.332
Resto do Mundo
2.347.414
998.598
667.343
202.042

De: BRASEMB LISBOA Recebido em: 30/12/2003 09:19:46 N.°: 01050
CARAT=Reservado

254.319
TOTAL MUNDO
12.002.344
13.866.887
26.870.756
24.237.005
21.558.772
Fonte: Banco de Portugal/ICEP

Paes de Andrade, Embaixador

..
Documento1

De: BRASEMB LONDRES Recebido em: 28/04/2006 14:20:00 N.°: 00620
CARAT=Reservado

De Brasemb Londres para Exteriores em 28/04/2006 (LMMR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/DE I
DESCR=XPRO-GVIO
REF/ADIT=TEL 468, TEL 588
CATEG=MG

//
Brasil-Reino Unido. Promoção
Comercial. Jantar de Gala
Personalidade do Ano. Visita
de Estado. JETCO.
//

Nr. 00620

RESUMO=
Lembra a realização do "Personality of The Year 2006", pela Embaixada e a Câmara de Comércio do Brasil no Reino Unido, em momento especialmente dinâmico do relacionamento bilateral empresarial e de negócios, criado pela Visita de Estado e a iniciativa JETCO.

A Câmara de Comércio do Brasil na Grã-Bretanha, ao congregar expoentes do empresariado brasileiro no país e, sobretudo, a comunidade de negócios britânica com interesses no Brasil, auxilia de forma constante significativa o trabalho do Secom desta Embaixada. A Câmara, entre outras funções, presta serviços relevantes na organização de eventos importantes para o relacionamento econômico-comercial bilateral, tais como seminários, conferências, almoços seguidos de palestras e reuniões de oportunidades de negócios. Recordo que, por ocasião da recente visita de Estado, foi útil à Embaixada a credibilidade da Câmara para facilitar a contratação de crédito junto ao Hotel Hilton e demais empresas fornecedoras de serviços.

2. Como é de conhecimento, a Câmara vem outorgando, desde 1999, o título de "Personalidade do Ano" a indivíduos que contribuíram de maneira notável para o fortalecimento das relações entre o Brasil e o Reino Unido nas áreas econômica, financeira e comercial, tendo sido Vossa Excelência o agraciado do lado brasileiro no ano de 2004. A relação completa de agraciados é a seguinte:

1999
- do lado brasileiro: Emilio Odebrecht, Presidente da Construtora Noberto Odebrecht
- do lado britânico: Sir John Bond, Chairman do HSBC
2000
- do lado brasileiro: Fernando Pinto, Presidente da Varig
- do lado britânico: Richard Giordano, Chairman do Grupo BG (British Gas)
2001
- do lado brasileiro: Henri Philippe Reichstul, Presidente da Petrobrás
- do lado britânico: James Sherwood, Presidente do "Sea Containers" Grupo
2002
- do lado brasileiro: Maurício Novis Botelho, Presidente da Embraer
- do lado britânico: Ralph Robins, Chairman of "Rolls-Royce" Grupo
2003
- do lado brasileiro: José Martins Pinheiro Neto, fundador e Chairman de Pinheiro Neto Advogados
- do lado britânico: Sir Nigel Rudd, Chairman da Pilkington plc
2004
- do lado brasileiro: Embaixador Celso Amorin, Ministro das Relações Exteriores
- do lado britânico: Sir Evelyn de Rothschild, Chairman do Banco de investimentos Rothschilds and Sims.
2005
- do lado brasileiro Jonice Tristão, Presidente da Tristão Trading
-do lado britânico Patrick Cescau , Chairman da Unilever.

3. O tradicional jantar de Gala para outorga do prêmio, em sua versão do Ano de 2006, será realizado no dia 10 de maio no prestigioso Hotel Dorchester, desta capital, mais uma vez em promoção conjunta da Embaixada e da Câmara. Serão agraciados: do lado brasileiro, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e, do lado britânico, Sir David Bryan Lees, Chairman da Tate & Lyle Ltd. Os "speakers" da noite serão, pelo lado brasileiro, o Ministro Gilberto Gil, e, pelo lado britânico, Lord Triesman of Totenham, Under-Secretary for Latin America do FCO.

4. O "Personality of the Year 2006" ocorre em auspicioso

momento de seguimento da recente realização de importantes eventos empresarias durante a Visita de Estado do Presidente Lula ao Reino Unido - workshops e seminário com a presença do sr. PR, que foram assistidos por mais de 500 pessoas, café da manhã para empresários/CEOs de grandes empresas do Reino Unido com investimentos no Brasil -, cujo sucesso abriu diversas frentes de trabalho para reforço no mercado britânico das iniciativas de promoção comercial e de investimentos. Entre elas, destaca-se a realização, no dia seguinte ao do Jantar de Gala, de reunião do novo mecanismo de promoção das relações econômicas e comerciais bilaterais, o JETCO, criado também por ocasião da Visita de Estado, em março do corrente. (Alberto Luiz Pinto Coelho Fonseca)

José Maurício Bustani, Embaixador

ALPCF

De: BRASEMB LONDRES Recebido em: 15/05/2006 14:24:00 N.°: 00709
CARAT=Reservado

De Brasemb Londres para Exteriores em 15/05/2006 (ASO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DOM II/DPB/DE I
DESCR=XCOI-BRAS-GBRE
RTM=IRKBREM,JORBREM,TURBREM
REF/ADIT=TEL 692
CATEG=MG

//
Brasil-Reino Unido. Visita do
Ministro Furlan. Encontro com
empresário do Grupo Saracen.
Oportunidades de negócios com
o Iraque.
//

Nr. 00709

RESUMO=
Relata encontro em Londres do Ministro Luiz Fernando Furlan com Luay Alawi, empresário de origem iraquiana radicado no Reino Unido.

Durante sua estada em Londres, o Ministro Luiz Fernando Furlan - acompanhado dos Presidentes da APEX e da ABDI - teve encontro no dia 11.5 com Luay Alawi, empresário de origem iraquiana radicado no Reino Unido há cerca de 40 anos. O empresário controla a Saracen Investment & Trading, parte do Grupo Alawi, e é meio-irmão de Yiad Alawi, que foi primeiro-ministro interino do Iraque e é hoje membro do Congresso iraquiano.

2. O Grupo Alawi foi um dos mais importantes grupos industriais no Iraque no período pré-Saddam, nos setores petroquímico, de autopeças e de distribuição de alimentos. Com as mudanças políticas no país, a maioria dos membros do Grupo foi obrigada a emigrar, estabelecendo-se em diversos países da Europa, notadamente Inglaterra e Áustria. O Grupo Alawi é conhecido como importante investidor financeiro em países emergentes na City de Londres. Durante a década de 90, chegou a ter posições da ordem de US$ 1 bilhão em papéis de renda fixa de empresas brasileiras - Petrobrás, Grupo Odebrecht, Acesita e Grupo Bozano Simonsen, entre outras.

3. No encontro com o Ministro Furlan, Alawi apresentou as atividades da Saracen, que há pouco se tornou membro da

Câmara de Comércio Brasileira no Reino Unido. A empresa acaba de estabelecer companhia de trading no Iraque e tem realizado transações comerciais com produtos petroquímicos e alimentícios, alguns dos quais de origem brasileira, como açúcar. A grande maioria dos negócios tem sido realizada por meio de companhias de trading internacionais, havendo a Saracen atuado como agente financiador das operações, uma vez que o Iraque não disporia no momento de linhas de crédito junto à banca internacional ou a companhias de trading.

4. Luay Alawi gostaria de estabelecer contato direto com produtores brasileiros de alimentos, com o fim de viabilizar transações comerciais com o Iraque com a mínima presença possível de intermediários - mencionou, em particular, a ampla intermediação européia nas transações envolvendo o açúcar brasileiro. Mencionou, ainda, que melhoras no abastecimento de alimentos no Iraque poderiam trazer benefícios para o processo político iraquiano, e que o fim da ocupação no Iraque traria oportunidades para a normalização das relações do país com a comunidade internacional - ressaltou, em especial, a importância de recuperação das relações comerciais entre Brasil e Iraque, em direção ao volume já registrado no passado.

5. O Presidente da APEX, Juan Quirós, relatou os esforços da agência em prol da intensificação do comércio entre Brasil e Iraque, como contratação de pesquisas de mercado e a realização de eventos de promoção em países como Jordânia e Turquia. Mencionou, neste contexto, que: cerca de 270 empresas brasileiras já estariam envolvidas em negócios com o Iraque; as exportações brasileiras para o Iraque registraram forte aumento relativo nos últimos anos; a APEX teria identificado problemas particulares nos campos de logística/distribuição para a expansão das exportações brasileiras no Iraque.

6. Ao agradecer as informações, Alawi ressaltou estar em curso processo de rápida mudança no mapa político iraquiano, o que, combinado com a existência de alguma tensão nas relações do país com a Jordânia, poderia comprometer a eficácia de alguns dos atuais canais de aproximação comercial entre Brasil e Iraque. Mencionou, ainda, que seu grupo teria conexões com a maioria xiita no Iraque, e avaliou que a escassez de financiamento poderia ser dificuldade mais séria para a expansão de negócios no país do que problemas na estrutura de distribuição.

7. Por sugestão do Ministro Furlan, Luay Alawi comprometeu-se a encaminhar proximamente ao MDIC sugestões concretas de

De: BRASEMB LONDRES Recebido em: 15/05/2006 14:24:00 N.°: 00709
CARAT=Reservado

expansão de negócios entre os dois países, enfatizando questões como clientes potenciais, canais de distribuição e disponibilidade de financiamento. (Rodrigo Godinho)

José Mauricio Bustani, Embaixador

ROG

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 02/06/2004 10:26:00 N.°: 00215
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 02/06/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAS/DOC/DAF II
DESCR=XCOI
CATEG=MG

//
COFIG. 5A Reunião ordinária.
Angola. Pedido de comentários.
//

Nr. 00215

Informo Vossa Excelência de que será realizada no próximo dia 3 a 5ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG. Na ocasião, serão apreciados projetos de financiamento e de garantia a exportações brasileiras para diferentes países.

2.Para subsidiar a análise dos projetos, o Banco do Brasil/Diretoria de Governo preparou documentação para uso dos membros do COFIG. O BB apresentou um sumário executivo do "Projeto de Abastecimento Integrado de Água Potável às cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta", de interesse da Construtora Norberto Odebrecht, a ser contratado pelo Ministério de Energia e Água - MINEA. Estou transmitindo a essa Embaixada, por correio eletrônico, o referido sumário. Muito agradeceria receber os comentários de Vossa Excelência a respeito, com a urgência possível.

EXTERIORES

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 02/06/2004 10:26:00 N.°: 00215
CARAT=Reservado

AAJ

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 24/06/2004 16:58:00 N.°: 00254
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 24/06/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SGAS/DOC/DAF II
DESCR=XCOI
REF/ADIT=DET 215
CATEG=MG

//
COFIG. 5a Reunião Ordinária.
Angola. Aprovação de projeto.
//

Nr. 00254

Em sua 5a Reunião Ordinária, realizada no último dia 3, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG aprovou o seguinte projeto:

- exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- importador: Ministério de Energia e Água - MINEA
- objeto da exportação: projeto de abastecimento integrado de água potável às cidades de Benguele, Lobito, Catumbela e Baía Farta
- valor da exportação: US$ 87.998.496,00
- pleito: alteração do cronograma de desembolso.

EXTERIORES

AAJ

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 18/07/2005 18:36:00 N.°: 00319
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 18/07/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DSF/DOC/DPB/DAF II
DESCR=EFIN-AFRI-ANGO
CATEG=MG

//
COFIG. Angola. 3ª fase da
reabilitação da estrada da
região do Samba.
Proex-Financiamento. Alteração
de Condições. Decisão
favorável.
//

Nr. 00319

RESUMO=
Informo e rogo providências. Solicita seja transmitido ao Governo angolano o teor de decisão do COFIG, que endosou pedido de alteração (aditivo) ao contrato da operação de financiamento do PROEX, o que viabilizará a terceira fase de reabilitação da estrada da região de Samba.

Informo que o COFIG aprovou, em 28.06.05, Aditivo ao Projeto para a terceira fase de reabilitação da estrada da região de Samba. A referida decisão endossou as seguintes alterações: (a) valor total da operação de crédito; (b) montante das exportações; (c) valor das rubricas de bens e serviços; e (d) cronograma de desembolsos, da parcela financiada e da parcela à vista, dos gastos locais e do prazo de execução da obra. Não foram modificados o prazo de amortização, nem as demais condições do financiamento.

2. Parte do Programa de Saneamento Básico de Luanda, a primeira etapa do projeto foi financiada pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e

contemplou intervenções emergenciais na Região de Samba. A segunda etapa do projeto foi aprovada na IV Reunião Ordinária da COFIG, em 29.04.04, e incluiu a exportação de bens e serviços da empresa Norberto Odebrecht para o Ministério de Obras Públicas e Urbanismo (MINOPU) de Angola. Os serviços realizados na segunda fase incluíram sondagem dos solos, terraplanagem e pavimentação para implantação de canais de drenagem e vias laterais. Realizou-se a instalação das redes de água potável e de esgoto sanitário. A região de Samba enfrenta, como se sabe, graves problemas de saneamento, saúde, transporte e habitação, inclusive a proliferação de doenças endêmicas de alta morbidade.

3. A terceira fase de reabilitação da estrada da região de Samba está inserida no mesmo Programa de Saneamento e tem como objetivo dar continuidade às obras de reabilitação e ampliação das infra-estruturas da cidade de Luanda. Cabe ressaltar que as diversas vertentes do projetos serão executadas de forma simultânea.

4. As alterações solicitadas estão sendo apresentadas em atenção aos pedidos do Banco Nacional de Angola e do importador, que realçaram a urgência da manutenção do ritmo da obras e a necessidade de enquadrar esse montante como um Aditivo ao Convênio de Crédito, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, no corrente ano. O valor total da operação foi ampliado de US$ 29.746.220,00 para US$ 75.476.113,00; o montante da exportação passou de US$ 26.771.598,00 para US$ 70.214.996,35; o valor dos bens foi expandido de US$ 4.149.598,00 para 13.272.748,00; o total dos serviços a serem prestados foi estendido de US$ 22.622.000,00 para US$ 56.942.248,35; e o prazo de execução aumentou de 12 para 16 meses.

5. Muito agredeceria Vossa Excelência transmitir as informações constantes do parágrafo acima às autoridades angolanas, bem como ressaltar a satisfação do Governo brasileiro em poder participar de projeto de impacto social tão importante como o do Programa de Saneamento Básico de Luanda, através das três etapas de reabilitação da estrada da região de Samba.

6. Por Despfax, estão sendo transmitidos o relatório do Banco do Brasil e o sumário executivo da operação, com a detalhamento das características e condições do

projeto.

EXTERIORES

AAC/EBBE

EBBE

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 17/10/2003 19:15:27 N.°: 00446
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb Luanda
Em 17/10/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/C/ABC/DOC/ACS
DESCR=PEXT-BRAS-ANGO
CATEG=MG

//
Relações Brasil-Angola. Visita
Presidencial. Proposta de
programa.
//

Nr. 00446

RESUMO=
Informo e rogo providências.

Transmito, abaixo, proposta de programa da visita presidencial a esse país. Rogo submetê-la às autoridades locais para aprovação.
2.Informo que a proposta incorpora sugestões da parte angolana e as reações do Cerimonial da Presidência brasileira que decidiu, por exemplo, não prever a palestra na Universidade Agostinho Neto nem o lançamento da pedra fundamental. A esse propósito, Vossa Excelência poderá sugerir às autoridades locais que ato simbólico de doação do prédio, pelo Governo angolano, para a instalação da Casa de Cultura poderá ocorrer por ocasião da inauguração da sede provisória.
2 DE NOVEMBRO, DOMINGO

16h00 - Partida de São Tomé para Luanda

18h50 - Chegada a Luanda
Local: Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro"

- Instalação no Complexo Hoteleiro da Endiama

- Instalação de membros da comitiva no Hotel Tropico

3 DE NOVEMBRO, SEGUNDA-FEIRA (Angola)

08h30 - Oferenda Floral. Memorial a Agostinho Neto

09h00 - Cerimônia oficial de chegada
Local: Palácio Presidencial

- Honras militares
- Passagem em revista às tropas

09h15 - Abertura das conversações bilaterais
Local: Palácio Presidencial

Os Presidentes pronunciarão breves palavras de saudação.

09h25 - Reunião privada
Local: Palácio Presidencial

09h25 - Reunião ministerial
Local: Palácio Presidencial

Assinatura de Atos

11h00 - Deslocamento do Palácio Presidencial para a Assembléia Nacional

11h15 - Sessão Solene na Assembléia NacionalDISCURSO
Discurso do Presidente da República (25 minutos)

12h30 - Inauguração do "Encontro Empresarial Brasil-Angola: Comércio e Investimentos"SAUDAÇÃO
Local: Auditório do Hotel Presidente Meridien

13h30 - Almoço privado

15h00 - Deslocamento para o Projeto de Águas (da Odebrecht, 30 minutos de deslocamento)

15h30 - Visita ao Projeto de Águas

16h00 - Partida para o Centro Ortopédico de Viana

16h15 - Visita ao Centro Ortopédico de Viana

16h45 - Encerramento visita o Centro Ortopédico de Viana
Retorno ao Complexo Hoteleiro da Endiama

18h30 - Encontro com a comunidade brasileira
Local: Complexo Hoteleiro da Endiama

19h00 - Inauguração da Casa de Cultura Brasil-Angola e do

Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade
MeloSAUDAÇÃO
Abertura da exposição "Brasil - África: Similaridades"

20h00 - Jantar oficial oferecido pelo Senhor José Eduardo
dos Santos, Presidente da República de Angola
Local: Palácio Presidencial da Cidade Alta
Traje: Passeio completo

4 DE NOVEMBRO, TERÇA-FEIRA

08h30 - gravação de programa de TV
Local: Complexo Hoteleiro da Endiama

09h45 - saída para visita ao Centro de Formação
Profissional do Cazenga

10h15 - visita ao Centro de Formação Profissional do
Cazenga

11h15 - partida do Centro de Formação Profissional do
Cazenga

12h00 - Partida para Moçambique

EXTERIORES

IVG

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 27/10/2006 17:18:11 N.°: 00523
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 27/10/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DECAS/DAF II
DESCR=XPRO-BRAS-ANGO
REF/ADIT=DET 990
CATEG=MO

//
Promoção Comercial. COFIG.
Projeto 2ª e 3ª fases de
reabilitação da Estrada de
Samba. Aprovação da Operação.
//

Nr. 00523

Na 26ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada em 25 de outubro último, foi aprovada a operação de crédito do BNDES para o pedido de alteração do cronograma de embarque/desembolso, sem alterar o prazo de amortização e as demais condições de financiamento do projeto 2ª e 3ª fases de reabilitação da Estrada de Samba.

2. A operação tem como exportador a construtora brasileira Norberto Odebrecht S.A. e como importador/devedor a República de Angola. O total da exportação é de US$ 70.214.996,35 dos quais US$ 59.682.746,90 serão financiados pelo BNDES, com prazo de 15 anos e cobertura por notas promissórias avalizadas pelo Banco Nacional de Angola, cobrindo o pagamento de principal e juros, bem como o compromisso de fornecimento de petróleo, nos termos do Memorando de Entendimento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, em 15.08.95.

EXTERIORES

LFM/CHAS

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 17/03/2003 10:57:21 N.°: 00184
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 17/03/2003 (MMM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DSF/DAF II
DESCR=ENER-BRAS-ANGO
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Memorando de
Entendimento. Pagamentos a
exportadores brasileiros.
//

Nr. 00184

A Construtora Norberto Odebrecht informou-me acerca de dificuldades que estariam ocorrendo no recebimento dos créditos do Banco do Brasil, provenientes da aplicação do Memorando de Entendimento Brasil-Angola. Alega aquela empresa que haveria, segundo o Banco do Brasil, um atraso de três carregamentos de petróleo angolano, o que seria contestado pela parte local, que informa estar devendo apenas uma remessa (as informações das partes estariam sendo cotejadas).

2. Assim sendo, os exportadores brasileiros estariam há três meses sem receber os créditos a eles devidos, o que configuraria uma situação crítica, que começa a gerar dificuldades. Solicita assim a empresa Odebrecht que sejam liberados aqueles créditos, dando-se um prazo não superior a quatro meses para que Angola regularize a situação de seus embarques.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, nossas relações com Angola assumem hoje prioridade especial, à luz da disposição manifestada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de privilegiar nossa parceria com a África em geral e com a de expressão portuguesa em particular. Nesse contexto, é Angola o país lusófono com o qual mantemos laços mais intensos, dinâmicos e sensíveis.

4. Uma paralisação em parte do nosso intercâmbio comercial bilateral, em função de uma abordagem estritamente técnica pelo Banco do Brasil das dificuldades episódicas e de modo algum inéditas no cumprimento do Memorandum de Entendimento, poderia sinalizar erradamente ao Governo angolano uma eventual pouca disposição real de nossa parte, no sentido de colaborar com Angola neste momento decisivo da reconstrução nacional.

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 17/03/2003 10:57:21 N.°: 00184
CARAT=Reservado

5. Outrossim, muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de examinar a possibilidade de abastecer-me com as informações cabíveis sobre o real estado da implementação daquele Memorando de Entendimento.

Jorge d`Escragnolle Taunay Filho, Embaixador.

JETF

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 23/10/2003 10:43:30 N.°: 00457
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb Luanda
Em 23/10/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/DCTEC/ABC/DPB/DEC
DESCR=PEXT-BRAS-ANGO
CATEG=MG

//
Visita presidencial. Agenda do
Presidente. Pontos
substantivos e pendências.
//

Nr. 00457

RESUMO=
Informo.

Transmito, a seguir, para eventuais comentários,
documento de trabalho da SERE que indica temas
substantivos e pendências da agenda da visita
presidencial a Angola.

"ANGOLA

AGRICULTURA
. Cooperação para Expansão do Cooperativismo.
Houve solicitação das autoridades angolanas. Não houve,
todavia, evolução no tratamento do tema, a despeito de
solicitações aos Ministérios e órgãos afetos ao assunto.

. Instalação de uma Escola Agrícola em Angola.
A solicitação foi feita diretamente ao ME pelo MRE de
Angola por ocasião da visita ministerial, em maio último.
Não houve reação da parte brasileira,, a despeito de
gestões feitas junto a orgãos (MAPA e MEC) afetos ao
assunto.

. Acordos a serem assinados.
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída

a negociação dos seguintes atos:
- Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola" (EMBRAPA);
- Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola";
- Protocolo de Intenções na Área de Agricultura e Pecuária.
A ABC informou que, além dos acordos acima, está prevista a assinatura do "Ajuste Complementar na área de extensão rural com ênfase em agricultura familiar" (EMATER-MG/Univ. de Viçosa).

B) ASSISTÊNCIA SOCIAL
. Divulgação dos Programas Sociais do Governo Lula.
Não está prevista uma atividade específica de divulgação dos programas de competência do MAS.

. Programa de Cooperação na Área de Assistência Técnica para Combate à Pobreza.
O IPEA manifestou a possibilidade e a intenção de cooperação com Angola, com base na experiência desenvolvida pelo Instituto em sistemas de indicadores sociais. O assunto não teve, porém, seguimento.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA
. Programa de Cooperação Bilateral em C&T.
Será anunciado o início de um programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia com Angola, por intermédio da assinatura de "Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola".

. Financiamento pelo CNPq de Programas de Pesquisa em Vários Domínios.
O MCT informou que o financiamento de pesquisa pelo CNPq será feito dentro do escopo do "Programa de Trabalho" a ser assinado durante a visita presidencial.

. Cooperação na Área de Satélites para Levantamento de Dados Metereológicos.
A cooperação nessa área está expressamente prevista no "Programa de Trabalho".

D) CULTURA

. Instalação de Sede Provisória da Casa do Brasil em Angola.
A inauguração do núcleo provisório da Casa de Cultura Brasil-Angola e do Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo será feita pelo Presidente Lula. Por dificuldades de recursos financeiros, permanecem pendentes questões como a aquisição de material para apetrechamento da Casa. Está sendo considerada a possibilidade de um representante do Senhor Presidente da República comparecer a cerimônia proposta pelo Protocolo angolano de lançamento da pedra fundamental do prédio ofertado pelo Governo local para a instalação da sede definitiva da Casa do Brasil.

. Programa Executivo de Ações Culturais.
O MinC indicou que pretende assinar o documento do Programa durante a visita presidencial. Tanto quanto o MinC informou, porém, o documento não terá sido ainda negociado.

E) DEFESA
. Participação Brasileira em Atividades de Desminagem.
O MRE havia apresentado sugestão ao Ministério da Defesa para que este estudasse a possibilidade de realizar gestões junto a empresas brasileiras da área militar, consultando-as sobre eventual interesse em buscarem oportunidades de atuação na área de desminagem, em Angola. O MoD não reagiu à sugestão do MRE.

. Exame de Possíveis Medidas que estimulem o Estabelecimento de Linhas de Transporte Aéreo entre o Brasil e a África.
Mantêm-se as resistências do setor privado e do CERNAI para autorizar a ampliação do fluxo aéreo entre Brasil e África.

F) DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
. Liberalização Comercial.
Nas reuniões preparatórias, esteve em discussão a conveniência política de que o Brasil apresentasse a seus parceiros africanos, em particular aqueles de língua oficial portuguesa, uma proposta de liberalização comercial.
O DEC está considerando a possibilidade, entre outras, de propor a ida de missão brasileira a Angola (e Moçambique) para discutir com autoridades governamentais da área de comércio internacional as possíveis áreas de interesse angolano para eventual início de negociações de um acordo de livre comércio.

. Promoção de investimentos.
Poderá ser anunciada a disposição do BNDES de financiar projetos de empresas brasileiras que queiram investir nos países incluídos no roteiro da visita presidencial, particularmente nos países lusófonos. Tais projetos terão de ser quantificados e apresentados conforme as políticas operacionais do Banco, para que possam ser analisados caso a caso e, posteriormente, aprovados pela diretoria. Particular atenção será atribuída à apresentação das garantias para os financiamentos que venham a ser solicitados pelos projetos.

. Missão Empresarial.
Está prevista a ida de missão empresarial do MRE. Não haverá missão da APEX.

G) EDUCAÇÃO
. Programa de Trabalho para Implementação de Acordo assinado em agosto de 2002, que prevê o Apoio Brasileiro à Restruturação do Programa de Ensino Básico e Médio em Angola.
No final de julho, missão técnica participou de negociações sobre o plano de trabalho 2003/04 no âmbito do Programa angolano "Escola para Todos". Continuam as negociações entre as autoridades angolanas e a ABC/MEC sobre o conteúdo do documento a ser assinado por ocasião da visita presidencial.

. Inclusão da Área de Formação Profissional.
(vide abaixo Ministério do Trabalho)

. Criação da Universidade Milton Santos.
Está previsto, em todos os países da visita, o anúncio da criação da Universidade Milton Santos.

. Anúncio da criação de Prêmio para Jovens Escritores Brasileiros e Angolanos.
Poderá ser anunciada a criação de Prêmio para jovens escritores brasileiros e angolanos. Não há, todavia, informações sobre o regulamento do Prêmio.

H) ESPORTE
. Acordo de Cooperação Esportiva.
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída a negociação de "Ajuste Complementar entre o Ministério da Juventude e Desportos da República de Angola e o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil".

I) FAZENDA

. Ampliação da linha de crédito prevista no Memorando de Entendimentos Brasil - Angola (MEBA).
A Embaixada do Brasil confirma a intenção do Governo angolano de ver ampliado o valor da linha de crédito. O assunto também foi mencionado ao Ministro Celso Amorim durante seu encontro com o Presidente JES, em Angola, em maio. O MinFaz é contrário à idéia. O assunto deverá ser suscitado pela parte angolana por ocasião da visita presidencial. A Embaixada brasileira informa que duas empresas brasileiras, EMBRAER e Odebrecht, estariam fazendo pressão junto ao próprio Governo angolano para que pleiteassem ao Brasil o aumento da linha de crédito.

. Utilização do MEBA para Financiamento de Ações de Cunho Social de Interesse Comum.
Não seria necessária a assinatura de documento sobre o tema. Conviria menção no Comunicado Conjunto à opção por destinação de recursos disponíveis da linha de crédito para projetos de cunho social acordados pelos Governos brasileiro e angolano. Não se requer negociação prévia com as autoridades angolanas sobre a matéria. Se for do desejo dessas autoridades financiar gastos dos projetos sociais pelo PROEX, bastará que apresentem seus pleitos nos limites e conforme os procedimentos em vigor.
O tema seria apenas mencionado no comunicado conjunto.

. Apoio do Brasil para a Convocação da Reunião de Doadores para Angola.
Os Diretores Executivos pelo Brasil no Banco Mundial e FMI foram instruídos a apoiar o pleito de Angola por uma reunião de doadores.

. Abertura de uma Agência de Instituição Financeira Brasileira em Angola.
Poderá ser anunciada, durante a viagem presidencial, a instalação, em Luanda, de um escritório do Banco do Brasil (balcão de comércio exterior, dedicado exclusivamente ao financiamento do comércio exterior).

J) MEIO-AMBIENTE
. Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola".
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída a negociação dos seguintes atos:
- Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola";
- Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente.

. Ampliar a agenda de cooperação bilateral. Angola já

indicou interesse por receber apoio no tema de licenciamento ambiental.
O MMA tem interesse em ampliar a pauta de projetos ambientais com Angola, incorporando alguns temas entre os quais o de licenciamento ambiental, já sinalizado como uma prioridade angolana. Não há tempo suficiente para definir um projeto específico neste tema, ficando a iniciativa brasileira a ser detalhada em uma futura missão de prospecção àquele país, que pode ser anunciada durante a visita presidencial.

K) MINAS E ENERGIA
. Parceria Petrobrás - Sonangol - ampliação da presença da Petrobrás.
A Petrobrás tem interesse em novos contratos de partilha de produção nas áreas novas a serem desenvolvidas nos blocos 15 e 17. As negociações com o governo angolano têm progredido favoravelmente, segundo informa a própria empresa. Durante a visita presidencial, deverá ser possível aos Presidentes da Petrobrás e da Sonangol assinar um "Protocolo de Intenção para o Desenvolvimento de Negócios e Atividades de Cooperação". A Petrobrás pede que o tema (interesse na ampliação da presença da Petrobrás) seja incluído na agenda do Senhor Presidente da República.
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída a negociação de "Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero".

. Visita à Hidrelétrica de Capanda. Visita do PR - inclusão na agenda presidencial.
Havia sugestão da Companhia Norberto Odebrecht para que o Presidente da República visitasse Capanda. Poderá ser sugerido à Ministra das Minas e Energia que represente o Sr. PR na visita à Hidrelétrica.

L) SAÚDE
. Cooperação na área de imunizações e de malária.
Não houve evolução no tratamento do tema.

M) SECRETARIA ESPECIAL DA PROMOÇÃO RACIAL
. Estreitamento da cooperação.
A SEPPIR realizou visita oficial a Angola e propôs a assinatura, durante a visita presidencial, de "Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial".

O documento foi recentemente enviado à SERE e deverá ainda ser analisado antes de ser enviado à embaixada em Luanda para ser apresentado à parte angolana.

N) SEGURANÇA ALIMENTAR
. Divulgação dos programas sociais do Governo Lula e, em particular, do Programa Fome Zero.
O Ministro José Graziano preparou texto de artigo sobre o Fome Zero para que seja publicado em jornal local nos dias que antecedem a visita. O Ministro também se manifestou disponível para participar de evento de divulgação (palestra/seminário) em Luanda. Seria preciso conceber o modelo de evento.

O) TRABALHO
. Inclusão da Área de Formação Profissional (no projeto "Educação para Todos").
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída a negociação de "Ajuste Complementar para as Áreas de Trabalho, Emprego e Formação Profissional".

P) AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO
Após missão que efetuou a Angola, em julho último, a ANP apresentou à SERE projeto de documento de intenções a ser assinado entre o Governo brasileiro e o Governo angolano na área de petróleo que prevê a cooperação para levantamento de dados em bacias terrestres de produção de petróleo. A ANP seria a executora do programa de cooperação. O documento está sendo analisado pela ABC e será posteriormente enviado formalmente à Embaixada em Luanda para ser apresentado ao Governo angolano. O Ministério dos Petróleos de Angola já terá recebido versão preliminar do documento diretamente da ANP e estaria, em princípio, de acordo com a assinatura do documento por ocasião da visita presidencial.

TEMAS SOB A RESPONSABILIDADE DO MRE
. Cooperação na Área de Desenvolvimento Urbano - ABC/CEF.

Um Ajuste Complementar (no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica entre com Angola) foi enviado à ABC para exame.

. Oferta de Bolsas de Estudos para Graduação e Pós-graduação incluída no Orçamento do "Programa de Ação Brasil - África: Fase 1" (DAF II/DCE).
Havendo confirmação de recursos, poderá ser feito o anúncio de bolsas do MRE para graduação. Sugere-se, para evitar a duplicação com as bolsas da Universidade Milton

Santos, que os recursos do MRE para essas bolsas, caso obtidos, sejam utilizados em programas de apoio à cooperação interuniversitária.
A DAF II fez memorandum em que indica haver recursos na proposta de lei orçamentária para 2004 que permitiriam anunciar a concessão de algumas bolsas de graduação e ampliar o número de bolsas de pós-graduação. Aguarda-se decisão de diferentes instâncias da SERE sobre a matéria.

. Formação de Quadros.
Após visita da Delegação Técnica angolana, foi concluída a negociação de "Protocolo de Intenções para Apoio do Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola".

. Organização de missão multissetorial no campo da cooperação em modernização do estado.
A ABC já tem preparada uma missão que deverá ser anunciada durante a visita presidencial, oportunidade em que será assinado Ajuste Complementar sobre o tema (a ABC enviará o nome completo do ajuste).

. Participação da INFRAERO no Programa de Desenvolvimento da Aviação Civil em Angola.
Há o interesse do Ministério dos Transportes de Angola pela participação brasileira na viabilização do projeto. Missão da Infraero está indo a Luanda neste mês de outubro. O BNDES está estudando a possibilidade de financiar a presença da INFRAERO e empresas brasileiras de equipamentos. Ainda não se sabe se o assunto poderá ser objeto de algum tipo de acordo ou de documento a ser firmado por ocasião da visita presidencial".

EXTERIORES

PCA

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 26/01/2007 11:12:52 N.°: 00077
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 26/01/2007 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DP/DAF II
DESCR=APES
CATEG=MO

//
Administração. Transporte de
bagagem. SS Daniel Nogueira
Leitão.
//

Nr. 00077

Informo e peço providências. A bagagem do SS Daniel Nogueira Leitão continua retida no porto de Luanda. Desde a segunda semana de janeiro, o Secretário recebe comunicações tanto da Quavis como da "Cargo Center", esta última a responsável pela bagagem em Luanda, de que os papéis estão todos em ordem e de que a bagagem poderá ser entregue a qualquer momento. Nesta última terça-feira, contudo, pressionada pela Administração da Embaixada, a Cargo Center informou que, devido à prolongada estadia do conteiner no porto, há 48 outros conteineres bloqueando o acesso ao do Secretário e que não havia nada a fazer a não ser esperar o desbloqueio.

2. A empresa angolana também vinha sendo pressionada a fornecer relatório que atendesse à necessidade de documentação expressa no desptel de referência. Nesse caso, as reiteradas promessas da Cargo Center de entregar o relatório não se concretizaram até hoje.

3. No que diz respeito à liberação da bagagem do diplomata, a Embaixada decidiu, então, solicitar os préstimos da construtora Odebrecht Angola, a fim de averiguar se haveria algo a ser feito para agilizá-la. A construtora brasileira tem grande experiência na retirada de conteineres do porto de Luanda, em média 40 por semana. O responsável da Odebrecht informou que enviaria auxiliar seu ao porto de Luanda para apurar a situação, mas que seria imprescindível que fosse acompanhado por representante da Cargo Center. O Secretário Leitão telefonou, hoje (26/01), à Cargo Center para pedir a designação de funcionário para acompanhar o da Odebrecht. O Senhor Barros, da Cargo Center, declarou dessa vez que o

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 26/01/2007 11:12:52 N.°: 00077
CARAT=Reservado

problema era que havia uma diretriz da Direção do porto no sentido de fosse priorizado o descarregamento dos navios em detrimento da movimentação de conteineres já descarregados, a fim de desafogar o engarrafamento de embarcações na baía de Luanda. Por isso, mostrou-se cético quanto à capacidade de a Odebrecht conseguir ajudar. Depois disso, o Senhor Barros tem estado incomunicável.

4. O Secretário telefonou, então, para o Sr. Marcílio, da Quavis, e explicou-lhe a situação. O Sr. Marcílio afirmou não acreditar nas explicações dadas pelo Cargo Center. Disse que, devido à não liberação do conteiner do Secretário, vem pagando à Cargo Center cerca de US$ 2 mil por semana em multas de sobrestadia e outras taxas, de cuja legalidade duvidava. Especulou que a situação da empresa angolana era muito cômoda e que ela devia estar fazendo "corpo mole" para continuar recebendo esses pagamentos sem nada fazer, usando a bagagem do Secretário como refém da extorsão. Afirmou que só havia duas empresas em Angola cadastradas nas associações internacionais de transportadores de que a Quavis faz parte (e que, portanto, ela podia contratar) e que ambas costumavam dar esse tipo de problema. Concluiu, qualificando o mercado de transportes de bagagem em Luanda de "caso de polícia".

5. O Secretário Leitão e a Administração desta Embaixada encontram-se, assim, espremidos entre fontes de informação desencontrada, sem saber em quem acreditar ou como agir para resolver o problema, que entrará brevemente no quinto mês de indefinição.

6. Muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de procurar convencer a Quavis a cooperar para uma solução rápida da situação.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador

DNL

Para: BRASEMB LUANDA Expedido em: 16/10/2007 12:18:58 N.°: 00641
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 16/10/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=AIG/DAF II
DESCR=IMPR-GVIO
REF/ADIT=DET 627, TEL 1152
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Visita
presidencial. Entrevista ao
"Jornal de Angola".
//

Nr. 00641

Encaminho, a seguir, respostas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva às perguntas encaminhadas pelo "Jornal de Angola" por meio do tel de referência, com vistas à publicação de entrevista amanhã, 17/10:

"1. Senhor Presidente, numa altura em que se prepara para iniciar a sua segunda visita a Angola, poderia dizer-nos que significado tem essa deslocação e quais os pontos que conta abordarnos seus encontros com as autoridades angolanas?
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - A primeira viagem que fiz à África, em 2003, começou por Angola. Agora, retorno aqui em minha primeira viagem à África no meu segundo mandato. Pelo exemplo de reconciliação política e recuperação econômica, Angola desempenha papel central na estratégia da política externa brasileira para o continente africano.
No campo econômico-comercial, precisamos estudar como diversificar as exportações angolanas, de forma a viabilizar novos aumentos no comércio bilateral, que já faz de Angola o terceiro ou quarto maior parceiro do Brasil na África. Também vamos discutir como ampliar a presença de empresas brasileiras

interessadas em investir na infra-estrutura indispensável ao processo de reconstrução angolano.
No campo da cooperação técnica, vamos assinar convênios em setores chave de saúde, educação e agricultura, que ajudarão Angola a acelerar sua recuperação.
No âmbito regional, vamos avaliar como Angola e Brasil podem colaborar para fortalecer a ação de missões regionais engajadas na redução das tensões políticas, sociais e militares na África Central. No âmbito internacional, vamos coordenar ações com vistas à democratização dos processos decisórios multilaterais que nos afetam diretamente. É o caso da reforma do Conselho de Segurança da ONU, assim como da conclusão da Rodada de Doha da OMC, onde lutamos para eliminar práticas protecionistas prejudiciais aos países em desenvolvimento.
2. Pela evolução dos indicadores das exportações do Brasil para Angola, nota-se que há uma crescente expectativa do empresariado brasileiro relativamente às potencialidades do mercado angolano. Que novos investimentos serão feitos que confirmem essa intenção de aumentar do volume da cooperação entre os dois países?
Presidente Lula - Grandes empresas brasileiras, como Petrobrás, Odebrecht, Vale do Rio Doce, Embraer, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, já atuam em Angola e têm interesse em aprofundar uma parceria já antiga, inclusive avançando em novos setores, tais como o agrícola e o de construção naval.Desde 2004, escritório do Banco do Brasil, em Luanda, vem atuando para dar apoio técnico e financeiro na concretização desses negócios.
Entre as iniciativas em estudo, citaria algumas. A Petrobrás estuda adquirir novos blocos petrolíferos, além dos 6 concedidos até 2006. A Petrobrás também deseja integrar um consórcio para explorar gás natural na região do Soyo. Está igualmente à disposição para cooperar com Sonangol na produção de biodiesel.
Um consórcio brasileiro (Odebrecht, ELETROBRÁS, Furnas e Engevix) deseja participar da contrução da Hidroelétrica de Baynes, no Rio Cunene. As empresas se dispõem a financiar o estudo de viabilidade.
A Odebrecht e a Sonangol, por sua vez, pretendem lançar, durante a visita, empresa mista que produzirá açúcar e etanol. O projeto prevê investimentos de US$200 milhões, com geração de 2 mil empregos diretos, num excelente exemplo de cooperação com repercussão social.

3. Como avalia o senhor Presidente as críticas ao projecto de uso e expansão do Etanol, de que o Brasil é o maior produtor mundial, como alternativa ao peso que tem o petróleo no consumo energético mundial?
Presidente Lula - Quero convidar Angola a juntar-se à revolução dos biocombustíveis. A experiência brasileira deixa claro o potencial do etanol como resposta ao desafio de compatibilizar proteção ambiental - pela redução na emissão de carbono - com segurança energética, ao democratizar o acesso a fontes alternativas e sustentáveis de energia. Ademais, apresenta grande potencial de geração de empregos e renda, sobretudo em regiões rurais deprimidas.
Evidentemente, a experiência do Brasil não é replicável de forma automática em todas as partes. É fundamental ter presente as condições locais de clima, de solo e de disponibilidade de água, por exemplo. O que não procede são acusações de que os biocombustíveis promovem degradação ambiental ou ameaçam a segurança alimentar do mundo. Com respeito a denúncias de que a cana de açúcar estimularia o desmatamento de floresta nativa, a verdade é que no Brasil a expansão dessa lavoura se dá sobretudo em pastagens previamente degradadas, com a vantagem de que ajuda a recuperá-las. Sendo assim não está deslocando a produção de alimentos. A fome no mundo não decorre da falta de alimentos - os quais existem com sobras - mas da falta de renda. Em tudo isso é preciso valorizar o papel do aprimoramento tecnológico como fator de ganho de produtividade na produção agrícola. O resultado final é que no Brasil estamos ampliando a produção de biocombustíveis ao mesmo tempo em que cresce a oferta de alimentos, inclusive para exportação. Sem falar que o ritmo de desflorestamento na Amazônia caiu em mais de 50% nos últimos três anos. Adicionalmente, estamos introduzindo mecanismo de certificação da produção e da comercialização de biocombistíveis, de forma a assegurar o respeito a padrões sociais e trabalhistas, além de ambientais.
4. Este seu périplo por África começa com a sua participação no segundo Fórum de Diálogo entre a Índia, Brasil e África do Sul. Isso representa uma mudança na política africana do Brasil?
Presidente Lula - Em realidade, comecei minha viagem por Burkina Faso e pela República do Congo. A prioridade para a África é um dos pilares da política externa de meu Governo. Basta recordar que esta é minha sétima viagem ao continente, onde já visitei 20

países. Aqui venho para promover a cooperação e aproximação com países de grande potencial econômico e com os quais o Brasil mantém fortes laços culturais, históricos e de sangue.
O Fórum do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) também almeja reforçar a cooperação Sul-Sul. Esse mecanismo promove uma maior e mais estreita concertação entre três economias emergentes e democráticas da África, América Latina e Ásia. Pensamos ser esse o ponto de partida para os países do Sul começarem a coordenar-se para responder a uma ordem internacional desigual, incapaz de resolver os problemas do desenvolvimento e da segurança coletiva.
O IBAS é, portanto, núcleo de um processo de crescente engajamento dos países do Sul nas deliberações dos grandes temas da agenda internacional. Num mundo globalizado e interdependente, países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, são os mais vulneráveis ao impacto, por exemplo, das mudanças climáticas. Cada vez mais, os interesses de nossos países, sobretudo em temas ambientais, de finanças e de comércio, estão sujeitos a processos decisórios multilaterais ou globais fora de nosso controle.
É fundamental que os 54 países da África sejam ouvidos sobre como responder a desafios que vão desde o aquecimento global até a liberalização eqüitativa do comércio internacional. Por meio da presença da África do Sul no IBAS, queremos estimular todo o continente africano a participar da coordenação de posições Sul-Sul sobre temas prioritários da agenda internacional. Aliás, isto já está ocorrendo com o convite aos três integrantes do IBAS para integrarem o G-8 Ampliado.

5. Que balanço faz da situação do povo brasileiro no primeiro ano do seu segundo mandato como Presidente do Brasil? Em particular, que resultados concretos tiveram as medidas de combate à pobreza encetadas pelo seu Governo?
Presidente Lula - Meu primeiro mandato foi dedicado à consolidação das condições para o país crescer de forma robusta com estabilidade macroeconômica, ao mesmo tempo em que se reduziam as desigualdades sociais e regionais. Como resultado, o país ingressou em ciclo virtuoso de crescimento centrado na expansão do mercado interno, distribuição de renda e sem restrições externas, já que as reservas, de US$ 160 bilhões, são hoje superiores à dívida externa. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

estão sendo eliminados os gargalos de infra-estrutura e entraves institucionais que vinham retardando a retomada do crescimento acelerado. Somente no PAC serão investidos US$ 259 bilhões até 2010.
Como resultado, apenas nos primeiros 5 meses deste ano, foram criados 1 milhão de empregos formais, isto é, com plenas garantias trabalhistas e previdenciárias. Ao mesmo, estamos adotando ações efetivas para a redução das desigualdades sociais, através de programas voltados para a criação de condições mínimas de cidadania para todos. O Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do mundo, atende as 11 milhões de famílias carentes. Ajuda essas famílias mais pobres e, ao mesmo tempo, exige, em contrapartida, que essas famílias enviem suas crianças à escola. No entendimento de que educação é o melhor garante de inclusão social no futuro, criou-se o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a instituição do Programa de Desenvolvimento da Educação. Já na esfera universitária, o governo dá suporte financeiro aos jovens da periferia para que possam freqüentar a universidade, e que já atendeu 370 mil jovens em três anos. Temos ainda o compromisso de criar uma escola técnica profissional federal em cada cidade pobre, ou seja, criar universidades federais em todas as cidades importantes do país."

EXTERIORES

JSPS/JSPS

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 15/07/2003 (MMM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/C/ABC/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-ANGO
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Visita
presidencial. Proposta de
programa.
//

Nr. 00456

RESUMO=
Transcrevo a proposta de programa da visita presidencial e faço observações.

Em reunião ocorrida ontem, dia 14, na sede do Protocolo de Estado, a que compareci, foi acertada a seguinte proposta de programa da visita a Angola do Senhor Presidente da República, que submeto à consideração de Vossa Excelência:

DIA 10 DE AGOSTO DE 2003.
(DOMINGO)

19.15 HORAS - ATERRISSAGEM DA AERONAVE PRESIDENCIAL NO AEROPORTO INTERNACIONAL "4 DE FEVEREIRO", EM LUANDA (1).

- PARTIDA EM CORTEJO AUTOMÓVEL PARA O COMPLEXO HOTELEIRO DA ENDIAMA, AO MIRAMAR (2) .

- ALOJAMENTO NA RESIDÊNCIA Nº 1.

- JANTAR PRIVADO.

DIA 11 DE AGOSTO DE 2003.
(SEGUNDA-FEIRA)

08.00 HORAS - CAFÉ-DA-MANHÃ EM PRIVADO

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

09.00 HORAS - PARTIDA PARA O PALÁCIO PRESIDENCIAL
- CHEGADA AO PALÁCIO PRESIDENCIAL
- HONRAS MILITARES
- PASSAGEM EM REVISTA ÀS TROPAS, EM PARADA

09.15 HORAS - SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DAS CONVERSAÇÕES OFICIAIS (DISCURSOS)

09.25 HORAS - ENCONTRO PRIVADO ENTRE OS DOIS CHEFES DE ESTADO

- CONVERSAÇÕES OFICIAIS ENTRE AS DELEGAÇÕES MINISTERIAIS
- ASSINATURAS DE ATOS E DO COMUNICADO CONJUNTO

11.00 HORAS - FIM DAS CONVERSAÇÕES OFICIAIS

11.15 HORAS - CHEGADA AO PALÁCIO DOS CONGRESSOS

11.20 HORAS - INÍCIO DA SESSÃO SOLENE ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL. DISCURSOS. (3)

12.00 HORAS - FIM DA SESSÃO

12.15 HORAS - INAUGURA O "ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-ANGOLA. COMÉRCIO E INVESTIMENTOS" (4)

12.45 HORAS - PARTIDA PARA A RESIDÊNCIA OFICIAL

13.00 HORAS - ALMOÇO PRIVADO

14.30 HORAS - SAÍDA DA RESIDÊNCIA OFICIAL

15.00 HORAS - VISITA AO PROJETO "ÁGUAS DE LUANDA" (5)

16.00 HORAS - FIM DA VISITA

16.30 HORAS - ENCONTRO COM O CORPO DIPLOMÁTICO, NO PALÁCIO DOS CONGRESSOS (6)

16.45 HORAS - ENCONTRO COM RELIGIOSOS BRASILEIROS, NO PALÁCIO DOS CONGRESSOS (7)

17.00 HORAS - ENCONTRO COM A COMUNIDADE BRASILEIRA, NO PALÁCIO DOS CONGRESSOS (8)

17.45 HORAS - FIM DO ENCONTRO

- REGRESSO À RESIDÊNCIA OFICIAL

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

19.15 HORAS - SAÍDA DA RESIDÊNCIA OFICIAL PARA O PALÁCIO PRESIDENCIAL

19.30 HORAS - JANTAR OFICIAL A SER OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E SUA COMITIVA (9)

- FIM DO JANTAR
- REGRESSO À RESIDÊNCIA OFICIAL

DIA 12 DE AGOSTO DE 2003
(TERÇA-FEIRA)

08.00 HORAS - CAFÉ-DA-MANHÃ COM MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS BRASILEIROS EM ANGOLA, A REALIZAR-SE NA EMBAIXADA DO BRASIL (10)

09.15 HORAS - SAÍDA DA RESIDÊNCIA OFICIAL

09.30 HORAS - VISITA AO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CAZENGA

10.30 HORAS - FIM DA VISITA

11.00 HORAS - INAUGURAÇÃO DO NÚCLEO PROVISÓRIO DA CASA DA CULTURA BRASIL-ANGOLA (11)

11.50 HORAS - FIM DA VISITA

12.00 HORAS - INAUGURA O FÓRUM DE AÇÃO SOCIAL. HOTEL PRESIDENTE MÉRIDIEN.

12.45 HORAS - REGRESSO À RESIDÊNCIA OFICIAL

13.00 HORAS - ALMOÇO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA (12)

15.30 HORAS - SAÍDA PARA O AEROPORTO (13)

- CHEGADA AO AEROPORTO
- BREVES DECLARAÇÕES À IMPRENSA
- HONRAS MILITARES
- PASSAGEM EM REVISTA ÀS TROPAS, EM PARADA
- DESPEDIDAS OFICIAIS

16.00 HORAS - PARTIDA DA AERONAVE PRESIDENCIAL DE

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

REGRESSO AO BRASIL

Observações:

1 - O Senhor Presidente da República será recebido por alta autoridade do Governo angolano, possivelmente o Primeiro-Ministro, ou o Ministro das Relações Exteriores. As honras militares serão prestadas na manhã do dia seguinte, no Palácio Presidencial da Cidade Alta.

2 - O complexo da Endiama (Companhia Estatal de Diamantes) é a "Guest House" do Governo angolano para Chefes de Estado estrangeiros. É situada a menos de dois minutos de automóvel desta Embaixada. Quando não há hospedes oficiais, sua ampla área de recepção e jardins funciona também como casa de festas particulares, do Governo, e outros eventos.

3 - Prevê-se que esta seria a ocasião para que o Senhor Presidente da República faça o discurso mais importante de sua visita a Angola.

4 - O local será o auditório do Hotel Presidente Meridien.

5 - O projeto "Águas de Luanda", executado pela construtora Norberto Odebrecht, é um dos maiores empreendimentos de engenharia civil de Angola. A central a ser visitada já está pronta e é responsável pelo abastecimento, com água tratada, de cerca de um milhão de habitantes da capital angolana. Trata-se de obra importante, uma das maiores, senão a maior, realização de alcance social do Governo.

6 - Encontro proposto pelo Governo angolano.

7 - Proposta nossa, para atender solicitação de uma delegação de missionários católicos brasileiros, que me visitou expressamente para esse fim. Tanto este como o encontro anterior realizar-se-ão em salas de comissões da Assembléia Nacional (Palácio dos Congressos).

8 - Por proposta do Governo angolano, o encontro com a comunidade brasileira se realizará no amplo pátio situado nos fundos do Palácio dos Congressos. No ano retrasado, foi nesse local que o Governo realizou a recepção de gala comemorativa da Data Nacional angolana.
Pretendo convocar os brasileiros residentes em Angola através de anúncios a serem publicados no Jornal de Angola, o único diário do país. Por telegrama à parte, estou solicitando os recursos necessários.

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

9 - O traje desse jantar de gala será passeio completo.

10 - Os membros da Associação dos Empresários Brasileiros de Angola, que congrega apenas os residentes no país, são cerca de 50.

11 - Segundo me foi comunicado pelo Chefe da delegação angolana, Dr. Pedro Saraiva, não será possível lançar agora a pedra fundamental da Casa de Cultura definitiva, a ser doada e restaurada pelo Governo angolano. O motivo alegado foi o fato de que a despesa não figura no orçamento do Estado para este ano. Na realidade, eu já previa que não haveria tempo hábil para que o evento se realizasse, principalmente em função das numerosas famílias que teriam que ser despejadas do antigo Hotel de Luanda, o imóvel designado pelo Governo angolano para abrigar a futura Casa de Cultura Brasil-Angola.

12 - De acordo com cálculos iniciais, os representantes mais significativos da sociedade civil angolana somariam entre 50 e 90 pessoas, incluindo os cônjuges. Tudo dependeria da dimensão que se quisesse dar ao evento. Existiriam duas alternativas de local:
- no próprio Complexo da Endiama, cujos preços são bastante elevados, pois variam de 175 a 200 dólares por pessoa;
- na Casa 70, churrascaria rodízio (com carne brasileira), que cobraria cerca de 100 dólares por pessoa (o estabelecimento funciona também como conceituada casa de espetáculos, onde costumam exibir-se alguns dos mais importantes artistas brasileiros).
Ambos os locais são suficientemente amplos para abrigar um almoço ainda maior, como seria o caso, por exemplo, de decidir-se convidar, ademais dos angolanos e da comitiva presidencial, os empresários que acompanharão o Senhor Presidente da República.

13 - Caso o Senhor Presidente da República decidisse ficar mais uma noite em Luanda, regressando ao Brasil no dia 13 de manhã, haveria tempo para realizar, depois do almoço, uma visita à hidrelétrica de Capanda, a maior obra de engenharia civil de Angola, construída no rio Kuanza, na província de Malange, pela Construtora Norberto Odebrecht. Seus duzentos empregados brasileiros não poderão vir a Luanda e têm manifestado o desejo de encontraram-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A viagem de avião leva cerca de uma hora e a pista de Capanda tem balizador noturno e capacidade para receber aeronaves do tipo Boeing 737.

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 15/07/2003 09:42:31 N.°: 00456
CARAT=Reservado

Jorge d`Escragnolle Taunay Filho, Embaixador.

JETF

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 22/09/2003 11:37:37 N.°: 00587
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 22/09/2003 (MMM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/ABC/DCE/DOC/DCTEC
DESCR=GVIO
REF/ADIT=CIT 47161
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Visita
presidencial. Processo
preparatório. Programa e
pendências.
//

Nr. 00587

RESUMO=
Envio versão atualizada do programa de visita, comento e peço providências.

Refcirctel 47161/542. A título de ponto de partida, transcrevo abaixo adaptação tentativa às novas datas, da última versão do programa da visita presidencial a Angola:

"2 DE NOVEMBRO DOMINGO.

19h15 - Chegada a Luanda
Local: Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro"

O Senhor Presidente da República será recebido por alta autoridade do Governo angolano, possivelmente o Primeiro-Ministro ou Ministro das Relações Exteriores.

- Instalação no Complexo Hoteleiro da Endiama

- Instalação de membros da comitiva no Hotel Tropico

3 DE NOVEMBRO, SEGUNDA-FEIRA

09h00 - Cerimônia oficial de chegada
Local: Palácio Presidencial

- Honras militares
- Passagem em revista às tropas

09h15 - Abertura das conversações bilaterais
Local: Palácio Presidencial

Os Presidentes pronunciarão breves palavras de saudação.

09h25 - Reunião privada
Local: Palácio Presidencial

09h25 - Reunião ministerial
Local: Palácio Presidencial

- Assinatura de Atos

11h00 - Deslocamento do Palácio Presidencial para a Assembléia Nacional

11h15 - Sessão Solene na Assembléia Nacional
DISCURSO
Discurso do Presidente da República (25 minutos)

12h00 - Inauguração do "Encontro Empresarial Brasil-Angola: Comércio e Investimentos"
SAUDAÇÃO
Local: Palácio dos Congressos

13h00 - Audiência a integrantes da Associação de Empresários Brasileiros
Local: Palácio dos Congressos ou Endiama.

Entre 12h15 e 16h30, agenda paralela dos membros da Comitiva Oficial

13h30 - Almoço privado

15h00 - Visita ao Projeto de Águas (da Odebrecht, 30 minutos de deslocamento)

15h45 - Visita ao Centro Ortopédico de Viana.

17h00 - Encontro com lideranças da comunidade brasileira
Local: Complexo Hoteleiro da Endiama

19h30 - Jantar oficial oferecido pelo Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 22/09/2003 11:37:37 N.°: 00587
CARAT=Reservado

Local: Palácio da Cidade Alta
Traje: Passeio completo

4 DE NOVEMBRO, TERÇA-FEIRA

09h30 - Visita ao Centro de Formação Profissional do Cazenga

11h00 - Inauguração da Casa de Cultura Brasil-Angola e do Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo

SAUDAÇÃO

- Abertura da exposição "Artesanato brasileiro"

14h00 - Partida para Brasília
Local: Aeroporto Internacional "4 de fevereiro"

Breves declarações à imprensa

Honras militares
Passagem em revista às tropas

18h25 - Chegada a Brasília
Local: Base Aérea de Brasília".

2. Conversei hoje com o Embaixador Florêncio de Almeida, Diretor de Cooperação Bilateral da chancelaria local, que me cobrou uma reação brasileira às contrapropostas angolanas aos acordos a serem celebrados por ocasião da visita presidencial.
3. Aquele diplomata informou-me ainda de que está sendo preparada missão ao Brasil de técnicos, entre outras, da área da justiça, para examinar eventuais instrumentos de cooperação a serem assinados.
4. Consultou-me também sobre as datas para a realização, em Brasília, da reunião da Comissão Mista, que seria marcada por nós para a segunda semana do mês de outubro próximo (desptel 350).
5. Com relação à programação paralela dos integrantes da Comitiva Oficial do Sr. Presidente da República, estimaria conhecer, com a maior antecedência possível, quais as autoridades locais a serem contatadas por cada um, de modo a habilitar-me a efetuar a tempo as gestões necessárias. Lembro a propósito que, para a marcação de quaisquer audiências no nível de Ministros de Estado e Vice-Ministros, exige-se a formalização do pedido através de nota.

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 22/09/2003 11:37:37 N.°: 00587
CARAT=Reservado

Jorge d`Escragnolle Taunay Filho, Embaixador.

JETF

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 12/06/2007 13:14:59 N.°: 00601
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 12/06/2007 (CLBS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DNU/DAF II/DAM I/CGAFRAS
DESCR=PEXT-CHIL-ANGO
RTM=CHIBREM,ONUBRMS
REF/ADIT=CIT 64099, TEL 495
CATEG=MG

//
Chile-Angola. ZOPACAS. Apoio à
visita de delegação da
Chancelaria chilena.
Dificuldades de hospedagem.
//

Nr. 00601

RESUMO=
Informo e rogo instruções. Há dificuldades de encontrar alojamento para a missão chilena em virtude da realização de encontro da ZOPACAS. Diplomata angolana consulta se o Brasil poderia abrir mão de alguns quartos em favor de chilenos.

Retransmissão automática para BRASEMB SANTIAGO e DELBRASONU

À atenção do Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores e do Senhor Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama.

Por nota verbal datada de 4/6, o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Angola informou que estaria disposto a receber a delegação chilena nos dias 19 e 20 de junho corrente. Não confirmou ainda, contudo, o agendamento dos encontros solicitados.

2. Hoje, a Ministra Balbina Dias da Silva, Diretora da Direção América do MIREX, em contato telefônico com diplomata desta Embaixada, informou que, em virtude da realização da VI Reunião Ministerial da ZOPACAS, nos próximos dias 18 e 19, todos os quartos dos principais hotéis da cidade estavam bloqueados para os participantes do evento e que, por isso, estava tendo dificuldade para obter alojamento para a

delegação chilena. Segundo a Ministra, havia solicitado ao Embaixador Virgílio Faria, Diretor da Direção de Organismo Internacionais do MIREX, unidade responsável pela organização do encontro da ZOPACAS, a cessão de alguns quartos para os chilenos, mas ainda não havia obtido resposta positiva. A Ministra sugeriu que, caso o Brasil não tivesse necessidade de ocupar todos os quartos reservados para sua delegação, os restantes poderiam ser alocados aos chilenos.

3. A fim de contribuir para a definição das necessidades de hospedagem da delegação brasileira, informo a seguir as alternativas disponíveis no momento:

A) Um chalé de três quartos junto ao Centro de Convenções de Talatona, oferecido pelo Governo angolano, para o Chefe da Delegação e, segundo a conveniência deste, outros dois assessores.

B) Uma casa de quatro quartos, oferecida pela construtora Odebrecht Angola, no condomínio Atlântico Sul, perto do Centro de Convenções de Talatona.

C) Uma suíte com uma cama e um quarto com duas camas e banheiro adjacente na Residência da Embaixada.

D) Quartos reservados pelo Governo angolano nos principais hotéis do centro da cidade.

4. Lembro a Vossa Excelência que os delegados que se hospedarem no centro da cidade, isto é, na Embaixada ou nos hotéis, terão de deslocar-se ao Centro de Convenções de Talatona, em percurso que, em condições normais, não é feito em menos de uma hora.

5.Face ao exposto, muito agradeceria, com a urgência possível, as instruções de Vossa Excelência acerca das necessidades de hospedagem da Delegação brasileira à VI Reunião Ministerial da ZOPACAS.

6.Muito agradeceria, ademais, confirmar se estou autorizado a abrir mão de quartos reservados à delegação brasileira nos hotéis da cidade em favor da missão chilena, que necessita de quatro aposentos.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 12/06/2007 13:14:59 N.°: 00601
CARAT=Reservado

DNL

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 02/07/2007 09:02:11 N.°: 00667
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 02/07/2007 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAEX/SARQ/DPLP/CJ/DOC/DAF II
DESCR=AEFI-KDAC-ANGO
REF/ADIT=TEL 326, TEL 458, TEL 477
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Casa da Cultu-
ra/CEB Luanda. Restauração do
"Grande Hotel Luanda". Termo
de Entrega e Protocolo com a
FESA. Parecer Jurídico.
//

Nr. 00667

À atenção do Senhor Diretor do Departamento Cultural e do Senhor Diretor do Departamento de Administração

Aditels 326, 458, 477 e 539. Informo e peço providências. O Arquiteto Luiz Alberto Grosso, Representante em Angola da "Willer Arquitetos", empresa responsável pelo projeto de restauração do "Grande Hotel Luanda", imóvel que, após extensas obras, deverá ser a sede da Casa da Cultura do Brasil em Angola e CEB Luanda, fez, na última sexta-feira, 29/06, apresentação em "power point" do referido projeto na Embaixada.

2.Convidei para a apresentação o Doutor Calenoário do Carmo Filho, Presidente da AEBRAN (Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola). A AEBRAN tem particular interesse no projeto, pois mantém uma sala de apoio a seu secretariado no CEB Luanda, onde também realiza as reuniões de trabalho de seus associados. A intenção da Associação seria a de manter situação semelhante no novo edifício da Casa da Cultura.

3.O Arquiteto Grosso anunciou estarem finalizados os projetos executivos para a restauração do imóvel, montados os cadernos de encargos e elaboradas as cartas-convite pelas quais umas poucas empresas serão convidadas a participar de concurso (uma licitação fechada). Confirmou que, no projeto, está incluída a colocação das luminárias e sistema central de

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 02/07/2007 09:02:11 N.°: 00667
CARAT=Reservado

ar condicionado de todo o edifício bem como o "apetrechamento" do Auditório (poltronas, equipamento de cenotecnia, som e iluminação).

4.Avaliou o custo de execução da obra em 4, 5 milhões de dólares. A FESA aparece, em toda a documentação, como a dona da obra. O Arquiteto Grosso acredita que o prazo de um ano seja suficiente para a conclusão das obras.

5.O Embaixador Ismael Diogo da Silva, Presidente da FESA, instruiu a Willer Arquitetos a convidar apenas cinco empresas a participarem do concurso, das quais a única brasileira seria a Odebrecht. Além desta, estariam incluídas a Golden Next, da China, e três empresas portuguesas: Mota Engil, Somagne e Soares da Costa.

6.O Presidente da AEBRAN pediu ao Arquiteto Grosso que transmitisse ao Presidente da FESA o parecer daquela Associação de que seria interessante que as empresas brasileiras estivessem envolvidas no projeto da Casa da Cultura do Brasil em Angola desde a sua execução. Nesse sentido, sugeriu que se contemplasse a possibilidade de participação de maior número de empresas brasileiras no concurso.

7.Há cláusula, no edital do concurso, que estipula que, ao dono da obra, se reserva o direito a escolher a proposta que considerar tecnica e financeiramente mais favorável. Tal cláusula evita que seja obrigatoriamente adotada a proposta com menor custo.

8.Estará sendo dado às empresas prazo de 45 dias para apresentarem suas propostas. Na abertura das propostas, estarão presentes apenas as empresas concorrentes.

9.À medida em que avançam os preparativos para a restauração do "Grande Hotel Luanda", a questão da doação do imóvel ao Governo brasileiro deverá despertar grande interesse. Poderão surgir ainda pressões para que o Governo angolano dê outra destinação ao imóvel. Seria, portanto, muito oportuna uma definição da posição brasileira em relação ao assunto.

10.Em vista do que precede, muito agradeceria receber, com a possível brevidade, as instruções de Vossa Excelência sobre os documentos propostos pelo Governo da Província de Luanda e pelos advogados contratados pela Embaixada, a saber: Termo de Entrega e Protocolo com a FESA.

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 02/07/2007 09:02:11 N.°: 00667
CARAT=Reservado

11.Lembro que pelo FAX 033, de 25.04.07, foram encaminhados à SERE o novo projeto de "Termo de Entrega" e o projeto de Protocolo entre o Governo brasileiro e a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), e pelo FAX 041, de 17.05.07, foram encaminhados os pareceres preparados pelo Escritório de Advocacia do Doutor Carlos Burity, um datado de 16 de maio último, e outro, datado de 20 de março de 2007, sobre a questão da transferência da posse do imóvel ao Governo brasileiro.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador

MLSV

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 21/11/2005 19:12:00 N.°: 00779
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 21/11/2005 (SEM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/AIG/DSF/DOC
DESCR=PEXT-IMPR
REF/ADIT=TEL 763, TEL 766, FAX 126
CATEG=MO

//
Brasil-Angola. Corrupção.
Denúncias da imprensa
brasileira contra autoridades
angolanas. Repercussão na
imprensa angolana.
//

Nr. 00779

RESUMO=
Os semanários angolanos de oposição utilizam as acusações a autoridades locais que apareceram na imprensa brasileira para criticar o Governo e para ilações diversas.

À atenção imediata do Senhor SGAP II

Aditels 763 e 766 e FAX 126, de 17.11.05. No último fim de semana, circularam os cinco semanários da Capital, geralmente críticos ao Governo, que utilizaram as acusações a políticos angolanos, veiculadas na imprensa brasileira, para fazer novas críticas ao Governo local e ilações sobre os acontecimentos.
2.O "Semanário Angolense" anuncia, em sua primeira página, que o "Brasil tenta internacionalizar o seu mensalão", e, na página 26, apresenta matéria intitulada "Implicação angolana no mensalão persegue objectivos tácticos da política interna brasileira", na qual afirma "que o principal objectivo dessas denúncias teria sido o de desanuviar as pressões que neste momento se abatem sobre proeminentes membros do Governo e até o staff do Presidente." Acrescenta que "a táctica utilizada terá sido a de implicar governos e empresários estrangeiros (o governo cubano também é implicado...)".
3.Na página seguinte, em matéria intitulada "A sofrível actuação dos serviços de imprensa do MINFIN", o Semanário

critica o teor da Nota oficial transmitida pelo FAX de referência, considerando-a "mais uma trapalhada daquelas em que nossos dignatários incorrem..." Acusa o Diretor do Centro de Documentação e Informação (DCI) do Ministério das Finanças, Bastos de Almeida, signatário da Nota em apreço, de ser "o primeiro a falar em comissões", ao ter informado jornalista brasileiro de que "os dignatários angolanos estão autorizados a reter 15 por cento do valor dos contratos que concretizam."

4.O "Angolense", um semanário diverso do anterior, traz, em sua primeira página, a chamada "Tsunami Marcos Valério afunda governantes angolenses" e, nas páginas 6 e 7, apresenta quatro matérias relativas ao assunto. Na primeira, intitulada "O silêncio institucional", o jornal diz que "o Governo angolano ainda não reagiu e seguramente não o fará". Além de citar as denúncias contra o Ministro das Finanças e o Governador do Banco Nacional, afirma que "outras figuras parecem igualmente envolvidas, nomeadamente Higino Carneiro, Ministro da Construção e Obras Públicas". Conclui que o "escândalo promete fazer verter muita tinta." A segunda, intitulada "Pedro de Morais e Amadeu Maurício arrastados no escândalo Marcos Valério", reproduz as denúncias apresentadas em "O Globo" e afirma que "o Angolense está colectando informação suplementar sobre este alegado envolvimento daquelas duas figuras da governação angolana com todo o esquema montado pelo empresário Valério..."

5.A terceira matéria do "Angolense", sob o título "Quem quer desalojar a equipe económica", especula, referindo-se à imprensa brasileira, que "o grande manancial de informações que são descarregadas ao público por uma mídia com fortes conexões com a economia americana ...pode pois, eventualmente, estar relacionado com a oposição angolana às regras que o Fundo Monetário Internacional procura impor a Angola." Segundo o jornal, "alvejar o Ministro Pedro de Morais...pode ser uma forma de desacreditar um país já marcado e muito conotado com a corrupção e atingir de morte uma equipa que, ao que tudo indica, tem sabido efectuar algumas reformas económicas vitais". Ao final, a matéria recorda que "ao tempo do Presidente Collor, uma investigação estava a ser realizada a Odebrecht (...) A investigação parou depois da morte do célebre P.C. Farias mas a verdade é que os negócios da Odebrecht não pararam de crescer em Angola."

6.A quarta matéria do "Angolense", após uma chamada sobre a "CPI dos Bingos", traz o seguinte título: "Higino Carneiro não mediatizado mas muito chegado a Colnaghi". Em termos muito imprecisos, faz insinuações sobre a eventual participação de empresários brasileiros e angolanos em negócios escusos.

7.O "Folha 8", ligado à UNITA, apresenta, em primeira

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 21/11/2005 19:12:00 N.°: 00779
CARAT=Reservado

página, foto do Ministro das Finanças com o Governador do Banco Nacional, com a seguinte manchete: "Comissões, desvios e regabofe: Savimbi tinha razão / estes tipos não mudam". Na página 2, além de novas fotos dos dois, aparece o Destaque: "Mais um roubo ou é tudo brincadeirinha de meninos ricos?", no qual se afirma que os dois citados "foram acusados de desviar fundos financeiros sujos, para paraísos fiscais, numa clara demonstração de não confiarem no sistema financeiro, que eles próprios dirigem." O jornal passa então a criticar, ponto por ponto, o conteúdo da Nota enviada pelo FAX de referência, reproduzindo também a matéria de Jailton de Carvalho, publicada no domingo, 13 de novembro, e dando destaque, na página 5, a diversos aspectos das denúncias apresentadas pela imprensa brasileira.

8.O Semanário "Agora" apresenta em primeira página, com fotos, a manchete: "Ministro das Finanças e Governador do BNA envolvidos em escândalo financeiro no Brasil", com a seguinte chamada: "As explicações dadas por José Pedro de Morais não convencem e no que toca a Amadeu Maurício há fortes suspeitas de ter fugido ao Fisco." Nas páginas 5 e 6, o jornal reproduz a matéria de Jailton de Carvalho, critica a Nota do Ministério das Finanças, e dá ênfase a supostas irregularidades fiscais do Governador do BNA, num quadro intitulado "Foi legal, senhor governador?"

9.O Semanário "A Capital", apresenta, na capa, a manchete "Os tentáculos angolanos do escândalo do mensalão / dinheiro escondido na cueca" e três matérias sobre o tema, nas páginas 15, 16 e 17, sob os títulos "O mensalinho angolano: José e Amadeu no país do cifronês", a respeito das denúncias, "Quando o público se confunde, claramente, com o privado: Muitas contradições para um só documento", a respeito da Nota de esclarecimento do Ministério das Finanças, e "Chama-se Higino Carneiro: Um gato escondido que deixou o rabo de fora", sobre as denúncias de possível envolvimento do Ministro das Obras Públicas. Não há novidades no teor das matérias, apenas tratamento ainda mais sensacionalista. O editorial, também sem novidades, se intitula "O mau exemplo de José Pedro de Morais", sobre as denúncias contra o Ministro das Finanças.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador

MLSV

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 06/10/2007 14:13:20 N.°: 01106
CARAT=Reservado

De Brasemb Luanda para Exteriores em 06/10/2007 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/DOC/DIM/DAC/COCIT
DESCR=ANGO-CVIS-XPRO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 603, TEL 1105
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Questões
migratórias. Comunidade
empresarial brasileira em
Angola. Reunião. Relato.
//

Nr. 01106

RESUMO=
Informo. Representantes da comunidade empresarial em Angola comprometeram-se a preparar documento que sintetize seus interesses em questões migratórias. Entendem que problemas migratórios diminuem a competitividade das empresas brasileiras no mercado angolano.

Aproveitei a reunião com líderes da comunidade empresarial brasileira em Angola, que convoquei para tratar da componente empresarial da próxima visita do Senhor Presidente da República, para também abordar os problemas migratórios enfrentados por brasileiros que vêm trabalhar neste país. Estavam presentes representantes da Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN) e das seguintes empresas: Petrobrás, Banco do Brasil, Companhia Vale do Rio Doce, Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão,

Andrade Gutierrez, Mello Júnior, MetroEuropa, EMSA (Empresa Sul-Americana de Montagens S.A.) e Climed (Clínica médica).

2. Dei aos presentes notícia da reunião havida entre os Senhores Diretor do DEAF e Chefe da DAF-II com o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Angola, nos termos do desptel de referência. Solicitei-lhes que expressassem suas impressões sobre o assunto e que as encaminhassem à AEBRAN para que esta pudesse consolidá-las em documento a ser submetido à Embaixada, com o objetivo de subsidiar a política do Governo brasileiro para o tema. Os empresários comprometeram-se a entregar-me o texto até o final da semana que ora inicia.

3. Resumo a seguir, entretanto, as informações que me foram adiantadas durante a reunião. De início, os empresários relataram inconsistência na concessão de vistos entre diferentes repartições consulares angolanas. O Consulado-Geral no Rio de Janeiro estaria emitindo vistos ordinários de 30 dias, de entrada única, que poderiam ser renovados duas vezes por 30 dias, o que perfaria a permanência máxima de 90 dias. A Embaixada em Brasília, por sua vez, estaria concedendo diretamente vistos ordinários de 90 dias, também com entrada única. A documentação necessária e o tempo de processamento também seriam variáveis, havendo maiores exigências e demora no Consulado-Geral do Rio de Janeiro, no qual se dá entrada no maior número de pedidos de visto.

4. Noto que é muito comum executivos e demais profissionais brasileiros atuarem em Angola com visto ordinário, enquanto aguardam o processamento de seus vistos de trabalho, que costuma levar mais de seis meses.

5. O representante da Odebrecht, Genésio Couto, informou que Angola concederia melhores condições a cidadãos chineses e estadunidenses. Os primeiros, se trabalhadores de projetos financiados pela China, poderiam permanecer em Angola simplesmente com seus documentos de identidade chineses. Aos cidadãos dos EUA seriam concedidos vistos ordinários de dois anos de validade, com múltiplas entradas, embora o empresário não soubesse o prazo de permanência a que esse visto daria direito.

6. O representante da AEBRAN, Alberto Esper, lembrou a participação do Ministro do Interior no seminário empresarial realizado em 2006 no âmbito da Semana Comemorativa da Independência do Brasil (cf. tel 893/2006). Destacou que, na ocasião, o Ministro havia-se disposto a discutir o assunto, mas havia também lamentado a resistência do lado brasileiro

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 06/10/2007 14:13:20 N.°: 01106
CARAT=Reservado

em facilitar a concessão de vistos para angolanos e a falta de reação pelo Brasil às suas propostas de realização de reunião bilateral de peritos para tratar do tema e de outras formas de cooperação na área de segurança pública (cf desptel 556 e tel 1051).

7. O Diretor da Petrobras, Hércules da Silva, mencionou que o Ministério da Justiça no Brasil teria que ser sensibilizado para os substanciais interesses econômicos do empresariado brasileiro em Angola, de forma a dar mais atenção aos pedidos de cooperação formulados pelo Ministério do Interior de Angola.

8. Esper relatou ainda que a AEBRAN chegara a negociar com êxito parceria com o Ministério do Interior no sentido de que a entidade passasse a encaminhar ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) os pedidos de visto de interesse de seus associados. A Associação zelaria para que os pedidos fossem bem documentados, poupando o tempo dos funcionários angolanos. Em contrapartida, o SME daria tratamento preferencial a esses processos. O acerto teria funcionado de início, enquanto a cúpula do Ministério do Interior estava atenta, mas, passado algum tempo, os burocratas do SME teriam resistido a dar-lhe seguimento. Há sempre a suposição de que as dificuldades são deliberadamente criadas para "a venda de facilidades".

9. O representante do Banco do Brasil, Márcio Jordão, comparou a situação dos brasileiros com a dos chineses. Ressaltou que as linhas de crédito brasileiras não deixavam nada a dever às concedidas pela China, nem em termos de volume nem em de velocidade de desembolso. Por isso, defendeu que os funcionários brasileiros de empresas contratadas mediante financiamento oficial brasileiro deveriam ter tratamento privilegiado na regularização de sua situação migratória em Angola. Sugeriu que, caso as autoridades angolanas argumentassem que faltaria ao Brasil oferecer reciprocidade de tratamento, os negociadores brasileiros poderiam apontar para o fato de que o Brasil já estava beneficiando Angola por meio da concessão dos próprios financiamentos.

10. O representante da MetroEuropa, Leandro Souza, ponderou a esse respeito que seria necessário estudar também qual é o tratamento dado pela China a pedidos de visto de cidadãos angolanos. Ressaltou que, caso, além dos vultosos financiamentos que concede, a China fosse mais liberal que o Brasil em sua política de vistos para angolanos, a estratégia de pedir facilidades migratórias em troca das linhas de

De: BRASEMB LUANDA Recebido em: 06/10/2007 14:13:20 N.°: 01106
CARAT=Reservado

crédito já concedidas não se sustentaria.

11.A representante da Climed e esposa do Presidente da AEBRAN, Arlete do Carmo, destacou a desproporção demográfica entre o Brasil e Angola, cujas populações são de cerca de 180 e 14 milhões de habitantes respectivamente, para defender que o Brasil adotasse política de vistos mais liberal para os cidadãos angolanos. Argumentou que são poucos os angolanos com recursos suficientes para comprar passagem aérea e opinou que, mesmo que uma parte da população angolana emigrasse para o Brasil, esse contigente não teria impacto social significativo.

12. Há empresas brasileiras de porte modesto ou médio, como a Climed e a Queiroz Galvão, às quais não interessa a vinculação de facilidades migratórias à atuação em projetos financiados pelas linhas de crédito brasileiras. A Queiroz Galvão desejaria poder contar com trabalhadores brasileiros em projetos que decorrem de seus próprios investimentos.

13. A Senhora Carmo observou ainda que o Brasil, por outro lado, teria muito a ganhar com maior liberdade de circulação entre os dois países. Destacou que Angola carecia de tecnologia e de recursos humanos e que o Brasil, por causa de seus laços históricos e culturais com este país, gozava de posição privilegiada para explorar esse mercado.

14. O representante da Queiroz Galvão, José Diniz, destacou a contradição da situação atual, em que empresas brasileiras são contratadas para prestar serviços ao Governo angolano, mas não têm condições de honrar seus contratos porque as próprias autoridades angolanas criam dificuldades para a permanência no país dos profissionais necessários.

15. O representante da Camargo Corrêa, Fernando Daghum, lamentou a truculência do SME e de outras autoridades angolanas no tratamento dado a trabalhadores estrangeiros em situação migratória irregular. Comentou que era difícil atrair para o trabalho em Angola brasileiros de boa qualificação profissional quando dificuldades migratórias os deixavam expostos a extorsões ou mesmo à prisão. Observou que essa dificuldade diminuía a competitividade das empresas brasileiras no mercado angolano. Outros empresários presentes manifestaram-se no mesmo sentido.

16. Daghum acrescentou que a Lei de Estrangeiros ainda poderá sofrer alterações antes de entrar em vigor no início de novembro próximo.

17. Transmitirei a Vossa Excelência o documento a ser preparado pela AEBRAN tão logo me seja entregue.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador

DNL

De: BRASEMB MADRI Recebido em: 24/10/2003 16:40:54 N.°: 00928
CARAT=Reservado

De Brasemb Madri para Exteriores em 24/10/2003 (PP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOP II/DOC/DNU/DE I
DESCR=PEXT-ESPA-IRAQ
REF/ADIT=DET 650
CATEG=MG

//
Iraque. Conferência de
doadores. Papel do setor
privado na reconstrução.
Relato.
//

Nr. 00928

RESUMO=
Informa sobre realização da conferência sobre o papel do setor privado na reconstrução do Iraque e contatos da delegação brasileira com autoridades do Governo provisório iraquiano.

Informo. Realizou-se ontem, 23/10, em paralelo ao primeiro dia de trabalhos da Conferência de Doadores para a Reconstrução do Iraque, conferência específica sobre o papel do setor privado na reconstrução do país, organizada pelo Ministério de Economia da Espanha e pelo Instituto Espanhol de Comércio Exterior (ICEX). Designei o chefe do SECOM para acompanhar o encontro e prestar apoio à delegação brasileira, chefiada pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Marcio Fortes, com a participação do Diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (ABIEC), Antonio Jorge Camardelli e dos Senhores Mauricio Neves e Ivan Salustino, representantes da empresa Odebrecht residentes em Bagdá desde maio último.

2. A conferência, realizada no Recinto de Feiras de Madri (localizado a 500 metros do local da Conferência de Doadores), e aberta pelo Vice-presidente e Ministro de Economia da Espanha, Rodrigo Rato, teve um predomínio da vertente informativa, na qual as autoridades do Conselho Nacional iraquiano e os ministros indicados por ele contaram

com espaços generosos - e nem sempre bem aproveitados - para apresentar aos cerca de 330 empresários presentes (de 47 países) uma radiografia da situação do país, das necessidades mais prementes na área de infra-estrutura e das oportunidades de investimentos e negócios delas resultantes. No que diz respeito às oportunidades existentes, deixaram claro haver amplos espaços para a participação privada na economia do país, ainda que tenham ressaltado que será mantido o controle estatal na exploração do petróleo. Além disso, o encontro permitiu aos empresários a possibilidade de contatos diretos com as atuais autoridades iraquianas, uma vez que as conferências em Madri contaram com a participação do Presidente rotativo do Conselho de Governo para o mês de outubro, Ayad Allawi, de vários de seus 25 integrantes (nomeados pela autoridade provisória da coalizão, CPA, na sigla em inglês) e dos principais Ministros. Tal grupo, ainda que esteja longe de constituir uma força coesa, apresenta entre seus integrantes alternativas de interlocução no âmbito empresarial às forças de ocupação e, sobretudo, uma expectativa futura de poder no país .

3 Após a abertura, foram realizados painéis sobre o ambiente econômico e financeiro do país, e também sobre oportunidades de negócios e o ambiente político, a cargo dos Ministros e de integrantes do Conselho iraquiano. As autoridades iraquianas limitaram suas intervenções, em geral, a aspectos genéricos, evitando aprofundar questões cruciais como a da dívida externa do país. O Ministro do Planejamento, Mahdi Al-Hafidh, assinalou como linhas básicas a serem seguidas pelo país a abertura comercial, o desenvolvimento do setor privado, a integração à economia internacional, a transparência do setor público e a construção de uma rede de apoio e atendimento aos segmentos mais pobres da população iraquiana. O presidente do Banco Central, Sinan Mohammed Rida al-Shabibi, anunciou que seis bancos estrangeiros receberão uma licença para operar no Iraque durante os próximos cinco anos, e que duas dessas licenças serão concedidas com uma tramitação mais rápida, de modo a que a presença dos bancos ajude no início do restabelecimento de condições mínimas para as operações comerciais e de investimentos no país. Al-Shabibi buscou ressaltar que a tarefa de reconstrução não está limitada somente à infra-estrutura, e que são indispensáveis o restabelecimento de mecanismos básicos de funcionamento da economia e a capacitação de pessoal nas áreas econômica e financeira, elementos sem os quais a normalização da atividade econômica estaria comprometida.

4. O presidente do BC iraquiano referiu-se ainda, de maneira superficial, à questão da dívida externa herdada do

regime de Saddam Hussein, desde já tema de debate na comunidade financeira internacional e objeto de estimativas que oscilam enormemente, ao sabor dos pontos de partida, dos critérios utilizados e dos interesses envolvidos. Ainda que as autoridades iraquianas estejam se preparando para renegociar no próximo ano uma dívida estimada em US$ 120 bilhões, se agregadas a essa cifra todas as demais obrigações externas (entre elas pagamentos e contratos pendentes, além de compensações por danos) o total subiria para um valor que se estima variar entre US$ 350 bilhões e US$ 500 bilhões. Entre os países cujas empresas mantinham relações com o regime de Saddam Hussein e que dependem de uma definição a respeito de várias pendências comerciais, são constantemente mencionados a França, a Rússia, a Alemanha e a China. Também ocupam papel relevante nessa questão os países árabes que concederam empréstimos ao Iraque durante a guerra com o Irã. Por ocasião de sua intervenção em Madri, Al-Shabibi indicou como saídas para o problema o perdão e o "swap" de parte da dívida, além da renegociação com vistas à reestruturação de outra parte - sem entrar em detalhes específicos, dado o caráter sensível de temas como o perdão de dívidas para a comunidade financeira e, no caso específico, os países e instituições credoras envolvidas.

5. O Ministro de Finanças, Kamil Mibder Al-Kaylani, apresentou dados relativos ao orçamento público para 2004 (anunciado no dia 13 do corrente), que prevê um déficit de US$ 600 milhões, com receita prevista de US$ 12,8 bilhões (US$ 12 bilhões dos quais relativos à exportação de petróleo) e despesas de US$ 13,4 bilhões, dos quais estão previstos US$ 5,4 bilhões para a área social. Al-Kaylani sublinhou que o déficit previsto para 2004 seria bastante inferior ao do ano 2000, da ordem de US$ 3 bilhões, e obedece às necessidades de reestruturação do Estado iraquiano.

6. A exposição mais proveitosa a respeito de investimentos no Iraque coube ao Professor de Direito Majid Hamid Al Anbaki, que comentou a Ordem nº 39 da CPA, já vigente e responsável por dar a cobertura a investimentos externos e autorizar a remessa de recursos para fora do país. Por sua vez, o Ministro de Comércio, Ali Allawi, enfatizou que os investidores estrangeiros podem associar-se a grupos e empresários locais como forma de, ao mesmo tempo, aproveitar o conhecimento destes sobre as muitas peculiaridades do mercado iraquiano e contribuir para a reestruturação e fortalecimento do empresariado do país, cuja sobrevivência no passado costumava estar estreitamente ligada aos vínculos com as principais figuras do regime. De acordo com comentários de atores privados estrangeiros presentes à conferência e

atualmente estabelecidos em Bagdá, os potenciais sócios locais estão, em sua grande maioria, descapitalizados, fato demonstrado durante à tarde pela escassa presença de empresários (apenas dois) do Iraque na frustrada rodada de negócios prevista na programação. Da rodada vale mencionar a circulação de um documento de uma página do Ministério da Indústria do Iraque, contendo uma lista de 18 empresas estatais de diferentes setores (laticínios, cigarros, processamento de açúcar, de baterias, alumínio, pneus, vidro e cerâmica, farmacêutico, entre outras) cujo arrendamento a investidores está previsto, possivelmente como etapa que antecederia a sua privatização.

7. A exposição de encerramento, relativa ao ambiente político iraquiano, coube a Adel Abdul Mehdi, membro do Conselho de Governo. Além das referências à pesada herança recebida do regime anterior e ao resultado de três guerras e mais de dez anos de embargo, e ainda sem mencionar datas precisas, Mehdi manifestou a expectativa de que "em poucos meses" possa ser aprovada a Constituição e que um Governo democrático possa ser escolhido ainda em 2004. Em resposta a uma pergunta da platéia sobre as reflexões em curso a respeito do formato de Estado a ser escolhido, Mehdi afirmou que a posição predominante no Iraque hoje é contrária a um sistema centralizado, e indicou que a tendência atual no Conselho é favorável ao estabelecimento de um Estado federal.

8. Além dos painéis, foram organizadas exposições setoriais a cargo de Ministros iraquianos nas seguintes áreas: serviços financeiros, infra-estrutura (setor elétrico, habitação, telefonia, água e saneamento), comércio, agricultura, petróleo e saúde. A delegação brasileira realizou diversos contatos com autoridades ministeriais iraquianas com vistas à identificação de oportunidades de negócios para empresas brasileiras nas áreas de bens e de serviços. Entre os contatos mantidos, cabe destacar conversas com o Presidente rotativo do Conselho, Ayad Allawi, com os Ministros de Fazenda, Agricultura e Comércio. Enquanto o Presidente Allawi solicitou a presença no Iraque do Banco do Brasil, o Ministro da Fazenda mostrou interesse em conhecer planos do Governo brasileiro para a retomada do funcionamento da Embaixada em Bagdá. Os contatos foram facilitados pelo bom nível de conhecimento dos representantes da Odebrecht entre as autoridades da delegação iraquiana e pelo estreito relacionamento bilateral no âmbito econômico mantido sobretudo na década de 80, e ainda lembrado por vários dos interlocutores iraquianos.

9. Peço dar conhecimento ao MDIC

De: BRASEMB MADRI Recebido em: 24/10/2003 16:40:54 N.°: 00928
CARAT=Reservado

OSMAR CHOHFI, Embaixador

JSPS

Para: BRASEMB MADRI Expedido em: 22/10/2003 11:38:59 N.°: 00650
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb Madri
Em 22/10/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOP II/DOC/DNU
DESCR=PEXT-IRAQ
REF/ADIT=DET 641
CATEG=MG

//
Conferência sobre o Papel do
Setor Privado no
Desenvolvimento do Novo
Iraque.
//

Nr. 00650

O Ministro da Economia da Espanha, Rodrigo Rato, convidou o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a participar ou enviar representante de alto nível à Conferência sobre o Papel do Setor Privado no Desenvolvimento do Novo Iraque, prevista para essa capital no próximo dia 23 de outubro. O encontro está sendo organizado pelo Instituto de comércio exterior da Espanha - ICEX, separadamente à Conferência Internacional de Doadores. O Ministro Luiz Fernando Furlan indicou para representá-lo o Secretário Executivo do MDIC, Márcio Fortes, que se fará acompanhar por diretores das empresas Camargo Correia, Norberto Odebrecht e Módulo Construções.
2.O Sr. Márcio Fortes deverá viajar a essa capital pelo vôo Varig 8714, com chegada prevista para o dia 22, às 14:55 horas, e retornará ao Brasil com o vôo 8715, da mesma empresa, no dia 24. Rogo prestar-lhe apoio.
3.Agradeceria a Vossa Excelência indicar diplomata, se possível lotado no SECOM, para acompanhar o Doutor Márcio Fortes nos seus contatos em Madri.

EXTERIORES

RCC

De: BRASEMB MANÁGUA Recebido em: 12/01/2007 17:38:35 N.°: 00031
CARAT=Reservado

De Brasemb Manágua para Exteriores em 12/01/2007 (MJMB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/ABC/DOC/DODC
DESCR=POIN-NICA
REF/ADIT=TEL 00028
CATEG=MG

//
Política Interna.Nicarágua.
Posse de Daniel Ortega.
//

Nr. 00031

RESUMO=
O Ministro Luiz Dulci faz entrega ao Presidente da Nicarágua de carta, em que o Presidente Lula convida o novo mandatário nicaragüense a visitar o Brasil e manifesta a disposição do governo brasileiro de estreitar a cooperação entre os dois países.Sugere que sejam iniciadas conversações no curto prazo com o propósito de explorar as possibilidades de cooperação em todos os setores.

Aditel nr. 028. Informo.Os cumprimentos protocolares das delegações estrangeiras ao Presidente Daniel Ortega, na Praça dos Não Alinhados General Omar Torrijos Herrera,uma vez encerrado o ato de celebração popular na Praça da Fé João Paulo II, tiveram início com atraso de 3 horas e foram bastante tumultuados, uma vez que o Cerimonial da FSLN rechaçou o plano preparado pela Chancelaria nicaragüense. A idéia era substituir a tradicional fila de cumprimentos por uma caminhada do Presidente Ortega entre os convidados, o que se provou impossível de realizar porque delegados nacionais e estrangeiros, alguns acompanhados de truculentos seguranças, se precipitaram sobre o presidente, que não logrou locomover-se. Com muita dificuldade, a delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Luiz Soares Dulci, pôde aproximar-se do Presidente Ortega, que instruiu o ingresso dos membros da delegação do Brasil no Centro de Convenções Olof Palme.
2. O encontro com o Presidente Ortega se deu cerca da meia noite do dia 10/01, em recanto improvisado para a realização de um jantar íntimo com algumas delegações e convidados especiais. O Presidente Ortega estava acompanhado de sua esposa e porta-voz do governo, Rosário Murillo, e do

De: BRASEMB MANÁGUA Recebido em: 12/01/2007 17:38:35 N.°: 00031
CARAT=Reservado

Chanceler Samuel Santos López. O Ministro Dulci fez entrega da carta que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigiu ao Presidente Ortega, em que reitera a disposição brasileira de estreitar a cooperação com o governo nicaragüense e para tanto sugere que "se iniciem conversações no curto prazo com o propósito de explorar todas as possibilidades de relação econômica, comercial, política, cultural e também na esfera social".

3. O Ministro Dulci transmitiu ao Presidente Ortega o convite do Presidente Lula para que visite proximamente o Brasil, ocasião em que se poderiam definir formas concretas de cooperação entre os dois países. O Presidente Lula diz ainda na referida missiva que a visita de Ortega ao Brasil seria igualmente uma oportunidade para que o povo brasileiro pudesse reiterar a alta estima que tem pela Nicarágua e por seu novo Presidente.

4. O Presidente Ortega lembrou o convite que recebera durante a reunião de Cochabamba para visitar o Brasil e lamentou não haver podido viajar. O Prof. Marco Aurélio Garcia frisou que aquela teria sido uma visita como presidente eleito, mas que agora se tratava de uma visita de Estado.O Prof. Marco Aurélio lembrou que o Brasil tinha grande experiência na área de produção de etanol e dos biocombustíveis em geral e disse que se poderia estudar o estabelecimento de um programa de cooperação nesta área.

5. O Presidente Ortega agradeceu e salientou que pretendia obter cooperação na área energética da Venezuela e do Brasil . Mencionou a experiência nicaragüense com palma africana e a produção de etanol iniciada com investimento privado (Engenho Santo Antonio, do Grupo Pellas). Disse que representantes do Grupo Odebrecht tinham ontem encontro marcado com o novo Ministro da Energia, Emilio Rapaccioli, para verificar a possibilidade de investimentos na área das pequenas hidrelétricas, como resultado da visita que fizeram à Manágua, no ano passado, a pedido do Ministro José Dirceu. Mencionou também interesse de obter cooperação na área da agricultura familiar.

6.Ortega disse que mandaria oportunamente uma missão ao Brasil para preparar sua visita.

7.O Ministro Dulci agradeceu ao Presidente Ortega o encontro e desejou votos de êxito ao seu governo. De minha parte, coloquei-me à disposição do Chanceler e da sra Murillo para quaisquer providências que se fizerem necessárias.

Vitoria Cleaver, Embaixadora

De: BRASEMB MANÁGUA Recebido em: 12/01/2007 17:38:35 N.°: 00031
CARAT=Reservado

VC

Para: BRASEMB MAPUTO Expedido em: 13/07/2007 15:57:00 N.°: 00250
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Maputo
Em 13/07/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DRN
DESCR=PEXT-BRAS-MOÇA
CATEG=MG

//
Brasil-Moçambique. Etanol.
Audiência do ex-Presidente
Joaquim Chissano com o Senhor
Presidente da República.
//

Nr. 00250

O Senhor Presidente da República recebeu, no Palácio do Planalto, em 9 de julho corrente, o ex-Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, que se fez acompanhar de dois assessores, do Encarregado de Negócios da Embaixada moçambicana em Brasília e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Moçambique, Sinfrônio José Silva Júnior. Do lado brasileiro, participaram do encontro o Chefe da Assessoria Especial, Professor Marco Aurélio Garcia, o Secretário-Executivo do MME, Nélson José Hubner Moreira, o Diretor do DEAF, Embaixador Fernando Jacques, e o Conselheiro Pedro Miguel da Costa e Silva, da Assessoria Especial da PR.
2.Após prestar informações sobre suas atuais atividades, que têm envolvido o exercício de diversas missões políticas (como a de Enviado Especial do SGNU a Uganda), Chissano mencionou que o principal propósito de sua vinda ao Brasil era manter contatos com firmas brasileiras, especialmente com vistas ao estabelecimento de parcerias para a produção de etanol em seu país. Disse que estava ciente do interesse do Presidente Lula de levar os biocombustíveis para a África da forma mais ampla possível. Esclareceu que administra empresa familiar voltada para o campo

agroindustrial e que já está empenhada nesse esforço.

3.O visitante comentou haver feito gestão junto ao Presidente de Moçambique para o desenvolvimento da produção de etanol no país e que, na oportunidade, procurou desfazer as preocupações mostradas pelo mandatário quanto ao suposto efeito negativo de tal iniciativa sobre a produção de alimentos. Chissano assegurou-lhe que é possível evitar esse efeito indesejável e que a produção do etanol pode ser obtida com a participação de pequenos agricultores, sem que estes corram o risco de perderem suas propriedades. O Presidente Lula coincidiu com essa abordagem, lembrando a experiência brasileira e sublinhando que apenas governantes irresponsáveis pensariam em produzir etanol à custa dos alimentos.
4.Chissano citou os contatos já mantidos com a Dedini e a Fosfer (Uberaba), bem como os que pretendia ter com a PETROBRAS, BNDES e Banco do Brasil. Acrescentou que a SUCRAL apresentara relatório de missão técnica enviada a Moçambique e que a CVRD e a Odebrecht haviam mostrado interesse em participar do projeto. Estavam sendo feitos estudos de pré-viabilidade e identificadas as áreas mais aptas. Solicitou ao Presidente Lula apoio nos contatos que viria a manter sobre o assunto. O mandatário brasileiro prontificou-se a ajudar e, de imediato, telefonou ao Dr. Luciano Coutinho, com quem agendou encontro para Chissano no final do mesmo dia (9), quando de sua chegada ao Rio de Janeiro.
5.O ex-Presidente de Moçambique também se referiu a contato feito com a Fundação Getúlio Vargas com vistas a uma possível associação com a Fundação Joaquim Chissano no âmbito do projeto. Quanto à produção estimada, indicou que se pretendia chegar a mais de um bilhão de litros de etanol, mediante a construção de cinco usinas, cada uma ocupando 30 mil hectares e com capacidade de processar em torno de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.
6.O Presidente Lula teceu comentários sobre o tema dos biocombustíveis no Brasil. Apesar dos debates e das reticências encontradas da parte de alguns ambientalistas, formadores de opinião e empresas automotivas no exterior, considerou irreversível a opção feita pelo Brasil no sentido do desenvolvimento dos biocombustíveis, que constituem alternativas fundamentais para gerar empregos e reduzir a dependência do petróleo e a emissão de gases nocivos ao meio ambiente. Aludiu à sua recente ida a Bruxelas,

aos contatos com os europeus sobre a matéria, e reafirmou-se convencido da importância dos biocombustíveis para a África. Referiu-se, a propósito, à sua conversa com o Diretor-Geral da FAO sobre a necessidade de que aquela entidade preparasse, de forma adequada, o debate sobre biocombustíveis e segurança alimentar. Segundo o Presidente, não faltavam alimentos, mas dinheiro para comprar comida. Chissano concordou com a necessidade de cautela na maneira como seria defendida a expansão dos biocombustíveis em Moçambique, para evitar um debate em bases equivocadas e efeitos nocivos para os pequenos agricultores. O Presidente Lula referiu-se à importância da cooperação trilateral, tendo citado o exemplo da Itália, e mencionou a produção de plásticos a partir do eteno do álcool como outro benefício dos biocombustíveis.

7.Outros temas brevemente abordados na audiência foram o da exploração de carvão em Moatize e o da fábrica de anti-retrovirais. No primeiro caso, Chissano mencionou que Beira constituía a melhor opção de curto prazo para o escoamento do carvão, embora o custo da ferrovia operada por grupo indiano fosse ponto de "estrangulamento". Indicou que solicitaria ao Presidente sul-africano sua interveniência junto à Índia. Quanto à fábrica, o Presidente Lula reiterou seu compromisso com a concretização do projeto e disse que falaria com o Ministro da Saúde para acelerar sua implementação. Chissano informou sobre as atividades da organização IVAIDS - Iniciativa Internacional de Vacinação contra a AIDS, em especial as gestões para que os governos concedam maior prioridade à produção de vacinas preventivas e não apenas das de tratamento.

8.Ao final da audiência, o Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Moçambique ficou de transmitir ao Diretor do DEAF informações sobre o tema do etanol, o que ainda não ocorreu até o momento.

EXTERIORES

FJMP/FJMP

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 11/07/2007 11:24:30 N.°: 00479
CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 11/07/2007 (SPA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DRN/ABC/DNU/DCTEC/DOC/C
DESCR=PEXT-MOÇA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 476
CATEG=MG

//
IV Comissão Mista. Encontros
do Sr. SGAP-II.
//

Nr. 00479

RESUMO=
Informa sobre visitas realizadas pelo Sr. SGAP II, para tratar de temas relativos à viagem ao Brasil do Presidente Gebuza, ao relacionamento Brasil-Moçambique na área bilateral e multilateral, à visão local sobre a União Africana e outros.

Por ocasião da IV Comissão Mista Brasil-Moçambique, o Sr. SGAP II, após seu pronunciamento de abertura juntamente com o vice-ministro do Exterior Henrique Banze, manteve encontros com autoridades moçambicanas, tendo sido recebido pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Alcinda Abreu, pelo Secretário Geral da Presidência da República, Embaixador Antonio Sumbana, e pela Ministra da Justiça, Esperança Machavela. Nos encontros, o Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos ressaltou a especial política do Presidente Lula voltada para a África, a qual inclui diversas vertentes, tais como as linhas estratégicas de maior aproximação com a União Africana, SADC e NEPAD, a cooperação técnica, abertura de novas representações diplomáticas, inclusive da EMBRAPA em Acra e futuramente da FIOCRUZ em Maputo, e a intenção da CAPES em iniciar, em 2008, extenso programa científico que levaria ao Brasil, por 2 a 3 meses,

inúmeros estudantes africanos. O Sr. SGAP ressaltou que tema de reiterada relevância por parte do Presidente Lula é o do biocombustível, porque interessa ao Brasil ver diversos países competindo no produto, possível de estabelecer-se na África, com benefícios comerciais (criando mercado de "commodities" e com excedente para uso de energia) e ambientais, em proveito de todos. Em todas as entrevistas o sr. SGAP salientou a importância da entrega do Estudo de Viabilidade sobre a Fábrica de Antiretrovirais e acentuou a disponibilidade brasileira em continuar trabalhando com Moçambique na área da saúde, além de, naturalmente, em educação, meio-ambiente, ciência e tecnologia e outras. A respeito da visita ao Brasil que será feita pelo Presidente de Moçambique em setembro, o SGAP recomendou - para que a viagem seja a mais importante possível e desde que resolvida a questão de transporte aéreo - que ela inclua Petrolina/Juazeiro, onde poderia ser apreciado o interior do país e importante projeto de agroindústria comandado pela EMBRAPA.

2. O Embaixador Sumbana disse que o Presidente Guebuza, sabedor da visita do SGAP II, a quem enviava cumprimentos, pediu para transmitir ao Governo brasileiro seu desejo de ver encorajado o estabelecimento aqui de empresas brasileira, as quais, a exemplo da Vale do Rio Doce, atestariam segurança aos investidores estrangeiros em geral que, temerosos em prover grandes financiamentos, diante de guerras como a que Moçambique enfrentou, sentir-se-iam agora encorajados a investir também no país. Disse também saber da presença de grandes firmas como a Odebrecht, Camargo Correia e os interesses em torno do carvão e etanol e ressaltou estar satisfeito em ter tomado conhecimento da futura construção de Residência e Chancelaria brasileiras, sinal inequívoco por aprofundar as relações com Moçambique ("nós africanos somos muito sensíveis a embaixadas alugadas, porque temos a impressão de que logo vão nos abandonar e enviar representantes residentes na África do Sul"). Comentou que Guebuza sabe que em países desenvolvidos como o Brasil há sempre críticos à cooperação com a África ao invés de uma concentração na Europa, mas que está ciente que a política do Presidente Lula é importantíssima, porque não se traduz em donativo - que Moçambique não quer mais- mas em solidariedade que leva a um bom caminho.

3. Ao comentar sobre a defesa da aproximação exclusiva com a Europa e Estados Unidos, o Sr. SGAP II disse que se constituem em minorias com pouca visão os detratores da política brasileira para a África, por diversos motivos: por um lado, o interesse é dos dois continentes e o caminho com outros países já existe, quando com o continente africano são os Governos que devem envolver-

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 11/07/2007 11:24:30 N.°: 00479
CARAT=Reservado

se para consolidar as relações; por outro, as relações com a África têm importância na política interna brasileira, por reivindicação e benefício dos movimentos afro-brasileiros, além do fato de que a cultura entre os envolvidos no processo é a mesma, em especial no caso dos integrantes dos PALOPs. O SGAP elogiou a competência e seriedade com que o Governo moçambicano tem atuado, levando a um ambiente condutor ao desenvolvimento político, econômico e social, o que é não somente extremamente louvável como admirável.

4. Fato a ressaltar resumidamente na entrevista com a Ministra da Justiça, a qual foi seguida da assinatura - com a presença maciça da imprensa - dos Acordos de Extradição e Transferência de Presos, é a solicitação de Esperança Machavela no sentido de que o lado brasileiro seja o mais expedito possível para obter a aprovação do Congresso para tais acordos, de modo a poder aplicá-los, liberando-a da pressão que sofre internamente sobre esse tema. A Ministra pediu também o especial obséquio de o Brasil, ratificar tão logo possível a convenção sobre o mesmo tema na área da CPLP.

5. O encontro com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, que acabava de desembarcar acompanhando o Presidente Guebuza à Cimeira da UA e visita oficial à Tanzânia, durou mais de 1 hora e meia. Aos comentários do sr. SGAP sobre a relevância, entre outros, dos projetos da Fábrica de Antiretrovirais, da Vale do Rio Doce, e da CAPES em iniciação científica, das novidades relativas à EMBRAPA em Acra e da Fiocruz em Maputo, a Ministra Alcinda Abreu agregou que até a III Comista havia muitas intenções que precisavam passar à ação, e que agora já se detectavam ações concretas e que Moçambique necessita de países como o Brasil, que trazem alternativas sempre bem vindas (citou biocombustíveis, ciência e tecnologia). Acolheu calorosamente a possibilidade de ter nesta Capital a Fiocruz, para o que considerou ser apenas necessário verificar e negociar a situação legal. Considerou difícil estender a visita do Presidente Guebuza ao Brasil, diante de compromissos já assumidos.

6. Respondendo a indagações do sr. SGAP II, a chanceler começou dizendo que sobre um governo africano (tema único do encontro - por isso não foi discutida a questão do Conselho de Segurança - circtel.64519, &4), Moçambique partilha das posições da SADC, estabelecidas em Adis Abeba anteriormente à Acra, onde também se reuniram em nível regional e os chefes de Estado acordaram uma posição de gradualismo: existe o reconhecimento de que todos desejam lá chegar, mas a questão é quando e como, sendo que o ponto mais importante que se coloca é o da soberania dos Estados. Segundo ela, a União Africana já tem suas instâncias, mas precisa consolidá-las e em Acra ficou decidido primeiro reforçar as comunidades econômicas regionais e depois ir

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 11/07/2007 11:24:30 N.°: 00479
CARAT=Reservado

adiante. Considera que venceu a lógica, pois é muito acelerada a posição de Kadhafi ("acha tudo fácil, se acha enviado de Deus, vai transformar pedras em pão"), ao contrário de Guebuza que acredita ser necessário que os governos assumam o que a maioria das populações deseja: "Vai-se criar um governo da UA, mas não hoje". Descartou qualquer possibilidade de o ex-presidente Chissano aceitar a presidência da Comissão, a qual já recusou sumariamente. Disse acreditar que com a prorrogação de Konaré até janeiro, naquele momento já se terão apresentado candidatos com possibilidade de sucedê-lo.

7. Com relação ao Zimbábue, confessou que "estamos muito preocupados, o país já foi celeiro da região, hoje tem dados econômicos nunca havidos". Disse que na Cúpula da SADC em Dar-es-Salan, Mugabe afirmou que as indústrias estão paradas por falta de peças e não há qualquer investimento. Reiterou haver um problema de terras, que vem desde os Acordos de Lancaster, os quais Blair, ao assumir, decidiu não cumprir e pagar. Que há entre Moçambique e Zimbabue um constante movimento de vai-e-vem das populações, a ponto de ter sido decidida a isenção de vistos para seus cidadãos. Acrescentou que o povo daquele país não sente a violência , da qual toma conhecimento ao ler os jornais. Afirmou que o Primeiro Ministro Sócrates disse em Gana que não serão impostas condições para a Cúpula UE-África e concluiu dizendo que a UA decidirá sobre quem deve comparecer.

Leda Lucia Camargo, Embaixadora

LLC

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 11/07/2007 11:24:30 N.°: 00479
CARAT=Reservado

LLC

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 12/07/2004 12:19:00 N.°: 00528
CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 12/07/2004 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DSF/DAEX/DAF II
DESCR=EFIN-BRAS-MOÇA
CATEG=MG

//
Moçambique-Brasil. Divida.
Visita do Presidende Chissano.
//

Nr. 00528

RESUMO=
Pede informações sobre acordo de perdão da dívida com Moçambique e com a Bolivia.

Caso seja possível, visto nao ter encontrado nos arquivos desta Embaixada elementos suficientemente esclarecedores, agradeceria serem enviados os termos do acordo do perdão da dívida de Moçambique com o Brasil, em especial no que diz respeito aos períodos de graça e valores dos remanescentes 5%. No mesmo sentido, muito ajudaria receber subsídios sobre o acordo de perdão com a Bolivia, assinado em Santa Cruz de la Sierra no ultimo dia 8, no qual a Bolivia se compromete a arcar com pagamento restante através de dação.

2. Em conversa informal com o Ministro das Obras Públicas Roberto Costley White, tomei conhecimento de que apesar de terrenos em Maputo serem de propriedade da Municipalidade, o governo central já ajudou na disponibilização de terra para outras embaixadas. Caso haja interesse por parte do Brasil em aproveitar a oportunidade da visita do Presidente Chissano para levantar esse tema, informo que poderiam ocorrer, em principio, duas possibilidades para eventual construção: a) o Ministério do Plano libera a verba, dentro dos 5% restantes, para o Ministério de Obras que contrata empresas e contrói e entrega ao Brasil; b) o Brasil contrata e constrói (e pergunto se não seria momento adequado para tentar fazer a Odebrecht retornar a este país) e o Ministério do Plano paga.

3. O Ministério do Plano seria o primeiro setor a ser sondado, após essa SERE opinar sobre a conveniencia e obter

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 12/07/2004 12:19:00 N.°: 00528
CARAT=Reservado

do Ministério da Fazenda a mesma autorização obtida com relação à Bolivia. Desconhecendo ainda outras dificuldades administrativas que possam surgir, não tenho dúvidas, porém, que uma nova embaixada seria um gesto significativo, e assim interpretado aqui, do interesse do Governo brasileiro em aprofundar os laços com Moçambique.

Leda Lucia Camargo, Embaixadora

LLC

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 09/08/2004 12:31:00 N.°: 00625
CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 09/08/2004 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/DPB/DOC/ABC/DSF
DESCR=EREM-BRAS-MOÇA
CATEG=MG

//
Brasil-Moçambique. Visita
CVRD-BNDES. Visita do
Presidente Chissano.
//

Nr. 00625

RESUMO=
Informa sobre novas repercussões de imprensa sobre Moatize e comenta sobre ofertas brasileiras que mais se enquadram na cooperação bilateral do que em projetos complementares à concorrencia da Vale pelo carvão.

Reftel. 621 e demais comunicações, bem como ao desptel.282 que muito agradeço. Não é mera coincidencia o interesse, durante os últimos dias, da imprensa local sobre Moatize: a missão brasileira foi de novo a causa da reportagem de primeira página no jornal "Noticias" no sábado (pela segunda vez em 4 dias), intitulada "Empresas preparam projeto de Moatize" e do semanário "Domingo", do dia 8, com a chamada principal de primeira página "Com brasileiros na berlinda: Reactivação das minas de carvão entrou na recta final", que publicou artigo de página central sobre a questão (fax em separado). Nada disso, porém, deve permitir baixar a guarda e inclusive, em gestão cuja procedencia deveria ser avaliada, realizar eventual contato em Washington com o International Finance Corporation, do Banco Mundial. Como já registrei anteriormente, o chefe do escritorio do IFC em Maputo, sr. Tunde Onitri, me assegurou não só a tendencia de sua instituição em realizar cooperação triangular, como em que estivesse em um dos lados um país em desenvolvimento como o Brasil.

2. Com relação à reunião realizada dia 19 de julho no

Rio de Janeiro, cujas linhas gerais me foram transmitidas telefonicamente à época pelo Diretor do DEAF, permito-me fazer alguns comentários, por tema da reunião, objeto do desptel.283:

A) convém relembrar que a oferta dos projetos complementares à exploração de Moatize deve estar estruturada até outubro, e apresentada pelas 4 empresas selecionadas por sua própria conta. Naturalmente não podem esses projetos serem confundidos com iniciativas bilaterais entre os governos ou, no caso especifico brasileiro, decorrentes dos protocolos assinados quando da visita do Presidente Lula a Maputo. Como se sabe, a colaboração dos órgão brasileiros é complementar aos esforços da Vale, com vistas a ajudar sua vitoria. E seria pouco provável contar com financiamento de organismos regionais de desenvolvimento se esses são referentes aos da África: NEPAD, SADC, Banco Africano de Desenvolvimento têm seus próprios projetos, que necessitam em geral incluir mais de um país. Isso é óbvio, tanto que o representante da Vale comentou-me em julho que, além de a companhia conhecer "todas as necessidades e interesses do Governo local", os projetos a serem apresentados já estão nas mãos da esposa do candidato à presidencia Guebuza (sic). De qualquer forma, acredito que os telegramas ns.507, 514, 572, 604, especificamente sobre a região do Zambeze, e o 596 como interesse governamental geral, podem inspirar a eventual lista a ser dada à Vale (desptel.letra c).

B) é alviçareira a promessa do Ministério da Saúde com relação a iniciativas ligadas ao combate da malária e tuberculose: agradeceria conhecer a proposta concreta e se ela se limitaria unicamente ao Vale do Zambeze. Por outro lado, lembro que o projeto PCI/Ntwanano, que em geral se concentra em Maputo, é na prática financiado pela Fundação Ford. Entendo pois que a ampliação para 400 pacientes e mesmo para 20.000 seria da responsabilidade daquele ministério brasileiro.

C) O oferecimento de Furnas não poderia vir em melhor hora, a exemplo do do BNDES.

D) Idem em relação à Embrapa, embora nesse caso específico muito preocupa a falta de solução para as iniciativas bilaterais já acordadas (tel. 394), como o repasse de verba para aquele orgão pelo Ministério da Agricultura local, relativo ao inicio do Projeto de apoio ao desenvolvimento do setor de Pesquisa Agropecuária com Moçambique (dezembro 2002) e ao ajuste complementar assinado durante a visita do Presidente Lula. Após o deptel 197, de 4 de junho, nada mais soube esta Embaixada a respeito, a não ser o testemunho de brasileiro que trabalha no ministério moçambicano de agricultura, dando conta do mal-estar local. De qualquer forma, a vinda de missão da Embrapa em setembro seria

De: BRASEMB MAPUTO Recebido em: 09/08/2004 12:31:00 N.°: 00625
CARAT=Reservado

conveniente, pois ela poderia inclusive seguir para a Tanzânia, conforme oferecimento de cooperação do Presidente Lula, em Xangai, ao presidente daquele país (tel 620).
e) Quanto aos programas Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária, eles estão sob o guarda-chuva de compromissos governamentais bilaterais que nao podem ser considerados como proposta da Vale para a concorrencia. A ampliação do Bolsa-Escola, por exemplo, é compromisso feito em novembro passado pelo Presidente Lula e, apesar dos inumeros problemas que o programa enfrentou neste ano e que agora começam a se solucionar, não se sabe em que momento ele poderá ser cumprido. Idem em relação à cooperação de material esportivo: não se pode falar em ampliação quando sequer a primeira fase foi cumprida (tel. 457). O fato de a prometida visita do Ministro dos Esportes a Moçambique estar na dependencia da superação de dificuldades jurídicas para a licitação e doação de equipamentos (desptel.224) por si só faz crer que o máximo que se poderia conseguir nesta fase como sucesso seria um anuncio positivo durante a visita do Presidente Chissano.
3. Finalmente, talvez fosse conveniente separar os projetos sociais que farão parte do pacote da concorrência (escola, saúde, habitação) - nos quais todas as empresas presentes são muito fortes-, dos oferecimentos que a Vale poderia fazer como catalizadora de progresso e investimentos: infraestrutura no sentido lato (e reitero que aqui poder-se-ia interessar a Odebrecht ou similar), pecuária, irrigação, Embrapa, Furnas e sobretudo BNDES.

Leda Lucia Camargo, Embaixadora

LLC

De: BRASEMB MÉXICO Recebido em: 08/02/2007 15:45:23 N.°: 00132
CARAT=Reservado

De Brasemb México para Exteriores em 08/02/2007 (WYSF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DCC/DIR/DRN/DREN/DDS/DAC/DMAE
DESCR=PEXT-BRAS-MEXI
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 51
CATEG=MG

//
Brasil-México. Encontro SGAS e
Subsecretário para a ALC.Temas
de conversações. Sugestões.
//

Nr. 00132

À luz do próximo encontro em Brasília do Senhor SGAS com o Subsecretário para América Latina e Caribe do Tlatelolco, Gerónimo Gutiérrez Fernández, transmito, a seguir, sugestões de temas de interesse bilateral que poderiam fazer parte da pauta de conversações:

1) VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE LULA
Após encontro entre os Presidentes Lula e Felipe Calderón em Davos - Suíça, à margem do Fórum Econômico Social, em janeiro passado, a Presidência da República mexicana divulgou haver realizado convite ao Presidente Lula para uma Visita de Estado ao México. O convite teria sido aceito e a visita estaria sendo planejada em princípio para julho próximo.

2) VISITA DA CHANCELER PATRICIA ESPINOSA
Foi muito bem recebido no Tlatelolco o convite que Vossa Excelência estendeu à Chanceler Patrica Espinosa para que visite o Brasil. Está pendente de confirmação pelo Tlatelolco a aceitação da data de 28 ou 29 de março de 2007 para a realização da visita.

3) COMISSÃO BINACIONAL
Em Davos, os dois Presidentes instruíram suas respectivas Chancelarias para lançar a Comissão Binacional com a brevidade possível, com o objetivo de centralizar coordenar e agilizar as atividades de todas as instâncias bilaterais de

natureza política, técnica e econômica. A iniciativa está sendo cogitada para ocorrer no mês de abril próximo ou por ocasião da visita da Chanceler Espinosa a Brasília, em março. A Comissão Binacional deverá abranger quatro áreas de maior interesse para a discussão bilateral, a saber, a) desarmamento e não-proliferação, b) meio ambiente; c) direitos humanos; e d) energia. Ressalte-se que se tem aprofundado o diálogo bilateral nestas áreas de grande coincidência de posições.

4) DESARMAMENTO

O Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-México sobre Desarmamento e Não-Proliferação foi inaugurado em Nova York, em setembro de 2006. Em paralelo a estas consultas, prosseguem as conversas em torno da revitalização da Coalizão da Nova Agenda. Ainda sobre desarmamento, recorde-se o desdobramento favorável à gestão brasileira para o ingresso do México no Grupo de Supridores Nucleares (NSG). O Presidente de turno do NSG, Embaixador Denot Medeiros, visitará o México de 14 a 16 de fevereiro para tratar com autoridades locais do ingresso mexicano - que deverá ser anunciado publicamente nessa ocasião.

É possível que o México venha a mencionar a grave crise financeira pela qual atravessa o Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL, que tem sede nesta capital. Existe a possibilidade de que o Secretariado do Organismo seja temporariamente fechado, por falta de recursos para a sua manutenção. Nesse caso, o Secretário Geral do Organismo lançou sugestão de que o Tlatelolco assuma as funções do Secretariado, uma vez que é depositário do Tratado. O Brasil é o segundo maior contribuinte do OPANAL e nossas quotas não são pagas desde 2005. O valor em atraso passou a ser de US$ 193.164,00 (cento e noventa e três mil, cento e sessenta e quatro dólares norte-americanos).

5) MEIO AMBIENTE

Com vistas a preparar as consultas sobre temas ambientais, a Embaixada iniciou conversas com a Secretaria (Ministério) de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMARNAT para identificar os temas de interesse bilateral e ampliar, juntamente com o Tlatelolco, o diálogo e possibilidades de cooperação mútua.

6) DIREITOS HUMANOS

O diálogo bilateral e a cooperação nesta área têm ocorrido principalmente nos foros das Nações Unidas em Genebra, como no recém-criado Conselho de Direitos Humanos. Ainda não há uma agenda definida para eventuais consultas bilaterais nesta área.

De: BRASEMB MÉXICO Recebido em: 08/02/2007 15:45:23 N.°: 00132
CARAT=Reservado

7) NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

Estão em curso, desde o segundo semestre de 2006, negociações para ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica 53 (ACE-53) entre o Brasil e o México, o quarto principal mercado para as nossas exportações. Trata-se de tema de fundamental importância para o fortalecimento das relações bilaterais no plano econômico-comercial. Nesse sentido, o Brasil tem a expectativa de que, em 2007, sejam realizadas de forma regular reuniões negociadoras e que o México possa reagir, assim que possível, à proposta apresentada pelo lado brasileiro na última reunião da Comissão Administradora do ACE-53, realizada em outubro de 2006. Nesse sentido, caberia recordar ao lado mexicano a proposta brasileira de, em cumprimento ao acordado na Ata da reunião de outubro, dar seguimento às negociações, mediante a realização de nova reunião da Comissão em 12 e 13 de março de 2007, conjuntamente com a reunião informal com o Diretor do DIN, solicitada pela Chefe da Unidade de Coordenação para Negociações Internacionais (UCNI) da Secretaria de Economia, para tratar de questões diversas referentes ao relacionamento econômico bilateral e no plano regional.
Com relação ao Acordo de Complementação Econômica 55 (ACE-55) entre o Mercosul e o México, ressalte-se, como fator positivo, a conclusão, em dezembro de 2006, dos entendimentos sobre os pleitos mexicanos de alteração do Acordo.
Salvaguardaram-se os pontos de maior importância para o Brasil (entrada em vigor do livre-comércio para automóveis leves em janeiro de 2007) e, ao mesmo tempo, foram acomodadas satisfatoriamente as reivindicações mexicanas, mediante a decisão de negociar um cronograma para se chegar ao livre-comércio para autopartes e caminhões. O México adiantou ao Brasil, em janeiro de 2007, contraproposta de protocolo ao ACE-55 para incorporar os resultados da reunião negociadora de dezembro de 2006. A contraproposta mexicana ainda deverá ser analisada pelo Mercosul.

8) ENERGIA/PETRÓLEO

Trata-se de setor altamente promissor para futuros investimentos brasileiros, caso se proceda às necessárias reformas constitucionais que permitiriam a plena participação de empresas estrangeiras na exploração de petróleo em território mexicano. A Petrobrás tem grande interesse em investir no México e vem buscando posicionar-se como potencial parceira da estatal PEMEX na eventualidade de uma abertura do setor. Atualmente, sua atuação neste país está limitada à prestação de serviços ("multi-services contract") para a PEMEX. As duas empresas têm mantido contatos com

vistas a desenvolver projetos de cooperação em várias áreas. O modelo institucional da Petrobrás (empresa de economia mista) e a tecnologia brasileira de perfuração em águas profundas representam áreas de cooperação de grande interesse para o lado mexicano.

O momento atual revela-se particularmente oportuno para promover uma maior aproximação entre a Petrobras e a PEMEX. O Presidente Calderón é um dos defensores da reforma do setor energético e já manifestou ao Presidente da República seu interesse na cooperação com o Brasil, em particular no que diz respeito à exploração de petróleo em águas profundas nas bacias do lado mexicano do Golfo do México. Há, porém, que se ter em conta o aspecto ideológico do monopólio estatal da PEMEX e as resistências "nacionalistas", que dificultam o processo de reforma. No encontro bilateral à margem do Foro Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2007, o Presidente Lula e o Presidente Calderón afirmaram sua determinação em avançar na cooperação bilateral no campo energético e destacaram a relevância da aproximação entre a PETROBRÁS e a PEMEX.

Nesse sentido, estão em curso entendimentos entre a PETROBRÁS, o Governo Brasileiro e o Senador Francisco Labastida (PRI), Presidente da Comissão de Energia do Senado - que está buscando promover, a partir do Congresso, iniciativa de reforma do setor - com vistas a organizar visita de parlamentares mexicanos ao Brasil, em princípios de março próximo, para conhecer a experiência brasileira no setor petrolífero.

9) BIOCOMBUSTÍVEIS/ETANOL

Está em fase avançada de discussão, no Congresso mexicano, projeto-de-lei sobre Promoção e Desenvolvimento de Bioenergéticos, cuja última versão implicaria a adição de 6% de etanol à gasolina. O assunto tem despertado crescente interesse por parte de potenciais produtores e importadores neste país, que também vêem na expansão e consolidação do mercado de etanol nos EUA boas perspectivas de exportação. A baixa produtividade da indústria mexicana do setor poderia favorecer as exportações brasileiras de etanol. Seria também necessário desenvolver projetos de cooperação a fim de aumentar a capacidade e produtividade de sua indústria de álcool, conforme interesse já manifestado por representantes da Câmara Açucareira e Alcooleria do México, em recente visita à Embaixada. Ressalte-se que, por ocasião da missão de parlamentares mexicanos ao Brasil para conhecer a experiência nacional no setor energético, está prevista, por solicitação do Senador Francisco Labastida, visita a usina de etanol e encontros com representantes do setor privado nacional.

De: BRASEMB MÉXICO Recebido em: 08/02/2007 15:45:23 N.°: 00132
CARAT=Reservado

Cumpre igualmente recordar que, em encontro à margem do Foro Econômico Mundial, em Davos, em janeiro último, Vossa Excelência discutiu com a Chanceler Patricia Espinosa a possibilidade de lançar uma parceria Brasil-México para a América Central, tendo acordado que biocombustíveis seria uma área de possível cooperação trilateral com países daquela região.

10) INVESTIMENTOS

Na área de investimentos, a relação Brasil-México tem sido caracterizada por grande dinamismo ao longo dos últimos anos. De acordo com estimativas da Secretaria de Economia (SE) do México, os investimentos mexicanos no Brasil totalizaram em 2005 cerca de US$ 6,5 bilhões. Cabe ressaltar a presença no mercado nacional de algumas das principais empresas mexicanas como o Grupo Carso (controlador da Embratel, Telemig, Claro e com investimentos de cerca de US$ 5 bilhões), Grupo Bimbo (produtos alimentícios) e Coca Cola/Femsa. Do lado dos investimentos brasileiros no México, a SE registra que estes totalizaram, em setembro de 2006, cerca de US$ 194,4 milhões, colocando o Brasil na condição de segundo investidor da ALADI no México. No entanto, estimativas informais indicam que os investimentos brasileiros alcançariam valor bem maior (cerca de US$ 500 milhões).

Os investimentos brasileiros no México caracterizam-se por sua abrangência e diversificação, abarcando os setores de construção civil e produtos para construção civil, produtos alimentícios e bebidas, serviços de tecnologia de informação, software, serviços financeiros, produtos químicos e indústria automotriz, entre outros. De acordo com a SE, os principais setores alvo de investimentos brasileiros são o de manufaturas (52.6%), comércio de alimentos (26.3%) e serviços (14.8%). Entre as principais empresas brasileiras estabelecidas no México encontram-se: Petrobras, Banco do Brasil, Marcopolo (transportes/ônibus), WEG (motores e bombas), Busscar (carrocerias), Oxiteno (metalurgia), Andrade Gutiérrez e Odebrecht (construção civil) e Intelbras (aparelhos e sistemas de telefonia). Na área têxtil, destacam-se a Marisol e Brasilsul, que comercializam seus produtos no mercado mexicano. Na área de de "software" e tecnologia da informação, merecem destaque Microsiga, Datasul, Itautec e Stefanini. Na área de alimentos há forte presença da Aginomoto e, em cutelaria, da Tramontina S.A.

Tendo em conta o dinamismo que se vem registrando nos fluxos de investimentos de lado a lado e o processo em curso de internacionalização de empresas brasileiras, caberia propor ao lado mexicano a intensificação dos esforços com vistas a fomentar maior conhecimento das oportunidades de

investimentos em cada país. Nesse sentido, poder-se-ia propor a realização de seminários para a promoção dos investimentos bilaterais em parceria com o setor privado e outros órgãos governamentais (CNI e APEX, no Brasil, e COMCE e BANCOMEXT, no México, entre outros).

11) ACORDO BOVESPA/BOLSA DE VALORES DO MEXICO

Estão em curso entendimentos entre a BOVESPA e a Bolsa de Valores do México com vistas a concluir o processo de operacionalização do Convênio, assinado em 2005, para a integração dos mercados de capitais dos dois países. O referido Convênio visa a permitir a aquisição pelos investidores, em suas respectivas bolsas, de títulos listados na bolsa do outro país. Trata-se de iniciativa pioneira que, a partir da integração dos dois maiores mercados de capitais da América Latina, deverá ser estendido a outros países da região. Nesse sentido, caberia propor ao lado mexicano coordenar com as Bolsas a realização de anúncio formal de início da operação do Convênio por ocasião da reunião da Comissão Binacional, de modo a dar o devido destaque às novas possibilidades de investimento e integração bilateral que se abrirão para os investidores em ambos os países.

12) ACORDO BANCOMEXT-APEX

Foi assinado, em outubro de 2005, Protocolo de Intenções entre a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX) e o Banco Nacional do Comércio Exterior (BANCOMEXT). O protocolo prevê, entre outros objetivos, a troca de informações, o desenvolvimento de ações específicas, a promoção conjunta de seminários e outras atividades de cooperação comercial e o fornecimento de suporte às atividades comerciais e de promoção de investimentos entre o México e o Brasil. O protocolo também prevê o estabelecimento de programas anuais que detalhem as atividades a realizar-se para o cumprimento de seus objetivos. Nesse sentido, caberia propor ao lado mexicano que a reunião da Comissão Nacional sirva de oportunidade para o estabelecimento do programa anual 2007. Entre as atividades a serem incluídas no programa estaria a realização de seminários, patrocinados pela APEX e pelo BANCOMEXT, sobre investimentos mexicanos no Brasil e brasileiros no México.

13) MISSÃO COMERCIAL DO COMCE/CONVÊNIOS ENTRE MG E AGUASCALIENTES E SP E NUEVO LEÓN

O Conselho Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia (COMCE) está organizando missão empresarial aos Estados de Minas Gerais e São Paulo a realizar-se, em

princípio, em março do corrente ano. Na ocasião, poderiam ser assinados "Convênios de Irmanamento" entre os estados de Minas Gerais e Aguascalientes (Tel. 1217/2006) e de São Paulo e Nuevo León. No caso da iniciativa entre os Estados de São Paulo e Nuevo León, entendimentos sobre o assunto foram mantidos no ano passado por representantes daquelas entidades federativas (Tel. 1241/2006).

14) COOPERAÇÃO EM C&T

Há grande potencial para o desenvolvimento da cooperação bilateral no setor técnico-científico. Nesse sentido, seria importante retomar o diálogo entre o MCT e o "Consejo Nacional de Ciência y Tecnologia - CONACYT", bem como reativar as reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia. Ainda nessa área vale destacar a grande convergência de posições e proveitosa cooperação entre o Brasil e o México no âmbito do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe - CRECTEALC.

15) REUNIÃO DE COOPERAÇÃO CONSULAR

Durante a visita do ex-Chanceler Luis Ernesto Derbez ao Brasil, em junho passado, acordou-se em agendar, para o primeiro semestre de 2007, a realização da II Reunião Brasil-México de Cooperação Consular (a primeira ocorreu em março de 2005). Tratar-se-ia do primeiro encontro bilateral na área consular a realizar-se após a reintrodução dos vistos para passaportes comuns, por iniciativa do México em outubro de 2005. A reunião deverá constituir boa oportunidade para, entre outros pontos, proceder a uma avaliação conjunta dos impactos da reintrodução dos vistos, bem como para o exame de possíveis modalidades de cooperação destinadas a mitigar as conseqüências negativas dessa iniciativa, como, por exemplo, a elaboração de mecanismos mais expeditos e simplificados de concessão de vistos de negócios. A reunião deverá, ademais, ensejar a continuação do intercâmbio de experiências e o aprofundamento de uma vertente positiva da cooperação consular com o México, país que é considerado um dos maiores emissores de migrantes do mundo e que conta com programas reconhecidamente inovadores na área de proteção a seus cidadãos no exterior.

16) PASSAGEIROS BRASILEIROS EM TRÂNSITO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DA CIDADE DO MÉXICO

A Embaixada tem registrado, ao longo dos últimos meses, número crescente de reclamações sobre o tratamento que recebem cidadãos brasileiros, desprovidos de vistos, em trânsito pelo Aeroporto Internacional da Cidade do México-AICM (o México não exige visto para passageiros em trânsito).

As queixas recebidas sugerem que as condições da passagem desses brasileiros pelo AICM se assemelham às mesmas condições de confinamento a que são submetidos os estrangeiros "rechaçados" (cidadãos que tiveram entrada denegada no país) e os deportados pelas autoridades migratórias mexicanas. O tema foi objeto de gestões recentes junto ao Instituto Nacional de Migração (INM) e ao Tlatelolco. A visita do Embaixador Gerónimo Gutiérrez poderia constituir boa oportunidade para que o lado brasileiro reitere suas gestões para sanar o problema no mais breve prazo possível.

17) ACORDO DE COOPERAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL

Na área jurídico-consular, vale registrar que ambos os países concluíram, em abril de 2006, negociações de um texto de Acordo de Cooperação sobre Assistência Mútua em Matéria Penal. O texto negociado resultou em um projeto de acordo moderno, em linha com a evolução mais recente do Direito Internacional na área da assistência jurídica mútua. Por proposta brasileira, o projeto contém artigos referentes tanto à devolução de fundos públicos obtidos indevidamente quanto à divisão de ativos. Para o México, trata-se do primeiro acordo bilateral a conter disposições sobre a divisão de ativos. O texto do acordo está sendo submetido, pelo lado mexicano, à apreciação da Assessoria Jurídica da Presidência da República Mexicana, com vistas à sua aprovação final para assinatura. A visita da Chanceler Patricia Espinosa, em março próximo, poderia constituir boa oportunidade para a celebração do Acordo.

Glaucia Silveira Gauch, Encarregada de Negócios, a.i.

GSG

Documento1

De: CONSBRAS MIAMI Recebido em: 25/03/2003 13:41:17 N.°: 00142
CARAT=Reservado

De Consbras Miami para Exteriores em 25/03/2003 (JLLF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SG/SGAM/SGIE/SGAP/SGEX
DESCR=PEXT-BRAS
REF/ADIT=TEL 064, CIT 45227
CATEG=MO

//
Política Externa.
Atividades dos Postos. Item
1.8. Estimular a coesão da
comunidade brasileira.
//

Nr. 00142

1.8. Estimular a coesão da comunidade brasileira.

1. A emigração brasileira para o exterior ainda é relativamente recente. Talvez por essa razão ainda inexistam vínculos associativos entre os nacionais residentes nos Estados Unidos, em particular os que escolheram a Flórida como local de residência.

2. A comunidade brasileira na área de jurisdição do Consulado-Geral em Miami, ainda que numerosa (cerca de 300.000 brasileiros residentes), encontra-se dispersa e fragmentada. Na Flórida, Estado de maior concentração de brasileiros no Sul dos Estados Unidos, a comunidade organizada concentra-se, tão somente, em torno da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (BACCF) da Flórida e das igrejas.

3. A BACCF reúne, apenas, cerca de 15 das mais de 60 empresas brasileiras estabelecidas na Flórida, sendo que algumas das principais empresas nacionais com presença neste Estado (Odebrecht, Grupo Gerdau, Cutrale, Citrosuco, entre outras) não participam da Câmara.

4. A presença e a força das igrejas é impressionante. A igreja católica brasileira dispõe de 4 paróquias nos condados de Miami-Dade e Broward, enquanto as igrejas evangélicas brasileiras de diferentes denominações reúnem cerca de 100 templos (sem contar a dezena de templos da Igreja Universal do Reino de Deus, não aceita pela Associação dos Pastores Evangélicos da Flórida).

5. Constitui preocupação permanente do Consulado-Geral em Miami procurar manter contato com todos os segmentos da comunidade brasileira, estimulando sua coesão e incentivando

a formação de clubes e associações brasileiras na região. O Cônsul-Geral esforça-se por comparecer a todos os atos, festividades e reuniões a que é convidado. Atenção especial merece a "imprensa nanica", formada por um conjunto de jornais e revistas editados em português, de distribuição gratuita e com grande penetração em todos os segmentos - sobretudo os mais modestos - da comunidade brasileira.

6. A dispersão dos nacionais brasileiros pela grande área de jurisdição do Consulado-Geral em Miami, no entanto, tem constituído entrave para a presença efetiva desta repartição e para o desempenho de um papel mais ativo no sentido de fortalecimento da comunidade brasileira.

Lucio Amorim/lpa/24.03.03

Lucio Amorim
Cônsul-Geral

LPA

Para: BRASEMB MONTEVIDÉU Expedido em: 25/08/2004 16:57:00 N.°: 00363
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Montevidéu
Em 25/08/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS/DOC/DAM I
DESCR=XCOI
REF/ADIT=TEL 984
CATEG=MG

//
COFIG. 8a Reunião Ordinária.
Uruguai. Pedido de
comentários.
//

Nr. 00363

Em sua 8a Reunião Ordinária, a realizar-se no próximo dia 31, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG analisará o seguinte projeto:
- exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- importador: UTE - Usinas y Transmisiones Eléctricas
- objeto da exportação: implantação de termelétrica
- Valor da exportação: US$ 66.000.000,00
- pleito: renovação de promessa de garantia.

2.Para subsidiar a análise do projeto, a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE preparou sumário executivo, que estou transmitindo a essa Embaixada por correio eletrônico. Muito agradeceria receber os comentários de Vossa Excelência a respeito, com a brevidade possível.

EXTERIORES

AAJ

Para: BRASEMB NAIRÓBI Expedido em: 18/05/2005 16:16:00 N.°: 00174
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Nairobi
Em 18/05/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF III
DESCR=PEXT-BRAS-DJIB
CATEG=MG

//
Djibuti. Data Nacional.
Participação brasileira.
Relações bilaterais.
//

Nr. 00174

Com base nos contatos mantidos com o Presidente e o Chanceler do Djibuti que aqui estiveram para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes, antecipo que o Brasil deverá fazer-se representar nas cerimônias da Data Nacional daquele país, em 27 de junho próximo.
2.Tal iniciativa se insere no propósito de desenvolver as relações com o Djibuti, em especial nos campos da cooperação econômica e técnica, dadas as perspectivas de participação de empresas brasileiras, como a Odebrecht, em projetos de infra-estrutura local. Vossa Excelência, que em princípio seria indicado para representar o Brasil nas referida data nacional, caso o permita sua agenda, receberá, proximamente, maiores informações a esse respeito.

EXTERIORES

FJMP

De: BRASEMB MOSCOU Recebido em: 19/03/2003 12:01:54 N.°: 00264
CARAT=Reservado

De Brasemb Moscou para Exteriores em 19/03/2003 (RLOBO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DE II
DESCR=XPRO-RUSS
RTM=VETBREM,INABREM
REF/ADIT=DET 82
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.m Brasil-
Rússia-Vietnam. Hidrelétrica
de Son La. Hidroprojeto.
Braspower.
//

Nr. 00264

RESUMO=
Informo. Transmito relato da reunião com dirigentes do Instituto Hidroprojeto sobre o interesse da Braspower em participar do projeto de Son La, no Vietnam.

. Organizei ontem um almoço de trabalho nesta Embaixada, em que estiveram presentes os senhores Alexander Vorobiev, Diretor Executivo do Instituto Hidroprojeto, e Alexander Fink, Vice-Diretor Geral da empresa. A ocasião serviu para que se apurassem informações de interesse da empresa brasileira "Braspower", bem como para que se manifestasse o interesse do Governo brasileiro em ver a empresa nacional eleita para participar do projeto da hidrelétrica de Son La no Vietnam.

2. Após uma apresentação de sua empresa, os dirigentes do Instituto Hidroprojeto afirmaram que ela está prestes a assinar um contrato de parceria com a estatal vietnamita PECC1 para atuar em Son La. Não omitiram que a decisão de incluir o Hidroprojeto foi política, e já estava aprovada pelo Parlamento vietnamita. Evitaram, porém, ao fazerem menção às cinco empresas que poderiam prestar serviços de consultoria no âmbito do projeto, comprometer-se com um apoio ao pleito da "Braspower".

3. A perspectiva de atuar em parceria com uma empresa

brasileira foi, no entanto, bem acolhida pelos representantes do Hidroprojeto. Eles lembraram sua proveitosa cooperação com a Odebrecht na hidrelétrica de Capanga em Angola e chegaram mesmo a sondar o interesse da "Braspower" em participar de um projeto hidrelétrico no nordeste da Índia (Subansiri Lower Hydropower Project, 2000 MW), país onde disseram ter larga experiência. A participação neste projeto estaria condicionada à capacidade de a empresa brasileira reagir rapidamente e apresentar, no máximo dentro de um mês (sic), proposta de parceria. Dispuseram-se, também, a receber os dirigentes da empresa brasileira para tratar desta e de outras questões.

4. A impressão que se colheu deste encontro, que transcorreu em clima de muita cordialidade, é a de que o Instituto Hidroprojeto não dispõe de influência suficiente para determinar a escolha da terceira empresa a participar do projeto de Son La, embora aceite bem uma eventual associação com a empresa brasileira neste e em outros projetos.

5. Seguem os endereços eletrônicos dos Senhores Vorobiev e Fink, respectivamente: hydro@hydroproject.ru e alex_fink@hydroproject.ru.

Katia Gilaberte, Encarregada de Negócios, a. i.

HCG

Para: BRASEMB NAIRÓBI Expedido em: 25/05/2005 11:32:00 N.°: 00180
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Nairobi
Em 25/05/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SPD/DAF III/DOM II/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-DJIB
CATEG=MG

//
Cúpula ASPA. Encontro entre o
Presidente da República e o
Presidente do Djibuti (11/05).
//

Nr. 00180

Em 11 de maio, o Presidente da República recebeu o Presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, à margem da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

2. De início, Guelleh expressou grande satisfação em conhecer o Brasil. Afirmou que a Cúpula ASPA proporcionaria novo impulso nas relações entre o mundo árabe e a América do Sul, inaugurando uma nova era.

3. Guelleh explicou que, apesar de não ter rios nem lagos, seu país está situado em local privilegiado na rota do petróleo. O Djibuti, dessa forma, obtém expressiva parte de sua renda com serviços relacionados ao transporte marítimo do petróleo do Golfo. Mencionou o novo porto em Djibuti. Informou que a população de seu país gira em torno de 800.000 e que alcançou sua independência em 1977. O Presidente Guelleh disse que está no poder desde 1999. Segundo ele, a educação é uma prioridade de seu Governo.

4. O Presidente do Djibuti informou que, desde o 11 de setembro, os Estados Unidos e vários países europeus se têm preocupado em garantir a segurança da rota marítima do petróleo e em evitar ataques terroristas que ameacem a navegação na área. Guelleh indicou que

seu país está comprometido com essa causa e com a luta contra o terrorismo internacional.

5. Guelleh comentou a cooperação de seu país com Dubai e os Emirados Árabes Unidos, que partilham com o Djibuti posição estratégica na rota do petróleo. Explicou o papel da empresa Odebrecht na construção de novo terminal petrolífero e sua política de formação de mão-de-obra especializada, que poderá ser utilizada em empreendimentos no seu país e no exterior. Segundo o Presidente do Djibuti, seu país tem favelas e é seu dever "libertar" essas populações favelizadas para uma vida normal.

6. O Presidente do Djibuti disse que gostaria de contar com o apoio brasileiro nas conversas de seu país com a China e a França para atrair novos investimentos. Informou que seu país adotará moeda livremente conversível, o que facilitará o ingresso de produtos brasileiros.

7. O Presidente da República teceu comentários sobre a prioridade conferida pelo Brasil à África e ao mundo árabe e sobre a importância de uma relação mais forte no eixo Sul-Sul. Destacou que os países em desenvolvimento devem determinar modos de cooperar entre si, seja no campo comercial, seja no de serviços, entre outros.

8. O Presidente Lula aludiu à luta contra a pobreza no Brasil e enfatizou os expressivos números dos recursos que devem ser mobilizados no nosso país para combatê-la. Explicou os obstáculos que a luta contra a pobreza enfrenta, a qual, muitas vezes, esbarra na própria cultura dos menos favorecidos. Ressaltou a premência de realizar obras de infra-estrutura nas áreas de água, sanamento, energia e educação (construção de escolas).

9. O Presidente Lula mencionou a competência brasileira na área da construção civil, destacando a empresa Odebrcht que atua no Djibuti.

EXTERIORES

Para: BRASEMB NAIRÓBI Expedido em: 25/05/2005 11:32:00 N.°: 00180
CARAT=Reservado

DARP

De: BRASEMB MOSCOU Recebido em: 05/11/2005 11:46:00 N.°: 00822
CARAT=Reservado

De Brasemb Moscou para Exteriores em 05/11/2005 (AGOMESNETO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DASC/DOC/DACESS/DPB/DNU
DESCR=XPRO-BRAS-CAZA
REF/ADIT=TEL 397 2004, DET 522, DET 385
CATEG=MG

//
Brasil-Cazaquistão. Missão empresarial e de avaliação econômico-comercial. Relatório.
//

Nr. 00822

RESUMO=
Transmito, a seguir, relatório da missão empresarial exploratória ao Cazaquistão chefiada pelo DG do DPR, Embaixador Mário Vilalva, que se realizou de 19 a 21 de outubro de 2005.

Transmito:"Em cumprimento às instruções de Vossa Excelência, chefiei, de 19 a 21 de outubro, missão empresarial ao Cazaquistão, ocasião em que também procurei avaliar as oportunidades econômicas e comerciais do país para o Brasil.

02. A delegação brasileira, de diplomatas e empresários, foi integrada pelo Ministro-Conselheiro em Moscou, Eduardo Barbosa; pelo Chefe da DOC, Conselheiro Norton de Andrade Mello Rapesta; pelo Chefe interino da DASC, Primeiro Secretário Ricardo Luis Pires Ribeiro da Silva;pelo Subchefe da DOC, Primeiro Secretário Rodrigo de Azeredo Santos;e pelo Chefe do SECOM da Embaixada em Moscou, Segundo Secretário Paulo Elias. O Setor empresarial foi representado pelo Diretor da ANP, Victor de Souza Martins; Diretor do BANCO DO BRASIL em Viena, Luís Fernando Camilotto; Gerente de Análise de Negócios da CVRD, Rodrigo Quental; Diretor da Construtora Norberto ODEBRECHT S/A, Rubio Fernal;Representante em Moscou da ABIEC, Yuri Alexandre Ribeiro;Diretor Comercial da AURORA Alimentos, representando, também, a Federação das Indústrias

do Estado de Santa Catarina (FIESC), Paulo César Factor; e pelo Diretor da COMEXPORT, Sílvio de Castro Ribeiro.

03. A delegação cumpriu extenso programa de encontros com autoridades do Governo cazaque, em Astaná, no dia 20, e com lideranças empresariais em Almaty, no dia 21. No nível oficial, foi recebida pelo Diretor do Departamento da Europa e das Américas da Chancelaria cazaque, Jandos Astanov; pelo Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Askar Batalov; pelos Diretores de Energia Nuclear e Relações Externas e de Energia e Combustíveis Sólidos do Ministério de Energia e Recursos Minerais, respectivamente, Tulebaev Amaz e Kapken Aibekov; pelo Diretor de Negócios Exteriores e de Investimentos do Ministério da Agricultura, Amangeldy Taskuzhin, e pelas Vice-Ministras Zhanar Aitzhanova e Lilyia S. Musina, respectivamente, do Ministério de Indústria e Comércio e do Ministério da Agricultura, com as quais, a pedido de nossos anfitriões, foi tratada a acessão do Cazaquistão à OMC.Todos os membros da delegação brasileira, inclusive o segmento empresarial, participaram dos contatos oficiais, exceção das conversas dedicadas à OMC, restritas aos diplomatas brasileiros e negociadores cazaques.

04. Em todos os encontros oficiais, procurei transmitir a meus interlocutores informações gerais e específicas sobre a economia brasileira,em particular sobre os setores nos quais se vislumbram possibilidades de cooperação - e o fiz porque imediatamente percebi que meus interlocutores muito pouco ou quase nada conhecem do Brasil, ressalvados os tradicionais estereótipos ligados às nossas festividades carnavalescas ou aos sucessos na área do futebol. A reação foi de muita surpresa, tanto pelo tamanho da economia brasileira quanto pela diversidade de setores,o que nos coloca potencialmente, segundo o Vice-Ministro da Indústria e do Comércio, Askar Batalov, na posição de importantes fornecedores e investidores na economia cazaque.

05. Meus comentários se concentraram inicialmente no desenvolvimento da indústria brasileira do petróleo, que já produz 1.8 milhão de barris/dia, muito próximo, portanto, da auto-suficiência. Destaquei o papel da PETROBRAS, grande produtora e, hoje, também exportadora de petróleo, detentora de tecnologia de ponta na exploração em águas profundas, e que, atualmente, ocupa o décimo-segundo lugar entre as maiores empresas do ramo no mundo, com lucro líquido projetado para 2005 de US$ 10 bilhões e investimentos da ordem de US$ 50 bilhões nos próximos 5 anos. Informei que o Brasil também está investindo na participação do gás natural na sua matriz energética, elevando-a para 12% até 2010,

graças não apenas às descobertas recentes de importantes jazidas no "off-shore" (324 bilhões de metros cúbicos), mas também em função da malha de gasodutos que nos liga à Bolívia e à Argentina e que, no futuro, poderá transformar-se em um anel de energia interligando o continente sul-americano da Venezuela à Argentina, com investimentos da ordem de US$ 17 bilhões.

06. Ainda no setor energético, salientei a importância da hidreletricidade na matriz brasileira, a experiência acumulada na construção de barragens e na operação de usinas, com várias empresas credenciadas para implementar projetos, da construção à operação.Por outro lado, discorri sobre o setor de mineração, recordando que o Brasil, além de grande produtor de recursos minerais, é o maior exportador do mundo de minério de ferro, sendo a CVRD uma das maiores empresas do setor, com presença em vários países.

07. Por fim,comentei sobre: a)a indústria automobilística brasileira, cuja produção este ano deve alcançar 2.3 milhões de veículos, com crescente percentual de exportação; b) o setor aeroespacial, com destaque para as atividades da base de Alcântara e para a EMBRAER, a quarta maior produtora de aviões e líder na área dos jatos regionais; c) a indústria florestal, sendo o Brasil grande produtor e exportador de madeiras,papel e celulose; d) construção civil e engenharia, com empreiteiras de gabarito internacional, com vasta experiência na construção de barragens, estradas, pontes,metrôs, entre outras obras de infraestrutura; e) a indústria de equipamentos médico-hospitalares,que produz 90% das necessidades internas do país, com crescente desempenho no mercado externo; f) a indústria siderúrgica, entre as 10 maiores do mundo com produção anual aproximando-se das 40 milhões de toneladas e exportação para os principais mercados mundiais; e g)o setor de agronegócios, destacando a produção de 120 milhões de toneladas de grãos/ano, inteiramente livre de subsídios, a posição do país como maior exportador mundial de soja, açúcar, café e suco de laranja, entre outros, e a presença no Brasil do maior rebanho comercial do mundo, com 200 milhões de cabeças,o que lhe confere a condição de maior exportador de carnes bovina, além de primeiro exportador de frango e quarto de carne suína.

08. O Diretor do Departamento da Europa e das Américas da Chancelaria cazaque, Senhor Jandos Astanov, comentou que, na estratégia de desenvolvimento de seu Governo, coloca-se, em primeiro lugar, ênfase no crescimento econômico,que deve ser subseqüentemente apoiado por reformas democratizantes. Astanov lembrou o caráter multiétnico e multi-religioso da

sociedade local, e ressaltou a harmonia e tolerância existente entre os diversos grupos que compõem o Cazaquistão.

09. Segundo Astanov, os programas econômicos liberais dos anos 90 criaram as condições para o desenvolvimento da economia de mercado no país. O crescimento anual médio acima de 10%, nos últimos quatro anos, se beneficiou da conjuntura favorável para as "commodities" energéticas, em particular o petróleo e o gás. Com progressivos investimentos no setor, a produção anual de hidrocarbonetos, de aproximadamente 1,2 milhão de barris/dia, deve dobrar até 2015. A atual prioridade da política econômica seria, entretanto,estimular investimentos também em outros setores, de forma a reduzir a vulnerabilidade do país às oscilações dos preços internacionais das "commodities",assim como aumentar o bem-estar geral da população.

10. No plano externo, mencionou o desejo do Cazaquistão de promover imagem positiva, de modo a tranqüilizar e incentivar o investidor estrangeiro. Explicou que o seu Governo estaria comprometido com a realização de eleições gerais livres e transparentes no final do ano (4 de dezembro), que devem ser vencidas, ao que tudo indica, pelo Presidente Nazarbayev. A busca da acessão à OMC faz parte do processo de reformas econômicas,serve para institucionalizar o novo quadro normativo e, uma vez concluída, reforçaria a credibilidade internacional do país.

11. Sobre as relações bilaterais, meu interlocutor expressou o interesse de seu país em aprofundar e desenvolver novos vínculos com o Brasil. Referiu-se à necessidade do estabelecimento formal da cooperação, tendo sido específico em relação à área agrícola e ao campo dos recursos energéticos e minerais. Recebeu com entusiasmo a notícia de que o Governo brasileiro estaria pensando instalar Embaixada em Astaná, o que certamente facilitaria a abertura de novos canais de cooperação. Embora tivesse admitido conhecer muito pouco do Brasil, razão pela qual estava surpreso com as informações que lhe transmitira, revelou estar seu Governo ciente do interesse do Brasil em ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O pleito brasileiro é tido em boa conta por Astaná, mas avaliou que o tema teria pouca evolução no curto prazo em vista da "resistência de países como os EUA e a China".

12. No Ministério da Agricultura, o Chefe do Departamento de Negócios Exteriores e de Investimentos, Amangeldy Taskuzhin,informou sobre os avanços no setor agropecuário no Cazaquistão. Destacou o aumento de 10% no número de cabeças

do rebanho nacional, nos últimos 3 anos, graças a investimentos realizados em produtividade e qualidade. Apontou como áreas de potencial cooperação com o Brasil a pesquisa e o desenvolvimento de novas raças, na pecuária,e a melhoria dos grãos, na agricultura, o processamento de produtos agrícolas (importações de máquinas e equipamentos brasileiros), e os setores de trigo e fertilizantes(exportações para o Brasil). Informado sobre o trabalho da EMBRAPA, manifestou grande interesse em estabelecer contato direto com a empresa, solicitando fosse transmitido convite para que seus técnicos visitem o Cazaquistão com vistas a estudar possibilidades de cooperação bilateral.Questionado por empresários brasileiros sobre o regime de propriedade de terras no Cazaquistão, informou que o investidor estrangeiro pode alugar terras, mas ainda não pode comprá-las.Destacou o interesse em desenvolver projetos de "joint-ventures" com empresas brasileiras para o processamento de produtos agrícolas, citando o caso da soja (importação de sementes e equipamentos para processamento).

13. O Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Askar Batalov, concentrou seus comentários nos esforços do Governo cazaque para diversificar a economia do país. Lembrou que o setor de petróleo e gás liderou o crescimento econômico nos últimos anos, beneficiando-se da maior parte dos investimentos externos diretos. Desde 2003, o Governo procura agregar valor às cadeias produtivas da economia (por exemplo, estimulando a passagem da extração ao processamento do petróleo) e atrair investimentos para outros setores. O objetivo seria reduzir a dependência econômica no setor de energia e promover desenvolvimento mais equilibrado.

14. Segundo Batalov, seu Governo identificou 22 setores nos quais o Cazaquistão possuiria vantagens comparativas e está desenvolvendo 7 projetos-pilotos, nos quais o Brasil poderia cooperar: turismo, petroquímica, materiais de construção, infraestrutura, transportes, têxteis e siderurgia. O país está desenvolvendo instituições (e.g. criação de banco para construção e desenvolvimento, estabelecimento de fundos de investimento setoriais, fortalecimento de mecanismos de crédito à exportação) e arcabouço jurídico (e.g. legislações que disciplinam os investimentos estrangeiros, estabelecem "tratamento nacional" e prevêem vantagens tributárias e em espécie para os investidores)para fortalecer as instituições de mercado e desenvolver a economia cazaque. Batalov aproveitou o ensejo para reiterar a importância que representaria para seu país, em termos de credibilidade internacional, a adesão à OMC.

De: BRASEMB MOSCOU Recebido em: 05/11/2005 11:46:00 N.°: 00822
CARAT=Reservado

15. Por último, ressaltou a localização estratégica de seu país, situado entre a Rússia e a China, com fronteiras com Turcomenistão, Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguisia, conjunto de países que formam mercado regional de importante potencial para os interesses econômicos brasileiros. Mais do que os outros interlocutores, demonstrou ter algum conhecimento da economia brasileira e do comércio bilateral, mas se declarou surpreso com as informações que estava recebendo da delegação brasileira. Nesse sentido, sugeriu que Brasil e Cazaquistão iniciem imediatamente processo de aprofundamento das relações bilaterais. Nesse aspecto, mencionou especificamente o seu desejo de negociar um acordo para a promoção e proteção recíproca dos investimentos.

16. No Ministério de Energia e Recursos Minerais, nossos interlocutores comentaram sobre as reservas petrolíferas, a matriz energética, assim como as condições para o investimento estrangeiro na exploração dos recursos naturais do Cazaquistão. O país possui as maiores reservas de hidrocarbonetos da região do Mar Cáspio, estimadas entre 9 e 17 bilhões de barris, e uma produção diária crescente de 1,2 milhão barris/dia (2004). O Governo já realizou diversos leilões de blocos exploratórios que trouxeram ao país as principais empresas mundiais do setor. A partir de 2003, foram estabelecidas novas regras para a exploração "offshore",que reservam à estatal "Kazmunaigaz" participação de pelo menos 50% nos acordos de produção ("production sharing agreements"). Nesse particular,manifestaram especial interesse em conhecer a experiência brasileira no setor.

17. Ainda no âmbito da energia, foi informado à delegação brasileira que o Cazaquistão detém cerca de 70 geradoras elétricas,das quais 80% são abastecidas por carvão e 12% são hidrelétricas.O país possuiria as maiores reservas de carvão da Ásia Central (35 bilhões de toneladas), ao que tudo indica, de alta qualidade, já existindo alguma infra-estrutura de extração, necessitando, porém, de novos investimentos para reiniciar a produção em maior escala. Está entre os planos do setor a ampliação do número de hidrelétricas.

18. O nível de preocupação do Governo do Cazaquistão em garantir apoio ao ingresso na OMC foi notório nas conversas mantidas com as autoridades do país, particularmente com as que se realizaram, em momentos diferentes,a pedido de nossos anfitriões, com a Vice-Ministra da Indústria e Comércio, Zhanar Aitzhanova, e com a Vice-Ministra da Agricultura, Lilyia S. Musina. A primeira comentou em linhas gerais as

negociações mantidas com o Brasil, assinalando que,a exemplo do que ocorre com os outros membros do Grupo de Cairns, os negociadores brasileiros eram duros ("tough"), com solicitações muito amplas, em alguns casos sobre produtos que sequer estariam sendo cogitados no comércio bilateral. Explicou a posição cazaque pela necessidade de conferir alguma proteção a setores com índices de pobreza, como é o caso da agricultura, que ainda estavam em fase de transição,razão pela qual seu Governo ainda aplicava alguns subsídios, mais concentrados na "caixa verde". Apesar disso, salientou que o Cazaquistão possui 65% de suas tarifas agrícolas unificadas (média de 8%), mas que, para atender o Brasil, estava procurando fazer novas concessões tanto no campo agrícola quanto na área dos serviços. Sobre este último, Aitzhanova me passou lista com novas concessões. Por fim, esclareceu que o Cazaquistão concluiu negociações bilaterais com 10 países e que, no momento, está negociando com os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil.

19. A Vice-Ministra da Agricultura, Lilyia S. Musina, negociadora principal do Cazaquistão em assuntos agrícolas, solicitou a flexibilização de nossas posições, mediante, por exemplo, a redução da lista de produtos prioritários. Argumentou que o comércio bilateral é reduzido e que a sua expansão teria de enfrentar alguns obstáculos, entre eles a distância entre os dois países. Afirmou que negociar 726 posições agrícolas (a 10 dígitos) em face do fluxo de comércio atual era "bastante confuso e trabalhoso". Lembrou que, em cinco anos de conversações, somente 47% das posições foram negociadas. Com outros países, o Cazaquistão havia logrado a redução no número de posições. Revelou que o Governo de seu país concede subsídios aos agricultores, mas que seriam muito pequenos, de 12 a 14 dólares por hectare, e que o país sofre por ser insular e longe dos portos e dos grandes centros consumidores. Da mesma forma que a Vice-Ministra da Indústria e Comércio, também a Senhora Musina antecipou uma nova lista, oferecendo posições melhores em cerca de 140 produtos agropecuários, sobretudo em carnes. Manifestou, a propósito, sua expectativa de que a nova proposta pudesse gerar avanço significativo na próxima rodada negociações em Genebra, prevista para o mês de novembro.

20. Ouvi atentamente os argumentos apresentados por minhas duas interlocutoras e assegurei-lhes o meu compromisso de transmiti-los a meus colegas responsáveis pelo assunto, juntamente com as novas listas que me estavam sendo antecipadas. Aproveitei, entretanto, para dizer que conhecia a posição cazaque, mas que, desde junho passado, quando se

realizaram as últimas negociações bilaterais, nossa postura permanecia a mesma. E esta se justificava por dois motivos básicos: primeiro pelo fato de que a cadeia do agronegócio é bastante desenvolvida na economia brasileira e fundamental na formação do produto interno bruto, seja pela via do mercado interno, seja pela via das exportações, em cuja pauta responde por 40%. Sendo portanto o Brasil extremamente competitivo nessa área - sem qualquer tipo de subsídio - não faria sentido,inclusive à luz do espírito da rodada de Doha, admitirmos proteções excessivas nessa matéria. Em segundo lugar,declarando-me mais otimista que a Sra. Musina, lembrei que o objetivo da minha missão era justamente o de prospectar novas oportunidades comerciais, a fim de que pudéssemos, no curto prazo, aumentar o nível do intercâmbio entre os dois países, inclusive mediante a importação de novos produtos cazaques (como é o caso das tentativas até agora não bem-sucedidas da compra de trigo). Não faria, pois, sentido defender a redução das posições em negociação. Pelo contrário, a expectativa brasileira era no sentido de que o nível do comércio bilateral venha a melhorar, tendo em vista inclusive o desejo do Governo brasileiro de aprofundar as nossas relações em outros campos.

21. Por fim, disse a ambas Vice-Ministras que o Governo brasileiro via de forma positiva a evolução da posição cazaque em relação às negociações de junho último e que apreciava o esforço feito com a nova proposta,tanto na área de serviços, quanto na agrícola.

22. Em Almaty no dia 21, foi realizado, no Hotel Hyatt Regency, o Seminário "Brasil-Cazaquistão: Oportunidades de Cooperação e de Negócios". Além da delegação brasileira, estiveram presentes ao evento cerca de 50 representantes de empresas cazaques, dos setores de carnes,produtos agrícolas, alimentos processados, "trading companies", construção, consultoria jurídica, bancário e turismo. Destacou-se também a presença de várias instituições e entidades empresariais locais, entre as quais a União das Câmaras de Comércio e Indústria do Cazaquistão, cujo Presidente,Sr. Erlan Kozhasbay, ressaltou a importância do evento por se tratar "de iniciativa pioneira dentre os países latino-americanos".

23. Em minha apresentação, procurei repetir as informações gerais e específicas sobre a economia brasileira, tendo realçado os esforços do Governo Lula para garantir a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e impulsionar as reformas previdenciária e tributária. Destaquei ainda a diversidade do setor industrial brasileiro, os investimentos em infra-estrutura e geração de energia e o alto grau de tecno-

logia e competitividade alcançado por setores como o agronegócio, construção civil, indústrias aeronáutica,siderúrgica, automotiva, calçados, alimentos e cosméticos, entre outros. Salientei o grande volume de investimentos externos atraído pelo Brasil e o vigoroso crescimento das exportações verificado nos últimos anos.

24. De todas as intervenções do lado cazaque, destaco, pela importância de seu conteúdo, a da Assessora da Presidência do "KAZINVEST", Sra. Victoriya Patrakova, que apresentou informação detalhada sobre o ambiente para investimentos no Cazaquistão, destacando o expressivo aumento, nos últimos anos, da presença de empresas estrangeiras naquele mercado em reação aos incentivos governamentais, ao sistema tarifário e à regulamentação específica.

25. Patrakova apresentou ainda dados macroeconômicos do Cazaquistão, a situação das contas públicas,e os indicadores de solvência do país, cujo comportamento positivo permitiu que as agências de classificação de risco conferissem a avaliação "investment grade" ao título soberano do país. O crescimento econômico alcançou 9,4% em 2004, tendo-se registrado aumento da produção industrial de 10%; agrícola, de 0,1% e do investimento em capital fixo de 10,6%. A preponderância do setor de recursos naturais na atividade econômica fundamenta a atual estratégia de desenvolvimento dos setores não-extrativos da economia. O principal instrumento dessa política é a promoção de zonas econômicas especiais ("pilot clusters") para os setores de turismo, petroquímica, materiais de construção, infraestrutura, serviços de trânsito pelo território, têxteis e siderurgia. Para estimular os investimentos,foi estabelecido regime legal específico que prevê e disciplina a concessão de diversos tipos de incentivos: a) tributários (impostos corporativos, sobre a propriedade e territorial); e b) benefícios em espécie (para uso de terrenos, instalações industriais etc.).

26. A Sra. Patrakova afirmou que os investimentos estrangeiros diretos no país passaram de US$ 4,5 bilhões, em 2001, para 8,4 bilhões, em 2004, somando mais de 21 bilhões nos últimos 4 anos. Desde 1994, a economia cazaque atraiu investimentos externos diretos de USD 34,3 bilhões distribuídos, sobretudo, nos setores de mineração (63,5%), exploração de petróleo e gás (20,3%) e manufaturas (6,1%). Citou ainda a chamada "Estratégia para o Desenvolvimento Industrial e Inovação", aprovada pelo Banco de Desenvolvimento do Cazaquistão, que visa à diversificação da indústria cazaque, permitindo a transição entre a atual concentração na indústria de extração e produtos de base para uma economia mais forte

nos setores de serviços e de tecnologia.

27. O seminário foi concluído após sessão de perguntas e respostas, que contou com interessada participação dos representantes dos dois países. Em seguida, foi oferecido coquetel a todos os participantes, ocasião em que foi possível aos integrantes da delegação brasileira dar continuidade às conversações com potenciais parceiros cazaques. Verificou-se encaminhamento de negócios nas área da infraestrutura e de carnes.

28. A missão superou as expectativas iniciais, tanto do lado oficial quanto do lado empresarial. Encontramos um país em franco ritmo de desenvolvimento, com um surto de obras civis (notórias na nova capital, inaugurada em 1997), com altas taxas de crescimento (média de 10,4% no período 1999-2004) e com um plano de Governo voltado (nessa ordem) para a diversificação da economia e para a progressiva democratização da vida política. Embora petróleo e gás sejam a base do crescimento desde 2000, vem aumentando a contribuição de outros setores na formação do PIB (indústria, agricultura, construção civil, transportes, comunicações e comércio). Do lado da demanda, o consumo privado, favorecido pelo aumento da renda e do crédito, tem sido importante fator de dinamismo econômico, assim como também o foram (em menor grau) as despesas públicas. Os investimentos na economia têm sido favorecidos pelos capitais privados estrangeiros, na áreas de petróleo e gás, e pelos capitais públicos, em transporte e manufatura.

29. A gestão macroeconômica,marcada pela prudência fiscal e monetária, criou condições para o rápido crescimento econômico, com inflação moderada (6,9% em 2004), taxas decrescentes de desemprego (8% da população economicamente ativa) e redução consistente da pobreza (estimada em 25% da população). O desempenho das exportações, favorecido pelas altas cotações do petróleo, é responsável pelo balanço de pagamentos superavitário. Ao final de 2004, o país detinha reservas de US$ 11,7 bilhões, US$ 6,5 bilhões em fundo extra orçamentário ("National Fund of Kazakhstan") e dívida pública de apenas 7% do PIB. Em reconhecimento ao bom ambiente macroeconômico e a seus indicadores de solvência, o título soberano cazaque detém classificação de "grau de investimento".

30. As oportunidades de cooperação e de negócios com o Brasil são amplas, não apenas nos tradicionais setores de petróleo, gás e mineração (equipamentos para extração, processamento, transporte e armazenamento), mas também em

De: BRASEMB MOSCOU Recebido em: 05/11/2005 11:46:00 N.°: 00822
CARAT=Reservado

outros onde o Brasil é claramente competitivo:

(a) geração de energia elétrica, em atendimento às necessidades de desenvolvimento, reparo e modernização da matriz elétrica do país, com fornecimento de equipamentos de geração e distribuição de energia, tendo presente os planos de construção de novas usinas (inclusive hidrelétricas), reabilitação de estações, reparos de rede de transmissão etc;

(b) equipamentos para a indústria da mineração e processamento metalúrgico, parte considerável dos quais está defasado, freqüentemente necessitando de reparos e com reduzida adequação aos padrões internacionais.O Cazaquistão ainda não desenvolveu indústria nacional que corresponda aos seus vastos recursos minerais (carvão, metais ferrosos e não ferrosos) e depende portanto de importações de equipamentos, hoje basicamente provenientes da Rússia;

(c) arquitetura, construção e serviços de engenharia, tradicionalmente demandados pelo setor de petróleo e gás, deverão generalizar-se no país, sobretudo na expansão da nova capital, na ampliação da infraestrutura e na construção de novos setores industriais. Em conseqüência, já se verifica interesse pela área de planejamento e desenvolvimento urbano, setor em que o Brasil tem-se destacado;

(d) equipamentos médico-hospitalares, necessários a um setor predominantemente estatal, com muitas carências, devido a históricas limitações orçamentárias e ausência de novos investimentos. A maioria dos hospitais públicos cazaques encontra-se em estado precário, necessitando substituir e modernizar seus equipamentos.O Governo tem começado a alocar novos recursos para o setor;

(e) máquinas agrícolas e tecnologia agrícola e pecuária, tendo presente os estímulos criados pelo Governo cazaque na forma de programas que facilitam o financiamento para a modernização do setor. Hoje a agricultura é responsável por aproximadamente 8% do PIB e as terras agricultáveis correspondem a cerca de 220 milhões de hectares (74% do território). A infraestrutura do campo está, entretanto, atrasada, necessitando de equipamentos e de tecnologia,daí o interesse manifestado pela EMBRAPA;

(f) equipamentos para controle de poluição, tendo em vista que o uso de métodos primários de exploração de recursos naturais, em particular no período soviético, teve impacto negativo no meio ambiente e na população. A fragilidade financeira das indústrias e a ausência de maior controle

regulatório não propiciaram o desenvolvimento de mercado de serviços e tecnologia ambiental. O Governo cazaque começa, entretanto, a se preocupar com o assunto,sobretudo nas áreas de tratamento da água, controle de poluição e reciclagem de dejetos; e

(g) aviação civil regional, tendo presente a meta do Governo cazaque de desenvolver as diversas regiões do país, criando portanto demanda por transporte aéreo de curta distância. O país já dispõe de 22 aeroportos, dos quais dois internacionais (Astaná e Almaty) e doze com instalações temporárias para conexões com os países vizinhos. A empresa ASTANA AIR poderia ser abordada com as ofertas da EMBRAER.

31. As empresas que integraram a missão brasileira - todas com projeção internacional e altamente representativas de importantes setores da economia nacional - revelaram grande interesse pelo mercado cazaque. Abordaram questões técnicas com nossos interlocutores e demonstraram a competitividade de seus produtos e serviços diante da demanda cazaque. Algumas lograram encaminhar negócios de exportação de carnes (Aurora Alimentos e Comexport) e outras aprofundaram contatos já estabelecidos anteriormente. A CVRD, por exemplo, está interessada em realizar investimentos de risco no setor de exploração mineral e o Banco do Brasil, que já possui acordos de confirmação de cartas de crédito com três bancos locais,aproveitou para estreitar suas relações com as instituições financeiras locais. A Odebrecht, por sua vez, vislumbrou oportunidades no campo da construção civil e, nesse sentido, prometeu enviar, em breve, seu Diretor em Dubai para dar seguimento aos contatos realizados durante a missão.

32. Tendo em vista as perspectivas abertas em relação ao aumento dos negócios bilaterais e tendo presente o nível de desconhecimento da realidade brasileira na sociedade cazaque, sugiro a Vossa Excelência as seguintes ações de fácil e imediata implementação, em acréscimo àquelas já recomendadas pelo Embaixador Santos Neves (vide o tel DE II/ 397, de 2004):

(a) contratação de empresa para a elaboração do "Como Exportar - Cazaquistão";

(b) publicação de artigo sobre o Brasil na revista de bordo da empresa aérea "Air Astana", sem caracterização como matéria publicitária (a exemplo do que já foi feito,de forma bem-sucedida, com outras companhias aéreas);

(c) publicação de artigo mais especializado, abordando os setores passíveis de cooperação, em revista de grande circulação no Cazaquistão;

(d) convite a jornalista cazaque para visitar o Brasil, que possa gerar publicação de matérias sobre o potencial da cooperação bilateral nos jornais de maior circulação;

(e) Convite ao Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Askar Batalov, para visitar o Brasil,tendo presente a avaliação de todos os membros da delegação brasileira de que se trata do interlocutor mais dinâmico, com clara trajetória ascendente no Governo cazaque e com declarado interesse pelo nosso país; e

(f) identificação, compra de espaço e divulgação junto ao empresariado brasileiro da mais importante Feira de negócios do Cazaquistão em 2006.

33. Diante do que precede, permito-me juntar-me à avaliação prévia de Vossa Excelência no sentido de que o Brasil deva ter uma Embaixada residente em Astaná. Até o momento o país abriga 25 Embaixadas residentes, na maioria européias e asiáticas, além de Canadá e EUA.

Mario Vilalva"

Eduardo Botelho Barbosa, Encarregado de Negócios a. i.

MV

De: BRASEMB OSLO Recebido em: 23/03/2006 13:00:00 N.°: 00130
CARAT=Reservado

De Brasemb Oslo para Exteriores em 23/03/2006 (DC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=COCIT/DE I/DIC/AIG/DAC
DESCR=SAPS
RTM=DINBREM,SUEBREM,FINBREM
REF/ADIT=TEL 90
CATEG=MG

//
Promocão Comercial.
Investimentos imobiliários
irregulares em Natal.
Reportagem sobre investigacão
da Polícia Federal.
//

Nr. 00130

RESUMO=
Informa sobre reportagem de oito páginas veiculada recentemente no mais importante jornal financeiro da Noruega, a respeito de investimentos imobiliários em Natal, feitos de forma irregular por empreendedores noruegueses envolvidos em tráfico de drogas, sonegacão de impostos e lavagem de dinheiro.

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMBS COPENHAGUE, ESTOCOLMO E HELSINQUE.
Aditel 90. O jornal "Dagens Næringslivet" publicou recentemente extensa matéria sobre investimentos imobiliários noruegueses suspeitos em Natal, que estariam sendo investigados por grupo especial de trabalho formado pela Polícia Federal, Procuradoria da República e Ministério da Fazenda.
2.Tendo em vista que, na reunião da próxima terça-feira (28.03) da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, está programada a apresentação de duas empresas idôneas do ramo - a Dream Invest e a Brazil Invest (esta última associada à Odebrecht) - muito agradeceria receber subsídios que me habilitem a responder a questões sobre esse tema, que seguramente surgirão durante o debate. Em linhas gerais, pretendo adotar a posição de ressaltar o aspecto positivo de uma ação conjunta das autoridades brasileiras pertinentes para solucionar o problema.
3.Finalmente, cabe registrar, que, em conversa sobre outro tema, o Chefe do Departamento para a América Latina do

Ministério dos Negócios Estrangeiros me confidenciou que o Embaixador Jan Lassen, estaria há alguns meses em contato com a Policia Federal sobre este assunto (fato que ele imaginava ser do meu conhecimento).
4.As matérias em apreço estão sendo traduzidas e serão enviadas por fax tão logo possível.

Renate Stille, Encarregada de Negócios, a.i.

ML

Para: BRASEMB PANAMÁ Expedido em: 15/05/2006 10:51:00 N.°: 00115
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Panamá
Em 15/05/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF/DCC
DESCR=PANA-XCOI-EFIN
CATEG=MG

//
COFIG. Panamá. BNDES.
Financiamento. Construção da
Rodovia Madden-Colón. Consulta
da SBCE.
//

Nr. 00115

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser apreciada, em princípio, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre operação de crédito do BNDES para construção da Rodovia Madden-Colón, que completará a ligação entre a Cidade do Panamá e Colón.

2.A operação, no valor de US$ 142 milhões, ainda se encontra em fase de negociação entre o Governo panamenho e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. Consistirá de obras e serviços de engenharia civil a serem exportados pela Odebrecht, tendo como importador um fideicomisso privado a ser constituído. O fideicomisso teria o propósito específico de administrar o empreendimento e garantir o pagamento das dívidas aos credores.

2.O BNDES financiaria 100% das exportações brasileiras na modalidade BNDES Exim Pós-Embarque, com o prazo total de 12 anos. A operação seria garantida por recursos provenientes de pedágios na Rodovia e, se necessário, por notas promissórias ("pagarés") emitidas pelo Governo panamenho em favor do fideicomisso no momento da assinatura do contrato.

3.O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

a) Aspectos Políticos e Legais
- Cenários econômico e político do Panamá;
- Nível de comprometimento e prioridade do Governo local em relação ao projeto; e
- Medidas adotadas pelo Governo local em benefício do projeto;

b) Aspectos Gerais sobre o Projeto; e

c) Opinião do Posto sobre o Mérito e os Riscos do Projeto.

4.Muito agradeceria receber, com a possível urgência, as informações solicitadas pela SBCE.

EXTERIORES

CLMC

Para: BRASEMB NOVA DELHI Expedido em: 05/12/2003 12:41:47 N.°: 00551
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb Nova Delhi
Em 05/12/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAOC I
DESCR=PEXT-BRAS-INDI
CATEG=MG

//
I Reunião da Comissão Mista.
Ata. Envio de texto.
//

Nr. 00551

Transmito, abaixo, proposta brasileira para a ata da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia. Essa proposta teve por base uma minuta indiana, a qual foi revista pelos membros da delegação brasileira.

2.Muito agradeceria fazer entrega à parte indiana do texto que segue:

"SUMMARY RECORD OF THE FIRST MEETING OF THE
INDIA-BRAZIL JOINT COMMISSION
NEW DELHI, 20 AND 21 OCTOBER 2003

The first Meeting of the India-Brazil Joint Commission, established in terms of the Memorandum of Understanding signed by Under-secretary Shashank, from the Indian Ministry of External Affairs, and Under-secretary Gilberto Saboia, from the Brazilian Ministry of External Relations, on August, 2002, was held in New Delhi, on 20 and 21 October 2003.

The Brazilian delegation was headed by Ambassador Celso Amorim, Minister of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil.

The Indian delegation was headed by Dr Yashwant Sinha, Minister of External Affairs of the Republic of India.

The delegates accompanying the respective Foreign Ministers to the First Meeting of the Joint Commission are listed in Annex I.

The First Meeting of the India-Brazil Joint Commission addressed issues pertaining to the following areas:
1Agriculture
2Culture and Education
3Energy
4Multilateral Economic Co-operation
5Science and Technology
6 Social Co-operation (Health)
7Space
8Tourism
9Transport

A summary of the discussions on the issues listed above, follows hereunder, in annex II, as well as conversations regarding the establishment of the I Environmental Common Agenda Meeting.

ANNEX I
LIST OF PARTICIPANTS

Brazilian Delegates

Ambassador Celso Luiz Nunes Amorim
Minister of External Relations

Ambassador Clodoaldo Hugueney Filho
Undersecratary of Economic and Technological Affairs,
Ministry of External Relations

Mr. Ivan Batista Coelho,
Undersecratary of Administrative Issues
Ministry of Health

Ambassador Mauro Iecker Vieira
Head of Cabinet
Ministry of External Relations

Ambassador Mario Vilalva
Head of Trade Promotion Department,
Ministry of External Relations

Ambassador Edmundo Sussumu Fujita,
Head of Asia and Oceania Department

Mnistry of External Relations

Ambassador Edgard Telles Ribeiro,
Head of Cultural Department,
Ministry of External Relations

Minister Everton Vargas
Head of Department of Environment & Space
Ministry of External Relations

Dr. João Cavallero,
Director, Department of Animal Husbandry and Dairy
Ministry of Agriculture

Mr. Angelo Bressan Filho
Head of Department of Sugar & Alcohol,
Ministry of Agriculture

Mr. Ricardo de Gusmão Dornelles
Co-ordinator for Petroleum, Natural Gas & Renewable Fuels
Ministry of Mines & Energy

Minister Débora Vainer Barenboim
International Relations Advisor
Ministry of Tourism

Dr. Gilberto Sá,
Special Advisor to the Minister
Ministry of Science and Technology

Counsellor Almerinda Carvalho
Head of Education Division,
Ministry of External Relations

Counsellor Maria Nazaré Farani
Advisor to the Minister
Ministry of External Relations

Col. Aviator Franklin Nogueira Hoyer
CERNAI
Ministry of Defence

Mr. Fernando A Brito Fialho
President, Port authority of the State of Maranhão

Sec. Oswaldo Biato Jr

Head of Division of Asia and Oceania I
Ministry of External Relations

Sec. Norton Andrade de Mello Rapesta,
Deputy Head, Division of Trade Promotion Operations,
Ministry of External Relations

Sec. Nedilson Ricardo Jorge,
Advisor to the Minister
Ministry of External Relations

Dr. Antenor Cesar Vanderlei Corrêa
General Co-ordinator of Software Services and Application
Ministry of Science and Technology

Dr. Paulo Rogério Gonçalves
Bilateral International
Co-operation Secretariat,
Ministry of Science and Technology

Mr Sotto Pacheco Costa,
Secretary of Bilateral International Co-operation
EMBRAPA

Dr. Ana Maria Tapajós
Head of Division of Technical Studies and International
Affairs
Ministry of Health

Mr. Rubio Fernal Ferreira e Souza
Director, Construtora Noberto Odebrecht S.A.

Mr Ricardo Antunes
Director General
CVRD Rio Doce International

Mr. Claudio Oliveira Alves
Gerente de Contas
CVRD Rio Doce International

Mr. Ricardo Pesce
EMBRAER

Mr. Paulo Barbirato ,
Director for Alliances and Business Negotiations

VARIG

Indian Delegates

Mr. Chaterjee
Secretary of Commerce

Mr. Suresh Pal
Deputy Secretary (FT-LAC)
Ministry of Commerce

Mr. A. K. Srivastav
Joint Secretary,
Ministry of Petroleum & Natural Gas

Mr. Ajay Shankar
Joint Secretary,
Ministry of Power

Mr Susheel Kumar
Joint Secretary,
Ministry of Shipping

Mr. Roy Paul,
Secretary
Ministry of Civil Aviation

Mr. Raghu Menon
Joint Secretary
Ministry of Civil Aviation

Mr. Bhanu Pratap Sharma
Joint Secretary
Ministry of Health & F.W.

Mr. J. Jayakumar
Joint Secretary (Culture)
Deptt. Of Culture

Mr. Naved Masood
Joint Secretary (IC)
Ministry of Agriculture

Mr. Tapesh Pawar
Joint Secretary (IC)
Department of Animal Husbandry and dairying

Mr. Prodipto Gosh
Secretary
Ministry of Environment and Forests

Mr. Ashutosh Baranwal
Deputy Secretary
Ministry of Steel

Ms. Indumaty
Deputy Secretary (Education)

Mr. Ranjan Chatterjee,
Executive Director
India Trade Promotion Organisation - ITPO

Ms. Pushpa Thottam
Deputy Advisor
Ministry of Petroleum

Ms. Madhu Mahajan
Director (IC)
Ministry of Information Technology

Mr. Jacob Ninan
Director (IC)
ISRO, Bangalore

Mr. Bandopadhyay
Advisor
International Division
Ministry of Science & Technology

Dr. Maxime Olson
Resident Representative
UNDP

Mr. Rakesh Kumar
DG (ICCR)

ANNEX II
The Joint Commission plenary meeting was preceded by the deliberations (held on 20th October, 2003) of the Working Groups on agriculture, culture and education, energy, multilateral economic cooperation, science and technology, social issues (health), space, tourism, transport and environment, which thereafter presented their reports at the JC. The Groups agreed to continue to

work closely in giving concrete shape to the decisions taken by them to promote bilateral co-operation. The important decisions taken by the groups are summarized below:

Agriculture Group

It was agreed that the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) and the Indian Council of Agricultural Research (ICAR) would discuss and finalize a draft MoU on joint agricultural and animal research and draw up a work plan to be implemented every two years. The main components of the work plan would include the following: (a) exchange of experts/scientists; (b) training of experts/scientists; (c) exchange of germoplasm; (d) development of joint research projects in animal health; and (e) utilization of embryo transference techniques in the reproduction of farm animals.

Culture and Education Group

Culture: The Parties have decided to organize Festivals in both countries and to draw up a calendar of events and programmes with a view to sharing the rich diversity of the two countries on a continuous and permanent basis. It was also agreed that Brazil would organize one/two major events in New Delhi during the President of Brazil`s visit in January 2004 and that Brazilian authorities would support the realization of an Indian Festival in Brazil, in 2004. There is also the possibility of mounting exhibitions in New Delhi depicting Brazilian indigenous artifacts.

Education: It was agreed that a working plan on education currently being examined in both countries would soon be concluded and should be ready for signatures during President Lula da Silva visit to India in January 2004. The program would include sharing of experiences in the fields of education for all, teacher training, education for disabled children, distance education, school feeding scheme, school grant program ("Bolsa Escola") and improvement of literacy levels based on the experience of the Province of Kerala.

Energy Group

The delegations exchanged information concerning the production, distribution, taxation and technical aspects of the blending of alcohol in gasoline and diesel oil, as well as the Brazilian experience in the use of hydrated alcohol and the launch of " flex fuel" cars. The Indian delegation was interested in knowing the result of research on technical adaptation of vehicles, which will be provided by Brazil. Besides, the Indian delegation informed about that India is implementing a pilot

experience of mandatory inclusion of 5% of ethanol to gasoline, but the Indian production of ethanol is not enough to satisfy the demand. In the field of bio-diesel, both countries agreed to exchange lists of institutions involved in research in this field.
It was agreed to develop a cooperative relationship in the area of oil research particularly in the blending of ethanol with diesel and the production of bio-diesel as alternate sources of fuel.
Multilateral Economic Cooperation Group
Both sides exchanged views on a wide variety of topics of the multilateral economic, trade and technological agenda including the following: the Cancún Ministerial Conference; initiatives to be promoted by the G-20 and the agricultural negotiations; the "Singapore Themes"; market access for non-agricultural goods; TRIPS; TRIMS; S&D treatment; and the possibility of launching a new round of SGPC negotiations. The Brazilian delegation presented a draft of a Memorandum of Understanding to establish a mechanism of consultations on the multilateral economic, trade and technology issues. The Indian side is considering the proposal and will react to it shortly.

Science and Technology Group
It was agreed to focus the cooperation under the following areas: a) Biotechnology (b) Marine Sciences (c) Building Materials/Technology and (d) Metrology. It was also agreed that the nomination of the Brazilian members and the date of the first meeting of the India-Brazil Scientific Council will be soon decided and conveyed through exchange of letters. It was further agreed that the Working Group on Biotechnology will be designated and may meet in Brazil in early 2004 to outline projects, according to the 2002 Work Plan for Collaboration in Biotechnology. In the area of Marine Sciences a joint meeting may be organized in Brazil in 2004 to identify cooperative activities. It was also decided that exchange of visits of scientists and experts from India and Brazil would be encouraged to explore possibilities of cooperation in the areas of Building Materials/technology and Metrology. On the field of Information Technology, the following areas of mutual interest were highlighted for bilateral cooperation: (a) Public Key Infrastructure (b) Internet (c) E-governance. Other areas were also mentioned for future deliberation: (a) Super Computer, and (b) Digital Divide. The Indian side suggested the need of a follow-up discussion with regard to the Indian Super Computer `PARAM` to the Laboratório Nacional de

Computação Científica (LNCC/MCT), and suggested that this issue to be concluded considering the visit of the President of Brazil in January 2004, also pointing out that this could emerge as symbol of South-South cooperation in the area of High Performance Scientific Computing.

Social Co-operation Group

Health: In terms of the Implementing Arrangement in the field of Health and Medicine signed by the two countries in May 1998, both side reaffirmed their desire to strengthen and further expand these collaborative ties. It was accordingly agreed to (a) organize a joint programme/workshop on impact of trade agreements in pharmaceuticals and health areas of both countries with specific emphasis on policies relating to universal access to reasonably priced medicines, regulation of prices, quality control of medicine of pharmaceutical products (b)exchange information regarding sanitary vigilance and quality control of medicines, pharmaceuticals, cosmetics, food products with particular emphasis on products of traditional systems of medicine and also to facilitate exchange of visits to study up gradation of food and drugs labs in both the countries (c) collaborate in exchange of information and exchange of visits of programme officers managing HIV/AIDS control programme, TB programme and Malaria programme (d) to share information and facilitate exchange of visits in the field of Family Health Programme between the two countries with particular emphasis on the structure and functioning of Primary Health Care delivery system in rural areas & (e) to stimulate joint research in the sphere of development of pharmaceuticals, medicines and vaccines.

Space Group

It was agreed that both countries would examine the possibility of strengthening the existing cooperative relationship in the area of space under an MoU signed in March 2002 between the Indian Space Research Organization (ISRO) and the Brazilian Space Agency (AEB), by signing a framework agreement on the peaceful uses of outer space during the visit of the President of Brazil to India in January 2004. It was also agreed that both sides would exchange concrete proposals to be included in the Programme of Cooperation to be signed on the same occasion by the Chairman of ISRO and the President of AEB.

Tourism Group

Since about 80% of world tourism happens among Northern countries, a co-ordinated action of Southern public and

private sectors is needed, in order to promote the sustainable development of tourism among Southern countries. In this context, Brazil, India, South Africa and China, have an outstanding role to perform. Therefore, in September 2003, the International Relations Director of Ministry of Tourism in Brazil has visited India to establish preliminary contacts. During the joint commission it was agreed to:

a) Provide reciprocal support to workshops involving tourism investors and operators, the first of which shall happen on 27 January 2004, with support of CII, within a large programme being prepared by the Department of Trade Promotion - MRE;

b) Organise fam e press tours to specialised operators and journalists from both countries;

c) Promote the exchange of technical staff from both countries in the areas of capacitation and certification;

d) Encourage the exchange of tourism students;

e) Co-operate with the respective competent areas in order to improve the air transport supply between Brazil and India; and

f) Co-operate within all international fora in order to increase the amount of multilateral meetings to take place in the Southern Hemisphere. This subject will be dealt with during UNCTAD Conference, in São Paulo, in June 2004, and shall be mentioned in the Conference`s final report;

g) Sign the Brazil-India Tourism Agreement on January 2004.

Transport Group

The Parties agreed to initiate the negotiation of a bilateral Air Services Agreement (ASA) through diplomatic channels. They recognised that, at present, their flag carriers cannot establish ponto-a-ponto between the two countries, but that aim could e attained by means of code share agreements. They have mentioned the possibility of boarding passengers via South Africa, country with which both Brazil and India have ASA, without 5th freedom rights. These rights could be negotiated within the India, Brazil and South Africa dialogue mechanism (IBAS). The Indian authority indicated its intention to negotiate an " open skies agreement " with Brazil in the near future. The Brazilian side explained that this policy is not currently being applied in Brazil

10) Environment

It was agreed to hold the first meeting of the Common Agenda on Environment before the visit of the President of Brazil to India in January 2004. It was further agreed to coordinate positions of the two countries in

International forums on issues of climate change and bio-diversity. Developing clean water technology was also identified as an important area of co-operation."

EXTERIORES

ARM

Para: BRASEMB PANAMÁ Expedido em: 14/07/2006 12:29:43 N.°: 00180
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Panamá
Em 14/07/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DCC/DOC/DSF
DESCR=XIEX-BRAS-PANA
CATEG=MG

//
COFIG. Brasil-Panamá. Rodovia
Madden-Colón. Aprovação de
seguro de crédito à exportação
a financiamento do BNDES.
//

Nr. 00180

Informo Vossa Excelência de que, na 23ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportaçãoes (COFIG), realizada em 28.06.06, foi aprovado pleito da construtora Norberto Odebrecht de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação a financiamento do BNDES, no valor de US$142 milhões, para a construção de rodovia conectando as cidades de Madden e Colón.

2.O financiamento do BNDES corresponde a 100% das exportações brasileiras, com prazo de 12 anos e taxa de juros Libor + "spread" de 1% ao ano.

3.Ao recomendar que a operação fosse aprovada pelo Comitê, o Diretor da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação destacou que o projeto rodoviário insere-se no âmbito da pretendida ampliação do Canal do Panamá, obra com custo estimado entre 6 e 10 bilhões de dólares. A participação do Brasil na construção da Rodovia Madden-Colón abre perspectivas de que empresas brasileiras venham a participar de outras etapas do projeto de ampliação do Canal.

EXTERIORES

AJB

Para: BRASEMB PANAMÁ Expedido em: 27/10/2006 17:17:31 N.°: 00264
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Panamá
Em 27/10/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DECAS/DCC
DESCR=XPRO-BRAS-PANA
REF/ADIT=DET 180, DET 115, TEL 191
CATEG=MO

//
Promoção Comercial. COFIG.
Construção e operação do
trecho Madden-Colón. Aprovação
da operação.
//

Nr. 00264

Na 26ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada em 25 de outubro último, foi aprovada a operação de crédito do BNDES para a exportação de bens e serviços referentes à construção do trecho Madden-Colón da rodovia que liga essa capital à cidade de Colón.

2. A operação tem como exportador a construtora brasileira Norberto Odebrecht. O importador/devedor será o fiduciário a ser criado, atuando em nome de um Fideicomisso de Administração e Garantias, que contará com as garantias necessárias da República do Panamá. O total da exportação é de US$ 142.000.000,00 dos quais 100% serão financiados pelo BNDES, bem como 100% do valor do prêmio do seguro de crédito à exportação, com prazo de 15 anos, comprometendo-se o Governo Panamenho a aportar em contas específicas o valor necessário para o pagamento da parcela do serviço da dívida não coberta pelos recursos provenientes do pedágio.

EXTERIORES

Para: BRASEMB PANAMÁ Expedido em: 27/10/2006 17:17:31 N.°: 00264
CARAT=Reservado

LFM/CHAS

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 23/05/2006 15:28:00 N.°: 00191
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 23/05/2006 (BFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF/DCC
DESCR=XCOI-EFIN
REF/ADIT=DET 115
CATEG=MG

//
COFIG. Panamá. BNDES.
Financiamento Rodovia Madden-
Colón. Consulta da SBCE.
//

Nr. 00191

Em atendimento à solicitação do desptel de referência, envio os seguintes comentários:

(a) Aspectos políticos e legais

1. Cenário econômico do Panamá

Com vistas ao equilíbrio das contas nacionais e à afirmação da imagem do Panamá como um país com perspectivas de crescimento e regras estáveis, o Governo Torrijos se empenhou no seu primeiro ano de mandato em realizar as reformas fiscal e da Caixa de Seguro Social (CSS).

O Governo panamenho tem divulgado dados positivos sobre a diminuição do déficit fiscal e a taxa de crescimento do PIB (6.4% em 2005). Com sua economia dolarizada, a taxa de inflação em 2005 foi de 2.9%. Persistem, no entanto, dados negativos com relação ao desemprego - que, segundo o Governo, baixou de 13% para 9.6% da PEA - e à distribuição de renda - 40% da população abaixo da linha de pobreza.

Apesar do alto endividamento - mais de U$ 10 bilhões, cerca de 70% do PIB -, o Panamá desfruta perfil positivo no mercado financeiro internacional (risco - país em 175 pontos em março de 2005; classificação BB plus, segundo a FITCH`s).

Além do crescimento expressivo do setor de construções,

estão sendo desenvolvidos importantes projetos em áreas variadas.

Ademais do projeto de ampliação do Canal, vale mencionar:
- modernização dos portos;
- desenvolvimento da área econômica de Howard;
- saneamento da baia do Panamá;
- modernização do sistema de transporte urbano da cidade do Panamá;
- construção de hidroelétrica;
- possível construção de refinaria no Pacífico (Puerto Armuelles) pela "Occidental Petroleum" (OXY); e
- modernização do sistema vial.

Importador do petróleo que consome, praticamente todo proveniente da Venezuela, o Panamá vive crise energética, com altas significativas dos preços de combustível e energia elétrica.

A economia panamenha está baseada no setor de serviços (cerca de 80% do PIB).

Dados econômicos (2005)

PIB (U$ 13 bilhões)
PIB per capita (U$ 4.133)
Inflação 2.9%
Dívida 10.549 bilhões

2. Cenário político do Panamá

O Presidente Martín Torrijos tomou posse em 1º de setembro de 2004. Seu partido político - Partido Revolucionário Democrático (PRD) - conta com 43 deputados na Assembléia Nacional (integrada por 78 deputados).

Em seu programa de Governo, Torrijos destacou como objetivos principais o combate ao desemprego - pelo desenvolvimento de projetos variados - e à corrupção.

No plano prático de ações governamentais, as prioridades se concentraram na reforma fiscal, na reforma da Caixa de Seguro Social (CSS), na negociação de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA e no desenvolvimento dos projetos acima citados.

As reformas fiscal e da CSS foram aprovadas. O TLC com os

EUA ainda não foi concluído. O projeto de ampliação do Canal foi divulgado em 24 de abril. Será objeto de deliberação pelo Executivo, após o que será submetido à Assembléia Nacional. Se aprovado pela Assembléia, será, conforme estipulado na Constituição panamenha, submetido a referendo popular.

O cenário político é estável. O Governo Torrijos tem avaliação positiva.

3. Nível de comprometimento e prioridade do Governo panamenho em relação ao projeto

O Presidente Torrijos assumiu publicamente o compromisso de concluir a rodovia Panamá-Colón - ou seja, os cerca de 45 Km restantes. Este compromisso foi reiterado pelo então Ministro de Obras Públicas (MOP), Carlos Vallarino - que recentemente assumiu o Ministério de Economia e Finanças.

A conclusão da rodovia é obra prioritária para o Governo local.

4. Medidas adotadas pelo Governo panamenho em benefício do projeto

- Compromisso do Governo Torrijos com a conclusão do projeto se reflete na negociação do MOP com a concessionária mexicana - "Proyectos y Construcciones S.A. - PYCSA" - no sentido de dar uma solução ao impasse atual criado em relação não apenas ao trecho Madden-Colón, mas também quanto a outras obras relacionadas ao chamado Corredor Norte.
- Governo panamenho tem mostrado disposição em negociar com a PYCSA a transferência do Contrato Madden-Colón para a empresa brasileira Odebrecht.
- O projeto seria pago pela cobrança de pedágio na nova rodovia. O Governo panamenho daria a garantia de que, caso a arrecadação do pedágio seja insuficiente, o eventual déficit seria por ele arcado.

(b) Aspectos gerais sobre o projeto

Em essência, o projeto consiste na construção do trecho Madden-Colón (45 km), com o que se concluiria a rodovia Panamá-Colón.
O custo estimado da obra Madden-Colón é de cerca de U$ 180 milhões de dólares.

Atualmente, a cidade do Panamá é ligada a Colón pela

chamada Transístmica, com cerca de 80 km, considerada aqui como uma "trampa de muerte" (armadilha mortal) para os usuários, pelas péssimas condições em que se encontra e estreiteza da pista.

A nova rodovia Panamá-Colón teria a extensão de cerca de 59 km, além de estrutura mais segura e moderna.

Enquanto a atual Transístmica seria de uso gratuito, a nova Panamá-Colón seria mantida pela cobrança de pedágios.

(c) Opinião do Posto sobre o mérito e os riscos do projeto

A realização do projeto, com a conclusão da rodovia Panamá-Colón, certamente teria um impacto positivo na comunicação diária entre as duas principais cidades panamenhas, sobretudo agilizaria o transporte de mercadorias proveniente da Zona Livre de Colón (ZLC) - a segunda maior do mundo, com movimento em 2005 de U$ 11 bilhões de dólares.

Por outro lado, atenderia o compromisso assumido pelo Presidente Torrijos.

Quanto aos riscos, cabe ressaltar que o projeto poderá, em tese, ser discutível do ponto-de-vista da sua rentabilidade, uma vez que o retorno seria obtido pela cobrança dos pedágios.

No entanto, na medida em que o Governo do Panamá dë a garantia de assegurar o pagamento do projeto, esse eventual risco estaria superado.

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

LTCM

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 23/05/2005 15:31:00 N.°: 00208
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 23/05/2005 (BFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DTS/DCC/DIC
DESCR=STES-BRAS-XCOI
REF/ADIT=TEL 182, TEL 55, DET 88
CATEG=MG

//
Panamá. Reforma de Seguridade
Social. Projeto de Lei.
//

Nr. 00208

RESUMO=
Projeto de reforma do Sistema de Seguridade Social do Panamá. Não se separou a previdência social do atendimento médico-hospitalar. Eventuais impasses e a natureza híbrida da reforma.

Informo. Em 19 de maio de 2005, o Poder Executivo enviou à Assembléia Nacional do Panamá proposta legislativa que altera a Lei Orgânica da "Caja del Seguro Social (CSS)", principal órgão de Seguridade Social deste país. O projeto de lei contém alterações nos parâmetros referentes à aquisição do direito à aposentadoria, bem como modifica outros aspectos do sistema. Tendo em vista a participação de técnicos brasileiros nas discussões preliminares que levaram à confecção do projeto encaminhado ao Parlamento, relato, a seguir, os principais pontos da proposta de reforma.

2.No que concerne aos requisitos para aposentadoria, o projeto caracteriza-se por gradualismos de variadas intensidades. A elevação da idade mínima para a aquisição do direito reger-se-ia por prazos mais longos. Para os homens, o aumento seria escalonado dos atuais 62 anos para 63 em 2007, 64 em 2010, e 65 em 2015. Para as mulheres, o limite seria elevado dos atuais 57 anos para 58 em 2007, 60 em 2010, e 62 em 2015.

3.Outro requisito, o tempo de contribuição necessário, estaria submetido a prazos mais curtos. Até 31/12/2006 permanecem os atuais 15 anos de contribuição. De 01/01/ 2007 até 31/12/2009 serão necessários 20 anos de contribuição. E a partir de 01/01/2010 a aposentadoria pelo "teto" só será

possível após 25 anos de contribuição.

4.Prevê-se, igualmente, gradual aumento do percentual de contribuição de empregados e empregadores. A contribuição dos empregados, que hoje é de 6,75% sobre o salário, se elevaria paulatinamente até atingir 8,5% em 2010. A dos empregadores, aumentaria gradualmente de 2,75%, em 2005, para 4,5% em 2010. A contribuição patronal destinada ao atendimento médico-hospitalar oferecido pela CSS elevar-se-ia dos 8%, em 2005, para 8,75% em 2006.

5.O projeto de reforma é muito duro no combate à sonegação das contribuições patronais. O valor das multas aumentaria entre 1.000% a 25.000%. A sonegação das contribuições seria tipificado como ilícito penal. Incidiriam juros de mora entre 10% e 15%. Seriam adotados novos procedimentos de fiscalização e as empresas teriam que apresentar certidões negativas de débito com a CSS, hoje inexigíveis, nas seguintes situações: em todos os "atos públicos" realizados pelo Governo nacional e dos municípios (licitações, contratos, etc); na expedição de alvarás para a construção de quaisquer edificações; e no registro da fusão, dissolução ou cancelamento da licença de sociedades comerciais.

6. O projeto contempla as seguintes medidas pontuais: a) mantém a média dos "melhores sete anos" para o cálculo do valor da pensão; b) reconhece os regimes de aposentadorias especiais (professores, etc), desde que auto-financiáveis; c) estende a cobertura do seguro social, com a respectiva obrigação de contribuir, a todos trabalhadores autônomos e eventuais, nacionais e estrangeiros - os executivos expatriados que trabalham no Centro Bancário Internacional passarão a contribuir; d) garante o aumento da pensão mínima a cada cinco anos.

7.Causaram surpresa dois itens contidos no projeto. O Governo transferiria para a CSS a administração e exploração de todas as concessões de vias terrestres já concedidas e aquelas a serem outorgadas até 2009. Além disso, seria autorizada a modificação das normas que regulam os investimentos da reserva da CSS de modo a auferir maiores rendimentos financeiros.

8.A esse último respeito, cabe assinalar que, atualmente, 99% dos US$ 1,8 bilhão de reservas da CSS estão investidos em títulos do Estado panamenho depositados no Banco Nacional do Panamá. Se aprovada a nova proposta, esses recursos poderiam ser destinados - dos quais até 25% no exterior -, à compra de ações, depósitos a prazo fixo em bancos privados

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 23/05/2005 15:31:00 N.°: 00208
CARAT=Reservado

(classificação AAA), bônus e recebíveis de empresas. Dar-se-ia liquidez imediata a valores que correspondem a 13% do PIB do país, o que já atraiu a atenção de empresas brasileiras (Odebrecht) para o potencial de negócios a serem gerados.

9.A proposta governamental não deixa clara a solução que se pretende dar à administração conjunta da previdência social e do atendimento médico-hospitalar. Não obstante, funcionária da CSS informou que se pretende adotar o mesmo gradualismo na implantação de um Sistema Único de Saúde no país.

10.O conjunto das propostas teve positivo efeito anti-climático numa opinião pública que vinha se polarizando sobre o assunto. De um lado, representantes do setor empresarial, acadêmicos e analistas defendiam a criação de um sistema de capitalização com contas individuais, nos moldes do modelo chileno. De outro, representantes dos trabalhadores, acadêmicos e outros analistas, denunciavam as ameaças de privatização da CSS e rejeitavam a elevação da contribuição e da idade mínima para a aposentadoria.

11.O Governo assume que sua proposta não é a ideal, mas parece ter arrefecido os ânimos em ambas as faces do espectro político. Os sindicalistas se depararam com um cuidadoso gradualismo e o respeito por direitos adquiridos. O empresariado, por sua vez, tem idéia do impacto representado pela injeção de recursos na economia como consequência da flexibilização das normas para investir o fundo de reserva. O Governo, a seu turno, crê que a reforma reduzirá rapidamente o déficit da CSS. Em 2007, o sistema já seria superavitário com o robustecimento progressivo do fundo de reserva. Aliás, segundo a imprensa, agências de classificação de risco ("Standard and Poor") e bancos internacionais ("Credit Suisse") compartilham o otimismo governamental.

12.Existem, todavia, impasses de curto e longo prazo. Apesar do Governo ter maioria no parlamento, a longa maturação do projeto (meses) indica os esforços necessários para compor as facções do Partido Revolucionário Democrático (PRD) em torno de uma proposta de consenso. Manifestações de rua muito intensas poderiam incitar a oposição e abalar o consenso interno do PRD. No longo prazo, caso aprovada, a nova Lei Orgânica pode não resolver a questão da disputa de fundos entre a previdência e o antendimento médico-hospitalar na mesma instituição. Para não falar no desafio de transparência que se impõe com a gestão dos recursos que serão aplicados no mercado, como resultado da flexibilização do portfólio de investimentos.

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 23/05/2005 15:31:00 N.°: 00208
CARAT=Reservado

13. O projeto de reforma parece reunir aspectos do sistema de retribuição (solidariedade inter-geracional, compartilhamento da obrigação de contribuir e responsabilidade do Estado) com a mais importante característica do sistema de capitalização (liquidez da poupança para investimentos de longo prazo). Foi possível propor um regime híbrido graças às peculiaridades do sistema panamenho; desde sua fundação (1941), a CSS conta com um fundo de reserva e orçamento autônomo em relação às contas públicas (apesar da garantia do Estado, que sempre existiu). O Governo do Presidente Martín Torrijos, não obstante, demonstra ousadia ao fazer engenharia genética com os tradicionais regimes de previdência a fim de construir alternativa mais adequada às necessidades do Panamá. Tem em mente a desigualdade social, bem como as finanças do Estado e as necessidades de investimento.

14.Sugiro retransmissão deste expediente para a Assessoria Internacional da Casa Civil da Presidência da República, para o Senhor Geraldo Almir Arruda, Secretário-Adjunto de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, e para a Doutora Maria Helana Machado, Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde. Recordo que estes dois técnicos brasileiros estiveram recentemente no Panamá como resultado da passagem por esta capital do Ministro José Dirceu quando se encontrou com o Diretor-Geral da CSS (Tel 55).

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

PLD

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 01/06/2006 18:32:00 N.°: 00210
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 01/06/2006 (BFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DCC
DESCR=XPRO-BRAS-PANA
RTM=GUABREM,CRABREM,ELSBREM,HONBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Panamá. Visita do
Ministro Furlan. Missão
Empresarial. Avaliação.
//

Nr. 00210

Ret Automática para BRASEMB Guatemala - São José - São Salvador - Tegucigalpa

Registro com satisfação os resultados positivos da missão empresarial chefiada pelo Ministro Luiz Fernando Furlan. Os encontros aqui mantidos e os entendimentos logrados certamente muito contribuirão para elevar o patamar do relacionamento Brasil-Panamá. Foi acordado o estabelecimento, na área da Zona Livre de Colón, em Harris, de centro de distribuição de produtos brasileiros. O Governo panamenho foi convidado a visitar o centro distribuidor instalado em Miami. Em atendimento a solicitação do Primeiro Vice-Presidente e Chanceler Samuel Lewis Navarro, em relação à melhora do cultivo da cana-de-açúcar e produção de etanol, o Ministro Furlan fez convite, prontamente aceito, no sentido de receber missão de empresários e técnicos do setor. Tendo como referência o Protocolo de Intenções na área do etanol, assinado em setembro último na Guatemala, por ocasião da Cúpula Brasil-SICA, foi ressaltado o interesse recíproco nessa cooperação. Para grande agrado das autoridades e empresários locais, o Ministro Furlan enfatizou o propósito brasileiro de contribuir para ampliar a produção e o consumo mundiais do produto. Em relação ao

desenvolvimento de projetos panamenhos de infra-estrutura, ficaram evidentes a disposição e a capacidade técnica brasileira de executá-los. Do lado panamenho, ressaltou a prioridade, reiterada pelo Presidente Torrijos, atribuída à construção do trecho Madden-Colón (45 km) da rodovia Panamá - Colón, a ser executado pela Odebrecht com financiamento do BNDES. O tema da ampliação do Canal do Panamá, presente ao longo da visita nos diversos encontros, evidenciou o interesse recíproco na participação de empresas brasileiras no megaprojeto, a partir dos diversos processos licitatórios que se abrirão tão logo aprovado o referendo popular sobre a realização das obras, possivelmente no final de 2006 ou início de 2007.

2. Em paralelo, além dos entendimentos e contatos feitos na rodada de negócios, os empresários e integrantes governamentais brasileiros reuniram-se diretamente com empresários e autoridades panamenhos. O Presidente da APEX acordou com a VICOMEX Vergara a instalação do centro distribuidor de produtos brasileiros. O engenheiro Emanuel Nazareno, da TRANSPETRO, avistou-se também com a VICOMEX Vergara, com quem tratou do interesse panamenho em obter a cooperação da PETROBRAS. Os representantes do consórcio brasileiro que está participando da licitação sobre o projeto de modernização do sistema de transporte urbano da cidade do Panamá reuniram-se com o Ministro da Presidência, Ubaldino Real.

3. A missão chegou a esta capital no último domingo dia 28/5 às 15:50 horas locais, em aeronave da FAB, que pousou no Aero Park, área reservada da Presidência da República, anexa ao aeroporto de Tocumen. A comitiva composta por oitenta pessoas, dentre empresários, jornalistas e funcionários do governo, seguiu diretamente para visita às eclusas de Miraflores, onde assistiu a apresentação audio-visual sobre o projeto de ampliação do Canal do Panamá. O Segundo Vice-Presidente e Ministro de Relações Exteriores, Samuel Lewis Navarro, e o Ministro de Indústria e Comércio, Alejandro Ferrer, ofereceram almoço informal no local das eclusas ao Ministro Furlan, acompanhado de sua esposa, de mim e minha esposa, de Juan Quiróz, Presidente da APEX, e outros integrantes da missão.

4. Na noite de domingo foi oferecido coquetel, no Hotel Caesar Park, com apresentação de grupo de dança

folclórica panamenha, proporcionado pelo Governo local. Em princípio restrito aos membros da Missão, o evento contou com a participação do Embaixador Nils Castro, Assessor Especial do Ministro das Relações Exteriores, e empresários locais.

5. O Seminário "Oportunidades de Negócios Brasil-Panamá" teve significativa presença de público. Foi aberto, no dia 29/5, às 8:30h, no Hotel Caesar Park, por Diego Eleta, Presidente da Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura do Panamá, que mencionou a presença de representantes dos mais importantes setores produtivos da economia panamenha. Ressaltou o interesse do Panamá em conhecer a experiência brasileira na produção e comercialização do etanol e o sucesso da Feira Expocomer/2006, que teria gerado um total de US$ 125 milhões de dólares de negócios e contou, mais uma vez, com importante pavilhão brasileiro.

6. Foi-me passada a palavra e fiz referência ao aprofundamento das relações Brasil-Panamá, caracterizadas por contato permanente dos governos. Mencionei a participação do Presidente Lula da Silva na Cúpula Brasil-SICA e as perspectivas de cooperação energética com a região, que foram naquela ocasião objeto de assinatura de protocolos com os países participantes, que, em fevereiro, último, enviaram representantes a reunião sobre o assunto realizada no Brasil. Acrescentei que os programas panamenhos de investimentos em obras de infra-estrutura proporcionam amplas possibilidades de cooperação econômico-comerciais entre os dois países. Mencionei a conexão aérea Brasil-Panamá pela COPA e assinalei a importância do vôo Panamá-Manaus, a ser inaugurado em meados de julho com um dos EMB-190. Conclui com referência à participação brasileira na Expocomer e agradecimento à acolhida e apoio do Governo panamenho à missão.

7. O Ministro Furlan apresentou mensagem audio-visual na qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressalta o momento estratégico por que passam as relações do Brasil com a América Central, razão que motivara a presente missão empresarial. Em seguida, referiu-se à importância da afirmação da imagem do Brasil não apenas como país do carnaval e do futebol, mas de um país pujante e de produção diversificada que vem ocupando espaços importantes no mercado nacional. Nos termos da mensagem do Presidente Lula da Silva, destacou que a presente missão tinha como objetivos ampliar os laços de cooperação bilateral com os países a serem visitados, pelo aumento do fluxo de comércio,

identificação de novas oportunidades e realização de negócios em proveito recíproco dos empresários brasileiros e dos países da região. Apresentou dados sobre a economia e o setor externo brasileiros, em particular sobre o expressivo crescimento de nossas exportações.

8. Seguiram-se apresentações do Ministro Ferrer, de Juan Quirós, Carmen Gisela Vergara, Vice-Ministra de Comércio Exterior do Panamá, Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, e Luciano Almeida, Secretário de Indústria e Comércio de Piracicaba. O Seminário foi concluído com sessão de perguntas e respostas. Teve início então a Rodada de Negócios, de 11:30 às 16:00,com ampla participação de empresários brasileiros e panamenhos. Foi oferecido almoço pela Vice-Ministra Vergara a empresários brasileiros e panamenhos.

9. Às 10:30h realizou-se encontro, ainda no hotel, do Ministro Furlan com o Ministro Ferrer e dirigentes da Associação Panamenha de Executivos de Empresas (APEDE), Câmara Panamenha da Construção (CAPAC), Conselho Nacional de Empresas Privadas (CONEP) e Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura do Panamá. Emergiram como temas de interesse recíproco Brasil-Panamá a cooperação em projetos de infra-estrutura neste país e na área da produção e uso do etanol, bem como o estabelecimento pela APEX de um centro de distribuição de produtos brasileiros na área da Zona Livre de Colón. Ferrer informou que o Governo panamenho estava elaborando a necessária legislação para uso do etanol.

10. Às 11:30, deu-se início a reunião na Chancelaria, presidida pelo Primeiro Vice-Presidente e Chanceler Samuel Lewis Navarro, acompanhado pelo Segundo Vice-Presidente e Administrador da Autoridade Marítima do Panamá (AMP), Rubén Arosemena, e pelos Ministros da Indústria e Comércio (Ferrer), Obras Públicas (Benjamin Colamarco), do Desenvolvimento Agropecuário (Guillermo Salazar), do Turismo (Rubén Blades) e do Embaixador do Panamá no Brasil, Juan Bosco Bernal. Eu e outros membros da missão acompanhamos o Ministro Furlan. A reunião concentrou-se nas possibilidades de cooperação em torno dos três temas tratados na reunião da manhã com o Ministro Ferrer, ou seja, instalação do centro distribuidor, etanol e infra-estrutura. O Ministro Furlan destacou a alta produtividade da visita, que não tinha apenas uma vertente política. Em relação a infra-estrutura, Lewis Navarro destacou a prioridade do Governo Torrijos dada à conclusão da rodovia Panamá-Colón. Mencionou ainda que a COPA tenciona ampliar a três os vôos diários Panamá-São Paulo

(são dois atualmente) e possivelmente também voar para o Rio de Janeiro. O Segundo Vice-Presidente e Administrador da AMP referiu-se à importância de cooperação na indústria naval (estaleiros).

11. Às 13:00h, foi oferecido almoço em homenagem ao Ministro Furlan pelo Presidente Martin Torrijos, no Palácio Presidencial, do qual participei conjuntamente com Juan Quirós, Mário Mugnaini, Pompeu Andreucci, Mario Salerno, Marcel Biato, Pedro Etchebarne, Luciene Machado, João Jornada e os representantes da Odebrecht (André Rabello e Fernando Reis), ambos convidados de Lewis Navarro. Durante o almoço, Torrijos ressaltou o interesse prioritário na construção do trecho Madden-Colón (45 km da rodovia Panamá-Colón).

12. Em seguida ao almoço, o Ministro Furlan, eu e representantes de empreiteras, o Presidente da ABDIB (Paulo Godoy), e outros integrantes da missão, fomos recebidos pelo Administrador do Canal (ACP), Alberto Alemán Zubieta, que fez breve apresentação do projeto de ampliação do Canal e assinalou a importância do apoio externo. Foi então ressaltado o interesse brasileiro pelo projeto e destacada a capacidade técnica brasileira, o que foi reconhecido por Alemán, que recordou suas visitas ao Brasil, quando inclusive esteve em Tucurui.

13. A Missão partiu para a Costa Rica no fim da tarde de 29 de maio.

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

LTCM

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 12/08/2005 16:49:00 N.°: 00320
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 12/08/2005 (AS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DCC/SPD/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-PANA
REF/ADIT=CIT 55603, TEL 316, TEL 315
CATEG=MG

//
Brasil-SICA. Visita do Senhor
Presidente da República.
Subsídios. Panamá. Relações
com o Brasil.
//

Nr. 00320

O Brasil tem boas relações com o Panamá. Datam de 2 de março de 1904, quando o Governo brasileiro reconheceu a nação panamenha. Ao longo dos anos, o ponto alto do relacionamento foi o Convênio Cultural (celebrado em 1944 e em vigor desde 1947), que permitiu que cerca de 5 mil panamenhos se formassem em diversas universidades brasileiras. Muitos desses estudantes se casaram com brasileiras que são parte importante da comunidade brasileira. Os egressos de universidades brasileiras constituíram a União Cultural Brasil - Panamá, que mantém contactos com colegas no Brasil e promovem eventos acadêmicos e culturais. As brasileiras instituíram a Associação Brasileira, de caráter beneficente. Nos últimos anos, o número de estudantes panamenhos caiu significativamente, em função de fatores variados (custo de vida no Brasil e criação de universidades no Panamá).

2. No plano institucional, Brasil e Panamá firmaram, além do Convênio Cultural, outros 15 instrumentos, a saber:

Convênio sobre Radioamadorismo (1972);
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (1979);
Acordo sobre Criação de uma Comissão Mista (1980);
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (1981);
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético (1985);
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas (2000);

Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, oficiais e Especiais ou Equivalentes (2000);
Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Comuns (2000);
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico (2000);
Acordo sobre e Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anficteônico de 1826 (2000);
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Educação (2001);
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias (2001);
Memorando de Entendimento entre o COAF e a UAF concernente à Cooperação na Troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro (2001);
Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos do Panamá (2001); e
Acordo de Serviços Aéreos (2004).

3. Acha-se em tramitação no Senado Federal o Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e do Panamá, celebrado, em Brasília, em 2001.

4. Apesar desse amplo e variado quadro institucional, a cooperação bilateral não tem evoluído, sobretudo pela falta de iniciativa do Governo local. Quando assumi o posto, em setembro de 2003, e também quando o atual Governo assumiu, em setembro de 2004, sugeri sem obter reação, que se levasse a efeito exame desse quadro institucional com vistas a identificar áreas específicas de cooperação. No relacionamento com o Governo Torrijos, essa cooperação tem sido limitada ao atendimento de solicitações locais, como, p.e., a vinda de missão de técnicos brasileiros na área de informática e da previdência social e saúde. Por outro lado, em cumprimento a acordo Brasil-OEA, o TSE brasileiro está cooperando com o TE do Panamá.

5. Em relação a visitas de alto nível, o Presidente Martin Torrijos já esteve três vezes no Brasil. Em outubro de 2003, ainda como candidato, foi recebido, em Brasília, pelo Senhor Presidente da República. Em agosto de 2004, como Presidente-eleito, encontrou-se, no Rio de Janeiro, com o Presidente Lula da Silva. Em dezembro de 2004, como Presidente do Panamá, participou, como convidado especial, da Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Em 1º de setembro de 2004, o Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República na posse de Torrijos. Em início de julho de 2005, o Embaixador Luiz Felipe Macedo

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 12/08/2005 16:49:00 N.°: 00320
CARAT=Reservado

Soares Guimarães, na qualidade de enviado especial do Presidente Lula da Silva, fez entrega ao Presidente Torrijos de carta presidencial sobre a iniciativa do G.4 acerca da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao final de julho de 2005, o Professor Marco Aurélio Garcia representou o Presidente da República na IV Cúpula dos Chefes de Estado e/ou Governo dos Países membros da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

6. Na área comercial, as transações diretas Brasil-Panamá estão em nível reduzido, com permanente saldo favorável às exportações brasileiras (em 2003, alcançaram US$ 95 milhões contra apenas cerca de US$ 50 mil dólares). Esse quadro se altera no tocante às transações via Zona Livre de Colón (em 2003, o Brasil exportou US$ 50 milhões contra reexportações de US$ 90 milhões). Atualmente, além do Banco do Brasil, estão sediadas no Panamá poucas empresas brasileiras, que, por razões logísticas, aqui atuam como base de operações para América Central e Caribe (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Sadia, Ajinomoto e ABB - estas duas últimas filiais brasileiras). A ALSTOM (francesa) tem importado, via filial brasileira, equipamentos brasileiros.

7. Em função da pequena dimensão do mercado panamenho de bens e mercadorias, e da baixa capacidade de exportação local, a situação atual - nível reduzido de exportações para e do Panamá - deve persistir. No caso do Brasil, a grande exceção foi a venda das aeronaves EMB-190, a custo unitário de US$ 31 milhões de dólares, para a COPA Airlines. Inicialmente, foram adquiridas dez (10) unidades, logo ampliadas para doze (12), com possibilidade de aquisição de outras dezoito (18). A primeira unidade deve ser entregue em final de 2005. Há, no entanto, potencial importante na área de serviços e de venda de equipamentos para obras de infra-estrutura (ampliação do Canal, saneamento da Baía do Panamá, modernização do sistema de transporte da cidade do Panamá). Quanto ao etanol, o interesse local reside no desenvolvimento da indústria panamenha de açúcar, tanto para consumo interno ou exportação como aditivo e/ou combustível, a partir de legislação que permita o seu uso. A cooperação técnica brasileira seria relevante nesse esforço. Sobre o assunto, recordo o meu tel 310.

8. Na área de agronegócios, cabe ressaltar a postura protecionista do Panamá, que tem afetado exportações brasileiras de produtos de carne e lácteos, sob alegações de problemas sanitários e fitosanitários.

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 12/08/2005 16:49:00 N.°: 00320
CARAT=Reservado

9. Anualmente, no mês de março, a Câmara de Comércio e Indústria do Panamá realiza importante feira internacional (EXPOCOMER). O Brasil tradicionalmente participa com um dos maiores pavilhões, com representação variada e bem sucedida, coordenada pela APEX, com o apoio do Itamaraty.

10. Nas relações Brasil - Panamá, é relevante ressaltar a área do transporte aéreo. Em 1994, a VARIG deixou de voar para o Panamá. Desde 2000, a COPA Airlines passou a fazer o trajeto Panamá - São Paulo- Panamá, com aviões Boeing 737-700, com capacidade de cerca de 120 passageiros e de carga reduzida. A taxa de ocupação desses vôos é extremamente alta - e lucrativa - estimada em mais de 90%. Em 2004, foi renegociado o Acordo de Serviços Aéreos de 1984, com a ampliação dos vôos para os atuais onze (11) semanais. Tendo presente o elevado rendimento dessa rota - para o Panamá e América Central e Caribe -, bem como os direitos que o Brasil detém nessa área, é desejável que companhia aérea brasileira, se possível com equipamento maior que os 737-700, inclusive em função de carga, venha a exercer esses direitos.

11. No âmbito do relacionamento econômico - comercial Brasil-Panamá, as autoridades panamenhas têm manifestado interesse na participação brasileira no megaprojeto de ampliação do Canal, no equacionamento da questão da inclusão na legislação brasileira ("listas negra"- Instrução Normativa No. 188, da Receita Federal) do Panamá como país de baixa imposição fiscal/sigilo societário, bem como, mais recentemente, em projeto de construção de refinaria de petróleo na costa atlântica (em cooperação com México e Venezuela). Recentemente (junho, Assunção), o Panamá, conforme comunicado conjunto firmado com os chanceleres do MERCOSUL, logrou estabelecer programa de trabalho com vistas a um possível acordo comercial (a primeira reunião está prevista para outubro em Montevidéu).
12. No plano político multilateral, o Panamá tem atuação limitada, muito em função da deficiência de seus quadros, com reduzido número de diplomatas profissionais. Usualmente tem apoiado candidaturas brasileiras, sem pedido de reciprocidade, como no caso da DG/OMC. Na eleição do BID, apoiou o candidato colombiano; compromisso assumido em março de 2005 pelo Presidente Torrijos junto ao Presidente Uribe. No tocante à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apesar de manifestações reiteradas de simpatia pela posição do Brasil, o Panamá tem evitado participar dos

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 12/08/2005 16:49:00 N.°: 00320
CARAT=Reservado

debates pertinentes e definir com clareza sua posição. Essa postura pode ser atribuída ao propósito de não desagradar parceiros importantes (de um lado, o G.4 e a maioria da comunidade internacional; do outro, países com que o Panamá tem relação intensa, como EUA, Colômbia, México, Espanha, Coréia do Sul, Itália).

13. No plano econômico multilateral, o Panamá, que aderiu em 1997 à OMC, muitas vezes tem posições divergentes, em função da sua peculiar economia baseada no setor serviços. Recentemente, atuou conjuntamente com o Brasil e outros países latino-americanos em ação contra a União Européia em relação a exportações de bananas (principal produto de exportação local). O Panamá apoia a criação da ALCA e mantém sua candidatura a sediá-la.

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

LTCM

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 31/07/2004 14:25:00 N.°: 00330
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 31/07/2004 (BFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DCC/C/DOC
DESCR=GVIO-BRAS
REF/ADIT=DET 154
CATEG=MG

//
Brasil-Panamá. Visita do
Presidente eleito. Programa.
//

Nr. 00330

O Embaixador Nils Castro, Assessor Especial do Presidente Martín Torrijos, confirmou-me que acompanhado de Luis Melo, secretário particular de Torrijos, viajará, na segunda-feira, 2 de agosto, para São Paulo(vôo Copa 701, chegada às 20:30 local)e fará conexão imediata para Brasília, onde chegam no fim da noite do mesmo dia. Castro e Melo desejam no dia seguinte fazer contato no Itamaraty. Adiantei-lhes o nome do Secretário Antonio Carlos Santos da DCC. Sugiro que sejam recebidos pelo Chefe de Departamento das Américas (DAN). Ficarão hospedados no Hotel Blue Tree, como Torrijos, Samuel Lewis Navarro, Jorge Eduardo Ritter e Ricardo Durán. Não irão ao Brasil o futuro Ministro do Comércio e Industria, Alejandro Ferrer, nem Hugo Alemán.

2. Ingadaram-me se a comitiva, num total de seis pessoas, poderia ser recebida pelo Senhor Presidente da República ou se haveria limitação de número. Muito agradeceria ser habilitado a esclarecer a consulta.

3. Quanto ao apoio de automóveis e segurança, adiantei-lhes, após conversa telefônica com o Embaixador Ruy Casaes, que teriam a disposição dois (2) automóveis e oito seguranças. Seria conveniente que, além de recepção no aeroporto, possa ser prestado igual apoio em São Paulo na noite de 3 de agosto e durante o dia seguinte até sua partida

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 31/07/2004 14:25:00 N.°: 00330
CARAT=Reservado

de tarde para Buenos Aires.

4. Torrijos e seus três acompanhantes (Lewis, Ritter e Durán), em avião privado, deverão partir do Panamá às 12:00 horas local (duas a mais em Brasília) com escala técnica em Manaus (três horas e meio de vôo mais quarenta minutos de reabastecimento), devendo chegar em Brasília por volta das 21:30 horas local.

5. Torrijos e comitiva terão, assim, a noite do dia 3, a manhã e almoço do dia 4 livres. Sugiro seja examinado a possibilidade de Vossa Excelência oferecer almoço à comitiva.

6.Na noite do dia 4, a Odebrecht oferecerá jantar a Torrijos e comitiva. Tendo ainda presente o variado progrma de reuniões com empresas brasileiras, na manhã do dia 5, reitero minha sugestão (tel.327) sobre conveniência de representante do Itamaraty participar dessa programacão.

7.Com relação a temas de conversação, Nils Castro adiantou que o Governo Torrijos tenciona enviar pequena força policial ao Haití.

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

LTCM

De: BRASEMB PEQUIM Recebido em: 04/07/2006 04:26:00 N.°: 00922
CARAT=Reservado

De Brasemb Pequim para Exteriores em 04/07/2006 (MLS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=AFEPA/DAOC-I/DOC
DESCR=GVIO
RTM=XAIBRCG
CATEG=MG

//
Relações com o Congresso. Visita do Presidente da Câmara dos Deputados à China. Programa tentativo. Confirmação. Delegação de empresários.
//

Nr. 00922

A Embaixada recebeu hoje, 3/7, por meio eletrônico, comunicação da Assessoria Internacional da Câmara dos Deputados enviada a uma longa lista de destinatários, a qual encaminha versão preliminar do programa de visita do Presidente Aldo Rebelo e sua comitiva à China.

2. De acordo com o programa tentativo, a delegação da Câmara dos Deputados chegará a Xangai no dia 16 de julho próximo, partindo para Pequim na manhã do dia 19. Estou transmitindo por fax o inteiro teor do programa tentativo.

3. Ainda segundo aquela Assessoria, o Presidente da Câmara virá acompanhado de delegação empresarial composta por representantes, entre outros, da CVRD, Interbank, Odebrecht e Abmaq.

4. Muito agradeceria confirmar o que precede.

OSWALDO BIATO JUNIOR, Encarregado de Negócios, a. i.

caf

Para: BRASEMB PEQUIM Expedido em: 15/10/2007 10:00:02 N.°: 00748
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Pequim
Em 15/10/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/DAOC I/DOC/DIM/DAC/COCIT
DESCR=CVIS-CHIN-ANGO
RTM=ANGBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Questões
Migratórias. Comunidade
Empresarial Brasileira em
Angola. Reunião. Relato.
Solicitação de informações.
//

Nr. 00748

Retransmissão automática para Brasemb Luanda

Retransmito, para conhecimento de Vossa Excelência, inteiro teor do telegrama 1106, recebido de Brasemb Luanda, em 6 de outubro corrente. Chamo a atenção para o parágrafo 10, no qual Brasemb Luanda comenta interesse em maiores informações sobre se houve alguma flexibilização do lado chinês, na concessão de vistos a cidadãos angolanos e, ademais, em conhecer melhor o processo de concessão de vistos a trabalhadores chineses contratados em Angola. Sobre os temas, agradeceria eventuais informações que essa Embaixada esteja em condições de levantar.

"Aproveitei a reunião com líderes da comunidade empresarial brasileira em Angola, que convoquei para tratar da componente empresarial da próxima visita do Senhor Presidente da República, para também abordar os problemas migratórios enfrentados por brasileiros que vêm trabalhar neste país. Estavam presentes representantes da Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN) e das seguintes empresas: Petrobrás, Banco do Brasil,

Companhia Vale do Rio Doce, Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Mello Júnior, MetroEuropa, EMSA (Empresa Sul-Americana de Montagens S.A.) e Climed (Clínica médica).

2. Dei aos presentes notícia da reunião havida entre os Senhores Diretor do DEAF e Chefe da DAF-II com o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Angola, nos termos do desptel de referência. Solicitei-lhes que expressassem suas impressões sobre o assunto e que as encaminhassem à AEBRAN para que esta pudesse consolidá-las em documento a ser submetido à Embaixada, com o objetivo de subsidiar a política do Governo brasileiro para o tema. Os empresários comprometeram-se a entregar-me o texto até o final da semana que ora inicia.

3. Resumo a seguir, entretanto, as informações que me foram adiantadas durante a reunião. De início, os empresários relataram inconsistência na concessão de vistos entre diferentes repartições consulares angolanas. O Consulado- Geral no Rio de Janeiro estaria emitindo vistos ordinários de 30 dias, de entrada única, que poderiam ser renovados duas vezes por 30 dias, o que perfaria a permanência máxima de 90 dias. A Embaixada em Brasília, por sua vez, estaria concedendo diretamente vistos ordinários de 90 dias, também com entrada única. A documentação necessária e o tempo de processamento também seriam variáveis, havendo maiores exigências e demora no Consulado-Geral do Rio de Janeiro, no qual se dá entrada no maior número de pedidos de visto.

4. Noto que é muito comum executivos e demais profissionais brasileiros atuarem em Angola com visto ordinário, enquanto aguardam o processamento de seus vistos de trabalho, que costuma levar mais de seis meses.

5. O representante da Odebrecht, Genésio Couto, informou que Angola concederia melhores condições a cidadãos chineses e estadunidenses. Os primeiros, se trabalhadores de projetos financiados pela China, poderiam permanecer em Angola simplesmente com seus documentos de identidade chineses. Aos cidadãos dos EUA seriam concedidos vistos ordinários de dois anos de validade, com múltiplas entradas, embora o empresário não soubesse o prazo de permanência a que esse visto daria direito.

6. O representante da AEBRAN, Alberto Esper, lembrou a participação do Ministro do Interior no seminário empresarial realizado em 2006 no âmbito da Semana Comemorativa da Independência do Brasil (cf. tel 893/2006). Destacou que, na ocasião, o Ministro havia-se disposto a discutir o assunto, mas havia também lamentado a resistência do lado brasileiro em facilitar a concessão de vistos para angolanos e a falta de reação pelo Brasil às suas propostas de realização de reunião bilateral de peritos para tratar do tema e de outras formas de cooperação na área de segurança pública (cf desptel 556 e tel 1051).

7. O Diretor da Petrobras, Hércules da Silva, mencionou que o Ministério da Justiça no Brasil teria que ser sensibilizado para os substanciais interesses econômicos do empresariado brasileiro em Angola, de forma a dar mais atenção aos pedidos de cooperação formulados pelo Ministério do Interior de Angola.

8. Esper relatou ainda que a AEBRAN chegara a negociar com êxito parceria com o Ministério do Interior no sentido de que a entidade passasse a encaminhar ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) os pedidos de visto de interesse de seus associados. A Associação zelaria para que os pedidos fossem bem documentados, poupando o tempo dos funcionários angolanos. Em contrapartida, o SME daria tratamento preferencial a esses processos. O acerto teria funcionado de início, enquanto a cúpula do Ministério do Interior estava atenta, mas, passado algum tempo, os burocratas do SME teriam resistido a dar-lhe seguimento. Há sempre a suposição de que as dificuldades são deliberadamente criadas para "a venda de facilidades".

9. O representante do Banco do Brasil, Márcio Jordão, comparou a situação dos brasileiros com a dos chineses. Ressaltou que as linhas de crédito brasileiras não deixavam nada a dever às concedidas pela China, nem em termos de volume nem em de velocidade de desembolso. Por isso, defendeu que os funcionários brasileiros de empresas contratadas mediante financiamento oficial brasileiro deveriam ter tratamento privilegiado na regularização de sua situação migratória em Angola. Sugeriu que, caso as autoridades angolanas argumentassem que faltaria ao Brasil oferecer reciprocidade de tratamento, os negociadores brasileiros poderiam apontar para o fato de que o Brasil já estava beneficiando Angola por meio

da concessão dos próprios financiamentos.

10. O representante da MetroEuropa, Leandro Souza, ponderou a esse respeito que seria necessário estudar também qual é o tratamento dado pela China a pedidos de visto de cidadãos angolanos. Ressaltou que, caso, além dos vultosos financiamentos que concede, a China fosse mais liberal que o Brasil em sua política de vistos para angolanos, a estratégia de pedir facilidades migratórias em troca das linhas de crédito já concedidas não se sustentaria.

11.A representante da Climed e esposa do Presidente da AEBRAN, Arlete do Carmo, destacou a desproporção demográfica entre o Brasil e Angola, cujas populações são de cerca de 180 e 14 milhões de habitantes respectivamente, para defender que o Brasil adotasse política de vistos mais liberal para os cidadãos angolanos. Argumentou que são poucos os angolanos com recursos suficientes para comprar passagem aérea e opinou que, mesmo que uma parte da população angolana emigrasse para o Brasil, esse contigente não teria impacto social significativo.

12. Há empresas brasileiras de porte modesto ou médio, como a Climed e a Queiroz Galvão, às quais não interessa a vinculação de facilidades migratórias à atuação em projetos financiados pelas linhas de crédito brasileiras. A Queiroz Galvão desejaria poder contar com trabalhadores brasileiros em projetos que decorrem de seus próprios investimentos.

13. A Senhora Carmo observou ainda que o Brasil, por outro lado, teria muito a ganhar com maior liberdade de circulação entre os dois países. Destacou que Angola carecia de tecnologia e de recursos humanos e que o Brasil, por causa de seus laços históricos e culturais com este país, gozava de posição privilegiada para explorar esse mercado.

14. O representante da Queiroz Galvão, José Diniz, destacou a contradição da situação atual, em que empresas brasileiras são contratadas para prestar serviços ao Governo angolano, mas não têm condições de honrar seus contratos porque as próprias autoridades angolanas criam dificuldades para a permanência no país dos profissionais necessários.

15. O representante da Camargo Corrêa, Fernando

Daghum, lamentou a truculência do SME e de outras autoridades angolanas no tratamento dado a trabalhadores estrangeiros em situação migratória irregular. Comentou que era difícil atrair para o trabalho em Angola brasileiros de boa qualificação profissional quando dificuldades migratórias os deixavam expostos a extorsões ou mesmo à prisão. Observou que essa dificuldade diminuía a competitividade das empresas brasileiras no mercado angolano. Outros empresários presentes manifestaram-se no mesmo sentido.

16. Daghum acrescentou que a Lei de Estrangeiros ainda poderá sofrer alterações antes de entrar em vigor no início de novembro próximo.

17. Transmitirei a Vossa Excelência o documento a ser preparado pela AEBRAN tão logo me seja entregue.

Marcelo L. da S. Vasconcelos, Embaixador"

EXTERIORES

DLOP/CSLDO

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 21/11/2007 17:45:46 N.°: 00585
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 21/11/2007 (DLC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DCC
DESCR=BRAS-PANA-XPRO
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Projeto de ampliação do Canal
do Panamá. Construção de novas
eclusas. Consórcios. Pré-
qualificação.
//

Nr. 00585

RESUMO=
Autoridade do Canal emite comunicado sobre os quatro consórcios que concorrem à construção das novas eclusas. Participação brasileira.

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) divulgou, com data de 15.11.07, comunicado em que relaciona os quatro (4) consórcios que concorrem à licitação do contrato de desenho e construção das novas eclusas do Canal, principal componente do projeto de ampliação da via aquática. Recordo que o custo total do projeto foi formalmente orçado em US$ 5,250 bilhões de dólares; a construção das novas eclusas foi estimada em cerca de US$ 3 bilhões de dólares.

2. Em contacto recente com o MC Fernando Muggiatti, funcionários do chamado Consórcio Interoceânico (Camargo Correia, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) que integra o Consórcio Atlântico-Pacífico do Panamá, liderado

pela empresa francesa Bouyges, do qual também participa a Bardella, referiram-se à decisão a ser tomada até 15 de dezembro próximo pela ACP no tocante à pré-qualificação das concorrentes. Sobre esta questão, conversei com o Embaixador da França, Pierre Guignard, e com o representante da ALSTOM no Panamá, o engenheiro brasileiro Marco Antonio Contim. Ambos antecipam a pré-qualificação do Consórcio Atlântico-Pacífico. Quanto à escolha final do consórcio que construirá as novas eclusas, registraram contudo a força dos concorrentes, sobretudo dos liderados pela Bechtel dos EUA e pela ACS da Espanha. Segundo Contim, o consórcio liderado pela Sacyr Vallehermoso da Espanha poderia não ser pré-qualificado. Informou, por outro lado, que o custo inicial de US$ 3 bilhões de dólares poderá ultrapassar US$ 5 bilhões de dólares em decorrência da elevação de custos de mão-de-obra e de insumos.

3. Por seu turno, o representante da Odebrecht, André Rabello, confidenciou-me que sua empresa decidira não participar do consórcio liderado pela Bechtel, ao qual, caso ganhe a concorrência, poderia associar-se como subcontratista.

4. Transmito por fax o comunicado da Autoridade do Canal do Panamá.

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

LTCM

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 02/09/2005 (AS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/DCC/SPD
DESCR=PEXT
REF/ADIT=CIT 55958
CATEG=MG

//
Política externa. México,
America Central, Caribe e
América do Sul. Visitas
Presidenciais. Maço básico.
//

Nr. 00343

Antecipo os itens 18 a 35, inclusive, do maço básico sobre o Panamá. O texto completo foi transmitido, hoje, por correio eletrônico para a DCC.

"18. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Estado unitário e republicano. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário independentes. A Assembléia Nacional (unicameral) tem 78 deputados eleitos pelo voto direto.

9 províncias, cujos governadores são nomeados pelo Presidente da República.

75 distritos ou municípios, prefeitos eleitos pelo voto direto

3 comarcas indígenas

621 corregimientos, sub-divisão administrativa

Em 2005, o BID publicou relatório sobre a situação do serviço público na América Latina. O Panamá, ao lado de outro país centro-americano, está classificado entre os piores casos do continente. Não há estabilidade dos servidores públicos e praticamente todos os funcionários do Estado são trocados a cada Governo. O mesmo ocorre nos Poderes Legislativo e Judiciário.

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

19. O SISTEMA POLÍTICO: PARTIDOS

Como se sabe, a vida política panamense é controlada pelo Partido Revolucionário Democrático (PRD) e pelo Partido Panameñista, fundados, respectivamente por Omar Torrijos e Arnulfo Árias. Desde os anos 70, o poder esteve em mãos ora do PRD ora do arnulfismo. Apesar da aparente fragmentação partidária, a sociedade não logrou gerar uma terceira força alternativa.
O PRD tem orientação nacionalista, com ideologia de esquerda matizada pelo pensamento de seu fundador. No poder, procurou manter relativa independência dos EUA. O Partido Panameñista advoga teses liberais e executou política externa mais pró-Estados Unidos.
Outros partidos políticos foram fundados ou desapareceram segundo os projetos de poder de lideranças individuais. Em geral, nas eleições aliam-se com o perredismo ou com o arnulfismo. Abaixo relaciona-se o nome das demais agremiações, segundo o Tribunal Eleitoral:

Partido Popular
Partido Liberal Nacional
Partido Molirena
Partido Solidaried
Partido Cambio Democrático

20. O GOVERNO

O Presidente Martín Torrijos Espino tomou posse em primeiro de setembro de 2004. Secretário-Geral do Partido Revolucionário Democrático (PRD), Torrijos foi eleito com 47% dos votos nas eleições gerais de maio/2004. O PRD conquistou a prefeitura da Cidade do Panamá - maior cidade do país - e a maioria das prefeituras do interior. Na Assembléia Nacional (78 deputados) o PRD conta com 43 parlamentares e o Partido Popular, com um parlamentar, apóia o Governo.
Segundo analistas locais, o Governo panamense estaria dividido entre "os amigos do Martim" e "o PRD tradicional". Os amigos do presidente seriam jovens tecnocratas - na faixa dos 40 anos -, com formação acadêmica e experiência profissional nos Estados Unidos. O antigo PRD é composto por lideranças políticas e quadros partidários experimentados nos governos do PRD nas décadas de 80 e 90. Desde a posse, os dois grupos têm mantido boa convivência, apesar de pequenas tensões.
Em seu programa de Governo, Torrijos anunciou como objetivos principais o combate ao desemprego e à corrupção e a melhoria da segurança pública. No plano prático de ações

governamentais, as prioridades se orientaram para a reforma fiscal, a reforma da Caixa de Seguro Social (CSS), a conclusão de um TLC com os EUA e o projeto de ampliação do Canal do Panamá.

Em janeiro/2005 aprovou-se a reforma fiscal, que ainda não foi regulamentada. A Lei 17, de reforma da seguridade social, foi suspensa após intensas manifestações populares e criada uma mesa de negociação com representantes de vários setores para re-examinar a questão. Após oito rodadas, segue o impasse nas negociações do TLC com os EUA. Não há data prevista para uma IX rodada. Quanto ao referendum, sabe-se que somente será possível realizá-lo em 2006.

Adicionalmente, o governo vêm desenvolvendo dura campanha contra a corrupção no âmbito da qual criou o "Conselho Nacional de Transparência Contra a Corrupçao", órgão misto Governo-Sociedade Civil. Além de divulgar as heterodoxias orçamentárias do governo Mireya Moscoso e processar criminalmente ex-Ministros e ex-dirigentes de órgãos públicos e de bancos do Estado.

21. POLÍTICA ECONÔMICA

Com vistas ao equilíbrio das contas nacionais e à afirmação da imagem do Panamá como um país sólido, com perspectiva de crescimento e regras estáveis, o Governo Torrijos se empenhou neste primeiro ano de mandato em realizar as reformas fiscal e da Caixa de Seguro Social (CSS). A reforma fiscal foi aprovada e está sendo implementada. Tem como principal objetivo ampliar a arrecadação do Estado ao separar os privilégios tributários concedidos a capitais estrangeiros - e que foram mantidos -, e a utilização desses mesmos privilégios por empresárisos e capitalistas panamenses.

A reforma da CSS foi aprovada, mas ainda não está em vigor. Acha-se em curso "diálogo nacional", com o objetivo de equacionar a questão.

As autoridades panamenses têm anunciado dodos positivos relacionados à diminuição do déficit fiscal (US$ 700 milhões, quando Torrijos assumiu em setembro/2004) e à taxa de crescimento deo PIB em 2005, estimada em cerca de 4% (nos últimos cinco anos a taxa média foi de 3,2%). Com sua economia dolarizada, a inflação local é estimada em cerca de 2%. No entanto, persistem os dados negativos com relação ao desemprego (13% da PEA) e distribuição de renda (40% da população abaixo da linha de pobreza). Apesar do alto nível de endividamento - US$ 10 bilhões, 70% do PIB -, o Panamá disfruta perfil positivo no mercado financeiro internacional (risco país abaixo dos 300 pontos).

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

A economia panamenha está baseada no setor de serviços; transporte marítimo, centro bancário off shore, turismo, Canal do Panamá e Zona Livre de Colón. O setor é responsável por aproximadamento 80% do PIB de US$ 12,9 bilhões. O setor primário representaria 10% do PIB (frutas, açúcar, café, peixes, etc). A pequena indústria manufatureira praticamente produz para o mercado interno. A partir de sua adesão à OMC, em 1997, o Panamá aplica baixas tarifas de importação (média de 8%), à exceção do setor agrícola.
Na área de comércio exterior, os EUA são os principais parceiros do Panamá (em 2004, exportaram US$ 1,8 bilhão; importaram US$ 316 milhões). Estima-se em US$ 6,5 bilhões o estoque de investimento direto estadunidense no Panamá, predominantemente ativos líquidos depositados na praça bancária da Cidade do Panamá. Outros parceiros significativos são o Japão, a China e a Alemanha. Os principais usuários do Canal são os EUA, o Japão, o Chile e a Coréia do Sul. O Brasil é usuário residual.

Outros dados econômicos

PIB (2004):US$ 12.95 bilhões
PIB per capita (2004):US$ 4,084
Crescimento do PIB (2004):6.2%
Poder aquisitivo (2003):US$ 0.85 por cada dólar
Inflação (2003):1.4%

22. A POLÍTICA SOCIAL

A "Caja de Seguro Social (CSS)" é o principal órgão de Seguridade Social do Panamá. Fundada em fins da década de 40, é responsável pelas aposentadorias e pensões dos servidores públicos e dos empregados do setor privado. Paga o atendimento médico, administra hospitais e arca com as licenças médicas de seus associados. Assemelha-se ao sistema brasileiro anterior à Constituição de 1988 na medida em que a previdência e o sistema de saúde estão unificados. Embora o Estado panamense seja o garante das obrigações da CSS, a instituição goza de relativa autonomia com orçamento independente.
O debate sobre a "reforma da CSS" ocupou o centro do debate político panamense em 2005. O projeto do governo, aprovado pela Assembléia Nacional, parece reunir aspectos de retribuição (solidariedade inter-geracional, compartilhamento da obrigação de contribuir e responsabilidade do Estado) com a mais importante característica do sistema de capitalização (liquidez da poupança para investimentos de longo prazo).

Essa proposta híbrida só foi possível graças às peculiaridades do sistema panamense; desde a fundação (1941), a CSS conta com um fundo de reserva e orçamento autônomo das contas públicas.

23. FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas foram extintas na reforma constitucional de 1994. Os patrulhamento terrestre e civil é realizado por órgãos policiais civis.
Parte da sociedade vincula a existência prévia de Forças Armadas com o regime autoritário. Mas o tema não tem gerado grande polêmica e parece já absorvido, inclusive pelo PRD.

24. A POLÍTICA EXTERIOR: FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

O Governo de Martín Torrijos adotou o rótulo da política externa "desenvolvimentista", que se traduz no esforço de atração de investimentos para o Panamá e de maior acesso a terceiros mercados para o modesto conjunto de exportações de produtos panamenhos. Neste contexto, o Panamá atua no sentido de promover-se como um centro internacional de comércio, que permita um maior aproveitamento da sua economia de serviços (Canal, portos, transporte marítimo, Zona Livre de Colón, potencial turístico). Uma novidade seria a busca de um autodeclamado protagonismo, ilustrado pela atuação panamenha no tocante à eleição do SGOEA e pela designação do Representante Permanente do Panamá junto à ONU em Nova Iorque como um dos "facilitadores" no exercício em curso de reformas da Organização.
Neste primeiro ano do Governo Torrijos, tem havido uma série de iniciativas no plano externo, com a intensificação do relacionamento com a Colômbia, México e Venezuela, com intercâmbio de visitas de alto nível e assinatura de acordos em áreas variadas. O Panamá aderiu ao então G.3 (Colômbia, México e Venezuela); sediou a IV Cúpula da Associação dos Estados do Caribe. Está buscando aproximação com a Comunidade Andina de Nações (CAN), a União Européia e o MERCOSUL (comunicado conjunto dos chanceleres, Assunção, junho de 2005). Na área comercial, além da aproximação com o MERCOSUL, CAN e UE, o Governo panamenho concluiu um Tratado de Livre Comércio (TLC) com Cingapura e tenciona retomar prontamente as negociações sobre um TLC com os Estados Unidos. Estão em curso negociações de um TLC com o Chile e de caráter comercial com o G.4.

25. AS RELAÇÕES COM O PRINCIPAL VIZINHO

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

A Colômbia, de quem o Panamá se separou em 1903 para tornar-se independente, é o principal vizinho do Panamá. Apesar do nível relativamente baixo do intercâmbio comercial, estimado atualmente em cerca de 130 milhões de dólares (exportações colombianas de mais de 120 e panamenhas de apenas 7 milhões, aproximadamente), tem havido uma série de visitas recíprocas de alto nível e conversações sobre temas de segurança, investimentos, comércio e integração do Panamá ao G.3. O Presidente Uribe já veio ao Panamá três vezes durante o Governo Torrijos; mais recentemente participou da IV Cúpula da Associação dos Estados do Caribe (AEC). Torrijos encontrou-se com Uribe, em Cartagena das Índias, em novembro de 2004.

Em meados de agosto de 2005, Colômbia e Panamá acordaram fortalecer seu intercâmbio comercial com a ampliação do Acordo de Alcance Parcial de 1995 que outorga referências tarifárias a produtos originários de ambos países. Estão em curso, por outro lado, as conversações relativas a adesão do Panamá ao G.3, que é o mecanismo de liberação comercial entre seus membros (Colômbia, México, Venezuela e agora Panamá).

Na agenda Panamá-Colômbia, ressaltam os projetos bilaterais de interconexão elétrica e de construção de um gasoduto. Pelo primeiro, o Panamá compraria eletricidade gerada na Colômbia tanto para consumo interno quanto para revenda a países da América Central. O projeto do gasoduto tem o mesmo propósito (compra de gás natural colombiano, para uso doméstico e revenda à América Central).

Segue pendente uma solução para as questões dos numerosos presos e refugiados colombianos no Panamá.

O Panamá tem sido beneficiado com importantes ingressos de capitais colombianos. Nos últimos dez anos, esses investimentos foram superiores a 300 bilhões de dólares.

A despeito do interesse colombiano em completar a rodovia interamericana com a realização do trecho na área de Darién, o Governo Torrijos tem adotado posição de cautela na matéria. Segundo o Governo panamenho, o assunto "está em estudo". Há seguidas manifestações de setores da sociedade panamenha contrárias à "carretera de Darién". Alegam que a construção da estrada acarretaria problemas ambientais, intensificação do narcotráfico, exportação da aftosa colombiana, concorrência com o Canal do Panamá, bem como teria elevado custo financeiro.

26.AS RELAÇÕES COM O SEGUNDO PRINCIPAL VIZINHO

Em 2004 o intercâmbio comercial Panamá-Costa Rica foi de cerca de 290 milhões de dólares (exportações da Costa Rica de 185 e do Panamá 105 milhões, aproximadamente).

Em abril de 2005, o Presidente Abel Pacheco fez visita de Estado ao Panamá. As conversações com o Presidente Torrijos concentraram-se em questões relativas ao desenvolvimento da infra-estrutura na região de fronteira. Acordou-se também o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas bilaterais, presidido pelos respectivos chanceleres. Em julho de 2005, Torrijos participou, em São José, da Cúpula de Países Latino-Americano Exportadores de Bananas, reunida para concertar uma posição no tocante do proposto aumento pela União Européia (UE) da tarifa de importação do produto.

27. AS RELAÇÕES COM O BRASIL: POLÍTICAS

O Brasil tem boas relações com o Panamá. Datam de 2 de março de 1904, quando o Governo brasileiro reconheceu a nação panamenha. Ao longo dos anos, o ponto alto do relacionamento foi o Convênio Cultural (celebrado em 1944 e em vigor desde 1947), que permitiu que cerca de 5 mil panamenhos se formassem em diversas universidades brasileiras. Muitos desses estudantes se casaram com brasileiras que são parte importante da comunidade brasileira. Os egressos de universidades brasileiras constituíram a União Cultural Brasil - Panamá, que mantém contactos com colegas no Brasil e promovem eventos acadêmicos e culturais. As brasileiras instituíram a Associação Brasileira, de caráter beneficente. Nos últimos anos, o número de estudantes panamenhos caiu significativamente, em função de fatores variados (custo de vida no Brasil e criação de universidades no Panamá). No plano institucional, Brasil e Panamá firmaram, além do Convênio Cultural, outros 15 instrumentos, a saber:

Convênio sobre Radioamadorismo (1972);
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (1979);
Acordo sobre Criação de uma Comissão Mista (1980);
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (1981);
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético (1985);
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas (2000);
Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, oficiais e Especiais ou Equivalentes (2000);
Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Comuns (2000);
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico (2000);
Acordo sobre e Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anficteônico de 1826 (2000);

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Educação (2001);
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias (2001);
Memorando de Entendimento entre o COAF e a UAF concernente à Cooperação na Troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro (2001);
Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos do Panamá (2001); e
Acordo de Serviços Aéreos (2004).

Acha-se em tramitação no Senado Federal o Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e do Panamá, celebrado, em Brasília, em 2001.
Apesar desse amplo e variado quadro institucional, a cooperação bilateral não tem evoluído, sobretudo pela falta de iniciativa do Governo local. No relacionamento com o Governo Torrijos, essa cooperação tem sido limitada ao atendimento de solicitações locais, como, p.e., a vinda de missão de técnicos brasileiros na área de informática e da previdência social e saúde. Por outro lado, em cumprimento a acordo Brasil-OEA, o TSE brasileiro está cooperando com o TE do Panamá.
Em relação a visitas de alto nível, o Presidente Martin Torrijos já esteve três vezes no Brasil. Em outubro de 2003, ainda como candidato, foi recebido, em Brasília, pelo Senhor Presidente da República. Em agosto de 2004, como Presidente-eleito, encontrou-se, no Rio de Janeiro, com o Presidente Lula da Silva. Em dezembro de 2004, como Presidente do Panamá, participou, como convidado especial, da Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Em 1º de setembro de 2004, o Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República na posse de Torrijos. Em início de julho de 2005, o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares Guimarães, na qualidade de enviado especial do Presidente Lula da Silva, fez entrega ao Presidente Torrijos de carta presidencial sobre a iniciativa do G.4 acerca da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao final de julho de 2005, o Professor Marco Aurélio Garcia representou o Presidente da República na IV Cúpula dos Chefes de Estado e/ou Governo dos Países membros da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

28. AS RELAÇÕES COM O BRASIL: MILITARES

Não há. O Panamá dissolveu suas forças armadas em 1994.

29. AS RELAÇÕES COM O BRASIL: ECONÔMICAS

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

Na área comercial, as transações diretas Brasil-Panamá estão em nível reduzido, com permanente saldo favorável às exportações brasileiras (em 2003, alcançaram US$ 95 milhões contra apenas cerca de US$ 50 mil dólares). Esse quadro se altera no tocante às transações via Zona Livre de Colón (em 2003, o Brasil exportou US$ 50 milhões contra reexportações de US$ 90 milhões). Atualmente, além do Banco do Brasil, estão sediadas no Panamá poucas empresas brasileiras, que, por razões logísticas, aqui atuam como base de operações para América Central e Caribe (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Sadia, Ajinomoto e ABB - estas duas últimas filiais brasileiras). A ALSTOM (francesa) tem importado, via filial brasileira, equipamentos brasileiros.

Em função da pequena dimensão do mercado panamenho de bens e mercadorias, e da baixa capacidade de exportação local, a situação atual - nível reduzido de exportações para e do Panamá - deve persistir. No caso do Brasil, a grande exceção foi a venda das aeronaves EMB-190, a custo unitário de US$ 31 milhões de dólares, para a COPA Airlines. Inicialmente, foram adquiridas dez (10) unidades, logo ampliadas para doze (12), com possibilidade de aquisição de outras dezoito (18). A primeira unidade deve ser entregue em final de 2005. Há, no entanto, potencial importante na área de serviços e de venda de equipamentos para obras de infra-estrutura (ampliação do Canal, saneamento da Baía do Panamá, modernização do sistema de transporte da cidade do Panamá). Quanto ao etanol, o interesse local reside no desenvolvimento da indústria panamenha de açúcar, tanto para consumo interno ou exportação como aditivo e/ou combustível, a partir de legislação que permita o seu uso. A cooperação técnica brasileira seria relevante nesse esforço.

Na área de agronegócios, cabe ressaltar a postura protecionista do Panamá, que tem afetado exportações brasileiras de produtos de carne e lácteos, sob alegações de problemas sanitários e fitosanitários.

Anualmente, no mês de março, a Câmara de Comércio e Indústria do Panamá realiza importante feira internacional (EXPOCOMER). O Brasil tradicionalmente participa com um dos maiores pavilhões, com representação variada e bem sucedida, coordenada pela APEX, com o apoio do Itamaraty.

Nas relações Brasil - Panamá, é relevante ressaltar a área do transporte aéreo. Em 1994, a VARIG deixou de voar para o Panamá. Desde 2000, a COPA Airlines passou a fazer o trajeto Panamá - São Paulo- Panamá, com aviões Boeing 737-700, com capacidade de cerca de 120 passageiros e de carga reduzida. A taxa de ocupação desses vôos é extremamente alta - e lucrativa - estimada em mais de 90%. Em 2004, foi renegociado o Acordo de Serviços Aéreos de 1984, com a ampliação dos vôos para os atuais quatorze (14) semanais.

Tendo presente o elevado rendimento dessa rota - para o Panamá e América Central e Caribe -, bem como os direitos (freqüências) que o Brasil (Varig) detém nessa área, é desejável que companhia aérea brasileira, se possível com equipamento maior que os 737-700, inclusive em função de carga, venha a exercê-los.

No âmbito do relacionamento econômico - comercial Brasil-Panamá, as autoridades panamenhas têm manifestado interesse na participação brasileira no megaprojeto de ampliação do Canal, no equacionamento da questão da inclusão na legislação brasileira ("listas negra"- Instrução Normativa No. 188, da Receita Federal) do Panamá como país de baixa imposição fiscal/sigilo societário, bem como, mais recentemente, em projeto de construção de refinaria de petróleo na costa atlântica (em cooperação com México e Venezuela).

Recentemente (junho, Assunção), o Panamá, conforme comunicado conjunto firmado com os chanceleres do MERCOSUL, logrou estabelecer programa de trabalho com vistas a um possível acordo comercial (a primeira reunião está prevista para outubro em Montevidéu).

No plano econômico multilateral, o Panamá, que aderiu em 1997 à OMC, muitas vezes tem posições divergentes, em função da sua peculiar economia baseada no setor serviços.

Recentemente, atuou conjuntamente com o Brasil e outros países latino-americanos em ação contra a União Européia em relação a exportações de bananas (principal produto de exportação local). O Panamá apoia a criação da ALCA e mantém sua candidatura a sediá-la.

30.AS RELAÇÕES COM OS EUA

Os EUA são o principal parceiro do Panamá: maior usuário do Canal; montante de cerca de US$ 7 bilhões de dólares em investimentos diretos; exportações de US$ 1.8 bilhão contra importações de US4 316 milhões em 2004.

Apesar do alegado verniz progressista do partido oficialista panamenho - PRD (Partido Revolucionário Democrático) - e da sua vinculação à Internacional Socialista, os EUA continuam a ter grande influência sobre o Governo do Panamá.

Além da visita oficial de Torrijos aos EUA, ao final de abril de 2005, e do Primeiro Vice-Presidente e Chanceler Samuel Lewis Navarro por mais de uma vez a Washington, visitaram o Panamá o Secretário de Defesa Rumsfeld, o Chefe do Comando Sul, a Administradora da DEA e outros funcionários norte-americanos.

O Panamá recebe cooperação material e técnica dos EUA na área de combate ao narcotráfico. Há acordo bilateral relativo à cooperação com a Guarda Costeira dos EUA.

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

Em matéria de combate ao terrorismo e segurança do Canal, o Panamá tem, desde 2003, auspiciado, sob coordenação dos EUA, as chamadas operações PANAMAX, com a participação de naves, aviões e efetivos de países latino-americanos.
No tocante à política norte-americana anti-proliferação de armas de destruição em massa, o Panamá firmou com os EUA em maio de 2004, acordo sobre a abordagem a navios, com vistas a prevenir o fluxo dessas armas e eventuais componentes.
O Governo Torrijos tem reiterado seu interesse prioritário na retomada das negociações sobre um TLC com os EUA, interrompidas no início de 2005, após a realização de oito rodadas.
Seguem pendentes duas questões de interesse do Panamá no seu relacionamento com os EUA. A primeira diz respeito à limpeza das áreas em que os militares norte-americanas abandonaram armas químicas e outras munições. Para os EUA, segundo o Secretário De Defess Rumsfeld declarou ao visitar o Panamá ao final de 2004, o caso "está encerrado". O Governo panamenho não aceita essa postura, mas tem evitado criar um clima de confrontação. A outra questão pendente - que o Panamá tentou, infrutiferamente, incluir na negociação do TLC com os EUA - diz respeito a interesse panamenho em ser autorizado a tornar-se ponto de embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros.

31.A POSIÇÃO DO PANAMÁ COM RELAÇÃO AO TERRORISMO

O Panamá é parte dos principais instrumentos internacionais contra o terrorismo (p.e., Convenção Interamericana de 2002; Convênio Internacional para a Repressão do Financiamento do Terrorismo, adotado pela AGNU em dezembro de 1999).
Recentemente, por ocasião da IV Cúpula da Associação dos Estados do Caribe (Panamá, julho de 2005), adotou-se, na Declaração Final, forte texto condenatório ao terrorismo.
O Panamá tem desde 2003 auspiciado a chamada Operação Panamax, que consiste em manobras especiais de vigilância e segurança aérea e marítima para a luta contra o terrorismo, bem como possível atentado ao Canal. Realizada em agosto de 2005, e coordenada pelos Estados Unidos, a terceira edição da Operação contou com a participação de equipamento marítimo e aéreo e de efetivos da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, EUA, Honduras, Panamá, Peru e República Dominicana.
32.A POSIÇÃO DO PANAMÁ COM RELAÇÃO AO NARCOTRÁFICO

O Panamá é parte da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988) e de outros instrumentos internacionais na matéria.
Em colaboração estreita com a Colômbia, Costa Rica e EUA, o

Panamá se empenha em combater o narcotráfico e crimes conexos. Em função da escassez de recursos materiais e humanos, o Panamá tem recebido cooperação substancial dos EUA; mantém acordo com os EUA relativo a apoio da Guarda Costeira norte-americana em matéria de vigilância.
Em junho de 2005, o Presidente Torrijos recebeu a Administradora da "Drug Enforcement Agency"(DEA), Karen Tandy.

33. A POSIÇÃO DO PANAMÁ COM RELAÇÃO ÀS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA.

Não há manifestação do Governo Torrijos na matéria. O Panamá é parte de diversos instrumentos internacionais contra a proliferação de armas nucleares, biológicas e outras (p.e. TNP, Tlatelolco).
Em maio de 2004, ainda no Governo Mireya Moscoso, o Panamá assinou com os EUA acordo sobre abordagem a navios, em apoio à "Proliferation Securiy Initiative" (PSI) - criada pelo Presidente Bush, em maio de 2003, para prevenir o fluxo de armas de destruição em massa.
Por outro lado, persiste para o Panamá a histórica pendência relativa ao abandono pelos militares norte-americanos em território panamenho de armas químicas e outras munições. Para os EUA, segundo declarações do Secretário de Defesa Rumsfeld, por ocasião de sua visita ao Panamá ao final de 2004, o caso "está encerrado". O Governo panamenho não concorda; tem, no entanto, evitado assumir posição de aberta confrontação no sentido de obter a necessária cooperação técnica e financeira dos EUA para localizar e remover essas armas. Cabe ressaltar que a inflexibilidade norte-americana se choca com a Convenção sobre Armas Químicas de 1997, que estipula a destruição de todas as armas químicas, tanto estocadas quanto abandonadas, dentro do prazo de dez a quinze anos.

34. A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS OU INTER-REGIONAIS SEM CARÁTER GLOBAL

O Panamá é membro da OEA, da Cúpula Ibero-Americana, do Grupo do Rio, do SELA, do SICA e do G.4, bem como do G.77. Superada a questão prioritária da soberania sobre o Canal do Panamá (Tratado Carter-Torrijos, 1997), o Panamá tem atuado de forma discreta nesses foros.

35. A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CARÁTER

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 02/09/2005 15:23:00 N.°: 00343
CARAT=Reservado

GLOBAL

O Panamá é membro das Nações Unidas e de seus variados organismos. Aderiu à OMC em 1997. A participação panamenha nesses foros globais também tem sido discreta.
O Representante Permanente do Panamá junto à ONU/NY, Ricardo Alberto Arias é um dos "facilitadores" no exercício em curso das reformas das Nações Unidas. O Panamá tem evitado participar dos debates sobre a reforma do Conselho de Segurança. Por ocasião da recém-realizada Cúpula Japão-América Central e República Dominicana, a Declaração Final do encontro refletiu expressamente apoio à candidatura do Japão a membro permanente do Conselho.
No âmbito da OMC, o Panamá usualmente se alinha a posições dos EUA. Recentemente, o Panamá atuou conjuntamente com o Brasil e outros países latino-americanos exportadores de bananas em ação contra a iniciativa da União Européia de aumentar as tarifas de importação do produto."

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

PLD

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 22/09/2006 16:26:56 N.°: 00360
CARAT=Reservado

De Brasemb Panamá para Exteriores em 22/09/2006 (BFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DCC/DOC/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-PANA
REF/ADIT=DET 180, TEL 322, TEL 210
CATEG=MG

//
Financiamento da rodavia
Madden-Colón. SBCE. Odebrecht.
Carta do Ministro da Economia
ao Ministro Furlan.
//

Nr. 00360

Recebi hoje o representante da Odebrecht no Panamá, André Rabello, que me entregou carta do Ministro da Economia e Finanças do Panamá, Carlos Vallarino, dirigida ao Ministro Luiz Fernando Furlan a respeito do financiamento pelo BNDES da construção da rodovia Madden-Colón a ser executada pela Odebrecht.

2. Ao final da carta, que transmito por fax, o Ministro Vallarino solicita a intervenção do Ministro Furlan "para concluir as condições definitivas do crédito outorgado e implementá-lo com a possível brevidade, considerando a importância e a urgência que lhe manifestaram nossas autoridades por ocasião da sua recente visita à cidade do Panamá". Recordo que essa manifestação foi feita ao Ministro Furlan diretamente pelo Presidente Martin Torrijos (tel. 210).

Luiz Tupy Caldas de Moura, Embaixador

De: BRASEMB PANAMÁ Recebido em: 22/09/2006 16:26:56 N.°: 00360
CARAT=Reservado

LTCM

De: BRASEMB PEQUIM Recebido em: 28/09/2006 08:07:07 N.°: 01317
CARAT=Reservado

De Brasemb Pequim para Exteriores em 28/09/2006 (MLS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAOC I/DAF II/ABC/DOC
DESCR=CHIN-CPLP
RTM=GINBREM,TIMBREM,ANGBREM,PORBREM,MBQBREM,CBVBREM
REF/ADIT=TEL 1167
CATEG=MG

//
CHINA-PLPs. Realização
da II Conferência
Ministerial do Fórum
de Macau.
//

Nr. 01317

RESUMO=
Informa sobre a realização da II Conferência Ministerial do Fórum de Macau, que discutiu a aprovou o Plano de Ação do organismo para o triênio 2007-2009. Dentre os objetivos, destacam-se o aumento dos fluxos comerciais dos PLPs com a China de US$ 20 bilhões para US$ 50 bilhões até 2009 e a duplicação do montante de investimentos diretos, em especial "o investimento direto chinês".

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMBs BISSAU, DILI, LUANDA, LISBOA, MAPUTO E PRAIA

Realizou-se em Macau, entre os dias 23 e 25/9, a II Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau). A delegação

brasileira foi chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, e integrada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Márcio Favilla Lucca de Paula, pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, José Carlos Miranda, pelo Ministro Mauro Couto, assessor especial do Sr. MDIC, e por representantes do INMETRO, do BNDES e do MDIC. A atriz Lucélia Santos também integrou a comitiva, na qualidade de convidada especial. Pelo Itamaraty, participei da Conferência acompanhado pela Ministra Maria Clara Carísio, Chefe da DAOC I e pelo SS Luís Fernando de Carvalho, lotado nesta Embaixada. O Conselheiro Oswaldo Biato Jr, Chefe do Setor Político da Embaixada em Pequim participou do evento na condição de Secretário-Geral Adjunto do Fórum. A II Conferência contou, ainda, com a participação de delegação empresarial brasileira formada por representantes de empresas como a Odebrecht, associações como a Associação Brasileira da Indústria de Brinquedo (ABRINQ), Associação Brasileira da Indústria de Calçados (ABICALÇADOS), e Federações de Indústrias como as do Rio Grande do Sul e da Bahia, além de algumas das numerosas (e algumas controvertidas) Câmaras de Comércio Brasil-China.

2. Tal padrão foi seguido pelas demais delegações dos países-membros do Fórum de Macau, chefiadas pelos respectivos Ministros de Comércio Exterior (a única delegação a não enviar seu Ministro de Estado foi a do Brasil) e integradas por diplomatas e empresários. A II Conferência Ministerial contou, também, com a participação de representantes da UNCTAD, UNIDO, CPLP, UNDP e ITC, além de diversos representantes do Governo Central da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

3. Antes mesmo do início dos trabalho, na tarde do dia 23/9, a delegação brasileira foi recebida pelo Chefe do Executivo da RAEM, Edmundo Ho Hau Wah, que agradeceu a presença da comitiva brasileira em Macau e afirmou que esperava poder retribuir a calorosa acolhida recebida durante sua visita ao Brasil, realizada no ano passado. Ressaltou que Macau está disposta a se tornar uma "ponte" entre a China e os PLPs e desempenhar o papel de intermediário para os empresários brasileiros que desejem realizar negócios com a China. O Secretário-Executivo do MDIC, em resposta, expressou satisfação com a recepção dispensada à delegação brasileira e afirmou que apesar de a RPC já ser o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, ainda há espaço para que o relacionamento se intensifique e, nesse sentido, Macau poderá ter um papel nesse processo, compartilhando a opinião do Chefe do Executivo da RAEM de que Macau pode contribuir para facilitar os investimentos e as transações bilaterais, já que é a parte chinesa que fala português.

4. Em seguida, o Secretário-Executivo do MDIC passou a palavra para a produtora Lucélia Santos, que observou ser essa a sua 15a. visita à China nos últimos 21 anos, desde que veio a este país receber um prêmio pela

atuação na novela Escrava Isaura. A atriz informou que deseja iniciar em março de 2007 as filmagens de seu novo projeto cinematográfico que poderia contribuir para uma melhor compreensão mútua entre os povos do Brasil e da China, motivo pelo qual procura parceiros chineses. Ao final do encontro, o Chefe Executivo da RAEM informou que Lucélia seria recebida no dia 25/9 por empresários da televisão de Macau a fim de discutir o projeto. O Secretário-Executivo do MDIC passou, em seguida, a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Márcio Favilla Lucca de Paula, que disse estar realizando antigo desejo ao visitar Macau. Informou Favilla que o acordo firmado em 2004 entre Brasil e China, estabelecendo o Brasil como destino aprovado para os turistas chineses, abre novo leque de oportunidades. Destacou o aumento do fluxo dos turistas chineses ao Brasil e observou que com o início dos vôos diretos regulares, que começarão a ser operados pela empresa Air China a partir de dezembro, o fluxo de turistas entre os dois países crescerá ainda mais. Nesse sentido, a troca de experiências entre representantes do Brasil e da RAEM constituiria oportunidade mutuamente vantajosa, avaliação que mereceu a concordância do Chefe Executivo de Macau.

5. A delegação brasileira também foi recebida pelo Ministro do Comércio Exterior da China, Bo Xilai, em 23/9, para encontro bilateral que durou cerca de 45 minutos objeto de telegrama à parte (tel. 1309). Menciono apenas que, em virtude da presença do Secretário-Executivo do Turismo na delegação, o Ministro chinês fez questão de observar que, atualmente, 30 milhões de turistas chineses viajam anualmente ao exterior e que, com o rápido crescimento da classe média da RPC, tal cifra deverá atingir 50 milhões de pessoas até 2010. Observou, ainda, que cada turista chinês gasta, em média, US$ 1 mil por viagem, o que significará grande fonte de receita para os países que receberem os viajantes chineses.

6. O ponto alto da II Conferência Ministerial foi a discussão, aprovação e assinatura pelos Chefes de Delegação dos países participantes do Plano de Ação do Fórum para o triênio 2007-2009 (cuja cópia transmito por fax) que estabelece, entre outras coisas, a intenção dos países do Fórum de fazer com que os fluxos comerciais dos PLPs com a China, atualmente ao redor de US$ 20 bilhões, alcancem o montante de US$ 50 bilhões em 2009. Do mesmo modo, os ministros declararam a intenção de tomar medidas efetivas para promover o investimento direto entre a China e os Países de Língua Portuguesa, "sobretudo o investimento direto chinês" nos PLPs, a fim de duplicar o montante atual durante triênio 2007-2009. O documento traz, ainda, diversas medidas na área de cooperação empresarial, no domínio agrícola e das pescas, infra-estrutura, cooperação na área de recursos humanos, cooperação na área de desenvolvimento e investimentos e inclui o tema novas áreas de cooperação, que abarca, por exemplo, cooperação referente ao turismo e ao combate à AIDS, malária e tuberculose.

De: BRASEMB PEQUIM Recebido em: 28/09/2006 08:07:07 N.°: 01317
CARAT=Reservado

7. A II Conferência Ministerial também constituiu oportunidade para a realização de variada programação paralela, como a Conferência de Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, ocorrida no dia 24/9, a 11a. Feira Internacional de Macau, entre os dias 23 e 26/9, encontros paralelos (alguns dos quais relatados a seguir) e diversos eventos culturais, como, por exemplo, a apresentação da Orquestra Sinfônica de Macau, a inauguração da exposição fotográfica "Ligando o Passado ao Futuro", sobre o intercâmbio de visitas entre representantes da RPC e dos PLPs, e da celebração da data nacional de Guiné-Bissau, em 23/9. Foram celebradas, ainda, durante o evento, cerimônias de inauguração de diversas empresas locais.

8. Em relação aos encontros bilaterais ocorridos à margem da II Conferência Ministerial, acompanhei, em 24/9, o Secretário-Executivo do MDIC em sua visita de cortesia ao Secretário-Geral do Conselho de Estado da RPC, Hua Jianmin, que, no organograma de poder chinês, possui cargo superior ao dos ministros de Estado.

9. Após a cerimônia de encerramento do Conferência Ministerial, o Secretário-Executivo do MDIC e os demais Ministros dos países membros do Fórum concederam entrevista coletiva na qual discorreram sobre os trabalhos da organização e reafirmaram o comprometimento na consecução dos objetivos traçados pelo Plano de Ação.

10. A II Conferência Ministerial foi precedida, no dia 19/9, pela realização da II Reunião de Funcionários de Alto Nível da organização, que teve por objetivo discutir questões referentes ao Programa da Conferência Ministerial e ao texto do Plano de Ação. Observo que, na ocasião, apesar do longo período de negociação das minutas de textos, iniciado em outubro de 2005, a delegação de Angola reabriu os debates sobre o capítulo 8 do Plano de Ação, denominado Cooperação para o Desenvolvimento. Isolada, acabou somando-se ao consenso quanto à manutenção do texto acordado em Pequim, em 28 de agosto último, que foi então submetido à discussão e aprovação dos Chefes de Delegação presentes à II Conferência Ministerial.

LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES, Embaixador

LFC

Para: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Expedido em: 25/08/2006 16:54:40 N.°: 00299
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Porto Príncipe
Em 25/08/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/ABC/DCC/DEA/DSF
DESCR=XPRO-HAIT
REF/ADIT=TEL 626
CATEG=MO

//
Brasil-Haiti. Promoção
comercial. BID. Financiamento
de estradas. Contatos com as
construtoras Odebrecht e
Andrade Gutierrez.
//

Nr. 00299

Transmiti o teor do telegrama de referência, que muito agradeço, às construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez.

EXTERIORES

LCAM

Para: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Expedido em: 07/12/2004 20:18:00 N.°: 00382
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Porto Príncipe
Em 07/12/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/ABC/DCC
DESCR=XPRO
RTM=USABREM
REF/ADIT=TEL 3368
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.Projeto
Haiti.Reunião em Brasília.
Relato.
//

Nr. 00382

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para Brasemb Washington

Tal como previsto, realizou-se, na tarde de ontem, na ABC, reunião sobre o programa de reconstrução do Haiti. Compareceram à reunião representantes dos Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das empreiteiras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa. Pela SERE, o Senhor SGEC e os Diretores do DPR e da ABC participaram do exercício, que consistiu numa troca de idéias voltada a subsidiar iniciativa brasileira de apoio e reconstrução daquela ilha caribenha.

2.O Senhor SGEC abriu a reunião expondo as linhas de ação do Governo brasileiro, tendo por pano de fundo a grave situação sócio-econômica por que passa o Haiti. Ademais, fez breve retrospecto da atuação da MINUSTAH, nas tarefas de manutenção da paz e da estabilidade. Em seguida, falou sobre a Reunião de Doadores, realizada em Washington em setembro passado, durante a qual foi possível comprometer para o Haiti recursos da ordem de US$ 1, 06 bilhão, oriundos de países e organismos financeiros internacionais. Dessa reunião resultou o "Cadre de Coopération Intérimaire", que apresenta os

objetivos e áreas onde os recursos arrecadados deverão ser aplicados. Mencionou igualmente viagem que fará a Porto Príncipe durante o mês em curso, onde assinará dois ajustes complementares na área de cooperação técnica, cada um no valor aproximado de US$ 95 mil, ligados, respectivamente, à produção e beneficiamento da castanha de caju e da mandioca. Outro projeto co-financiado pelo Governo brasileiro e o Banco Mundial, na área da merenda escolar, será também assinado durante a visita.

3.O Senhor SGEC também fez alusão ao interesse manifestado por empresas brasileiras em identificar oportunidades de negócios no Haiti. O Diretor da ABC, por sua vez, referiu-se aos encontros, em Nova York, à margem da reunião de líderes mundiais para a "Ação contra a Fome e a Pobreza" e da reunião de abertura da 59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro passado, em que tanto o Presidente da França quanto o Primeiro Ministro do Canadá externaram ao Presidente Lula o interesse de seus respectivos Governos no desenvolvimento de projetos com o Brasil destinados a apoiar o Haiti. A Espanha foi igualmente mencionada como tendo manifestado interesse em projetos conjuntos com o Brasil. Os espanhóis possuiriam estudos detalhados sobre recursos hídricos e água potável no país caribenho que poderiam embasar projetos a serem executados em parceria com o Brasil.

4.O Diretor do DPR propôs a formação de grupo de trabalho permanente com o setor privado que procederia, majoritariamente via internet, à troca de idéias e informações atualizadas sobre o Haiti. Tal mecanismo poderia ajudar a responder mais facilmente que papel as empresas brasileiras poderiam ter no processo de reconstrução daquele país.

5.O Diretor Executivo pelo Brasil e Suriname do BID, Rogério Studart, distribuiu cópia de relatório sobre projetos do banco para o Haiti, tendo salientado a firme disposição do banco em ajudar àquela ilha caribenha. Cópia do referido documento estará seguindo, por via eletrônica, para esse Posto. Studart disse que o Presidente do BID deverá ir a Porto Príncipe no dia 08 de janeiro de 2005. Comentou que o obstáculo maior que se antepõe para a ajuda ao Haiti não seria propriamente de ordem financeira, já que o banco dispõe de US$ 397 milhões já aprovados e prontos para execução, mas sim da carência de técnicos competentes na administração pública haitiana para a montagem dos projetos e realização das respectivas licitações.

6.Os representantes das empreiteiras aproveitaram o ensejo para perguntar ao representante do BID se haveria algum diferencial que, de alguma maneira, facilitasse a participação de empresas brasileiras no processo de reconstrução do Haiti. Sem comprometer a instituição, Studart apenas reiterou aos empreiteiros a firme disposição do BID em apoiar o Haiti. Ademais, disse que, em razão da carência de quadros locais capacitados, o próprio BID deveria ter atuação direta na elaboração dos editais e condução das licitações no Haiti. Quanto a esse aspecto, diplomata da ABC mencionou o apoio que o BID vem prestando à Unidade de Execução de Projetos do Ministério de Obras Públicas do Haiti.Por último, Studart acenou com a possibilidade de linhas de crédito do banco para capacitação de técnicos e gestores haitianos, com base em projetos de cooperação técnica entre Brasil e Haiti.

7.Outras questões levantadas pelos representantes do setor privado disseram respeito às garantias quanto ao recebimento por obras realizadas e a capacidade das empresas haitianas em serem subcontratadas por suas congêneres brasileiras para realizar tarefas relacionadas às obras licitadas. O Diretor do DPR observou, por outro lado, que a eventual associação entre empresas brasileiras e estrangeiras poderia facilitar o acesso a linhas de financiamentos de terceiros países, aumentando significativamente a oferta de financiamento hoje disponível. Recordou também a possibilidade de que as divisas geradas com as exportações haitianas ou com as remessas unilaterais de emigrantes poderiam servir como instrumentos de securitização para novas dívidas do país no contexto da sua reconstrução.

8.Os participantes da reunião decidiram pelo envio, no curto prazo, de "fact finding mission" empresarial ao Haiti, composta por técnicos de empresas do setor privado e apoiada pelo Governo brasileiro, a fim de que seja levantado o real potencial de oportunidades de negócios para as empresas nacionais. A medida reveste-se de crucial importância para embasar qualquer iniciativa de apoio ao Haiti na vertente de uma participação empresarial brasileira ampliada. Outra decisão tomada foi a de se contactar proximamente tanto a empresa de construção Queiroz Galvão quanto a Aracruz Celulose, que não puderam enviar representantes para a reunião, para uma troca de idéias sobre projetos em vista para o Haiti.

EXTERIORES

Para: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Expedido em: 07/12/2004 20:18:00 N.°: 00382
CARAT=Reservado

ALN

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 22/08/2006 21:07:08 N.°: 00625
CARAT=Reservado

De Brasemb Porto Príncipe para Exteriores em 22/08/2006 (VFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/ABC/DCC/DEA/DSF
DESCR=XPRO-HAIT
RTM=ONUBRMS,RDCBREM,USABREM,OEABRMS
REF/ADIT=CIT 60542, TEL 206 2005
CATEG=MG

//
Brasil-Haiti. Promoção
Comercial. BID. Financiamento
de estradas. Contatos com as
construtoras Odebrecht e
Andrade Gutierrez.
//

Nr. 00625

Refcirctel 60542 e tel 206 de 2005. Apurei junto à representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Haiti que o Governo do Presidente Préval produziu um mapa com o planejamento da construção e /ou recuperação dos principais eixos rodoviários do país. O financiamento da recuperação da rede rodoviária foi dividida entre os organismos e entidades doadoras: BID, Banco Mundial, USAID e União Européia. Algumas estradas, como a Croix des Bouquets (subúrbio de Porto Príncipe)-Hinche, que está sendo financiada pela União Européia, já está gerando ganhos comerciais para o Brasil. A firma Haiti-Tractor importou do Brasil caminhões-basculantes Volkswagem e tratores Caterpillar.

2.O principal financiador de novas estradas será o BID, cuja representação em Porto Príncipe indicou à Embaixada que avalia que a capacidade de execução das Empresas locais já está saturada. Para cumprir os ambiciosos programas de infraestrutura do novo Governo seria necessária a participação de empresas extrangeiras, isoladas ou associadas a firmas locais. Segundo o BID, essas associações favoreceriam o equipamento das empresas locais de maneira a aumentar sua capacidade de execução, ademais de promover o retorno de técnicos haitianos da diáspora, fatores positivos para a melhoria do quadro econômico do Haiti.

3.O BID está convidando os Setor Privado haitiano, em especial as empresas de construção, a um seminário para estudar propostas com vistas aumentar sua capacidade de produção. Também estão desejosos de conversar com empresas estrangeiras.

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 22/08/2006 21:07:08 N.°: 00625
CARAT=Reservado

4. Segundio o BID/Porto Príncipe, as obras que serão licitadas proximamente com financiamento já aprovado pelo BID são as seguintes:
Sistema rodiviário ao norte de Porto Príncipe;
Recuperação da Route Nationale # 1;
trecho Bon Repos - Saint-Marc? US$ 25 milhões;
Trecho Gonaives - Gros - Morne ? U$ 15 milhões;
Sub total? US$40 milhões.
5. Obras previstas para os novos empréstimos em processo de aprovação pelo BID:
Trecho Gros Morne - Port-de-Paix US$ 45 milhões (continuação da articulação do norte/noroeste);
Sistema de articulação da península sul;
Trecho Cayes - Jérémie? US$ 50 milhões;
Trecho Miragoane - Petit Trou de Nippes? US$ 30 milhões;
Petit Trou de Nippes - Jérémie? US$ 50 milhões;
Total que se licitará em 2007? US$ 175 milhões.

6. Total para as estradas ditas "Nacionais": Us$ 215 milhões, dos quais US$40 milhões serão licitados em breve, e US$175 milhões logo que o Conselho de Administração aprove os empréstimos. Antecipa-se que os processos de pedido de preço comecem para os US$ 175 milhões em meados de 2007.
7.Estou enviando por mala diplomática para a DOC o mapa com os projetos rodoviários planejados para este país, que foi cedido pelo BID. Esclareço ter conversado sobre o tema com os Senhores Rommel Curzio e Ernesto Baiardi, respectivamente Gerentes das filiais das Construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht na República Dominicana, a quem emprestei o original do mapa para que fizessem cópias.
Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Embaixador

PCAP

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 22/08/2006 21:47:25 N.°: 00626
CARAT=Reservado

De Brasemb Porto Príncipe para Exteriores em 22/08/2006 (AAA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/ABC/DCC/DEA/DSF
DESCR=XPRO-HAIT
RTM=ONUBRMS,RDCBREM,USABREM,OEABRMS
REF/ADIT=CIT 60542, TEL 206 2005
CATEG=MG

//
Brasil-Haiti. Promoção
Comercial. BID. Financiamento
de estradas. Contatos com as
construtoras Odebrecht e
Andrade Gutierrez.
//

Nr. 00626

RESUMO=
REPETIÇÃO DO TELEGRAMA 625 PARA CORREÇÃO NO TEXTO

Refcirctel 60542 e tel 206 de 2005. Apurei junto à representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Haiti que o Governo do Presidente Préval produziu um mapa com o planejamento da construção e /ou recuperação dos principais eixos rodoviários do país. O financiamento da recuperação da rede rodoviária foi dividido entre os organismos e entidades doadoras: BID, Banco Mundial, USAID e União Européia. Algumas estradas, como a Croix des Bouquets (subúrbio de Porto Príncipe) - Hinche, que está sendo financiada pela União Européia, já está gerando ganhos comerciais para o Brasil. A firma Haiti-Tractor importou do Brasil caminhões-basculantes Volkswagem e tratores Caterpillar.

2.O principal financiador de novas estradas será o BID, cuja representação em Porto Príncipe indicou à Embaixada que avalia que a capacidade de execução das Empresas locais já está saturada. Para cumprir os ambiciosos programas de infra-estrutura do novo Governo seria necessária a participação de empresas estrangeiras, isoladas ou associadas a firmas locais. Segundo o BID, essas associações favoreceriam o equipamento das empresas locais de maneira a aumentar sua capacidade de execução, ademais de promover o retorno de técnicos haitianos da diáspora, fatores positivos para a melhoria do quadro econômico do Haiti.

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 22/08/2006 21:47:25 N.°: 00626
CARAT=Reservado

3.O BID está convidando o Setor Privado haitiano, em especial as empresas de construção, a um seminário para estudar propostas com vistas a aumentar sua capacidade de produção. Também estão desejosos de conversar com empresas estrangeiras.

4. Segundo o BID/Porto Príncipe, as obras que serão licitadas proximamente com financiamento já aprovado pelo BID são as seguintes:

Sistema rodoviário ao norte de Porto Príncipe:

Recuperação da Route Nationale # 1;

Trecho Bon Repos - Saint-Marc: US$ 25 milhões;

Trecho Gonaives - Gros-Morne : US$ 15 milhões;

Sub total: US$ 40 milhões.

5. Obras previstas para os novos empréstimos em processo de aprovação pelo BID:

Trecho Gros Morne - Port-de-Paix: US$ 45 milhões; (continuação da articulação do norte/noroeste);

Sistema de articulação da península sul:

Trecho Cayes - Jérémie: US$ 50 milhões;

Trecho Miragoane-Petit Trou de Nippes: US$ 30 milhões;

Petit Trou de Nippes - Jérémie: US$ 50 milhões;

Total que se licitará em 2007: US$ 175 milhões.

6. Total para as estradas ditas "Nacionais": US$215 milhões, dos quais US$40 milhões serão licitados em breve, e US$175 milhões logo que o Conselho de Administração aprove os empréstimos. Antecipa-se que os processos de pedido de preço para os US$ 175 milhões começariam em meados de 2007.

7.Estou enviando por mala diplomática para a DOC o mapa com os projetos rodoviários planejados para este país, que foi cedido pelo BID. Esclareço ter conversado sobre o tema com os Senhores Rommel Curzio e Ernesto Baiardi, respectivamente Gerentes das filiais das Construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht na República Dominicana, a quem emprestei o

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 22/08/2006 21:47:25 N.°: 00626
CARAT=Reservado

original do mapa para que fizessem cópias.

Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Embaixador

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 06/09/2006 15:47:41 N.°: 00661
CARAT=Reservado

De Brasemb Porto Príncipe para Exteriores em 06/09/2006 (AAA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SGAP II/ABC/DCC/DOC/DNU/DAOC I/DAF II
DESCR=PEMU-ETEC-HAIT
RTM=ONUBRMS,INABREM,SAFBREM,RDCBREM
REF/ADIT=DET 308, TEL 605, TEL 623
CATEG=MG

//
Fundo IBAS.CTPD.Brasil-Haiti.
Projeto "Coleta de lixo
sólido".
Implementação do programa.
//

Nr. 00661

Informo. Graças à doação de material detonante (100 Kg de dinamite, cordão detonante, e material de detonação) feita pela Construtora Norberto Odebrecht, na pessoa do Senhor Ernesto Baiardi, Gerente Geral na República Dominicana, e as rápidas providências do Embaixador Ronaldo Dunlop, a Companhia de Engenharia do Exército brasileiro a serviço da Força de Paz da Minustah (CIA ENG)efetuou ontem, com êxito, a destruição de laje rochosa situada na área de Carrefour Feuilles. Presenciei o evento, juntamente com oficiais do Gabinete do Comandante do Exército e grande parte da população local. O trabalho realizado constitui aporte adicional do Brasil à implementação do Projeto IBAS "Coleta de lixo sólido na comunidade de Carrefour-Feuilles" e permitirá a construção de galpão de triagem de dejetos sólidos, e serem reciclados e de material orgânico, que será usado na produção de adubo.
2.Cabe ressaltar que, à parte da Engenheira Eliana Nicolini, consultora do Projeto, e de sua equipe, não havia representantes do PNUD. Pedi a Nicolini esclarecimentos sobre a questão levantada pelo desptel 308. Fui informado de que ela recebeu instruções do senhor Daniel Ladouceur de preparar nota recomendando a compra de tratores e reboques no exterior (muito provavelmente no Brasil). A compra seria feita por uma empresa haitiana que já tem experiência de comércio com o Brasil e o material seria transportado por via marítima. Se seguido esse caminho o material chegará a Porto Príncipe em três meses. Nesse ínterim, o pessoal local contratado pelo Projeto IBAS terá que fazer a coleta de lixo manualmente, de modo pouco eficaz. Cabe ter em mente que o

atual contrato da consultora brasileira vence na segunda quinzena de outubro. Considero importante sua permanência à frente do mesmo para assegurar continuidade e o próprio êxito do projeto.

Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Embaixador

PCAP

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 19/12/2006 18:43:44 N.°: 00910
CARAT=Reservado

De Brasemb Porto Príncipe para Exteriores em 19/12/2006 (CJP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SGEC/ABC/DCC/DNU/DAF II/DAOC I/DIC
DESCR=ETEC-IBAS-HAIT
RTM=ONUBRMS,SAFBREM,INABREM,CANBREM,USABREM
CATEG=MG

//
IBAS. Visita prévia do
SGEC ao Haiti. Prêmio
Sul-Sul.
//

Nr. 00910

Realizou-se, entre os dias 13 e 16 do corrente mês, visita ao Haiti do Senhor Subsecretário de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira. A presença do Senhor SGEC nesta capital constituiu a primeira etapa de viagem em que, na qualidade de representante Vossa Excelência, receberá, no próximo dia 19 de dezembro, na sede das Nações Unidas, o Prêmio Parceria Sul-Sul outorgado ao IBAS por sua ação de cooperação com o Haiti.

2.A presença do Embaixador Ruy Nogueira no Haiti país teve ainda como objetivo a supervisão dos projetos de cooperação levados a efeito neste país.

3.A agenda do visitante foi aberta, na data sua chegada, com jantar que ofereci em sua homenagem na Residência e para o qual convidei os principais expoentes do universo da cooperação técnica prestada a esse pais. Além do homenageado, eu e Embaixatriz, compareceram ao evento o Ministro do Planejamento e Cooperação Internacional do Haiti, Jean Max Bellerive - com o qual o Senhor SGEC manteve profícuo diálogo sobre o relacionamento e a cooperação bilateral -, a Senhora Tânia Patriota, Representante do UNFPA, o Senhor Ernesto Justo Lopez, Embaixador da Argentina, o Senhor Alfredo Mena, Diretor do IICA, o Senhor Paul Tuebner, Diretor do USAID, o Senhor François Montour, Diretor da Agência Canadense de Cooperação Internacional - CIDA, e o Senhor Paul Christian Namphy, do Núcleo de Cooperação Técnica deste Posto.

4.Na ocasião, foram discutidas, de maneira informal e muito

amigável, as diferentes facetas da cooperação técnica prestada ao Haiti pelas instituições representadas pelos convidados, possibilitando uma positiva troca de idéias acerca da experiência de cada um dos presentes e dos desafios decorrentes da empreitada.

5.Na manhã do dia 14 de dezembro, o Embaixador Ruy Nogueira teve a oportunidade de visitar, na companhia da Representante do PNUD, Sra. Eliana Nicolini, local onde será construida a Estação de Reciclagem de Lixo em Carrefour-Feuille. Localizado em uma das comunidades mais carentes da capital, o projeto propiciará a inclusão social de significativa parcela da população local, com a criação de 220 empregos diretos no tratamento de lixo, além de impacto positivo sobre o meio-ambiente na localidade. O terrapleno foi construído pela Companhia de Engenharia de Força de Paz, a obra tem um valor de 80 mil dólares, e contou com contribuição da Construtora Norberto Odebrecht, sucursal de São Domingos, na forma de doação de 10 mil dólares em explosivos.

6.O projeto do IBAS, implantado por meio do PNUD, se beneficia da atuação de doze líderes comunitários que agem como facilitadores da iniciativa. Após visitarmos, na companhia da Sra. Nicolini, a área onde se localizará a planta de reciclagem, mantivemos reunião com o grupo de facilitadores, que expressaram sua gratidão à atuação aos três países e a esperança em um futuro melhor para a comunidade em decorrência da iniciativa.

7.Após ouvir a saudação do líder dos facilitadores, o Senhor SGEC discorreu brevemente sobre a atuação do IBAS no Haiti e sobre o projeto de reciclagem em particular, indicando, sobretudo, o forte comprometimento do Governo brasileiro e dos demais paises participantes com a recuperação do país e mencionando, inclusive, a possibilidade de reprodução de iniciativas do gênero em outras regiões na capital ou fora dela, a exemplo dos catorze projetos de cooperação em andamento no Haiti.

8. Na tarde do mesmo dia, o Senhor SGEC foi recebido pelo Primeiro-Ministro do Haiti, Jacques Edouard Aléxis, em um encontro transcorrido em clima extremamente cordial e do qual participaram, além de mim, o Embaixador da Argentina, Ernesto Justo Lopez e do Chile, Marcel Young. O Primeiro Ministro passou em revista não só os temas relativos à cooperação internacional, mas também diversos aspectos da vida nacional haitiana.

9.Aléxis discorreu sobre as recentes eleições municipais,

ressaltando o clima de tranqüilidade presente em todo o processo e os novos desafios consequentes do pleito. Estes seriam, sobretudo, assegurar aos recém-eleitos a governabilidade, já que os recursos financeiros para tal são escassos e as municipalidades não detém claras fontes de renda, resultado, a seu ver, de lacunas constitucionais que necessitam correção. O primeiro passo nesse sentido, sublinhou, será a constituição de comissão interministerial para ocupar-se do tema.

10.A seguir, o Primeiro-Ministro manifestou a sua apreciação sobre a presença dos efetivos da MINUSTAH no Haiti, assinalando, todavia, a necessidade de uma maior integração entre aquelas forças e a Polícia Nacional. Referia-se Aléxis ao aumento da violência e a repercussão do fato entre a população haitiana. Na visão do mandatário, as ações policiais-militares demandam maior vigor, isto porque, além dos resultados tangíveis de tais operações, o efeito psicológico destes êxitos tem impacto importantíssimo sobre a vida nacional.

11.Outros aspectos da cooperação internacional têm, na visão de Aléxis, apresentado resultados mais sólidos, com indiscutível reflexo positivo sobre a vida cotidiana do país. Tal menção, permitiu ao SGEC sublinhar a atuação do Governo brasileiro no âmbito da cooperação com o Haiti e a convicção do Senhor Presidente da Republica, em seu segundo mandato, de assegurar o seguimento aos esforços de cooperação entre os dois países. A sua presença no Haiti, bem como na recente Conferência de Paises Doadores em Madri, asseverou o Embaixador Ruy Nogueira, reflete a orientação de Vossa Excelência no sentido da manutenção da política brasileira de cooperação a médio e a longo prazo.

12.Esse esforço, indicou o Senhor SGEC, se reflete, no presente momento, nos quatorze projetos de cooperação nos quais o Brasil esta envolvido com significativo aporte financeiro. Seguindo a orientação do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, concluiu, a cooperação prestada não se limitará aos projetos ora em andamento e as partes envolvidas devem manter-se atentas às janelas de oportunidade que venham se abrir nesse universo.

13.Após agradecer as palavras do Embaixador Ruy Nogueira e ressaltar a satisfação pela atuação do Governo brasileiro no Haiti, o Primeiro-Ministro mencionou sua preocupação com a questão energética do país, cuja dependência externa é, a seu ver, grave. O setor energético mereceria uma maior atenção no âmbito da cooperação internacional e Aléxis indicou a

prospecção de carvão, mineral com grandes jazidas no platô central do Haiti, mas cujo verdadeiro potencial estaria ainda a ser determinado, como possível objeto de cooperação.

14. O SGEC assegurou ao Primeiro-Ministro ter tomado nota da reivindicação haitiana e aventou a possibilidade de envolver o Ministério das Minas e Energia, por meio da CPRM, no esforço de prospecção carvoeira no país. Após a reunião, convidou os Embaixadores da Argentina e do Chile a participarem da iniciativa, em projeto tripartite de cooperação.

15.Já ao final da reunião, o Embaixador do Chile, levantou a questão da crise no relacionamento entre o Haiti e a República Popular da China, que estaria a exigir um pedido formal de desculpas pela aproximação haitiana com Taiwan. Aléxis reconheceu as rusgas no relacionamento sino-haitinano, mas descartou um pedido de desculpas. O Haiti tem Taiwan como um dos maiores doadores e a RPC deve compreender tal fato, assinalou, indicando, contudo, que uma superação da crise estaria em andamento no âmbito das Nações Unidas, mas que não descartaria os bons ofícios dos embaixadores presentes para a superação da questão. Nesse momento relatei ao Primeiro Ministro a gestão que Vossa Excelência me encarregou de fazer, sobre o tema, junto ao Chanceler Jean Rénald Clérismé (despel 409 e tel 888).
16.Após a audiência, que tomou tempo bastante superior ao previsto, o Senhor SGEC e eu tivemos a oportunidade de nos entrevistarmos com a representante do Banco Interamenricano de Desenvolvimento no Haiti, Senhora Anna Cecília McInnis, na sede local da instituição, encontro do qual também tomou parte o Representante do Fundo Monetário Internacional no país, Senhor Ugo Fasano.

17.Na reunião, foi discutida a situação política do Haiti e, sobretudo, a atuação do BID e do FMI no país. A representante do Banco sublinhou a necessidade de um reforço nas instituições nacionais e a atuação da instituição que representa nesse sentido. A capacitação e a formação contínua dos quadros locais constituem a principal preocupação do BID no momento. Para alcançar este objetivo, a instituição elegeu cinco ministérios do governo local para levar a cabo projetos-piloto de capacitação.

18.Tais empreitadas se inserem em uma carteira de vinte e oito projetos que, segundo a Senhora McInnis, o BID leva a cabo no país, enfrentando dificuldades diversas. O representante do FMI, por sua vez, traçou interessante quadro da economia haitiana, que na sua visão, tem apresentado boa

De: BRASEMB PORTO PRÍNCIPE Recebido em: 19/12/2006 18:43:44 N.°: 00910
CARAT=Reservado

recuperação no aspecto macroeconômico, fato infelizmente ausente na face micro da mesma.

19. O Senhor SGEC agradeceu a explanação dos Representantes daquelas instituições financeiras e efetuou relato da atuação brasileira no país, indicando a importância da troca de experiências para a otimização dos recursos destinados a cooperação técnica prestada ao país, dando fim a parte substantiva de sua visita prévia ao Haiti, no contexto do recebimento do Premio Parceria Sul-Sul ao Fundo IBAS. Mencionei, na ocasião, os contatos já estabelecidos com as sucursais das dominicanas das construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Correia para interessá-las a participar nos projetos do BID (tel 626).

20. No dia seguinte, em reunião social, o Senhor SGEC encontrou-se com o Chanceler Clérismé e com Christian Connan, Embaixador da França em Porto Príncipe. Connan mencionou a preocupação com a situação de segurança no Haiti, uma certa percepção sua de inação por parte das forças militares e policiais da MINUSTAH e reiterou que, do seu ponto de vista, uma razoável situação de segurança é precondição para a retomada de investimentos. Connan reafirmou o desejo da França de estabelecer cooperação triangular com o Brasil no Haiti e indicou que seu país está pronto a enviar delegação a Brasília para tratar desse tema.

21. Na tarde da sexta-feira, 15/12, participei junto com o Senhor SGEC, o Embaixador Edmond Mulet, o seu alterno, Luiz Carlos da Costa e o General Elito Siqueira, da inauguração em Cité Soleil de avenida asfaltada, de 2 km de extensão que liga a "Route National nr. 1" a "Route Soleil 9". Essa via contruida pela Companhia de Engenharia brasileria da MINUSTAH, com valor de 300 mil dólares facilita o acesso e a movimentação em Cité Soleil. O Senhor SGEC foi convidado a descerrar a placa comemorativa da inauguração. Logo após presenciou a transferência de comando do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do Batalhão Haiti.

22. Muito agradeceria retransmissão para DELBRASUPA e Brasembs São Domingos, Paris e Bissau.

Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Embaixador

PCAP

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 20/05/2003 11:35:02 N.°: 00214
CARAT=Reservado

De Brasemb Pretória para Exteriores em 20/05/2003 (LOGO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DAF II
DESCR=XPRO-BRAS-RAFS
REF/ADIT=TEL 189
CATEG=MG

//
Brasil-África do Sul. Visita
do Senhor Ministro de Estado.
Missão Empresarial. Relação de
empresas participantes.
//

Nr. 00214

ADITEL 189.

Relaciono, a seguir, para fins de registro, as empresas e associações brasileiras e sul-africanas que participaram do encontro empresarial realizado no Country Club de Joanesburgo, em 07.05.03, por ocasião da visita do Senhor Ministro de Estado à África do Sul:

África do Sul:

1. Aerospace Maritime & Defence Industries Association (AMD)
2. AT&TS Logistics
3. AR Projects Services
4. Angoway Logistics
5. Albertyn Exports
6. Arberta International Trading
7. Association of Meat Exporters and Importers
8. Baker Coatings
9. Barloworld
10. Bateman Engineering Technology
11. Cell C
12. Clover
13. Crown National
14. Denel
15. Denel Aviation
16. DB Thermal
17. Daimler Chrysler
18. Data Corridor
19. Deloitte & Touche
20. Desta Power Matla

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 20/05/2003 11:35:02 N.°: 00214
CARAT=Reservado

21. Development Engineering Company
22. Dolphin Platinum International
23. Demag Cranes & Components
24. ETI
25. Engineering News (publicação)
26. Fiat Auto South Africa
27. Geoquip
28. Gerber Goldschmidt
29. Grace Trade
30. Heritage Surgical Products
31. Hemosa Exp&Imp
32. Ilanga Outsourcing
33. Ilma Trading
34. IDC
35. IFC
36. ISIS Information Systems
37. Jolando Trading
38. Juldar Traders
39. Jumele Personnel Consultants
40. LRH Imp&Exp
41. l'Agence Export
42. La Manera
43. Laidex
44. Language Lab
45. Maluja International
46. Metcorp Trading
47. Micron Scientific
48. Mitsui & Co.
49. Mix 04 Trading
50. NAAMSA
51. NLA
52. NUBJ Connections
53. Odyssey International
54. Office Worxs
55. Park Hyatt Hotels
56. Paybing Inovations
57. Progressive Marketing
58. Primerind
59. Real International
60. Realm Mobilia
61. Rocbit Drilling Equipment
62. Ronnie Cox Graphic Supplies
63. Roxo Law Affice
64. South Africa-Germany Chamber of Commerce
65. South Africa Poultry Association
66. South Africa International Steel Fabricators
67. SMB Services
68. Sagentra Trade Corporation
69. Safurnco

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 20/05/2003 11:35:02 N.°: 00214
CARAT=Reservado

70. Sandown Tours & Incentives
71. SASOL Technology
72. Shelvcraft
73. Skandis Wine Exporters
74. Specialised Exhibitions
75. Sunday Times (jornal)
76. Technique Avant Garde
77. Tomen Corporation
78. Tradeserve Outsourcing
79. Tricom Structures
80. Tudor Gardens Hotel
81. Tellumat
82. Tyco International
83. Union Bank of Nigeria
84. Valve Manufacturers
85. Venturi
86. Veritas
87. Vesco Plastic sales
88. Veterinary Imp&Exp
89. VIPAL
90. Volkswagen South Africa
91. Watch International
92. Welling Trading

Brasil:
1. ABEF
2. ABIMÓVEL
3. Agrale
4. AIAB
5. ANFAVEA
6. ATECH
7. Brasa (Marcopolo)
8. Bunge Alimentos
9. Casa Brazil
10. CBC
11. CVRD
12. EMBRAER
13. Odebrecht
14. Ouro Fino Produtos Veterinários
15. Q&A Promoções
16. RANDON
17. SEBRAE
18. Volkswagen do Brasil

2. Além das empresas listadas acima, compareceram também os seguintes órgãos públicos e agências governamentais: Board on Tariffs and Trade do Ministério da Indústria e Comércio (DTI), Departamento de controle veterinário do Ministério da Agricultura ("Animal Health"), Gauteng Economic Development Agency (GEDA), Invest North

West, Mpumalanga Investment, NTSIKA (que recentemente assinou acordo de cooperação com o SEBRAE), South African Institute for International Affairs (SAIIA), South Africa Quality Institute, Trade and Investment South Africa - TISA (órgão de promoção comercial do DTI), e Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de África do Sul (UNISA).

3. Por oportuno, a fim de atender a solicitações de diversas empresas sul-africanas presentes ao evento, muito agradeceria fosse verificada a possibilidade de encaminhar a este Posto cópia da apresentação em "power point" do Senhor Diretor-Geral do DPR.

JÓRIO SALGADO GAMA FILHO, Embaixador

JFN

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 11/08/2004 13:10:00 N.°: 00456
CARAT=Reservado

De Brasemb Pretória para Exteriores em 11/08/2004 (LOGO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAC/DPG/DC/DAEX/DEUC
DESCR=AORG-RAFS
RTM=USABREM,MUSBRCG,NYKBRCG,LUSBRCG,SUSBRCG
CATEG=MG

//
Consular. Relatório de gestão.
Consulado-Geral em Miami.
Embaixador Lucio Amorim.
//

Nr. 00456

RESUMO=
Relata aspectos da gestão como Cônsul-Geral em Miami e faz comentários e sugestões sobre o serviço consular em uma repartição de grande movimento nos Estados Unidos.
(1a parte de 3)

Retransmissão automática para a Embaixada em Washington, Consbras Miami, Consbras Nova York, Consbras Los Angeles, Consbras São Francisco.

Fui Cônsul-Geral em Miami de setembro de 2000 a julho de 2004. Relato, nesta comunicação, menos as realizações de minha gestão - fruto da indeclinável obrigação funcional de bem servir - do que observações e sugestões decorrentes de minha segunda experiência como chefe de repartição consular na América do Norte.

A rede consular nos Estados Unidos evoluiu, nos últimos 50 anos, de forma inversa a da comunidade brasileira. Enquanto esta expandiu-se, aquela encolheu. O Brasil já teve Consulados em cidades como Portland, Baltimore, Dalas e Filadelfia. Nos últimos 10 anos foram fechados os Consulados em Atlanta, Porto Rico e Nova Orleans e aberto o Consulado-Geral em Boston.

Ao encolhimento da rede correspondeu o alargamento e pulverização da comunidade brasileira neste país. Embora não existam estatísticas confiáveis do número de brasileiros por Estado, pode-se afirmar, sem erro, que os brasileiros espalham-se, hoje, por praticamente todo o território norte-americano. Cidades como Orlando ou Atlanta, para referir-me

apenas à jurisdição do CG Miami, contam com colônias de mais de 40.000 brasileiros.
O Consulado-Geral em Miami tem jurisdição sobre 7 Estados norte-americanos, mais Porto Rico e Bahamas. Nos últimos quatro anos, em matéria de promoção comercial, o CG Miami atuou segundo as prioridades e os recursos financeiros atribuídos pelo órgão central do sistema. O SECOM cobriu praticamente todas as feiras e mostras de alguma importância realizadas em Miami, num total de 42. Os Relatórios enviados à Secretaria de Estado procuraram informar sobre a participação de expositores brasileiros, sobre os principais países representados e sobre as tendências do mercado. Por falta de recursos deixaram de ser cobertas feiras fora da sede do posto, com exceção da COVERINGS (pedras, granitos, mármores e revestimentos cerâmicos).

Como corresponde, o SECOM, desde agosto de 2000:
a) elaborou 15 estudos de mercado;
b) respondeu a 6.663 consultas por escrito;
c) preparou 226 informações sobre produtos;
d) respondeu a cerca de 26.350 chamadas telefônicas;e
e) atendeu a 20 missões de empresários brasileiros à Flórida.

A Florida constitui importante plataforma para os interesses brasileiros no Sudeste dos Estados Unidos, América Central e Caribe. A corrente de comércio Brasil/Flórida supera dez bilhões de dólares. Apesar de uma relativa falta de complementaridade - Florida e Brasil concorrem na produção de suco de laranja e de açúcar, por exemplo - o Brasil situa-se, desde 1995, como o principal parceiro comercial da Florida.
Cerca de um terço de todas as empresas brasileiras com subsidiárias ou filiais nos Estados Unidos mantem escritórios ou unidades de produção neste Estado. Empresas brasileiras usinam aço na Florida (Ameristeel, do Grupo Gerdau), esmagam laranjas (Cutrale e Citrosuco), constroem aeroportos, hotéis e outras grandes obras de construção civil (Odebrecht) e, provavelmente dentro um ou dois anos, estarão montando aviões (Embraer) neste Estado.

Apesar da expressiva corrente de comércio e da robusta presença empresarial de origem brasileira, e a despeito de o Governador da Florida ser irmão do Presidente dos Estados Unidos, nesses quase quatro anos em que servi como Cônsul-Geral em Miami, apenas Vossa Excelência e os Ministros Furlan e Rodrigues (durante a reunião ministerial da ALCA) e a Ministra Dilma Roussef (por ocasião de um

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 11/08/2004 13:10:00 N.°: 00456
CARAT=Reservado

seminário sobre energia) estiveram em Miami, a serviço. Nenhum contato de alto nível, envolvendo autoridade brasileira, ocorreu na capital do Estado nos últimos quatro anos.

Nesse período praticamente não houve mês em que não se realizasse a visita a Tallahassee e/ou a Miami de algum Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro de países como Espanha, França, Alemanha, Japão, Chile, Argentina, para só citar os principais As visitas de autoridades brasileiras limitam-se, em geral, a Washington e Nova York.

A difusão da cultura brasileira na Florida ganhou, nesses últimos quatro anos, impulso extraordinário graças ao trabalho de agentes e empreendedores privados. Praticamente todas as semanas aconteceram apresentações de artistas brasileiros, sobretudo os ligados à música popular. A parceria entre o Consulado-Geral do Brasil e o Broward Center for the Perfoming Arts, em Fort Lauderdale, tem propiciado a realização de uma "Brazilian Night", com a apresentação de conhecidos artistas brasileiros (João Bosco, Gal Costa, Rita Lee,Djavan, entre outros).

Nas artes plásticas, observa-se o trabalho de divulgação de três galerias de propriedade de brasileiros junto ao público norte-americano e hispano. Outras galerias brasileiras, sobretudo de São Paulo, têm participado das duas maiores feiras de artes plásticas da Florida - a ARTMiami e a Art BASEL.

Na área cinematográfica, a realização anual do Festival do Cinema Brasileiro de Miami, já em sua 8a edição, projeta o cinema brasileiro junto a novas platéias e promove um encontro da comunidade brasileira com as dezenas de artistas, produtores e diretores que acorrem às sessões, sempre com grande afluência de público. Filmes brasileiros também têm sido apresentados, a cada ano em maior número, no Festival Internacional do Filme de Miami.

Graças ao patrocínio de empresas como a EMBRAER e a Odebrecht, músicos e compositores clássicos brasileiros têm presença garantida no Festival da Escola de Música da Universidade de Miami, maior evento de música clássica do Sul da Flórida.
O Consulado-Geral em Miami apoiou, incentivou e prestigiou a realização desses eventos. Não teve condições de emprestar qualquer patrocínio financeiro.

Valioso parceiro na área cultural tem sido o Centro

Cultural Brasil-Estados Unidos da Flórida, entidade sem fins lucrativos, formada por voluntários com a missão de fomentar a divulgação da cultura brasileira. Desde que assumi a chefia desta repartição não foi repassada ao Centro qualquer contribuição ou doação financeira. No entanto, nunca essa entidade foi tão ativa e inovadora em seu leque de atividades.

Com o Centro Cultural, que mantém uma biblioteca de livros brasileiros em sala cedida pelo Consulado-Geral, foi possível organizar, entre muitas manifestações culturais, os seguintes projetos :
(a) realização, na enorme Biblioteca Pública de Broward, em Fort Lauderdale, do "Brazil Live at the Library", um mês de eventos e atividades (recepção, cursos de culinária e de língua brasileira, exposição de livros e de quadros de artistas brasileiros, realização de Consulado itinerante, projeção de filmes, concertos, etc.);

(b) introdução, após um trabalho de quase três anos junto às mais altas autoridades da "Miami Dade School Board", do português no currículo de uma escola-modelo da rede pública do Condado. As aulas são dadas em inglês (60%) e em português (40%). O que torna único o programa de ensino bilingue inglês-português em relação a outros programas já existentes - alemão, francês, italiano e espanhol - é ser inteiramente custeado pelo "Miami School Board", sem qualquer aporte financeiro do Governo brasileiro. Os demais programas contam com professores e material didático custeados pelos respectivos governos;

(c) montagem de três salas de exposição sobre o Brasil no recém inaugurado Museu da Criança de Miami. A exposição, que consiste em duas salas sobre o Rio de Janeiro e uma sala com a reprodução de uma maloca caiapó, permanecerá montada por 5 anos.

Nenhuma dessas manifestações culturais contou com qualquer recurso financeiro do Governo brasileiro. A pequena ajuda destinada à montagem de um "market place" durante o Festival do Cinema Brasileiro não foi autorizada na edição deste ano.

Preocupei-me, particularmente, durante minha gestão, com a administração do posto. Não hesito em afirmar que o Consulado-Geral em Miami constitui, hoje, modelo de contabilidade rigorosa, zelosa e eficiente. As prestações de contas foram sempre apresentadas dentro dos prazos regulamentares (quando não antes). A situação patrimonial

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 11/08/2004 13:10:00 N.°: 00456
CARAT=Reservado

encontra-se finalmente sanada, graças ao auxílio dos setores competentes dessa Secretaria de Estado.

O CG Miami funcionou, nos últimos 14 anos, em excelente prédio, localizado em área nobre da cidade, de frente para o mar. O espaço tornou-se, no entanto, pequeno. A sala de público já não comportava as centenas de pessoas que acorrem diariamente ao Consulado. A decisão de mudar para nova sede no centro da cidade deveu-se a várias considerações, entre as quais:

a) aumento de 50% da área ocupada;
b) aluguel menor do que o pago no antigo endereço;
c) facilidade de acesso, sobretudo pelos numerosos brasileiros que não possuem automóvel (a atual sede encontra-se situada em frente a grande estação de metrô);
d) proximidade de bancos, comércio, repartições públicas e consulares (a antiga sede situava-se em bairro residencial, afastado do centro da cidade).
O movimento consular vem crescendo ano após ano, como pode ser comprovado pela evolução de alguns indicadores nos últimos 5 anos (de 1999 a 2003):
a) renda consular : de U$ 1,645,075,00 para U$ 3,871,190.00;
b) passaportes e ARBs : de 3.626 para 12.212
c) vistos : de 16.864 para 29.109
d) atos notariais : de 16.894 para 23.797
O ano de 2.004 tem apresentado movimento ainda mais intenso. A renda consular do último mês de minha gestão elevou-se a U$ 427,235.00, indicando um crescimento da ordem de 20% em relação ao mês de junho do ano passado.
O mérito pelo intenso e profícuo trabalho realizado nesses quase quatro anos deve-se ao excelente corpo de servidores com que conta o CG Miami. Tive a grande satisfação de trabalhar com Diplomatas, servidores administrativos e Auxiliares Locais de primeira linha.

Muito agradeceria a gentileza de retransmitir este telegrama aos Consulados-Gerais em Houston e em Chicago.

Lucio Amorim, Embaixador

LA

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

De Brasemb Pretória para Exteriores em 13/11/2007 (JA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CORG/DAF II/DAOC I/DPG/ABC/DREN/DCTEC
DESCR=PEXT-RAFS-CHIN
RTM=INABREM,CHNBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 65991, TEL 085, TEL 097
CATEG=MG

//
África do Sul-China.
Cooperação e Intercâmbio.
Áreas de concorrência e
complementaridade.
//

Nr. 00764

Retransmissão automática para Brasemb Nova Delhi e Brasemb Pequim

RESUMO=
Os projetos de cooperação e programas de trabalho entre a África do Sul e a China concentram-se em economia, comércio, finanças e capacitação profissional, em mineração, energia, agro-indústria e infra-estrura. A RAS exporta minérios e demais "commodities" e importa manufaturados da RPC, no papel de fornecedor de matérias-primas para o grande crescimento econômico chinês.

Com vistas a identificar áreas em que possa haver concorrência ou complementariedade às ações e objetivos brasileiros no continente africano, apresento, a seguir, os principais dados da relação África do Sul-China e das áreas de cooperação bilateral.

- DADOS DE COMÉRCIO:
2. Segundo dados do Departamento da Indústria e Comércio (www.thedti.gov.za) consolidados até julho de 2007, a China

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

passou de 6º (2006) para 5º maior importador da África do Sul, superada apenas pelo Japão, EUA, Alemanha e Reino Unido (a China absorve 7,1% das exportações sul-africanas). Só até os sete primeiros meses deste ano, as compras chinesas da África do Sul já totalizaram cerca de R 18,29 bilhões ou USD 2,85 bilhões (taxa de 1 USD=6,4 Rand); enquanto que em 2006 as importações chinesas da África do Sul registraram cerca de R 14 bilhões - um crescimento proporcional de 2006 a julho de 2007 de 123,7%. A título de comparação, destaco que as importações chinesas da África do Sul foram em 2003, 2004 e 2005, respectivamente, de R 6,7 bilhões, R 6,58 bilhões e R 8,76 bilhões.

3. Os dados consolidados até julho de 2007 indicam que as importações chinesas da África do Sul se concentram em óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (36,8%); minérios de ferro aglomerados (10,7%); ferrocromo contendo mais de 4% de carbono (8,3%); minérios de cromo e seus concentrados (7,8%); produtos laminados planos de aço inoxidável de espessura de 4,5 mm (3,1%); minérios de cobre e seus concentrados (2,4%); e laminados planos de aço inoxidável de espessura igual ou superior a 3 mm (2,3%), entre outros.

4. No que diz respeito às importações sul-africanas, registro que a China é o 2º maior exportador para a África do Sul (responde por 10% das importações sul-africanas), superada apenas pela Alemanha. Embora tenha mantido de 2006 a julho de 2007 a mesma posição, vale sublinhar que, enquanto no ano passado as exportações chinesas para a África do Sul registraram o patamar de R 46 bilhões; até julho deste ano, o valor de importações sul-africanas da China já totaliza R 31,4 bilhões ou USD 4,9 bilhões no câmbio atual (crescimento proporcional de 15,4% de 2006 até julho de 2007). Também a título de comparação, indico que as importações sul-africanas da China foram em 2003, 2004 e 2005, respectivamente, de R 16,6 bilhões, R 23 bilhões e R 31 bilhões.

5. Até julho deste ano, a África do Sul importou da China principalmente computadores com central de processamento, teclado e tela (4,5%); telefones para redes celulares e outras redes sem fio (3,9%); calçados (2,2%); acessórios de máquinas de processamento de dados, eletrônicas e computadores (2,0%); e impressoras com funções de copiadora e fax (1,4%).

6. Pelos dados acima, percebe-se que o comércio entre os dois países confirma um perfil já conhecido, em que a África do Sul exporta principalmente "commodities" (minérios, aços e

óleos brutos) e importa da China manufaturados de maior valor agregado. O que chama, no entanto, a atenção é fato de que, no comércio bilateral de 2006 a julho-2007, as importações chinesas da África do Sul registraram um aumento muito mais significativo (123,7%) do que as importações sul-africanas da China (15,4%). Apesar disso, a África do Sul acumulou, em 2006 e no período janeiro-julho de 2007, respectivamente, um déficit comercial com a China da ordem de R 32,6 bilhões e R 13,1 bilhões (em 2003, 2004 e 2005, o déficit da África do Sul com a China havia sido, respectivamente, de R 9,8 bilhões; R 16,4 bilhões; e R 22,7 bilhões). Em 2006, o déficit da África do Sul com a China só não foi superior ao registrado com a Alemanha (R 18 bilhões).

7. O forte aumento dos preços internacionais das "commodities", sem dúvida, contribuiu para o maior crescimento do valor das exportações sul-africanas para a China de 2006 a julho de 2007 (se comparado ao aumento menor das importações sul-africanas da RPC no mesmo período). Convém, no entanto, atentar para o fato de que o comércio bilateral entre os dois países reflete também a estratégia chinesa de buscar no continente africano fornecedores relevantes de minérios e energia que sustentem seu expressivo crescimento econômico. Não por acaso, os projetos de cooperação e programas de trabalho entre a RFA e a RPC recentemente elaborados têm se concentrado nas áreas de investimento, comércio e capacitação profissional, sobretudo no que concerne às atividades de mineração, energia, infra-estrutura, finanças e agro-indústria.

- RELAÇÕES BILATERAIS:

8. As relações entre Pequim e Pretória foram tardiamente estabelecidas - só no ano de 1998, quatro anos após a transição para a democracia na África do Sul. A diplomacia da nova África do Sul herdou o relacionamento com Taiwan do regime antecessor. Taipé realizou um exercício de relações públicas com o ANC - inclusive com doações de recursos, que precederam as eleições de 1994 - e o partido, uma vez no governo, encontrou dificuldade para manobrar o rompimento de laços políticos com Taiwan, a fim de abrir caminho para o estabelecimento de relações com a RPC. Contribuiu, ainda, para esse atraso o histórico de cooperação do ANC com o Partido Comunista Soviético e, daí, certo distanciamento do PC chinês, que, na África do Sul, aproximou-se do Partido Pan-Africano.

9. Apesar disso, os vínculos fortaleceram-se rapidamente. Nos dias 6 e 7 de fevereiro deste ano, o Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, realizou visita à

África do Sul, como parte de um "tour" que envolveu outros sete países africanos (vide tel 097).

10. A agenda de conversação entre os Presidentes Hu Jintao e Thabo Mbeki em fevereiro último incluiu o estado das relações bilaterais; a implementação do "eight point plan", oriundo do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizado em novembro de 2006; e assuntos de interesses mútuo no plano multilateral, como a reforma das Nações Unidas.

11. No encontro, foram assinados os seguintes atos: Acordo sobre Cooperação no Setor de Minas e Energia; Memorandum de Entendimento relativo ao Estabelecimento de Comitê de Cooperação na Área de Minias e Energia; Acordo sobre Cooperação Técnica e Econômica; bem como Protocolos sobre Requerimentos Fitossanitários para a Exportação de Peras e Maçã da China para a África do Sul e para a Exportação de Uvas e Folhas de Tabaco da África do Sul para a China.

12. Posteriormente, em 26 de setembro de 2007, a Vice-Presidente da África do Sul, Phumzile Mlambo-Ngcuka, visitou Pequim, ocasião em que, junto com o Vice-Presidente da RPC, Zeng Qinghong, co-presidiu a Terceira Comissão Binacional China-África do Sul.

13. O evento resultou num "Comunicado Conjunto da Terceira Sessão da Comissão Bi-Nacional", que registrou a troca de impressões sobre vários temas atuais de política internacional tais como o G-8; a atuação da União Africana e outras organizações regionais para a estabilidade e paz regionais; o papel da ONU para a manutenção da paz internacional; e o compromisso de buscar um maior poder decisório internacional para os PEDs. Ainda no campo político, o Comunicado Conjunto reiterou a posição tradicional da RPC - de ser o "único governo legal que representa a totalidade da China e de Taiwan como parte inalienável do território chinês" -, registrando o apreço do Governo chinês pela posição contrária da África do Sul à solicitação de Taiwan, apresentada na 62ª AGNU, de tornar-se membro da ONU.

14. Mas foi na área de cooperação que a Terceira Sessão da Comissão Bi-Nacional registrou avanços, ao delinear novos projetos e programas de trabalho que deverão resultar em novos atos internacionais, além daqueles já assinados na visita do Presidente da China à África do Sul, em fevereiro deste ano.

- ATOS INTERNACIONAIS:

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

15. São os seguintes os atos internacionais já assinados pelos Governos da África do Sul e da China:

- Troca de Notas para o Estabelecimento de Escritório de Interesses em Pretória e em Beijing (1991);
- Acordo de Cooperação Técnica no Campo da Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (1996);
- Acordo sobre a Manutenção de Consulado Geral da República da África do Sul na Região Administrativa Especial de Hong Kong na Pepública Popular da China (1997);
- Acordo Mútuo de Promoção e Proteção de Investimentos (1997);
- Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas (1997);
- Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas (1997);
- Troca de Notas sobre o Financiamento do Projeto de Moradias Populares em Edenvale/Modderfontein (1998);
- Acordo sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Econômica e Comercial (1999);
- Acordo sobre Cooperação Comercial, Econômica e Técnica (1999);
- Acordo sobre Transporte Aéreo Civil (1999);
- Carta de Intenção sobre Consultas (Políticas) (1999);
- Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica (1999);
- Troca de Notas sobre Participação no Curso de Treinamento sobre Tecnologia Integrada voltada ao Manejo da Piscicultura (1999);
- Acordo, por Troca de Notas, sobre a Venda da Fábrica de Produção de Combustível Nuclear de Beva (1999);
- Troca de Notas sobre Fornecimento de Materiais de Suprimento de Água (2000);
- Acordo para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal no que diz respeito ao Imposto de Renda(2000);
- Acordo sobre Cooperação Policial (2000);
- Acordo Sobre Cooperação na Área de Saúde Animal e Quarantine (2000);
- Acordo na Área de Artes e Cultura(2000);
- Acordo sobre Transporte Marítimo(2000);
- Acordo na Área de Cooperação Fitossanitária (2000);
- Declaração de Pretória sobre a Parceria entre a República da África do Sul e a República Popular da China (2000);
- Memorando de Entendimento e Cooperação entre a "National Prosecuting Authority" da República da África do Sul e o "People`s Procuratore" da República Popular da China (2000);
- Memorando de Entendimento sobre a Saúde Pública e Ciências Médicas (2000);
- Tratado de Extradição (2001);
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa (2001);

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Administração Pública (2002);
- Programa de Implementação sob o Acordo de Cooperação na Área de Artes e Cultura até o ano de 2004(2002);
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Geração de Empregos (2002);
- Memorando de Entendimento na Área de Tecnologia de Informação e Comunicação (2002);
- Memorandum de Entendimento sobre a Implementação do Plano para Viagem Organizada em Grupo de Turistas Chineses à África do Sul (2002);
- Tratado sobre Assistência Legal Mútua em Matéria Penal (2003);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Agrícola Conjunta e Temas Correlatos (2003);
- Acordo sobre Cooperação no Campo da Educação (2004);
- Troca de Notas para Implementar o Projeto de Cooperação em Recursos Humanos (2004);
- Memorandum de Entendimentos sobre o Mecanismo de Consultas Sanitárias e Fitosanitárias(2004);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Frutos Cítricos (2004);
- Acordo de Cooperação sobre o Uso Pacífico de Energia Atômica (2006);
- Programa de Implementação sob o Acordo em Cooperação em Artes e Cultura para os Anos de 2006-2009 (2006);
- Declaração Conjunta de Intenções em Cooperação Econômica e Técnica (2006);
- Memorandum de Entendimento sobre Cooperação no Campo de Florestamento (2006);
- Memorandum de Entendimento em Saúde Pública e Cooperação em Ciências Médicas (2006);
- Memorandum de Entendimento relativo à Cooperação no Campo da Aquacultura (2006);
- Programa de Cooperação sobre Aprofundamento da Parceria Estratégica (2006);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Frutos Cítricos da África do Sul para a China (2006);
- Protocolo sobre Requisitos Sanitários de Inspeção e Quarentena para Exportação e Importação de Carne Suína Termo-Processada (2006);
- Protocolo sobre Requisitos Sanitários de Inspeção e Quarentena para a Exportação e Importação de Carne de Frango Termo-Processada (2006);
- Acordo de Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros (2006);
- Memorandum de Entendimento em Cooperação no Campo de

Desenvolvimento de Recursos Humanos e Geração de Emprego (2006);
- Acordo sobre Cooperação Econômica e Técnica (2007);
- Declaração Conjunta de Intenções em Cooperação Econômica e Técnica (2007);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Maçã da China para a África do Sul (2007);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Pera da China para a África do Sul (2007);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Uva de Mesa da África do Sul para a China(2007);
- Protocolo de Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Folhas de Tabaco da África do Sul para a China (2007);
- Protocolo sobre Cooperação Econômica e Técnica.

- TERCEIRA SESSÃO DA COMISSÃO BI-NACIONAL: NOVOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO E PROGRAMAS DE TRABALHO (setembro de 2007)
16. O "Comunicado Conjunto da Terceira Sessão da Comissão Bi-Nacional", de 26 de setembro de 2007, singularizou as seguintes áreas para a nova cooperação ou para o aprofundamento de projetos e programas de trabalho já existentes:

A) Investimento e Comércio - "Parceria para o Crescimento e Desenvolvimento":
17. Com o objetivo de "tirar vantagens da riqueza de recursos de base da África do Sul e do dinâmico crescimento econômico da China", as Partes declararam que trabalharão para uma "Parceria para o Crescimento e Desenvolvimento", com o intuito de estabelecer um "quadro estruturado e previsível", que "envolva complementaridades para um comércio de maior valor agregado e setores de investimento". Para tanto, os dois lados concordaram em desenvolver "um programa de trabalho concreto que utilize, entre outras coisas, o Fundo de Desenvolvimento China-África do Sul para encorajar companhias de ambos os países a promover o comércio e o investimento em áreas como minerais, energia, desenvolvimento de infra-estrutura, maquinário, vestimentos, acessórios para casa, agro-processamento, turismo e finanças".

B) Capacitação, Emprego e Medidas de Alívio da Pobreza:
18. As Partes concordaram em "trabalhar juntas para um crescimento e desenvolvimento compartilhado". O lado chinês concordou em continuar a apoiar o "Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa (ASGISA)" e a "Joint Initiative for Priority Skills Acquisition (JIPSA)". As Partes comprometeram-se a compartilhar as melhores práticas e cooperar em medidas de alívio à pobreza, de utilização de "tecnologia apropriada", desenvolvimento rural e geração de

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

emprego. Explorarão, ainda, meios de estimular a capacitação profissional em mineração, construção e outras atividades.

C) Comitês Setoriais em Política Externa, Economia e Comércio, Educação e Recursos Hídricos:
19. Na Terceira Sessão da Comissão Binacional, foram realizadas reuniões dos Comitês Setoriais sobre política externa, eocnomia e comércio e educação. As discussões se concentraram em descobrir meios para aprofundar a cooperação nesssas áreas sob o formato da Comissão Binacional, inclusive mediante a coordenação inter-ministerial.

20. Em encontro paralelo de Ministros de Estado, foi decidida a criação, em junho de 2008, da Comissão Setorial de Recursos Hídricos. Indicou-se a necessidade de trocar opiniões e promover a cooperação em capacitação profissional e fornecimento de água em áreas ruruais, "no espírito do Memorandum de Entendimento sobre Cooperação em Recursos Hídricos", assinado em 2005. Foi, ainda, elaborado o Acordo de Cooperação sobre Prevenção de Incêndio em Áreas Florestais, Florestamento, Inventário Florestal, Plantação de Áreas Verdes em Zonas Urbanas e Capacitação Profissional.

D) Ciência e Tecnologia:
21. As Partes concordaram em manter as presentes modalidades e programas de cooperação em ciência e tecnologia e expandir áreas de cooperação, tais como as áreas de transporte, agricultura, IT, materiais avançados, energia renovável, paleontologia, arqueologia, bem como as áreas identificadas pelo "Comitê Conjunto em Ciência e Tecnologia".

E) Medicina Tradicional, Florestas, Recursos Hídricos e Agricultura:
22. O Comunicado Conjunto declara que as Partes dão prioridade à cooperação na área de medicina tradicional e redigiram uma Declaração de Intenções para regulamentar e estimular a cooperação nessa área.

23. As delegações da RAS e da RPC reconheceram os progressos realizados na implementação dos acordos de cooperação em desenvolvimento agrário e comércio e notaram particularmente os avanços alcançados em capacitação profissional do setor de aquacultura da África do Sul. Destacaram, também, o aumento no comércio bilateral de produtos agrícolas.

F) Turismo e Assuntos Consulares:
24. Foi revista a implementação do Memorandum de Entendimento sobre "Approved Destination Status" (ADS) e discutiu-se a possibilidade de um acordo de insenção de vistos para

passaportes diplomáticos.

25. De concreto, pode-se dizer que a visita da Vice-Presidente da África do Sul a Pequim e a realização da Terceira Sessão da Comissão Bi-Nacional resultou na assinatura de três novos instrumentos internacionais: o Acordo de Cooperação em Educação; o Memorandum de Entendimento sobre Cooperação em Desenvolvimento de Recursos Humanos e Administração Pública; e o Acordo de Cooperação em Minas e Energia.

26. Na visita, a Vice-Presidente da RAS extraiu de sua contraparte chinesa o compromisso de doar cerca de R 20 milhões (cerca de USD 3,15 milhões) para projetos educacionais na África do Sul, o que inclui a construção de centros de treinamento de formação vocacional.

- PRESENÇA EMPRESARIAL:
27. O "Industrial and Commercial Bank of China"(ICBC) anunciou a compra de 20% do banco sul-africano "Standard Bank" por USD 5,5 milhões. O IBC é o maior banco chinês e, em termos de mercado de capitalização, o maior do mundo (estimado em USD 319 bilhões).

28. A operação teve como repercussão imediata a queda acentuada do dólar norte-americano frente ao rand e representa o maior investimento direto estrangeiro na África do Sul até hoje, superando a compra, em 2005, de 50% do banco sul-africano "ABSA" pelo britânico "Barclays Bank" (cerca de R 33 bilhões). A compra representa também o maior investimento feito por um banco chinês fora da China.

29. Segundo o IBC a compra é uma "aliança estratégica com o Standard Bank", o maior banco da África do Sul. O intuito do ICBC é utilizar a estrura bancária e financeira da praça sul-africana, que é a mais desenvolvida no continente africano, para aumentar a presença chinesa na África. A idéia do IBC é criar condições para oferecer serviços financeiros às empresas chinesas que estão investindo na África, "facilitando e financiando fluxos de comércio entre a Ásia e a África".

30. Por sua vez, a companhia de petroquímicos sul-africana "Sasol" (originalmente "Suid Afrikaanse Steenkool en Olie") anunciou recentemente a abertura de um escritório na cidade de Xangai, com vistas a diversificar o comércio de seus solventes na RPC.

31. O departamento de solventes da empresa, a "Sasol

Solvents" já opera em fábricas na Alemanha e África do Sul, que produzem éteres glicol, álcool C3/C4, ácidos, etanol, acrilato etil, químicos finos e aldeídos, ácido acrílico glacial, metanol, n-butil acrilato e químicos de mineração. A "Sasol Chemicals Shanghai Co Ltd" terá como meta inicial comercializar os produtos da "Sasol Solvents" no promissor mercado chinês.

32. Mas para o encarte econômico "Business Record" (do jornal diário "The Star"), é no campo energético que o mais recente investimento sul-africano na China é promissor. Especializada na tecnologia de "carvão líquido" ("coal-to-liquid" ou CTL), a Sasol iniciou estudos de viabilidade para implantar duas fábricas de combustível sintético na China. As fábricas, que entrariam em operação a partir de 2012, serão capazes de produzir 160.000 barris de combustíveis por dia.

33. Os executivos da Sasol vêm o projeto como um "renascimento da utilização do carvão em algumas das regiões mais ricas no minério no mundo" - que é caso dos EUA, Austrália e Índia (a Sasol anunciou recentemente a intenção de investir na Índia), além da própria Índia. Segundo o Executivo Chefe da Sasol, Pat Davies, "o processamento de apenas 10% das reservas de carvão da China poderia produzir combustível líquido equivalente à produção das reservas de petróleo comprovadas do mundo".

- BALANÇO DA PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA DO SUL:

34. Segundo informações da Embaixada da China em Pretória, os investimentos chineses na África do Sul até 2007 totalizariam USD 6 bilhões, dispersos em vários setores - mineração, telecomunicações, construção civil, indústrias em geral, setor financeiro, entre outros.

35. Há, no entanto divergências quanto aos números dos investimentos sul-africanos na RPC. A Embaixada da China em Pretória os estima entre USD 0,7 bilhões e USD 0,8 bilhões. Já a edição do "Washington Post" de 11 fevereiro deste ano cita, como fonte, o Diretor do Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch na Cidade do Cabo, Martyn Davies, que estima existirem cerca de USD 2 bilhões de investimentos sul-africanos na China. Esta Embaixada tentou, em diversas ocasiões, contactar o Departamento da Indústria e Comércio da África do Sul para esclarecer a dúvida, mas, como de hábito, não logrou encontrar qualquer funcionário disponível (ou melhor, disposto) a tanto.

36. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas em 1998 entre os dois Países e até a aquisição do "Standard

Bank" pelo IBC em 2007, curiosamente o fluxo de investimentos foi mais acentuado no sentido RAS-RPC, tendo sido a África do Sul historicamente maior investidor na China do que o inverso.

37. A precedência dos investimentos sul-africanos na China explica a presença já consolidada de algumas empresas sul-africanas na RPC. A empresa "Naspers" é proprietária de parte do maior jornal diário chinês, o "Beijin Youth Daily", e de uma empresa de Internet chinesa, a "Tencent". A "SAB Miller" (antiga "South African Breweries") possui 32 cervejarias na China e já é a segunda maior empresa de cerveja naquele País (detém 60% da "Euro Dongxihu Brewery" em Wuhan; 85% da cervejaria "Snow Leopard" em Chanhcun; e 49% da "China Resource Enterprises"). Caso se concretizem os estudos de pré-viabilidade de duas refinarias de "coal-to-liquid" na China, a Sasol, segundo o Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch, "será o maior investidor isoldo na China".

38. No entanto, conforme expressado na Terceira Comissão Binacional China-África do Sul, a intenção do Governo sul-africano é estimular mais investimentos chineses no País, tornando-o o "destino preferido" na África (já existiriam cerca de 800 empresas chinesas no continente). Segundo o "China Monitor" de outubro de 2007, os governos dos dois países "estariam em conversações para deslocar algumas indústrias chinesas para a África do Sul em troca de um maior acesso chinês aos minérios sul-africanos". Segundo a Vice-Presidente da África do Sul, Phumzile Mlambo-Ngcuka, o agravamento da poluição ambiental na China teria dado ímpeto às negociações. As conversas entre os dois governos estariam centradas inicialmente na exploração de ferro, mas incluirão o manganês e a platina.

39. Em 2008, China e África do Sul comemorarão 10 anos de restabelecimento de relações diplomáticas. A expectativa de ambos os lados é aumentar o fluxo de comércio e de investimentos, aproveitando o "boom" de empresas chinesas no continente africano. O grande desafio sul-africano permanece, contudo, sendo o aumento e a diversificação de suas exportações para a RPC - excessivamente concentradas em minérios -, buscando incentivar a produção e exportação de manufaturados de maior valor agregado (a atração de maior investimentos chineses é parte desta estratégia). Resta, no entanto, saber em que medida os investimentos chineses, voltados prioritariamente para a exploração de minérios na RAS, poderão se diversificar e incluir a produção de manufaturados de maior valor agregado no País. Exemplo desta

"boa vontade" chinesa foi a assinatura, em janeiro deste ano, de um Acordo de Restrição Voluntária em Têxteis, que reduzirá substancialmente as exportações de têxteis chineses para a RAS.

40. Outra consequência do aumento do intercâmbio entre China e África do Sul será o aumento da imigração chinesa na RAS. As estimativas de hoje são vagas e apontam para números que oscilam entre 100 mil e 250 mil indivíduos.

- CONCORRÊNCIA E COMPLEMENTARIDADE COM A PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁFRICA DO SUL:

41. Conforme mencionado no tel 085, em 2006, os três principais produtos brasileiros vendidos para a África do Sul foram frango congelado, açúcar e autopeças. Um terço das importações sul-africanas estão no capítulo 87 da TEC (veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios). O fechamento do mercado sul-africano às carnes bovinas e suínas provenientes do Brasil (a ocorrência de febre aftosa levou à decretação do embargo em setembro de 2005), reduziu o ritmo de crescimento das exportações brasileiras para a África do Sul, que, no entanto, em 2006, registraram o superávit de USD 1 bilhão.

42. O investimento mais significativo do Brasil na África do Sul diz respeito à montadora de carrocerias de ônibus "Marcopolo". A expectativa da empresa é aumentar seus negócios no País em função da extrema carência de transporte público na África do Sul e à pressão, exercida sobre o Governo sul-africano, de melhorar o sistema de transporte em razão da Copa do Mundo em 2010.

43. Tendo em mente as áreas de concorrência registradas no intercâmbio comercial China-África do Sul, as maiores oportunidades para as exportações brasileiras para a RAS estariam na área de agrícolas. No entanto, as restrições fitossanitárias da RAS às importações de carne brasileira limitam, no momento, esta expansão (vide parágrafo 12 do tel 085).

44. Embora as exportações de manufaturados da RPC para a RAS sejam dominantes na pauta comercial - sobretudo computadores, telefones e acessórios -, não se verifica, no momento, aumento tão expressivo de exportações chinesas de veículos e autopeças que pudesse, de imediato, ameçar as exportações brasileiras para a RAS de automotivos.

45. No campo de investimentos realizados na RAS,o quadro

De: BRASEMB PRETÓRIA Recebido em: 13/11/2007 12:59:08 N.°: 00764
CARAT=Reservado

afigura-se mais complexo. A presença de IDs chineses na RAS é significativa na área de mineração e construção, áreas de interesse direto de companhias brasileiras tais como CVRD, Odebrecht, Camargo Correia - empresas com significativo "portfolio" de investimentos no exterior, sobretudo no continente africano. Se considerarmos a fraca presença de IDs brasileiros na África do Sul, o risco seria mais potencial, mas poderá significar, no futuro, maiores dificuldades para essas empresas entrarem na RAS. O mesmo não se poderia dizer de outros países africanos, sobretudo os de língua portuguesa, onde os investimentos brasileiros em mineração, construção e exploração de petróleo são reais e correm o risco de serem deslocados pela presença chinesa no continente africano.

46. Dada a tendência à expansão e diversificação do comércio e investimentos chineses na África do Sul, a possibilidade de aumentar a complementaridade com os investimentos e produtos brasileiros não é, contudo, desprezível. Deve-se, por exemplo, observar a possibilidade de "triangular" o comércio e exportações entre RPC-RAS por intermédio de empresas brasileiras sediadas na China. A realização de "joint ventures" com empresas chinesas, já instaladas na África do Sul, também poderia facilitar a entrada de empresas brasileiras na RAS.

47. Por fim, para contra-arrestar a presença chinesa na África do Sul, não se deve ignorar os potenciais de comércio e investimentos que a Cúpula IBAS poderá criar. A evolução nos entendimentos tri-laterais poderá criar oportunidades de acesso a mercados e investimentos na África do Sul para empresas e produtos brasileiros, seja isoladamente, seja mediante parcerias com empresas e investidores indianos.

Raul Campos e Castro, Encarregado de Negócios, a.i.

CAB

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 28/03/2005 20:18:00 N.°: 00071
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 28/03/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DOC/DECAS
DESCR=PEXT-BRAS-COLO
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Viagem do
Professor Marco Aurélio
Garcia. Programa.
//

Nr. 00071

Infomo, a seguir, Programa tentativo da visita do Professor Marco Aurélio Garcia a Quito:

Quarta-feira, 30 de março: chegada à noite

Quinta-feira, 31 de março:

Manhã:

9h30: Abertura do seminário sobre "Globalización y Gobiernos Locales" a cargo do Alcaide Paco Moncayo Gallegos, seguida de conferência magistral do Professor Marco Aurélio Garcia.
Local: Palacio Municipal, Salón de la Ciudad

Almoço: Centro Cultural Metropolitano, oferecido pelo Município de Quito aos participantes do seminário

Tarde:

15h00-16h30: Encontro com dirigentes do Movimento Pachakutik e Confederação das Nacionalidades Indígenas (CONAIE): Augusto Barrera, Nina Pacari, Auki Tituaña e Luis Macas e principais dirigentes. Total: de 15 a 20 pessoas.

Local: Sede do Pachakutik

17h00-18h30: Encontro com intelectuais, professores-pesquisadores da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO): Adrián Bonilha, Carlos Arcos, Alberto Acosta, Alexei Paez, Javier Ponce Leiva, Felipe Burbano de Lara e Simón Pachano.
Local: FLACSO

Noite:

19h00 (Possível encontro com o Ministro da Saúde)

19h30: Jantar na Residência da Embaixada, com a presença de Ministros de Estado, Representantes da OEA e ONU, diretores das empresas brasileiras instaladas no país e embaixadores de países amigos.

Sexta-feira, 1 de abril:
Visita a Tena (lançamento da Pedra Fundamental do Aeroporto de Tena - Presença do Presidente Gutiérrez, Chanceler Patricio Zuquilanda, Embaixador Sergio Florencio e Fernando Reis, Gerente Geral da Construtora Norberto Odebrecht.

Almoço: a ser definido pelo Embaixador Sergio Florencio e Presidente Gutierrez. (Provavelmente em Tena).

Tarde:

16h00-16h45: Encontro com os sindicalistas que se reuniram com o Presidente Lula e com o Professor Marco Aurélio Garcia durante sua última visita ao país: Fernando Alcívar (CTE- "Confederación de los Trabajadores Ecuatorianos"), Diego Cano ("Sindicato de los Trabajadores Petroleros"), Mesías Tatamuez (FUT- "Frente Único de Trabajadores"), Pedro de la Cruz (FENOCIN - "Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras"), e Miguel Garcia ("Sindicato de los Trabajadores Públicos")
Local: Sala do Swissôtel

17h00-18h00: Entrevista com Javier Ponce, jornalista do El Universo e escritor com livros sobre o movimento indígena.
Local: Residência da Embaixada

Noite:

19h00: Coquetel de encerramento do seminário no Centro Cultural Itchimbía.

EXTERIORES

LBJ

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 03/05/2006 09:14:00 N.°: 00141
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 03/05/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 398
CATEG=MG

//
Brasil-Equador.
Financiamentos. Hidrelétrica
de Toachi-Pilatón.
Odebrecht-IMPSA. Pedido de
carta.
//

Nr. 00141

Reftel 398. De acordo. É preferível não assinar a carta. Tendo presentes os antecedentes do projeto, em que mais de uma empresa se dispôs a concorrer para a construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, o pedido da empresa Odebrecht só poderia ser encaminhado se ficasse claro que essa Embaixada não exclui o surgimento de outros interessados eventuais.

EXTERIORES

JEMF

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 02/07/2004 19:31:00 N.°: 00196
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 02/07/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SGAS/DOC/DAM II
DESCR=XCOI
REF/ADIT=DET 183, TEL 428
CATEG=MG

//
COFIG. 6a Reunião Ordinária.
Equador. Aprovação de
projetos.
//

Nr. 00196

Informo Vossa Excelência de que, em sua 6a Reunião Ordinária, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG aprovou o projeto sumariado no desptel de referência.

2.o Comitê aprovou também o projeto sintetizado a seguir, e que não constava da pauta original da reunião:
exportador: Construtora Norberto Odebrecht S.A.
importador: Hidropastaza S.A.
projeto: Projeto San Francisco, relativo à construção de central hidrelétrica subterrânea, com capacidade de 230 Mw, localizada a 2 km da cidade de Baños, província de Tungurahua.
valor total do projeto: US$ 301.799.000,00.
valor das exportações brasileiras: US$ 242.965.100,00 (bens: US$ 127.871.950,00 / serviços: US$ 115.093.150,00).
Pleito: PROEX - equalização de taxas de juros incidentes sobre 85% do valor das exportações brasileiras

EXTERIORES

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 02/07/2004 19:31:00 N.°: 00196
CARAT=Reservado

AAJ

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 25/08/2004 16:56:00 N.°: 00305
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 25/08/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS/DOC/DAM II
DESCR=XCOI
REF/ADIT=TEL 566
CATEG=MG

//
COFIG. 8a. Reunião Ordinária.
Equador. Pedido de
comentários.
//

Nr. 00305

Em sua 8a Reunião Ordinária, a realizar-se no próximo dia 31, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG analisará os seguintes projetos:

A)- exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- importador: Ministério de Economia y Finanzas
- objeto da exportação: implantação do sistema Carrizal-Chone
- Valor da exportação: US$ 50.910.400,00
- pleito: enquadramento no PROEX/ equalização de taxas de juros.

B) exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- importador: Hidropastaza S/A
- objeto da exportação: Projeto San Francisco
- valor da exportação: US$ 242.955.100,00
- pleito: alteração na rubrica de serviços - PROEX equalização

C) exportador: Interunion Comércio Internacional Ltda.
- importador: IANCEN - Ingenio Azucarero del Norte
- objeto da exportação: destilaria de cana-de-açúcar
- valor da exportação: US$ 2.500.000,00
- pleito: renovação de promessa de garantia.

2.Será analisado, também, pleito de alteração de condições da operação de venda de aeronaves pela EMBRAER para a TAME, objeto do tel 566 de Vossa Excelência.

3.Para subsidiar a análise dos projetos, o Banco do Brasil e a Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação - SBCE prepararam sumários executivos, que estou transmitindo a essa Embaixada por correio eletrônico. Muito agradeceria receber os comentários de Vossa Excelência a respeito, com a brevidade possível.

EXTERIORES

AAJ

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 25/11/2004 20:01:00 N.°: 00410
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 25/11/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAS/DOC/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
COFIG. 10ª Reunião Ordinária.
Operação COFIG 073/2004.
Auto-estrada Via de Integração
Nacional Quito-Guayaquil.
//

Nr. 00410

Por ocasião da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a realizar-se em 30 do corrente, deverá ser analisada a operação COFIG 073/2004 (construção e posterior concessão da auto-estrada Via de Integração Nacional Quito-Guayaquil), referente a pleito da Construtora Norberto Odebrecht para cobertura de seguro de crédito à exportação pelo Fundo de Garantia às Exportações (FGE).

2.Tendo em vista, em particular, que a operação em pauta será, por recomendação da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), submetida à deliberação do COFIG para decisão final, muito agradeceria receber, com a brevidade possível, eventuais comentários sobre o projeto de construção e posterior concessão da auto-estrada Via de Integração Nacional Quito-Guayaquil, bem como sobre o Sumário-Executivo da Operação, elaborado pela Secretaria-Executiva do COFIG, e o Relatório Executivo, elaborado pela SBCE, documentos que estou transmitindo para o endereço eletrônico dessa Embaixada.

EXTERIORES

MDN

Para: BRASEMB QUITO Expedido em: 14/11/2005 13:14:00 N.°: 00468
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Quito
Em 14/11/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DIC/DSF /DAM II
DESCR=XCOI-EFIN-EQUA
CATEG=MG

//
COFIG. Equador. BNDES. Projeto
de construção do Aeroporto de
Tena. Operação de Consulta da
SBCE.
//

Nr. 00468

RESUMO=
Solicita providências. A Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação solicita informações e comentários sobre a operação de crédito para a construção do Aeroporto de Tena no Equador, a fim de complementar a análise de risco de operação a ser avaliada no contexto da COFIG.

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser apreciada, em princípio, no contexto do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre operação de crédito do BNDES para o Governo do Equador, por intermédio do Ministério de Economia e Finanças daquele país. A operação, no valor de US$ 50,4 milhões, viabilizará a a construção do aeroporto de Tena pela Construtora Norberto Odebrecht.

2.A construção do Aeroporto de Tena proporcionará uma melhor integração da região amazônica equatorianacom as demais regiões do país. Estima-se crescimento significativo de turismo externo, bem como melhores condições de transporte e conforto para a população.

3.O BNDES financiará a operação em um prazo total de 10 anos e com garantia de títulos de crédito cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos recíprocos (CCR), para 100% das exportações brasileiras. A operação encontra-se na terceira renovação da sua promessa de garantia.

4.A solicitação da SBCE refere-se especificamente aos seguintes pontos:

aspectos políticos e legais:
- cenários econômicos e político do Equador;
- nível de comprometimento e grau de prioridade do Governo equatoriano em relação ao projeto (caso haja algum);
-medidas adotadas (aduaneiras, tributárias, etc.) pelo Governo local em benefício do projeto;

aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto; e

c) opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

4.Para atender à solicitação da SBCE, muito agradeceria o obséquio de enviar, com a possível urgência, as informações atualizadas e os comentários de Vossa Excelência sobre o projeto mencionado, com ênfase nos aspectos ressaltados no parágrafo quarto acima.

EXTERIORES

EBBE

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 19/01/2005 20:07:00 N.°: 00055
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 19/01/2005 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DEA
DESCR=POIN-EQUA
CATEG=MG

//
Equador. Política interna.
Relatório sobre os dois anos
de Governo de Gutiérrez.
//

Nr. 00055

RESUMO=
Informo. Presidente Gutiérrez apresenta relatório sobre os dois anos de seu Governo.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI.

Lucio Gutiérrez acaba de completar dois anos de mandato, o primeiro Presidente eleito a fazê-lo desde Sixto Durán Ballén (1992-1996). No sábado, em discurso de mais de uma hora e meia, a que compareci, o mandatário apresentou um balanço de seu Governo. Seu relatório teve duas vertentes: a luta contra o que classifica de oligarquias e os positivos resultados macro-econômicos. Entretanto, o discurso caracterizou-se pelo forte cunho populista e auto-louvatório. Como se podia esperar, a oposição, composta pelo Partido Social Cristão (PSC), pela Izquierda Democratica (ID) e pelo Pachakutik, não compareceu. Inclusive foi reduzida a presença de integrantes da chamada maioria pró-governista no Congresso, liderada pelo Partido Roldosista Equatoriano (PRE) e pelo Partido Renovador Institucional Ação Nacional (PRIAN). Mas registrou-se a participação de uma claque de centenas em apoio ao Presidente. Em 69 ocasiões ovacionaram Gutiérrez, sobretudo nos momentos chave de sua alocução.
2.Gutiérrez estendeu-se sobre os logros macro-econômicos, com ênfase na estabilidade econômica, disciplina fiscal e crescimento. Nesse último caso omitiu o fato de que o maior crescimento deveu-se em grande parte aos altos preços do petróleo. Alongou-se à exaustão no registro de que o índice de inflação em 2004, de cerca de 2%, é o menor dentre os países latino-americanos. Chegou a cunhar a frase pitoresca

de que "eso también és micro-economia", numa resposta velada às críticas de que a macroeconomia exibe bons indicadores, mas a microeconomia vai mal. Coerente com sua política de privilegiar obras de infra-estrutura, citou a construção da Hidrlétrica São Francisco e o sistema de irrigação Carrizal-Chone, ambos projetos executados pela Odebrecht, o primeiro com financiamento brasileiro. Acrescentou que não houve aumento no preço dos combustíveis, especialmente o do gás, sem contudo registrar que os subsídios necessários para evitar a elevação dos preços causam danos ao país e dificultam políticas sociais eficientes.

3.Finalizou com uma forte mensagem política, defendendo a reforma do Judiciário, por ele instigada e levada a cabo pelo Congresso em dezembro último. Frisou ser este um golpe no que chama de oligarquias. Declarou "Si piensan que acabando con Gutiérrez pueden volver a sus andanzas, les digo no más. En el pueblo no hay un Guitérrez, hay miles de Gutiérrez". A declaração, essencialmente populista, está distante de sua atuação política. Para manter-se no poder, Gutiérrez foi obrigado a aliar-se ao PRE de Abdalá Bucaram e ao PRIAN de Alvaro Noboa, ambos caciques políticos ardentes defensores da prática do fisiologismo. Ambos são óbvios representantes de oligarquias, com a diferença de que, até recentemente, não participavam do poder, como o fazia Leon Febres Cordero e seu PSC, em certo momento com o beneplácito do próprio Gutiérrez. As outras contradições de Gutiérrez referem-se à afirmação de que combate a corrupção, ao mesmo tempo em que se aproxima de partidos tidos como corruptos por vários setores da sociedade; e à garantia de que deseja a despolitização dos Tribunais, quando patrocina sua entrega a políticos a eles filiados.

4.O Discurso à Nação é mais notório por suas omissões. O saldo de dois anos de Governo, excetuada a macro-economia, é parco de realizações concretas, cheio de indefinições e marcado por conflitos com os diferentes setores da sociedade, conservadores mas também progressistas. Desde o início de seu mandato, Gutiérrez esteve sujeito ao que se convencionou chamar de maiorias móveis. Iniciou com o apoio dos indígenas do Pachakutik, rompeu a aliança seis meses depois, aproximou-se da direita (PSC), dela se afastou e hoje termina, como última opção de governabilidade, atrelado ao fisiologismo do PRE e do PRIAN. Embora tenha, de certa forma, sabido conduzir essa mobilidade a ponto de manter-se na Presidência, não foi capaz, em nenhum momento, de impulsionar uma agenda legislativa que permitisse estabelecer políticas setoriais para garantir ao Equador um crescimento sustentável, aproveitando-se dos altos preços do petróleo. Leis importantes como a de hidrocarburetos e a da reforma do setor elétrico não chegaram a ser propriamente examinadas,

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 19/01/2005 20:07:00 N.°: 00055
CARAT=Reservado

comprometendo os investimentos nessas áreas tão vitais.
5.Por outro lado, contabiliza-se hoje um total de 55 titulares diferentes em 22 Ministérios e Secretarias de Governo. O recorde pertence à Pasta da Agricultura, agora em seu quinto titular. Esse excepcional rotatividade impede a continuidade nos projetos de Governo, com as únicas exceções das Pastas da Economia e da Defesa. Espera-se para breve a nomeação de nova fornada de Ministros e de outras autoridades, para atender às demandas por cargos a serem apresentadas pelos aliados do momento, PRE e PRIAN.
6.Na área externa alguns êxitos foram alcançados. Gutiérrez conseguiu, a pesar das exitações, marcar um distanciamento do conflito colombiano. Garantiu relativo equilíbrio nas relações com a Colômbia, a despeito do problema dos refugiados e das fumigações na fronteira. Reafirmou uma aproximação com o Chile que, além de trazer benefícios comerciais, consolida os princípios defendidos por este país, contrários aos do Peru, sobre a questão de limites marítimos. Manteve bom relacionamento com os EUA, seu principal parceiro, apesar das arestas geradas com o problema do afundamento de barcos equatorianos pela Marinha dos EUA, com a controvertida questão da Corte Penal Internacional, e com a preocupação demonstrada por Washington com a questão da reforma do Judiciário.
7.O mais relevante de todo o relatório foi o anúncio inesperado de Gutiérrez de que submeterá ao Congresso, até 21 de janeiro corrente, a proposta de consulta popular sobre as reforma judicial e política. Essa decisão resulta de fortes pressões internas, de organismos internacionais, dos países da UE e, mais recentemente, de "demonstrações de preocupação" por parte da Embaixaodra dos EUA. Parece difícil um resultado claramente positivo à iniciativa de um Presidente que conta com cerca de 8% de popularidade. Não se descarta a possibilidade de que a modalidade da consulta seja ambígua, de forma que qualquer resultado possa ser interpretado como a favor dos projetos do Presidente. Há também quem considere a hipótese, bastante provável, de reduzida participação na consulta, o que representaria um problema para o Governo, pois o resultado, ainda que positivo, careceria de legitimidade.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

JCO

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 25/01/2006 20:37:00 N.°: 00074
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 25/01/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Construção da
hidrelétrica de Toachi-
Pilatón. Odebrecht. Seleção
como primeiro ofertante.
//

Nr. 00074

RESUMO=
Informo. Concessionária da construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón qualifica a Odebrecht como primeira ofertante, na modalidade "Swiss Challenge". Empresa brasileira convoca IMPSA a implementar Memorando de Intenção de Associação. Adjudicação da obra será decidida em outubro.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditels sobre o assunto. A empresa Hidrotoapi, constituída pelo Governo de Pichincha como concessionária da construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, anunciou em 20 de janeiro ter qualificado a Construtora Norberto Odebrecht como "primeira ofertante" no processo de concorrência para o projeto. Por fax, transmito carta pela qual o Gerente-Geral da empresa, Byron Granda, dá a conhecer a decisão a decisão da Hidrotoapi.

2.Segundo o cronograma divulgado, ainda nesta semana deve ser assinado o "Convênio de Exclusividade Regulada", por meio do qual a empresa brasileira será capacitada a realizar os estudos preliminares e preparar sua proposta (a ser apresentada até o início de junho) para a execução do projeto. Ainda em junho, após a apresentação da oferta pela Odebrecht, serão abertas inscrições para eventuais propostas de terceiras empresas. O anúncio da oferta ganhadora será realizado em 22 de setembro. Na qualidade de primeiro ofertante, e de acordo com a modalidade "Swiss Challenge" adotada para o projeto, a Odebrecht terá ainda a

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 25/01/2006 20:37:00 N.°: 00074
CARAT=Reservado

possibilidade de melhorar sua proposta inicial, caso a oferta ganhadora tenha sido a de terceira empresa. Cumprida essa fase, a Hidrotoapi adjudicará a obra em 9 de outubro.

3.Em paralelo, a Odebrecht convidou a empresa argentina IMPSA (por carta que transmito por fax) a realizar reunião de trabalho para implementar o Memorando de Intenção de Associação assinado em Montevidéu, em dezembro passado. Até inícios de janeiro, queixava-se o representante da Odebrecht em Quito, haviam sido infrutíferas as tentativas de agendar reunião com os executivos argentinos para negociação da associação a que se comprometeram as duas empresas.

4.A Embaixada não foi procurada pela Camargo Corrêa, que também pleiteava a condição de primeira ofertante, sobre a decisão da Hidrotoapi de conceder o privilégio à Odebrecht.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/01/2007 19:50:46 N.°: 00126
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/01/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DSF
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Financiamentos
brasileiros. Visita do
Subsecretário de Política
Econômica.
//

Nr. 00126

RESUMO=
Em visita a Embaixada, o Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças tratou dos projetos considerados pelo novo Governo equatoriano como prioritários para financiamento pelo Brasil.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Em visita à Embaixada realizada hoje, dia 26/1, o novo Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças, Luis Rosero Mallea, reiterou a prioridade atribuída pelo Governo Correa aos cinco projetos que haviam sido arrolados no Ofício Nº MEF-DM-2006 7259, de 1º de novembro último, enviado ao Presidente do COFIG, Dr. Ivan Ramalho, pelo então Ministro de Economia e Finanças em exercício, Gene Alcívar Guzmán (ver fax 051/2006), a saber: a) projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón; b) construção do aeroporto de Tena; c) aquisição de quatro aeronaves EMB-190LR da Embraer pela TAME; d) construção da ponte entre Esmeraldas e Tachina (sobre o estuário do rio Esmeraldas); e) construção da ponte entre Bahía de Caráquez e San Vicente (sobre o estuário do rio Chone).

2. Rosero confirmou que esses cinco projetos são considerados pelo novo Governo como prioritários para o recebimento de financiamento por parte do Brasil. Esclareceu que os projetos de construção das duas pontes ainda estavam em fase de recebimento de ofertas (no caso da ponte sobre o rio Chone, o processo de licitação estaria em estágio

inicial), embora tenha citado a empresa Camargo Corrêa como grande interessada e potencial vencedora dos dois processos de licitação. Quanto aos projetos de construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón e do aeroporto de Tena, o Subsecretário solicitou confirmação sobre o financiamento brasileiro.

3. Em resposta, comentei que haveria uma diferença entre o projeto de construção do aeroporto de Tena e os demais quatro projetos mencionados por Rosero. No caso do aeroporto de Tena, o projeto original, que previa financiamento do BNDES de US$ 48,63 milhões, havia sido aprovado durante o Governo Lucio Gutierrez e a empresa Norberto Odebrecht havia vencido a licitação. Porém, por razões políticas, o Governo Palacio questionou o projeto (considerado superdimensionado para as necessidades da região) e, até hoje, não haveria clareza sobre se o Governo equatoriano ainda considera prioritário o projeto em seu formato original, ou se preferiria buscar financiamento para um módulo mais modesto, que poderia posteriormente ser ampliado de acordo com as necessidades. Solicitei, portanto, que o Governo equatoriano esclareça os termos do projeto de construção do aeroporto de Tena que priorizaria e qual seria o montante a ser eventualmente financiado pelo BNDES.

4. Quanto ao projeto de construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, de interesse da província de Pichincha, recordei que a Norberto Odebrecht, em consórcio com a empresa argentina IMPSA, havia sido escolhida como primeiro ofertante (modalidade "Swiss challenge") do processo de licitação, que ainda não foi concluído (sabe-se que não houve outras ofertas no prazo previsto, razão pela qual foi concedido novo prazo, que deverá expirar em março próximo). Como se recorda, o projeto prevê financiamento do BNDES de US$ 230 milhões.

5. No que se refere à exportação das quatro aeronaves da Embraer à TAME, recordei que essa opção de aquisição já estava prevista no contrato de compra e venda Nº DNI-001/2005, pelo qual a TAME adquiriu três aeronaves da Embraer (duas modelo EMB-170LR e uma EMB-190LR). Disse esperar que as novas aquisições sejam menos complexas do que as primeiras, que sofreram vários questionamentos no Equador.

6. Rosero aproveitou para indagar sobre a situação das tratativas entre a TAME e a GOL para operarem conjuntamente rota aérea direta Equador-Brasil (a TAME operaria os vôos até Manaus, onde contaria com "code sharing" da GOL para operações de solo e conexões). A esse respeito, informei que o Chefe do Posto, acompanhado do Embaixador do Equador no

Brasil, manteve reunião com a Diretoria da GOL em São Paulo, na semana passada, durante a qual foi confirmado o interesse da empresa brasileira na parceria com a TAME em vôos com conexão em Manaus. A GOL, porém, estaria aguardando a confirmação da TAME sobre a implementação dos vôos até Manaus.

7. Comentei que, na mesma ocasião, o Vice-Presidente da GOL mencionou ao Chefe do Posto que a empresa estaria estudando a possibilidade de estender para Quito pelo menos uma de suas novas freqüências semanais para Lima. Essa nova possibilidade de conexão aérea entre o Brasil e o Equador deverá, segundo o Vice-Presidente da GOL, ser definida ao longo deste semestre.

8. Rosero agradeceu a informação e comprometeu-se a verificar, junto à TAME, a situação da implementação dos vôos até Manaus. Segundo ele, a melhora da interconexão aérea entre o Equador e o Brasil seria uma prioridade do Presidente Correa. O interesse específico do Governo equatoriano seria aproveitar as melhores opções de vôo para promover o turismo de brasileiros para o Equador.

9. Por fim, o Subsecretário expressou o grande interesse do Presidente Correa em promover a integração com o Brasil por meio do eixo multimodal Manta-Manaus. Mencionou que a empresa Norberto Odebrecht estaria muito interessada no projeto, sobre o qual já estaria realizando estudos de factibilidade. Sobre esse projeto, cuja dimensão provavelmente despertará o interesse de mais de uma empresa brasileira (somente o trecho rodoviário teria custo estimado de aproximadamente US$ 600 milhões), Rosero informou que o Governo equatoriano deverá, em breve, elaborar projeto de lei, para dar início ao processo de licitação.

10. Sugeri que as negociações sobre todos esses projetos de interesse do Governo equatoriano avancem até a visita de Estado do Presidente Correa ao Brasil, a ser realizada possivelmente na segunda quinzena de abril próximo. A visita ofereceria oportunidade ímpar para a assinatura dos contratos de pelo menos alguns desses projetos, cujo financiamento, com exceção do corredor multimodal Manta-Manaus, já vêm sendo analisados pelo COFIG.

11. Ressalto o grande interesse do novo Governo equatoriano em acelerar as tratativas sobre os mencionados projetos, do que é testemunha eloqüente a solicitação de visita à Embaixada por parte do Subsecretário Rosero, poucos dias depois de retornar do Brasil, onde acompanhou o Ministro de

Economia e Finanças, Ricardo Patiño.

12. Em comunicação à parte, informo sobre outros temas, sobretudo de comércio exterior, levantados pelo Subsecretário Rosero.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a. i.

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 30/01/2004 19:37:00 N.°: 00069
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 30/01/2004 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 712 2003
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Construção da
Hidrelétrica São Francisco.
Alcance político. Pedido de
gestão.
//

Nr. 00069

RESUMO=
Em reunião hoje na Embaixada, representante da Odebrecht e membro do Diretório da Hidropastaza, descreve a permanência de dificuldades junto ao BNDES para a assinatura do Adendo Operativo ao contrato de financiamento para o projeto da Hidrelétrica São Francisco.

ROGO RETANSMITIR PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL

Reftel 712/2003. O Senhor José Conceição, representante da Odebrechet e membro do Diretório da Hidropastaza, empresa responsável pela construção da Hidrelétrica São Francisco, em reunião hoje na Embaixada informou-me que o BNDES, por razões burocráticas, ainda não assinou o Adendo Operativo ao contrato de financiamento para o projeto.
2.O BNDES informou a Hidropastaza, em 29 de dezembro de 2003, de que esta poderia assinar o Adendo Operativo que reconstituiria a relação Hidropastaza-BNDES e atualizaria o financiamento concedido em 2000 para a execução do projeto. Segundo o Senhor Conceição, naquela data, o Adendo foi rubricado por advogados do Setor Jurídico do BNDES e efetivamente assinado pelo representante credenciado da Hidropastaza. Entretanto, foi fornecida por parte do BNDES a informação de que o documento deveria seguir para a assinatura da Diretoria do Banco, processo que levaria uma semana. Até a presente data, o documento não foi assinado por autoridade do BNDES.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 30/01/2004 19:37:00 N.°: 00069
CARAT=Reservado

3.A inexistência do Adendo Operativo tem causado uma série de transtornos à Hidropastaza, como a impossibilidade de contratação do seguro, a inviabilidade de importações de equipamentos para a obra e a liberação de recursos do financiamento. A Hidroagoyan, sócia da Hidropastaza no projeto, solicitou por carta ao BNDES (que estou transmitindo por fax), em 12 de janeiro, a via original do documento, sem ter obtido resposta. Paralelamente, autoridades da Alfândega equatoriana igualmente necessitam receber cópia do Adendo Operativo devidamente assinado.

4.Considero essencial a pronta superação dos entraves que o BNDES continua aplicando na tramitação do Adendo Operativo relativo à construção da Hidrelétrica São Francisco, projeto de decisiva importância para a política externa brasileira na América do Sul.

5.Nessas condições, muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de gestões no sentido de sensibilizar o BNDES a assinar o Adendo Operativo, que já foi rubricado pela Assessoria Jurídica do Banco.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho,
Embaixador.

JCO

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 06/02/2004 21:44:00 N.°: 00093
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 06/02/2004 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DAM II/DSF
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 069
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Construção da
Hidrelétrica São Francisco.
Reunião no BNDES.
//

Nr. 00093

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR DG DO DPR

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul

Aditel 69. O Gerente Geral da Odebrecht no Equador, Fernando Reis, manteve ontem a tarde reunião no BNDES, quando examinou a questão da assinatura do Adendo Operativo ao contrato de financiamento para a construção da Hidrelétrica São Francisco.
2.O BNDES teria assumido o compromisso de assinar o Adendo Operativo até meados da próxima semana e tomar as providências necessárias para a liberação do primeiro desembolso do financiamento no mais tardar até o dia 20 de fevereiro.
3.Nesse contexto, muito agradeceria providências de Vossa Excelência no sentido de sensibilizar representante do BNDES para agilizar a assinaturta do Adendo Operativo.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador.

JCO

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 15/02/2006 21:32:00 N.°: 00174
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 15/02/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 74
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Construção da
hidrelétrica de Toachi-
Pilatón. Odebrecht-IMPSA.
Memorando de Associação.
//

Nr. 00174

RESUMO=
Informo. Odebrecht e IMPSA acordam extensão de sessenta dias ao Memorando de Intenção de Associação, para tentar chegar a bom termo nas negociações para parceria para a construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditel 74. Telefonou-me o Gerente-Geral da Odebrecht no Equador, Senhor Fernando Reis, para anunciar que se reunira em Buenos Aires, em 8 de fevereiro, com a gerência da IMPSA, a propósito da associação para a construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón. Naquela data expirava o prazo de sessenta dias para um acordo, estabelecido pelo Memorando de Intenção de Associação assinado em Montevidéu, em dezembro passado.

2.Como resultado da reunião, e na ausência de entendimentos que permitissem a constituição da parceria prevista no Memorando, decidiu-se firmar Adendo àquele instrumento, prorrogando-se por outros sessenta dias o prazo para consecução da Associação. O encontro foi considerado positivo por Fernando Reis, que julga a prorrogação do Memorando como um progresso nos entendimentos com o lado argentino, tendentes, segundo ele, a um acordo definitivo sobre a parceria entre as duas empresas.

3.Estou transmitindo, por fax, cópia de carta do Gerente da

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 15/02/2006 21:32:00 N.°: 00174
CARAT=Reservado

Odebrecht e do Adendo assinado em Buenos Aires.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 13/05/2003 04:50:17 N.°: 00285
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/05/2003 (RNS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM II/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Política Externa. Visita de
Trabalho do Presidente Lucio
Gutiérrez ao Brasil.
Subsídios. Relacionamento
bilateral.
//

Nr. 00285

RESUMO=
Avaliação da evolução recente e do quadro atual das relações Brasil-Equador.

Entre o início de 1995 e o final de 1998, o relacionamento bilateral entre Brasil e Equador esteve fortemente influenciado pela atuação do Governo brasileiro no âmbito das negociações territoriais Equador-Peru. O papel desempenhado pelo Brasil, no plano diplomático, como coordenador dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, e, no plano estratégico, na Missão de Observadores Militares Equador-Peru - MOMEP, predominou por certo tempo sobre outros aspectos da relação bilateral.

2.Concluído o processo de paz, o relacionamento Brasil-Equador registra desenvolvimento constante, que se reflete em diálogo fluido e construtivo, tanto na esfera política propriamente dita como nas relações comerciais e na implementação de programas de natureza cultural.

3.A visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Quito, de 30 de setembro a 2 de outubro de 2001, contribuíu para revitalizar o relacionamento bilateral e lançou as bases para a recuperação do espaço de influência anteriormente construído. A assinatura dos ajustes e memorandos de entendimentos nas áreas de ciência e tecnologia e de cooperação técnica criou mecanismos que permitirão a exploração de novas vertentes de intercâmbio.

4.O Equador sediou a II Reunião de Presidentes da América do Sul, nos dias 26 e 27 de julho passado, em GuaIaquil. Paralelamente ao encontro presidencial, teve lugar em Guaiaquil reunião do Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional - IIRSA, em que os ministros da área de infraestrutura estabeleceram um plano de ação, no qual está contemplada a realização dos ramais que integram o "Eixo Multimodal do Amazonas", importante iniciativa de integração física e conômica da bacia amazônica.

5.O Presidente Lula compareceu, em seu primeiro compromisso internacional, a cerimônia de Posse do Presidente Lucio Gutierrez, no dia 15 de janeiro de 2003. Os dois Presidentes tiveram oportunidade de encontrar-se para desjejum de trabalho no dia 16, ocasião em que repassaram os temas internacionais de interesse comum e a agenda do relacionamento bilateral, com destaque para as atividades de cooperação.

6.A valorização do relacionamento bilateral com o Equador tem redundado em benefícios ao Brasil tanto na esfera regional como no plano internacional. Sobressaem nesse contexto as possibilidades de aprofundamento da coordenação regional de posições, seja no âmbito do Grupo do Rio, seja no processo negociador da ALCA, seja na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica.

7.Também no plano global, destacam-se temas da agenda internacional que interessam de perto aos dois países, como o processo de reforma das Nações Unidas, a questão do cálculo da escala de contribuições à ONU, as questões relacionadas ao meio-ambiente e ao narcotráfico, dentre aqueles passíveis de contribuir para um fortalecimento na esfera do diálogo bilateral.

8.Outrossim, destacam-se como vetores do relacionamento bilateral as atividades de cooperação técnica, científica e educacional. No campo da cooperação, destaca-se a assinatura, durante a Visita Presidencial de 2001, de Acordo Básico de Ciência e Tecnologia, de Memorando de Entendimento do Programa de Cooperação Técnica. Destacam-se igualmente o programa de estudantes-convênio (PEC-G e PEC-PG); o Projeto de Construção de Capacidades Locais nos Parques Nacionais do Sangay e do Yassumi; o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME); o projeto SEBRAE-CAPEIPI de Centro Equatoriano de Tecnologias Mais Limpas. Nesse contexto, o lançamento do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia - PROSUL, em

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 13/05/2003 04:50:17 N.°: 00285
CARAT=Reservado

agosto de 2000, adquire importância fundamental no fortalecimento da presença brasileira nas atividades de cooperação em âmbito continental.

9.Com a concomitante inauguracao do Governo Lula no Brasil e do Governo de Lucio Gutierrez no Equador, ambos identificados pela prioridade destinada as politicas sociais, a Embaixada do Brasil deu inicio a projeto de prestação, por parte do Brasil, de assessoria em gestão de politicas sociais. O objetivo e aproveitar a excelência atingida pelo Brasil em alguns programas, com a colaboração do IPEA, da ABC e outros órgãos, por a disposição dos gestores de programas sociais no Equador a experiência acumulada no Brasil.

10.O Brasil já chegou a ser o segundo maior exportador para o Equador (1989), depois dos Estados Unidos. Até 2001 perdeu espaço no mercado local, quando passou a ser o sexto fornecedor. No entanto, a vigorosa expansão das exportações brasileiras, registrada em 2002 (aumento de 108,6%), colocaram o Brasil como o terceiro fornecedor do Equador, atrás apenas dos Estados Unidos e da Colômbia. Ao longo de 2002, o Equador importou do Brasil US$ 405,9 milhoes, exportando para o Brasil apenas US$ 11 milhoes, resultando num deficit equatoriano de US$ 394,9 milhoes.

11.As exportações equatorianas concentram-se em 25 produtos, que respondem por 98,7% do total. Dentre eles destacam-se: preparações e conservas de atum e sardinha, ácido acetilsalicílico, chapéus de palha, bombons, caramelos, sucos de frutas, flôres e fios de nylon. As importações originárias do Brasil incluem: veículos automotores e suas partes e peças, máquinas e aparelhos mecânicos, polietileno, papéis, medicamentos, compressores para refrigeração e produtos siderúrgicos (especialmente tubos para o Oleoduto de Crus Pesados). Este último item explica, em grande parte, o excepcional crescimento das exportações brasileiras.

12.O crescimento do comércio bilateral é dificultado essencialmente pela limitada capacidade do Equador em aumentar suas exportações para o Brasil. Não têm sido aproveitados os mecanismos especialmente criados para dinamizar o comércio entre os dois países, como o Acordo de Complementação Econômica (ACE 39). Esse Acordo permite que 73% do total de produtos equatorianos negociados (cerca de 1.100 grandes itens) possam ser importados pelo Brasil com preferências alfandegárias de 50% a 100%. A mesma vantagem têm no mercado equatoriano cerca de 38% dos produtos brasileiros negociados (aproximadamente 500 grandes itens). Em 2000 e 2001, apenas 0,4% do total das exportações

equatorianas de produtos incluídos no ACE 39 tiveram como destino o Brasil. Por sua vez, no quinquênio 1996/2000, o Brasil importou, de outros países, US$ 24 bilhões em bens que o Equador também produz.

13.Outro obstáculo para a expansão do intercâmbio bilateral é a falta de transporte aéreo regular e direto entre os dois países, que aumenta os custos e os prazos de entrega. Após intensas negociações, foi possível, este ano, iniciar vôos diretos da Varig para carga, em bases experimentais, a cada 15 dias. A recente celebração de Convênio Aeronáutico entre o Brasil e o Equador devera traduzir-se, em breve, na retomada das frequências diretas entre os dois países.

14.É preciso levar-se em conta também a participação das empresas brasileiras que atuam no País, em especial a Marcopolo, a Busscar, a Volkswagen do Brasil , a General Motors do Brasil e as construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez. As duas construtoras são responsáveis por elevadas exportações de equipamentos e bens de capital, além de serviços. Nos últimos dez anos, os créditos outorgados pelas agências brasileiras de financiamento (BNDES-exim e Banco do Brasil) para a execução de obras públicas de infraestrutura no Equador alcançam US$ 1,5 bilhão.

15.Com a recente aquisição da Pérez Companq pela Petrobrás, deve crescer a presença das empresas brasileiras no Equador. A Pérez Companq é detentora de dois blocos de exploração de petróleo na Amazônia equatoriana, com potencial de produção de 100 mil barris/dia. A empresa possui ainda participação de 15% no Oleoduto de Crus Pesados (OCP), que deve entrar em operação em 2003.

16.Com a próxima visita de trabalho do Presidente Gutierrez ao Brasil, no próximo dia 27 de maio, havera oportunidade para que se aprofundem entendimentos nas áreas da cooperação financeira para a construção de obras de infraestrutura no Equador e da cooperação em politicas sociais, alem dos demais temas tradicionais da agenda bilateral e multilateral.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

JEFG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 05/04/2005 20:35:00 N.°: 00314
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 05/04/2005 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DOC/DSF
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Visita do
Professor Marco Aurélio
Garcia. Recompra de dívida
equatoriana. Café-da-manhã na
Residência.
//

Nr. 00314

RESUMO=
Informo. Relata café-da-manhã de trabalho na Residência sobre recompra de dívida equatoriana. Últimos ajustes solicitados pelo lado equatoriano não parecem conformar obstáculo maior.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasladi.

Aditamento a telegramas sobre o assunto. No contexto da visita a Quito do Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, promovi café-da-manhã de trabalho na Residência em 31 de março, para tratar do tema da recompra de dívida equatoriana com o Brasil. Estiveram presentes o Ministro da Economia e Finanças, Maurício Yepez e o Vice-Ministro de Finanças, Ramiro Galarza. Pelo lado brasileiro, além do Assessor Especial, de seu assistente Ministro Marcel Biato e de mim, compareceram o Ministro José Fiuza Neto e o Secretário Leonardo Gorgulho, desta Embaixada, o representante da Norberto Odebrecht no Equador, Fernando Reis, e o Diretor da empresa Roberto Dias.
2.O texto sobre o qual nos debruçamos no café-da-manhã havia sido objeto de coordenação prévia minha junto à Secretária-Executiva do COFIG, Maria da Glória Rodrigues, e ao Vice-Ministro Ramiro Galarza. A minuta de Memorando de Entendimento examinada no evento veio encapada por Ofício em que o Secretário do Tesouro Nacional indica os títulos da dívida que seriam objeto da operação de "swap".
3.O projeto apresentado pelo Brasil não significou dificuldades de monta junto às autoridades equatorianas, que

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 05/04/2005 20:35:00 N.°: 00314
CARAT=Reservado

o analisaram nos dois dias seguintes. Entretanto, a parte equatoriana sugeriu - para a consecução do acordo -- que a operação se dê pela troca de papéis das dívidas respectivas dívidas avaliados em seu valor nominal, conforme definido durante a visita do Vice-Ministro equatoriano ao Brasil. Como a carta do Secretário do Tesouro Nacional fazia menção ao valor de mercado dos títulos da dívida, entrei em contato com a Secretária-Executiva do COFIG, que endossou o entendimento dos equatorianos e solicitou, nesse sentido, Ofício do Vice-Ministro Galarza ratificando essa posição (que transmiti pelo fax 25, de 04.04.05, à DAM-II).

4.Ficou também acertado que o documento será firmado pelo Presidente do COFIG e pelo Assessor Especial da Presidência da República, do lado brasileiro, e pelo Ministro da Economia e Finanças e pelo Gerente-Geral do Banco Central do Equador, em representação a este país.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 03/04/2006 16:00:00 N.°: 00326
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 03/04/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II/DOC/DCT
DESCR=ECON-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Construtora
Norberto Odebrecht. Encontro
com o Ministro de Economia e
Finanças.
//

Nr. 00326

RESUMO=
Informo. Ministro da Economia reafirma sua disposição de manter o melhor relacionamento possível com a Odebrecht e demais empresas brasileiras que atuam no Equador. Não apresentou definições, entretanto, quanto à continuidade de projetos já em andamento.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas da América do Sul e Brasaladi

Em reunião no último dia 29 com o Ministro de Economia e Finanças, Diego Borja, a seu pedido, para tratar da próxima Reunião de Ministros da Economia ASPA (vide meutel 316), o titular daquela pasta aproveitou a ocasião para referir-se também a encontro mantido na véspera com o Diretor-Geral da Odebrecht neste país, Fernando Santos Reis.

2.Disse Borja querer dissipar junto ao Governo brasileiro, como já havia feito com Reis, qualquer indício de suposta má-vontade de sua pasta com relação à Odebrecht ou a qualquer outra empresa do Brasil com atuação no Equador. Louvou os avançados trabalhos de construção da Hidrelétrica São Francisco e, quanto à segunda parte do projeto de irrigação Carrizal Chone e à construção do Aeroporto de Tena, afirmou que ambos estavam ainda sob estudos, sempre na perspectiva de atendimento ao melhores interesses equatorianos.

3.Em contato posterior que mantive com o Diretor-Gerente da Odebrecht, este me externou sua insatisfação pela indefinição do Governo a respeito dos dois projetos, particularmente

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 03/04/2006 16:00:00 N.°: 00326
CARAT=Reservado

quanto ao aeroporto de Tena, cujos originais de carta do BNDES e de minuta de contrato de financiamento da obra já foram diretamente encaminhados â Presidência da República. Mencionou ainda Fernando Reis dívida atrasada do Ministério da Economia para com sua empresa, no valor de cerca de US$ 2 milhões, embora isso não lhe motivasse preocupação, mas, sim, a prolongada indefinição quanto aos dois mencionados projetos.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a. i.

JFN

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 24/04/2006 20:25:00 N.°: 00398
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 24/04/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 174, TEL 366
CATEG=MG

//
Brasil-Equador.
Financiamentos. Hidrelétrica
de Toachi-Pilatón. Odebrecht-
IMPSA. Pedido de carta.
//

Nr. 00398

RESUMO=
Peço instruções. Odebrecht solicita à Embaixada secundar carta sobre entendimentos com a IMPSA para construção da hidrelétrica de Toachi Pilatón. Tendo em vista antecedentes de disputa da Odebrecht com Camargo Correa, assinatura pela Embaixada poderia ser invocada como mostra de preferência do Governo brasileiro pela primeira empresa.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditels 174 e 366. Fui procurado pelo Gerente-Geral da Construtora Norberto Odebrecht no Equador, Senhor Fernando Reis, que me relatou progressos nos entendimentos com a empresa argentina IMPSA para a constituição da parceria com vistas à construção da hidrelétrica de Toachi Pilatón. Fernando Reis indicou que as duas construtoras estavam bastante próximas de concretizar o acordo que lhes permitiria exercer o direito de ser o primeiro ofertante no processo de "Swiss Challenge", conforme decisão da Hidrotoapi, concessionária da obra.

2.Solicitou-me o Gerente-Geral que verificasse a possibilidade de assinar - juntamente com os representantes das empresas e o Embaixador da Argentina nesta capital - carta para dar conhecimento do que precede ao Presidente de Hidrotoapi, o Governador da Província de Pichincha (e agora candidato à Vice-Presidência) Ramiro Gonzalez. O texto da

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 24/04/2006 20:25:00 N.°: 00398
CARAT=Reservado

carta, que transmito por fax, faz referência à designação da Odebrecht como primeiro ofertante, recorda a assinatura do Memorando de Intenção de Associação, e informa dos avanços nas negociações entre Odebrecht e IMPSA.

3.Conversei com o Embaixador argentino Carlos Piñeiro Iñiguez, que me indicou não ter problemas para assinar o documento, como reforço do pleito da empresa de seu país, e como desdobramento de um acordo ao qual as duas empresas chegaram após gestões governamentais. Concordou que sua posição é facilitada pelo fato de a IMPSA ser a única empresa argentina envolvida na concorrência e admitiu que, se por um lado a assinatura não faria mal, por outro não agregaria valor ao documento. Avaliamos tratar-se fundamentalmente de comunicação das empresas postulantes à entidade concessionária quanto ao estado dos entendimentos para o cumprimento de uma das etapas do processo. Não é comum que entidades governamentais intervenham em manifestações dessa natureza.

4.Tendo presente as instruções de Vossa Excelência no contexto da aparição da Camargo Corrêa como concorrente da Odebrecht para a construção da hidrelétrica (vide tels 12, 21 e 24 e desptel 07), sinalizei ao Gerente-Geral da Odebrecht com possíveis dificuldades para atender seu pedido. Recordei-lhe a necessidade de a Embaixada manter-se neutra diante do quadro de disputa entre duas companhias brasileiras e a conveniência de que o processo doravante se desenrole em bases estritamente empresariais. Assinalei que buscaria novas instruções, mas antecipei que a orientação vigente determinava à Embaixada evitar gestos (como a assinatura dessa carta) que possam ser invocados pela outra empresa como supostas mostras de favorecimento ou de preferência do Governo brasileiro pela Odebrecht.

5.Caso Vossa Excelência nada tenha a opor, pretendo me abster de co-assinar a carta de autoria da Odebrecht. Muito agradeceria instruir-me a respeito do assunto.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/03/2007 20:49:31 N.°: 00423
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/03/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DPR/DAM II/DSF
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 403, TEL 381
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Financiamentos
brasileiros. Ofício do MEF ao
Presidente do COFIG.
//

Nr. 00423

RESUMO=
Informo. A Embaixada recebeu cópia de ofício do MEF, dirigido ao Presidente do COFIG, no qual menciona os projetos a serem tratados em reuniões preparatórias à visita do Presidente Rafael Correa ao Brasil, a saber: aeroporto de Tena (financiamento de US$ 25 milhões); aquisição de dois aviões da EMBRAER pela TAME este ano (financiamento de US$ 54,4 milhões); projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón (financiamento...

... de US$ 230 milhões); Eixo Multimodal Manta-Manaus.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Reftels 403 e 381.
O Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças (MEF), Luis Rosero Mallea, transmitiu à Embaixada na tarde de hoje, dia 26, cópia do Ofício Nº 270-MEF-SPE-2007 1556, dirigido ao Presidente do COFIG, Ivan Ramalho, sobre os projetos para os quais o Equador solicita financiamento do BNDES. O ofício faz referência à visita de Estado do Presidente Rafael Correa ao Brasil, no dia 4 de abril, bem como à reunião de Rosero com representantes do COFIG e do BNDES, prevista para o dia 3 de abril (ver tel 403). O ofício menciona que a reunião tratará, entre outros aspectos, dos seguintes projetos: construção do aeroporto de Tena; aquisição de aviões para a TAME; Eixo Multimodal Manta-Manaus, e projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/03/2007 20:49:31 N.°: 00423
CARAT=Reservado

2.Com relação ao aeroporto de Tena, o ofício menciona a existência de contrato de adjudicação da obra à "Asociación Unidad Binacional de Construcción Del Eje Aéreo", integrada pela Norberto Odebrecht e pelo Corpo de Engenheiros do Exército. Os procedimentos legais relativos ao processo de adjudicação da obra estariam sendo verificados junto à entidade executora (ECORAE) e o Ministério de Transporte e Obras Públicas (MTOP). O ofício informa que o projeto original foi redimensionado pelo MTOP e que a primeira fase do projeto requereria financiamento do BNDES por US$ 25 milhões.

3.No que se refere à aquisição dos aviões da EMBRAER para a TAME, que seriam utilizados para cobrir a rota aérea direta Quito-Manaus, o ofício informa que a empresa equatoriana solicitará aval do MEF, com base no qual será iniciado o processo legal aplicável ao caso (ver, a propósito, o tel 414). O ofício menciona a opção de compra da TAME de dois aviões da EMBRAER este ano, cujo custo total seria de US$ 64 milhões. Para tanto, seriam necessários US$ 54,4 milhões em financiamento do BNDES (metade do financiamento já aprovado, correspondente aos quatro aviões, dois dos quais seriam adquiridos em 2008).

4.Sobre o Eixo Multimodal Manta-Manaus, o ofício faz referência aos custos estimados pelo MTOP para seus três componentes: melhoramento, reabilitação e construção vial (US$ 565 milhões); infra-estrutura do porto Francisco de Orellana (US$ 107 milhões); sistema de eclusas (US$ 214 milhões), além de US$ 38 milhões para desenhos dos três componentes. Segundo o ofício, é necessário dispor dos estudos definitivos para proceder ao trâmite legal de qualificação e determinação da prioridade do projeto. Uma vez cumpridos esses requisitos, seria solicitado financiamento ao BNDES (o ofício não menciona o valor desse financiamento).

5.Por fim, no que diz respeito ao projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, o ofício menciona o custo total do projeto de US$ 452 milhões (que inclui, além do custo da obra, estimado em US$ 366 milhões, custos como desapropriações e fiscalização). O projeto necessitaria de financiamento do BNDES de US$ 230 milhões, além dos US$ 150 milhões de recursos públicos (do Fundo Equatoriano de Investimentos nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos - FEISEH) e dos US$ 72 milhões do setor privado. O ofício menciona a necessidade de contar com relatório técnico-econômico sobre a viabilidade do projeto, por parte do Ministério de Energia e Minas (MEM). Ainda segundo o ofício, o MEM deverá estabelecer o "nível de prioridade" do projeto.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/03/2007 20:49:31 N.°: 00423
CARAT=Reservado

6.Estou transmitindo, por fax, cópia do ofício do MEF.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios, a. i.

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 09/05/2005 20:43:00 N.°: 00500
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 09/05/2005 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DPB/DECAS/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Promoção
Comercial. Visita do
Presidente da Câmara de
Comércio de Quito. Contato com
entidade brasileira.
//

Nr. 00500

RESUMO=
Peço Providências. Presidente da Federação Equatoriana das Câmaras de Comércio vai ao Brasil no dia 11 de maio, a pedido do Presidente Palacio, para conversar com grandes empresas investidoras (Petrobras e Norberto Odebrecht). Pede encontro com entidade nacional correspondente. Sugere-se agendamento com Diretoria da Confederação Nacional do Comércio.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasladi.

À ATENÇÃO DO SENHOR CHEFE DA DOC

Visitou-me hoje o senhor Hugo Giampaoli, Gerente-Geral da Petrobras no Equador, que informou ter o senhor Blasco Peñaherrera, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio do Equador e Presidente da Câmara de Comércio de Quito, recebido do Presidente Alfredo Palacio a incumbência de realizar visita aos principais parceiros econômico-comerciais do Equador. Peñaherrera, que fará a viagem em sua capacidade de líder empresarial, iniciará seu périplo pelo Brasil, tendo agendado visita ao Diretor Internacional da Petrobras para as 11 horas do dia 11 de maio, na sede da empresa, no Rio de Janeiro. Pretende encontrar-se com dirigentes da Norberto Odebrecht, na mesma data, e manifestou igualmente interesse em realizar reunião com entidade brasileira homóloga. Em princípio, Peñaherrera passará apenas um dia no Brasil e não poderá deslocar-se a Brasília.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 09/05/2005 20:43:00 N.°: 00500
CARAT=Reservado

2.Blasco Peñaherrera é egresso de tradicional família com projeção política e foi uma das vozes mais ativas no mundo empresarial em apoio ao movimento que levou à destituição de Gutiérrez. Seu pai foi recentemente designado como representante pessoal do Presidente para defender o novo Governo equatoriano junto à OEA. Ainda não estão claras as motivações de Alfredo Palacio a encomendar ao líder empresarial (e não a representante da Chancelaria ou do Ministério de Comércio Exterior) a realização dessa missão a parceiros econômicos.

3.O Gerente-Geral da Petrobras tem a expectativa de que a reunião no Rio de Janeiro sirva para Peñaherrera familiarizar-se com as questões que afligem a operação da empresa no Equador e que, de volta a Quito, facilite encontro de membros da Diretoria com o Presidente Palacio (o que ocorreria dentro de duas a três semanas). Giampaoli mencionou que serão levantados três pontos: a) autorização da conclusão da transação com a Teikoku; b) transporte de produção da Petrobras por campos operados pela Occidental; e c) extensão do prazo para definição de exploração adicional no bloco 31 (da Petrobras).

4.Dada a importância do visitante e a relevância atribuída à visita pela Petrobras, permito-me sugerir, assim, seja agendado contato de Peñaherrera com a representação da Confederação Nacional do Comércio no Rio de Janeiro, no dia 11 de maio. A Petrobras solicitou ainda tratar a visita com a devida discrição, já que não é publico no Equador o fato de Peñaherrera estar indo ao Brasil por inspiração presidencial.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 05/04/2007 18:37:04 N.°: 00483
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 05/04/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DAM II
DESCR=XCOR-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Comércio e investimentos.
Equador. Norberto Odebrecht.
Projeto Carrizal-Chone.
//

Nr. 00483

RESUMO=
Informo. O MEF firmará, na próxima semana, convênio com o Banco do Estado para financiar, por US$ 85 milhões, a segunda etapa do projeto de irrigação Carrizal-Chone, para o qual a Norberto Odebrecht já foi contratada.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Segundo informações divulgadas na imprensa local, o Ministério de Economia e Finanças (MEF) e o Banco do Estado (BEDE) assinarão, na próxima semana, convênio para o financiamento, pelo Banco, de US$ 85 milhões para a segunda etapa do projeto de irrigação Carrizal-Chone, cujo objetivo é irrigar novos 6.000 hectares no Noroeste da Província de Manabí, em complementação ao projeto de irrigação e controle de inundações já executado pela Norberto Odebrecht. Como se sabe, a Odebrecht, em consórcio com a construtora Hidalgo e Hidalgo, já foi contratada para a execução da segunda etapa do projeto, que deverá gerar 700 empregos diretos e 3.000 indiretos.

2.A assinatura do convênio entre o MEF e o BEDE foi questionada na imprensa local (revista Vanguardia), segundo a qual o Presidente Alfredo Palacio, no final de seu mandato, aprovou o financiamento, por decreto-executivo, apesar de fortes reservas que teriam sido apresentadas por técnicos do Banco Central do Equador (BCE) que avaliaram o crédito a ser concedido pelo BEDE. Segundo informações da Odebrecht, porém, o decreto-executivo baseou-se em relatório favorável do BCE.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 05/04/2007 18:37:04 N.°: 00483
CARAT=Reservado

De qualquer modo, o tema foi revisto pelo atual Ministro de Economia e Finanças, Ricardo Patiño, que, ainda segundo a Odebrecht, já teria aprovado o crédito do BEDE.

3.A informação sobre a assinatura, na próxima semana, do convênio de financiamento pelo MEF foi prestada pelo Diretor-Executivo da Corporação Reguladora do Manejo Hídrico de Manabí (CRM), entidade encarregada da administração da obra. Segundo ele, o custo total da obra será de US$ 102 milhões (a Odebrecht confirmou que o custo original do projeto, de US$ 158 milhões, foi reduzido), dos quais os US$ 17 milhões não financiados pelo BEDE serão aportados pela CRM.

4.Os 7.000 hectares irrigados pela primeira etapa do projeto já estariam rendendo frutos para a região, que passou a exportar para os EUA cacau e pimentões. Estariam sendo negociadas novas exportações de frutas tropicais, flores e folhagens produzidas na região, com destino aos mercados norte-americano e europeu. A segunda etapa deverá beneficiar cerca de 2.900 pequenos agricultores.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 11/04/2007 14:47:17 N.°: 00516
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 11/04/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DRN/DAM II
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Equador. Financiamentos
brasileiros. Projeto
hidrelétrico Sopladora.
//

Nr. 00516

RESUMO=
Informo. O Presidente Correa participou de cerimônia de assinatura do contrato entre o CONELEC e a empresa Hidropaute, concessionária do projeto hidrelétrico Sopladora. A Norberto Odebrecht tem interesse na construção da obra.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

O Presidente Rafael Correa e o Ministro de Energia e Minas, Alberto Acosta, participaram ontem, dia 10, de cerimônia de assinatura do contrato de concessão do projeto hidrelétrico Sopladora, entre o Conselho Nacional de Eletricidade (CONELEC), da parte do Governo, e a empresa equatoriana com capital estatal HidroPaute S.A., concessionária do projeto. Tanto Correa como Acosta firmaram o contrato de concessão como testemunhas.

2.Na ocasião, Correa declarou que o Equador esperou 25 anos para a construção de Sopladora e criticou os governos anteriores que deixaram de aproveitar os recursos hidrelétricos do país, ao passo que construíram usinas termoelétricas "costosas y dañinas al medio ambiente". O Presidente equatoriano afirmou que, com Sopladora, a matriz energética equatoriana começará a mudar, e que, com a futura construção do projeto Coca-Codo-Sinclair (com potência instalada de até 1.500 MW), "se transformará para sempre a estrutura energética do Equador". Ainda segundo Correa, Sopladora gerará economia de US$ 147 milhões para o Estado equatoriano, em referência à diminuição das importações de

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 11/04/2007 14:47:17 N.°: 00516
CARAT=Reservado

energia da Colômbia.

3.Acosta, por sua vez, declarou que o projeto hidrelétrico Sopladora estaria inserido no novo planejamento estratégico do setor energético equatoriano. Acosta recordou que as reservas petrolíferas do Equador teriam um horizonte de 25 anos, razão pela qual o país deveria atuar preventivamente e modificar sua matriz energética, para não se converter em importador de petróleo quando os preços do produto estiverem mais altos. Segundo Acosta, o Equador deve iniciar, desde já, uma "transição não traumática para uma economia pós-petroleira". Acosta declarou, ainda (em referência indireta ao Bloco ITT), que a tarefa "no es simplemente ampliar la producción de petróleo sino optimizar su extracción sin causar más destrozos ambientales y sociales, con respeto a la naturaleza y las comunidades nativas".

4.O projeto hidrelétrico Sopladora é o terceiro a ser construído no Rio Paute, que atravessa as províncias de Azuay e Morona Santiago. Os dois projetos anteriores, também de responsabilidade da empresa HidroPaute S.A., são a central hidrelétrica de Paute (também conhecida como Molino), a maior do país em operação, construída há 41 anos, com geração anual de aproximadamente 5.000 GWh, e o projeto hidrelétrico Mazar, cuja construção iniciou em 2003 e deverá ser inaugurada em 2009, pelo custo total de US$ 362 milhões. Segundo a HidroPaute S.A., o projeto hidrelétrico Mazar, com potência instalada de 130 MW, deverá gerar 800 GWh por ano, além de permitir o incremento da produção da central de Paute em 548 GWh por ano.

5.O estudo de viabilidade do projeto hidrelétrico Sopladora foi realizado entre 1990 e 1992 pelo extinto Instituto Equatoriano de Eletrificação (INECEL). O projeto não prevê a construção de nova barragem, mas sim a utilização das águas represadas pela Central de Paute, mediante túnel de 5,5 km que levará às três turbinas de Sopladora. O novo projeto deverá contar com potência instalada de 312,6 MW e, segundo estimativas da HidroPaute S.A., deverá gerar 2.417 GWh por ano. O custo do projeto é estimado pela concessionária equatoriana em US$ 321 milhões, a serem financiados com recursos do Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energéticos e de Hidrocarbonetos (FEISEH) ou com créditos internacionais (foram mencionados a CAF e o BID). A obra deverá ser iniciada ainda este ano, para ser inaugurada no primeiro semestre de 2011.

6.Como concessionária do projeto, a HidroPaute S.A. deverá, a exemplo do ocorrido no projeto Mazar, lançar processo de

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 11/04/2007 14:47:17 N.°: 00516
CARAT=Reservado

licitação para contratar a construtora da obra. Sabe-se que a Norberto Odebrecht está interessada em concorrer nesse processo de licitação e, para tanto, confirmou sua intenção de solicitar financiamento do BNDES, a menos que a empresa equatoriana já tenha garantidos os recursos do FEISEH ou de algum organismo internacional.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 19/05/2005 20:46:00 N.°: 00562
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 19/05/2005 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DPB/DAM II/DOC
DESCR=ECON-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 543, TEL 552
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Projetos de
infra-estrutura. Novos
financiamentos. Hidrelétrica
Toachi-Pilatón.
//

Nr. 00562

RESUMO=
Informo. Construtora Norberto Odebrecht apresenta ao Ministro de Economia e Finanças projeto para envolvimento brasileiro na construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón, prioridade do novo Governo equatoriano. Faz também, a pedido, redimensionamento do aeroporto de Tena.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasladi.

Aditel 543 e 552. Em reunião minha com o Ministro de Economia e Finanças, Rafael Correa, em 16 de maio, a construtora Norberto Odebrecht fez apresentação sobre a inscrição de US$ 40 milhões de dívida equatoriana no CCR (objeto do tel 552), a construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón e o redimensionamento do Aeroporto de Tena. A idéia do encontro se originou dos contatos do Ministro Correa no Brasil em paralelo à Cúpula ASPA.

2.O projeto de construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, localizada na província de Pichincha, passou a ser prioritário para o Governo equatoriano, por ser imprescindível para diminuir risco de desabastecimento energético. Mesmo com a entrada em operação das hidrelétricas de São Francisco (2007), Mazar e Baba (2008), o Equador estará na dependência de cenários de pouca estiagem para manter a oferta de energia em par com a demanda média esperada. Em seguimento a entendimentos havidos no Brasil, acordou-se que esse projeto substituiria, na lista de

projetos prioritários para os quais o Equador requer financiamentos brasileiros, a construção da estrada Quito-Guaiaquil. Prevê-se que a obra terá custo aproximado de US$225 milhões, dos quais US$ 180 milhões viriam de financiamento brasileiro.

3.A hidrelétrica, que entraria em operação em 2009, teria potência instalada de 190MW e geraria 1178 GWh/ano -- cerca de 12% da energia gerada hoje (ou 7,5% do total de energia de que disporá o Equador naquela data). Prevê-se que a construção resultará na criação de 625 empregos diretos e a energia proveniente da nova hidrelétrica teria o potencial de gerar 256 mil novos postos de trabalho. A Norberto Odebrecht estima que a energia produzida por Toachi-Pilatón terá impacto anual de US$44 milhões no PIB equatoriano. O projeto significará também redução do custo marginal de energia da ordem de US$ 72 milhões e economia de US$30 milhões anuais em combustíveis atualmente utilizados pelas termelétricas.

4.Pelo cronograma ideal, a Norberto Odebrecht participaria, como primeiro ofertante, em agosto próximo, em concorrência a ser promovida por grupo formado pela Prefeituta de Quito, o Governo da Província de Pichincha e a Empresa Elétrica de Quito. A oferta brasileira seria submetida a "swiss challenge" a partir de meados de setembro. A assinatura do contrato se daria em novembro, mesma época em que, se for o caso, se daria início ao processo de contratação do financiamento brasileiro.

5.O Ministro Correa confirmou a prioridade que atribui ao projeto, deu sinais positivos quanto à participação brasileira na construção e determinou a assessores seus que acompanhem de perto o desenrolar dos acontecimentos, para viabilizar a hidrelétrica Toachi-Pilaton no mais breve prazo possível.

6.Quanto ao Aeroporto de Tena, agradeceu o Ministro de Economia que a Norberto Odebrecht tenha aberto mão de qualquer direito relativo ao contrato já assinado e devolvido ao Governo equatoriano o manejo do assunto. Indicou desejar obter um redimensionamento do aeroporto (que insiste em batizar de "Primeira Fase"), de maneira a tornar a obra mais barata e realista quanto à expectativa de tráfego aéreo na região.

7.Explicou que o novo Governo quer fazer um gesto político com Tena, terra natal de Gutiérrez e cuja população se mantém bastante contrária ao Presidente Alfredo Palacio. A idéia seria mostrar que a construção do aeroporto não foi

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 19/05/2005 20:46:00 N.°: 00562
CARAT=Reservado

completamente descartada e que o Governo Palacio busca meios de viabilizar uma versão reduzida da obra. Embora seja premente a necessidade de o Governo encontrar formas de acalmar a insatisfação da população de Tena, tenho dúvidas de que Palacio pretenda realmente levar adiante a construção do aeroporto.

8.O novo projeto apresentado pela Odebrecht diminui em mais de um terço o desenho original, com significativos cortes na pista, nas áreas de taxiamento, estacionamento de aeronaves e de armazenamento de combustíveis e na torre de controle. O custo estimado de US$24,2 milhões foi considerado ainda demasiadamente alto pelo MEF, que solicitou novo redimensionamento. A construtora brasileira ficou de entregar nos próximos dias novo esforço de diminuição do projeto.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 02/05/2007 12:05:04 N.°: 00630
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 02/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DRN/DAM II
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Equador. Energia elétrica
Projeto hidrelétrico Coca-
Codo-Sinclair.
//

Nr. 00630

RESUMO=
Informo. O Conselho Nacional de Eletricidade estabelece cronograma para o projeto hidrelétrico Coca-Codo-Sinclair, o maior do país. A Norberto Odebrecht tem interesse na construção da obra.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

O Diretor de Planejamento do Conselho Nacional de Eletricidade (CONELEC), Miguel Calahorrano, anunciou, em coletiva de imprensa, que o Governo equatoriano prevê iniciar, em setembro de 2008, a construção da maior hidrelétrica do país, o projeto Coca-Codo-Sinclair. O CONELEC estima que o projeto, que deverá estar concluído até 2011, terá potência instalada de 1.500 MW, o que equivaleria a mais de dois terços da atual produção de energia elétrica no Equador. Segundo Calahorrano, o projeto diminuirá drasticamente o déficit energético do país. Atualmente, as 52 centrais hidrelétricas do Equador abasteceriam cerca de 47% da demanda de energia elétrica do país (o restante é importado, sobretudo da Colômbia, a partir de fontes térmicas, muito mais caras).

2.Os estudos para o projeto foram elaborados há 38 anos pelo extinto Instituto Equatoriano de Eletrificação (INECEL). Segundo técnicos do CONELEC, o projeto não exigiria a construção de represa e aproveitaria as águas do rio Coca, mediante a construção de túnel de 27 quilômetros que geraria queda d´água de 670 metros. O risco sísmico do vulcão Reventador, próximo do local do projeto, teria sido um dos

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 02/05/2007 12:05:04 N.°: 00630
CARAT=Reservado

motivos para que o projeto não tenha sido implementado, mas o CONELEC afirma ter tomado medidas preventivas para reduzir tal risco.

3.As estimativas de custo do projeto variam de US$ 987 milhões a mais de US$ 1,2 bilhão. Segundo Calahorrano, pelo menos US$ 600 milhões seriam financiados com recursos do Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH). O restante do financiamento proviria, segundo o CONELEC, de empresas privadas. Segundo Calahorrano, várias empresas européias, sobretudo francesas, já teriam demonstrado interesse no projeto. Como se sabe, a Norberto Odebrecht também tem interesse em participar da obra.

4.Segundo o cronograma estabelecido pelo CONELEC, o processo de licitação para a seleção da construtora iniciará em maio de 2008.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 30/08/2004 15:19:00 N.°: 00673
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 30/08/2004 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAS/DSF/DOC/DAM II
DESCR=XCOR
REF/ADIT=DET 305
CATEG=MG

//
COFIG 8a Reunião Ordinária.
Projetos de interesse do
Equador. Comentários.
//

Nr. 00673

RESUMO=
Apresenta comentários aos sumários preparados pela SBCE para a 8a Reunião Ordinária da COFIG, referentes a projetos de interesse do Equador.

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas da América do Sul e Brasaladi.

Respdesptel 305.
a) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA "CARRIZAL-CHONE" (Operação COFIG 060/2004):
O "Sistema de Carrizal-Chone" deverá irrigar uma área total de 21 mil hectares, dos quais cerca de 6.000 serão irrigados em sua primeira etapa, ajudando a reativar a produção agrícola da província e beneficiando 120 mil habitantes. Facilitará também a drenagem da bacia em épocas de precipitação intensa. O Projeto, avaliado em US$ 102,7 milhões, deverá ser executado no prazo de 21 meses pelo consórcio formado pelas construtoras Norberto Odebrecht e Hidalgo&Hidalgo.

2.As principais obras do projeto incluem: construção de 75 km. de canais principais revestidos; três represas e respectivos lagos de regulação diária; dez esgotos; quatro túneis curtos; dutos de irrigação e de drenagem; direcionamento dos leitos dos rios e vertedores de proteção; construção de estradas e pontes para veículos e pedestres; e sistemas de distribuição elétrica e telecomunicações.

3.Além da água para irrigação, o Projeto alimentará com

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 30/08/2004 15:19:00 N.°: 00673
CARAT=Reservado

água natural os sistemas de tratamento de água potável para satisfazer as necessidades da população até o ano de 2020.

4.O sistema de direcionamento dos leitos dos rios inclui diques de terra para proteção contra enchentes das áreas agrícolas.

5.A rede de estradas vicinais terá cumprimento total de 213 km., incluindo 101 km. de vias existentes e 112 km. de estradas novas. Na primeira etapa, deverão ser habilitados os acessos aos cerca de 6.000 hectares irrigados, facilitando a mobilização dos agricultores e da população em geral, bem como a entrada de insumos e o escoamento da produção agrícola.

6.A represa Nuevo Simbocal, a ser construída na primeira etapa, inclui estrutura com doze comportas e dique de terra de 2 mil metros de cumprimento. Essa obra tem como objetivos principais: controlar a descarga das águas dos grandes canais no estuário do rio Chone e evitar a entrada de água salgada nas plantações agrícolas.

7.A execução do projeto demandará tecnologia e serviços especializados brasileiros nas áreas de consultoria administrativa, econômica e de controle de qualidade, engenharia, logística, entre outros.
8.A implementação da primeira etapa do Sistema se dará com uma tubulação de fibra de vidro de alta resistência, produzida com tecnologia e mão-de-obra brasileiras Abrirá também grandes possibilidades de exportação de outros produtos do Brasil, tais como: estruturas e tubos de aço, válvulas, materiais de construção, equipamentos eletromecânicos, ferramentas, etc.

b) PROJETO HIDRELÉTRICO SAN FRANCISCO (Operação COFIG 055/2004):

9.A Central Hidrelétrica San Francisco gerará 230 MW, equivalentes a 12% da demanda total do Equador. O projeto apresenta avanço de 17%, seu cronograma de execução está adiantado, o que permitirá terminar as as obras em três anos, e não em quatro, conforme inicialmente previsto.

10.O projeto tem evidente alcance político, econômico e social; envolve atualmente a participação de mil trabalhadores locais e gerará 2.000 empregos na fase de pico da construção; demandará o fornecimento de bens, serviços e tecnologia brasileiros; e não causa impactos ambientais negativos porque utiliza a água da hidrelétrica de Agoyán,

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 30/08/2004 15:19:00 N.°: 00673
CARAT=Reservado

já existente. O início da geração está previsto para dezembro de 2006.

c) DESTILARIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (Operação 039/2004):

11.A recente presença no Equador de especialista brasileiro na área de produção de etanol, abriu maiores possibilidades de transferência de tecnologia e venda de equipamentos brasileiros necessários para o projeto.

12.Nas últimas semanas, foi ratificada a decisão das autoridades equatorianas de implementar o projeto de produção de etanol, tendo já demandado a cooperação brasileira em quatro áreas específicas: a) melhoria das plantações de cana, manejo de cultivos, introdução de novas variedades e de sementes para adaptação; b) transferência de tecnologia e experiências para a produção de etanol; c) fornecimento de equipamentos para geração de energia elétrica a partir de biomassas, em especial o bagaço e as folhas da cana; d) assessoria para a determinação de regras, obrigações e compromissos dos diversos setores envolvidos. Por ocasião da recente visita presidencial a Quito, foi assinado Memorando de Entendimento em Políticas Energéticas, que já contempla a transferência de tecnologia para a produção de etanol.

13.A resposta dos empresários privados foi também altamente positiva. Embora a produtividade do setor seja satisfatória e alcance, em média, 100 toneladas de cana/hectare (acima das 75 ton/ha. da média nacional), o empresariado considera oportuno implementar projetos complementares para o desenvolvimento de outras energias, incorporando tecnologia brasileira.Entre suas demandas de cooperação estão sementes para adaptação e tecnologia para melhoria das variedades de cana existentes, bem como a aquisição de máquinas, em especial carregadoras de cana, tratores, caminhões e destilarias de álcool.

14.No caso específico do pedido apresentado pelo "Ingenio Azucarero del Norte - IANCEM", fui informado pelo seu Gerente-Geral dos planos de expansão dessa companhia, que pretende melhorar seus processos produtivos e aumentar sua capacidade de produção com investimentos da ordem de US$ 25 milhões, nos próximos seis anos.

d) EMBRAER - VENDA DE AERONAVES E PACOTE LOGÍSTICO PARA A TAME (Operação COFIG 058/2004):

15.Nos últimos quinze dias, a TAME solicitou às empresas interessadas, Embraer, Bombardier e ATR, esclarecimentos

adicionais sobre os aviões ofertados e as propostas apresentadas. Realizou, paralelamente, avaliação sobre a conveniência de adquirir aeronaves Airbus 320, chegando à conclusão de que os planos de expansão da empresa não justificavam essa última alternativa.

16.É intenção da TAME ampliar suas operações ao mercado internacional, fato que privilegiaria a compra de aviões "jet" e não os do tipo "turbo prop". Das três concorrentes, a Embraer foi a única que ofertou aeronaves a jato, Embraer 170 LR, com capacidade para 78 passageiros, razão pela qual acredita-se que a última decisão da TAME aumenta as chances da empresa brasileira de sair vencedora da licitação. Some-se a esse fato a manifesta satisfação das autoridades locais com a qualidade e características dos aviões oferecidos pela Embraer.

17.Segundo informado pelo desptel 239, o COFIG já aprovou, em sua 7a. Reunião Ordinária, o pedido de financiamento e a cobertura do seguro de crédito à exportação apresentados pela Embraer. Espera-se que na 8a. Reunião Ordinária do Comitê possa ser aprovada também a alteração solicitada do prazo de financiamento, de 10 para 12 anos, que visa a compatibilizá-lo com o plano de negócios do importador.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho,
Embaixador.

RE

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:46:44 N.°: 00710
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 18/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIR/DIC/DMC/DAM II/DECAS/DPB/DCTEC
DESCR=XIEX-BRAS-EQUA
REF/ADIT=DET 225
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Reunião de
Monitoramento do Comércio
Bilateral. Relato.
//

Nr. 00710

RESUMO=
Informo. A segunda reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil-Equador (Quito, 14 e 15/5/07) permitiu ao Brasil apresentar sua proposta para dar cumprimento ao compromisso de liberalização comercial no ACE 59 para as exportações equatorianas ainda no corrente ano, assumido no encontro presidencial de 4/4/07. Paralelamente, o INMETRO discutiu programa de cooperação com o INEN. No...

... dia 15, a reunião envolveu representantes do setor privado dos dois países.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Para conhecimento do Sr. Diretor da ABC.

Refdesptel 225.
Conforme previsto, realizou-se nesta Capital, nos dias 14 e 15 de maio corrente, a segunda reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil-Equador. O primeiro encontro sobre o tema, em nível de vice-ministros, ocorreu em São Paulo, em setembro último. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, Dr. Ivan Ramalho, e foi integrada pelo Ministro José Mauro da F. Costa Couto, Assessor Especial do MDIC, pelo Chefe da DIR, por representantes da Assessoria Especial da Presidência da República, do INMETRO, do MAPA e da DIC, bem como por

diplomatas da Embaixada. Acompanhei a Delegação brasileira na maior parte dos trabalhos. A Delegação equatoriana, por sua vez, foi chefiada pelo Vice-Chanceler, Embaixador Rafael Paredes, e contou com a participação do Subsecretário de Relações Multilaterais da Chancelaria, do Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças (MEF), do Diretor do Instituto Equatoriano de Normalização (INEN), do Gerente Geral do Banco Nacional de Fomento (BNF), do Diretor-Geral de Integração e da Diretora-Geral de Promoção de Exportações da Chancelaria, além de vários assessores da Chancelaria e de outros órgãos.

2.No início da reunião, os dois lados enfatizaram o grande desequilíbrio da balança comercial bilateral nos últimos anos, qualificado pelo Secretário-Executivo do MDIC como "extremamente desconfortável". Ivan Ramalho mencionou que, em 2006, o Brasil exportou US$ 873 milhões para o Equador e importou apenas US$ 30,4 milhões, e que nos primeiros quatro meses de 2007 o desequilíbrio continuava acentuado, com o agravante de que tanto as exportações como as importações brasileiras apresentaram queda de aproximadamente 38% com relação a igual período do ano passado (estudo do MDIC sobre o comércio bilateral no primeiro quadrimestre de 2007 foi entregue ao lado equatoriano). Ramalho enfatizou o objetivo do Governo brasileiro de aumentar o comércio bilateral, especialmente as importações brasileiras de produtos equatorianos.

3.O Vice-Chanceler equatoriano deixou claro que, para seu país, a estratégia para lograr maior equilíbrio no comércio bilateral consiste na aceleração dos cronogramas de desgravação tarifária previstos no Acordo de Complementação Econômica Nº 59 (ACE-59), de acordo com o compromisso constante do parágrafo 17 do Comunicado Conjunto de 4 de abril último. A esse respeito, a Delegação brasileira apresentou ao lado equatoriano duas listas, uma contendo 4.362 produtos que atualmente registram preferências inferiores a 100% e que não têm restrições de requisitos específicos de origem ("lista 1"), e outra contendo produtos do setor automotivo, siderúrgico, de têxteis/confecções etc., que cumprem regimes transitórios de origem e cuja desgravação tarifária total está vinculada ao estabelecimento dos respectivos regimes definitivos ("lista 2").

4.Com relação aos produtos da "lista 1", a Delegação brasileira disse esperar que a proposta brasileira de desgravação imediata (100% de preferência) para os produtos equatorianos não enfrente objeções por parte dos sócios do MERCOSUL. Por outro lado, a eventual desgravação imediata

para os produtos da "lista 2" dependerá de negociações com os sócios do MERCOSUL e, posteriormente, na Comissão Administradora do ACE-59, para estabelecer os regimes definitivos de origem. Para tanto, a Delegação brasileira solicitou que o lado equatoriano informe quais produtos da "lista 2" são prioritários para o Equador e indique proposta de regras de origem a ser aplicadas para esses produtos.

5.A Delegação equatoriana agradeceu a entrega das duas listas de produtos e comprometeu-se a apresentar resposta em prazo de dez dias.Tendo em vista os distintos graus de complexidade para implementar a aceleração da desgravação tarifária dos dois grupos de produtos, o lado equatoriano propôs que as duas partes realizem os melhores esforços para que os produtos da "lista 1" recebam desgravação imediata, com base em protocolo adicional ao ACE-59 a ser firmado no prazo máximo de 45 dias. Para acelerar o processo de protocolização da "lista 1", foi sugerido que a Comissão Administradora do ACE-59 se reúna "virtualmente", prática comum no âmbito da ALADI, cuja Secretaria-Geral elaboraria a ata dessa reunião virtual. Com relação aos produtos da "lista 2", após o recebimento da resposta equatoriana com a identificação de suas prioridades e propostas de regimes de origem, o Brasil realizará consultas com os sócios do MERCOSUL e as duas partes buscarão protocolizar a desgravação imediata dos produtos sobre os quais se chegue a acordo no prazo máximo de 90 dias.

6.Com relação aos produtos "encapsulados", que estão excluídos dos cronogramas de desgravação do ACE-59 (açúcar e derivados, álcool etílico, carnes e lácteos), o representante do MAPA afirmou haver disposição do Governo brasileiro em negociar sua inclusão no ACE-59 e sua eventual desgravação tarifária. Citou, como exemplo, o potencial interesse brasileiro na importação sazonal de etanol equatoriano (em época de entressafra no Brasil). Porém, para que a concessão brasileira de desgravação tarifária a tais produtos equatorianos pudesse ser aceita pelos sócios menores do MERCOSUL, seria necessário algum tipo de contrapartida, mesmo que em bases assimétricas. A esse respeito, o lado equatoriano deixou claro que os produtos "encapsulados" são altamente sensíveis para o Equador e que não haveria espaço para concessões equatorianas. Portanto, tais produtos deverão permanecer excluídos dos cronogramas de desgravação do ACE-59.

7.O representante do MAPA mencionou, ainda, a disposição do Governo brasileiro de buscar solução para as questões fitossanitárias ("sigatoka negra") que impedem o ingresso da

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:46:44 N.°: 00710
CARAT=Reservado

banana equatoriana no Brasil. Recordou que o Brasil já havia proposto a permissão de importação da banana equatoriana para zonas não produtoras, sobretudo no Sul do País. Ficou acordado que o Equador organizará e sediará reunião bilateral, na segunda quinzena de junho próximo, para discutir temas sanitários e fitossanitários.

8.O lado equatoriano também propôs que, na mesma ocasião (segunda quinzena de junho), seja realizada, em Quito, a segunda reunião do Grupo Executivo de Trabalho (GET) do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), criado pelo Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento, de 10/9/06. Como se recorda, a segunda reunião do GET estava prevista para ser realizada nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo, antes do Encontro Empresarial Brasil-Equador. Com a antecipação da reunião do GET, ficou aberta a possibilidade de que se aproveitem os dias 9 e 10 de julho, em São Paulo, para a realização de nova reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil-Equador. O lado equatoriano comprometeu-se a enviar agenda tentativa para a segunda reunião do GET, que tratará de temas sanitários e fitossanitários, projetos de cooperação aduaneira, intercâmbio de informação em matéria tributária, freqüências aéreas diretas, turismo etc.

9.Diplomata da DIC forneceu informações sobre as atividades que têm sido desenvolvidas no âmbito do PSCI, entre as quais a segunda edição do catálogo de importadores brasileiras, que será mais abrangente do que a primeira versão e incluirá, por exemplo, importadores de flores. Também distribuiu vários exemplares, em espanhol, do guia "Como exportar al Brasil".

10.O Gerente Geral do Banco Nacional de Fomento (BNF), Walter Poveda, mencionou recente visita que realizou ao Rio Grande do Sul e o interesse do Banco em importar 200 mil cabeças de gado em pé do RS, com vistas a melhorar a produtividade do gado leiteiro equatoriano, que produz apenas dois litros por dia (o gado a ser importado produziria entre 12 e 14 litros de leite por dia). O BNF também teria interesse na importação de maquinaria agrícola produzida no Brasil. Nas duas operações, a intenção do BNF seria atuar como intermediário, concedendo aos produtores rurais equatorianos as mesmas condições de financiamento que obteria da linha de crédito do BNDES, que estaria sendo negociada por intermédio do BANRISUL (mencionou LIBOR + "spread" de 1% a.a.). O Subsecretário Luis Rosero confirmou a intenção do MEF de solicitar financiamento, com garantia pelo CCR da ALADI, para a importação do gado em pé (não fez referência à importação de maquinaria agrícola).

11.Walter Poveda mencionou, ainda, o interesse equatoriano em exportar arroz para o Brasil, cujo consumo do produto, segundo ele, superaria em 900 mil toneladas a produção nacional. Mencionou que a Colômbia, principal consumidor do arroz equatoriano, estaria impondo restrições à importação do produto. A intenção do Equador seria exportar para o Brasil cerca de 50 mil toneladas de arroz por ano. O representante do MAPA esclareceu que não existem restrições à importação brasileira de arroz produzido no Equador.

12.O Dr. Ivan Ramalho mencionou que o Banco do Brasil e o sistema financeiro privado possuem linhas de crédito para financiamento de importações brasileiras. Sugeriu que, na próxima reunião do GET, em Quito, o Banco do Brasil seja convidado, para explicar os mecanismos de financiamento às importações existentes no País. Também instou o lado equatoriano a enviar, para o Encontro Empresarial Brasil-Equador, em São Paulo, exportadores que possam identificar oportunidades de negócios com o setor de supermercados brasileiro, que deverá participar do evento. Ivan Ramalho indicou que, por intermédio da rede brasileira de supermercados, talvez se possa assegurar melhores condições logísticas e de distribuição de produtos equatorianos no mercado brasileiro.

13.Paralelamente, o Coordenador-Geral de Articulação Internacional do INMETRO, Jorge Cruz, reuniu-se com o Diretor do INEN. Ambos acordaram programa de cooperação bilateral que inclua projetos de capacitação (cursos, seminários e oficinas sobre normas e regulamentos técnicos, metrologia e avaliação de conformidade), o estabelecimento de centros de informação sobre obstáculos técnicos ao comércio e o intercâmbio de informação sobre inovações tecnológicas e novas tecnologias. O programa de cooperação também incluiria intercâmbio de peritos para assistência técnica em áreas de interesse comum, e intercâmbio de peritos em metrologia, para atividades de pesquisa em novas técnicas de calibragem e de desenvolvimento de materiais de referência certificados. Esses e outros temas serão objeto de memorando de entendimento a ser firmado entre o INMETRO e o INEN, no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Equador, de 1982 (o INEN comprometeu-se a enviar ao INMETRO o projeto de memorando).

14.O INMETRO e o INEN também acordaram organizar em Quito, no prazo de 90 dias, evento científico-tecnológico sobre avaliação da conformidade e metrologia legal. Para tanto, Jorge Cruz mencionou o interesse do INMETRO de contar com ajuda da ABC para as passagens aéreas dos técnicos do Instituto que participariam no evento.

15.No dia 15, o Dr. Ramalho manteve reunião no Ministério de Transporte e Obras Públicas (que comento em comunicação separada), bem como encontro, na Chancelaria local, com representantes do setor privado do Brasil e do Equador. As seguintes empresas brasileiras estiveram representadas no encontro: Andrade Gutierrez, Banco do Brasil, Camargo Correa, Companhia de Comércio Exterior (COMEXPORT), Inspection Comércio e Serviços (Grupo Cisa Trading), MARCOPOLO, Norberto Odebrecht, OAS e PETROBRAS. O setor privado equatoriano foi representado pela Federação Equatoriana de Exportadores (FEDEXPORT), pelo Conselho Empresarial, pela Associação de Exportadores Equatorianos de Flores (EXPOFLORES), pela Câmara da Agricultura, pela Federação de Câmaras da Indústria, pela Corporação Equatoriana de Promoção de Exportações e Investimentos (CORPEI), pela Associação de Industriais Têxteis do Equador e pelo Fundo Misto de Promoção Turística.

16.Na ocasião, o Dr. Ramalho voltou a ressaltar o objetivo brasileiro de aumentar as importações procedentes do Equador e pediu à Diretora-Geral de Promoção de Exportações que fornecesse informações sobre os principais produtos da pauta exportadora equatoriana. Após breve relato sobre os resultados da reunião do dia 14, os representantes do setor privado fizeram comentários sobre as atividades de suas respectivas empresas ou associações. Os representantes da Cisa Trading e da COMEXPORT (as duas maiores "tradings" do Brasil) receberam folhetos informativos de exportadores equatorianos. Também foi distribuída à Delegação brasileira publicação de promoção turística do Equador.

17.Ao final do evento, ofereci almoço aos participantes, durante o qual o Vice-Chanceler Paredes agradeceu os esforços do Governo brasileiro para buscar equilibrar o comércio bilateral. Paredes considerou a reunião de monitoramento um exemplo que o Equador deveria reproduzir com outros países. Mencionou, em especial, a satisfação expressada pela ministra das Relações Exteriores do Equador, com os resultados obtidos no encontro. O reconhecimento das autoridades equatorianas revela que a reunião foi muito positiva, por confirmar a genuína disposição do Governo brasileiro em promover um relacionamento comercial bilateral mais harmônico, com benefícios para os dois países. Considero que a reunião permitiu que fossem dados os primeiros passos concretos para a implementação do compromisso brasileiro constante do parágrafo 17 do Comunicado Conjunto de 4 de abril último, e a participação do setor privado deverá contribuir para o sucesso do Encontro Empresarial Brasil-Equador, em julho próximo.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:46:44 N.°: 00710
CARAT=Reservado

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:47:33 N.°: 00711
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 18/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DOC/DIC/DIR
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Eixo
Multimodal Manta-Manaus.
Visita do Dr. Ivan Ramalho ao
MTOP.
//

Nr. 00711

RESUMO=
CATEG=MG
Informo. O Dr. Ivan Ramalho visitou Ministério de Transporte e Obras Públicas, ocasião em que discutiu os projetos relativos ao Eixo Multimodal Manta-Manaus, sobre o qual o lado equatoriano entregou documento que visa a responder algumas das consultas brasileiras.

À atenção do Sr. SGAS e do Chefe de Gabinete do Sr. SG.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Durante sua visita a Quito, para participar da segunda reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil-Equador, o Secretário-Executivo do MDIC, Dr. Ivan Ramalho, visitou, no dia 15/5, o Ministério de Transporte e Obras Públicas, acompanhado por mim, pelo Ministro José Mauro da F. Costa Couto, Assessor Especial do MDIC, e por diplomatas da Assessoria Especial da Presidência da República e da Embaixada. Em razão de viagem repentina a Guaiaquil, por motivos pessoais, o Ministro Trajano Andrade Viteri não pôde estar presente, tendo sido representado pelo Subsecretário de Obras Públicas e Comunicações, Carlos Javier Andrade Russo. O lado equatoriano também esteve representado pelo Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças (MEF), Luis Rosero; pela Subsecretária de Crédito Público, Paola Salazar Macías (que deverá estar na próxima reunião da Comissão Bilateral sobre o Eixo Multimodal, em Manaus); pelo Diretor-Geral de Assuntos Amazônicos do

Ministério de Relações Exteriores, Comércio e Integração, Conselheiro Álvaro García; pelo Gerente-Geral da Autoridade Portuária de Manta, Patrício Padilla, e por vários assessores.

2.No início da reunião, após a apresentação de vídeo produzido pelo Ministério de Transporte e Obras Públicas (MTOP) sobre o Eixo Multimodal Manta-Manaus, com ênfase na parceria Brasil-Equador, o Subsecretário Andrade entregou ao Dr. Ivan Ramalho documento preliminar de trabalho que busca responder a algumas das questões formuladas pela Delegação brasileira por ocasião da I Reunião da Comissão Bilateral, realizada em Manta, nos dias 19 e 20 de abril último (ver parágrafo 13 do tel 593). Cópia do documento foi levada pelo Secretário Elio Cardoso, da Assessoria Especial da Presidência da República, para ser entregue ao Chefe da DECAS. Na tarde de ontem, dia 17, a Embaixada recebeu nova versão do documento, de 116 páginas, que foi transmitida, por meio eletrônico, para a DECAS.

3.A primeira parte do documento descreve o "Eixo Bioceânico Multimodal Pacífico-Atlântico Manta-Manaus-Belém", em seus componentes marítimo (porto de Manta, já concessionado à TIDE S.A., parte do Grupo Hutchinson Port Holdings), aéreo (aeroporto internacional de carga de Manta), rodoviário (o documento ainda menciona três alternativas de rotas, uma das quais entre Manta e o Sudeste do Equador, para ligação com o Marañón e o porto peruano de Iquitos), ferroviário (o documento limita-se a recomendar esse componente como "elemento importante para complementar o sistema intermodal") e fluvial (o documento identifica a localidade de El Belén como o ponto mais adequado para a instalação do novo porto fluvial e volta a mencionar a necessidade de sistema de eclusas para o rio Napo). Após a descrição dos componentes do Eixo, o documento arrola as seguintes ações a serem adotadas: a) realização de estudos técnicos e econômico-financeiros que complementem a informação dos documentos de base (i.e., os estudos preliminares realizados pelas construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez); b) continuação das reuniões da Comissão Bilateral Brasil-Equador, e c) definir os requisitos e condições de cada um dos organismos financiadores (entre os quais estaria o BNDES).

4.Após sugerir a conformação de grupo de trabalho técnico para viabilizar, no curto prazo, a modalidade aérea do Eixo, o documento passa a fornecer informações com base nas consultas formuladas pela Delegação brasileira em Manta. O documento busca descrever as vantagens de cada componente do Eixo em relação às condições atuais do comércio do Brasil com

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:47:33 N.°: 00711
CARAT=Reservado

o Oriente, entre as quais uma redução de 20 dias de navegação até Manaus com relação à rota pelo Canal do Panamá. Arrola alguns dos produtos que se estima poderiam ser transportados pelo Eixo. Menciona os regimes de importação e exportação que serão oferecidos no porto de Manta e descreve as zonas francas existentes. A nova versão do documento não menciona estimativa de cronograma para o processo de licitação de cada componente.

5.No que se refere à estimativa de custo de cada componente, o documento apresenta os seguintes valores: a) rodovia Manta-Francisco de Orellana - US$ 603,7 milhões (valor estimado pela construtora Norberto Odebrecht); b) porto fluvial de Francisco de Orellana - US$ 112,5 milhões (também coincide com estimativa da Odebrecht); c) hidrovia Francisco Orellana-Nuevo Rocafuerte, pelo rio Napo - US$ 223,5 milhões. No total, os custos estimados seriam de US$ 948,7 milhões, bem acima dos US$ 710 milhões mencionados na reunião de Manta (ver parágrafo 10 do tel 593), o que talvez possa ser explicado, em parte, pelo sistema de eclusas, que havia sido eliminado e que voltou a ser considerado.

6.Após a apresentação do documento pelo Gerente-Geral da Autoridade Portuária de Manta, Patrício Padilla, forneci informações sobre a segunda reunião da Comissão Bilateral, a ser realizada em Manaus, nos dias 24 e 25 de maio corrente. Entreguei aos representantes do MTOP, do MEF e da Chancelaria local programa tentativo dos dois dias de reunião, elaborado com base nas conversações mantidas pela missão precursora do Itamaraty, realizada nos dias 10 e 11 de maio corrente (desptel 234). O programa tentativo entregue ao lado equatoriano foi transmitido, por meio eletrônico, para a DECAS.

7.O Dr. Ivan Ramalho mencionou os esforços do Governo brasileiro para buscar maior equilíbrio no comércio Brasil-Equador. Na condição de Presidente do COFIG, afirmou que, de modo geral, as solicitações de financiamento de projetos do interesse do Governo equatoriano têm sido aprovadas. Citou, como exemplos, as aprovações do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, do aeroporto de Tena, da aquisição de quatro aviões da EMBRAER pela TAME e da construção da ponte sobre o rio Esmeraldas. Com relação ao projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus, recordou que o próprio Presidente Lula deixou clara a prioridade atribuída pelo Governo brasileiro a tal projeto. O Dr. Ramalho comprometeu-se a dar agilidade ao processo de análise e aprovação dos pedidos de financiamento para esse projeto, que, segundo ele, trará grandes benefícios para toda a Região Norte do Brasil.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 18/05/2007 15:47:33 N.°: 00711
CARAT=Reservado

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 08/05/2007 13:00:41 N.°: 00665
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 08/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DRN/DAM II
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Equador. Energia elétrica.
Hidrelétrica San Francisco.
Início de operação comercial.
//

Nr. 00665

RESUMO=
Informo. A Central Hidrelétrica San Francisco, construída pela Odebrecht com financiamento do BNDES, entrou em operação neste final de semana. A cerimônia de inauguração ainda depende da agenda do Presidente Rafael Correa.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

A segunda e última turbina da Central Hidrelétrica San Francisco entrou em operação comercial neste final de semana. Como se sabe, a obra foi construída pela Norberto Odebrecht, com financiamento do BNDES de US$ 243 milhões (o custo total da obra foi de US$ 312 milhões). As duas turbinas possuem potência instalada de 230 MW, equivalentes a cerca de 12% dos menos de 2.000 MW produzidos no Equador. A demanda de energia do país chega a 3.800 MW nas horas de maior consumo, o que é suprido, em grande parte, por importações, sobretudo de energia termoelétrica da Colômbia.

2.A Central Hidrelétrica San Francisco, localizada na província de Tungurahua, no centro do país, é o primeiro projeto hidrelétrico de economia mista com potência superior a 100 MW. O consórcio entre a estatal Hidropastaza e a Norberto Odebrecht administrará San Francisco nos próximos 30 anos. A nova central não possui represa, já que aproveita as águas da Central Agoyán, captadas e transportadas por túnel de 11,2 Km, que desemboca diretamente na casa de máquinas de San Francisco, após queda de 200 metros.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 08/05/2007 13:00:41 N.°: 00665
CARAT=Reservado

3.Consultado sobre o assunto, representante da Norberto Odebrecht informou que a data da cerimônia de inauguração da Central Hidrelétrica San Francisco ainda não foi marcada, pois depende da agenda do Presidente Rafael Correa. A empresa estima que a cerimônia será realizada no final de maio corrente.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 21/05/2007 12:49:23 N.°: 00717
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 21/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DRN/DAM II
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 665
CATEG=MG

//
Equador. Energia elétrica.
Hidrelétrica San Francisco.
Inspeção do Ministro de
Energia e Minas.
//

Nr. 00717

RESUMO=
Informo. O Ministro Alberto Acosta inspecionou a Central Hidrelétrica San Francisco, que, segundo ele, será inaugurada dentro de aproximadamente duas semanas.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Reftel 665.
Na quinta-feira, dia 17, o Ministro de Energia e Minas, Alberto Acosta, inspecionou a Central Hidrelétrica San Francisco, construída pela Norberto Odebrecht. Na ocasião, Acosta declarou à imprensa que a Central será inaugurada em aproximadamente duas semanas. Afirmou que os 230 MW que San Francisco produzirá representarão economia de 250 milhões de galões de diesel.

2.Acosta esclareceu que a Central, cuja construção foi concluída em abril último, seria a primeira fase do projeto San Francisco. A segunda fase ainda não foi aprovada por questões ambientais. Para tanto, Acosta afirmou ser necessário estabelecer um "diálogo nacional social e ambiental", já que seria "impossível" continuar gerando energia termoelétrica, que seria "muy costosa y contaminante".

3.Acosta reconheceu, porém, que as importações de energia termoelétrica da Colômbia continuarão necessárias enquanto o Equador não conseguir superar o déficit de produção

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 21/05/2007 12:49:23 N.°: 00717
CARAT=Reservado

energética. Segundo ele, o Governo equatoriano busca uma opção que permita resolver esse problema de décadas, que atribuiu à "larga noche neoliberal". Mencionou que o Equador paga cerca de 230 milhões de dólares por ano pela importação de energia da Colômbia, recursos que permitiriam, a cada 18 meses, construir um novo projeto hidrelétrico da dimensão da Central Hidrelétrica San Francisco.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/05/2007 15:31:58 N.°: 00758
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/05/2007 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DRN/DAM II/DECAS/DOC
DESCR=ENER-EQUA
REF/ADIT=TEL 735
CATEG=MG

//
Equador. Energia elétrica.
Projeto multipropósito de
Baba. Nota do Ministério de
Energia e Minas.
//

Nr. 00758

RESUMO=
Informo. O Ministério de Energia e Minas divulgou na página da Presidência da República nota com críticas ao projeto multipropósito de Baba, que está sendo construído pela Norberto Odebrecht.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Reftel 735.
Foi divulgada ontem, dia 28, na sítio Web da Presidência da República, nota do Ministério de Energia e Minas sobre o projeto multipropósito de Baba, que está sendo construído, desde outubro de 2006, pela Norberto Odebrecht. A nota, sob o título sensacionalista "El proyecto de uso múltiple Baba, parece um proyecto de abuso multiple", descreve alegadas "irregularidades" no projeto, que teriam sido detectadas na visita do Presidente Rafael Correa e do Ministro Alberto Acosta à Represa Daule-Peripa (ver tel de referência). Transcrevo, a seguir, a íntegra da referida nota:

"El proyecto de uso múltiple Baba, parece un proyecto de abuso múltiple.

"Quito, 28 de mayo de 2007.- El Ministerio de Energía emitió un informe de las "irregularidades" detectadas en la visita que realizaron el martes pasado, a las instalaciones de la Represa Daule - Peripa de CEDEGE, el presidente de la República y el ministro Alberto Acosta, donde además, se informó sobre la construcción del Proyecto Multipropósito

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/05/2007 15:31:58 N.°: 00758
CARAT=Reservado

Baba, que se está ya construyendo en la provincia de Los Ríos.
"Esta fue una oportunidad para conocer de primera mano varias irregularidades del proyecto, sean de carácter técnico, legal, social, ambiental, económico y financieras. Entre las que se destacaron las siguientes:

"Los trabajos de construcción de la presa, que arrancaron en noviembre de 2006, no cuentan aún con la denominada "Ingeniería de Detalle". ODEBRECHT, la empresa constructora, todavía está efectuando las perforaciones y estudios geotécnicos. Esta constatación preocupó sobre manera a las autoridades, pues se contrató una obra por $208`000.000,00 (doscientos ocho millones de dólares) sin contar con los respectivos estudios, diseños, ni planos definitivos.

"La incongruencia anterior se explicaría porque en realidad se trataría de un nuevo proyecto en relación al presentado inicialmente, pues la represa en construcción estaría ubicada a 10 o 15 kilómetros del sitio original del que fue propuesto por la empresa que ganó el concurso. En suma los estudios que aún se realizan son diferentes a los diseños iniciales que sirvieron para el concurso y la selección del constructor. ¿Cómo se pudo empezar un proyecto sin los estudios definitivos? ¿Incluso cuál es el presupuesto con que se trabaja si no se tenían dichos estudios?

"En el ámbito financiero las cosas no mejoran. Hidronación está obligada a aportar doce cuotas anuales de 12,5 millones de dólares al proyecto, más una cuota extra por el mismo monto, que ya fue entregada. (Estos montos, para empezar, según conocedores del proyecto, serían difíciles de conseguir por parte de Hidronación). La contraparte privada, el Consorcio Hidroenergético del Litoral (CHL), aportaría 40 millones de dólares (monto aún no desembolsado) y, adicionalmente, conseguiría un crédito de 78 millones del BID (el BID, en días anteriores, anunció la entrega de un préstamo superior, por 87 millones de dólares, que serán pagados con la generación adicional de electricidad de la represa Daule - Peripa, estimada en 441 GWh, represa de propiedad de CEDEGE). Este nuevo endeudamiento externo, curiosamente, se imputa como una contribución de capital en el Proyecto Baba a favor del CHL, mientras que el aporte inicial de Hidronación no ha recibido similar trato.

"En estas circunstancias, de acuerdo al CHL, CEDEGE estará contribuyendo con 43,27% y el CHL con un 56,73%. En realidad, si se capitaliza el aporte inicial a favor del de CEDEGE y no el préstamo del BID a favor del CHL, CEDEGE aportaría con

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/05/2007 15:31:58 N.°: 00758
CARAT=Reservado

71,93 % y el CHL apenas con 28,07%. Este enmarañado esquema financiero a la postre lo que hace es asegurar una enorme ganancia al CHL (con una tasa interna de retorno estimada en nada menos que 45,84%, libre del costo del servicio por el préstamo del BID). Esta realidad motivó la decisión presidencial de que sea el Estado, a través de CEDEGE, el encargado de llevar adelante este proyecto, siempre que el resto de variables cuadren en función del beneficio de la sociedad, dando paso a que los gobiernos seccionales de la zona directamente afectada e incluso las mismas comunidades sean accionistas del proyecto Baba.

"La cuestión legal resulta por igual compleja de entender. En ese proceso se ve que existen varios actores como la misma CEDEGE, Hidronación S.A., el Fideicomiso Proyecto Multipropósito Baba, la Constructora Norberto Odebrecht, Hidropacífico S.A., Hidrolitoral S.A., entre otras. Todos estos actores están relacionados entre sí a través de un enmarañado esquema jurídico que no permite ver con claridad el verdadero "beneficiario" del Proyecto Multipropósito Baba. Esquema que, por lo que se conoce, asegura una serie de ventajas a los aportantes privados, no así al Estado, CEDEGE y las mismas comunidades.

"La Alianza Mundial para el Derecho Ambiental (ELAW) ha criticado el estudio ambiental al verificar que existen fallas metodológicas en la elaboración del mismo, fundamentalmente en la omisión de la escala y valoración de la significación de los impactos en general; graves contradicciones entre la información de línea de base y los efectos del proyecto en el medio biótico; insuficiente y poco representativa información para predecir los impactos potenciales del proyecto en la calidad del agua. Este es un asunto de sumo cuidado si se recuerdan los problemas existentes en el proyecto Daule - Peripa, que deberían ser al menos corregidos en una nueva represa del mismo tipo. Si lo social presenta dificultades, lo social es motivo de gran preocupación. En diversas localidades cercanas al proyecto se levanta una creciente resistencia ante tanta anomalía, agravada por la ausencia de una adecuada consulta previa a las comunidades, tal como se le informó al ministro y su comitiva en Patricia Pilar.

"Ante esta situación, el ciudadano ministro de Energía y Minas, por tener el proyecto Multipropósito Baba un componente hidroeléctrico importante y por ser el CONELEC la institución encargada de regular, supervisar y controlar el sector eléctrico ecuatoriano, solicitó a este organismo de control suspenda todo trámite administrativo hasta que se

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/05/2007 15:31:58 N.°: 00758
CARAT=Reservado

despejen todas esas inquietudes. Así mismo solicitó ser informado detalladamente del avance de estos trámites que deberán ser completados antes de continuar con el proceso de suscripción del contrato de permiso de generación eléctrica del Proyecto Hidroeléctrico Baba de 42 Mw.

"Por lo pronto, sin considerar el impacto del trasvase del líquido vital en términos de riego y control de inundaciones, el proyecto hidroeléctrico se presenta como muy costoso. Según él, al menos mientras no se aclare la serie de dudas presentadas, éste parece ser más un proyecto de abuso múltiple, antes que de uso múltiple como lo presentan sus promotores. Ministerio de Energía/Prensa Presidencial"

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/07/2005 19:59:00 N.°: 00848
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/07/2005 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DECAS/DSF/DAM II
DESCR=ECON-EQUA
REF/ADIT=TEL 824
CATEG=MG

//
Brasil-Equador.
Financiamentos. Missão
equatoriana ao Brasil.
//

Nr. 00848

RESUMO=
Peço providências. Missão chefiada pelo Vice-Ministro de Economia e Finanças Ricardo Patiño tratará em Brasília, de 2 a 5 de agosto, da inscrição no CCR de crédito de US$ 40 milhões e sobre obtenção de novos financiamentos, para acomodar obras de interesse da Andrade Gutiérrez. Pede-se conhecer programa de encontros.

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditel 824. O Chefe do Setor Econômico desta Embaixada, Secretário Leonardo Gorgulho, compareceu em 26 de julho a reunião coordenada pelo Vice-Ministro de Economia, Ricardo Patiño, sobre a ida de missão do Ministério de Economia e Finanças ao Brasil, para tratar da inscrição no CCR de financiamento de US$ 40 milhões para obras de infra-estrutura na Península de Santa Elena. A reunião contou com a presença dos Representantes em Quito da Norberto Odebrecht e da Andrade Gutierrez. A missão ao Brasil, como se recordará Vossa Excelência, foi aventada em encontro meu com o Ministro Rafael Correa, como forma de acelerar a negociação do pedido equatoriano de eliminação da margem da taxa de juros que incide no referido financiamento.

2.Na ocasião foi entregue carta (que transmiti pelo fax 72, de 26.07.05) pela qual o Ministro Correa confirma formalmente a ida da missão, a ser chefiada pelo próprio Vice-Ministro Ricardo Patiño e composta pelo Subsecretário de Créditos Públicos Alex Valencia e pela Assessora Maria de Lourdes

Andrade. Os representantes equatorianos chegariam ao Brasil no dia 1o. de agosto e manteriam reuniões a partir do dia seguinte.

3.O Vice-Ministro Patiño (recém empossado, em substituição a Pablo Dávalos) mostrou-se satisfeito com a disposição brasileira de estudar fórmulas que permitam a eliminação da margem das taxas de juros conforme solicitado pelo Equador. Ouviu também explicações sobre o estado atual da dívida equatoriana com o Brasil, sobre os três financiamentos que preenchem o espaço para créditos atualmente disponível (Toachi-Pilatón, aviões da Embraer e aeroporto de Tena) e sobre a viabilidade de novos créditos.

4.Ademais de tratar da inscrição da dívida equatoriana no CCR, antecipou ser intenção do Equador explorar com o lado brasileiro, durante a visita, alternativas que viabilizem a obtenção de outros créditos para obras consideradas de interesse nacional. Ciente de que o Equador, de acordo com as atuais condições, atingiu seu limite de endividamento, o MEF irá estudar a melhor forma de propor ao Brasil a expansão de seu limite de crédito. No momento, três alternativas foram levantadas: a) abatimento da atual dívida (eventual recompra); b) aumento do atual teto de endividamento (pela comprovação de capacidade de pagamento anual superior aos atuais US$ 85 milhões); e c) obtenção de novos créditos conforme fluxo de pagamento.

5.Esses novos créditos seriam utilizados para financiar obras - cujo grau de prioridade o Governo equatoriano ainda não decidiu -- a serem executadas pela Andrade Gutierrez. Estão em consideração modernização do Porto de Manta (cerca de US$130 milhões), a Ponte que liga a Bahia de Caráquez a San Vicente (US$ 54 milhões) e a Ponte sobre o Rio Esmeraldas (US$ 40 milhões). Por expediente à parte seguirão informações mais detalhadas acerca desses projetos.

6.Para definição de qual proposta será efetivamente levada ao Brasil e de qual é o projeto prioritário para a obtenção de novo crédito, nova reunião será realizada, antes da visita ao Brasil. Agradeceria conhecer, para fins de informação ao Vice-Ministro de Economia, a programação de encontros a ser cumprida pela missão equatoriana em Brasília, que, entendo, está sendo preparada pela Assessoria da CAMEX.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/07/2005 19:59:00 N.°: 00848
CARAT=Reservado

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 12/09/2006 15:55:36 N.°: 00923
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 12/09/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIR/DIC/DOC/DAM II
DESCR=XCOR-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 406, TEL 464, TEL 886
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Comércio
bilateral. Facilitação do
comércio. Reunião MDIC-MICIP.
//

Nr. 00923

RESUMO=
Comento. Apresenta comentários sobre a agenda tentativa da reunião do mecanismo informal de diálogo para facilitação do comércio que se realizará nos dias 18 e 19 de setembro.

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

À ATENÇÃO DOS DIRETORES DO DIN E DO DPR

Aditels 406, 464 e 886. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a agenda para a reunião sobre comércio bilateral, a ser realizada nos dias 18 e 19 de setembro, está acertada desde maio, quando se presumia que o encontro pudesse ser concretizado nas semanas seguintes (vide tel 472). Apresento a seguir comentários gerais sobre o tema, seguidos de considerações pontuais sobre cada um dos itens da agenda.

2. É importante atentar para o fato de que a realização da reunião é conseqüência direta de seguidos pedidos equatorianos de que o Brasil dê tratamento a suas demandas comerciais e que demonstre real empenho em que o Equador se beneficie do ACE-59 em sua condição de país de menor desenvolvimento relativo. Também reflete promessas brasileiras de tornar o mercado brasileiro mais atrativo para os exportadores equatorianos, constituindo-se, assim, em alternativa de comércio exterior, no momento em que o Equador busca ampliar seu leque de parceiros e diversificar o destino de suas exportações.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 12/09/2006 15:55:36 N.°: 00923
CARAT=Reservado

3. Recorde-se que a própria Chancelaria equatoriana solicitou a especial atenção do Governo brasileiro à matéria. Deixou claro que a reunião em apreço é de interesse também da Chancelaria, e não apenas da área técnica comercial, e que o Governo equatoriano está sob intensa pressão do setor privado, que deseja explorar novas possibilidades de comércio com o Brasil.

4. O momento é, portanto, oportuno para a busca de soluções práticas. O Governo equatoriano não esconde considerar ser por meio desses gestos que o Brasil dará mostras concretas de sua liderança na integração regional. Por tal motivo, acenar com a necessidade de compensações quando for firmado o TLC com os EUA ou com impossibilidade de flexibilização em determinados setores será politicamente delicado neste momento, e provavelmente afastaria o Brasil do rol de países com quem o Equador pode contar para aliviar o impacto negativo sobre suas exportações de uma eventual não-assinatura de Tratado com os EUA.

5. São os seguintes os comentários aos itens da agenda:
"a) Evaluación del intercambio comercial entre los dos países a partir de mayo del 2005, fecha de entrada en vigencia del ACE 59"
O intercâmbio comercial é cronicamente deficitário para o Equador, dado o tipo de bens exportados de parte a parte. A situação não foi criada com o ACE-59, nem seu recente agravamento pode ser creditado exclusivamente à entrada em vigor do Acordo. Houve uma ampliação do superávit brasileiro, porém decorrente sobretudo da ausência de exportação de petróleo equatoriano para o Brasil. Neste ano, a situação se tornou mais dramática. Nos sete primeiros meses, o déficit equatoriano chegou a US$ 526,5 milhões, quase igual ao do ano passado inteiro. Até julho, as vendas equatorianas para o Brasil haviam somado apenas US$ 13,7 milhões. O Brasil é, hoje, o país com que o Equador mantém o maior déficit. Segundo dados equatorianos, entre maio de 2004 e abril de 2005 (os doze meses anteriores à entrada em vigor do ACE-59), o Brasil exportou US$ 605 milhões e importou US$ 83 milhões. Já entre maio de 2005 e abril deste ano, o Brasil vendeu US$ 758 milhões (+25,3%) e comprou US$ 61% (-26,2%).
Nesse período, as importações totais do Equador aumentaram em cerca de 19% e as exportações, mais de 30%. Desde maio de 2005, a participação brasileira no total das exportações equatorianas caiu de 0,98% para 0,56%. Com relação ao aumento de importações com origem no Brasil, registre-se que a venda de três aviões da Embraer para a Tame, sozinhos, respondem por cerca de US$ 59 milhões do total exportado no período.

O exame da corrente de comércio, por outro lado, não encobre o fato de que o Brasil é um dos maiores emprestadores ao Equador, com créditos, nos últimos dez anos, que alcançam US$ 900 milhões e participação em algumas das obras de infra-estrutura mais importantes do país. Além de maciça presença na área de construção e serviços (Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa), há fortes investimentos brasileiros, entre outros, nas áreas de energia (Petrobras e Grupo Synergy) e bebidas (Ambev).

"b) Consideración de la lista de productos presentada por Ecuador, potencialmente sujetos a la aplicación de medidas correctivas"; e
"c) Definición de los correctivos a utilizarse para los productos que conforman el listado del punto b"
Trata-se de lista de cerca de 150 posições tarifárias, para as quais o Equador tem interesse defensivo. A lista, resultado de esforço de concisão do Ministério de Comércio Exterior deste país, inclui sobretudo têxteis, calçados e refrigeradores. Reuniões de coordenação preliminares no Brasil (SECEX) contemplaram a possibilidade de congelar por três anos, para esses produtos, as condições estabelecidas no ACE-59 para acesso brasileiro ao mercado equatoriano. A lista em questão foi transmitida, por correio eletrônico, a diplomata da DIR. Creio ser importante - e até certo ponto de baixo desgaste interno - mostrar flexibilidade, compreensão e certo grau de generosidade às demandas equatorianas nesse ponto.

"d) Información por parte de la delegación de Brasil, del estudio de posibilidades orientadas a que la industria de Brasil pueda absorver producción ecuatoriana (Programa de Sustitución Competitiva de Importaciones de Brasil)
A implementação do PSCI no Equador tem sido um dos principais e mais visíveis instrumentos para demonstração do esforço brasileiro para diminuição dos desequilíbrios comerciais. O Memorando de Entendimento sobre o assunto foi assinado, em 10 de setembro, pelos Chanceleres brasileiro e equatoriano.
Entre as principais ações pontuais desenvolvidas neste país, destacam-se: organização de missões equatorianas ao Brasil; distribuição de materiais de divulgação sobre importadores brasileiros, como o Catálogo de Importadores; fornecimento de dados sobre a oferta exportável equatoriana; estudo sobre o mercado brasileiro para produto de escolha equatoriana; elaboração de guia sobre como exportar para o Brasil (serão entregues em novembro); e realização, em julho, em Quito e Guaiaquil, de seminários sobre como exportar para o Brasil. Foi ainda levada a cabo, em 14 de julho, em Quito,

a primeira reunião do Grupo de Trabalho para a Implementação do Memorando de Entendimento sobre PSCI.
Os produtos equatorianos identificados como de maior potencial para beneficiar-se do Programa são pescados, flores, banana, óleo de palma africana e bombons e chocolates.

"e) Informe sobre el Proyecto destinado a financiar compras del sector productivo de Brasil, de productos ecuatorianos"
Item proposto pelo lado equatoriano e que deve ser mais bem detalhado. Ao que parece, diria respeito ao interesse de obter informações sobre a existência e operação, no Brasil, de linhas de crédito para a importação que pudessem apoiar a implementação do PSCI com relação ao Equador. O assunto foi preliminarmente tratado por ocasião dos seminários "Como exportar para o Brasil", por meio de palestras de representante do Banco do Brasil.

"f) Información por parte de Brasil, de los Obstáculos Técnicos que afecten a productos de potencial interés de Ecuador"
Durante a reunião do Grupo de Trabalho sobre a implementação do PSCI, em julho, o Ministério de Comércio Exterior do Equador apresentou lista de 40 produtos de interesse exportador equatoriano (pescados, hortigranjeiros, banana, têxteis e materiais plásticos), para os quais solicitava informações sobre tratamento tarifário, exigências técnicas, normas sanitárias e tributos internos. Já foram encaminhadas ao Governo equatoriano as respostas (desptel 279) elaboradas pelo MDIC e pela Anvisa. Ficou pendente resposta mais elaborada do MAPA aos itens que lhe dizem respeito.

Antonino Marques Porto, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2004 17:28:00 N.°: 00925
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/11/2004 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGAS/DOC/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
REF/ADIT=DET 410
CATEG=MG

//
COFIG. 10a Reunião Ordinária.
Operação COFIG 073/2004. Auto-
estrada Via de Integração
Nacional Quito-Guayaquil.
//

Nr. 00925

RESUMO=
Transmite comentários sobre o projeto de construção da Auto-estrada Via de Integração Nacional Quito-Guayaquil e a atual conjuntura econômica equatoriana. Recomenda aprovação do COFIG para a operação 073/2004.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR SGAS E DO SENHOR DG DO DPR

REFDESPTEL 410. Desde a adoção da dolarização, em janeiro de 2000, a economia equatoriana vem apresentando sinais de crescente estabilização. Verifica-se desde então queda sistemática da inflação; crescimento do PIB; redução das taxas de juros; e aumento do investimento produtivo. O PIB cresceu 2,8% em 2000; 5,1% em 2001; 3,4% em 2002; e 2,7% em 2003. Em 2004, deverá aumentar em 6%. Há que atentar, contudo, para o fato de este excelente desempenho dever-se em grande parte ao crescimento das atividades do setor petrolífero.
2.Há outros indicadores macro-econômicos bastante positivos. O superavit primário em 2004 deverá situar-se em 5,2%; a inflação deverá ficar entre 2% e 3%, contra 6% em 2003; o deficit comercial caiu de US$ 1,4 bilhão em 2002 para US$ 530 milhões em 2003 e esta queda deverá acentuar-se em 2004; o risco país caiu de 1.541 pontos em janeiro de 2003 para 710 pontos em outubro último. Ademais, a diferença

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2004 17:28:00 N.°: 00925
CARAT=Reservado

entre o preço de venda do barril de petróleo estipulado no orçamento (US$ 18) e o efetivamente obtido (US$ 38) permite acúmulo de recursos, estimados em US$ 600 milhões em 2004, utilizados para recompra de títulos da dívida externa.

3.No campo político, o Governo vive hoje fase de estabilidade. A tentativa de promover processo de "impeachment"de Gutiérrez foi abortada e o Presidente conseguiu conformar uma maioria pró-governista que, pelo momento, lhe concede certa margem de governabilidade. Por outro lado, na frente externa, o Governo conta com o reiterado apoio dos EUA.

4.O projeto da Auto-estrada Via de Integração Nacional Quito-Guayaquil, no que se refere à Odebrecht, corresponde a um contrato de desenho e construção de uma parte da auto-pista, de cerca de 200 Km. O pedido de crédito correspondente é compatível com o perfil da dívida da dívida equatoriana para com o Brasil, que tem como pagamento máximo anual de US$ 120 milhões. Ao Equador não interessa que o pagamento anual fique muito abaixo ou muito acima desse patamar.

5.Dentro da exposição equatoriana para com o Brasil sinalizada no relatório da SBCE de US$ 1,2 bilhão, é vital diferenciar a dívida efetivamente contratada daquela relativa a créditos por contratar. O saldo da dívida contratada e desembolsada até o momento, de acordo com dados do Banco Central do Equador, é de US$ 325 milhões. Os créditos atualmente em curso se traduzem na construção da Hidrelétrica São Francisco, no valor de US$ 243 milhões. Assim, ainda que a exposição nominal seja da ordem acima mencionada, a exposição efetiva gira em torno de US$ 568 milhões. Como créditos já aprovados mas ainda não contratados se encontram: Aeroporto de Quito; Ponte Rafael Mendonza Aviles em Guayaquil; fornecimento de 68 estações de tratamento de água; Aeroporto de Tena; venda de aeronaves da EMBRAER à TAME; construção da Hidrlétrica de Baba; e a Auto-estrada Via de Integração Nacional Quito-Guayaquil.

6.Conclui-se, portanto, que em cerca de 50% a exposição do Equador para com o Brasil no FGE ainda não está contratada e, segundo a experiência histórica, não o deve ser em sua integralidade, até porque os índices de endividamento externo deste país não permitiriam que isso acontecesse. Adicionalmente, o Ministério de Economia e Finanças vem demonstrando sua intenção de diminuir a mencionada exposição, utilizando os fundos destinados à recompra da dívida. A respeito, o Ministro Maurício Yepez dirigiu carta ao Presidente do COFIG propondo a recompra da dívida que não está cursada no CCR, na modalidade de "swap".

7.Em vista do que precede, permito-me sugerir que o COFIG aprove o pedido de garantia do crédito para o projeto.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2004 17:28:00 N.°: 00925
CARAT=Reservado

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho, Embaixador

JCO

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 11/08/2005 12:45:00 N.°: 00949
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 11/08/2005 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DAM II/DIC/DOC
DESCR=XCOR-EFIN-EQUA
REF/ADIT=DET 311
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. Equador. Projetos
de infra-estrutura.
Atualização de informações.
//

Nr. 00949

RESUMO=
Cumpro instruções. Transmite informações sobre projetos prioritários para o Equador no âmbito da IIRSA.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Refdesptel 311. O Chefe do Setor Econômico da Embaixada entrevistou-se em 9 de agosto com os coordenadores nacionais equatorianos dos Grupos Técnicos da IIRSA, com vistas a obter informações sobre os projetos desenvolvidos por este país no âmbito da Iniciativa. Por GMD, estou encaminhando coleção completa de fichas que contêm descrição, valor estimado, cronograma e estado de execução dos principais projetos apresentados pelos equatorianos à IIRSA. Antecipo que todas as obras indicadas pelos representantes locais inserem-se no Eixo do Amazonas (grupos 2, 6 e 7) e estão em fase de proposta, não havendo, portanto, envolvimento de empresas executoras, brasileiras ou de outras nacionalidades.

2.Foram apontados como prioritários para o Equador os seguintes projetos:
a) Porto Francisco de Orellana
- parte do grupo 6 do Eixo do Amazonas - Acesso à hidrovia do Rio Napo
- O único projeto equatoriano incluído na Agenda Consensuada. Tem por objetivo a construção de porto fluvial na província amazônica de Orellana, para servir de ponto de convergência e conexão da rede de transporte terrestre oriunda da costa do Pacífico com o eixo fluvial amazônico. O porto seria

habilitado a transporte de carga e constituiria ponto de transferência e centro logístico da hidrovia do Napo.
- custo estimado de US$ 20 milhões para o porto (ou US$120 milhões para o desenvolvimento integrado da região) e prazo de execução total do projeto estimado em quatro anos

b) Navegabilidade do Rio Napo
- parte do grupo 6 do Eixo do Amazonas - Acesso à hidrovia do Rio Napo
- Trata-se de estudo de navegabilidade e transporte na hidrovia do Napo, com vistas a elaborar diagnóstico sobre seu potencial comercial. Pré-condição para a compatibilização do aproveitamento do rio para fins de transporte de carga com o necessário manejo ambiental sustentável.
- custo estimado de US$ 11 milhões

c) Porto de Transferência de Carga "Morona"
- Parte do grupo 7 do Eixo do Amazonas - Acesso à Hidrovia Morona-Marañon-Amazonas
- Visa à construção de porto fluvial de transferência de carga para servir de centro logístico para a hidrovia Morona-Marañon-Amazonas. O porto serviria para viabilizar o incremento de trocas comerciais entre a região amzônica e o Pacífico.
- Custo estimado de US$ 51 milhõesprazo total de execução previsto para dez anos.

3.Dentre as obras não incluídas na IIRSA, destacam-se as seguintes:
a) Construção da Hidrelétrica São Francisco - A maior obra em execução no Equador, com custo total de US$ 335 milhões, sendo US$ 243 milhões financiados pelo BNDES e US$19 milhões investidos pela Construtora Norberto Odebrecht, que anunciou para junho de 2007 a conclusão da obra. O projeto, que gerará 230 MW (aumento de cerca de 12% da energia ofertada), é responsável por cerca de 10 mil empregos indiretos e não tem impacto ambiental negativo, pois utiliza água de hidrelétrica já existente.

b) Construção da Hidrelétrica de Toachi-Pilatón - Projeto considerado prioritário pelo atual Governo equatoriano para fazer frente à demanda energética do país. Ora em fase de estudos, deverá ser adjudicado à Odebrecht e entrar em operação em 2009. O BNDES considera outorgar crédito de US$ 180,5 milhões. Juntas, as hidrelétricas de São Francisco e Toachi-Pilatón serão responsáveis por um quinto da energia equatoriana.

c) Construção do novo Aeroporto de Quito - A Andrade

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 11/08/2005 12:45:00 N.°: 00949
CARAT=Reservado

Gutiérrez participa com 45% do capital da corporação (liderada por canadenses) responsável pela construção do novo aeroporto de Quito, cuja inauguração está prevista para 2008. Não há financiamento do BNDES. A construtora brasileira poderá explorar por 35 anos serviços e a área de zona franca do aeroporto.

d) Projetos derivados do Plano Binacional de Desenvolvimento Fronteriço Peru-Equador, como parte dos Acordos de Paz de Brasília - Os cinco eixos de infra-estrutura vial já estão bastante desenvolvidos. O lado equatoriano procura neste momento executor e financiamento para construção de estrada de 170 km e ponte internacional de 200 metros ligando as localidades de Arenilla e El Alamor, no sul do país. Estima-se o custo da obra em cerca de US$ 60 milhões.

4.Mencione-se ainda a Construção do Aeroporto de Tena, projeto que se insere no Eixo Multimodal do Amazonas. A obra perdeu prioridade após a queda de Lucio Gutiérrez. O contrato assinado pela Odebrecht e o anterior Governo equatoriano está à espera de decisão sobre o destino da obra. O financiamento que estava tramitando no BNDES, da ordem de US$ 50 milhões, encontra-se à espera de indicação sobre se as autoridades equatorianas farão o projeto por etapas ou em sua concepção original.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/09/2006 21:53:30 N.°: 00975
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/09/2006 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DECAS/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
REF/ADIT=DET 345
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Promoção
Comercial. COFIG. Projeto
Hidrelétrico "Quijos-Baeza".
Financiamento.
//

Nr. 00975

RESUMO=
Cumpro instruções. Transmite comentários sobre o Projeto Hidrelétrico "Quijos-Baeza".

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Refdesptel 345. Em atendimento à solicitação contida no desptel de referência, transmito a seguir subsídios à análise de risco a ser feita pelo COFIG a respeito do financiamento para a exportação de equipamentos e serviços de engenharia para o Projeto Hidrelétrico "Quijos-Baeza".

a) Aspectos legais e políticos
a.1) Cenários econômico e político:
As eleições presidenciais no Equador, cujo primeiro turno se realizará em 15 de outubro, deverão ser decididas em segundo turno, em 26 de novembro. Até o momento, há alto número de indecisos e certa apatia do eleitorado. As propostas que maior ressonância tem obtido dizem respeito à reforma política e à convocação de uma assembléia constituinte. A disputa tende a polarizar-se em torno de Rafael Correa, candidato anti-sistema e com viés "bolivariano", e León Roldós, de perfil moderado de centro-esquerda. A eventual eleição de Rafael Correa poderá significar fortes mudanças políticas e econômicas e gerar quadro de instabilidade. Deve-se, no entanto, esperar o desenvolvimento da campanha, para conhecer se haverá relativização do duro discurso hoje propagado por Correa. Ambos candidatos têm propostas genéricas que envolveriam

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/09/2006 21:53:30 N.°: 00975
CARAT=Reservado

renegociação da dívida externa, especialmente os bônus colocados no mercado internacional e os créditos de organismos multilaterais O novo Presidente da República tomará posse em 15 de janeiro.
No plano econômico, os cofres públicos estão bem abastecidos, devido a três fatores i) superávit importante no comércio exterior (de US$ 475,6 milhões até julho) , resultado do alto preço do barril de petróleo e do crescimento das vendas externas de banana e camarão; ii) receitas adicionais oriundas da exploração do Bloco 15, o maior do país, que pertencia à empresa norte-americana Occidental; e iii) receitas extras provenientes das reformas à Lei de Hidrocarbonetos, que aumentaram a participação do Estado nos lucros das empresas estrangeiras produtoras de petróleo. Estima-se que os dois últimos itens representem cerca de US$ 840 milhões em receitas adicionais para o Estado, só no corrente ano.
O PIB deverá crescer 4,3%, em 2006, conforme projeções do Banco Central do Equador e de recente missão do FMI.

a.2) Nível de comprometimento, grau de prioridade e medidas adotadas pelo Governo:
Por sua natureza, o projeto poderia ser beneficiário do Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH), recentemente criado para financiar, entre outros, de projetos de geração hidrelétrica de, no mínimo, 25 MW. Até dezembro de 2006, os recursos destinados a esse fundo totalizariam US$ 837,7 milhões. Sabe-se também que o aumento da geração elétrica é prioritário para o Equador e faz parte das propostas de governo de todos os candidatos à Presidência:

b) aspectos gerais em relação ao projeto e ao devedor
Segundo informado pela Camargo Correa, a Empresa Elétrica de Quito selecionaria o contratista que executaria o projeto por meio de convite para uma "sociedade estratégica". Dessa maneira, não haveria concorrência internacional.
Além da Camargo Correa, apresentaram propostas a Norberto Odebrecht, a "Engevix" (também brasileira) e empresa colombiana. Espera-se que a obra seja adjudicada ainda no presente ano.

c) Opinião sobre o mérito e riscos do projeto
Os riscos estão associados não ao projeto, mas à própria indefinição da situação equatoriana pós-eleições. Embora caiba à autoridade local conduzir o processo e adjudicar a obra, o Governo equatoriano intervém como garante. Não resta dúvida de que o projeto, em si, é, neste momento, de interesse do Governo central e provincial e tem méritos para

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/09/2006 21:53:30 N.°: 00975
CARAT=Reservado

receber o financiamento do BNDES e a concessão da garantia da SBCE.

Antonino Marques Porto, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 28/09/2006 15:31:56 N.°: 00992
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 28/09/2006 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DECAS/DAM II
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
REF/ADIT=DET 350
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Promoção
Comercial. COFIG. Hidrelétrica
Angamarca-Sinde.
Financiamento.
//

Nr. 00992

RESUMO=
Cumpro instruções. Transmite comentários sobre o projeto de construção da hidrelétrica Angamarca-Sinde.

Rogo retransmissão via clic para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Refdesptel 350. Em atendimento à solicitação contida no desptel de referência, transmito a seguir subsídios à análise de risco a ser feita pelo COFIG a respeito do financiamento para a construção do projeto hidrelétrico Angamarca-Sinde.

a) Aspectos legais e políticos
a.1) cenários econômico e político
As eleições presidenciais no Equador, cujo primeiro turno se realizará em 15 de outubro, deverão ser decididas em segundo turno, em 26 de novembro. Até o momento, há alto número de indecisos e certa apatia do eleitorado. As propostas que maior ressonância tem obtido dizem respeito à reforma política e à convocação de uma assembléia constituinte. A disputa tende a polarizar-se em torno de Rafael Correa, candidato anti-sistema e com viés "bolivariano", e León Roldós, de perfil moderado de centro-esquerda. A eventual eleição de Rafael Correa poderá significar fortes mudanças políticas e econômicas e gerar quadro de instabilidade. Deve-se, no entanto, esperar o desenvolvimento da campanha, para conhecer se haverá relativização do duro discurso hoje propagado por Correa. Ambos candidatos têm propostas genéricas que envolveriam

renegociação da dívida externa, focalizando sobretudo nos bônus colocados no mercado internacional e nos créditos de organismos multilaterais O novo Presidente da República tomará posse em 15 de janeiro.
No plano econômico, os cofres públicos estão bem abastecidos, devido a três fatores i) superávit importante no comércio exterior (de US$ 475,6 milhões até julho) , resultado do alto preço do barril de petróleo e do crescimento das vendas externas de banana e camarão; ii) receitas adicionais oriundas da exploração do Bloco 15, o maior do país, que pertencia à empresa norte-americana Occidental; e iii) receitas extras provenientes das reformas à Lei de Hidrocarbonetos, que aumentaram a participação do Estado nos lucros das empresas estrangeiras produtoras de petróleo. Estima-se que os dois últimos itens representem cerca de US$ 840 milhões em receitas adicionais para o Estado, só no corrente ano.
O PIB deverá crescer 4,3%, em 2006, conforme projeções do Banco Central do Equador e de recente missão do FMI.

a.2) Nível de comprometimento, grau de prioridade e medidas adotadas pelo Governo:
Não foi aberta, ainda, concorrência para a execução do projeto em pauta, o que prejudica a tomada de medidas governamentais em benefício da obra. Os detalhes financeiros do projeto ainda estão em elaboração e não há indicações claras de que o projeto esteja sendo considerado pelo Governo local para o corrente ano.

b) aspectos gerais relacionados ao projeto e ao devedor
Segundo dados apurados junto à empresa solicitante, o projeto está sendo estruturado junto à Comissão de Estudos de Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas (CDG), entidade autônoma destinada à promoção de projetos na região sudoeste do país. A CDG, à qual se vincula a Hidronación SA (possível tomadora do empréstimo), está associada a diversos projetos de infra-estrutura na Costa equatoriana. Foi, por exemplo, quem encomendou à Odebrecht o projeto multipropósito Baba (orçado em US$ 182 milhões, sem financiamento brasileiro). Também contratou, junto à mesma empresa, projetos hidráulicos na segunda metade da década de 90 em valores totais superiores a US$ 740 milhões, dos quais cerca de US$ 390 milhões foram financiados pelo Brasil.

c) Opinião sobre o mérito e riscos do projeto
Os riscos estão associados não ao projeto, mas à própria indefinição da situação equatoriana pós-eleições. Embora caiba à autoridade local conduzir o processo e adjudicar a obra, o Governo equatoriano intervém como garante.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 28/09/2006 15:31:56 N.°: 00992
CARAT=Reservado

Antonino Marques Porto, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 08/08/2007 20:11:09 N.°: 01087
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 08/08/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIC/DPG/DRN/DAM II/DIR/DECAS
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1031
CATEG=MG

//
Promoção comercial. Brasil-
Equador. Rodada de Negócios.
Contraproposta de agenda.
//

Nr. 01087

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo e rogo instruções. A Chancelaria local apresentou contraproposta de agenda tentativa para a Rodada de Negócios e Foro Empresarial de São Paulo (20 e 21/9/07). Com relação à segunda reunião do GET/PSCI, ainda estaria realizando consultas internas para definir datas e temas a serem tratados.

A Direção-Geral de Promoção de Exportações e Investimentos da Chancelaria local, pela nota nº 35482/DGPEI/07, apresentou contraproposta da agenda tentativa do Foro Empresarial-Turístico e Rodada de Negócios Brasil-Equador, a ser realizado em São Paulo, nos dias 20 e 21 de setembro próximo. A contraproposta equatoriana difere em vários aspectos da proposta que havia sido encaminhada pela Embaixada à Chancelaria, com base nos elementos contidos no parágrafo 4 do tel de referência.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 08/08/2007 20:11:09 N.°: 01087
CARAT=Reservado

2. Segundo a proposta da Chancelaria local, os participantes equatorianos chegariam a São Paulo no dia 19 de setembro. Nesse mesmo dia, às 19:00 horas, a Embaixada do Equador ofereceria coquetel de boas-vindas. Na manhã do dia 20/9, seria realizado o Foro Empresarial, com a seguinte programação:
8:30 horas - Inscrição.
9:00 horas - Introdução por parte da FIESP.
9:30 horas - Inauguração do Encontro Empresarial por parte das autoridades equatorianas e brasileiras.
10:15 horas - Conferência sobre oferta exportável e oportunidades de investimento no Equador, pela Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos (CORPEI).
10:45 horas - Coffee break.
11:00 horas - Apresentação de experiências exitosas de empresas brasileiras no Equador (cita-se, como exemplo, a AmBev).
11:40 horas - Exposição da experiência das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras na SUFRAMA.
12:15 horas - Apresentação da FIESP sobre seus serviços e conclusão.

3. A proposta equatoriana retirou da programação do Foro a apresentação do Catálogo de Importadores Brasileiros e do Guia "Como Exportar para o Brasil". Também suprimiu a apresentação sobre biocombustíveis, que seria feita pelo lado brasileiro. A propósito, a nota não faz referência alguma a biocombustíveis e não responde à consulta formulada pela Embaixada sobre a lista de empresas equatorianas interessadas no programa de visitas às indústrias do complexo sucro-alcooleiro de São Paulo. Consultado sobre o tema, diplomata da Direção-Geral de Promoção de Exportações e Investimentos esclareceu que tanto a Chancelaria como a CORPEI consideravam muito difícil a identificação de pequenos e médios empresários equatorianos que atuem no ramo de biocombustíveis. Portanto, embora o tema seja do interesse do Equador, a Chancelaria equatoriana consideraria mais apropriado organizar evento específico sobre biocombustíveis, em outro contexto.

4. Em substituição às duas apresentações propostas pelo Brasil, a Chancelaria local incluiu duas novas apresentações, sobre experiências exitosas de empresas brasileiras no Equador e sobre PMEs na SUFRAMA. Com relação à primeira apresentação proposta pelo lado equatoriano, cumpre assinalar que as experiências mais exitosas de empresas brasileiras no Equador dizem respeito às construtoras Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht, que já estão há mais de 20 anos no país, com importantes projetos executados. Porém, não pareceria ser

esta a idéia de "experiências exitosas" contida na programação proposta pela Chancelaria local, tendo em vista que o exemplo utilizado foi da AmBev. Sobre esta empresa, porém, além do fato de seu capital não ser mais majoritariamente brasileiro, sua experiência no Equador não pareceria um bom exemplo de êxito, já que suas operações no país, segundo as últimas informações fornecidas à Embaixada, permaneceriam deficitárias (ver, a propósito, o parágrafo 2 do tel 460). Essas ponderações foram transmitidas, informalmente, ao diplomata da Direção-Geral de Promoção de Exportações e Investimentos, que se mostrou aberto a sugestões brasileiras para ocupar esse espaço.

5. Com relação à apresentação sobre PMEs da SUFRAMA, o diplomata equatoriano não soube esclarecer de onde partira a idéia. Foi-lhe ponderado que o Pólo Industrial de Manaus era integrado basicamente por grandes e médias empresas (cujo faturamento, no ano passado, totalizou US$ 24 bilhões). Portanto, se o objetivo é informar aos pequenos e médios empresários equatorianos sobre experiências com PMEs exportadoras brasileiras, talvez fosse mais apropriada uma apresentação a esse respeito por parte do SEBRAE.

6. Para a tarde do dia 20/9, após almoço livre, a Chancelaria equatoriana propõe a manutenção da Rodada de Negócios, a partir das 14:30 horas (registros a partir das 14:00 horas). Porém, paralelamente, propõe a realização de "Workshop Turístico", que também seria iniciado às 14:30 horas. Segundo explicou o mesmo diplomata equatoriano, esse "Workshop" estaria sendo organizado pelo "Fondo Mixto de Promoción Turística del Ecuador", vinculado ao Ministério do Turismo equatoriano. O evento teria duração de aproximadamente duas horas e contaria com breve apresentação sobre destinos turísticos no Equador, seguida de contatos entre as poucas operadoras turísticas equatorianas participantes (no máximo dez) e suas contrapartes brasileiras.

7. Na manhã do dia 21/9, a Chancelaria local propõe a continuação da Rodada de Negócios, das 9:00 horas ao meio-dia. Seria eliminada a Rodada de Turismo, que havia sido proposta pela Embaixada, já que os contatos entre os participantes do setor já teriam sido feitos, conforme mencionado no parágrafo anterior. Os participantes equatorianos retornariam a seu país na noite do dia 21/9.

8. Com relação à segunda reunião do Grupo Executivo de Trabalho (GET) criado pelo artigo 8 do Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 08/08/2007 20:11:09 N.°: 01087
CARAT=Reservado

o Brasil e o Equador (firmado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006), a nota da Chancelaria local informa que "se encuentra realizando consultas internas para definir los temas y fechas em que esta reunión podría realizarse".

9. Muito agradeceria receber comentários e instruções a respeito da programação proposta pela Chancelaria equatoriana.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 09/08/2007 15:32:03 N.°: 01091
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 09/08/2007 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DRN
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 848, TEL 1011
CATEG=MG

//
Equador. Financiamentos
brasileiros. Norberto
Odebrecht. Projeto Carrizal-
Chone II. Anulação do
contrato.
//

Nr. 01091

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O Ministro Ricarto Patiño anunciou que o contrato com a construtora Norberto Odebrecht para o projeto Carrizal-Chone II será anulado, diante de alegados indícios de sobrefaturamento.

Reftels 848 e 1011. O ex-Ministro de Economia e Finanças e atual Ministro do Litoral, Ricardo Patiño Aroca, anunciou que o contrato firmado com o consórcio das empresas Norberto Odebrecht e Hidalgo & Hidalgo para a construção da segunda etapa do projeto de irrigação Carrizal-Chone será anulado, por determinação do Presidente Rafael Correa. O Governo equatoriano fundamentou sua decisão nas recomendações da comissão especial de investigação criada pelo Ministro Patiño para analisar o proceso de licitação vencido pelo referido

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 09/08/2007 15:32:03 N.°: 01091
CARAT=Reservado

consórcio no ano passado, bem como os custos do projeto.

2.A comissão teria considerado que a obra, orçada em US$ 102 milhões, poderia ser executada por US$ 80 milhões, já que teria havido superfaturamento de 48% nas obras civis e de 38% nas tubulações de PVC. Segundo Patiño, a avaliação da comissão preocupa o Governo equatoriano, que "no permitirá que se contraten proyectos em toda la nación viciados de sobreprecio".

3.Patiño afirmou que o Governo equatoriano iniciará, nos próximos dias, novo processo de licitação "en condiciones de transparencia". Para que o projeto inicie com base econômica sólida, o Ministério de Economia e Finanças (MEF) e o Banco do Estado (BEDE) deverão firmar convênio de crédito no valor de US$ 50 milhões, que serão depositados em fundo especial da Corporação Financeira Nacional (CFN) e serão destinados unicamente à segunda fase do projeto Carrizal-Chone. Patiño declarou, ainda, que, com os recursos que o Governo espera economisar no novo processo de licitação para Carrizal-Chone II, poderá ser executado o projeto de múltiplo propósito de Chone, destinado ao controle de inundações dessa região de Manabí.

4.O consórcio Norberto Odebrecht - Hidalgo & Hidalgo, mediante comunicado à imprensa, lamentou a decisão do Governo equatoriano de anular o contrato para o projeto Carrizal-Chone II, cuja adjudicação ao mencionado consórcio, realizada em 26 de setembro de 2006, teria contado com o aval de entidades de controle do Estado equatoriano e teria cumprido o processo licitatório. Nesse processo, no qual concorreram seis empresas nacionais e estrangeiras, o referido consórcio ofereceu o menor preço. Por outro lado, apesar da validade do contrato, o consórcio disse que respeitará a decisão do Governo equatoriano.

5.Como se recorda, a assinatura do contrato de financiamento entre o MEF e o BEDE havia sido suspensa em função da divulgação de vídeo sobre reunião entre o Ministro Ricardo Patiño e o Presidente do Congresso, Jorge Cevallos, na qual foi mencionada a necessidade de assinatura do contrato de financiamento para o projeto (ver tel 848 e parágrafo 5 do tel 1011). Tal divulgação fez com que o projeto assumisse dimensões políticas, o que levou o Governo equatoriano a formar a comissão especial para investigar o processo de licitação conduzido durante o Governo Alfredo Palacio.

Antonino Marques Porto, Embaixador

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 09/08/2007 15:32:03 N.°: 01091
CARAT=Reservado

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 15/08/2007 20:22:19 N.°: 01114
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 15/08/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DRN
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1091
CATEG=MG

//
Equador. Financiamentos
brasileiros. Norberto
Odebrecht. Projeto Carrizal-
Chone II. Redução de custos.
Aceitação do Governo.
//

Nr. 01114

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O consórcio Norberto Odebrecht - Hidalgo & Hidalgo ofereceu-se para executar o projeto Carrizal-Chone II por US$ 84,88 milhões, proposta aceita pelo Governo equatoriano.

O consórcio conformado pelas construtoras Norberto Odebrecht e Hidalgo & Hidalgo, vencedor da licitação para a segunda etapa do projeto de irrigação Carrizal-Chone, na província de Manabí, ofereceu ao Governo equatoriano nova proposta para a execução da obra, pelo valor total de US$ 84.888.118,00. Como se recorda, o valor da proposta original do consórcio ao qual a obra havia sido adjudicada era de US$ 102 milhões. Porém, comissão especial de investigação criada pelo então Ministro de Economia e Finanças, Ricardo Patiño, considerou que o

preço era superfaturado (ver tel de referência), o que serviu de base para o anúncio de cancelamento do contrato com o consórcio Odebrecht - Hidalgo & Hidalgo e para a realização de novo processo de licitação.

2. Em nota à imprensa, o consórcio afirmou que a nova proposta foi possível com base em redução de custos de alguns dos materiais e serviços, diminuição da margem de lucro prevista no contrato e realização das obras em prazo mais curto do que o originalmente previsto. A nota afirma que o Governo equatoriano aceitou a nova proposta e o compromisso constou de ata firmada pela Corporação de Manejo Hídrico de Manabí (CRM), por representantes do Governo nacional e pelo consórcio.

3. O portal da Presidência da República do Equador divulgou nota com declarações do Presidente Rafael Correa, segundo as quais a província de Manabí economizará US$ 18 milhões na construção do projeto Carrizal-Chone II. Nas palavras de Correa, "la empresa brasileña Norberto Odebrech y otras compañías interesadas han entendido que hay otra forma de administrar los recursos públicos y por eso han decidido construir la obra con esta rebaja que será invertida en obras para la misma provincia manabita". Ainda segundo a nota da Presidencia, a intenção do Governo equatoriano ao paralisar a obra, com o risco político que isso implicava, tinha por objetivo permitir que se realizassem estudos para comprovar a existência de "irregularidades" e obter economia de recursos, a serem investidos em Manabí.

4. O atual Ministro do Litoral, Ricardo Patiño, anunciou a redução do preço do projeto em reunião realizada ontem na cidade de Portoviejo, da qual participaram prefeitos de vários municípios de Manabí. Na reunião, Patiño criticou a pressão recebida pelo Governo para que fosse firmado o contrato de financiamento pelo valor original. Em suas palavras, "a esas personas que querían que se firme un contrato por 102 millones de dólares les pregunto: cuál era el interés que realmente defendían". Patiño disse esperar que os quase US$ 18 milhões que não serão mais utilizados no projeto Carrizal-Chone II sejam aproveitados para o projeto de propósito múltiplo de Chone.

5. Patiño disse, ainda, estimar que em três semanas será firmado o convênio de crédito entre o Ministério de Economia e Finanças e o Banco do Estado (BEDE). Com relação à alegação de superfaturamento feita pela comissão especial, Patiño disse que os organismos de controle se encarregarão de julgar se houve ou não irregularidades no contrato.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 15/08/2007 20:22:19 N.°: 01114
CARAT=Reservado

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 24/08/2007 19:45:10 N.°: 01148
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 24/08/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DAM II/DOC
DESCR=ECON-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1106, TEL 547
CATEG=MG

//
Equador. Economia. Fundos
petroleiros. Utilização.
//

Nr. 01148

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Comento a utilização do Fundo de Economia e Contingência e do FEISEH pelo Governo equatoriano.

Até julho deste ano, o Governo equatoriano já havia emitido mais de dez decretos de emergência, para apoiar setores como educação, saúde, eletricidade, infra-estrutura viária, agricultura, sistema penitenciário, distribuição de combustíveis e GLP, entre outros. Todos esses decretos permitiram a utilização de recursos do Fundo de Economia e Contingência (FAC), alimentado com recursos provenientes da produção petrolífera do país. Segundo o Ministério de Economia e Finanças (MEF), os decretos de emergência publicados até julho último autorizam a utilização de US$ 528,4 milhões do FAC. Até julho, porém, haviam sido transferidos US$ 234,7 milhões desse fundo. O FAC recebeu, até julho, US$ 405,2 milhões em novos recursos, e seu saldo,

em 31/7/07, era de US$ 582,1 milhões.

2. A utilização de decretos de emergência para permitir o acesso aos recursos do FAC tem sido questionada pela oposição ao Governo de Rafael Correa. O Deputado Diego Ordóñez, da UDC, afirma que a Constituição equatoriana permite apenas a declaração de emergência "quando existem problemas nos espaços físicos do território nacional, e não por setores, como tem feito o Governo". Ordóñez apresentou proposta no Congresso equatoriano para avaliar os fundamentos constitucionais dos decretos de emergência firmados pelo Presidente Correa. Caso os decretos sejam considerados inconstitucionais, Ordóñez buscará formas de revogá-los.

3. Com relação ao Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH), criado no ano passado e regulamentado no início deste ano, o MEF espera que o Fundo receba receitas da ordem de US$ 1,49 bilhão este ano e finalize 2007 com saldo de US$ 650 milhões (em 31/12/06, o saldo do FEISEH era de US$ 700 milhões). Até julho último, teriam sido utilizados US$ 786,8 milhões do FEISEH, dos quais os principais gastos referem-se à compensação ao Estado equatoriano pelos tributos que deixou de perceber a partir da declaração de caducidade do contrato da Occidental Petroleum (Oxy), às transferências para a Conta Especial de Reativação Produtiva e Social (CEREPS) e aos gastos correntes com as operações da PETROECUADOR no Bloco 15 e demais campos que, até abril de 2006, eram operados pela Oxy. Como se recorda, o FEISEH foi criado justamente para receber os recursos provenientes da produção do Bloco 15 e demais campos que eram operados pela Oxy.

4. Em julho último, foram aprovados quatro projetos de apoio à PETROECUADOR, no valor total de US$ 358,5 milhões, com recursos do FEISEH. Os projetos visam a adquirir novos dutos para a estatal, em substituição a dutos antigos que têm causado vazamentos e danos ambientais (US$ 91,3 milhões), a compra de geradores elétricos (US$ 81,2 milhões), o financiamento de terminal de armazenamento de GLP da PETROCOMERCIAL (US$ 15 milhões) e a reabilitação da refinaria de Esmeraldas (US$ 171 milhões).

5. O Comitê Técnico do FEISEH também aprovou a realização de estudos técnicos para quatro projetos hidrelétricos a serem financiados com recursos do Fundo. Trata-se dos projetos Coca-Codo-Sinclair (ver tel 630), Sopladora (ver tel 516), Ocaña e Minas, que somariam potência instalada de 2.175 MW, ou 63,9% da demanda atual de energia elétrica no Equador. Somente o projeto Coca-Codo-Sinclair teria capacidade

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 24/08/2007 19:45:10 N.°: 01148
CARAT=Reservado

instalada de 1.500 MW e demandaria investimentos da ordem de US$ 1,59 bilhão. Esses projetos, no entanto, deverão seguir processos regulares de contratação pública, mediante licitação, e dificilmente receberão recursos do FEISEH ainda este ano. Outro projeto que deverá receber recursos do FEISEH é o Projeto Hidrelétrico Toachi-Pilatón, adjudicado à Construtora Norberto Odebrecht (ver tel 1011).

6. Segundo informações de imprensa, o MEF teria autorizado a transferência de US$ 30 milhões do FEISEH para a Corporação Financeira Nacional (CFN), recursos que serão destinados à concessão de microcréditos para pequenos produtores, por intermédio de um fideicomisso. Também seriam transferidos, proximamente, outros US$ 30 milhões do FEISEH para o Banco Nacional de Fomento (BNF), por intermédio de um fideicomisso, com o mesmo propósito de concessão de microcréditos.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 07/11/2007 21:37:48 N.°: 01447
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 07/11/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DECAS/DOC/DAM II
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Financiamentos
brasileiros. Norberto
Odebrecht. Hidrelétrica San
Francisco. Aquisição das ações
da empresa brasileira.
//

Nr. 01447

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O Fundo de Solidariedade concluiu o processo de aquisição das ações da Norberto Odebrecht na Hidrelétrica San Francisco.

O Fundo de Solidariedade (órgão público que controla as empresas elétricas e de telecomunicações do Equador), por intermédio da empresa estatal Hidroagoyán, concluiu ontem, dia 6/11, o processo de aquisição das ações da Construtora Norberto Odebrecht na Central Hidrelétrica San Francisco, que passou a ser 100% estatal. A Odebrecht, que construiu a obra, com financiamento do BNDES, possuía 20% das ações da empresa Hidropastaza, subsidiária da Hidroagoyán e responsável pela operação da central hidrelétrica.

2. A empresa Hidropastaza foi constituída com capital de

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 07/11/2007 21:37:48 N.°: 01447
CARAT=Reservado

US$ 120 milhões, dos quais US$ 25 milhões correspondiam à Odebrecht e o restante, à estatal Hidroagoyán. Esse investimento cobriu parte dos custos de construção da hidrelétrica, que iniciou seu funcionamento em maio último (ver tel 665), embora a inauguração oficial tenha ocorrido em 20/6/07 (ver tel 883). Segundo o Gerente do Fundo de Solidariedade, Jorge Glas, a aquisição das ações da Odebrecht foi realizada por quotas, a última das quais, no valor de US$ 2,84 milhões, foi saldada ontem.

3. O Diretor-Geral da Odebrecht no Equador, Fabio Gandolfo, informou que esse cronograma de aquisições das ações da empresa brasileira estava previsto no contrato e que a primeira parcela foi adquirida logo após o início da operação da central, em maio último. Gandolfo considerou um sinal positivo que o Governo equatoriano tenha cumprido integral e pontualmente com o cronograma previsto.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 10/10/2007 15:46:51 N.°: 01344
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 10/10/2007 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II
DESCR=EFIN-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Toachi-Pilatón.
Assinatura de convênio com o
FEISEH.
//

Nr. 01344

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Foi firmado contrato de concessão entre o CONELEC e a Hidrotoapi S.A., bem como convênio de financiamento para o projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, com recursos do FEISEH.

Na segunda-feira, dia 8/10, o Diretor Executivo do Conselho Nacional de Eletricidade (CONELEC), Fernando Izquierdo, firmou contrato de concessão do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón com Byron Granda, gerente da empresa Hidrotoapi S.A., criada pelo Conselho Provincial de Pichincha em 2005 para executar a obra. O Ministro de Eletricidade e Energia Renovável, Alecksey Mosquera, e o Prefeito de Pichincha, Gustavo Baroja, firmaram o contrato de concessão como testemunhas de honra.

2. Como se recorda, o projeto foi adjudicado pela Hidrotoapi S.A., em julho último, à construtora Norberto

Odebrecht, única ofertante em processo de licitação na modalidade de "Swiss challenge" (ver tel 1011). A Odebrecht será responsável pela construção da obra (em parceria com a Andrade Gutierrez), ao passo que a argentina IMPSA fornecerá as duas turbinas. Originalmente, o projeto tinha prevista a capacidade instalada de 190 MW. Após negociação entre a Odebrecht e o Governo equatoriano, a capacidade foi elevada para 228 MW, com a manutenção dos mesmos custos (ver parágrafo 4 do tel 763). Os custos da obra e equipamentos são de US$ 366 milhões, mas o custo total do projeto é estimado em US$ 452 milhões.

3. Mesmo com o aumento da potência instalada, o custo da energia gerada pelo projeto será elevado (cerca de US$ 1.600 por KW, ou duas vezes o custo da energia a ser produzida pela futura hidrelétrica Coca-Codo-Sinclair). Porém, a vantagem do projeto seria sua localização, a 80 km ao Sudoeste de Quito, do lado ocidental da Cordilheira dos Andes. Toachi-Pilatón, portanto, complementaria a geração da central Paute, a maior hidrelétrica equatoriana: enquanto esta, no período de dezembro a maio, reduz sua produção hidrelétrica, em razão da estiagem no lado oriental da Cordilheira, Toachi-Pilatón estará em sua melhor época de produção elétrica.

4. O projeto, segundo declarações do Governo equatoriano, deverá ser financiado integralmente com recursos do Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH). Foi descartada a participação de US$ 72 milhões das empresas privadas, que passariam a ser acionistas da Hidrotoapi S.A. Com a decisão do Governo equatoriano, a Hidrotoapi S.A. continuará a ter, como único acionista, o Conselho Provincial de Pichincha.

5. Também estaria descartado, em princípio, o financiamento de US$ 230 milhões do BNDES, já aprovado pelo COFIG. A Odebrecht, porém, ainda não assinou o contrato para a construção da obra, razão pela qual ainda não disporia de elementos para confirmar se, de fato, a totalidade do projeto será financiado pelo FEISEH. Segundo nota à imprensa divulgada no sítio Web da Presidência da República, o FEISEH outorgaria financiamento com capitalização direta no valor de 20% do projeto, ao passo que os demais 80% seriam financiados, também pelo FEISEH, como crédito à Hidrotoapi S.A.

6. Na manhã de hoje, em cerimônia na Praça da República, em Quito, que contou com a presença do Presidente Rafael Correa e de vários ministros, foi firmado convênio de

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 10/10/2007 15:46:51 N.°: 01344
CARAT=Reservado

financiamento entre o Governo central e o Governo provincial de Pichincha. De acordo com informações de imprensa, o convênio prevê transferência de US$ 320 milhões em recursos do FEISEH, outorgados pelo CONELEC. Não fica claro como seria financiado o restante da obra.

7. A obra deverá iniciar-se dentro de dois a três meses, uma vez obtidos os pareceres favoráveis dos órgãos de controle e firmado o contrato. As duas turbinas iniciariam seu funcionamento em 2011.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a.i.

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 14/12/2005 19:30:00 N.°: 01429
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 14/12/2005 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
REF/ADIT=TEL 1414
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Toachi-
Pilatón. Disputa Odebrecht-
IMPSA. Assinatura de Memorando
de Associação.
//

Nr. 01429

RESUMO=
Comento. Intervenção de altas autoridades foi fundamental para retirar empresa argentina IMPSA de postura intransigente e contrária à proposta da Odebrecht e para possibilitar assinatura de "Memorando de Intenção de Associação" sobre a construção da Hidrelétrica de Toachi-Pilatón. Odebrecht satisfeita com resultado das gestões e confiante em poder desenvolver projeto conforme...

...planejado.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditel 1414 e reftel 3026 de Brasemb Buenos Aires, que muito agradeço. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo desfecho positivo, à margem da XXIX Cúpula do Mercosul, da disputa Odebrecht-IMPSA quanto à construção, no Equador, da hidrelétrica de Toachi-Pilatón. A assinatura do "Memorando de Intenção de Associação", embora não encerre totalmente a questão, constitui passo fundamental para o entendimento entre as duas empresas e a conseqüente execução conjunta da obra. Estou seguro de que a flexibilização na postura da IMPSA e a aceitação, por parte da empresa argentina, da proposta de texto elaborado pela Odebrecht não teriam sido possíveis sem a intervenção decidida de Vossa Excelência e dos Presidentes Lula e Kirchner. Agradeço igualmente à atenta e eficiente participação do Embaixador em Buenos Aires.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 14/12/2005 19:30:00 N.°: 01429
CARAT=Reservado

2.O Diretor da Odebrecht em Quito antecipou-me, ainda no final de semana, sua satisfação com o resultado das negociações e a gratidão da empresa pelo empenho de Vossa Excelência e desta Embaixada. Mostrou-se confiante em cumprir o artigo primeiro do Memorando, que prevê chegar, em sessenta dias, a uma associação com a IMPSA para participação, como primeiro ofertante em "swiss challenge", do processo de seleção de sócio estratégico da empresa estatal montada para construção da hidrelétrica.

3.Venho mantendo o Vice-Chanceler equatoriano informado da evolução do tema. Diego Ribadeneira, que agora demonstra maior otimismo, tem estado, juntamente comigo e com o Embaixador da Argentina, sempre disposto a elaborar fórmulas construtivas para a atuação conjunta Odebrecht-IMPSA.

4.Transmito, por fax, cópia do documento assinado em Montevidéu.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 22/11/2005 16:58:00 N.°: 01356
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 22/11/2005 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPLP/DAM II
DESCR=KDAC
REF/ADIT=CIT 56743
CATEG=MG

//
Instituto Brasileiro-
Equatoriano de Cultura (IBEC).
Conv. de Subvenção Social.
Necessidade de ren. e mod.
Avaliação de atividades.
//

Nr. 01356

RESUMO=
Cumpro instruções. Comento sobre as atividades do Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC) nos últimos cinco anos. Faço sugestões.

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI.

Refcirctel. 56743.
O Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC), com sede em Quito, sucedeu, a partir de 25 de setembro de 1996, o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), cuja inauguração data de 15 de novembro de 1962. Em resposta à crescente demanda interna pelo aprendizado do português, tem-se dedicado especialmente ao ensino e à difusão do idioma. O aumento de quase cem por cento, nos últimos cinco anos, nas matrículas para os diversos cursos (básico, médio e avançado), obrigou o IBEC a reformular-se. Contando com o constante apoio de Vossa Excelência, o Instituto recebeu aumentos anuais de verba, que serviu tanto para melhorar as condições salariais dos professores, quanto para contratar novos profissionais. Houve também necessidade de aluguel de sala extra, nas proximidades do Instituto, para abrigar novos alunos.
2.Cabe observar que esses dois fatos, ou seja, falta de espaço e necessidade de maior número de professores qualificados, serão, no curto e médio prazos, dois problemas com que o IBEC terá que se defrontar. Quanto ao primeiro, haverá necessidade de (a) ampliar as instalações atuais, ou, (b) alugar ou adquirir nova sede. A primeira alternativa traz

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 22/11/2005 16:58:00 N.°: 01356
CARAT=Reservado

o inconveniente de ser o imóvel atual alugado, cabendo questionar até que ponto valeria a pena reformá-lo. A segunda hipótese parece ser a mais interessante e prática, mas acarretaria dispêndio volumoso de recursos. Quanto ao recrutamento de professores qualificados, trata-se, aliás, de um problema quase incontornável nas atuais circunstâncias, em vista da dificuldade de encontrar mão-de- obra no mercado local. Uma saída para esse dilema poderá ser encontrada em convênios pontuais com Universidades brasileiras. Essa modalidade vem sendo estudada e, segundo a direção do IBEC, seria factível. Caberia intensificar os contatos no próximo ano a fim de garantir que esses convênios sejam firmados no curto prazo, se possível com o apoio da SERE.

3.As atividades do Instituto, sejam elas pedagógicas ou culturais, beneficiam-se da enorme receptividade que o Brasil tem neste país. O atendimento da expectativa da população local a respeito de informações e atividades que divulguem nossos costumes, tradições, cultura, etc, depende, no entanto, do aumento, na mesma proporção, da capacidade estrutural e institucional da entidade, bem como da metodologia a ser utilizada para exploração desse amplo potencial de difusão cultural em todo o país. Assim, caberá ao Instituto, nos próximos anos, ampliar e aprofundar seu escopo de atuação, prestigiando outras áreas além da vertente pedagógica. Esforço de muito maior envergadura deverá empreender o Instituto na área cultural, com demanda dinâmica, crescente e amplamente insatisfeita diante das poucas iniciativas do IBEC nos últimos anos.

4. Como dito anteriormente, os esforços nos últimos cinco anos estiveram pautados pela realização de eventos de natureza pedagógica e, subsidiariamente, de cunho cultural. Essas iniciativas deram-se internamente ou em colaboração com entidades como a União Latina (Concurso Diálogo Latino, Curso para Alunos da Academia Diplomática del Ecuador e Curso de Português para funcionários dos Museus de Quito); a Câmara de Turismo de Quito (Cursos de português para guias e funcionários de agências de turismo); e entidades brasileiras como o Banco Itaú, Itaú Cultural e o Serviço Social do Comércio - SESC (material cultural e perspectivas de programação cultural conjunta). Buscaram, preferencialmente, o aperfeiçoamento de seus professores e a melhor orientação de seus alunos. Seja em aula ou em atividades que reúnem, em sua sede, professores, alunos e seus familiares, procurou-se proporcionar a todos um íntimo convívio com a cultura e a realidade brasileiras. Nesse sentido, e em colaboração com a Embaixada, foi possível promover atividades como adaptação de curtas peças teatrais de autor brasileiro, encontros literários e apresentação de instantes de música brasileira ao vivo. As já tradicionais feijoadas brasileiras, realizadas

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 22/11/2005 16:58:00 N.°: 01356
CARAT=Reservado

desde março de 2000, e sempre no último sábado de cada mês, constituem oportunidade para reunir boa parte da colônia brasileira de Quito, atraindo também às dependências do Instituto personalidades do mundo acadêmico e artístico, além de formadores de opinião deste país.

5.Em vista do exposto, sugiro a Vossa Excelência o atendimento, s.m.j., da solicitação enviada pelo Diretor do IBEC, através do Convênio de Subvenção para o ano de 2006, no sentido de aumento do montante a ser destinado pela SERE para as atividades do Instituto. Tal aporte de recursos será utilizado em benefício do incremento das atividades culturais, tal como previsto no referido Convênio.

6.Não posso deixar de reiterar a evidente necessidade de renovação e modernização dos métodos de trabalho e de reestruturação das atividades culturais do Instituto. Eventos de amplo alcance na área cultural são realizados pela Embaixada, quando, na hipótese de uma Administração dinâmica, moderna e empreendedora, poderiam ser promovidos (com muito maior repercussão) pelo IBEC.

7.Estou convencido de que, com visão inovadora, o Instituto poderia desempenhar importante papel de propulsor de atividades culturais, nas áreas de cinema (exibição de DVD´s uma ou duas vezes por semana), bailes com música brasileira, cursos de dança, reuniões de músicos locais interessados em tocar música brasileira durante as feijoadas já existentes no último sábado de cada mês.

8.Além dessas atividades mais rotineiras, um IBEC renovado e dinamizado poderia ser um relevante parceiro do Setor Cultural da Embaixada em eventos que já produzimos graças ao importante aporte que empresas como a Odebrecht e a Petrobrás nos concedem, que se soma ao apoio inestimável do Departamento Cultural. Em síntese, o IBEC supre a demanda crescente por cursos de Português, mas não atende às aspirações culturais de uma comunidade local que valoriza o Brasil e suas expressões nos campos do cinema, da música, da pintura, e outras manifestações de nossa cultura.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho, Embaixador

ASB

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/11/2007 21:36:02 N.°: 01512
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/11/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DNS/DOC/DIC
DESCR=XFEI-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=DET 553, TEL 1278
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Eixo Manta-
Manaus. Feira Exponáutica,
Naviera y Portuaria. Relato.
//

Nr. 01512

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Participei da inauguração da Feira "Exponáutica, Naviera y Portuária" (Manta, 21/11/07). Na ocasião, o Ministro Ricardo Patiño ressaltou a importância do Eixo Multimodal Manta-Manaus.

Rogo retransmitir ao EREMA.

Na noite de quarta-feira, dia 21/11, participei da inauguração, em Manta, da Feira "Exponáutica, Naviera y Portuária", com a presença do Ministro do Litoral, Ricardo Patiño, do Vice-Ministro de Comércio Exterior da Chancelaria local, Antonio Ruales, da Presidente da Autoridade Portuária de Manta, Lucía de Genna, além de representantes do corpo diplomático e empresários. Participaram da feira 40 expositores, entre os quais a Construtora Norberto Odebrecht,

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/11/2007 21:36:02 N.°: 01512
CARAT=Reservado

cujo estande divulgou as atividades da empresa durante seus 20 anos no Equador, e o Grupo Napo Providência, que realiza transporte entre o Equador e o Brasil pelos rios Napo e Amazonas.

2. Na cerimônia de inauguração, o Ministro Patiño enfatizou a importância do projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus. Transcrevo, a seguir, os trechos de seu discurso relacionados com o projeto:

"Hoy estamos empezando a construir ese sueño de la integración, de la complementación económica de la región, que nos permitiría mejorar los niveles de la vida de la población y alcanzar un desarrollo equilibrado y armónico. Prueba de que la integración es ya una realidad, es esta feria, que busca afianzar el intercambio comercial, industrial y turístico de nuestro país con América Latina y con el mundo.

"El puerto de Manta es un pieza clave en este desarrollo y en esta integración. Porque el eje Manta-Manaos-Belén será, sin lugar a dudas, la ruta de integración intercontinental para el Siglo XXI. Se trata de unir dos grandes mercados: el de la Cuenca del Pacífico (países asiáticos, americanos de la costa del pacífico), y el mercado de la Cuenca Amazónica, que es el más grande de Sudamérica, pues a este acceden Venezuela, Colombia, Ecuador, Brasil, Perú y Bolivia.

"Es fundamental dimensionar los alcances históricos de este proyecto de interconexión terrestre, fluvial y aérea; de vital importancia para el futuro de la integración regional en Sudamérica, y que será fuente de nuevas inversiones y proyectos de desarrollo productivo. Esta conexión permitirá a Ecuador iniciar un callejón logístico que conecte la Costa (a través de Manta), la Sierra y el Oriente, en forma directa, y obviamente conectarse con la Amazonía y la costa Atlántica en Sudamérica.

"Consciente del papel histórico que el puerto de Manta juega en el panorama actual de integración latinoamericana, el Gobierno Nacional ha invertido un presupuesto de 1500 millones de dólares en su desarrollo. No olvidemos que la ruta mas corta, entre el Pacífico y Asia, es el Puerto de Manta; y asimismo la ruta más corta entre el Pacífico y Atlántico a través del Amazonas, es Manta. Será entonces la alternativa al comercio desde el Asia, que actualmente se realiza por Panamá, con destino a la costa Atlántica de Sudamérica. La vía ecuatoriana ahorraría entre 15 y 20 días, entre Asia y el Atlántico en Sudamérica.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 26/11/2007 21:36:02 N.°: 01512
CARAT=Reservado

"Sigamos adelante en la construcción de este sueño. Mejor dicho: en la construcción de esta nueva realidad."

3. Na quinta-feira, dia 22, vários conferencistas também discorreram sobre o projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus. Segundo pude apurar, o Ministro Patiño não tinha conhecimento prévio sobre o projeto, tendo recebido longas explicações sobre o tema por parte da Autoridade Portuária de Manta.

4. A julgar pelo expressivo público presente, a feira foi muito bem-sucedida. Conviria examinar a possibilidade de que, em sua próxima edição, o Brasil tenha presença mais destacada no evento, eventualmente com estande institucional, se possível, da SUFRAMA.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 19/12/2005 19:29:00 N.°: 01449
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 19/12/2005 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS/DOC/DAM II/DAM I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MG

//
Brasil-Equador. Toachi-
Pilatón. Disputa Odebrecht-
IMPSA. Assinatura de Memorando
de Associação. Carta ao
Presidente Palacio.
//

Nr. 01449

RESUMO=
Informo. Transmite teor de carta enviada ao Presidente Palacio acerca do Memorando de Intenção de Associação assinado entre a Odebrecht e a IMPSA, para a construção da hidrelétrica de Toachi Pilatón.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi.

Aditels sobre o assunto. Transcrevo a seguir carta que o Chefe do Posto encaminhou em 16 de dezembro ao Presidente da República Alfredo Palacio, acerca da assinatura, em Montevidéu, de Memorando de Intenção de Associação entre as empresas Odebrecht e IMPSA, para a construção da hidrelétrica de Toachi Pilatón. Carta de igual conteúdo foi também remetida a Ramiro González, Governador da Província de Pichincha e Presidente da Hidrotoapi, concessionária do projeto.

"Señor Presidente,
Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia para informar que, en el marco del interés de los Gobiernos brasileño y argentino por participar en la estructuración financiera del Proyecto Hidroeléctrico Toachi-Pilatón, las gestiones diplomáticas de los Ministerios de Relaciones Exteriores de Brasil y Argentina han culminado, el pasado 8 de diciembre, en Montevideo, Uruguay, con la suscripción de un Memorándum de Intención de Asociación, en ceremonia que contó con la presencia de los Presidentes Luiz Inácio Lula da

Silva y Nestor Kirchner.

En el referido Memorándum se definen a las siguientes empresas que, en asociación, apoyarán la estructuración de la Concesión del Proyecto Hidroeléctrico Toachi-Pilatón: Industrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.I.C.F. IMPSA, por el lado Argentino, con la responsabilidad de suministro de los equipos electromecánicos; y Constructora Norberto Odebrecht S.A., por el lado brasileño, responsable de la ingeniería y de las obras civiles, en su calidad de exportador de bienes y servicios brasileños. Las empresas se presentarán en Asociación, como primer oferente dentro del proceso de "Swiss Challenge", para la selección como socio estratégico de HIDROTOAPI S.A.

Adjunto, me permito enviarle copia del Memorándum de Intención de Asociación suscrito en Montevideo, con la presencia de los Presidentes de la República Federativa de Brasil y de la República Argentina.

Espero que este anhelo de desarrollo eléctrico emprendido por el Gobierno Provincial de Pichincha, con el apoyo del Gobierno Nacional, se sienta apoyado por la decisión que se expresa en esta carta.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta consideración.

Sérgio de Abreu e Lima Florêncio,
Embajador de la República Federativa de Brasil"

Alexandre da Silva Barbedo, Encarregado de Negócios, a.i.

LLGNF

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2007 19:31:01 N.°: 01526
CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/11/2007 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DOC/DAM III
DESCR=EFIN-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1344
CATEG=MG

//
Equador. Toachi-Pilatón.
Questionamentos do Colégio
de Engenheiros.
//

Nr. 01526

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. A decisão do Governo equatoriano de financiar, com recursos do FEISEH, o projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón e de manter a Odebrecht como construtora está sendo questionada pelo Colégio de Engenheiros Civis de Pichincha. A estatal Hidrotoapi, porém, descarta a realização de nova licitação, e o contrato com a Odebrecht deverá ser firmado proximamente.

A decisão do Governo equatoriano de financiar, com recursos do Fundo Equatoriano para Investimento nos Setores Elétrico e de Hidrocarbonetos (FEISEH), o projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, adotada em outubro último (ver tel de referência), está sendo questionada pelo Colégio de Engenheiros Civis de Pichincha. Essa entidade teria entregado carta ao Prefeito de Pichincha, Gustavo Baroja, pedindo explicações sobre a

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2007 19:31:01 N.°: 01526
CARAT=Reservado

mudança da forma de financiamento do projeto e a manutenção da construtora Norberto Odebrecht como concessionária da obra.

2. Como se recorda, a Odebrecht venceu processo de licitação internacional, na modalidade "Swiss challenge", com proposta que previa financiamento de US$ 230 milhões do BNDES. Pela proposta original, a Odebrecht participaria não apenas como construtora da obra, mas também como investidora no capital acionário da estatal Hidrotoapi S.A. (teria 33% do capital), criada pelo Conselho Provincial de Pichincha em 2005 para executar a obra. Com a decisão do Governo equatoriano, não mais seria utilizado o financiamento do BNDES e a Odebrecht atuaria unicamente como construtora da obra, sem participar do capital da Hidrotoapi.

3. Segundo o Presidente da Comissão de Interesse Nacional do Colégio de Engenheiros de Pichincha, Hermes Flores, a decisão do Governo equatoriano modificaria a proposta da Odebrecht e, portanto, deveria deixar sem efeito o processo de licitação vencido pela empresa brasileira. O Colégio de Engenheiros de Pichincha também teria pedido esclarecimentos ao Prefeito Baroja sobre o custo da obra, com relação ao qual foram mencionados distintos valores. Pediu a Baroja, ademais, o documento da proposta final da Odebrecht, após a negociação que incrementou a potência instalada do projeto, de 190 MW para 228 MW, bem como as justificativas técnicas e análises de preços unitários da proposta que foi aceita pela Hidrotoapi.

4. O Gerente-Geral da Hidrotoapi, Byron Granda, confirmou que o Diretório da estatal já aprovou a proposta segundo a qual a Odebrecht se encarregará da construção da obra, já que foi selecionada em julho, quando ainda estava em vigência a convocatória sob a modalidade "Swiss challenge". Garanda esclareceu que o Diretório da Hidrotoapi decidiu manter a Odebrecht como construtora, e não como investidora. Descartou a hipótese aventada pelo Colégio de Engenheiros Civis de realização de novo processo de licitação para a obra.

5. Segundo Granda, o custo da obra será de US$ 366 milhões, conforme a proposta originalmente apresentada pela construtora brasileira. Ainda segundo Granda, uma vez conseguido o relatório da Procuradoria-Geral do Estado, será iniciado o estudo de impacto ambiental e, possivelmente em três meses, a obra seria iniciada. Granda afirmou que o Colégio de Engenheiros Civis não dispõe da informação completa sobre o projeto e que a Hidrotoapi estaria à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

De: BRASEMB QUITO Recebido em: 29/11/2007 19:31:01 N.°: 01526
CARAT=Reservado

6. Segundo o Diretor-Geral da Odebrecht no Equador, Fabio Gandolfo, o Prefeito Baroja já estaria respondendo ao Colégio de Engenheiros Civis com os esclarecimentos necessários. Para Gandolfo, o questionamento do Colégio de Engenheiros Civis não é "técnico", mas sim influenciado por construtoras equatorianas interessadas no projeto. Galdolfo informou que a Procuradoria-Geral do Estado já teria aprovado o contrato entre a Hidrotoapi e a Odebrecht, que deverá ser assinado nos próximos dias. Estima, porém, que a obtenção da licença ambiental poderá levar vários meses.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB RIADE Recebido em: 21/12/2004 12:23:00 N.°: 00647
CARAT=Reservado

De Brasemb Riade para Exteriores em 21/12/2004 (JCS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DOM II/G
DESCR=XPRO-BRAS-ARAB
REF/ADIT=TEL 620, TEL 643
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Arábia Saudita. Visita do
SenhorMinistro de Estado.
Missão Empresarial.
//

Nr. 00647

Refmeustels 620 e 643. Muito agradeço as informações que me foram antecipadas, por meio eletrônico, sobre a composição da Delegação e Missão Empresariais e a programação tentativa para as mesmas, em Riade.
Sobre a matéria, permito-me fazer as seguintes observações, de caráter preliminar:
a. ainda que não tenha feito contactos com o Conselho Saudita das Câmaras Sauditas de Comércio e Indústria e com a Câmara de Comércio e Indústria de Riade (o Presidente do Conselho é também Presidente da Câmara de Riade), acredito que o Seminário "Brasil-Arábia Saudita: Oportunidades de Comérico e Investimento" pode ser realizado nas instalações da Câmara de Comércio e Indústria de Riade; suponho também, como aconteceu na última missão recebida nesta capital e chefiada pelo Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, que a Câmara oferecerá, em suas próprias instalações, almoço para as autoridades e empresários visitantes (o Senhor Ministro de Estado possivelmente não poderá comparecer a tal almoço, caso haja, na Chancelaria saudita, reunião com o Príncipe Saud Al-Faisal, seguida igualmente de almoço);
b. quanto ao "Business Networking" (do qual não participarão firmas como a EMBRAER, AVIBRÁS, Volkswagen, General Motors, Fiat, Ford, Marcopolo, Busscar, CVRD, SAMARCO, Companhia Brasileira de Alumínio, Construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Correa, SADIA, Grupo Pão de Açúcar, EMBRAPA, Companhia Brasileira de Cartuchos, Marítima Petróleo e

Engenharia Ltda., PROCOMP, VESTA, UNISYS e MÓDULO SECURITY), a Câmara de Comércio e Indústria de Riade não tem local especial para tanto e seria aconselhável, como em outras vezes, que se alugasse sala em hotel da cidade; o Hotel Intercontinental, por exemplo, cede salão com móveis, sem qualquer custo adicional (o consumo de refrescos, café, biscoitos, sanduíches, etc. seria cobrado), desde que os integrante da missão se hospedem no Hotel, ponto para o qual me permito solicitar a atenção de Vossa Excelência;

c. no tocante às empresas especificamente citadas na alínea precedente, como para Associações de Classe, especialmente a ABEF e ABIEC, seria preciso montar programa individualizado de visitas (mas não de contactos do genero "balcão de negócios");

d. a programação para algumas empresas, como fabricantes de veículos e ônibus, e construtoras, é delicado, uma vez que competem pelos mesmos importadores, privados ou públicos; seria útil, na minha opinião, não ampliar muito a lista de tais empresas, para evitar suscetibilidades (por exemplo, na venda de ônibus atuam neste país a MARCOPOLO, COMIL, VOLKSWAGEN e MERCEDES-BENZ; por conseguinte, incluir outras empresas na mesma área pode gerar problemas de comercialização indesejáveis);

e. sobre a lista de convidados, talvez fosse o caso de incluir-se também o nome do Doutor Paulo Sérgio Atallah, Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira;

f. relativamente ao interesse da AVIBRÁS, por entrevistas com o Príncipe Herdeiro e com o Ministro da Defesa e da Aviação, manifesto-me contrário às mesmas, inclusive em termos de precedente; recorde-se ademais que a EMBRAER, que está negociando com a SAUDIA a venda de aviões a este país, poderia também querer entrevista com o Ministro da Defesa e da Aviação; não há ademais, como no passado, mecanismo de cooperação entre o Brasil e a Arábia Saudita na área militar, uma vez que expirou o Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar, assinado em 9 de outubro de 1984;

g. em vista da amplitude da delegação e missão empresariais que se pretende montar, seria de grande interesse que Vossa Excelência pudesse estender a visita a Riade para permitir incluir também, na programação, visitas ao Ministro da Defesa e da Aviação e Segundo Vice-Premier deste país, Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz, para entregar-lhe, por exemplo, mensagem do Senhor Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa com convite para visitar o Brasil; neste contexto, poder-se-ia tentar negociar a inclusão na visita dos representantes da AVIBRÁS e da EMBRAER (os sauditas, nas audiência com os líderes deste país, gostam de limitar o número de personalidades que acompanham a autoridade visitante); de igual modo, e considerando o número de

De: BRASEMB RIADE Recebido em: 21/12/2004 12:23:00 N.°: 00647
CARAT=Reservado

representantes de confederações de indústria e de associações de classe que deverão acompanhar Vossa Excelência, talvez fosse o caso de uma visita de cortesia de Vossa Excelência ao Ministro do Comércio e da Indústria, Doutor Hashim Bin Abdullah Bin Hashim Al-Yamani; tenho dúvida, porém, se tais visitas são viáveis, caso se confirme a intenção de Vossa Excelência de partir de Riade, ainda no dia 20 de fevereiro;
h. com relação à partida dos empresários para a Cidade do Coveite, no dia 21 de fevereiro, seria bom recordar que as opções são razoavelmente limitadas, tendo em vista que é preciso estar no aeroporto, com, pelo menos, duas horas de atencedência (do centro da cidade ao aeroporto leva-se, de carro, cerca de 25 minutos): a SAUDIA tem um voo direto que parte às 13.35 horas e chega à Cidade do Coveite às 14.45 horas; tem ademais um segundo voo, com conexão em Dammam, e partindo de Riade às 16.30 horas e chegada ao Coveite às 19.35 horas; a QATARI AIRWAYS tem voo com partida de Riade às 17.35 e conexão em Doha, com chegada ao Coveite às 21.30 horas.
2. Estou remetendo por fax, dirigido à DOC, mas com distribuição igualmente para a DOM-II e o G, o formulário de registro de participantes no Forum Econômico Internacional de Jeddah e as instruções para obtenção de visto.

LUIZ SERGIO GAMA FIGUEIRA, Embaixador

LSGF

De: BRASEMB ROMA Recebido em: 28/11/2007 18:55:48 N.°: 01333
CARAT=Reservado

De Brasemb Roma para Exteriores em 28/11/2007 (MCS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DIC/DE I
DESCR=ECON-ITAL-BRAS
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Itália-Brasil. Investimentos
diretos. Impregilo. Concessão
de auto-estradas.
//

Nr. 01333

RESUMO=
Informo. A Impregilo, empresa italiana, anuncia que deverá adjudicar a concessão de mais 400 quilometros de auto-estradas no Estado do Paraná, levando a Ecorodovias (controlada brasileira) a superar a marca de 1.400 quilometros de concessões no Brasil.

O Presidente do grupo italiano Impregilo, Massimo Ponzellini, e o Diretor-executivo, Alberto Rubegni, anunciaram recentemente que pretendem adjudicar a exploração de cerca de 400 quilometros de auto-estradas no Paraná através da empresa brasileira Ecorodovias, uma das sociedades controladas pela holding italiana, empresa-líder nos setores de engenharia e construção.

2. A operação, segundo foi possível apurar, envolverá a aquisição de 100% do capital da Rodovia das Cataratas S.A., que explora, através de concessão pública, desde dezembro de 1997, os cerca de 400 quilometros da BR 277 (tendo sido vencedora da concorrência pública para administrar o Lote 03 do Anel de Integração do Paraná). A estrada, conhecida como "Rodovia das Cataratas" liga Guarapuava a Foz do Iguaçu. O

negócio, antes de ser concluído, ainda deverá obter o "placet" das autoridades estaduais. A Rodovia das Cataratas S.A. tem como acionistas as empresas Civilia Engenharia Ltda., Roplano S/A e Momento Engenharia de Construção Ltda.

3. Por sua vez, a Impregilo possui e gerencia obras de infra-estrutura, sistemas para o ambiente, concessões, empreendimentos, construções e serviços nos cinco continentes, contando com mais de 10.000 funcionários; um capital social de 715 milhões de euros e um faturamento anual de 140 milhões de euros.

4. O grupo conta com 70 sucursais no mundo e cerca de 700 empresas subordinadas (ou controladas direta ou indiretamente), associadas ou consorciadas. Cerca de 60% de suas atividades encontram-se concentradas nos países em desenvolvimento. Seu nome deriva da união da razão social de três outras empresas (Impresit, do grupo Fiat; Girola, e Lodigiani), e desde 2005 é controlada pela sociedade Igli Spa. que detém cerca de 30% do seu capital social. A Sociedade Igli Spa. possui como acionistas desde fevereiro de 2007 as empresas Argofin (grupo Gavio), Autostrade (grupo Benetton) e Immobiliare Lombarda (grupo Ligresti). Impregilo Spa. tornou-se famosa em 2005 quando saiu vencedora da licitação internacional para a realização de uma ponte no estreito de Messina, que ligaria a ilha da Sicília ao continente. O gigantesco projeto envolveu a oferta final de 3,88 bilhões de euros e a realização da obra em 70 meses (6 anos), inclusive com participação de empresa brasileira (Odebrecht).

5. O projeto da mencionada ponte foi envolvido, desde a sua concepção, em grandes controvérsias, mas em março de 2006 a Impregilo assinou contrato com o então Governo de Berlusconi. Na recente aprovação da Lei Orçamentária para 2008 esteve em risco a dissolução da sociedade criada pelo Governo italiano para ser a concessionária da exploração da ponte (liderada pela Impregilo), e denominada Sociedade Estreito de Messina, mas que foi rejeitada pelo Senado (cf. tels 1112, 1155 e 1305).

6. Segundo levantamento desta Embaixada, a Impregilo Spa. também está envolvida em outros importantes projetos no Brasil, como para a realização de uma hidroelétrica de Estreito, no município de Estreito, no rio Tocantins, entre os estados do Tocantins e Maranhão (através de um consórcio com a empresa brasileira OAS assinado com a empresa Consórcio Estreito Energia (CESTE), sociedade privada de interesse público, que obteve concessão para a construção

e exploração da usina hidrelétrica de Estreito em leilão realizado, em 2002, pela ANEEL. O referido concessionário da Agência Nacional para Energia Elétrica, é formado pela belga Tractebel, subsidiária da francesa Suez Energy South America com 40,07%; a CVRD com 30% (que participa de um conjunto de dez usinas hidrelétricas), a americana Alcoa Alumínio, empresa do consórcio Alumar, com 25,49%; e a Camargo Corrêa Energia, com cerca de 4,5%. O referido Consórcio CESTE optou por fracionar o contrato de concessão, de modo que o fornecimento de equipamentos ficasse com a Alstom e a Voith Siemens, enquanto que as obras civis estivessem a cargo da Impregilo e OAS, em outubro deste ano. Este projeto é válido por um período de 35 anos, prorrogável, sendo o prazo máximo requerido para o início da geração de energia elétrica de 72 meses após a assinatura do contrato de concessão. O preço a ser pago pelo CESTE pela concessão de Estreito envolve prestações anuais no valor de R$ 4,13 milhões do 7º ao 35º, e requererá cerca de 3 bilhões de reais de investimento.

7. Para a aquisição do capital da Rodovia das Cataratas S.A., Impregilo utilizará a Sociedade Primav Ecorodovias S.A., também conhecida apenas como Ecorodovias, uma empresa holding, de capital aberto registrada na CVM, cujos acionistas são Primav Construções e Comércio S.A. (Grupo CR Almeida) e Impregilo International Infrastuctures N.V. (Grupo Impregilo).

8. Segundo foi possível apurar, a Primav EcoRodovias S/A é resultado da união da brasileira Primav Construções e Comércio Ltda, do Grupo CR Almeida (65%), e da européia Impregilo International N.V., do Grupo Impregilo S.p.A (35%). Hoje, por meio da Primav EcoRodovias S.A., os grupos CR Almeida e Impregilo, que, segundo o diário "Il sole 24 ore", possuiriam acordo de natureza informal de co-gestão, estariam investindo na gestão privada de serviços públicos para garantir o cumprimento dos contratos e cronogramas que fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias. Fazem parte do grupo Primav Ecorodovias as seguintes sociedades: Ecovias (exploração de 176,8 kms das rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes e principal corredor de exportação para o Porto de Santos); Ecovia (concessionária do "Caminho do Mar", conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná); a Ecosul - Rodovias do Sul (que administra a maior malha viária do Brasil, conhecida como Pólo Rodoviário de Pelotas, também conhecido como corredor do Mercosul); o Grupo STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (criado com o objetivo principal de prestar serviços de pagamento aos usuários de rodovias e estacionamentos); a Ecopátio Logística

De: BRASEMB ROMA Recebido em: 28/11/2007 18:55:48 N.°: 01333
CARAT=Reservado

Cubatão (criada, em abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos); a Ecopátio Logística Imigrantes (que terá por objetivo a implantação de um pátio de armazenagem de cargas); e, finalmente, a ECSC - Centro de Serviços Corporativos (que modernizou a gestão da companhia, unificando os serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos).

Afonso A.S. Carbonar, Encarregado de Negócios a.i.

LMS

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 21/10/2004 18:14:00 N.°: 01229
CARAT=Reservado

De Brasemb Santiago para Exteriores em 21/10/2004 (AFS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DIC/DAM I
DESCR=XPRO
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Chile. Construtora Mendes
Júnior y Asociados. Crise
financeira.
//

Nr. 01229

RESUMO=
Informo. A construtora Mendes Júnior y Asociados enfrenta crise financeira, agravada por recente embargo de contas e acúmulo de dívidas, resultando em rompimento de contratos de obras.

ROGO RETRANSMISSÃO, VIA CLIC, PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Tem sido amplamente noticiada pela imprensa chilena a crise financeira por que passa a construtora Mendes Júnior y Asociados - na qual a empresa brasileira possui participação majoritária. Com dívidas da ordem de US$ 35 milhões, perdas de contratos e disputas judiciais com uma ex-associada e uma subcontratada, a empresa enfrenta seu pior momento desde a sua constituição, em 2000, quando a construtora brasileira se uniu às locais Sical, Bründl e Ingecol.

2.As origens da crise remontariam ao início do ano passado, quando todos os sócios foram citados judicialmente para esclarecer a `doação` de 100 milhões de pesos - cerca de US$ 170.000 - ao Ministério de Obras Públicas - MOP, no âmbito das investigações do caso GATE. O escândalo, que determinou uma admoestação da Câmara Chilena de Construção, teria abalado as relações da empresa com o mercado financeiro e provocado desentendimentos com Leopoldo Lorenzini, proprietário da Ingecol, que acabou por retirar-se da associação.

3.Insatisfeito com os acertos sobre seu desligamento da sociedade, Lorenzini iniciou processo judicial contra seus ex-sócios, que foram obrigados a lhe restituir US$ 3,3 milhões. Uma vez que não recebeu na data acertada - setembro passado - a última parcela que lhe cabia, de US$ 2,70 milhões, Lorenzini buscou novamente as vias judiciais. O procedimento acarretou, em princípios de outubro corrente, o embargo judicial das contas da Mendes Júnior y Asociados. Durante os oito dias de embargo, a matriz brasileira enviou um total de US$ 6 milhões, para suprir a falta de caixa da empresa chilena e permitir o andamento das obras contratadas pelo MOP, Metro de Santiago, Metro Regional de Valparaíso - Merval e a Municipalidade de Providência.

4.A falta de liquidez da empresa levou a romper, em 12 de outubro, contrato com a Merval para pavimentação de ruas em Viña del Mar, no valor de US$ 12 milhões, em atitude considerada pela própria empresa como `responsável`. A crise financeira seria também a razão da renúncia, em setembro passado, do contrato assinado com o MOP para execução das obras do reservatório El Bato. Na ocasião, a Mendes Júnior alegou, entretanto, a imposição de novos requisitos técnicos por parte do MOP que inviabilizavam sua participação na obra, preferindo, assim, incorrer na perda de US$ 2 milhões em gastos que não poderão ser recuperados, mas evitar um prejuízo estimado em US$ 10 milhões.

5. Paralelamente, a Mendes Júnior foi condenada, em fins de setembro último, a indenizar o construtor Cirano Merlet, no valor de cerca de US$105.000, por perdas relativas ao término antecipado, em 1999, de contratos de construção de casas populares.

6. O acúmulo de dívidas com bancos - US$ 30 milhões - e fornecedores - US$ 5 milhões - sinalizam que as dificuldades financeiras da empresa não são decorrentes apenas dos enfrentamentos judiciais. Os advogados da construtora declararam, recentemente, que a empresa está passando por ampla restruturação financeira e que já iniciou negociações com seus principais credores - BCI e Banco de Chile -, a quem apresentou proposta global de extensão dos prazos de pagamento, respeitando taxas de juros e compromissos de amortização. A empresa logrou, ainda, compromisso do MOP em devolver cerca de US$ 5,8 milhões referentes a investimentos realizados no projeto de El Bato, que, se aprovado pelo Ministério da Fazenda, poderá lhe trazer também novo fôlego.

7. Apesar das dificuldades e de sua imagem abalada no mercado local, a empresa se mantém confiante de que poderá

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 21/10/2004 18:14:00 N.°: 01229
CARAT=Reservado

superar a crise. Para tanto, não haveria outra saída senão manter seus atuais contratos. Segundo declarações dos advogados da Mendes Júnior, em etapa posterior, a empresa pretende adotar nova estratégia de atuação, em que buscaria distanciar-se de concessões do MOP, voltando suas operações para o setor de mineração, `donde realmente está la plata`. Seus executivos também informam que a crise é passageira e que já se articularam soluções para todas as pendências. Assim, o objetivo da empresa é de superar seus problemas e manter a sua posição no Chile.

8. Por fim, vale lembrar que a Mendes Júnior é empreiteira brasileira que por mais tempo mantém atividades no Chile. Suas concorrentes Andrade Gutierrez e Odebrecht enfrentaram dificuldades no relacionamento com órgãos públicos locais e deixaram de operar no país. Especula-se que a falta de sócios chilenos e, portanto, de ligações privilegiadas com os meios locais, estariam na raíz dessas dificuldades. No caso da Mendes Júnior, fica evidente que, se por um lado, os sócios locais ajudam a conquistar importantes concessões, por outro, podem também ser fonte de problemas.

Gelson Fonseca Júnior, Embaixador

GRM

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 10/08/2005 13:57:00 N.°: 00811
CARAT=Reservado

De Brasemb Santiago para Exteriores em 10/08/2005 (WVNG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DECAS /DAM II /DIC /DOC
DESCR=XCOR-EFIN-CHIL
REF/ADIT=DET 301, TEL 761
CATEG=MG

//
CASA. IIRSA. Chile.
Participação do Brasil.
Projetos de infra-estrutura.
Atualização de informações.
//

Nr. 00811

RESUMO=
Transmite informações obtidas em consulta com autoridades chilenas sobre projetos de integração regional, no âmbito da IIRSA, do interesse do Chile.

ROGO RETRANSMISSÃO, VIA CLIC, PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

O Senhor Eric Martin González, Assessor de Assuntos Internacionais do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações (MOPTT) e Coordenador Nacional da IIRSA, em reunião mantida com o Chefe do Setor Econômico, confirmou que, em matéria de integração física regional, os projetos de interesse prioritário direto do Chile foram apresentados no âmbito da IIRSA. Dentre desses projetos, destacou os seguintes:

a) Projeto Ferrovia Transandina Central Los Andes-Mendoza

b) Concessão da Rodovia CH-60, Valparaíso-Los Andes

c) Reabilitação da Rodovia Iquique Colchane (parte chilena de projeto que, do lado boliviano, seria complementado pela obra Toledo-Pisiga)

2. Com relação à Ferrovia Transandina Central, Martin esclareceu que o projeto não contará com subsídio estatal de qualquer natureza. Pelo lado chileno, o projeto será

desenvolvido integralmente sob o sistema de concessões, por um prazo de 20 anos, e tem como objetivo implementar um sistema de transporte ferroviário de carga entre as localidades de Los Andes e Mendoza, com extensão total de aproximadamente 250 km, dos quais cerca de 70 km. passariam pelo território chileno.

3. Contrariamente ao que ocorre com a estrada Los Andes-Mendoza, que por razões climáticas permanece fechada, em média, 45 dias por ano, se estima que a ferrovia poderia funcionar de maneira quase ininterrupta ao longo do ano, chegando a mobilizar, quando alcançar regime de plena operação, até 4 milhões de toneladas/ano (atualmente, a rodovia mobiliza cerca de 3,5 milhões de toneladas/ano). A ferrovia, em termos de tonelada de carga transportada, teria custos 30% menores do que a rodovia. Nesse contexto, se espera que a ferrovia possa absorver cargas que, por razões de custo ou logística, são transportadas atualmente pelas vias rodoviária ou marítima.

4. O projeto da Ferrovia Transandina Central prevê investimentos da ordem de US$ 257 milhões, dos quais US$ 120 milhões seriam aplicados na infra-estrutura e os restantes US$ 137 milhões nos equipamentos ferroviários. Em matéria de infra-estrutura, as principais obras estão associadas à reconstrução da ferrovia e de pontes, habilitação de estações e oficinas, instalação de sistema de comunicação e construção de estações de transferência de carga (no lado chileno estaria localizada na cidade de Los Andes).

5. Martin informou que o projeto, após vários adiamentos, seria licitado, de maneira conjunta entre os Governos do Chile e da Argentina, em meados de setembro próximo. A ferrovia entraria em funcionamento dois anos depois do início da execução das obras. Da licitação participariam vários consórcios internacionais, entre os quais destaca aquele liderado pela companhia argentina Tecnagua, do qual fazeriam parte sócios chilenos.

6. Com relação a empresas brasileiras interessadas em participar do projeto, Martin mencionou a Odebrecht. No entanto, uma eventual participação, segundo as informações de que dispunha, estaria mais ligada à prestação de serviços de engenharia, ou seja, a fase posterior à licitação propriamente dita.

7. No que diz respeito aos projetos de concessão da Rodovia CH-60 (Valparaíso-Los Andes) e de reabilitação da Rodovia Iquique Colchane, que fazem parte de eixos de integração e

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 10/08/2005 13:57:00 N.°: 00811
CARAT=Reservado

desenvolvimento entre o Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil, Martin confirmou as informações contidas nas fichas elaboradas nas últimas reuniões da IIRSA, cuja retransmissão muito agradeço. Nenhum dos dois projetos contempla a participação de empresa brasileira.

8. As grandes diferenças de investimento nas obras de ambas as rodovias (US$ 286 milhões financiados com recursos privados no caso da Rodovia Valparaíso-Los Andes e US$ 19,2 milhões financiados com recursos do orçamento público no caso da Rodovia Iquique-Colchane) ilustram os comentários transmitidos pelo tel 761 sobre a política do Governo chileno em relação aos projetos de integração regional, ou seja, de focalizar o investimento público em projetos de elevada rentabilidade social, mas pouco atrativos para o setor privado.

GELSON FONSECA Jr., EMBAIXADOR

RL

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 30/11/2007 17:46:19 N.°: 01637
CARAT=Reservado

De Brasemb Santiago para Exteriores em 30/11/2007 (WVNG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DOC/DAM III/DAM IV/CGSUL
DESCR=AMSU-ETRA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
América do Sul. Eixo
Interoceânico Central. Reunião
Presidencial em 11/12/07.
Discussões técnicas e mminuta
de Declaração.
//

Nr. 01637

RESUMO=
Informo. Em reunião realizada em Santiago, em preparação ao encontro dos Presidentes de Bolívia, Brasil e Chile (La Paz, 11/12/07), foram atualizadas informações sobre a rodovia prevista no Eixo Inter-oceânico e negociado texto da Declaração Presidencial. Reunião técnica deverá realizar-se em La Paz,em 7/12, para refinar troca de informações sobre a estrada e concluir pontos pendentes da Declaração de La Paz.

À margem das reuniões da UNASUL, realizaram-se, nesta capital, nos dias 26 e 28 de novembro corrente, reuniões trilaterais Bolívia-Brasil-Chile com o objetivo de trocar informações sobre o estado da rodovia prevista no Eixo

Interoceânico Central, bem como negociar o texto da Declaração a ser emitida pelos Presidentes Evo Morales, Lula da Silva e Michelle Bachelet, em La Paz, no próximo dia 11 de dezembro.

2. A delegação brasileira foi integrada pelo Embaixador Ênio Cordeiro, pelo Conselheiro Pedro Miguel da Costa e Silva e pelo Secretário Cícero Tobias de Oliveira Freitas. A delegação chilena foi chefiada pela Embaixadora Maria Teresa Infante e a delegação boliviana pelo Embaixador Pablo Solón. Acompanhei os trabalhos do encontro, juntamente com os secretários João Paulo Ortega Terra e João Marcelo Soares, da Embaixada.

Estado da rodovia interoceânica

3. Com base nas informações prestadas pelos representantes chilenos e bolivianos, foi possível definir com maior precisão o trajeto da estrada e o andamento das obras de construção ou recuperação de vias, tendo como premissa básica o fato de que os trechos brasileiros da rodovia encontram-se concluídos, sendo objeto tão-somente de obras de manutenção rotineiras. O quadro atual seria o seguinte:

i. TRAJETO A PARTIR DE ARICA

a) trecho no Chile: (Ruta 11).

- Arica-Tambo Quemado. Estrada de 192 km asfaltada, devidamente habilitada para o tráfego de cargas o ano todo. Estão em andamento obras de melhoria, principalmente nos dois trechos finais da rodovia (km 140/170 e km 170/192), onde está inclusive prevista retificação de traçado, a fim de minorar o risco ambiental decorrente do aumento de tráfego nas proximidades do lago Chingará. A conclusão dessas obras, orçadas em US$ 36 milhões, está prevista para 2011, mas as autoridades chilenas asseguram que não haverá interrupção do trânsito sequer no caso das retificações de traçado, uma vez que as vias atuais serão preservadas e já permitem trânsito normal.

b) trechos na Bolívia (Ruta 4):

- Tambo Quemado-Patacamaya-Oruro: sem problemas;
- Oruro-Cochabamba: apenas obras rotineiras de manutenção;
- San Jasmin-Villa Tunari e Villa Tunari-Chimore ("Tramo El Sillar"): trecho de 61 km com problemas estruturais, que requer obras, ainda sem financiamento, da ordem de US$ 115 milhões. Compromisso de apoio por parte do Brasil ao projeto, estando em andamento missão técnica do Ministério dos Transportes.
- Chimoré-Santa Cruz: sem problemas;
- Puente Paillas (a cerca de 60 km de Santa Cruz, entre as

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 30/11/2007 17:46:19 N.°: 01637
CARAT=Reservado

cidades de Paillas e Pallón): ponte de 1,5 km. em construção, com previsão de conclusão em novembro de 2008;
- Paraíso-El Tinto: 125 km, com obras de asfaltamento em andamento e previsão de conclusão em novembro de 2008 (consórcio boliviano Apolo-IASA);
- El Tinto-San José: 91 km, com obras de asfaltamento em andamento e previsão de conclusão em maio de 2008 (empresa italiana Astaldi);
- San José-Roboré: 132 km, com obras de asfaltamento concluídas. "Entrega provisória" em agosto de 2007 e "entrega definitiva" no prazo de 90 dias (empresa brasileiro ARG);
- Roboré-El Carmen: 140 km, com obras de asfaltamento em andamento e previsão de conclusão em junho de 2008 (consórcio brasileiro ARG e Camargo Corrêa);
- El Carmen-Puerto Suarez e Puerto Suarez-Arroyo Concepción: total de 123 km (91+32), com obras de asfaltamento em andamento e previsão de conclusão em junho de 2008 (empresa brasileira Odebrecht).

ii. TRAJETO A PARTIR DE IQUIQUE
a) trechos no Chile (Ruta 15):
- Iquique-Huara: Primeiros 49 km, até a interseção com a Panamericana (Ruta 5), sem problemas;
- Huara-Colchane. 163 km, até a fronteira com a Bolívia, com obras de recuperação do asfalto em diversos trechos (km. 50/67, km 84/87, km 102/113 e km 144/163). Conjunto de obras previsto no período de 2008 a 2011, no valor de US$ 59 milhões, tem como objetivo elevar o padrão da rodovia e permitir o trânsito de cargas pesadas.

b) trechos na Bolívia (Ruta 12):
- Toledo-Pisiga: 193 km, divididos em dois trechos mais críticos: Pisiga (fronteira com o Chile)-Huachacalla, com obras em andamento e previsão de conclusão em junho de 2010; e Ancaravi-Toledo, com obras em andamento e conclusão prevista para junho de 2011.
O trecho subseqüente, de Toledo até a interseção com a Ruta 4, em Oruro, está em bom estado.

4. Esse quadro completo permitiu concluir que a extensão do corredor interoceânico até Iquique - da mesma forma que, no outro extremo, o ramal até o estado do Mato Grosso - não poderá ser inaugurado a curto prazo, uma vez que as obras de recuperação ou reabilitação de trechos, tanto na Bolívia quanto no Chile, deverão estender-se até 2011 e as atuais condições da estrada, ao contrário do trajeto a partir de Arica, não permitem trânsito adequado.

De: BRASEMB SANTIAGO Recebido em: 30/11/2007 17:46:19 N.°: 01637
CARAT=Reservado

5. Por outro lado, confirmou-se que a estrada interoceânica que liga o porto de Santos, o Mato Grosso de Sul, a Bolívia e o porto chileno de Arica deverá estar pronta em menos de doze meses. Nesse sentido, acordou-se que a cerimônia de inauguração poderia realizar-se no segundo semestre de 2008, uma vez que as duas obras mais demoradas (Puente Paillas e trecho Paraíso-El Tinto) deverão ser concluídas, na pior das hipóteses, em novembro de 2008. Data e local precisos da cerimônia seriam fixados posteriormente. Todavia, diante da expectativa de conclusão antecipada das últimas obras da Ruta 4 na Bolívia, mencionou-se, tentativamente, a possibilidade de celebrar a inauguração da estrada interoceânica na região de San Jose de Chiquitos ou Robore, entre os meses de setembro ou outubro de 2008.

6. As delegações concluiram pela utilidade de realização de reunião técnica antes do encontro presidencial para aprofundar a troca de informações e formar base de dados comum, de preferência em torno de "fichas de projeto", com todos os dados relevantes sobre cada trecho do corredor interoceânico. Decidiu-se celebrar esse encontro em La Paz, na tarde do dia 7 de dezembro, recomendando-se a presença de técnicos dos três países, capazes de apresentar informações precisas sobre estado atual, obras previstas ou em andamento, custos e condições de financiamento das vias envolvidas com o corredor.

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL

7. A minuta de Declaração Presidencial foi negociada em clima de cordialidade e de cooperação. Com base em proposta original boliviana e versão apresentada pelo Chile, chegou-se a texto que trata de forma objetiva o compromisso dos três países na conclusão da rodovia interoceânica até o final do próximo ano. Entre os desafios futuros, foram incluídas importantes referências à interconexão ferroviária no mesmo Eixo Interoceânico, ao desenvolvimento de corredores turísticos e, pela primeira vez, à facilitação do trânsito de bens e pessoas, com a decisão de garantir a "facilitação fronteiriça".

8. O único ponto controverso esteve por conta da inclusão ou não de referência à IIRSA, nos parágrafos preambulares da Declaração, reproduzindo diferenças verificadas entre as delegações do Chile e da Bolívia, no início do mês, em Montevidéu (Circtel. 66289). Assim, permaneceram entre colchetes dois textos alternativos, o segundo dos quais - proposto pela delegação brasileira e aceito pela boliviana - refere-se à implementação de projetos de integração da infra-estrutura da América do Sul identificados naquela iniciativa

sem, contudo, mencionar textualmente a IIRSA. Cópia da minuta de Declaração segue por fax.

Mario Vilalva, Embaixador

JPOT

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 27/01/2004 18:03:00 N.°: 00021
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb São Domingos
Em 27/01/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/DOC
DESCR=QIMI-RDOM
RTM=EREGISP
REF/ADIT=TEL 2, DET 2, DET 7
CATEG=MG

//
Brasil-República Dominicana.
Visita de delegação
político-partidária (PLD) ao
Brasil. Relato.
//

Nr. 00021

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para ERESP

Foi proporcionado, à delegação do Partido da Liberação Dominicana (PLD), integrada pelos senhores Frank Rodríguez, Temístocles Montás, Danilo Medina e Carlos Pérez, cumpriu, no Brasil, o seguinte programa, preparado pela DCC/DOC/ERESP:
Em São Paulo:
Dia 18/01 - 16hs - reunião de programação com o chefe da DCC;
Dia 19/01 - 10hs - reunião no Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DEREX) da Fiesp;
Em Brasília:
Dia 20/01 - 12hs - Reunião no Itamaraty com o Diretor do Departamento da América do Norte;
- 15hs - Encontro com o Deputado Paulo Delgado, Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT);
- 16hs - Encontro com a Deputada Zulaiê Cobra, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados;
- 18hs - Reunião com o Senhor Márcio Fortes, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio (MDIC);
Dia 21/01 - 10hs - Encontro com o Senador Amir Lando, líder do Governo no Congresso Nacional;
- 16hs - Reunião com diplomatas da Divisão de Operações Comerciais (DOC) do Ministério das Relações Exteriores.
2. Na FIESP, foram recebidos pelo Senhor Maurice Costin e pelo Embaixador Jadiel Ferreira de Oliveira, em reunião que contou com a participação do chefe da DCC, Conselheiro Igor Kipman, Magim Rodriguez Júnior da AMBEV, Hélio Anastácio da FARMASA e Gustavo Assad da ODEBRECHT.
3. Em Brasília, a delegação optou por cancelar a reunião no MDIC e o encontro com os diplomatas da DOC.
4. No encontro com o Deputado Paulo Delgado, este se dispôs a enviar à República Dominicana um membro do PT para atuar como observador das eleições de maio vindouro. Solicitou, ainda, lhe fosse encaminhado relato de Vossa Excelência sobre o quadro eleitoral no país.
5. A Deputada Zulaiê Cobra, por sua vez, ofereceu dois deputados do seu partido (PSDB) para atuarem como observadores no próximo pleito presidencial.
6. O Senador Amir Lando dispôs-se a comparecer pessoalmente (antes de ter aceito incumbência do Senhor Presidente da República para assumir a Pasta da Previdência). Todos os parlamentares solicitaram envio de convite formal para o acompanhamento das eleições.
7. Resumidamente, a mensagem transmitida pela delegação em todos os seus encontros, e especificamente no encontro com o Diretor do DAN, foi de que seria necessário o acompanhamento das eleições de 16 de maio próximo por observadores brasileiros, para evitar eventual fraude no pleito. Afirmaram, ademais, que o PLD contaria hoje com o apoio de 62% do eleitorado, segundo as pesquisas realizadas.

EXTERIORES

BBSS

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 24/06/2004 12:24:00 N.°: 00137
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 24/06/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/DSF/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-DOMI
RTM=HAIBREM
CATEG=MG

//
Brasil-Republica Dominicana.
Encontro entre o Presidente
eleito Leonel Fernandes e o
Presidente Lula à margem da
UNCTAD em 15.06. Relato.
//

Nr. 00137

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para Brasemb Porto Príncipe

Em encontro realizado no último dia 15, à margem da UNCTAD, o Presidente Lula e o Presidente eleito da República Dominicana, Leonel Fernández, conversaram sobre as relações bilaterais, com ênfase no potencial de crescimento das trocas comerciais e de investimento.

2.Leonel Fernández iniciou a conversa discorrendo sobre o cenário político em seu país e as condições internas que permitiram sua eleição. Descreveu o Partido da Liberação Dominicana, fundado em 1983, como progressista, de forte base social, tendo surgido da oposição ao ex-Presidente Rafael Trujillo. Para Fernández, o atual momento político se define como pós-populista, mas não necessariamente neo-liberal. A figura do Presidente Lula, afirmou, é referência, em seu país, de liderança a um só tempo progressista e responsável.

3.O Presidente-eleito dominicano sublinhou a importância de se fortalecerem as relações entre os

dois países. Como exemplo de possíveis parcerias no futuro, citou alguns projetos de forte interesse dominicano, entre os quais valeria mencionar: a) a ampliação da infra-estrutura para água potável; b) o aprimoramento do transporte público, com destaque para a construção de rede de metrô (permitiria economizar em importações de petróleo); c) geração de energia hidráulica em Piñalitos; e d) construção de represa na fronteira com o Haiti. Neste último ponto, dada a presença do Brasil no país vizinho, ressaltou que poderia ser de interesse do Governo brasileiro investir em projeto que beneficiaria tanto o Haiti, como a República Dominicana.

4.Na parte econômica, Fernández classificou a situação de seu país como preocupante. Não obstante o crescimento de cerca de 8 por cento anual em anos recentes, hoje a economia tem-se deteriorado, criando sérios problemas de liquidez. Inflação em alta, desemprego crescente, volatilidade da taxa de câmbio, altos níveis de endividamento (a dívida externa teria saltado de 18 para 57 por cento do PIB em dois anos), baixas reservas do Banco Central e evasão fiscal configurariam um cenário de crise. Ao assumir a Presidência em 16 de agosto, Fernández concedeu que se verá certamente defrontado com a necessidade de implantar projeto de reforma fiscal rigoroso. Diante deste quadro negativo, solicitou apoio do Brasil para aumentar a atual linha de crédito do BNDES de 400 para 800 milhões de dólares. Frisou que a presença de empresas brasileiras, como a AMBEV, a Andrade Guttierez e a Odebrecht, contribuiria para a recuperação do país caribenho. Mencionou, ainda, potencial de colaboração na área energética, sobretudo na instalação de destilarias para produção de etanol, e na pesquisa agropecuária (EMBRAPA).

5.O Presidente Lula demonstrou receptividade às idéias e propostas do Presidente-eleito dominicano. Sinalizou utilidade de se realizar reunião de trabalho entre os respectivos ministros de energia para tratar dos temas mencionados. Mostrou-se particularmente entusiasmado com as perspectivas na área do etanol. Citou, ainda, projeto de mistura de óleo de mamona ("ricino" em espanhol) ao óleo diesel, que, no Brasil, traz o potencial de ajudar as populações mais carentes. Convidou o Presidente-eleito a vir ao Brasil após sua posse.

6.Leonel Fernández agradeceu o convite e disse, em resposta, que gostaria muito de poder contar com a presença do Presidente Lula em sua posse em agosto. Acrescentou que, dada a situação de instabilidade em Cuba e no Haiti, a República Dominicana emerge como centro importante no cenário regional. Indiquei, de meu lado, interesse do Brasil de ver o país caribenho se juntar a eventual acordo entre o SICA (Sistema de Integração Centro-americano) e o Mercosul, como forma de se intensificar o comércio bilateral. O encontro encerrou-se em clima de cordialidade, com a promessa de renovar o contato tão logo possível.

EXTERIORES

AW

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 01/07/2004 17:23:00 N.°: 00152
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 01/07/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/DOC/DUEX/DAM I/DAM II
DESCR=PEXT-BRAS-RDOM
RTM=HAVBREM,HAIBREM,BOLBREM,COLBREM,EQUBREM
CATEG=MG

//
Brasil-República Dominicana.
Encontro Bilateral. XI UNCTAD.
//

Nr. 00152

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para Brasemb Havana, Brasemb Porto Príncipe, Brasemb La Paz, Brasemb Bogotá, Brasemb Quito

RESUMO=
Relata o encontro do PR com o Presidente eleito da República Dominicana à margem da XI UNCTAD.

O Presidente da República manteve encontro de trabalho com o Presidente eleito da República Dominicana, Leonel Fernández, no dia 15 de junho passado em São Paulo, à margem da XI UNCTAD. Ao princípio da reunião, o Presidente eleito Leonel Fernández felicitou os êxitos da política externa brasileira, realçando a liderança inovadora e responsável projetada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A seu ver, o Presidente Lula e os Presidentes Kirchner e Lagos seriam os mais importantes representantes da nova esquerda latino-americana.

2.Leonel Fernández demonstrou interesse em aprofundar vínculos com essa corrente de pensamento e ação política. Assinalou que sua agremiação política, o Partido da Liberação Dominicana (PLD), evolução de dissidência do antigo Partido da Revolução Democrática (PRD), compartilha dos valores e estratégias da nova esquerda latino-americana.

3.Leonel Fernández demonstrou interesse em negociar

com o Brasil projetos na área de infra-estrutura. Sublinhou, nesse contexto, a importância da ampliação do abastecimento de água potável no país, com as conhecidas conseqüências positivas na saúde pública; destacou o projeto de construção do Metrô de São Domingos - consórcio Andrade Gutierrez/Odebrecht/Siemens -, o qual representaria importante economia de divisas na importação de petróleo, além da modernização urbana da capital; indicou interesse na tecnologia brasileira de produção de etanol, bem como na instalação de um centro de pesquisas da EMBRAPA na República Dominicana.

4.Adicionalmente, Leonel Fernández apresentou proposta recentemente elaborada para a construção da represa binacional no Rio Artibonite, entre a República Dominicana e o Haiti. Além da geração de energia elétrica, o lago criado pela barragem do Rio Artibonite permitiria irrigação tanto na Dominicana quanto no Haiti.

5.O Presidente eleito dominicano aduziu indicadores do desempenho da economia dominicana na última década, período marcado por intenso crescimento econômico, de 9% a.a. em 2000, revertido para uma recessão em 2003 (-2%), com 600 mil novos desempregados, desvalorização cambial e inflação. A República Dominicana teria enfrentado fundamentalmente uma crise de liquidez que obrigou o Banco Central a absorver três bancos locais e emitir meio circulante para garantir os depositantes dessas casas bancárias. A dimensão da crise teria transformado um problema de finanças públicas em problema de governabilidade.

6. Informou, ademais, que a dívida externa se elevou de 18% do PIB em 2000 para 57% do PIB em 2003. O desdobramento externo da crise ter-se-ia gerado pela fuga de US$ 3 bilhões durante a crise de liquidez. Não obstante, estariam marchando a contento as negociações com o Fundo Monetário Internacional, levadas a efeito pelos atuais Governantes.

7.À luz do cenário de aperto externo da economia da República Dominicana, Leonel Fernández solicitou ao Presidente Lula a ampliação de linha de crédito do BNDES, dos atuais US$ 400 milhões para US$ 800 milhões. Argumentou que isso daria importante alívio à economia dominicana, cujas principais fontes de divisas seriam as remessas de nacionais residentes no exterior (no valor de US$ 2 bilhões), o turismo e maquiladoras (na soma de US$ 1 bilhão).

8. O Presidente Leonel Fernández aventou ainda a hipótese de um Acordo Comercial Brasil-República

Dominicana, salientando a disposição de negociar um Acordo com o Brasil antes de iniciar negociações com os Estados Unidos.

9.Mencionei, a respeito, recente visita minha à Guiana e indiquei o interesse brasileiro em uma negociação do Mercosul com o Caricom.

10.Fernández comentou que, em face do "problema" cubano e do Haiti, a República Dominicana pode emergir como importante liderança no contexto caribenho, a qual seria reforçada pelo apoio brasileiro simbolizado pela presença do Presidente Lula em sua posse. Nesse sentido, dispôs-se a organizar reunião de cúpula caribenha - centro-americana em seguimento a uma eventual visita do Presidente Lula à República Dominicana.

11.O Presidente Lula convidou o Presidente Leonel Fernández para realizar visita de trabalho ao Brasil para examinar a execução de projetos já existentes, bem como analisar novas propostas e frentes de atuação conjunta. Ilustrou as possibilidades de cooperação referindo-se à tecnologia brasileira para a geração de energia elétrica com a queima do bagaço de cana e para a destilação de biodiesel a partir da mamona.

12.O Presidente comentou a situação da economia brasileira relacionando os sacrifícios de 2003: conquistar a credibilidade externa e interna, lutar contra o risco de explosão inflacionária, evitar a evasão de divisas e gerar superávits orçamentários para pagar juros da dívida interna. Em 2004, verificaram-se melhoras, sobretudo com o aumento das exportações do agronegócio e, nos últimos quatro meses, as vendas externas de manufaturados.

13.O Presidente Lula teceu comentários sobre o cenário sul-americano; destacou positivamente as eleições dos Presidentes Kirchner e Nicanor Duarte; sublinhou a importância do bom relacionamento entre Carlos Mesa e Evo Morales na Bolívia; louvou a conduta do Presidente Uribe; e demonstrou preocupação com os desafios de Gutiérrez frente a uma economia dolarizada. Enfatizou que forças políticas socialmente progressistas e probas estão ganhando as eleições no continente.

14.Nessas circunstâncias, informou que a política externa brasileira tem procurado superar a desconfiança dos vizinhos no Brasil, expandir o Mercosul e tornar viável a realização de obras de infra-estrutura que dêem suporte físico à integração sul-americana. Concluiu relacionando as parcerias estratégicas com a China, a Índia e a África do Sul, além das visitas oficiais que fez à África e ao

Oriente Médio e a programada reunião de Cúpula de
líderes da América do Sul e dos Países Árabes.
EXTERIORES

APG

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 25/08/2004 16:58:00 N.°: 00233
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 25/08/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS/DOC/DCC
DESCR=XCOI
REF/ADIT=TEL 427
CATEG=MG

//
COFIG. 8a. Reunião Ordinária.
República Dominicana. Pedido
de comentários.
//

Nr. 00233

Em sua 8a Reunião Ordinária, a realizar-se no próximo dia 31, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG analisará o seguinte projeto:
- exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- importador: Corporación Dominicana de Electricidad
- objeto da exportação: materiais, equipamentos e serviços para a construção da Central Hidrelétrica de Pinalito
- Valor da exportação: US$ 98.473.672,30
- pleito: alteração de condições de pagamento de cobertura.

2.Para subsidiar a análise do projeto, a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE preparou sumário executivo, que estou transmitindo a essa Embaixada por correio eletrônico. Muito agradeceria receber os comentários de Vossa Excelência a respeito, com a brevidade possível.

EXTERIORES

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 25/08/2004 16:58:00 N.°: 00233
CARAT=Reservado

AAJ

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 05/12/2003 11:38:49 N.°: 00250
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb São Domingos
Em 05/12/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/DOC/DAI
DESCR=GVIO-BRAS-RDOM
CATEG=MG

//
Relações Brasil-República
Dominicana. Visita de trabalho
do Presidente Hipólito Mejía
ao Brasil.
//

Nr. 00250

Conforme programado, o Presidente Hipólito Mejía cumpriu visita de trabalho ao Brasil no dia 17 de novembro corrente. O Presidente dominicano fez-se acompanhar pela Primeira Dama, Dona Rosa de Mejía, pelo Chanceler Francisco Guerrero Prats, pelo Embaixador Fausto Sicard Moya, Diretor de Cerimonial do Palácio Presidencial, pelo Senhor Luis González Fabra, Diretor de Informação e Imprensa do Palácio Presidencial, pelo Senhor Roberto Rodríguez, Diretor do INAPA, e pelo Major General Carlos L. Díaz Morfa, Chefe do Corpo de Ajudantes Militares do Presidente.

2. O encontro presidencial foi acompanhado por mim e por Vossa Excelência, com a presença do Chanceler dominicano e do Embaixador dominicano no Brasil. Como se recordará Vossa Excelência, o Senhor Presidente da República assinalou o prazer com que recebia o Presidente Mejía em momento de importância para os dois países, tendo em vista os recentes acontecimentos no cenário político internacional.

3.O Presidente Lula da Silva recordou que, ao tomar posse em janeiro último, havia resolvido a adoção de uma política externa mais ousada. Seu objetivo principal é o de reconstruir laços de amizade com os parceiros internacionais a fim de obter relacionamento mais

dinâmico, mais vivo e mais solidário. Para isso fixara como primeiro objetivo o fortalecimento do MERCOSUL e dos vínculos com os demais países da América do Sul. No breve tempo transcorrido desde a sua posse, o Presidente salientou que se havia reunido com todos os mandatários da América do Sul, sendo que, com vários deles, mais de uma vez.

4.Findo este primeiro e necessário trabalho de reaproximação com os vizinhos, afirmou o Senhor Presidente, pretende-se agora buscar maior aproximação com a América Central e o Caribe. Com essa finalidade, indicou o Presidente Lula que desejar visitar aquelas regiões.

5.Prosseguindo em linha de raciocínio que posteriormente enfatizou, durante o almoço oferecido ao Presidente Mejía, o Senhor Presidente afirmou que seu Governo não tem inclinações hegemônicas e, pelo contrário, deseja exercer políticas mais solidárias, principalmente para com os parceiros de menor peso econômico.

6.A primeira tarefa a que se havia proposto, continuou o Presidente Lula, foi a de estabelecer o melhor relacionamento possível com a Argentina, com a qual acredita não persistirem desavenças. A segunda tarefa, no dizer do Senhor Presidente, foi a de restaurar a política para com a África, que havia sido deixada de lado em gestões anteriores.

7.Passando a temas econômico-comerciais, o Presidente da República afirmou ter visto a reunião de Cancún como exitosa para os países em desenvolvimento: "Não perdemos, portanto ganhamos". O Presidente recordou haver sido apresentadapelo Brasil e outros em Cancún proposta negociadora que três meses antes era defendida pelos EUA. Estes se haviam escudado nas conhecidas dificuldades negociadoras da União Européia.

8.O Presidente da República observou que, a fim de fortalecer sua posições negociadoras, Brasil, África do Sul e Índia têm buscado, com a criação do G-3, maior integração de suas economias e do relacionamento comercial. O Governo brasileiro também constrói uma parceria estratégica com a China e com a Rússia, procurando ampliar opções que favoreçam sua política de desenvolvimento. Informei, neste ponto da exposição do Senhor Presidente, que acabara de receber de Youssef Boutros-Ghali, Ministro do Comércio do Egito, cópia da declaração emitida durante reunião ministerial africana com o Diretor-Geral da OMC para discutir o resultado de Cancún, em que os ministros africanos concordaram que os dois grupos - africanos e G-20 - têm muitas posições em comum, e que o G-20 poderia ser defensor eficaz da causa

dos países africanos quanto à agricultura.

9.Continuando a exposição, o Presidente Lula afirmou que, frente às posições hegemônicas dos EUA e da União Européia, há poucas possibilidades de impor soluções mais favoráveis para os países em desenvolvimento, a menos que nos unamos em blocos maiores de reivindicação. Recordou neste ponto que o Brasil é candidato a assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Indicou considerar que as Nações Unidas, desde 1947, têm de certa forma uma dívida para com o Brasil, pois, nas negociações havidas naquele período, fora cogitada a alocação de assento permanente a nosso país. O Senhor Presidente opinou que se deveria tentar acabar com o direito de veto dos membros permanentes do Conselho.

10. Retornando ao tema das negociações comerciais, o Presidente da República recordou existir no Brasil, no que se refere à negociação da ALCA, componente ideológico muito forte, seja entre os movimentos sociais, meios empresariais ou partidos políticos. Informou que, na última reunião em Washington, houve avanço nos entendimentos que mantive com o Secretário de Comércio Zoellick, na busca de uma "ALCA possível", com arcabouço de negociações flexível, que permita aos diversos países participação em diferentes níveis. O Presidente Lula da Silva referiu-se a seguir a pressões que teriam sido exercidas posteriormente pelo Governo norte-americano junto a diversos países. A respeito, o Presidente da República esclareceu a seu colega dominicano que seu Governo não deseja confrontos. Os EUA e a União Européia são nossos principais parceiros comerciais e aspiramos a uma política de inclusão de novos parceiros, sem perda dos antigos.

11.O Senhor Presidente mencionou a importância dos acordos a serem assinados entre os dois países, salientando a relevância daquele que prevê a cooperação brasileiro-dominicana na assistência e tratamento a pessoas que vivem com HIV/AIDS. O Presidente acrescentou que, além de tal cooperação, empresas brasileiras vem executando obras e serviços na República Dominicana. Desejaria ver ampliada tal atividade. Informou ao Presidente Mejía que o Governo está fortalecendo o banco de investimentos, de maneira a aumentar a capacidade de atuação externa. Não pensa dedicar as atividades de apoio do banco somente a empresas brasileiras. O Presidente Lula reiterou que "não temos todo o dinheiro que desejaríamos, mas grande vontade de ajudar aqueles parceiros mais próximos".

12.Reintroduzí neste momento a questão da reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Recordei que o

assunto ganhou ímpeto e que novo esforço para levar adiante as reformas terá início com os trabalhos do Painel de Alto Nível para ameaças globais de segurança e reforma do sistema internacional do qual fará parte o Embaixador Baena Soares. Nesse quadro, o Brasil considera importante que sua pretensão a um assento permanente no Conselho ganhe o apoio não só dos países grandes, como também de países menores, de tradição democrática.

13. O Presidente Mejía declarou que, desde que o Presidente Lula havia vencido as eleições, desejava visitá-lo e conversar "face to face". Mencionou ser a República Dominicana um país pequeno que "tem de pensar o intensivo, não o extensivo". Entre os dois países não há competição comercial, a não ser, e de forma mínima, no setor do tabaco. Acrescentou que missões empresariais brasileiras deveriam visitar com mais freqüência o Caribe e especialmente seu país, pois há grandes possibilidades de incrementar o comércio. Neste ponto, respondendo a indagação do Senhor Presidente da República, Vossa Excelência comentou a enorme disparidade existente entre as exportações brasileiras para a República Dominicana e as exportações dominicanas dirigidas ao Brasil. O Senhor Presidente, avançando posição que mais tarde elaborou em pormenor durante o almoço oferecido ao Presidente Mejía, declarou que deverão ser envidados esforços para corrigir um tão grande desequilíbrio no comércio bilateral.

14.O Presidente Mejía prosseguiu afirmando ter seu governo visão clara das modificações estruturais necessárias à revitalização da economia dominicana, como no que se refere ao manejo e às dimensões da cultura da cana de açúcar. Declarou considerar importante a contribuição para a modernização do país prestada por empresas de serviços e engenharia, como Odebrecht e Mendes Júnior. Referiu-se à relevância da construção do aqueduto no Noroeste, que irrigará vasta região árida de seu país.

15. O Presidente dominicano mencionou a seguir a situação desastrosa e os graves problemas humanitários existentes no Haiti, que têm ocasionado forte imigração ilegal para seu país (cerca de um milhão de haitianos viveriam sem visto na República Dominicana). O Presidente Mejía declarou que forte responsabilidade pela situação cabe à França, ao Canadá e aos Estados Unidos, que não mais têm prestado qualquer tipo de assistência ao Estado haitiano.

16.Passando a analisar o que se passa nos foros multilaterais, o Presidente dominicano afirmou serem estes dias muito difíceis para os pequenos países, pois "quando um Senador dos EUA tosse, nós apanhamos pneumonia". Procurou a seguir justificar, ao invocar as

pressões exercidas sobre seu país, o envio de cerca de 300 militares dominicanos para o Iraque, onde se encontram sob comando espanhol.

17.Com relação à aspiração brasileira de ocupar assento permanente no CSNU, ampliado, o Presidente Mejía afirmou havê-la registrado, "tendo por ela toda a simpatia, já que o Brasil poderá representar-nos". A uma indagação minha, autorizou a inclusão de tal manifestação de simpatia na Declaração Conjunta.

18.Passando a comentar as negociações para a ALCA, o Presidente Mejía procurou justificar as posições alinhadas com os países da NAFTA, assinalando novamente a dificuldade que têm os países de menores dimensões para fazer frente às posições dos mais fortes. Afirmou com crueza que "hay que tener los cohones de su política". Prosseguiu dizendo que "a fórmula brasileira visando a resultados flexíveis e equitativos" lhe agrada e que essas eram "boas palavras".

19. O mandatário dominicano recordou a seguir a semelhança de sua trajetória política com a do Presidente Lula, tendo afirmado que "fomos colegas em várias eleições perdidas, mas ganhamos em bom momento, pois poderemos lutar juntos". Relembrou a figura do falecido líder do PRD e da Internacional Socialista Peña Gomez, "seu mentor" e grande amigo do Presidente Lula. Respondendo a essa menção, o Senhor Presidente da República afirmou que a Internacional Socialista sempre esteve sob orientação européia e que este é um momento favorável para que a América Latina nela exerça maior influência. O Presidente Mejía concordou e afirmou ser esta a tese de Peña Gomez.

20.Retornando ao tema do incremento do comércio bilateral, levantei a idéia de que fosse negociado um acordo de livre comércio entre a República Dominicana e o MERCOSUL, no âmbito da ALADI. Recordei ainda a possibilidade aventada pelo Presidente Lula da Silva de utilizar canais de financiamento do BNDES, assim como o programa criado no Departamento de Promoção Comercial que visa à substituição competitiva de importações.

21.O Presidente Mejía agradeceu tais sugestões, que afirmou seriam estudadas, "porque é preciso buscar como exportar mais para o Brasil". O Presidente Lula reiterou existir a possibilidade de financiamento do BNDES para, por exemplo, a transferência de tecnologia no setor sucro-alcooleiro. Recordou a importante Feira de Ribeirão Preto, em que maquinária e tecnologia para o setor sucro-alcooleiro são exibidos e à qual a República Dominicana, assim como outros países do Caribe, deveriam ser convidados.

22. O Presidente Mejía encerrou sua participação na reunião assinalando o interesse de seu país em obter cooperação intensificada na área do combate a HIV/AIDS.

23. Foram a seguir assinados, por mim e por meu colega dominicano, os seguintes atos: 1) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas, que visa a propiciar o intercâmbio acadêmico, educacional e de publicações entre as academias diplomáticas dos dois países; 2) Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais, que tem como objetivo facilitar o trânsito de diplomatas e especialistas em missão de cooperação entre os dois países; 3) Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, que viabilizará o intercâmbio de conhecimentos e experiências na área esportiva; 4) Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Programa de Cooperação Técnica, que se destina a fortalecer o Programa de Cooperação Técnica já existente entre os dois países, notadamente os projetos "Manejo da Bacia do Rio Yaque" e "Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS", este objetivando a transferência de tecnologia e a capacitação de recursos humanos em assistência e manejo clínico em HIV/AIDS, além da doação de medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil por laboratórios públicos para o tratamento de portadores de HIV/AIDS na República Dominicana; e 5) Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, com vistas a regulamentar as solicitações de extraditandos em ambos os países. Cópias dos textos assinados estão sendo encaminhadas, por via postal, a Vossa Excelência.

24. Durante o almoço que se seguiu, transcorrido em clima de grande cordialidade, o Senhor Presidente da República reiterou posição anteriormente manifestada na reunião de trabalho (assim como em discurso pronunciado no mesmo dia em seminário relativo à implementação dos objetivos de desenvolvimento do Milênio), no sentido de que cabe ao Brasil ser mais solidário, generoso e companheiro para com países como a República Dominicana, pois, como enfatizou, a assimetria da riqueza requer uma diplomacia do desenvolvimento. O Senhor Presidente da República assinalou que o trabalho da diplomacia brasileira é permanente na tarefa de consolidar alianças e parcerias, a fim de contribuir para que as nações mais pobres possam recuperar o arbítrio sobre o seu destino e

desenvolvimento. O Presidente, nas palavras com que saudou o mandatário dominicano, disse-lhe ainda que a generosidade e a solidariedade devem ser demonstradas também em questões comerciais: "é necessário comprar mais da República Dominicana, não podemos ter exportação tão elevada e importação tão reduzida".

25.Creio haver sido satisfatória para o Presidente Mejía a visita a nosso país. Ficou, como o afirmou a um de meus colaboradores, fortemente impressionado com a personalidade do Senhor Presidente da República, a quem descreveu como um líder para a região, "un hombre de carne y hueso, no uno de esos hechos, construídos con papel y que son como el papel que leen".

EXTERIORES

IK

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 09/02/2007 20:26:53 N.°: 00082
CARAT=Reservado

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 09/02/2007 (AAA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/C/DOC/ABC
DESCR=PEXT-RDOM-GVIO
REF/ADIT=DET 019
CATEG=MG

//
Brasil - República Dominicana.
Proposta de data para visita
do Presidente Fernández a
Brasília.
//

Nr. 00082

Refdesptel 019. Cumpri Instruções. Ao receber ontem a comunicação em referência, passei nota ao Secretário de Estado de Relações Exteriores e telefonei aos Chefes de Protocolo da Presidência da República e da Chancelaria. Hoje, aproveitei que participaria de almoço com o Presidente Leonel Fernández para convidá-lo pessoalmente. Embora ainda não tivesse recebido informação de sua Chancelaria,concordou inicialmente com a data proposta. Posterormente, porém, disse-me recordar que já tinha compromisso para aquele período e consultou-me sobre a possibilidade de a viagem vir a ser adiada para o dia 12 de julho.

2. Durante o almoço - do qual também participou o Secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil, Orlando Senna, - manifestou especial interesse em poder manter entendimentos sobre uma possível colaboração da parte brasileira em relação ao uso do etanol. Confirmou, outrossim, a intenção de escalar em Manaus, na ida ou na volta, a fim de conhecer a zona franca daquela Capital. Como estávamos tratando de temas relacionados a cinema e televisão - inclusive sobre a integração da República Dominicana à Televisão da América Latina (TAL) - também demonstrou interesse em reunir-se com o Ministro da Cultura.

3. Muito agradeceria, portanto, a gentileza de informar-me

sobre a possibilidade de aceitar-se a proposta de data do Presidente dominicano bem como antecipar-me dados sobre o formato da visita. Recordo que as empresas brasileiras de engenharia (Andrade Gutiérrez e Odebrecht), presentes neste país, apreciariam poder participar de alguma reunião com o Presidente Leonel Fernández em função das obras que estão executando aqui e dos projetos que tencionam por em prática. Penso que a questão do DR-Cafta também poderia ser objeto da agenda dadas as enormes possibilidades que se abririam a empresas brasileiras interessadas em acessar o mercado norte-americano via República Dominicana.

Ronaldo Edgar Dunlop, Embaixador

RED

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS Expedido em: 27/10/2006 17:18:12 N.°: 00332
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 27/10/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DECAS/DCC
DESCR=XPRO-BRAS-RDOM
REF/ADIT=DET 325, TEL 644, DET 19
CATEG=MO

//
Promoção Comercial. COFIG.
Planejamento e Construção do
Aqueducto de Samaná. Aprovação
da Operação.
//

Nr. 00332

Na 26ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada em 25 de outubro último, foi aprovada a operação de crédito do BNDES para a construção de aqueduto na Província de Samaná (Projeto Acueducto Samaná), que pretende atender a demanda de água prevista da região para os próximos 20 anos.

2. A operação tem como exportador a empresa brasileira Construtora Norberto Odebrecht S.A., como importador o Instituto Nacional de Água Potable e Alcantarillado, e como devedor a Republica Dominicana, por meio da Secretaria de Estado de Finanza. O total das exportações é de US$ 71.100.000.00, com 100% de financiamento pelo BNDES, com prazo de 12 anos e com garantia de pagamentos cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da ALADI.

3. A decisão do COFIG, para a aprovação dessa operação específica, levou em conta a melhora nos indicadores econômicos desse país, bem como o ´upgrade´ na classificação de risco soberano concedido tanto pela OCDE quanto por agências privadas

internacionais.

EXTERIORES

LFM/CHAS

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 07/06/2004 17:12:00 N.°: 00269
CARAT=Reservado

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 05/06/2004 (AAA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SGAS/DOC/DCC
DESCR=XCOI
REF/ADIT=DET 115
CATEG=MG

//
COFIG.5A.Reunião ordinária.
República Dominicana.Pedido
de comentários.
//

Nr. 00269

Refdesptel 115. Conforme antecipado, via telefônica, ao setor competente (SGAS) da SERE, e de acordo com informações obtidas junto ao Diretor de Projetos do Instituto Nacional de Recuros Hidráulicos, Sr. Raul Pérez, e ao Gerente da empresa SERVINCA, Sr. Carlos Cabrera, parceira da ALSTOM Elec. S.A., a hidréletrica do projeto Monción já se encontra em funcionamento, tendo sido concluída há dois anos. Contudo, faltaria ainda a execução de ajustes operacionais das turbinas e a aquisição de peças de reposição, nos termos do contrato firmado entre ambas empresas. O gerente da SERVINCA, por sua vez, disse que a ALSTOM estaria devendo à sua empresa o valor de 45 mil dólares, relativos a serviços prestados.

2.A experiência do intercâmbio em projetos de promoção comercial com este país tem sido relativamente satisfatória. Foram positivos os resultados alcançados pelo consórcio brasileiro Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez, com pleno êxito na construção do aqueduto da Linha Noroeste, obra civil orçada em 120 milhões de dólares. Por outro lado, se registra o contencioso relativo ao pagamento da dívida do Governo dominicano com a empresa Mendes Júnior, que monta a, aproximadamente, três milhões e quinhentos mil dólares. O assunto vem sendo objeto de tratativas com as autoridades locais, com boa perspectiva de solução (vide tel 237, de 21/05/04).

3.A República Dominicana vem atravessando uma crise econômica das mais difíceis, desde que ocorreu a fraude do Banco Intercontinental, que gerou sérios problemas para a economia

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 07/06/2004 17:12:00 N.°: 00269
CARAT=Reservado

deste país. Contudo, existe um clima de expectativa positiva em relação ao novo governo que inicia em agosto próximo, já que o Presidente eleito, Leonel Fernández, tem demonstrado emprenho em tentar equilibrar as finanças dominicanas, com programas de recuperação da economia, inclusive por meio da renovação do acordo com o FMI, ora em situação de impasse, pelo não cumprimento de cláusulas de política fiscal.

RONALDO EDGAR DUNLOP, EMBAIXADOR.

MCFG

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 11/05/2007 15:58:34 N.°: 00281
CARAT=Reservado

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 11/05/2007 (JSP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DCC/C/DOC/AFEPA/DAI
DESCR=GVIO-BRAS-RDOM
REF/ADIT=TEL 276
CATEG=MG

//
Politica externa. Brasil-RD.
Visita do Presidente Leonel
Fernandéz.
//

Nr. 00281

Informo. Transcreve a proposta de agenda do Presidente Leonel Fernández para sua próxima visita ao Brasil, transmitida por ele próprio durante almoço de que participei no Palácio Nacional.

Participei ontem, 10/5, de almoço reservado com o Presidente Leonel Fernández. Também estiveram presentes o Presidente da Construtora Norberto Odebrecht, Marcelo Odebrecht; o representante local da empresa, Ernesto Baiardi; e o Diretor-Executivo do Instituto Nacional de Aguas Potables y Alcantarillados (INAPA), Víctor Díaz Rúae.

2.Manifestando vivo interesse em sua próxima visita ao Brasil, Fernández transmitiu-me seu projeto de agenda, o qual transcrevo a seguir:

Sábado, 16/6:
- chegada à noite, em Salvador, procedente de Miami;

Domingo, 17/6:
- visita à Fundação Odebrecht, cujos trabalhos de cunho social lhe foram recomendados pelo próprio Presidente do BID, Luiz Alberto Moreno;
- deslocamento para o Rio de Janeiro;

Segunda-feira, 18/6:
- visita à Fundação Getúlio Vargas;
- visita à sede da PETROBRAS;

- deslocamento para São José dos Campos;

Terça-feira, 19/6:
- visita à EMBRAER;
- visita à Virtual Educa 2007;
- deslocamento para São Paulo;
- reunião na FIESP, acompanhado de delegação empresarial de alto nível;
- deslocamento para Brasília;

Quarta-feira, 20/6
- Visita de Estado - compromissos em Brasília em fase de agendamento (solicitou Fernández sejam incluídos, entre os temas de conversação: a) etanol e biocombustíveis em geral; b) integração latino-americana e caribenha; e c) aproximação bilateral);
- deslocamento para Manaus;

Quinta-feira, 21/6
- visita à Zona Franca (interesse particular no setor de têxteis);
- visita à Fundação Desembargador Paulo Feitoza ("softwares"). Esta última, aliás, já vem mantendo interlocução com a Fundação Global Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE), presidida por Fernández, em caráter honorário, e com o Instituto Tecnológico das Américas (ITLA);
- regresso à República Dominicana.

3.Ao concluir, registro, por oportuno, haver Fernández tecido referências extremamente positivas à liderança regional do Presidente Lula da Silva, por seu perfil moderado, agregador e construtivo. Saliento, ainda, que sua presença em território brasileiro constituirá oportunidade ímpar para a implementação do novo Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Dominicana, ora em tramitação no Congresso Nacional. Nesse sentido, seria de todo oportuno que, na medida do possível, houvesse gestões no sentido de agilizar os procedimentos legais cabíveis, a fim de que os dois Chefes de Estado pudessem firmar o referido instrumento por ocasião de seu encontro em Brasília. Manifestou Fernández, igualmente, desejo de que sejam celebrados outros compromissos bilaterais na oportunidade.

Ronaldo Edgar Dunlop, Embaixador

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 11/05/2007 15:58:34 N.°: 00281
CARAT=Reservado

OSP

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 22/06/2006 14:20:00 N.°: 00342
CARAT=Reservado

De São Domingos para Exteriores em 22/06/2006 (JSP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/DOC/C
DESCR=GVIO-RDOM
REF/ADIT=TEL 314, TEL 339
CATEG=MG

//
Visita do PR dominicano
ao Brasil. Audiência com o
Senhor M E. Odebrecht.
//

Nr. 00342

Rogo Providências. Reftels 314 e 339. Durante a cerimônia de inauguração das obras de nova hidrelétrica dominicana (Palomino), a cargo da Construtora Norberto Odebrecht, o Presidente Leonel Fernández disse-me já ter-se programado para efetuar escala no Brasil quando viajar para a Cúpula Iberoamericana em Montevidéu, no início de novembro vindouro. Como se recordará, Vossa Excelência formulou convite, por ocasião da audiência concedida pelo PR local, à margem da XXXVI AGOEA recentemente realizada nesta Capital.

2. Leonel Fernández tenciona ir primeiro a Manaus, a fim de conhecer a Zona Franca, e depois seguir para Brasília de onde prosseguiria para Montevidéu. Caso a passagem pelo Brasil venha a ocorrer na volta inverteria o trajeto. Informou-me que também pretende visitar o Chile, na mesma ocasião.

3. O representante da Odebrecht aqui antecipou-me que sua empresa tem muito interesse na visita em função da importante presença que mantém neste mercado, com a construção de duas hidrelétricas e de um aqueduto em consórcio com a Andrade Gutiérrez. Esta última empreiteira que, em breve, também deverá começar a edificar uma hidrelétrica está, igualmente, interessada na visita assim como a Queiroz Galvão que, há muito, vem tentando se estabelecer no país.

4. Recordei ao Presidente Fernández comentário de Vossa Excelência no sentido de que uma definição dependeria da evolução do processo eleitoral

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 22/06/2006 14:20:00 N.°: 00342
CARAT=Reservado

brasileiro e, naturalmente, da agenda do Presidente Lula. Muito agradeceria, porém, ser habilitado a continuar a tratar do assunto com as autoridades locais e os representantes das empresas brasileiras interessadas na concretização da Visita Presidencial.

Ronaldo Edgar Dunlop, Embaixador

RED

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 20/08/2004 18:04:00 N.°: 00427
CARAT=Reservado

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 20/08/2004 (GFC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SGAS/DOC/DCC
DESCR=XCOI
REF/ADIT=TEL 218
CATEG=MG

//
COFIG. Risco-país. República
Dominicana. Pedido de
comentários.
//

Nr. 00427

Refdesptel 218. Além dos freqüentes comentários feitos, nos últimos meses, por Chefes de Missão diplomática, (dos Estados Unidos, da Comissão Européia, da França, entre outros), sobre a necessidade de que se combata mais eficazmente a corrupção, há fatos concretos que comprovam o risco-país da República Dominicana. A fraude que produziu a quebra do Banco Intercontinental, e suscitou o desequilíbrio macroeconômico do país, causou péssima impressão em todos os setores nacionais, com o agravante da impunidade dos implicados. Em razão desse problema, e de outros, a Comissão Européia suspendeu projeto de apoio ao orçamento deste país. Depois de minuciosa análise, Bruxelas preferiu não implementá-lo, temporariamente, por falta de confiança. Essa atitude de prudência se justificou, sobretudo, pela coincidência entre a data prevista para a entrega da ajuda financeira e o período da campanha eleitoral.

2. Igualmente ilustrativo é o caso da dívida da Mendes Júnior, no valor de cerca de cinco milhões de dólares, por serviços prestados na ampliação de rodovia nacional, obra executada no periodo de 1994 a 1996. Somente este mês é que uma pequena fração do débito foi ressarcido, mediante a entrega de um terreno pertencente ao governo dominicano.

3. Com relação à Odebrecht e a Andrade Gutierrez, que desde 2002 vêm realizando as obras de construção do "Aqueduto Noroeste", embora não haja ocorrido semelhante incidente, os compromissos assumidos pela parte dominicana exigem, do pessoal brasileiro, cuidado e empenho especiais, para

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 20/08/2004 18:04:00 N.°: 00427
CARAT=Reservado

prevenir problemas causados por eventual inadimplência.
4. O complexo problema do abastecimento de energia elétrica no país também revela determinado grau de incerteza nos negócios locais. Há mais de uma década o país vem sofrendo permanente crise energética, cuja causa é imputada, pelas empresas distribuidoras de energia, à inadimplência do governo central. Este, por sua vez, as acusa de ineficiência. Nesse contexto, o lucro é maximizado pelos comerciantes de geradores a diesel, que fornecem equipamentos e serviços às instituições e a todas as residências das classes dotadas de capacidade aquisitiva. No ano passado, o Governo anterior interrompeu o contrato de serviços de distribuição de energia elétrica, com a empresa espanhola Unión Fenosa, que teria solicitado a sua rescisão, por dificuldades enfrentadas junto as auoridades locais. Com a re-estatização, decaiu a qualidade dos serviços e aumentou consideravelmente a incidência dos apagões.
5. Não obstante essas observações, a assunção do novo governo, que tomou posse no último dia 16, suscitou certa expectativa positiva. A esse propósito, a imprensa de hoje publicou declarações do diretor do FMI, Sr. José Fajgenbaum, para quem o novo mandátario dominicano, Leonel Fernández, mereceria um voto de confiança, por sua capacidade de realizar reformas institucionais e instituir uma política econômica conducente à estabilidade e crescimento do país.

RONALDO EDGAR DUNLOP, Embaixador

MCFG

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 23/08/2004 14:43:00 N.°: 00429
CARAT=Reservado

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 21/08/2004 (GFC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCC/SPD/CORG/DNU/DOC
DESCR=GVIO-BRAS-RDOM
RTM=HAIBREM,HAVBREM
CATEG=MG

//
República Dominicana. Visita
Presidencial. Reunião de
Cúpula latino-americana e
caribenha.
//

Nr. 00429

RESUMO=
Presidente Lula cumpre extenso programa de encontros bilaterais e, junto com o Presidente Leonel Fernández, lidera a Reunião de Chefes de Estado e/ou de Governo. O documento final, a Declarãção de São Domingos, expressa o excelente entendimento alcançado. Embaixador de Cuba solicita informações.

Refcirctel 51765. A vinda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana, a primeira de um Presidente brasileiro a esta Capital (FHC participou de "Cumbre Iberoamericana" em Bávaro) marca uma nova etapa nas relações bilaterais. Sua presença nas cerimônias de posse do novo Presidente, amplamente noticiada pela mídia, sinalizou a amizade que o une a Leonel Fernández bem como a sintonia em relação a seus projetos de Governo. Sem dúvida, na esteira dessa aproximação, devem-se adensar o grau de entendimento e o intercâmbio entre os dois países.
2. O encontro com a Câmara de Comércio Dominico-Brasileira reuniu representantes de grandes grupos locais e das principais empresas brasileiras com atuação na República Dominicana, como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Ambev e Breica (responsável, por exemplo, pela colocação de carrocerias Marco Polo e produtos Tramontina no mercado dominicano). Representantes da empreiteira Queiroz Galvão - que tenciona construir hidrelétrica na fronteira com o Haiti - também participaram do evento. Na ocasião, o Presidente Lula referiu-se ao enorme desequilíbrio da

balança comercial, que muito favorece ao Brasil. Nesse contexto, saudou a iniciativa do Presidente da Câmara de Comércio bilateral de enviar, proximamente, missão empresarial dominicana ao Brasil. Discutiram-se ainda questões relativas a financiamentos junto ao BNDES, ao Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) e a procedimentos aduaneiros.

3. Cerca de cem brasileiros residentes na República Dominicana, provenientes de diferentes cidades, cumprimentaram pessoalmente o Presidente Lula e D. Marisa. Após breve retrospecto das ações de seu Governo, o PR confraternizou com os presentes, que o rodeavam e abraçavam entusiasticamente.

4. O Presidente Lula agregou alguns encontros à agenda, previamente aprovada, e assessores de Vossa Excelência assim como o Professor Marco Aurélio Garcia participaram dos mesmos e tomaram notas. Para fins de registro, porém, recordo que, além dos Presidentes da Guatemala e Costa Rica, o PR recebeu o novo Secretário-Geral da OEA, o ex-Presidente Hipólito Mejía e a viúva do dirigente político e sindicalista Pena Gómez.

5. Aos jogadores da Seleção brasileira de futebol, que se encontravam em São Domingos a caminho de Porto Príncipe, onde se realizaria, no dia seguinte, o "Jogo da Paz", o PR dirigiu mensagem sobre a importância política e social de que se revestia o acontecimento. Como se recordará, após a informação que transmitiu Vossa Excelência sobre a situação no Haiti, o PR conclamou os atletas a participarem de outras mobilizações em prol de grandes questões para o Brasil.

6. Não obstante essa extensa agenda, o grande momento da Visita Presidencial foi sua ativa participação na Reunião de Chefes de Estado e/ou de Governo Latino-Americanos e Caribenhos, realizada no Palácio Nacional, com a presença dos Primeiros Mandatários de Costa Rica, Honduras, Guatemala, Haiti, Antígua e Barbuda, Uruguai, Antilhas Holandesas, Ilhas Turcas e Calcos e Repúblca Dominicana. Ao primeiro ato público do recém-empossado Presidente dominicano compareceu também o Secretário-Geral eleito da OEA. Desse encontro, emanou a Declaração de São Domingos, motivo de editorial, no dia seguinte, no principal jornal do país, que conclama a todos a valorizar esse documento como um novo compromisso com a contemporaneidade das relações internacionais. Por fax, estou encaminhando cópia integral da matéria.

7. Ademais de reafirmar a luta de nossos países contra a pobreza, a fome e a corrupção, flagelos que ameaçam a governabilidade democrática, a "minicumbre", como tem sido chamada, acordou uma coordenação de posições sobre os dois primeiros temas para o Encontro de Líderes Mundiais para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a realizar-se em

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS Recebido em: 23/08/2004 14:43:00 N.°: 00429
CARAT=Reservado

Nova York, em setembro próximo.

8. Entre outras iniciativas, os Primeiros Mandatários presentes se comprometeram a criar uma Comissão Técnica para estudar os mecanismos de uma possível integração dos países centro-americanos e caribenhos com o MERCOSUL.

9. O Embaixador de Cuba aqui, Omar Córdoba, procurou-me para obter cópia da declaração e apresentar algumas ponderações, sempre em clima muito amistoso. Aparentou apreciar o teor do documento e manifestou contentamento pela ausência de referência à Cuba. Isso não obstante, registrou a pequena participação de Estados caribenhos independentes e atribuiu tal ausência à deficiência de comunicação entre o Governo eleito e os da região. Nesse contexto, salientou que a Comissão Técnica objeto do parágrafo 16 da Declaração deveria, a seu juízo, ser integrada por, pelo menos, um representante do CARICOM que, como se sabe, costuma atuar em sintonia. Por fim, solicitou-me cópia da transcrição do discurso, de improviso, do Presidente Lula o que estou tentando obter junto ao Cerimonial do Palácio Nacional.

10. O interesse de Cuba pelo documento (minha colega do México também solicitou cópia) e as observações do experiente Embaixador Córdoba que, alíás, me revelou ser especialista na região caribenha, bem demonstram a repercussão da "Declaração de São Domingos". Abre-se, assim, um novo caminho de entendimentos que poderá integrar Mercosul, SICA e Caricom.

Ronaldo Edgar Dunlop, Embaixador

RED

Para: BRASEMB SÃO SALVADOR Expedido em: 14/06/2006 17:37:00 N.°: 00103
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Salvador
Em 14/06/2006

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DCC
DESCR=XPRO-BRAS-ELSA
RTM=HONBREM
CATEG=MG

//
Brasil-El Salvador. Promoção
comercial. Visita da
Vice-Presidente de El Salvador
a Itaipu.
//

Nr. 00103

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para Brasemb Tegucigalpa

Com o objetivo de melhor conhecer aspectos jurídicos, técnicos e ambientais relativos à Usina de Itaipu, a Vice-Presidente de El Salvador, Senhora Ana Vilma de Albañez Escobar, acompanhada de pequena delegação, realizou, no dia 7 de junho corrente, visita técnica a Itaipu.

2.Acompanharam a Vice-Presidente os senhores Brasil Pinheiro Machado, Diretor de Negócios e Desenvolvimento da Intertechne Consultores Associados; Emerson Basso, Diretor Internacional de Projetos da Construtora Camargo Corrêa; Sérgio Delloco Coutinho, Diretor da Construtora Norberto Odebrecht; Rodrigo da Costa Fonseca, Diretor Adjunto de Relações Institucionais da Construtora Andrade Gutierrez; bem como diplomata da SERE.

3.Em Itaipu, a delegação foi recebida pelos senhores Jorge Samek, Diretor-Geral Brasileiro; João Bonifácio Cabral Júnior, Diretor Jurídico; Antônio Otélo Cardoso, Diretor Técnico Executivo; e Cícero Bley, Assistente do Diretor-Geral.

4.Após as palavras de boas vindas e apresentação de vídeo institucional abordando aspectos da construção, funcionamento e influências no meio-ambiente da Usina de Itaipu, o Diretor-Geral Brasileiro, Senhor Jorge Samek, fez breve exposição introdutória, na qual discorreu sobre a tradição binacional da Usina, o financiamento e o papel da construção da parceria entre Brasil e Paraguai para que se tornasse possível o projeto envolvendo os dois países.

5.Em seguida, o Diretor Jurídico de Itaipu, Senhor João Bonifácio Cabral Júnior, apresentou diversos aspectos relevantes particulares de Itaipu. Inicialmente, falou sobre a constituição jurídica e a personalidade jurídica de direito internacional da Usina, bem como sobre os diversos níveis de isenção tributária: federal, estadual e municipal. Em seguida abordou aspectos jurídicos socioambientais; responsabilidade solidária quanto a leis trabalhistas; segurança do trabalho; fiscalização interna; prestação de contas ao legislativo; e a característica de não-vinculação ao TCU. Finalmente, mencionou o tratado tripartite assinado entre Brasil, Paraguai e Argentina que tornou possível a construção da Usina. Após a apresentação, o Senhor Cabral ofereceu à delegação livros com a coletânea de normas jurídicas que regem a Usina.

6.O Diretor Técnico Executivo, Senhor Antônio Otélo Cardoso, mostrou as diferenças entre as instalações térmicas e as hidrelétricas, visto que a matriz salvadorenha é, predominantemente, térmica. Posteriormente, apresentou aspectos da vida útil de cada projeto e da elaboração do orçamento anual de Itaipu. Discorreu, então, sobre a necessidade de acompanhamento de todas as fases do projeto, da concepção ao "turn key"; a lei 5899, que regula a venda de energia de Itaipu a diversas empresas; e outras experiências binacionais. Cardoso mencionou, ainda, que a Usina de Itaipu não visa ao lucro e, devido a aspectos contábeis peculiares, não foi beneficiada com o abatimento da depreciação em seus balanços anuais. Finalmente, demonstrou a importância da submersão de pontos de litígio quando da construção do lago de Itaipu e falou, brevemente, sobre o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI).

7.O Assistente do Diretor-Geral Brasileiro, Senhor Cícero Bley, apresentou diversos aspectos sociais e

ambientais da Usina de Itaipu. Inicialmente, falou sobre o Aqüífero Guarani; o monitoramento de pontos da bacia; controle da sedimentação e de organismos parasitas, como o mexilhão dourado; desflorestamento e planejamento estratégico de controle de problemas ambientais. Em seguida, discorreu sobre o Programa "Cultivando Água Boa", que trata do relacionamento com a população ribeirinha, de forma a minimizar o impacto ambiental nas margens, e é totalmente compatível com a "Agenda 21" e a "Carta da Terra", documentos emanados da Rio 92. Abordou, ainda, aspectos de programas estratégicos; planejamento territorial e ambiental; projetos de educação ambiental, como a "Carta do Pacto das Águas"; convênios municipais; difusão de tecnologias conservacionistas; produção de peixes; importância do canal de piracema; agricultura orgânica; plantas medicinais; áreas de proteção; biodiversidade; estabelecimento do corredor de biodiversidade trinacional; monitoramento e avaliação ambiental; e projetos e ações de responsabilidade social, como o "Jovem Jardineiro".

8.Após as palestras, a Vice-Presidente foi convidada a plantar uma árvore nos jardins de Itaipu e, em seguida, realizou visita técnica à Usina, acompanhada pela delegação e por representante de Itaipu.

9.Ao fim da visita foi oferecido, pelos representantes das construtoras brasileiras, almoço em restaurante local à Senhora Albañez Escobar, de onde seguiram para visita às Cataratas do Iguaçu.

10.Na avaliação daquela autoridade Salvadorenha, a visita cumpriu amplamente seus objetivos, na medida em que possibilitou vasto conhecimento das diversas características de um eempreendimento hidrelétrico binacional.

EXTERIORES

HMDN

De: BRASEMB SÃO SALVADOR Recebido em: 29/05/2006 14:57:00 N.°: 00204
CARAT=Reservado

De Brasemb São Salvador para Exteriores em 29/05/2006 (RRCV)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DCC
DESCR=XPRO-ELSA
RTM=HONBREM
CATEG=MG

//
El Salvador. Hidroelétrica de
El Tigre. Participação de
empresas brasileiras.
Intertechne.
//

Nr. 00204

Recebi mensagem (correio eletrônico) do engenheiro Antonio Fernando Krempel, da empresa de projetos Intertechne, que já havia me visitado na embaixada para tratar de projetos hidroelétricos em El Salvador. A empresa está no momento prestando serviços à CEL na preparação do desenho técnico para a construção da hidrelétrica de El Chaparral e, nesse contexto, desenvolveu excelente relacionamento com a equipe técnica da CEL, assim como com a sua direção. Relatou-me na comunicação em apreço o engenheiro Krempel que diretor de sua empresa havia se reunido recentemente com representantes de Furnas para tratar da parceria para os trabalhos de Supervisão (Owner's Engineering) para El Chaparral e também para conversar sobre a participação conjunta no desenvolvimento dos trabalhos de engenharia para o Projeto El Tigre. Os executivos de Furnas teriam se mostrado muito interessados em participar do empreendimento e ficado de desenvolver ações internas para levar o assunto adiante. Ainda segundo Krempel, a Intertechne havia igualmente mantido contatos com as construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez na articulação da participação brasileira em El Tigre.
2. A Intertechne sugere uma linha de ação que, em sua opinião, pode vir a facilitar ou potenciliazar a participação de empresas brasileiras no projeto e que, evidentemente, atende a seus interesses comerciais. Basicamente, ela se centraria na oferta por parte do Brasil aos governos de El Salvador e Honduras dos estudos de revisão do projeto existente para El Tigre de forma a atualiza-lo técnica e institucionalmente, levando em conta as implicações políticas de um empreendimento bi-nacional. Isto significaria reestudar sua localização e arranjo, executar as investigações de

De: BRASEMB SÃO SALVADOR Recebido em: 29/05/2006 14:57:00 N.°: 00204
CARAT=Reservado

campo, os estudos hidráulicos, geológicos, geotécnicos e definir estruturas, equipamentos e produção de energia. Do ponto de vista institucional, definir acordo entre as partes para execução, operação e usufruto dos benefícios do empreendimento. Os estudos em que se baseiam atualmente os governos de Honduras e El Salvador foram realizados em 1995 pela consultora alemã Lahmayer e, segundo a Intertechne, necessitariam de uma revisão dos conceitos sócio-ambientais, dado que esse tema teria sofrido um grande avanço na última década, alvo de fortes pressões por parte dos movimentos ambientalistas e de agentes financeiros. Trata-se de um ponto relevante: o Embaixador José Roberto de Almeida Pinto tem-me relatado várias manifestações contrárias ao projeto realizados nas últimas semanas em Honduras pelas populações que serão eventualmente deslocadas com a construção da represa e por grupos ambientalistas. Essas manifestações, aliás, foram noticiadas pela imprensa salvadorenha, embora sem grande ênfase.

3. Na visão da Intertechne, esses estudos poderiam ser feitos por uma associação entre a própria empresa (como a consultora brasileira experiente e conhecida na região) e Furnas, empresa estatal brasileira que tem conhecimento e prática dos aspectos institucionais de empreendimentos binacionais (por exemplo Itaipu e atualmente Alto Madeira). Ainda segundo a consultora brasileira, tais trabalhos deveriam demorar cerca de 2 anos e envolveriam custos de possivelmente 2 a 3 milhões de dólares, que "poderiam ser financiados pelo Governo Brasileiro (BNDES) com a colaboração de empreiteiras brasileiras que poderiam ter assegurada sua participação na construção através de preferência formal ou `first refusal`".

4.Na sugestão da Intertechne, os estudos de atualização do projeto existente, necessários para a formalização dos acordos entre os dois países que são sócios no projeto (definiriam, onde e como serão as obras, quais os custos e que benefícios gerarão), poderiam ser controlados por uma comissão de alto nível, formada pela CEL mais sua contra-parte hondureña, a quem os executores dos estudos - Intertechne e Furnas - se reportariam operativamente. A mensagem conclui com a afirmação de que "uma vez concluídos os estudos de atualização, a realização das obras por empresas brasileiras ficaria facilitada".

5.Muito agradeceria os comentários que Vossa Excelência e a Brasemb Honduras tenham a fazer sobre a proposta da Intertechne.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos.

EPPR

Para: BRASEMB SÃO TOMÉ Expedido em: 07/03/2005 13:00:00 N.°: 00032
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Tomé
Em 07/03/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DAF II/DSF/ABC
DESCR=XPRO-BRAS
REF/ADIT=TEL 77
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Promoção
Comercial.Cooperação.Interesse
em aeronave brasileira. Visita
do Ministro de Infraestrutura
de STP ao Brasil.
//

Nr. 00032

As informações objeto da comunicação de referência, que muito agradeço, foram retransmitidas à EMBRAER e à Construtora Norberto Odebrecht. Tão logo obtenha resposta, informarei Vossa Excelência.

EXTERIORES

CHAS

Para: BRASEMB SÃO TOMÉ Expedido em: 18/04/2007 10:56:06 N.°: 00074
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Tomé
Em 18/04/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DOC/ABC/DECAS/DPG/DRN
DESCR=GVIO-BRAS-TOME
REF/ADIT=DET 64, DET 70
CATEG=MG

//
Brasil-São Tomé e Príncipe.
Visita do Chanceler Carlos
Gustavos dos Anjos.
25-29/3/07. Relato.
//

Nr. 00074

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e das Comunidades da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Carlos Gustavo dos Anjos, acompanhado do Ministro das Obras Públicas e Infra-estruturas, Delfim Santiago das Neves, do Embaixador do Brasil em São Tomé, Manuel Innocêncio de Lacerda Santos Jr., do Embaixador de São Tomé e Príncipe para o Brasil, Ovídio Pequeno, do Diretor de Planejamento Econômico do Ministério do Plano e das Finanças, Filipe Muniz, e de diplomata da Divisão da África-II realizou visita oficial ao Brasil, no período de 25 a 29 de março de 2007.

2.Na tarde do dia 26 de março, encontrei-me com o Chanceler santomense em meu Gabinete, conforme relato transmitido no desptel 70, de 9/4/2007, para esse Posto.

3.Na manhã do dia 26, o Ministro Carlos Gustavo teve encontro com o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dr. Dioclécio Campos Júnior, que versou, entre outros aspectos, sobre a intenção da SBP

de ter participação mais ativa na CPLP. A SBP mostrou interesse em realizar projetos de cooperação com São Tomé e Príncipe, na área de saúde materno-infantil. Nesse sentido, foi mencionada a intenção da SBP de realizar um `Congresso de Pediatria da CPLP`, em Salvador, entre os dias 2 e 4/8/2007. A SBP comprometeu-se a encaminhar informação oficial a respeito do evento, de modo a habilitar a CPLP a transmitir convite à participação de todos os Estados-membros. O Embaixador Ovídio Pequeno ressaltou a necessidade de haver um encontro técnico, prévio à reunião de agosto, com vista à discussão das realidades e necessidades de cada país, de modo a evitar-se a criação de falsas expectativas quanto à inciativa.

4.Em seguida, a delegação santomense participou de reunião da Comissão de Financiamento e Garantia de Exportações, COFIG, cujo relato foi enviado pelo desptel 64, de 30/3/2007.

5.Em encontro na Caixa Econômica Federal, na tarde do dia 26, foi discutido o projeto Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe, formalizado em Memorando de Entendimento durante audiência no Itamaraty ocorrida nessa mesma data. O Superintendente de Negócios Internacionais da Caixa, Flávio Geraldo Petró, acompanhado de dois assessores, recebeu a delegação de São Tomé e Príncipe e ofereceu esclarecimentos quanto aos objetivos e aspectos operacionais do projeto. Nesse encontro, os Ministros santomenses receberam informações sobre o tratamento de águas fluviais e residenciais e sobre proposta para enfrentamento do problema habitacional no arquipélago. Ambas as ações encontram-se previstas no projeto proposto, conforme esclarecido pelos representantes da Caixa.

6.Após a visita a Caixa Econômica Federal, a delegação encontrou-se com o Senador Cristóvam Buarque, em seu gabinete. A visita transcorreu em clima de cordialidade, tendo o Senador demonstrado grande interesse por São Tomé e Príncipe. O Embaixador do Brasil em São Tomé reiterou teor de conversa que havia tido com o Deputado Paulinho da Força, a respeito da criação de Centro de Formação Profissional em STP, com a participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e com investimentos da Força Sindical. O Senador Cristóvam Buarque comprometeu-se a conversar com o Deputado Paulinho da Força, de modo a

tentar viabilizar a instalação do Centro em STP.

7.No dia 27, a delegação viajou para São Paulo, onde se reuniu com representantes da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Participaram do encontro o diretor da área internacional da Federação, Roberto Gianetti da Fonseca, e diversos membros associados, que manifestaram o interesse em renovar os contactos com o setor empresarial santomense. Agradou especialmente à delegação santomense a participação da empresa Odebrecht, que já havia procedido a um levantamento do sistema de drenagem e saneamento de São Tomé e Príncipe. A parte santomense espera que a Odebrecht possa interessar-se em se instalar em São Tomé e Príncipe para a construção de infra-estruturas, como o porto de águas profundas, estradas, aeroporto e habitações populares. Na ocasião estiveram igualmente presentes representantes do sistema SESI/SENAI de São Paulo, com vistas à eventual implantação de um centro de treinamento profissional em São Tomé e Príncipe.

8.Na tarde do dia 27, a delegação visitou a fábrica da Embraer, em São José dos Campos. Participaram da reunião os senhores Ricardo Bester, Diretor de Suporte ao Cliente do Mercado de Defesa e Governo, Augusto Vieira, Analista de Marketing e Comunicações, e Sérgio Hirata, do Departamento Financeiro. Aberta com rápida apresentação institucional da empresa e seus produtos, a reunião teve seu foco alterado para discussões a respeito da aquisição de uma aeronave por STP. O Embaixador Ovídio Pequeno reiterou que, após a reunião com o COFIG, teria sido confirmada a informação de que financiamento de 100% do valor de um bem é fato raro, mas não impossível. O senhor Sérgio Hirata, da área financeira e de financiamentos da Embraer, explicou os procedimentos existentes e salientou o fato de que é a Embraer quem procura financiador para o comprador de suas aeronaves, junto a bancos ou instituições no Brasil e no exterior. Ao Governo de STP caberia providenciar as garantias necessárias à viabilização do financiamento. No caso de financiamento pelo Governo brasileiro, as garantias são apresentadas ao Governo, que faz uma análisa técnica das mesmas. Seria necessário que o Governo santomense enviasse carta à Embraer oficializando o interesse na aquisição de uma aeronave e, se possível, já indicando o prazo esperado para pagamento do financiamento (curto ou longo) e indicando as garantias que serão utilizadas.
Solicitou, também, o senhor Hirata, que seja designado

um "ponto focal" santomense para discussões relativas ao financiamento da aeronave, ao que prontamente comprometeu-se o Ministro Delfim Neves, após seu retorno a São Tomé. Acertou-se que será enviada missão técnica santomense ao Brasil, com vista à discussão, com técnicos da Embraer, das necessidades e especificidades de infra-estrutura santomenses, para uma decisão quanto à melhor opção de aquisição por parte de STP. Os representantes da Embraer confirmaram que a missão técnica santomense pode ser enviada em qualquer período, mas deveria ser precedida de comunicação oficial. O Ministros santomenses informaram que será enviada carta à Embaixada do Brasil em São Tomé solicitando a vinda dos técnicos.

9.De volta a São Paulo, o Chanceler e a delegação encontraram-se com representantes da Câmara de Comércio Brasil - São Tomé e Príncipe. Durante o rápido encontro, conversaram sobre os procedimentos que levaram à constituição da referida Câmara, o que se teria realizado exclusivamente no âmbito empresarial, aparentemente sem o conhecimento das autoridades governamentais santomenses.

10.No Rio de Janeiro, a delegação cumpriu extensa agenda. No dia 28, pela manhã, ocorreu encontro com a empresa Marítima, do Grupo Synergy. A empresa está interessada em participar no processo de construção e gestão através do sistema BOT do porto de águas profundas, e melhoramento das condições do porto de Ana Chaves dentro do mesmo sistema. Face a essa manifestação de interesse, a parte santomense sugeriu o envio de uma missão para discussões técnicas e posterior definição de um cronograma de ações. Durante o encontro na Marítima foi possível igualmente manter conversações com representantes da empresa Ocean Air, pertencente ao mesmo grupo. A Ocean Air deverá iniciar operações de voo entre o Brasil e Angola e Nigéria ainda este ano. Tendo em vista que os aparelhos a serem utilizados nessas rotas não podem pousar em São Tomé, a Ocean Air está interessada na exploração do trafico aéreo de São Tome para Luanda ou Lagos, de modo a atender os passageiros que queiram viajar de São Tome com destino ao Brasil. A Ocean Air manifestou, ainda, e na base de propostas anteriores, estar interessada na compra de ações da empresa STP Airways.

11.Em seguida, houve almoço de trabalho na Federação

das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, FIRJAN, organizado pela Associação Comercial e Industrial de São Tomé e Príncipe no Rio de Janeiro - entidade independente e, até certa forma, concorrente da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe, sediada em São Paulo. O encontro teve por foco a apresentação do sistema FIRJAN/CIRJ/SESI/SENAI/IEL e a possibilidade de cooperação nas áreas de indústria de petróleo. Nessa área, o Estado do Rio de Janeiro apresenta grande "expertise", que muito interessa a São Tomé e Príncipe. A cooperação pensada pela FIRJAN seria pautada na formação de profissionais santomenses na gestão e manutenção de empresas na área petrolífera. Nesse sentido, haveria necessidade de implantação de algumas oficinas em STP, com vista a possibilitar o treinamento do pessoal. Em virtude de haver sido solicitada cooperação para ensino profissional também à FIESP, as duas entidades deverão coordenar-se, de modo a evitar sobreposição de ações.

12.Nessa mesma tarde, o Chanceler foi recebido pelo Diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, acompanhado do senhor Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente-Executivo Internacional para Desenvolvimento de Novos Negócios da Petrobrás. A profícua reunião focou-se na possibilidade de exploração de biocombustíveis pelos santomenses. Ao assegurar que a Petrobras não estava abandonando o petróleo de STP, o senhor Nestor Cerveró mostrou à delegação santomense que a empresa entendia ser o biocombustível alternativa de retorno mais rápido (produção em 2 ou 3 anos, contra 10 do petróleo) e de maior facilidade de instalação. Desse modo, o biocombustível deveria ser implantado inicialmente, enquanto as pesquisas e prospecções de petróleo continuariam. Os dois ministros santomenses mostraram-se bastante entusiasmados com a proposta da Petrobras, mas questionaram as possibilidades de implantação de biocombustíveis em STP. Nesse sentido, o senhor Cerveró assegurou o envio de missão da Petrobras a São Tomé e Príncipe, com vista à discussão das viabilidades de desenvolvimento de biocombustíveis no país. No entanto, antes de ser enviada missão a STP, seria necessário a Petrobras receber uma "carta convite" do Governo de STP relativa à missão do biodiesel. O Gerente-Executivo Luis Carlos Moreira indicou que o biodiesel, por não precisar de grandes áreas de produção, seria o mais adequado à realidade de São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, foi reiterada a

necessidade de vinda de técnicos santomenses ao Brasil para conhecer a produção de biodiesel/biocombustíveis no país, já que não é apenas a Petrobras que produz biodiesel no Brasil. Para Cerveró, primeiramente deveria ser enviada missão da Petrobras a STP (após o recebimento da "carta convite") e, em seguida, viriam os técnicos santomenses conhecer a produção de biodiesel. O senhor Nestor Cerveró ressaltou, ainda, que todas as atividades da Petrobras em São Tomé e Príncipe estariam cobertas pelo Memorando de Biocombustíveis que se encontra em negociação. O Chanceler Carlos Gustavo aludiu para a importância da criação de um grupo destinado a estudar as possibilidades de biocombustíveis em STP, opinião compartilhada pelo Diretor Internacional da Petrobras.

13.No dia 29 de março, último dia de sua visita ao Brasil, a delegação santomense fez rápida visita à FEINPORTS, Feira Internacional de Negócios dos Portos do Estado do Rio de Janeiro, onde participaram de reunião com empresários dos setores portuário, marítimo e de armazenagem, que apresentaram propostas comerciais, entregues diretamente aos Ministros santomenses.

EXTERIORES

DLOP/LHM

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 02/03/2005 13:28:00 N.°: 00077
CARAT=Reservado

De Brasemb São Tomé para Exteriores em 02/03/2005 (TPR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DOC/DAF II/DSF/ABC
DESCR=ETEC-BRAS-TOMÉ
REF/ADIT=DET 150 2004, TEL 231 2004
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Promoção
comercial.Cooperação.Interesse
em aeronave brasileira. Visita
do Ministro de Infraestruturas
de STP ao Brasil.
//

Nr. 00077

Informo e rogo providências. O Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas e Ordenamento do Território, Sr. Deolindo Costa Boa Esperança, convocou-me para, entre outros assuntos de sua competência, reiterar o interesse deste governo na urgente aquisição, mediante financiamento adequado, de aeronave usada de fabricação brasileira em bom estado para cerca de 50 passageiros e capacidade alternativa de carga comercial, objeto de gestões anteriores por parte do Presidente da Air São Tomé.

2. Enfatizou o Ministro a iminência de paralisação das operações da linha aérea nacional, em razão do desgaste e alto custo de manutenção do único avião de que dispõe a empresa para servir as rotas para o Príncipe e Libreville. Além da possível compra de aeronave, tencionaria o Ministro discutir com a EMBRAER proposta de instalação de um centro de manutenção e assistência técnica neste país, o qual poderia servir como plataforma para a entrada estratégica da empresa brasileira no mercado de aviação regional na África ocidental e austral, cujo crescimento deverá acompanhar a expansão da atividade petrolífera nestas regiões.

3. Para tanto, o Ministro dispõe-se a visitar o Brasil em breve prazo, se possível na primeira quinzena de abril próximo, com vistas a explorar esses e outros temas afetos a sua pasta, já objeto de diversas comunicações desta Embaixada

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 02/03/2005 13:28:00 N.°: 00077
CARAT=Reservado

e que incluem, como prioridade, solicitação de cooperação técnica para o desenvolvimento do setor de Ordenamento do Território (serviços geográficos e cadastrais e atividades correlatas, assunto do tel. 429/2004 e anteriores, para os quais encareço a necessidade de uma resposta com a possível brevidade).

4. Tendo em vista o interesse demonstrado por empresas brasileiras (Odebrecht, Marítima) em importantes projetos de infraestrutura neste país (porto, aeroporto, energia elétrica, comunicações), que deverão multiplicar-se com o advento da "era do petróleo" em STP e seu entorno imediato, aventei a possibilidade de iniciativa conjunta, por parte daquelas empresas e em coordenação com órgãos competentes do governo brasileiro, de patrocínio da visita do Ministro e possivelmente um acompanhante, em datas de mútua conveniência. (posso adiantar, após contatos informais, que parece confirmar-se o interesse e a disposição de princípio da Odebrecht e EMBRAER em promover a visita da referida autoridade santomense).

5. Muito agradeceria, nessas condições, o obséquio das necessárias providências junto àquelas empresas, às quais seria talvez conveniente associar-se a Petrobrás, assim como junto às áreas competentes do Ministério de Indústria, Comércio e Desenvolvimento, no sentido da realização e organização de agenda da visita do Ministro Deolindo Costa Boa Esperança ao Brasil no período sugerido, tendo em vista o potencial de promoção das relações bilaterais de comércio e investimento com base na participação de grandes empresas brasileiras em projetos de infraestrutura neste país, especialmente em setores ligados à futura indústria de exploração e serviços de petróleo.

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador

PDP

Para: BRASEMB SÃO TOMÉ Expedido em: 04/08/2005 19:06:00 N.°: 00155
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb São Tomé
Em 04/08/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/C
DESCR=GVIO-BRAS-TOMÉ
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Visita oficial do
Pres. Fradique de Menezes.
Missão preparatória do Min.
Ovídio Pequeno. Resultados.
//

Nr. 00155

RESUMO=
Informo.

De 1º a 4 de agosto, em missão preparatória da visita oficial do Presidente Fradique de Menezes, cumpriu visita de trabalho a esta capital o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Embaixador Ovídio Pequeno, acompanhado do Chefe do Protocolo daquele Ministério, Embaixador Urbino Botelho. Recebi o Chanceler no último dia de sua visita. A autoridade santomense cumpriu programação que incluiu encontros com o SGAP II e com os Diretores do DEAF, do DEC e do DPR, além de reunião na ABC. O Embaixador Urbino Botelho reuniu-se ainda, em diferentes ocasiões, com o Chefe do Cerimonial. Encaminharei a Vossa Excelência, oportunamente, o relato desses encontros.

2. De imediato, transmito a Vossa Excelência, nos termos a seguir, o teor de memória entregue ao Ministro Ovídio Pequeno, que reflete os entendimentos havidos em torno de diversos aspectos logísticos relacionados à visita oficial do Presidente Fradique de Menezes:

"MEMÓRIA

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, EXCELENTÍSSIMO SENHOR FRADIQUE DE MENEZES

TRANSPORTE INTERNACIONAL - OFERECIMENTO DE AERONAVE DO GOVERNO BRASILEIRO

. O Governo brasileiro oferecerá ao Presidente Fradique de Menezes e delegação (12 a 15 pessoas) aeronave da Força Aérea para o trajeto São Tomé - Fortaleza (14/08) e Rio de Janeiro - São Tomé (21/08).

. A aeronave transportará também (na ida ou na volta, a depender de definições técnicas da Força Aérea) material didático do programa de alfabetização de jovens e adultos (2,93 toneladas).
. Na ida e na volta, a aeronave deverá ser um Boeing 737.
. A aeronave não estará disponível para vôos internos (com a eventual exceção do trecho Brasília - Rio de Janeiro, em 18/08, a ser confirmada oportunamente).

TRANSPORTE NACIONAL - VÔOS COMERCIAIS E OFERECIMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO

. O Governo brasileiro custeará 6 passagens em classe executiva (PR + 5) para a delegação santomense.
. As demais passagens deverão ser custeadas pelo Governo santomense.
. O Governo santomense deverá fazer as reservas das 6 passagens mencionadas, assim como aquelas do resto da delegação, em São Tomé, junto à agência da TAP.
. A Embaixada do Brasil em São Tomé pagará diretamente as 6 passagens mencionadas à agência da TAP.
. Ficou acertado entre as delegações o seguinte roteiro em território nacional:
16/08 - Fortaleza - Salvador - RG 2323 - 07h00-09h50 (ex. R$ 1.351,00, eco. R$ 515,00)
16/08 - Salvador - São Paulo - RG 2305 - 19h05-21h35 (ex. R$ 1.428,00, eco. R$ 546,00)
17/08 - São Paulo - Brasília - RG 2334 - 19h01-20h30 (ex. R$ 1.062,00, eco. R$ 502,00)
18/08 - Brasília - Rio de Janeiro - RG 2205 - 18h54-20h35 (ex. R$ 1.111,00, eco. R$ 525,00)

FACILIDADES DE TRANSPORTE E HOSPEDAGEM

. O Governo brasileiro oferecerá, em Brasília e nas capitais visitadas, 1 (um) veículo vip, 1 (um) veículo

sedan e mais 2 ou 3 vans para o restante da delegação.

. O Governo brasileiro oferecerá, em Brasília e nas demais capitais visitadas, 1 (uma) suíte para o Presidente e mais 5 (cinco) apartamentos standard em hotel para o restante da delegação. Em Brasília, a hospedagem será no Hotel Meliá (o Presidente ficará hospedado na suíte presidencial). No que diz respeito aos Estados, está sendo feita pesquisa, e hotéis serão confirmados oportunamente (em princípio, Fortaleza - Hotel Caesar Park; Salvador - a definir; São Paulo - Renaissance; Rio de Janeiro - Marriot).

PROGRAMAÇÃO NAS CAPITAIS

. As capitais dos Estados a serem visitados (Ceará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro) foram consultadas sobre a programação a ser cumprida pelo Presidente Fradique de Menezes, bem como sobre possível apoio em termos de hospedagem e transporte.
. Foram sugeridos aos Governos estaduais os seguintes compromissos: encontro e almoço/jantar com o Governador do Estado; visita à Federação das Indústrias local (com possibilidade de palestra do PR ou assessores sobre oportunidades de negócios em STP); palestra do PR na universidade federal local, na qualidade de Presidente da CPLP; entrevistas a meios de comunicação locais. Além disso, discutem-se atividades específicas como, em Fortaleza, visita ao Banco do Nordeste; em Salvador, visita à Odebrecht; em São Paulo, visita à Embraer; e no Rio, visita a instalações da Petrobrás na Bacia de Campos.
. As reações a tais consultas estão sendo colhidas."

EXTERIORES

CFGC

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 12/02/2004 18:39:00 N.°: 00046
CARAT=Reservado

De Brasemb Sao Tome para Exteriores em 12/02/2004 (TPR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/ABC/DCE/DSF/DOC
DESCR=ETEC
RTM=PORBREM
REF/ADIT=TEL 187 2003, TEL 211 2003, TEL 255 2003
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Cooperação em
setores prioritários e novas
áreas. Repescagem.
//

Nr. 00046

RESUMO=
Rogo providências. Recapitula os temas de cooperação bilateral pendentes de encaminhamento e retoma propostas que não puderam ser consideradas na preparação da visita presidencial em novembro/2003. Necessidade premente de reformulação e sistematização da cooperação Brasil-STP no contexto competitivo da região.

Entendo que, além da implementação dos acordos e ajustes bilaterais concluídos quando da visita do Presidente da República a S.Tomé em 02/11/03, deverá merecer a atenção do governo brasileiro e dos setores competentes da SERE, durante o corrente ano, uma série de atividades e propostas de cooperação de interesse para ambos os países em diversos setores, as quais não puderam ser discutidas ou mesmo consideradas no contexto da preparação da viagem presidencial a cinco países africanos em novembro último.

2. Tendo em conta o processo em curso de reestruturação do sistema brasileiro de CTPD, parece-me importante a definição de áreas nas quais o Brasil tenha efetivamente condições de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de STP, a exemplo dos programas de alfabetização solidária e bolsa-escola, de utilidade comprovada e reconhecida pelas autoridades e sociedade deste país, mas agora dentro do novo enfoque da construção de uma economia saudável e sustentável apoiada nos recursos provenientes da atividade petrolífera.

3. Mesmo algumas ações bilaterais prioritárias já identificadas - a ampliação e aprofundamento da cooperação em educação e saúde e da assessoria técnica no setor de petróleo - carecem de urgente definição programática a médio prazo, com objetivos e meios previstos pelo menos para os próximos três anos de mandato do governo atual. Para isso poderá ser necessário um esforço especial de coordenação entre os vários órgãos governamentais, instituições e ONGs brasileiras envolvidas em CTPD, com vistas a determinar claramente o papel que o Brasil deverá ou poderá desempenhar no processo de desenvolvimento deste país, a menos que nos resignemos à condição de simples espectadores ou atores coadjuvantes na acirrada disputa de influência, neste arquipélago e na região em seu entorno, entre os principais parceiros de cooperação de STP.

4. À parte as atribuições de coordenação interna em CTPD que cabem ao Itamaraty, esse esforço de instrumentalização da cooperação com STP deverá depender da constituição de um núcleo de interesses centrados na exploração petrolífera e na criação de toda uma infraestrutura de serviços e atividades correlatas, para cuja montagem o Brasil conta com inegável experiência. Talvez o caminho recomendável seja o estabelecimento de um "Projeto STP", para cuja elaboração um grupo de trabalho interministerial se poderia constituir de imediato e dentro do qual sejam atribuídas responsabilidades especiais à área de energia do Estado (MME, ANP, Petrobrás, Eletrobrás, entidades estaduais), bem como empresas e instituições privadas com interesse no setor e na promoção de negócios em geral com países africanos, com vistas à mobilização de recursos humanos e materiais indispensáveis para conferir densidade às relações bilaterais.

4. Todas as demais áreas e ações de cooperação bilateral identificadas como relevantes poderiam ser inseridas em tal "Projeto" e desenvolvidas com o suporte e o aval dos órgãos, empresas e entidades integrantes desse núcleo central. Parece-me válido, nesse sentido, evocar a experiência positiva de colaboração e coordenação entre Itamaraty, Petrobrás, Furnas e Odebrecht no desenvolvimento das relações do Brasil com Angola na década dos 80, a qual se poderia reproduzir no relacionamento com STP, com vantagens evidentes e sem os óbices traumáticos do conflito civil que devastou aquela nação irmã.

5. Qualquer que seja o formato escolhido, tal esforço de sistematização das relações com STP deveria estar em curso antes da transferência da Presidência da CPLP a este governo em julho próximo, sendo para tanto muito importante o

envolvimento do setor privado nas iniciativas relacionadas com a preparação da V Cimeira da Comunidade e o atento acompanhamento, por parte de empresas brasileiras com alguma experiência africana, de concorrências internacionais e da constituição de parcerias para investimentos em infraestrutura e serviços neste país, como é o caso da construção de um porto de águas profundas, da ampliação e modernização do aeroporto internacional e da implantação de zonas francas e/ou de processamento para exportação (é oportuno lembrar o compromisso assumido pelo Presidente Lula de dar impulso à cooperação empresarial bilateral, a começar pelo envio de uma missão de homens de negócios brasileiros a STP ainda neste primeiro semestre).

6. Não cabendo na extensão de uma comunicação telegráfica o aprofundamento do assunto, o objetivo imediato desta é o de recapitular as solicitações de cooperação dirigidas por STP ao governo brasileiro e relegadas a segundo plano na seleção dos temas prioritários que integraram a agenda da visita presidencial em novembro último.
Cabem algumas observações, no entanto, no que diz respeito aos setores já reconhecidos como de alta prioridade no relacionamento bilateral:

a) qualquer que seja o resultado do difícil processo de seleção de candidatos são-tomenses às vagas oferecidas em universidades brasileiras dentro do PEC-G/2004, um importante salto qualitativo será dado na cooperação educacional com STP, para cuja necessidade de sistematização a médio prazo, ao abrigo do protocolo de intenções firmado em 02/11/03, o Itamaraty terá de sensibilizar as novas autoridades do MEC, quando menos para evitar que se repita a experiência desgastante que vimos vivendo nos últimos dois meses (a definição, mencionada no desptel 96/2003, da oferta de bolsas de graduação e pós-graduação "incluída no orçamento do Programa de Ação Brasil-África- Fase 1", bem como da criação da Universidade Milton Santos certamente ampliaria significativamente esse salto qualitativo);

b) o mesmo pode ser dito no tocante à cooperação no setor de saúde, agora também objeto de protocolo de intenções abrangente cuja implementação depende de pronta resposta, por parte das autoridades e entidades brasileiras competentes, às demandas específicas de seus homólogos são-tomenses, tanto para o combate direto das enfermidades de maior prevalência em STP, quanto no que diz respeito à reorganização do setor neste país, à reforma da estrutura hospitalar e à formação e treinamento de recursos humanos;

c) a cooperação no setor petrolífero, no momento em compasso de espera, deveria começar a ser redefinida nas linhas sugeridas no parágrafo 04 acima ("Projeto STP"), sob pena de voltarmos a "tocar segundo violino", como no caso de Angola, na orquestração internacional que se articula para a exploração do petróleo e das atividades e serviços gerados pela dinâmica da referida indústria no plano regional.

7. Tanto nessas três áreas prioritárias, quanto em outras nas quais a cooperação brasileira é vista, em termos práticos e de relação custo-benefício, como mais atraente para STP (agricultura e pesca, defesa e segurança, cooperação cultural e esportiva, comunicação social, desenvolvimento do turismo, administração e reforma do estado, sistema financeiro, transporte aéreo, comércio e investimento), o adensamento das relações bilaterais deverá depender em grande medida de uma intensificação de contatos e da troca de missões governamentais e empresariais de diversos níveis, para a qual o Brasil deveria tomar a iniciativa, a exemplo de alguns outros importantes parceiros de cooperação (principalmente, como assinalado em comunicações anteriores, Estados Unidos, França, Nigéria, Portugal e Taiwan).

8. A título de parênteses, convém atentar para o renovado interesse de Portugal, desde os episódios de julho/2003, na intensificação da cooperação com STP por via bilateral. Especialmente nas áreas e atividades de maior impacto social, mas também na vertente econômico-financeiro-comercial, multiplicam-se as missões e ações de intercâmbio bilateral em diversos níveis (o atual "pacote" de cooperação bilateral apenas em setores sociais, acertado em 2002, teria sido elevado de 7,2 para 10 milhões de euros para o período 2003/05). Em outras áreas prioritárias, os dois países acabam de reforçar a tradicional cooperação bilateral em defesa e segurança, devendo a Polícia Nacional de STP passar por uma total reorganização mediante um programa de cooperação com Portugal, parte das atividades de treinamento confiadas a Angola.

9. No plano político, repetem-se as reafirmações de estreitamento das relações bilaterais, como no recente encontro no aeroporto de Lisboa entre o Presidente Fradique de Menezes e o PM Durão Barroso, após o qual o dirigente são-tomense declarou à imprensa que "São Tomé e Príncipe estará sempre ligado a Portugal...Se um dia viermos a ser ricos com o petróleo, poderemos vir a financiar a cooperação com este país...". A PM Maria das Neves, como divulgado, embarca no próximo sábado 14/02 em uma visita de uma semana a Portugal, onde deverá receber tratamento de Chefe de Estado. Espera-se

dessa visita, além da consolidação da cooperação nas áreas sociais, o anúncio de novas iniciativas de investimentos portugueses neste país, em alguns casos em associação com interesses angolanos, inclusive no setor petrolífero e serviços correlatos.

10. A vinda a STP, há poucos dias, da nova Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, acompanhada de importante delegação militar e de altos funcionários - depois de duas visitas de seu antecessor em menos de seis meses-, confirma a disposição de Lisboa de manter o padrão de influência e intimidade com que ainda julga contar junto às elites dirigentes deste país, inegavelmente ligadas a Portugal por vínculos familiares, de negócios e mesmo políticos, procurando assegurar-se de bom quinhão dos dividendos futuros da exploração de petróleo nesta parte do Golfo da Guiné (acenou-se inclusive com a possibilidade de substancial aumento do "pacote" trienal de cooperação bilateral para o nível de 20 milhões de euros). A ampla assistência oferecida para a realização da V Cimeira da CPLP em S.Tomé em julho próximo, um dos principais temas da agenda da Secretária de Estado nesta capital, oferece também a Portugal excelente oportunidade de demonstrar à antiga colônia a importância da preservação desses laços umbilicais.

11. Em contraste, fora os vários instrumentos bilaterais assinados durante a visita do Presidente da República a S.Tomé em 02/11/03, nenhuma das propostas de visitas, contatos e projetos de cooperação avançadas por este governo no curso de 2003 obteve até hoje resposta positiva concreta da parte do Brasil, sob uma variedade de razões, orçamentárias e outras, que traem apenas o despreparo estrutural do Estado brasileiro para fazer frente ao grande desafio do chamado "reencontro com a África".

12. Relacionam-se a seguir as principais iniciativas de cooperação bilateral partidas do lado são-tomense que continuam aguardando manifestações de interesse e providências da parte brasileira, citando-se as mais recentes comunicações específicas de que foram objeto ou outras enviadas a título de relato de encontros e contatos com autoridades e funcionários deste governo desde a abertura desta missão diplomática:

a) visita do Ministro da Agricultura de STP ao Brasil, programa de cooperação na área do cooperativismo e outros temas de cooperação em desenvolvimento agrícola (desptel 145/2003, tels 123, 151/2003 e 011);

b) contatos entre autoridades de pesca e projeto de memorandum de entendimento sobre cooperação bilateral em aqüicultura e pesca (tel 012, desptels 96/2003 e ....);

c) possível visita do Ministro da Defesa de STP ao Brasil e cooperação bilateral em defesa e segurança (tels 51, 62 e 132/2003 e outras comunicações sobre temas correlatos abaixo);

d) cooperação educacional em áreas militares, cursos de altos estudos, cursos da FAB de formação de sargentos e aperfeiçoamento de oficiais (tels 62 e 169/2003);

e) cooperação técnica em aviação civil, dentro de programa conjunto OACI/ABC (tel 140/2003);

f) programa de ação para a implementação do acordo de cooperação esportiva (tel 242 e fax 149/2003);

g) programa de cooperação em comunicação social e acordo de intercâmbio técnico-cultural Radiobrás e Rádio Nacional de STP (tel 225/2003 e cópia de ofício do Ministro da Juventude, Desporto, Comunicação Social e Assuntos Parlamentares sendo encaminhada por fax desta data);

h) cooperação no domínio da cultura (Ministro da Educação e Cultura/Ministério da Cultura, tel 246 e fax 150/2003);

i) cooperação para o desenvolvimento do turismo (tel 216/2003).

13. Além desses temas objetos de comunicações específicas ou de menção em relatos de contatos com autoridades deste país, mereceriam consideração especial sugestões informais de cooperação bilateral e/ou multilateral em setores nos quais a formação e treinamento no Brasil, a transferência da experiência técnica e a maior utilização de recursos humanos brasileiros são cada vez mais reconhecidas e valorizadas, não só por este país, mas pelas agências do sistema da Nações Unidas e por governos e entidades de outros parceiros como os Estados Unidos e França - ou mesmo Portugal (Fundação Gulbekian e outras ONGs interessadas em vínculos com congêneres brasileiras) -, como de fundamental importância para o desenvolvimento de STP.

14. Em vários casos, o interesse manifestado a esta Embaixada por autoridades e entidades tanto brasileiras e quanto são-tomenses, como resultado do impulso político

conferido às relações bilaterais pela visita do Presidente Lula da Silva, poderia facilitar a desejada ampliação e adensamento daquelas relações, mediante pronta resposta dos setores competentes da SERE. Mencionam-se a seguir algumas dessas áreas, com os expedientes em que o tema é abordado ou indicação de órgãos ou entidades interessados (no caso dessas solicitações informais, seria útil auscultar desde logo os Ministérios ou entidades brasileiras que poderiam e estariam efetivamente dispostos a formular e implementar programas de cooperação com este país, por via bilateral ou da CPLP):

a) trabalho, assistência e previdência social e formação profissional (solicitações informais do Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade e da Secretária da Administração e Reforma do Estado - SARE);

b) projetos de infraestrutura, construção e habitação (Ministro das Infraestruturas, Obras Públicas e Ordenamento do Território/ Odebrecht (?), tel 44 e fax 54 desta data).

c) reestruturação administrativa e governança, inclusive governo eletrônico (SARE e Comitê de Governação Eletrônica-CGE/SERPRO, tel 024);

d) planejamento, tributação, orçamento, finanças públicas e sistema financeiro (Ministro das Finanças e Planeamento, Governadora do Banco Central de STP/Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal,);

e) justiça (polícia de investigação criminal, sistema carcerário), Ministério Público e sistema judiciário (Presidenta do Supremo Tribunal de Justiça, Ministro da Justiça e Procuradoria Geral da República/ MJ e STJ, tel 184/2003);

f) cooperação parlamentar (Presidente da Assembléia Nacional).

15. Mencionem-se também temas ou solicitações de cooperação com suporte multilateral que mereceriam um exame detido logo que completado o processo de reestruturação do sistema brasileiro de CTPD. Alguns desses foram suscitados no desptel 96/2003, alusivo a temas pendentes na fase de preparação da visita presidencial, destacando-se possíveis projetos de cooperação na área de meio ambiente (letra G da referida comunicação), de aguda necessidade em STP e de interesse para o mesmo Ministério são-tomense responsável pelo setor petrolífero (Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e ANP). É ainda oportuno

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 12/02/2004 18:39:00 N.°: 00046
CARAT=Reservado

lembrar solicitação da UNICEF/S.Tomé de seleção de um advogado brasileiro com experiência na área de direitos humanos e cidadania (tel 252/2003) e demais temas comentados no tel 96/2003, relativo a encontro com o Representante Residente do PNUD.

16. Finalmente, reitero a importância, para o futuro das relações bilaterais, dos principais assuntos discutidos pelos dois Chefes de Estado durante a visita do Presidente Lula da Silva a esta capital e também objeto de várias comunicações recentes desta Embaixada (vide tel 255/2003). Além da oferta de fortalecimento da cooperação no plano político, mediante o envio de um emissário especial de alto nível para prestar assessoria na organização do Forum Nacional, ainda sem definição de nome e data (tel 027), urge uma decisão quanto a mecanismos de promoção das relações bilaterais de comércio e investimentos, particularmente o estabelecimento de conexões marítimas e aéreas e de linhas de crédito para a importação de produtos brasileiros, bem como o envio de uma pequena missão empresarial brasileira a este país.

17. Muito agradeceria o obséquio de uma indicação quanto à possibilidade de exame e encaminhamento dos vários temas suscitados na presente comunicação com anterioridade à V Cimeira da CPLP, a realizar-se nesta capital

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador

PDP

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 25/09/2007 12:50:22 N.°: 00332
CARAT=Reservado

De Brasemb São Tomé para Exteriores em 24/09/2007 (CAS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/DOC/ABC/DRN
DESCR=PEXT-BRAS-TOMÉ
RTM=ONUBRMS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 64, TEL 286, TEL 294
CATEG=MG

//
Brasil/STP.Relações
Bilaterais. Reunião Conselho
de Ministros-22/09/07.
Desobramentos. Petrobrás.
Embraer. Linha de crédito.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DAF II/DOC/DRN/ABC/DNU em 25/09/2007

Nr. 00332

Retransmissão automática para DELBRASONU

Para conhecimento imediato do Senhor Ministro de Estado.

Resumo: relato conversas mantidas com os Ministros de Obras Públicas e Infra-estruturas e dos Recursos Naturais e Meio-Ambiente após reunião do Conselho de Ministros, na qual vários temas afetos às relações entre Brasil e STP foram tratados; o Presidente Fradique de Menezes deverá solicitar encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da abertura da Assembléia Geral da ONU.

Encontrei-me esta manhã com os Ministros de Obras Públicas e Infra-estruturas, Delfim Santiago das Neves, e de Recursos

Naturais e Meio-Ambiente, Manuel de Deus Lima, segundo os quais, na última Reunião do Conselho de Ministros, realizada em 22/09/07, ter-se-ia "aberto o véu" da questão sobre a presença da PETROBRÁS neste país, tendo sido o Ministro da Justiça, Justino Tavares Veiga, instruído a apresentar proposta junto à Assembléia Nacional de reforma da legislação sobre recursos naturais, de modo a permitir que o Estado santomense tenha a prerrogativa de designar empresa de seu interesse para prospectar e operar blocos petrolíferos específicos na sua Zona de Exploração Exclusiva. O Ministro dos Recursos Naturais e Meio-Ambiente informou que o Governo de São Tomé e Príncipe deseja formalizar o contato direto com a Petrobrás para entabular conversações que possam levar à presença efetiva daquela empresa no setor petrolífero santomense. Os meus interlocutores afirmaram, entretanto, que a referida alteração na legislação somente seria levada a efeito em decorrência de prévia confirmação da manutenção do interesse da Petrobrás, tendo em vista o custo político de uma negociação dessa natureza no âmbito da Assembléia Nacional.

2. Recordei, a este respeito, o encontro que presenciei entre o Chanceler santomense, Carlos Gustavo dos Anjos, e o Diretor Internacional da Petrobrás, Nestor Ceveró, em março último (tel 34), durante o qual estabeleceu-se que a Petrobrás aguardaria a adequação da legislação santomense, mas que a empresa brasileira estaria disposta, desde aquele momento, a estudar a possibilidade de colaborar na produção de bio-combustível, o que poderia viabilizar a sua presença em São Tomé desde logo. Minuta de protocolo de entendimento nesse sentido, e que viabilizaria a realização de uma missão conjunta Petrobrás-Eletrobrás-Eletronorte a São Tomé, para analisar as perspectivas de construção de usina de produção de bio-diesel e de termo-elétrica movida a bio-combustível, foi transmitida à SERE por via eletrônica (vide, a respeito, os tels 63 e 64).

3. O Ministro Delfim Neves, de sua parte, aduziu que na referida Reunião do Conselho de Ministros decidiu-se, ainda, levar adiante a assinatura de contrato com a Odebrecht, para a realização de obras de infra-estrutura em São Tomé e Príncipe, bem como a assinatura de contrato de intenção de compra de aeronave da Embraer, de modo a que ambas empresas possam submeter os respectivos pedidos de linha de financiamento ao COFIG, na esteira dos entendimentos mantidos por ocasião da mencionada visita ao Brasil do Chanceler Carlos Gustavo dos Anjos. Com relação à aquisição de aeronave, deverá estar chegando a esta capital, na próxima quinta-feira, 27, representante da Embraer com a referida

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 25/09/2007 12:50:22 N.°: 00332
CARAT=Reservado

minuta de contrato. Para um país isolado como São Tomé e Príncipe, à mercê da boa-vontade de companhias estrangeiras, a perspectiva de aeronave própria capaz de permitir o estabelecimento de vôos de bandeira santomense para a costa africana significará o fim desse isolamento.

4. Uma terceira linha de financiamento deverá ser solicitada para a aquisição de gêneros alimentícios, com vistas a abastecer o mercado local para regular os preços oferecidos aos consumidores. É grande a urgência nesse sentido, a ponto de estar o Governo santomense disposto a apresentar carta-fiança bancária irrevogável para viabilizar a presença desses gêneros no mercado santomense antes do próximo Natal (vide, a respeito, o tel 286).

5. Finalmente, meus interlocutores adiantaram-me que o Primeiro-Ministro Tomé Vera Cruz deverá convocar-me, brevemente, para retomar o assunto de sua visita oficial ao Brasil, na esteira desses desdobramentos da Reunião do Conselho de Ministros.

6. Segundo informaram meus interlocutores, o Chanceler Carlos Gustavo dos Anjos já terá solicitado encontro com Vossa Excelência em Nova York, por ocasião dos trabalhos da Assembléia Geral das Nações Unidas. Acrescentaram que o Presidente Fradique de Menezes deverá, igualmente, solicitar encontro com o Senhor Presidente da República, na mesma ocasião, para tratar dos assuntos relacionados no presente telegrama.

Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr.,
Embaixador

MILS

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 07/11/2003 16:55:03 N.°: 00211
CARAT=Reservado

De Brasemb São Tomé para Exteriores em 07/11/2003 (TPR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/SG/DEAF/DPR/ABC
DESCR=GVIO-BRAS-TOMÉ
RTM=GABBREM,PORBREM,ANGBREM,MBQBREM,SAFBREM
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Visita do
Presidente da República.
Impressões e resultados.
//

Nr. 00211

RESUMO=
Informo. Relata sumariamente, para fins de registro e seguimento, as oito horas e meia da visita oficial do Presidente da República a São Tomé e Príncipe, com ênfase nas conversações privadas entre os Chefes de Estado do Brasil e da RDSTP e seu possível impacto sobre o futuro do relacionamento bilateral.

RETRNASMISSÕES AUTOMÁTICAS PARA BRASEMB LIBREVILE, LISBOA, LUANDA, MAPUTO, PRETORIA

ROGO RETRANSMITIR PARA BRASEMB WASHINGTON E WINDHOEK

A primeira visita de um PR brasileiro a São Tomé, cumprindo a primeira etapa de sua primeira viagem à África pode ser avaliada, sem qualquer risco de exagero, como um êxito absoluto. Não obstante os percalços e imprevistos habituais, bem como o forte calor e a visível fadiga do Chefe de Estado e da Primeira Dama, foi integralmente cumprida a intensa programação acordada na véspera entre o Escav e o Protocolo local, com ganhos inesperados em termos de impacto público, tanto aqui quanto em muitos outros países africanos, incluídos ou não no itinerário da comitiva presidencial e com acesso às imagens via satélite da RTPi e outras emissoras internacionais de TV.

2. Desde o festivo desembarque até a conturbada partida do modesto aeroporto internacional, é lícito dizer que a breve estada do Presidente Lula da Silva em S.Tomé deixa marca

indelével na memória dos dois povos, confirmando o acerto da decisão de abertura desta Embaixada como uma das primeiras medidas de política externa do novo governo brasileiro e da escolha do arquipélago de STP como portal simbólico para o reencontro do Brasil com o continente africano.

3. As duas atividades públicas centrais após a chegada - a inauguração da Embaixada, seguida pela entrega de coleção de livros doados pelo governo brasileiro e de diplomas a são-tomenses recém formados no Brasil, na Biblioteca Nacional - constituíram um claro atestado da imensa popularidade pessoal do Presidente Lula neste lado do Atlântico, do reconhecimento dos são-tomenses pelo esforço empreendido pelo atual governo brasileiro para intensificar a cooperação com este e outros países irmãos africanos e, sobretudo, da expectativa de resultados tangíveis de uma parceria especial a ser forjada entre o Brasil e São Tomé e Príncipe a partir da cooperação bilateral no setor de petróleo.

4. À margem dos pronunciamentos oficiais e documentos assinados durante a visita, há que destacar o extraordinário impacto da participação do Ministro da Cultura Gilberto Gil na comitiva presidencial, só confirmada à última hora. Sua presença e discurso plenos de naturalidade na cerimônia na Biblioteca Nacional e a força de sua música em duas apresentações improvisadas, em frente à Embaixada e ao fim do almoço oficial - a última em dueto de "Farinha Seca" com Calu Mendes, "cantautor" consagrado localmente e em toda a África de expressão portuguesa - constituíram prova eloqüente da identidade e estreitos vínculos históricos entre os dois países e povos, a todo momento reafirmados nos discursos e declarações do PR. A entusiástica receptividade pública à atuação espontânea de Gilberto Gil, como autoridade e artista, evidencia a necessidade da introdução de um forte componente cultural no planejamento da futura cooperação ampliada entre o Brasil e STP, para a qual o Ministro da Cultura manifestou-me a melhor disposição.

5. Os dois encontros privados entre os Chefes de Estado, com duração total de quase uma hora e assistidos pelos Chanceleres Celso Amorim e Meira Rita, pelos dois principais assessores para assuntos internacionais, Sr Carlos Gustavo dos Anjos e Prof Marco Aurélio Garcia, e por mim mesmo, foram marcados pela descontração, informalidade e objetividade, permitindo cobrir praticamente toda a gama de temas de maior interesse nos planos bilateral e multilateral.

6. Destaco os principais tópicos das conversas entre os

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 07/11/2003 16:55:03 N.°: 00211
CARAT=Reservado

dois Presidentes, refletidos mais tarde no comunicado conjunto e nos atos internacionais assinados durante a reunião ampliada com os ministros dos dois governos:

a) a importância histórica da primeira visita de um Presidente brasileiro a STP e da abertura da Embaixada residente em S.Tomé, como afirmação inequívoca da prioridade que o novo governo brasileiro atribui ao estreitamento das relações Brasil-África em todos os planos; a oportunidade política da visita no momento em que STP retorna à normalidade institucional democrática e ingressa em uma nova era, com o êxito da primeira licitação de blocos de exploração de petróleo na ZDC com a Nigéria, pelo qual o Presidente Lula felicitou vivamente o Chefe de Estado são-tomense;

b) a reafirmação, pelo Presidente Lula, da disposição do Brasil de fortalecer a estrutura e a política brasileira de CTPD voltada especialmente para os países africanos da CPLP, em particular STP, mediante o realocação de recursos e a adoção de mecanismos que permitam o máximo aproveitamento das afinidades linguisticas e culturais entre os dois países; a determinação do novo governo brasileiro de ampliar significativamente a assistência técnica bilateral, bem como a cooperação triangular pela via de agências multilaterais como o PNUD e de ONGs, em setores vitais para o desenvolvimento de STP, a começar pelo da defesa, segurança e ordem interna, para o qual o programa de cooperação do Brasil com a Namíbia poderia servir como modelo técnico;

c) o reconhecimento, pelos dois Presidentes, da delicadeza e relevância do papel de assessoria técnica que a ANP vem prestando à equipe especializada do governo são-tomense na estruturação do futuro setor petrolífero neste país, a ser consolidada e ampliada por instrumentos de cooperação bilateral específicos, com ênfase especial na formação de quadros, sem minimizar, porém, a possibilidade a médio prazo de participação direta de empresas brasileiras, lideradas pela Petrobrás, na exploração de petróleo e fornecimento de serviços correlatos na plataforma submarina de STP;

d) a reiteração, pelo Presidente Fradique, do interesse são-tomense em intensificar a cooperação bilateral nos planos econômico, comercial e tecnólogico, mediante maior intercâmbio empresarial e identificação de oportunidades de investimentos e empreendimentos conjuntos, o estabelecimento de ligações marítimas e aéreas entre os dois países e decisivo impulso governamental através da concessão de linhas de financiamento por instituições brasileiras, propostas que

o Presidente Lula se prontificou a mandar estudar de imediato, juntamente com a organização de uma missão empresarial brasileira a STP ainda no primeiro semestre de 2004;

e) no plano político, as preocupações remanescentes no tocante à situação em STP após os eventos de 16/07, cujas seqüelas de intranqüilidade e incerteza, na opinião do líder são-tomense, infelizmente ainda se fazem sentir no momento em que o país procura fazer frente às exigências da nova era do petróleo, na qual a recuperação da confiança da comunidade internacional será fator primordial;

f) em resposta, a reafirmação, pelo Presidente Lula, da disposição brasileira de estreitar a cooperação no plano político com STP por via bilateral e/ou no contexto da CPLP, exemplificada pela pronta atuação do Brasil na crise de julho último, pela resposta positiva dada pelo Brasil à solicitação de acolhimento do líder militar dos revoltosos e pela participação de representante diplomático brasileiro nas atividades de mediação e, agora, na Comissão de Garantia e Acompanhamento criada sob o Memorandum de Entendimento de 23/07 e ainda por ser instalada;

g) nesse particular, a ênfase do líder brasileiro na importância, para a definição de projetos nacionais, da adoção de mecanismos de consenso e de engajamento da sociedade civil, a exemplo daqueles em vias de implantação no Brasil sob o conceito de "fóruns de envolvimento", bem como a oferta de envio a STP do coordenador nacional do referido processo (o ex-Prefeito Tarso Genro), em missão de consulta e intercâmbio de experiências com os responsáveis pela preparação do Forum Nacional previsto no Memorandum de Entendimento de 23/07/03.

7. No tocante aos atos e comunicado conjunto firmados durante a reunião ampliada com a presença dos ministros competentes dos dois países, assinale-se o espírito de conciliação e esforço cooperativo por parte de autoridades e funcionários dos dois governos, que permitiu a aprovação final, nas poucas horas que precederam a cerimônia de assinatura, de alguns dos acordos ainda pendentes até a véspera da visita, como o foram os protocolos de intenções nas áreas de saúde e de educação. É de se esperar que prevaleça a mesma disposição, por parte dos ministérios e instituições competentes dos dois países, no processo de implementação dos referidos instrumentos, os quais, inegavelmente, abrem um leque de possibilidades de atendimento imediato de algumas das necessidades mais

prementes deste país e, a médio prazo, de ampliação e aprofundamento da cooperação bilateral nas áreas mencionadas, bem como nas de desportos, agricultura e petróleo.

8. Entre as necessidades prementes acima referidas, concentradas basicamente nas áreas de educação e saúde, os Ministros brasileiros das duas pastas comprometeram-se a assegurar o cumprimento dos objetivos imediatos implícitos nos respectivos protocolos de intenções, quais sejam a concessão de bolsas e vagas em número adequado para estudantes são-tomenses já sob o PEC-G/2004, a negociação de um programa de cooperação educacional com metas a médio prazo e, no setor da saúde, o início de contatos entre instituições dos dois países com vistas a identificar possíveis ações conjuntas, inclusive de formação e treinamento, para o combate às enfermidades crônicas de maior prevalência (malária, diarréias, tuberculose e hepatite) ou de maior potencial de disseminação neste país, como as DST-AIDS.

9. À parte os referidos instrumentos formais, esforços comuns de última hora facilitaram também a concretização da doação, no quadro da cooperação entre órgãos judiciários da CPLP, de 20 computadores e outros equipamentos de informática doados pelo STJ do Brasil à Suprema Corte são-tomense, assim como o anúncio, pelo Ministro da Saúde Humberto Costa, da inclusão de STP na restrita lista de países mais pobres beneficiados pelo PCI brasileiro para a prevenção e combate ao HIV-AIDS.

10. Por outro lado, era visível a decepção de algumas autoridades são-tomenses ainda não contempladas com o anúncio de ações concretas ou intenções de cooperação bilateral em áreas de sua competência, tais como as de formação profissional e sistema previdenciário, comunicação social, administração e reforma do Estado e arrecadação fiscal, cujos titulares se prontificaram a submeter propostas oficiais naquele sentido ao governo brasileiro, por intermédio do MNEC e desta Embaixada - algumas já recebidas pela Embaixada no curso desta semana. Nos contatos mantidos durante a visita, as referidas autoridades manifestaram a seus homólogos brasileiros, e a mim mesmo, a expectativa de que suas propostas de cooperação bilateral mereçam aprovação nos meses que precederão a projetada segunda visita do PR a S.Tomé, para a próxima cimeira da CPLP em julho/2004 - cuja preparação deverá, por sua vez, depender também da assistência técnica e apoio político do governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty.

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 07/11/2003 16:55:03 N.°: 00211
CARAT=Reservado

11. Cabe também registrar a importante contribuição, para o cumprimento desta primeira etapa da visita à África, da discreta presença na comitiva de dirigentes de empresas estatais e privadas, cujas competências, setores de atuação e interesses negociais vêm ao encontro de várias das necessidades mais agudas para o desenvolvimento sustentável deste país. Nesse particular, pude avaliar pessoalmente o mútuo interesse, manifestado nos breves contatos informais do Presidente da Odebrecht com autoridades deste governo, no estudo imediato de projetos de infraestrutura de transportes, energia, saneamento e habitação em STP (o Sr. Emilio Odebrecht assegurou-me de que representante de sua organização em Lisboa viria brevemente a S.Tomé para iniciar, em coordenação com a Embaixada, a discussão desses possíveis empreendimentos conjuntos).

12. Acredito que os contatos estabelecidos pelos Presidentes da Embrapa e da Infraero serão igualmente úteis para os entendimentos futuros entre os dois países em matéria de cooperação para o desenvolvimento agrícola e da infraestrutura de aviação civil em STP. Creio também conveniente começar a por em prática o propósito, externado em mais de uma oportunidade pelo Presidente Lula, de envio de uma missão empresarial brasileira a STP anteriormente - ou mesmo simultaneamente - à segunda visita do PR a esta capital em julho do próximo ano, para cuja preparação o DPr poderia aproveitar-se da experiência e resultados dos contatos que as empresas mencionadas e outras já houverem estabelecido como autoridades e entidades empresariais neste país.

13. Para concluir o presente relato, vale registrar que, logo na manhã de segunda-feira 03/11 corrente, voltei a avistar-me e conversar com o Presidente Fradique de Menezes, em cerimônia de inauguração do novo edifício do Instituto Nacional de Segurança Social e, logo depois, na abertura de seminário sobre a nova legislação previdenciária a ser implantada neste país, com a assistência técnica da OIT, do BIT e do Ministério do Trabalho e Previdência Social de Portugal, já dentro do enfoque de melhor utilização dos recursos provenientes da exploração do petróleo para o desenvolvimento econômico e social de STP.

14. Depois de assinalar que seu governo contava com a cooperação brasileira também nas áreas de legislação trabalhista e previdenciária e de formação profissional, Fradique reiterou de público sua grande satisfação com a visita do Presidente Lula e seus resultados, agradeceu a colaboração da Embaixada na organização do evento e disse-me

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 07/11/2003 16:55:03 N.°: 00211
CARAT=Reservado

que, de regresso à Roça Favorita na noite de domingo, acompanhara as notícias da chegada, "sãos e salvos", dos dois aviões que transportavam o Presidente Lula e comitiva a Luanda, formulando os melhores votos para o completo êxito da primeira viagem do líder brasileiro à África . Acredito que os mesmos sentimentos terão sido expressados pelo Chanceler Meira Rita ao Senhor Ministro de Estado durante a breve escala deste último em S.Tomé, antes de seguir viagem rumo a Washington, na noite de ontem 06/11 corrente.

15. Em comunicações à parte, procurarei comentar desenvolvimentos paralelos ou imediatamente ulteriores à visita presidencial, possivelmente relevantes para o balizamento das ações futuras de cooperação com este país.

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador

PDP

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 23/05/2005 13:31:00 N.°: 00185
CARAT=Reservado

De Brasemb São Tomé para Exteriores em 20/05/2005 (TPR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/DOC/DCT
DESCR=ETEC-BRAS-TOMÉ
REF/ADIT=TEL 180, DET 077
CATEG=MG

//
Brasil-STP. Ida do Ministro de
OPIOT ao Brasil. Dificuldades
de logística.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DCT/DNU/DAF II/DSF em 23/05/2005

Nr. 00185

Informo e rogo providências. A autorização, em nome do Ministro de Obras Públicas, Infraestutura e Ordenamento do Território de STP, de passagem aérea em classe econômica pela TAAG prejudica qualquer programação de atividades produtivas à margem da Conferência do Rio de Janeiro, para as quais estou informado de que a EMBRAER e a Odebrecht já estariam organizando agenda de visitas e encontros para segunda e terça-feiras 06 e 07/06, na suposição de que o Ministro Deolindo Costa poderia chegar a S.Paulo no domingo 05/06 pela Varig ou TAP.

2. A inusitada "cortesia" torna praticamente inviável a ida do Ministro de OPIOT ao Brasil nesta oportunidade, segundo ele próprio me disse em encontro na tarde de hoje. Além do desconforto, o Ministro teria de depender de linha aérea que não prima pela confiabilidade em boa parte do itinerário a seguir, para o qual foram feitas reservas pela agência da TAAG nesta capital: 06/06- S.Tomé-Luanda-Lisboa (TAAG) ; 07/06 -Lisboa-Rio (RG/TAP); 12/06 - Rio-Lisboa (RG/TAP); 13/06 -Lisboa-Sal-S.Tomé (TAP/TAAG). Acrescente-se que o acompanhante oficioso do Ministro, o Sr. Alcino Pinto, Presidente da Air São Tomé, tem reserva assegurada em classe executiva no voo de sábado 04/06 de S.Tomé para Lisboa, cortesia da TAP, sócia da empresa aérea santomense.

3. Levando-se em conta as dificuldades de comunicação aérea regular entre os dois países, será lamentável desperdiçar oportunidade, criada pela participação da referida autoridade

De: BRASEMB SÃO TOMÉ Recebido em: 23/05/2005 13:31:00 N.°: 00185
CARAT=Reservado

em evento internacional no Brasil, para adiantar entendimentos quanto a assuntos de importância para a cooperação técnica bilateral e intra-CPLP - alguns dos quais, como telecomunicações, diretamente relacionados com os temas da Conferência Regional e da própria Cúpula Mundial da Sociedade de Informação. Sem mencionar, naturalmente, outros temas de interesse para empresas brasileiras pré-qualificadas em concorrências públicas para a execução de importantes projetos neste país.

4. Nessas condições, atendendo a consulta do interessado, muito agradeceria fosse solicitado às entidades organizadoras da Conferência Regional o exame da possibilidade de cancelamento do PTA emitido à TAAG e de sua substituição por autorização de passagem aérea à TAP/ S.Tomé em nome do Ministro Deolindo Costa.

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador

PDP

Para: SÉRIE CHANCELER (3) Expedido em: 29/01/2007 11:34:17 N.°: 10005
CARAT=Reservado

Da SERE para
Série Chanceler Genebra
Em 29/01/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/SG
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MO

//
Retransmissão de telegrama.-
//

Nr. 10005

Retransmito, a seguir, tel. n° 126 recebido de Brasemb Quito em 26/01/2007:

"Brasil-Equador. Financiamentos brasileiros. Visita do Subsecretário de Política Econômica.
//

Nr. 00126

RESUMO=
Em visita a Embaixada, o Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças tratou dos projetos considerados pelo novo Governo equatoriano como prioritários para financiamento pelo Brasil.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Em visita à Embaixada realizada hoje, dia 26/1,

o novo Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças, Luis Rosero Mallea, reiterou a prioridade atribuída pelo Governo Correa aos cinco projetos que haviam sido arrolados no Ofício Nº MEF-DM-2006 7259, de 1º de novembro último, enviado ao Presidente do COFIG, Dr. Ivan Ramalho, pelo então Ministro de Economia e Finanças em exercício, Gene Alcívar Guzmán (ver fax 051/2006), a saber:
a) projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón; b) construção do aeroporto de Tena; c) aquisição de quatro aeronaves EMB-190LR da Embraer pela TAME; d) construção da ponte entre Esmeraldas e Tachina (sobre o estuário do rio Esmeraldas); e) construção da ponte entre Bahía de Caráquez e San Vicente (sobre o estuário do rio Chone).

2. Rosero confirmou que esses cinco projetos são considerados pelo novo Governo como prioritários para o recebimento de financiamento por parte do Brasil. Esclareceu que os projetos de construção das duas pontes ainda estavam em fase de recebimento de ofertas (no caso da ponte sobre o rio Chone, o processo de licitação estaria em estágio inicial), embora tenha citado a empresa Camargo Corrêa como grande interessada e potencial vencedora dos dois processos de licitação. Quanto aos projetos de construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón e do aeroporto de Tena, o Subsecretário solicitou confirmação sobre o financiamento

brasileiro.

3. Em resposta, comentei que haveria uma diferença entre o projeto de construção do aeroporto de Tena e os demais quatro projetos mencionados por Rosero. No caso do aeroporto de Tena, o projeto original, que previa financiamento do BNDES de US$ 48,63 milhões, havia sido aprovado durante o Governo Lucio Gutierrez e a empresa Norberto Odebrecht havia vencido a licitação. Porém, por razões políticas, o Governo Palacio questionou o projeto (considerado superdimensionado para as necessidades da região) e, até hoje, não haveria clareza sobre se o Governo equatoriano ainda considera prioritário o projeto em seu formato original, ou se preferiria buscar financiamento para um módulo mais modesto, que poderia posteriormente ser ampliado de acordo com as necessidades. Solicitei, portanto, que o Governo equatoriano esclareça os termos do projeto de construção do aeroporto de Tena que priorizaria e qual seria o montante a ser eventualmente financiado pelo BNDES.

4. Quanto ao projeto de construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, de interesse da província de Pichincha, recordei que a Norberto Odebrecht, em consórcio com a empresa argentina IMPSA, havia sido escolhida como primeiro ofertante (modalidade "Swiss challenge") do processo de licitação, que ainda não foi concluído (sabe-se que não houve outras ofertas no prazo previsto, razão pela qual foi concedido novo

prazo, que deverá expirar em março próximo). Como se recorda, o projeto prevê financiamento do BNDES de US$ 230 milhões.

5. No que se refere à exportação das quatro aeronaves da Embraer à TAME, recordei que essa opção de aquisição já estava prevista no contrato de compra e venda Nº DNI-001/2005, pelo qual a TAME adquiriu três aeronaves da Embraer (duas modelo EMB-170LR e uma EMB-190LR). Disse esperar que as novas aquisições sejam menos complexas do que as primeiras, que sofreram vários questionamentos no Equador.

6. Rosero aproveitou para indagar sobre a situação das tratativas entre a TAME e a GOL para operarem conjuntamente rota aérea direta Equador-Brasil (a TAME operaria os vôos até Manaus, onde contaria com "code sharing" da GOL para operações de solo e conexões). A esse respeito, informei que o Chefe do Posto, acompanhado do Embaixador do Equador no Brasil, manteve reunião com a Diretoria da GOL em São Paulo, na semana passada, durante a qual foi confirmado o interesse da empresa brasileira na parceria com a TAME em vôos com conexão em Manaus. A GOL, porém, estaria aguardando a confirmação da TAME sobre a implementação dos vôos até Manaus.

7. Comentei que, na mesma ocasião, o Vice-Presidente da GOL mencionou ao Chefe do Posto que a empresa estaria estudando a possibilidade de estender para Quito pelo

menos uma de suas novas freqüências semanais para Lima. Essa nova possibilidade de conexão aérea entre o Brasil e o Equador deverá, segundo o Vice-Presidente da GOL, ser definida ao longo deste semestre.

8. Rosero agradeceu a informação e comprometeu-se a verificar, junto à TAME, a situação da implementação dos vôos até Manaus. Segundo ele, a melhora da interconexão aérea entre o Equador e o Brasil seria uma prioridade do Presidente Correa. O interesse específico do Governo equatoriano seria aproveitar as melhores opções de vôo para promover o turismo de brasileiros para o Equador.

9. Por fim, o Subsecretário expressou o grande interesse do Presidente Correa em promover a integração com o Brasil por meio do eixo multimodal Manta-Manaus. Mencionou que a empresa Norberto Odebrecht estaria muito interessada no projeto, sobre o qual já estaria realizando estudos de factibilidade. Sobre esse projeto, cuja dimensão provavelmente despertará o interesse de mais de uma empresa brasileira (somente o trecho rodoviário teria custo estimado de aproximadamente US$ 600 milhões), Rosero informou que o Governo equatoriano deverá, em breve, elaborar projeto de lei, para dar início ao processo de licitação.

10. Sugeri que as negociações sobre todos esses projetos de interesse do Governo equatoriano avancem até a visita de

Estado do Presidente Correa ao Brasil, a ser realizada possivelmente na segunda quinzena de abril próximo. A visita ofereceria oportunidade ímpar para a assinatura dos contratos de pelo menos alguns desses projetos, cujo financiamento, com exceção do corredor multimodal Manta-Manaus, já vêm sendo analisados pelo COFIG.

11. Ressalto o grande interesse do novo Governo equatoriano em acelerar as tratativas sobre os mencionados projetos, do que é testemunha eloqüente a solicitação de visita à Embaixada por parte do Subsecretário Rosero, poucos dias depois de retornar do Brasil, onde acompanhou o Ministro de Economia e Finanças, Ricardo Patiño.

12. Em comunicação à parte, informo sobre outros temas, sobretudo de comércio exterior, levantados pelo Subsecretário Rosero.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a. i."

EXTERIORES

OQG/OQG

Para: SÉRIE CHANCELER (3) Expedido em: 29/01/2007 11:36:27 N.°: 10006
CARAT=Reservado

Da SERE para
Série Chanceler Genebra
Em 29/01/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/SG
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
CATEG=MO

//
Retransmissão de telegrama.-
//

Nr. 10006

Retransmito, a seguir, tel. n° 126 recebido de Brasemb Quito em 26/01/2007:

"Brasil-Equador. Financiamentos brasileiros. Visita do Subsecretário de Política Econômica.
//

Nr. 00126

RESUMO=
Em visita a Embaixada, o Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças tratou dos projetos considerados pelo novo Governo equatoriano como prioritários para financiamento pelo Brasil.

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e BRASALADI.

Em visita à Embaixada realizada hoje, dia 26/1,

o novo Subsecretário de Política Econômica do Ministério de Economia e Finanças, Luis Rosero Mallea, reiterou a prioridade atribuída pelo Governo Correa aos cinco projetos que haviam sido arrolados no Ofício Nº MEF-DM-2006 7259, de 1º de novembro último, enviado ao Presidente do COFIG, Dr. Ivan Ramalho, pelo então Ministro de Economia e Finanças em exercício, Gene Alcívar Guzmán (ver fax 051/2006), a saber:
a) projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón; b) construção do aeroporto de Tena; c) aquisição de quatro aeronaves EMB-190LR da Embraer pela TAME; d) construção da ponte entre Esmeraldas e Tachina (sobre o estuário do rio Esmeraldas); e) construção da ponte entre Bahía de Caráquez e San Vicente (sobre o estuário do rio Chone).

2. Rosero confirmou que esses cinco projetos são considerados pelo novo Governo como prioritários para o recebimento de financiamento por parte do Brasil. Esclareceu que os projetos de construção das duas pontes ainda estavam em fase de recebimento de ofertas (no caso da ponte sobre o rio Chone, o processo de licitação estaria em estágio inicial), embora tenha citado a empresa Camargo Corrêa como grande interessada e potencial vencedora dos dois processos de licitação. Quanto aos projetos de construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón e do aeroporto de Tena, o Subsecretário solicitou confirmação sobre o financiamento

brasileiro.

3. Em resposta, comentei que haveria uma diferença entre o projeto de construção do aeroporto de Tena e os demais quatro projetos mencionados por Rosero. No caso do aeroporto de Tena, o projeto original, que previa financiamento do BNDES de US$ 48,63 milhões, havia sido aprovado durante o Governo Lucio Gutierrez e a empresa Norberto Odebrecht havia vencido a licitação. Porém, por razões políticas, o Governo Palacio questionou o projeto (considerado superdimensionado para as necessidades da região) e, até hoje, não haveria clareza sobre se o Governo equatoriano ainda considera prioritário o projeto em seu formato original, ou se preferiria buscar financiamento para um módulo mais modesto, que poderia posteriormente ser ampliado de acordo com as necessidades. Solicitei, portanto, que o Governo equatoriano esclareça os termos do projeto de construção do aeroporto de Tena que priorizaria e qual seria o montante a ser eventualmente financiado pelo BNDES.

4. Quanto ao projeto de construção da hidrelétrica de Toachi-Pilatón, de interesse da província de Pichincha, recordei que a Norberto Odebrecht, em consórcio com a empresa argentina IMPSA, havia sido escolhida como primeiro ofertante (modalidade "Swiss challenge") do processo de licitação, que ainda não foi concluído (sabe-se que não houve outras ofertas no prazo previsto, razão pela qual foi concedido novo

prazo, que deverá expirar em março próximo). Como se recorda, o projeto prevê financiamento do BNDES de US$ 230 milhões.

5. No que se refere à exportação das quatro aeronaves da Embraer à TAME, recordei que essa opção de aquisição já estava prevista no contrato de compra e venda Nº DNI-001/2005, pelo qual a TAME adquiriu três aeronaves da Embraer (duas modelo EMB-170LR e uma EMB-190LR). Disse esperar que as novas aquisições sejam menos complexas do que as primeiras, que sofreram vários questionamentos no Equador.

6. Rosero aproveitou para indagar sobre a situação das tratativas entre a TAME e a GOL para operarem conjuntamente rota aérea direta Equador-Brasil (a TAME operaria os vôos até Manaus, onde contaria com "code sharing" da GOL para operações de solo e conexões). A esse respeito, informei que o Chefe do Posto, acompanhado do Embaixador do Equador no Brasil, manteve reunião com a Diretoria da GOL em São Paulo, na semana passada, durante a qual foi confirmado o interesse da empresa brasileira na parceria com a TAME em vôos com conexão em Manaus. A GOL, porém, estaria aguardando a confirmação da TAME sobre a implementação dos vôos até Manaus.

7. Comentei que, na mesma ocasião, o Vice-Presidente da GOL mencionou ao Chefe do Posto que a empresa estaria estudando a possibilidade de estender para Quito pelo

menos uma de suas novas freqüências semanais para Lima. Essa nova possibilidade de conexão aérea entre o Brasil e o Equador deverá, segundo o Vice-Presidente da GOL, ser definida ao longo deste semestre.

8. Rosero agradeceu a informação e comprometeu-se a verificar, junto à TAME, a situação da implementação dos vôos até Manaus. Segundo ele, a melhora da interconexão aérea entre o Equador e o Brasil seria uma prioridade do Presidente Correa. O interesse específico do Governo equatoriano seria aproveitar as melhores opções de vôo para promover o turismo de brasileiros para o Equador.

9. Por fim, o Subsecretário expressou o grande interesse do Presidente Correa em promover a integração com o Brasil por meio do eixo multimodal Manta-Manaus. Mencionou que a empresa Norberto Odebrecht estaria muito interessada no projeto, sobre o qual já estaria realizando estudos de factibilidade. Sobre esse projeto, cuja dimensão provavelmente despertará o interesse de mais de uma empresa brasileira (somente o trecho rodoviário teria custo estimado de aproximadamente US$ 600 milhões), Rosero informou que o Governo equatoriano deverá, em breve, elaborar projeto de lei, para dar início ao processo de licitação.

10. Sugeri que as negociações sobre todos esses projetos de interesse do Governo equatoriano avancem até a visita de

Estado do Presidente Correa ao Brasil, a ser realizada possivelmente na segunda quinzena de abril próximo. A visita ofereceria oportunidade ímpar para a assinatura dos contratos de pelo menos alguns desses projetos, cujo financiamento, com exceção do corredor multimodal Manta-Manaus, já vêm sendo analisados pelo COFIG.

11. Ressalto o grande interesse do novo Governo equatoriano em acelerar as tratativas sobre os mencionados projetos, do que é testemunha eloqüente a solicitação de visita à Embaixada por parte do Subsecretário Rosero, poucos dias depois de retornar do Brasil, onde acompanhou o Ministro de Economia e Finanças, Ricardo Patiño.

12. Em comunicação à parte, informo sobre outros temas, sobretudo de comércio exterior, levantados pelo Subsecretário Rosero.

José Fiuza Neto, Encarregado de Negócios, a. i."

EXTERIORES

OQG/OQG

Para: SÉRIE CHANCELER (3) Expedido em: 07/11/2003 18:36:11 N.°: 10035
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Série Chanceler Washington
Em 07/11/2003

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/SG
DESCR=GVIO-BRAS-TOMÉ
CATEG=MG

//
Retransmissão de telegrama.
//

Nr. 10035

Retransmito, a seguir, tel. n° 211 recebido de Brasemb São Tomé em 07/11/03:

"Brasil-STP. Visita do Presidente da República. Impressões e resultados.
//

Nr. 00211

RESUMO=
Informo. Relata sumariamente, para fins de registro e seguimento, as oito horas e meia da visita oficial do Presidente da República a São Tomé e Príncipe, com ênfase nas conversações privadas entre os Chefes de Estado do Brasil e da RDSTP e seu possível impacto sobre o futuro do relacionamento bilateral.

RETRNASMISSÕES AUTOMÁTICAS PARA BRASEMB LIBREVILE, LISBOA, LUANDA, MAPUTO, PRETORIA

ROGO RETRANSMITIR PARA BRASEMB WASHINGTON E WINDHOEK

A primeira visita de um PR brasileiro a São Tomé, cumprindo a primeira etapa de sua primeira viagem à África pode ser avaliada, sem qualquer risco de exagero, como um êxito absoluto. Não obstante os percalços e imprevistos habituais, bem como o forte calor e a visível fadiga do Chefe de Estado e da Primeira Dama, foi integralmente cumprida a intensa programação acordada na véspera entre o Escav e o Protocolo local, com ganhos inesperados em termos de impacto público, tanto aqui quanto em muitos outros países africanos, incluídos ou não no itinerário da comitiva presidencial e com acesso às imagens via satélite da RTPi e outras emissoras internacionais de TV.

2. Desde o festivo desembarque até a conturbada partida do modesto aeroporto internacional, é lícito dizer que a breve estada do Presidente Lula da Silva em S.Tomé deixa marca indelével na memória dos dois povos, confirmando o acerto da decisão de abertura desta Embaixada como uma das primeiras medidas de política externa do novo governo brasileiro e da escolha do arquipélago de STP como portal simbólico para o reencontro do Brasil com o continente africano.

3. As duas atividades públicas centrais após a chegada - a inauguração da Embaixada, seguida pela entrega de coleção de livros doados pelo governo brasileiro e de diplomas a são-tomenses recém formados no Brasil, na Biblioteca

Nacional - constituíram um claro atestado da imensa popularidade pessoal do Presidente Lula neste lado do Atlântico, do reconhecimento dos são-tomenses pelo esforço empreendido pelo atual governo brasileiro para intensificar a cooperação com este e outros países irmãos africanos e, sobretudo, da expectativa de resultados tangíveis de uma parceria especial a ser forjada entre o Brasil e São Tomé e Príncipe a partir da cooperação bilateral no setor de petróleo.

4. À margem dos pronunciamentos oficiais e documentos assinados durante a visita, há que destacar o extraordinário impacto da participação do Ministro da Cultura Gilberto Gil na comitiva presidencial, só confirmada à última hora. Sua presença e discurso plenos de naturalidade na cerimônia na Biblioteca Nacional e a força de sua música em duas apresentações improvisadas, em frente à Embaixada e ao fim do almoço oficial - a última em dueto de "Farinha Seca" com Calu Mendes, "cantautor" consagrado localmente e em toda a África de expressão portuguesa - constituíram prova eloqüente da identidade e estreitos vínculos históricos entre os dois países e povos, a todo momento reafirmados nos discursos e declarações do PR. A entusiástica receptividade pública à atuação espontânea de Gilberto Gil, como autoridade e artista, evidencia a necessidade da introdução de um forte componente cultural no planejamento da futura cooperação ampliada entre o Brasil e STP,

para a qual o Ministro da Cultura manifestou-me a melhor disposição.

5. Os dois encontros privados entre os Chefes de Estado, com duração total de quase uma hora e assistidos pelos Chanceleres Celso Amorim e Meira Rita, pelos dois principais assessores para assuntos internacionais, Sr Carlos Gustavo dos Anjos e Prof Marco Aurélio Garcia, e por mim mesmo, foram marcados pela descontração, informalidade e objetividade, permitindo cobrir praticamente toda a gama de temas de maior interesse nos planos bilateral e multilateral.

6. Destaco os principais tópicos das conversas entre os dois Presidentes, refletidos mais tarde no comunicado conjunto e nos atos internacionais assinados durante a reunião ampliada com os ministros dos dois governos:

a) a importância histórica da primeira visita de um Presidente brasileiro a STP e da abertura da Embaixada residente em S.Tomé, como afirmação inequívoca da prioridade que o novo governo brasileiro atribui ao estreitamento das relações Brasil-África em todos os planos; a oportunidade política da visita no momento em que STP retorna à normalidade institucional democrática e ingressa em uma nova era, com o êxito da primeira licitação de blocos de exploração de petróleo na ZDC com a Nigéria, pelo qual o Presidente Lula felicitou vivamente o Chefe de Estado

são-
tomense;

b) a reafirmação, pelo Presidente Lula, da disposição
do
Brasil de fortalecer a estrutura e a política brasileira
de
CTPD voltada especialmente para os países africanos da
CPLP,
em particular STP, mediante o realocação de recursos
e a
adoção de mecanismos que permitam o máximo
aproveitamento
das afinidades linguisticas e culturais entre os dois
países;
a determinação do novo governo brasileiro de
ampliar
significativamente a assistência técnica bilateral, bem
como
a cooperação triangular pela via de agências
multilaterais
como o PNUD e de ONGs, em setores vitais
para o
desenvolvimento de STP, a começar pelo da defesa,
segurança
e ordem interna, para o qual o programa de cooperação
do
Brasil com a Namíbia poderia servir como modelo
técnico;

c) o reconhecimento, pelos dois Presidentes, da
delicadeza e
relevância do papel de assessoria técnica que a ANP
vem
prestando à equipe especializada do governo são-tomense
na
estruturação do futuro setor petrolífero neste país, a
ser
consolidada e ampliada por instrumentos de
cooperação
bilateral específicos, com ênfase especial na formação
de
quadros, sem minimizar, porém, a possibilidade a médio
prazo
de participação direta de empresas brasileiras,
lideradas
pela Petrobrás, na exploração de petróleo e fornecimento
de
serviços correlatos na plataforma submarina de

STP;

d) a reiteração, pelo Presidente Fradique, do interesse são-tomense em intensificar a cooperação bilateral nos planos econômico, comercial e tecnólogico, mediante maior intercâmbio empresarial e identificação de oportunidades de investimentos e empreendimentos conjuntos, o estabelecimento de ligações marítimas e aéreas entre os dois países e decisivo impulso governamental através da concessão de linhas de financiamento por instituições brasileiras, propostas que o Presidente Lula se prontificou a mandar estudar de imediato, juntamente com a organização de uma missão empresarial brasileira a STP ainda no primeiro semestre de 2004;

e) no plano político, as preocupações remanescentes no tocante à situação em STP após os eventos de 16/07, cujas seqüelas de intranqüilidade e incerteza, na opinião do líder são-tomense, infelizmente ainda se fazem sentir no momento em que o país procura fazer frente às exigências da nova era do petróleo, na qual a recuperação da confiança da comunidade internacional será fator primordial;

f) em resposta, a reafirmação, pelo Presidente Lula, da disposição brasileira de estreitar a cooperação no plano político com STP por via bilateral e/ou no contexto da CPLP, exemplificada pela pronta atuação do Brasil na crise de julho último, pela resposta positiva dada pelo

Brasil à solicitação de acolhimento do líder militar dos revoltosos e pela participação de representante diplomático brasileiro nas atividades de mediação e, agora, na Comissão de Garantia e Acompanhamento criada sob o Memorandum de Entendimento de 23/07 e ainda por ser instalada;

g) nesse particular, a ênfase do líder brasileiro na importância, para a definição de projetos nacionais, da adoção de mecanismos de consenso e de engajamento da sociedade civil, a exemplo daqueles em vias de implantação no Brasil sob o conceito de "fóruns de envolvimento", bem como a oferta de envio a STP do coordenador nacional do referido processo (o ex-Prefeito Tarso Genro), em missão de consulta e intercâmbio de experiências com os responsáveis pela preparação do Forum Nacional previsto no Memorandum de Entendimento de 23/07/03.

7. No tocante aos atos e comunicado conjunto firmados durante a reunião ampliada com a presença dos ministros competentes dos dois países, assinale-se o espírito de conciliação e esforço cooperativo por parte de autoridades e funcionários dos dois governos, que permitiu a aprovação final, nas poucas horas que precederam a cerimônia de assinatura, de alguns dos acordos ainda pendentes até a véspera da visita, como o foram os protocolos de intenções nas áreas de saúde e de educação. É de se esperar que

prevaleça a mesma disposição, por parte dos ministérios e instituições competentes dos dois países, no processo de implementação dos referidos instrumentos, os quais, inegavelmente, abrem um leque de possibilidades de atendimento imediato de algumas das necessidades mais prementes deste país e, a médio prazo, de ampliação e aprofundamento da cooperação bilateral nas áreas mencionadas, bem como nas de desportos, agricultura e petróleo.

8. Entre as necessidades prementes acima referidas, concentradas basicamente nas áreas de educação e saúde, os Ministros brasileiros das duas pastas comprometeram-se a assegurar o cumprimento dos objetivos imediatos implícitos nos respectivos protocolos de intenções, quais sejam a concessão de bolsas e vagas em número adequado para estudantes são-tomenses já sob o PEC-G/2004, a negociação de um programa de cooperação educacional com metas a médio prazo e, no setor da saúde, o início de contatos entre instituições dos dois países com vistas a identificar possíveis ações conjuntas, inclusive de formação e treinamento, para o combate às enfermidades crônicas de maior prevalência (malária, diarréias, tuberculose e hepatite) ou de maior potencial de disseminação neste país, como as DST-AIDS.

9. À parte os referidos instrumentos formais, esforços comuns de última hora facilitaram também a concretização da

doação, no quadro da cooperação entre órgãos judiciários da CPLP, de 20 computadores e outros equipamentos de informática doados pelo STJ do Brasil à Suprema Corte são-tomense, assim como o anúncio, pelo Ministro da Saúde Humberto Costa, da inclusão de STP na restrita lista de países mais pobres beneficiados pelo PCI brasileiro para a prevenção e combate ao HIV-AIDS.

10. Por outro lado, era visível a decepção de algumas autoridades são-tomenses ainda não contempladas com o anúncio de ações concretas ou intenções de cooperação bilateral em áreas de sua competência, tais como as de formação profissional e sistema previdenciário, comunicação social, administração e reforma do Estado e arrecadação fiscal, cujos titulares se prontificaram a submeter propostas oficiais naquele sentido ao governo brasileiro, por intermédio do MNEC e desta Embaixada - algumas já recebidas pela Embaixada no curso desta semana. Nos contatos mantidos durante a visita, as referidas autoridades manifestaram a seus homólogos brasileiros, e a mim mesmo, a expectativa de que suas propostas de cooperação bilateral mereçam aprovação nos meses que precederão a projetada segunda visita do PR a S.Tomé, para a próxima cimeira da CPLP em julho/2004 - cuja preparação deverá, por sua vez, depender também da assistência técnica e apoio político do governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty.

11. Cabe também registrar a importante contribuição, para o cumprimento desta primeira etapa da visita à África, da discreta presença na comitiva de dirigentes de empresas estatais e privadas, cujas competências, setores de atuação e interesses negociais vêm ao encontro de várias das necessidades mais agudas para o desenvolvimento sustentável deste país. Nesse particular, pude avaliar pessoalmente o mútuo interesse, manifestado nos breves contatos informais do Presidente da Odebrecht com autoridades deste governo, no estudo imediato de projetos de infraestrutura de transportes, energia, saneamento e habitação em STP (o Sr. Emilio Odebrecht assegurou-me de que representante de sua organização em Lisboa viria brevemente a S.Tomé para iniciar, em coordenação com a Embaixada, a discussão desses possíveis empreendimentos conjuntos).

12. Acredito que os contatos estabelecidos pelos Presidentes da Embrapa e da Infraero serão igualmente úteis para os entendimentos futuros entre os dois países em matéria de cooperação para o desenvolvimento agrícola e da infraestrutura de aviação civil em STP. Creio também conveniente começar a por em prática o propósito, externado em mais de uma oportunidade pelo Presidente Lula, de envio de uma missão empresarial brasileira a STP anteriormente - ou mesmo simultaneamente - à segunda visita do PR a esta capital em julho do próximo ano, para cuja preparação o DPr

poderia aproveitar-se da experiência e resultados dos contatos que as empresas mencionadas e outras já houverem estabelecido como autoridades e entidades empresariais neste país.

13. Para concluir o presente relato, vale registrar que, logo na manhã de segunda-feira 03/11 corrente, voltei a avistar-me e conversar com o Presidente Fradique de Menezes, em cerimônia de inauguração do novo edifício do Instituto Nacional de Segurança Social e, logo depois, na abertura de seminário sobre a nova legislação previdenciária a ser implantada neste país, com a assistência técnica da OIT, do BIT e do Ministério do Trabalho e Previdência Social de Portugal, já dentro do enfoque de melhor utilização dos recursos provenientes da exploração do petróleo para o desenvolvimento econômico e social de STP.

14. Depois de assinalar que seu governo contava com a cooperação brasileira também nas áreas de legislação trabalhista e previdenciária e de formação profissional, Fradique reiterou de público sua grande satisfação com a visita do Presidente Lula e seus resultados, agradeceu a colaboração da Embaixada na organização do evento e disse-me que, de regresso à Roça Favorita na noite de domingo, acompanhara as notícias da chegada, "sãos e salvos", dos dois aviões que transportavam o Presidente Lula e comitiva a Luanda, formulando os melhores votos para o completo

êxito
da primeira viagem do líder brasileiro à África . Acredito
que os mesmos sentimentos terão sido expressados pelo
Chanceler Meira Rita ao Senhor Ministro de Estado durante a
breve escala deste último em S.Tomé, antes de seguir
viagem rumo a Washington, na noite de ontem 06/11
corrente.

15. Em comunicações à parte, procurarei comentar
desenvolvimentos paralelos ou imediatamente ulteriores à
visita presidencial, possivelmente relevantes para o
balizamento das ações futuras de cooperação com este
país.

Paulo Dyrceu Pinheiro, Embaixador"

EXTERIORES

EDSA

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 13/02/2003 07:20:19 N.°: 00084
CARAT=Reservado

De Brasemb Teerã para Exteriores em 13/02/2003 (AC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SG/SGIE/SGAP/SGEX
DESCR=PEXT-BRAS
REF/ADIT=CIT 45227
CATEG=MG

//
Política Externa.
Atividades dos Postos.
Informação.
//

Nr. 00084

ROGO DISTRIBUIR IGUALMENTE À SGAM

Refcirctel 45227/55.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES DE 2002

JANEIRO/ 2002

Organizar a criação da Câmara de Comércio Brasil-Irã em São Paulo em coordenação com a Embaixada do Irã no Brasil.

FEVEREIRO/ 2002

Cooperar na participação do Brasil na primeira sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" a ser realizado em março/ 2002 em Teerã no Ministério das Relações Exteriores em coordenação com a Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro e a Academia da Latinidade de Paris.

MARÇO/ 2002

Organizar a visita oficial do Ministro de Estado da Cultura, professor Francisco Weffort. Reuniões com o presidente Mohammad Khatami, com o Ministro da Cultura e Orientação Islâmica, com o Presidente do Centro Internacional para o Diálogo entre as Civilizações e com o reitor da Universidade de Teerã. Participação na primeira sessão do seminário

"Latinidade e Cultura Islâmica" com os professores Candido Mendes, Helio Jaguaribe e Helena Severo.

ABRIL/ 2002

Preparar visita ao Brasil do Presidente da Radio e Televisão do Irã.

MAIO/ 2002

Preparar visita ao Brasil do Diretor-Geral da Agência de Controle de Drogas do Irã.

Organizar a participação do Brasil na Feira de Produtos de Agroindústria de Teerã.

Visitar o Secretário-Geral da E.C.O. (Economic Cooperation Organization) em Teerã.

JUNHO/ 2002

Organizar a participação do Brasil na Feira Internacional de Automóveis de Teerã.

Entrevista com o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores para organizar a participação do Brasil e do Irã na segunda sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" a realizar-se no Rio de Janeiro em setembro de 2002.

Organizar a participação do Brasil no "Iran Air Show" 2002 em Kish em outubro de 2002.

JULHO/ 2002

Organizar visita do Governador de Tocantins e missão empresarial de 23 a 28/7/2002 à Teerã e Hamadan.

Conceder entrevista à Agência de Notícias local (I.R.N.A.) sobre o atual estágio das relações entre o Brasil e o Irã.

AGOSTO/ 2002

Organizar visita de representante da "Odebrecht" à Teerã e

Rafsanjan.

Organizar, com a diretora do Museu de Tapetes de Teerã, exposição sobre "Os antigos tapetes da Pérsia" para exibição no Museu de Arte de São Paulo em 2003.

Preparar a terceira reunião de Consultas Políticas. Visita do SGAP.

Preparar visita do Diretor de Vendas de tratores da "Massey Ferguson do Brasil" à Teerã e Tabriz.

Preparar a visita do Presidente do clube de futebol "Esteghlal" ao Brasil com o apoio da Federação Brasileira de Futebol.

Providenciar publicação em persa da obra "A Critical Study of History", do Professor Helio Jaguaribe.

Condecorar o Diretor-Geral para as Américas e o Diretor para a América Latina com a Ordem do Rio Branco.

SETEMBRO/ 2002

Pesquisar mercado local sobre oportunidades para a exportação de aviões da Embraer.

Organizar a participação brasileira na terceira reunião de Consultas Políticas. Visita do SGAP. Encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Kamal Kharrazi.

Participar da segunda sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" na Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro.

Estabelecer contato com representantes da Comunidade Baha`i no Irã e no Brasil.

Promover visita de grupo de turistas iranianos ao Brasil.

Propor ao governo iraniano a assinatura de Protocolo de Entendimento Zoo-Sanitário

Preparar visita do Senhor Sérgio Mielniszenko à Teerã para divulgação da música brasileira, sem ônus para a SERE.

Preparar comemorações do centenário do estabelecimento de relações diplomáticas com o Irã em dezembro de 2002 com

lançamento de selo comemorativo. Estabelecer contatos com os Correios do Irã e a E.B.C.T.

Prospectar oportunidades no setor de material ferroviário e no Metrô de Teerã para a visita do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Material Ferroviário.

Visitar o presidente do Parlamento do Irã e constituir Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã.

Preparar visita do Grupo Parlamentar de Amizade ao Brasil.

Visitar empresa automobilística "Khodro" para apoiar proposta de vendas de prensas mecânicas da empresa `Schuler".

OUTUBRO/ 2002

Apresentar proposta de cumulatividade com o Turcomenistão e o Uzbequistão.

Preparar participação de cineastas iranianos na 26ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo.

Preparar palestra sobre o Brasil para o "Tehran International Studies and Research Institute".

Organizar viagem ao Brasil de inspetores da "Iranian Veterinarian Organization" para inspecionar abatedouros e frigoríficos com vistas ao fechamento de contrato de exportação de trinta mil toneladas de carne para o Irã.

NOVEMBRO/ 2002

Preparar reunião com membros da Comunidade Baha`i.

Organizar apoio à missão do paleontólogo Alexander Kellner, do Museu Nacional na província de Kerman.

Organizar viagem ao Brasil de inspetores do "State Livestock Affairs Logistics" para inspecionar abatedouros e frigoríficos com vistas ao fechamento de contrato de exportação de 25000 toneladas de carne para o Irã.

Prestar assistência à empresários brasileiros com interesse no mercado do Afeganistão.

Preparar reunião com o Ministro da Ciência, Tecnologia e

Pesquisa para estreitar a cooperação científica e tecnológica.

Organizar a participação do Brasil na "Iran International Steel and Mineral Exhibition" no período de 16 a 19 de abril de 2003.

Preparar plano de contingência para o caso de agravamento da situação no Oriente Médio.

Organizar cerimônia de condecoração do Vice-Ministro das Relações Exteriores com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Gestionar pessoalmente apoio à candidatura moçambicana à O.M.S.

DEZEMBRO/ 2002

Organizar reunião com representantes da Comunidade Baha`i.

Atualizar registro de empresas na Braziltradenet.

Informar pessoalmente o governo iraniano sobre a posição brasileira na Convenção de Basiléia, VI COP, meio-ambiente. Escala de contribuição.

Enviar material de informação sobre o Brasil aos principais meios de comunicação locais.

Gestionar pessoalmente apoio à reeleição do candidato brasileiro à Secretaria-Geral da O.A.C.I. e à eleição da juíza Sylvia Steiner ao T.P.I.

Visitar presidente da "National Iranian Oil Company".

Organizar viagem ao Brasil de inspetores do "State Livestock Affairs Logistics" para inspecionar abatedouros e frigoríficos com vistas ao fechamento de contrato de exportação de 10.000 MT de carne bovina para o Irã.

Prestar apoio à missão do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Material Ferroviário. Organizar reunião com o presidente do Metrô de Teerã, Senhor Mohsen Hashemi.

Consultar as empresas Andrade Gutierrez e Odebrecht sobre a expansão das linhas do Metrô de Teerã e sobre projeto de irrigação de pistache na área de Rafsanjan.

Organizar encontro com o chanceler Kamal Kharrazi para informar sobre o interesse de empresas brasileiras nas obras de expansão do sistema ferroviário iraniano, Metrô de Teerã e projeto de irrigação em Rafsanjan.

Visitar Secretário-Geral da "Economic Cooperation Organization" (E.C.O.), Embaixador Seyed Arastou, para acompanhar o plano de expansão ferroviária da E.C.O.

Organizar cerimônia de lançamento do selo comemorativo do centenário do estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Irã.

Organizar terceira sessão do seminário "Mundo Latino e Mundo Islâmico", a realizar-se em Paris de 24 a 27 de março de 2003, com o governo iraniano, a Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro e a Academia da Latinidade.

Cesario Melantonio Neto, Embaixador

CMN

IRNBREM2244.doc

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 12/03/2003 08:15:32 N.°: 00152
CARAT=Reservado

De Brasemb Teerã para Exteriores em 12/03/2003 (RB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DOP/DPB/DCTEC
DESCR=XPRO
RTM=ARTBREM,HOLBREM,FRABREM
REF/ADIT=DET 34
CATEG=MG

//
Relação Brasil-Irã. Promoção
Comercial. Entrevista com o
Vice-Ministro do Comércio e
Diretor-Gerente da "Goverment
Trading Corporation of Iran".
//

Nr. 00152

Retransmissão Automática para Brasemb Buenos Aires, Haia e Paris.

Rogo igualmente redistribuir para a DACESS.

Refdesptel 34. Informo. Avistei-me ontem com o Senhor M. Ansari, Vice- Ministro do Comércio e Diretor-Gerente da "Goverment Trading Corporation" (GTC), braço operacional do Governo iraniano para operações de comércio exterior, conduzidas neste país em estreita coordenação com a liderança política e que são remanejadas e redirecionadas em função de seus interesses estratégicos e geopolíticos.

2O senhor Ansari demonstrou estar muito bem informado sobre a positiva evolução do relacionamento bilateral em praticamente todas as áreas (comercial, política, tecnológica e cultural), evidenciado pelo significativo número de delegações que intercambiaram visitas. O comércio bilateral já atinge cifras da ordem de 850 milhões de dólares,conforme contabilizados na sistemática da alfândega iraniana, que considera não apenas os valores de produtos originados diretamente no Brasil mas também os que entram no Irã por intermédio de terceiros países, como a Holanda. Nesse particular foi salientado o desequilíbrio da balança comercial, amplamente favorável ao Brasil, tendo a Embaixada identificado alguns produtos que têm reais possibilidades de integrarem a pauta de exportações do Irã, tais como

petroquímicos (nafta e gás condensado). Já houve em 2002 uma operação comercial concreta de importação de gás condensado no valor de US$12 milhões pela Odebrecht/Brasken.

3. Relatei ao Vice-Ministro do Comércio o teor de recente entrevista do Embaixador do Irã em Brasília (Senhor Mansour Moazami) com o Senhor Secretário-Geral, em que foi claramente indicada a intençào do Irã em suspender as importações da Argentina e que, consequentemente, abria-se grande oportunidade para o Brasil vir a substituir aquele país como fornecedor de produtos agro-industriais, cujo total é avaliado em cerca de 300 milhões de dólares, Entre os produtos nos quais o Irã estaria especialmente interessado, incluem-se a soja e seus derivados, açucar e arroz.

4. O Senhor Ansari mencionou ainda a importância do contacto direto entre exportadores brasileiros e importadores iranianos para a conclusão de operações comerciais, em grande parte feitas com a intermediação de transnacionais, o que permitia reduzir custos. De minha parte, indiquei-lhe ter mantido, esta Missão, contactos com os Ministérios da Agricultura e da Indústria Desenvolvimento e Comércio Exterior , ambos com bom conhecimento do mercado iraniano, para transmitir informações sobre novas oportunidades como resultado do adensamento das relações bilaterais. Discorri ainda sobre as negociações com vistas à aquisição por empresas iranianas de aeronaves da TAM (tipo Fokker-100), dos diversos contactos já mantidos para o fornecimento de material ferroviário, projetos de obras públicas (irrigação e construção de casas populares) e cooperação tecnológica com a indústria automobilística que resultou na instalação de direções hidráulicas em modelos "Peugeot" fabricados pela empresa "Iran Khodro"de Teerã.

5. O encontro com o Senhor Ansari revelou-se muito proveitoso pelo amplo panorama dos temas tratados e pela reafirmaçào do intêresse de ambas as partes pelo adensamento das relações bilaterais em geral e, em especial, das relações comerciais

Cesario Melantonio Neto, Embaixador

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 12/03/2003 08:15:32 N.°: 00152
CARAT=Reservado

CMN

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 10/03/2003 08:20:10 N.°: 00145
CARAT=Reservado

De Brasemb Teerã para Exteriores em 10/03/2003 (AC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=SG/SGIE/SGAP/SGEX
DESCR=PEXT
REF/ADIT=CIT 45227, TEL 84
CATEG=MG

//
Política externa.
Atividades dos Postos.
Informação.
Teerã.
//

Nr. 00145

ROGO DISTRIBUIR IGUALMENTE PARA A SGAM.

Refcirctel 45227. Aditel 84. Informo. RELAÇÃO DE ATIVIDADES DE 2002. Complementação de informação.

I. JANEIRO/ 2002

1. Organizar a criação da Câmara de Comércio Brasil-Irã em São Paulo em coordenação com a Embaixada do Irã no Brasil.

Esta entidade nasceu da conjunção da existência de oportunidades comerciais no Irã com a intenção de empresários brasileiros de reduzirem custos de prospecção e representação de seus produtos e empresas neste país. Dela fazem parte empresários brasileiros, cidadãos iranianos residentes permanentemente no Brasil e cidadãos iranianos residentes neste país.
O Presidente e o Diretor Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã, respectivamente Marcos Guerra e Darcy Itiberê Neto, ambos empresários, estiveram já por três vêzes em visita a esta Capital, representando suas próprias companhias, Volkswagen do Brasil e várias outras empresas brasileiras.
Pelo lado iraniano encontram-se os Senhores K.Al-Agha e M. Hashemian da "Iran Concentration & Smelting Machinery" e M. Daeinabi e Hossein Khorrami da "Zomar Asia Oil Products".
É intenção da Câmara montar neste país um "showroom" para diferentes produtos brasileiros tais como automóveis,

bens de consumo duráveis e agro-industriais.
A Volkswagen prospectou a possibilidade de implantar neste mercado uma montadora de automóveis, inicialmente em uma linha CKD, em que se priorizariam os modelos GOL e SAVEIRO da VW do Brasil. Esta intenção esbarra, no momento, no fato de que a VW alemã concedeu a representação da marca a um empresário iraniano

II. FEVEREIRO/ 2002

1. Cooperar na participação do Brasil na primeira sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" a ser realizado em março/ 2002 em Teerã no Ministério das Relações Exteriores em coordenação com a Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro e a Academia da Latinidade de Paris.

Em cooperação com a Chancelaria iraniana e com a Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro, a Embaixada organizou o primeiro Seminário "`Latinidade e Herança Islamica`, cuja primeira sessão ocorreu no período de 7 a 11 de março de 2002.
Evento ao qual o Presidente da República Islâmica do Ira, Mohammad Khatami , confere especial significado e importância, constitue-se em um foro privilegiado para a análise, apreciação e discussão de temas relevantes no contexto do diálogo entre tradições e heranças culturais diversificadas. Conta com o decisivo apoio e sustentação da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, da Academia da Latinidade de Paris e da Chancelaria iraniana. Tendo como sede o Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais do Irã, o evento foi inaugurado pelo próprio Presidente Khatami, que recebeu os participantes em cerimônia especial. O Brasil foi representado pelo Chefe do Posto e pelos Professores Candido Mendes e Helio Jaguaribe. Estiveram ainda presentes o Ministro Francisco Weffort (que visitava oficialmente o Irã na ocasião) e a Professora Helena Severo, Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. A lista de participantes incluiu nomes de relevo como Federico Mayor (Presidente da Academia da Latinidade), Mario Soares (ex-Presidente e ex-Primeiro Ministro de Portugal, e Vice Presidente da Academia da Latinidade), Nelson Vallejo Gomez , Alain Roussilon , Jean-Michel Blanquer, Saideh Loftian, Rémi Brague, Gianni Vattimo e Alain Touraine. Foram debatidos os seguintes temas: a) ``Les dimensions et l` enjeu du dialogues des civilisations" no contexto do qual palestraram o Professor Candido Mendes; (Latinidade e Modernização Islâmica) e o Professor Helio Jaguaribe (Hegemonia, Cultura e Civilização: o horizonte latino); b) L``Islam et la

spécificité iranienne"`( Embaixador Sadek Kharrazi, Vice-Ministro das Relações Exteriores do Irã ; c) "Le systeme juridique et Universel du Dialogue" (Professor Ferdowski) ` d) "Mondialisation et difference culturelle" (professor Alain Touraine); e) "`Pour le dialogue ouvert, face aux hégémonies`` (Professor Alain Roussillon). Ao encerramento do encontro realizou-se debate geral seguido de conclusões e propostas para o prosseguimento do diálogo de Teerã no Rio de Janeiro..
Este prosseguimento efetivamente ocorreu quando no Rio de Janeiro entre 10 e 13 de setembro de 2002, quando da realização do segundo Seminário sobre o tema, realizado na Universidade Candido Mendes .

III. MARÇO/ 2002

Organizar a visita oficial do Ministro de Estado da Cultura, professor Francisco Weffort. Reuniões com o presidente Mohammad Khatami, com o Ministro da Cultura e Orientação Islâmica, com o Presidente do Centro Internacional para o Diálogo entre as Civilizações e com o reitor da Universidade de Teerã. Participação na primeira sessão do seminário "Latinidade e Cultura Islâmica".

Entre 7 e 11 de março de 2002 ocorreu a visita oficial ao Irã (Teerã e Isfahan) do Ministro de Estado da Cultura do Brasil, Professor Francisco Weffort. Reuniu-se com o Presidente Mohammad Khatami, com o Ministro da Cultura e Orientação Islâmica, com o Presidente da Rádio e Televisão iranianas, com o Reitor da Universidade de Teerã e com o Presidente do Centro Internacional para o Diálogo entre Civilizações. Foi a primeira visita oficial de um Ministro de Estado do Brasil à Republica Islamica do Irã desde 1992. Durante seus encontros com as citadas autoridades iranianas procedeu-se à uma análise do quadro atual das relações bilaterais nas áreas de cultura, educação e ciência e desenvolvimento científico e tecnológico, ainda marcadas pelo limitado conhecimento recíproco, bem como a necessidade de identificar e acionar os mecanismos para a ampliacão do diálogo: exposiçoes de arte, filmes, programas de divulgação por TV (tais como documentários), visitas recíprocas de personalidades artísticas, etc.
Durante a visita do Professor Weffort foi cogitada a possibilidade de assinar futuramente Acordo de Co-Produção Cinematográfica, em face da boa qualidade da indústria de cinema em ambos os países.

IV. ABRIL/ 2002

Preparar visita ao Brasil do Vice-Presidente da Rádio e Televisão do Irã.

O Vice-Presidente da Rádio e Televisão do Irã visitou a RADIOBRÁS em Brasília e a TV Cultura em São Paulo. Manifestou seu interêsse pela aquisição de programas da TV Cultura, especialmente aqueles dirigidos ao público infantil, para apresentação no Irã. Discutiu-se a possibilidade de que a estatal iraniana no setor de radiodifusão e TV venha a ter correspondente permanente no Brasil, onde, numa fase inicial, receberia apoio logístico dentro da estrutura da própria RADIOBRÁS. Após seu regresso ao Irã, foi examinado o interesse pela negociação de um acordo de cooperacão bilateral que venha a proporcionar o marco institucional para o intercâmbio no setor.
Dada a dimensão e importância estratégica tanto do Brasil como do Irã em seus respectivos espacos regionais e geopoliticos, pode revelar-se útil, no quadro das relacões bilaterais a presença de um correspondente permanente da radio-televisão iraniana em Brasília.

V. MAIO/ 2002

1. Preparar visita ao Brasil do Diretor-Geral da Agência de Controle de Drogas do Irã.

O problema do tráfico ilícito e consumo de drogas é de âmbito global e tanto o Brasil como o Irã têm fronteiras com paises produtores de drogas e por onde a droga transita e penetra em volume cada vez maior, desafiando o controle das autoridades competentes. Durante a visita ao Brasil do Diretor-Geral de Controle de Drogas do Irã ao Brasil foi examinada a possibilidade da conclusão de acordo de cooperação para o combate à produção, consumo e tráfico ilícito de entorpecentes e substancias psicotrópicas.

2. Organizar a participação do Brasil na Feira de Produtos de Agroindústria de Teerã.

Esta Embaixada esteve presente à feira "Iran Agrofood 2002", que contou com a participação de 453 empresas provenientes de 24 países, com `stand` institucional que foi visitado por mais de 200 representantes de empresas iranianas.
Deste total, 71 empresas, ademais de agências estatais responsáveis pelo desenvolvimento agro-industrial em todas as províncias deste país, foram entrevistadas e registraram seu

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 10/03/2003 08:20:10 N.°: 00145
CARAT=Reservado

interesse na compra de produtos tais como:
(i) pesticidas;
(ii) sistemas de irrigação;
(iii) fertilizantes;
(iv) implementos agrícolas (tratores, arados, pneus para trator e implementos de natureza diversa);
(v) sistemas de empacotamento para produtos sólidos, (como açúcar, café e afins) - em embalagem de um a cinco quilos;
(vi) maquinaria para empacotamento de produtos lácteos, frutas e vegetais;
(vii) frutas tropicais "in natura", sucos e concentrados.

3. Visitar o Secretário-Geral da E.C.O. (Economic Cooperation Organization) em Teerã.

O Chefe da Missão visitou o Secretário-Geral da ECO ("Economic Cooperation Organization") em Teerã, Embaixador Seyed Mosjtaba Arastou, para examinar as possibilidades de comércio com os paises-membros daquela organização. A ECO é integrada por 10 países (Afeganistão, Azerbaijão, Irã, Cazaquistão, Quirgizia,
Paquistão, Tadjikistão, Turquia, Uzbequistão e Turcomenistão) com uma populaçãogada de aproximadamente 350 milhões de habitantes. O Brasil tem missão permanente em três deles (Irã, Turquia e Paquistão) e cumulatividade com mais um (Afeganistão). Propõe-se a criação de cumulatividades com mais dois países (Turcomenistão e Uzbequistão), para ampliar os horizontes de promoção comercial em área que adquire crescente peso geopolítico e significativo potencial para exportações brasileiras. O assunto foi retomado quando da visita do Senhor SGAP a Teerã para a III Reunião de Consultas Políticas em fins de setembro de 2002.

4. Apoio ao exportador brasileiro do ramo calçadista

Esta Embaixada recebeu consultor da empresa "América Consultoria e Projetos Internacionais", em missão patrocinada pela ABICALÇADOS a esta Capital, com vistas a levantar dados sobre o mercado iraniano de sapatos, ademais de estudar o possível estabelecimento de "joint ventures" com empresas locais (em que a parte brasileira exportaria componentes e "design") e a eventual utilização deste país como "trampolim" para vendas de sapatos brasileiros (montados no Irã) para as ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas.
O SECOM programou entrevistas com os principais representantes do setor calçadista local, além de visitas aos centros produtores e encontros com industriais iranianos,

responsáveis por empresas "trading", com o Presidente da Associação do Setor Calçadista, com representante da Câmara de Comércio, Indústria e Minas do Irã.
O Irã foi considerado pelo citado consultor como mercado que poderia revelar-se promissor no médio e longo prazo.

5. Proposta de visita do Presidente iraniano Mohammad Khatami ao Brasil

O assunto foi objeto do telegrama 314 , de 28/05/02. Uma visita oficial do Presidente Mohammad Khatami ao Brasil traria novo e significativo impulso às relações entre o Brasil e o Irã, colocando-as no elevado patamar compatível com a dimensão politica, econômica e estratégica dos dois países em suas respectivas áreas geográficas.

VI. JUNHO/ 2002

1. Organizar a participação do Brasil na Feira Internacional de Automóveis de Teerã.

A ``Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã", de São Paulo, solicitou o apoio desta Embaixada para a obtenção de área de aproximadamente 300 m2 na "4ª Feira Internacional Automotiva de Teerã". Neste espaço foram expostos dois veículos da VW, com as marcas de comercialização GOL e SAVEIRO.
A Embaixada participou ainda com aporte financeiro de US$ 3.470,00 e instalação de ``stand`` institucional. Vários produtores de auto- peças enviaram amostras e catálogos para distribuição durante a feira, com suporte em CD - Rom (produzidos pela Sindipeças -Abipeças) que foram de grande utilidade na divulgação dos nomes dos produtores brasileiros do setor.

2. Entrevista com o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores para organizar a participação do Brasil e do Irã na segunda sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" a realizar-se no Rio de Janeiro em setembro de 2002.

Foi realizada entrevista com o Diretor-Geral de Assuntos Culturais da Chancelaria iraniana, Embaixador Mohammad Masjedjamei, que chefiou a delegação deste país à Segunda Sessão do Seminário Latinidade e Herança Islâmica, promovido pela Academia da Latinidade de Paris, pela Univesidade

Cândido Mendes e pelo governo iraniano, com o objetivo de preparar a segunda sessão do Seminário: discutiu-se a temática central, composição das delegações e nomes dos palestrantes. Foi, mais uma vez, ressaltada a importância do evento no contexto do diálogo entre heranças culturais distintas, que tem reflexos em todo o quadro de relacionamentos (político, cultural, econômico e social) entre as nações.

3. Organizar a participação do Brasil no "Iran Air Show" 2002 em Kish em outubro de 2002.

A EMBRAER, maior empresa brasileira do setor, considerou inoportuna a participação nesta feira já que suas aeronaves contêm componentes fabricados em Israel e nos Estados Unidos, sendo a exportação dos aparelhos com tais equipamentos para o Irã, portanto, objeto de embargo econômico, o que prejudicaria a EMBRAER no mercado norte-americano, onde a empresa tem a maior parte de sua carteira de exportações.

4. Prospectar a possibilidade da exportação de amianto para o Irã

Recebi a visita dos empresários Rubens Rela Filho e J. Roberto B. Fratantonio, respectivamente, Presidente e Diretor da SAMA MINERAÇÃO DE AMIANTO que me comunicaram ser aquela empresa a quarta maior produtora mundial de amianto do tipo "chrysotile".
A "SAMA" é detentora do certificado ISO 14001 e seu produto é utilizado em trezentas diferentes modalidades - em especial na construção civil - Segundo fui informado, aquele produto seria não-cancerígeno e seu valor pelo menos 40% mais barato do que o PVC - atualmente utilizado em países mais industrializados
A SAMA produz anualmente 200 mil toneladas de amianto e exporta 80 mil toneladas para diferentes países. O Irã importa anualmente, sobretudo, da Rússia, entre 60 a 70 mil toneladas de amianto. A SAMA, que atualmente exporta apenas 500 toneladas/ano deste produto para o Irã, conseguiu, com o apoio desta Missão, encontrar um representante local e pretende aumentar sua participação no mercado iraniano para pelo menos cinco mil toneladas/ano. O acôrdo entre esta empresa e seu representante local está em fase de conclusão.

5. Relações entre o Irã e Turquia

Pelo tel. 24, de 13.01.03, esta Embaixada informou sobre o presente estágio das relações entre o Irã e a Turquia. Esses dois países possuem extensa fronteira em área de extrema sensibilidade, a ser afetada pelas prováveis ações militares dos Estados Unidos contra o Iraque e que possivelmente desbordariam para outros países da região. A Embaixada tem informado com regularidade a SERE sobre o desenvolvimento do tema.

6. Informar sobre eventual restabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos.

O tel. 366, de 17/06/02, descreve o espectro de posicionamentos diversos e mesmo frontalmente opostos entre as liderancas políticas e religiosas deste país quanto a uma possivel reaproximação com os Estados Unidos. Em qualquer hipótese, tal degelo somente poderá ser conduzido de forma extremamente cautelosa e em espaço temporal que não pode ser projetado.
Este Posto tem acompanhado a questão e informado regularmente a SERE sobre seus desdobramentos.

7. Preparar assinatura de Protocolo de Entendimento Zoosanitário para a exportação de frango congelado e acompanhar contencioso entre o Grupo Sadia e o governo iraniano.

O Presidente da SADIA, Senhor Luiz Fernando Furlan, solicitou o apoio desta Embaixada para agendar encontros com o Diretor da Área Internacional da "State Livestock Affairs and Logistics" (SLAL) do Ministério da Agricultura do Irã, para resolver impasse comercial.
A SLAL chegou a um acordo com a SADIA referente ao embarque de frangos, inicialmente recusado pelos veterinários iranianos, em face de divergências zoo-sanitárias, no valor de US$ 2,5 milhões de dólares, mediante a assinatura de acordo sanitário entre o MAA/DIPOA/DCI e a IVO (`Iranian Veterinary Organization`).

8. Preparar visita, em 2003, do escritor Paulo Coelho ao Irã.

O escritor Paulo Coelho goza neste país de imensa popularidade e estima-se que mais de um milhão de exemplares de seus livros tenham sido aqui publicados.
A Embaixada foi procurada pelo seu editor no Irã para comunicar o interesse em promover a visita do referido autor a Teerã em época a ser ainda definida, embora em principio cogitada para realizar-se em 2003 Por motivos diversos,

inclusive a carregada agenda de Paulo Coelho - e a crise militar que poderá envolver os países da região - a época da visita será re-examinada .

VII. JULHO/ 2002

1. Organizar visita do Governador de Tocantins e missão empresarial de 23 a 28/7/2002 à Teerã e Hamadan.

O Governador de Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, acompanhado de delegação representativa das lideranças política, empresarial e cultural de Tocantins composta por 26 integrantes, entre eles Secretários de Estado da Agricultura e do Abastecimento; da Indústria, Comércio e Turismo e do Planejamento e Meio Ambiente, ademais dos Presidentes da Assembléia Legislativa, da Federação das Indústrias e da Federação da Agricultura de Tocantins além de empresários ligados à agroindústria (carne bovina), à indústria automobilística (jipes) e pelo representante do Grupo Rede Celtins (geração e distribuição de energia elétrica).
O foco de interesse residiu na venda de jipes, arroz, soja,carne, implementos agrícolas e no intercâmbio cultural, técnico e científico, esteve em visita a este país.
Foi a primeira visita de um Governador de Estado brasileiro ao Irã o que marca o início de um novo patamar nas relações entre os dois países e o adensamento das relações bilaterais, que passa a envolver interlocução direta entre Governadores de Estados de ambos países".
A possível venda de quatro mil jipes a serem comercializados pela empresa FABRAL-Fábrica Brasileira de Automóveis, que está se instalando naquele Estado, representava uma operação comercial estimada em oitenta milhões de dólares.
A visita da Missão abriu novas possibilidades de desenvolver diferentes vertentes de cooperação com este país, nas áreas econômico-comercial, saúde, educação e cultura.
Em preparação à visita desta Delegação à Provincia de Hamadan entrevistei-me com com o Diretor da Área Internacional do Ministério Interior, com empresários locais, com representantes comerciais, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com representante do Ministério da Defesa (a venda de jipes destina-se em princípio à área militar) e Ministério da Agricultura.
Em Teerã, o Governador Siqueira Campos e comitiva encontraram-se com o Reitor da Universidade Shahid Beheshti (27 mil alunos)com o Diretor-Geral da IRAN KHODRO (principal fábrica de automóveis do Irã), com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para Assuntos Econômicos, com o Vice-

Presidente da Rádio e Televisão Iraniana e com o Vice-Ministro do Interior.
Foi assinado Memorando de Entendimento entre os Governadores de Tocantins e Hamedan, em que as Partes se dispõem a desenvolver a cooperação comercial, econômica e cultural, no que constitui o primeiro documento dessa natureza já assinado entre o Brasil e o Irã.
Ficou claro o interesse iraniano em estabelecer um maior intercâmbio com o Estado de Tocantins visando ao estabelecimento de `joint-ventures` em que produtos brasileiros finalizados no Irã seriam vendidos diretamente no mercado iraniano ou reexportados para países de seu entorno geográfico,

2. Conceder entrevista a agência de notícias local (I.R.N.A.) sobre o atual estágio das relações entre o Brasil e o Irã.

Recebi jornalista do Jornal "Iran" (editado em farsi) que, com uma tiragem de 300 mil exemplares, é o segundo jornal iraniano em termos de circulação.
Abordei, as semelhanças existentes entre o Brasil e o Irã, que, pelo seu peso político e econômico, ocupam posição privilegiada em seus respectivos entornos geográficos e ressaltei o recente adensamento das relações políticas e comerciais assinalado pelas visitas recíprocas de diversas delegações dos dois países, bem como as iniciativas que pretendo levar adiante na área cultural tais como a co-produção de filmes, a vinda de escritores brasileiros de renome, como Paulo Coelho, Affonso Romano de Santanna, Marina Colasanti, e a realização de exposições de arte no Irã e no Brasil.
Entrevista do mesmo teor foi também concedida à agência estatal de notícias IRNA.

3. Informar sobre as relações entre o Irã e a Rússia.

No âmbito normal de suas atividades , esta Embaixada tem informado regularmente sobre o intenso e diversificado relacionamento entre o Irã e a Rússia, parceiros estratégicos e com envolvimento geopolítico em toda a região da Ásia Central e Oriente Médio. No decurso do ano de 2002 mereceu especialmente atenção o acordo de cooperação na área nuclear nos termos do qual a Rússia fornecerá ao Irã urânio enriquecido para ser usado como combustível na usina de Bushehr, a ser inaugurada em 2004. O assunto foi objeto do tel. 15, de 12/01/03.

4. Proposta de inclusão do "Dialogo entre as Civilizações", para o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior.

A eventual inclusão do `Diálogo entre as Civilizações` no currículo do Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), conduzido no âmbito do DSE, e visa a fornecer subsídios para o entendimento amplo das peculiaridades de heranças culturais , religiosas e políticas diferenciadas, como instrumento na ação do agente diplomático.

VIII. AGOSTO/ 2002

1. Organizar visita de representante da "Odebrecht" à Teerã e Rafsanjan.

a) Obra de irrigação em Rafsanjan. Organizar visita de representante da "Odebrecht" à Teerã e Rafsanjan e organizar encontro com o chanceler Kamal Kharrazi para informar sobre o interesse daquela empresa brasileira.

A NORBERTO ODEBRECHT mostrou-se interessada na construção de represa, túnel e de condutores de água com 400 km de extensão, a ser executada na região de Rafsanjan para projetos de irrigação da cultura do pistache. Este projeto envolve investimensos da orde de US$ 650 milhões.
Estiveram em visita a esta Capital, no início de 2003, três diretores daquela empresa (Carlos Fernando Namur, Natal Mendes e Luiz Roberto Chagas), com o objetivo de apresentar a empresa em termos de capacitação técnica e financeiros e também para especificar pormenores técnicos para a apresentação de proposta comercial.
Providenciei apoio aos empresários, tendo agendado encontros dos mesmos em diferentes setores do governo e com empresas que estão envolvidas nos mencionados projetos, bem como expliquei as possibilidades do mercado iraniano e dos países vizinhos para aquela empresa.
A Odebrecht Informou que a parte iraniana avançou muito no projeto e há ainda detalhes referentes à engenharia financeira que são pouco claros mas foi confirmada a aprovação do financiamento para a obra e a sua inclusão no próximo orçamento da República Islâmica do Irã vigente para o período 21/3/2003 a 21/3/2004.
Houve reunião de trabalho entre o Sr.Carlos Fernando Namur, da NORBERTO ODEBRECHT, Sr. Farroukh Chadan e o Sr. H. Khorrami, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã com o Sr. Mahmoud Hashemi Rafsanjani, irmão do ex-Presidente A. Rafsanjani e Presidente do Metrô de Teerã.
Tanto a Alemanha como a China já apresentaram propostas para o projeto do Metrô de Teerã. A opção por empresa

brasileira se revela uma decisão tanto política quanto técnica.

b) Consultar as empresas Andrade Gutierrez e Odebrecht sobre a expansão das linhas do Metrô de Teerã

Visando a possibilidade da participação direta da Odebrecht nas obras do Metrô de Teerã apresentei panorama do atual estágio das negociações relativas às obras, o modus operandi dos empreiteiros e contratantes iranianos, bem como agendei encontros destes com o Escritório Comercial da Embaixada da China, para sondar e deixar claro o interesse da Odebrecht e outras companhias brasileiras em participar destas obras como sub-contratadas, caso empresas chinêsas venham a vencer aquela licitação. Foi oferecida recepção em minha residência para colocar em contacto estes empresários brasileiros com seus colegas iranianos. Está previsto o retorno daqueles empresários a Teerã proximamente. Em oportunidade anterior introduzimos representante da Andrade Gutierrez ao Setor Comercial da Embaixada da China com o mesmo objetivo.

c) Construção de casas populares no Irã.
Agendei visita de representante da Câmara de Comércio, representando a Norberto Odebrecht, com o Ministério da Habitação iraniano. Neste encontro, as autoridades iranianas deixaram claro que tipo de casas populares têm financiado e outros detalhes técnicos. Embora os modelos apresentados pela Odebrecht não estivessem adequados à realidade iraniana, o encontro deixa a porta aberta para futuros contactos.

2. Organizar, com a diretora do Museu de Tapetes de Teerã, exposição sobre "Os antigos tapetes da Pérsia" para exibição no Museu de Arte de São Paulo em 2003.

Por sugestão do Ministro da Cultura do Irã, realizou-se reunião com a Senhora Leila Dadgar, diretora do Museu de Tapetes de Teerã, com vistas a organizar a mostra "Os antigos tapetes da Pérsia" no decurso do ano de 2003, no Museu de Arte de São Paulo (MASP). O assunto tem evoluido lentamente face ás peculiaridades do processo decisório deste país, que pode envolver diversos órgãos governamentais. Do lado brasileiro, entretanto, foi levantada a hipótese de realizar a mostra também no Rio de Janeiro e em Brasília em 2003, após a apresentação no MASP. A apresentação dessa importante mostra, caso venha a concretizar-se, propiciaria ao público brasileiro a oportunidade de apreciar o elevado grau de criatividade atingido neste setor do artesanato persa, cuja qualidade é reconhecida mundialmente.

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 10/03/2003 08:20:10 N.°: 00145
CARAT=Reservado

3. Preparar visita do Diretor de Vendas de tratores da "Massey Ferguson do Brasil" à Teerã e Tabriz, com referência a venda de tratores agrícolas.

O apoio prestado pela Embaixada a empresários deste país interessados na importação de um lote inicial de mil unidades, de um total de 3 mil tratores para uso agrícola com capacidade entre 150 a 180 HP, concretizou-se pelo agendamento de contactos do Senhor Mario Fioretti, representante da ANFAVEA (entidade que esteve presente durante a visita da Missão Comercial em setembro de 2001 ao Irã) com entidades iranianas do setor e, por seu intermédio, com fabricantes brasileiros de tratores, especialmente com a "Massey Fergusson do Brasil", que se se mostrou interessada na venda, tendo obtido permissão da matriz européia.
A oportunidade comercial foi também detectada por fabricantes da Alemanha, Holanda, Áustria e Itália, cujos Governos estão pressionando as autoridades locais para que a opção de compra se faça naqueles países.
Esta Embaixada tem dado apoio e acompanhado os intermediários em seus contactos com as autoridades locais envolvidas naquele projeto (Ministério da Agricultura, Ministério do Comércio e Ministério da Indústria e Minas).
A "Massey Ferguson" do Brasil, além de oferecer à parte iraniana financiamento pelo BNDES , pelo prazo de dois anos para alicerçar a venda, dispõe-se ainda a transferir tecnologia, pois os tratores seriam exportados na modalidade (CKD), e montados na "Iranian Tractor Manufacturing Company" (ITMCO) localizada na cidade de Tabriz, com a qual a "Massey Ferguson do Brasil" opera desde o início da década de noventa.
As autoridades iranianas aparentemente se convenceram, após repetidas gestões da "Massey Ferguson" e desta Missão, que o custo de aquisição de modelos mais sofisticados bem como a compra de peças sobressalentes e sua manutenção seriam incompatíveis com a realidade do mercado e da mão de obra iraniana que costumam optar por modelos de manuseio mais simples.

4. Preparar a visita do Presidente do clube de futebol "Esteghlal" ao Brasil com o apoio da Federação Brasileira de Futebol.

O futebol é esporte que goza de grande popularidade no Irã e pode ser mais um vetor de aproximação entre os dois países sendo o clube `Esteghlal`o que conta com o maior número de simpatizantes. Nesse sentido, tem sido estimulada a vinda de técnicos ou de preparadores físicos, como ja

ocorreu ha cerca de 10 anos, ao Irã. O Presidente do clube referido esteve efetivamente em visita á CBF, mas ainda não se configurou a possibilidade da vinda de um profissional de futebol para o Irã, possivelmente desencorajada pela conjuntura de incerteza decorrente das possíveis ações militares na região.

5.Providenciar publicação em persa da obra "A Critical Study of History", do Professor Helio Jaguaribe.

O Professor Hélio Jaguaribe tem participado ativamente dos seminários ``Latinidade e Herança Islâmica``, patrocinado conjuntamente pela Chancelaria iraniana, pela Universidade Cândido Mendes e pela Academia da Latinidade, de Paris. A publicação da obra citada em idioma persa seria muito valiosa por permitir à comunidade intelectual deste país - e ao seu público leitor em geral - conhecer o pensamento de um renomado cientista social brasileiro. A versão inglesa do livro já foi encaminhada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores do Irã para a tradução em idioma farsi. O assunto ainda está sendo desenvolvido e aguarda-se pronunciamento da parte iraniana.

6. Condecorar o Diretor-Geral para as Américas e o Diretor para a América Latina com a Ordem do Rio Branco.

O agraciamento com ordens honoríficas tem sempre um alto valor simbólico, pelo reconhecimento que representa dos bons ofícios prestados pelo agraciado no contexto das relações bilaterais.
Neste sentido, propus e foi aceita pela SERE, a concessão da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Oficial, ao Vice-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ali Ahani , Diretor-Geral para as Américas e Europa. Foram igualmente propostas e aceitas pela SERE a outorga da Ordem de Rio-Branco no grau de Grande Oficial ao Diretor-Geral para as Américas (Embaixador Mehdi Mohtashami), e no Grau de Comendador ao Embaixador Fereidoun Haghbin. As condecorações foram entregues aos agraciados em dois almoços na Residência por imposição das agendas das referidas autoridades iranianas. Aos dois eventos compareceram representantes do corpo diplomático acreditados neste país e autoridades da chancelaria local. Ressaltei na oportunidade o grande interesse do Brasil em adensar o relacionamento político, econômico, comercial e cultural com o Irã.
Ao agradecerem a concessão da insígnia, os agraciados

mencionaram as inúmeras possibilidades de cooperação institucional, o interesse pelo intercâmbio entre as academias diplomáticas dos dois países bem como assinalaram as diversas iniciativas que estão sendo desenvolvidas na área cultural bilateral.

7. Informar sobre as relações entre o Irã e o Iraque e possível intervenção dos Estados Unidos no Iraque.

A Embaixada tem informado regularmente sobre o asunto pelos tels. 53, 69, 81, 87, 90, 134 e 138.

IX. SETEMBRO/ 2002

1. Pesquisar mercado local sobre oportunidades para a exportação de aviões da Embraer.

O Governo iraniano alocou dotação no valor de US$ 1 bilhão para a aquisição de aeronaves, tendo em vista a renovação de sua frota. Manifestou intenção de adquirir entre 15 e 20 aparelhos para vôos regionais (ERJ-190) e sondaram a Embaixada se seria possível a venda de aviões da Embraer para uma empresa estrangeira especializada em operações de "leasing", cujo destino final seria o mercado iraniano. A presença de componentes norte-americanos e israelenses em suas aeronaves, a EMBRAER descartou seu interesse na operação, em face das restrições impostas pelo embargo americano ao Irã. Em face do interêsse do Governo iraniano, esta Embaixada procedeu a contactos com a empresa TAM-Transportes Aéreos Marilia S/A - a fim de que fosse examinada a hipótese da aquisição de aeronaves Fokker-100, de origem holandesa. A TAM enviou detalhes técnicos das aeronaves que poderia disponibilizar próximamente e a parte iraniana estuda atualmente as características e preços ofertados.

2.Preparar a terceira reunião de Consultas Políticas. Visita do SGAP.

A crescente importância do relacionamento bilateral entre Brasil e Irã, atores de relêvo em suas respectivas áreas geopolíticas , determina a necessidade da intensificação do diálogo direto e da consultação permanente entre as Chancelarias dos dois países. Ações desenvolvidas no quadro do relacionamento político, comercial, cultural e de cooperação científica e tecnológica são analisadas e discutidas em foro específico, que visa também a identificar

novos setores da interação bilateral e entraves eventualmente encontrados no processo. A III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã foi celebrada em Teerã no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2002. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Gilberto Vergne Saboia e integrada pelo Embaixador Cesario Melantonio Neto, Chefe da Missão diplomática em Teerã, pelo Ministro-Conselheiro comissionado Fernando Jablonski e pelo Primeiro Secretário Paulo Roberto Soares Pacheco, da SGAP. Pela parte iraniana participaram o Vice-Ministro Ali Ahani, o Embaixador Fereidoun Hagbin (Diretor do Departamento da América Latina) bem como outros diplomatas iranianos. A agenda do encontro permitiu ampla discussão dos temas de interesse bilateral, tendo o Vice-Ministro Ali Ahani assinalado a necessidade de um maior adensamento nas relações entre os dois países, citando a multiplicação do intercâmbio de visitas de diferentes autoridades representativas de ambas sociedades como "pedra angular" desse acercamento. Acentuou ainda a posição-chave que o Brasil ocupa na América Latina, equivalente àquela ocupada pelo Irã no Oriente Médio

3. Participar da segunda sessão do seminário "Latinidade e Herança Islâmica" na Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro.

Realizou-se no Rio de Janeiro (Faculdade Candido Mendes) no período de de 10 a 13 de setembro de 2002, a segunda sessão do Seminário ``Latinidade e Herança Islâmica`, que transcorreu em moldes idênticos ao do primeiro evento, celebrado em Teerã, em março de 2002. Dele participaram, além dos que compareceram à primeira sessão, os Senhores Tarcisio Padilha e Embaixador Alberto da Costa e Silva. O Seminário manteve o elevado nível de participação ativa de seus integrantes e consolidou as expectativas na manutençao do diálogo estimulante entre heranças culturais diversificadas.

4. Estabelecer contato com representantes da Comunidade Baha`i no Irã e no Brasil.

O encontro com representantes da comunidade Baha`i ocorreu em novembro de 2002 e é objeto de comentário específico na relação de atividades referentes aquele mês. A comunidade Baha`i que compreenderia cerca de 350 mil afiliados no Irã tem sido objeto de perseguições, discriminações e outras violações de direitos humanos neste país. No Brasil existe tambem uma significativa representação da comunidade em apreço com aproximadamente 200 mil seguidores. Após coordenar com a Secretaria de Estado o mecanismo para a realização do encontro, a Embaixada

recebeu telefonema do Senhor Iradj Roberto Eghrani (de Brasília) para comunicar os nomes dos representantes da comunidade Baha`i que visitariam o Chefe do Posto . O encontro ocorreu na Residência no dia 3 de outubro de 2002, com os Senhores Jamalu`d d-Din Khanjani e Changiz Fana`iyan, acompanhados de tradutor. Segundo os interlocutores do Chefe da Missão, algumas das mais duras imposicões e penalidades impostas à comunidade teriam sido minoradas, tais como a redução do número de presos para quatro e comutação da pena de morte para prisão perpétua em dois de quatro casos, que, poderia, eventualmente, ser abrandada. Persistem as proibições a lugares públicos de culto e ao exercício de profissões liberais e reconhecimento de diplomas universitários. Ao final do encontro, foi-lhes dito que novos encontros do mesmo formato poderiam ocorrer no futuro.

5. Promover visita de grupo de turistas iranianos ao Brasil.

Algumas operadoras iranianas começaram a vender, com boa receptividade, pacotes turísticos para o Brasil, e o aumento do fluxo de turistas iranianos ao longo de 2002 pode ser igualmente constatado pelo aumento do número de vistos concedidos pelo Setor Consular da Embaixada. Trata-se de atividade com momentos e motivações específicas, na dependência de diversos fatores conjunturais (econômicos, políticos, sociais), mas que tem revelado possibilidade de incremento pela dinâmica própria do setor.

6. Propor ao governo iraniano a assinatura de Protocolo de Entendimento Zoo-Sanitário

Ocorreu a assinatura de acordo sanitário entre o MAA/DIPOA/DCI e a IVO (Iranian Veterinary Organization) referente às condições sanitárias para embarque de frangos.

Preparar visita do Senhor Sérgio Mielniszenko à Teerã para divulgação da música brasileira, sem ônus para a SERE.

Por iniciativa própria, esteve em visita a este país o Senhor Sérgio Mielniszenko, que produz para o Consulado Geral em Los Angeles, há cerca de vinte anos, programas para a divulgação de música brasileira, encaminhado a grande número de missões diplomáticas brasileiras e outros órgãos de divulgação. Após contactos com autoridades iranianas no setor de rádio-difusão, agendados pela Embaixada, verificou-se que, em face de peculiaridades locais (obrigatoriedade da

tradução de música para o farsi, proibição de voz feminina em canções) não ser possível dar prosseguimento ao projeto.

Preparar celebrações do centenário do estabelecimento de relações diplomáticas com o Irã em dezembro de 2002 com lançamento de selo comemorativo. Estabelecer contatos com os Correios do Irã e a E.B.C.T.

O centenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã foi marcado pelo lançamento de uma edição de selo comemorativo. Marquei o evento pelo oferecimento de recepção na Residência à qual compareceram membros da comunidade diplomática sediada nesta Capital, autoridades iranianas e representantes da imprensa e televisão deste país. O selo, de excelente visual gráfico, teve edição de 1 milhão de exemplares e foi desenhado conjuntamente por técnicos da E.B.C.T e da emprêsa iraniana de correios e telégrafos, que se deslocaram ao Brasil com esse objetivo específico.

Prospectar oportunidades no setor de material ferroviário e no Metrô de Teerã para a visita do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Material Ferroviário.

Foi prestado apoio à missão do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Material Ferroviário, Senhor Alexander Ellwanger. Organizou-se reunião com o presidente do Metrô de Teerã, Senhor Mohsen Hashemi, com o chanceler Kamal Kharrazi para informar sobre o interesse de empresas brasileiras nas obras de expansão do sistema ferroviário iraniano e na do Metrô de Teerã bem como agendada visita ao Secretário-Geral da "Economic Cooperation Organization" (E.C.O.), Embaixador Seyed Arastou, para acompanhar o plano de expansão ferroviária dos países-membros da E.C.O.
Prospectamos oportunidades no setor de material ferroviário e organizamos agenda de encontros para a visita do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Material Ferroviário e Diretor da IAT, fixações elásticas Deenik, Senhor Alex Ellwanger, que esteve em visita a Teerã, pela segunda vez em menos de um ano.
Vieram tratar de assuntos referentes às fases 3 e 4 do Metrô de Teerã, obra orçada em cerca de 2 bilhões de dólares.
Providenciei total apoio aos empresários, tendo agendado encontros para os mesmos em diferentes setores do governo e com empresas que estão trabalhando nos mencionados projetos.
Em reunião na Embaixada apresentei panorama da perspectiva do mercado iraniano e dos países vizinhos, os contactos que

tenho mantido com o Metrô de Teerã, o atual estágio das negociações relativas às obras e o "modus operandi" dos empreiteiros e contratantes iranianos. Foi organizada recepção na residência para colocar em contacto os empresários brasileiros com seus colegas iranianos.
Tendo sido a China a vencedora da concorrência para os trechos 1 e 2 do Metrô de Teerã para o fornecimento de serviços de engenharia, partes, vagões e sinalização. Providenciei encontro entre os senhores Alex Ellwanger, Marcos Guerra (Presidente da Câmara Brasil-Irã), na Embaixada da China, com o Chefe do Escritório Comercial e Econômico, Senhor Mu Defu. A intenção foi a de aproximá-los visando, caso companhia daquele país venha a vencer a licitação, deixar claro o interesse de empresas brasileiras em serem eventualmente subcontratadas na área de prestação de serviços ou fornecendo partes e peças para a obra.
O Senhor Ellwanger e o Senhor Guerra encontraram-se também com representantes da empresa "General Mechanics", licitante do Metrô, com o mesmo objetivo, sendo que as perspectivas de associação com essa empresa, parecem bastante promissoras pois as empresas brasileiras estão cotando e detalhando a especificação do material a ser cotado na obra.
O Senhor Ellwanger relatou que, como consequência dos contactos anteriores, a indústria Manser Ltda, de Porto Alegre, vinha já recuperando motores elétricos de locomotivas para a Iranian Islamic Republic Railways, através da empresa londrina IPS-Industrial Power Supply e que 24 motores haviam sido já recuperados.
Os representantes da Odebrecht têm, no momento o foco no projeto de irrigação de Rafsanjan e descartaram sua participação como "main contractor" na licitação das linhas do metrô.
Também como parte da estratégia centrada em material de transporte ferroviário, alertei aqueles empresários sobre a importância da ECO para as exportações e serviços brasileiros para a possibilidade de adensamento das relações econômicas e comerciais dos países da ECO (Organização de Cooperação Econômica), que tem sua sede em Teerã e que congrega a participação do Afeganistão, Azerbaijão, Casaquistão, Quirguízia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão Irã, Paquistão e Turquia. A ECO reúne cerca de 350 milhões de habitantes e em 2001 importou aproximadamente US$ 100 bilhões em produtos e serviços. É objetivo desta organização revitalizar a malha ferroviária entre os países membros e tem sido em função disso que esta Embaixada tem se mostrado interessada na cumulatividade com aqueles países já que produtos e serviços da pauta exportadora brasileira transitariam pelo Irã. O Secretário-Geral da ECO já se comprometeu, após a visita do SGAP, a auxiliar na penetração

de empresas brasileiras nos países integrantes da ECO.

Preparar visita do Grupo Parlamentar de Amizade ao Brasil

Em abril de 2002, delegação parlamentar iraniana visitou o Brasil a convite do Embaixador do Irã em Brasília, Senhor Mansour Moazami., para encontros com membros do Congresso nacional, conduzidos á margem da 107a. Conferência da União Interparlamentar. O objetivo da visita foi de tratar de temas bilaterais e multilaterais, inclusive em áreas específicas, tais como o combate à seca no Nordeste brasileiro, uma vez que o Irã tem problemas similares em algumas de suas regiões. Projetam-se novas visitas recíprocas para o ano de 2003, a serem organizada pelo Grupo Parlamentar Irã-Brasil e pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã.

Visitar empresa automobilística "Khodro" para apoiar proposta de vendas de prensas mecânicas da empresa `Schuler".

A empresa "Prensas Schüler", situada em Diadema, São Paulo, está em fase de conclusão de negociações com a `Iran Khodro`, indústria automobilistica local, de contrato cujo objeto é a venda de prensas hidráulicas cujo valor aproximado é de 27 milhões de dólares.
Esta Embaixada tem dado todo apoio aquela empresa, seja em contacto com diretores da Schuler, seja agilizando a concessão de vistos de diretores da `Iran Khodro` que se dirigem ao Brasil com vistas à assinatura do contrato no menor prazo possível

OUTUBRO/ 2002

Apresentar proposta de cumulatividade com o Turcomenistão e o Uzbequistão.

Durante a III Sessão da Reunião de Consultas Políticas foram analisados com o Senhor SGAP os fundamentos de natureza comercial e política que justificariam a criação de Embaixadas no Uzbequistão e Turcomenistão, cumulativas com a Missão diplomática em Teerã.

Preparar participação de cineastas iranianos na 26ª Mostra

Internacional de Cinema de São Paulo.

Os diretores Bahman Ghobadi e Manijeh Hekmat representaram o Irã no evento e mostraram particular interesse na discussão de proposta de celebração de Acordo de co-produção Cinematográfica entre o Brasil e o Irã, tendo em vista o elevado nível de qualidade do cinema de ambos países, reconhecido pela crítica e pelo público internacionais.

Organizar viagem ao Brasil de inspetores da "Iranian Veterinarian Organization" para inspecionar abatedouros e frigoríficos com vistas ao fechamento de contrato de exportação de trinta mil toneladas de carne para o Irã.

Esta Embaixada tem dado especial assistência a órgãos do governo responsáveis pela inspeção e aprovação de embarque de carne para este país em virtude do volume importado por aqueles orgãos.
Tem ainda facilitado o encontro de seus veterinários e inspetores com zonas produtoras não tradicionais e com fornecedores eventuais.

NOVEMBRO/ 2002

Organizar apoio à missão do paleontólogo Alexander Kellner,
do Museu Nacional na província de Kerman.

O paleontólogo Alexander Kellner visitou a região de Kerman a convite do Ministério da Ciência, Tecnologia e Pesquisa, da Universidade de Kerman, para realizar pesquisas sobretudo na área de fósseis (o assunto foi objeto do tel. 654 desta Embaixada).

Prestar assistência à empresários brasileiros com interesse no mercado do Afeganistão.

A empresa brasileira SUM Enterprises Comércio Exterior Ltda. consultou a Embaixada sobre a possibilidade de exportar diretamente para o Afeganistão. Foi-lhes informado não ser possível a realização do intercâmbio comecial direto, sendo o mercado afegão suprido por importadores iranianos que atuam como intermediários, e sugerido contacto com uma de tais empresas, do setor de auto-peças.

Preparar reunião com o Ministro da Ciência, Tecnologia e

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 10/03/2003 08:20:10 N.°: 00145
CARAT=Reservado

Pesquisa do Irã para estreitar a cooperação científica e tecnológica.

Em entrevista com o Ministro iraniano da Ciência, Tecnologia e Pesquisa, Senhor Mostafa Moin, o Chefe do Posto foi informado do interesse deste país em estreitar e desenvolver a cooperação com o Brasil nas seguintes áreas: 1) biotecnologia marinha, que poderia contar com o apoio do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo e do Professor Eurico Cabral de Oliveira Filho para criar no Irã o primeiro mestrado em biotecologia marinha, com duração de dois anos, no Centro de Biotecnologia da ilha de Qeshm; 2) cardiologia, onde haveria possibilidades de intercâmbio entre o Instituto do Coração de São Paulo e o ``Isfahan Cardiovascular Research Center; 3) doenças pulmonares e tuberculose, pela cooperação entre entidade brasileira desse setor e o ``Tuberculosis and Lung Diseases Research Center of Tehran``chefiado pelo Doutor Ali akbar Velayaty, ex-Ministro das Relações Exteriores do Irã ; 4) tecnologia da informação, onde o Brasil possui boa experiência, inclusive no setor de automação bancária; 5) agropecuária: a EMBRAPA e outras entidades brasileiras do setor (como a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo) poderiam desenvolver projetos de cooperação com o ``Agricultural Biotechnology Research Institute`` da Universidade de Teerã e o ``Agriculture Research Institute" da Universidade de Zabol. Assinalei ao Ministro Moin a aprovação do projeto brasileiro , durante reunião da OMC na Austrália, que prevê permissão para determinados países (em particular ode reduzida renda per capita) produzam e comercializem medicamentos genéricos, com a quebra de patentes, para atender, ao tratamento de doenças como a AIDS, tuberculose e malária

Organizar a participação do Brasil na "Iran International Steel and Mineral Exhibition" no período de 16 a 19 de abril de 2003.

Em visita a esta capital, no ano de 2001, representante do escritório da Vale do Rio Doce em Bahrain, declarou não haver interesse em participar do evento.

Preparar plano de contingência para o caso de agravamento da situação no Oriente Médio.

Foi elaborado plano de contingência, em caso de necessidade de evacuação do posto, tendo sido tomadas as seguintes providências:

1. aquisição de aparelho de telefonia celular por satélite;
2. manutenção do gerador elétrico movido a gasolina ;
3. recuperação do apartamento do subsolo desta Missão, que pode ser ocupado em caráter emergencial;
4. Estabelecimento de contacto permanente com a comunidade brasileira em Teerã
5. Orientação à comunidade brasileira sobre a necessidade de manter em dia seus vistos e demais documentos caso seja necessário proceder à evacuação do país

Gestionar pessoalmente apoio à candidatura moçambicana à O.M.S.

Foram realizadas, conforme determinaçào da SERE, gestões em prol da candidatura moçambicana. O candidato moçambicano, entretanto, não foi eleito.

DEZEMBRO/ 2002

Organizar reunião com representantes da Comunidade Baha`i para o ínicio de 2003.

Novo encontro com representantes da comunidade Baha`i, em moldes semelhantes ao ocorrido em 2002 na Residência da Embaixada, será organizado em época a ser ainda definida.

Atualizar registro de empresas na Braziltradenet.

Com o novo equipamento de informática, recebido no ano de 2003, está sendo possível atualizar dados do sistema. Informações foram atualizadas e nôvo esforço está sendo feito para registrar informações anteriormente recolhidas, confirmar as novas e atualizar as existentes.

Enviar material de informação sobre o Brasil aos principais meios de comunicação locais.

A Embaixada tem enviado com regularidade material informativo sobre o Brasil aos principais meios de comunicação locais, particularmente os editados em língua inglesa, a saber, ``Iran News``, ``Iran Daily`` e ``Tehran Times"`.

Gestionar pessoalmente apoio à reeleição do candidato brasileiro à Secretaria-Geral da O.A.C.I. e à eleição da juíza Sylvia Steiner ao T.P.I.

Foram realizadas, conforme determinaçào da SERE, gestões em prol da candidatura da Juíza Sylvia Steiner, que foi efetivamente eleita para aquele tribunal. A candidatura brasileira ao cargo de Secretário-Geral das OACI foi, entretanto, retirada.

Organizar terceira sessão do seminário "Mundo Latino e Mundo Islâmico", a realizar-se em Paris de 24 a 27 de março de 2003, com o governo iraniano, a Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro e a Academia da Latinidade de Paris .

Realizar-se-á em Paris, de 24 a 27 de março próximo, na Academia da Latinidade. O evento contará com a participação de professores norte-americanos, ingleses, franceses, russos e canadenses e prevê-se que a última rodada do evento seja dedicada ao diálogo do mundo islâmico com o latino, à intensificação da globalização político-militar e sua tendência ao equilibrio com a globalização econômica, à ordem internacional no início do século XXI, à guerra de culturas e à cultura de guerras. A auto-identidade e a globalização serão os dois polos principais da discussão sobre a dialética do global na modernidade.
O Colóquio será aberto pelo Ministro da Educação da França, Luc Ferry, e contará com a participação de Mario Soares, Federico Mayor, Alain Touraine, W.F. Madelung, Frederic Jameson, Peter Gay, Richard Porty, Edgard Morin, M. Taleghani, Gianni Vattino, Yann Richard, Bernard Hourcade, Maurice Druon, Marie Fouladi, Azadeh Kian, Fariba Adelkhah, Nicolas Browne, Maribel Bahia, Aldo Schiavone, Candido Mendes, Paul Virilio, Eduardo Portella, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Pedro Paulo de Sena Madureira, Nélida Pinon, José Saramago e Boris Komissarov., bem como do Chefe da Missão.

Cesario Melantonio Neto, Embaixador

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 10/03/2003 08:20:10 N.°: 00145
CARAT=Reservado

CMN

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 13/11/2003 08:36:06 N.°: 00695
CARAT=Reservado

De Brasemb Teerã para Exteriores em 13/11/2003 (AC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DOP II/DE I/DAOC II/DPB
DESCR=XPRO-BRAS-IRAN
RTM=INGBREM,JAPBREM,AUSBREM,CEEBRMS
REF/ADIT=TEL 685
CATEG=MG

//
Irã.
Seminário. Câmara de Comércio
Brasil-Irã do Rio de Janeiro.
//

Nr. 00695

RESUMO=
"Participação no Seminário Brasil-Irã. Associação Comercial do Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas".

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB LONDRES, TÓQUIO, VIENA E BRASEUROPA

ROGO RETRANSMITIR IGUALMENTE PARA O ERERIO

Reftel 685. Informo. Compareceu a esta Embaixada, a meu convite e do empresário iraniano Senhor Rock Ansari, Diretor da Cyrus Omron International PJSC, empresa dedicada ao setor de análise de investimento, comércio e consultoria financeira e legal internacionais, de propriedade do Senhor Alaghbandian, Presidente da Hegmataneh Industries Petrochemical Company.

2. A Holding do Senhor Alaghbandian representa amplo leque de interesses entre os quais destaco os seguintes:
- exportação de pistachios, sendo o segundo exportador do Irã, com negócios de mais de 200 milhões de dólares anuais;
- importação de máquinas e equipamentos tanto para suas empresas como para outros grupos industriais;
- companhias têxteis;
- manufatura de tapetes;
- duas unidades produtoras de cimento;
- indústria de cerâmica;
- manufatura de vidro em associação com empresas inglesas;
- controle e operação de minas, incluindo sílica;
- manufatura de papel e papel cartão;

- importação de produtos alimentícios e agrícolas;
- importação de matérias primas;
- importação de auto-partes, sendo um dos principais fornecedores do consórcio Peugeot-Citroen-Iran Khodro para o Irã;
- pesticidas;
- construção civil (represas, canais de irrigação, aquedutos, rodovias, edifícios comerciais e industriais);
- importação de pneus; e
- concessão de empréstimos a empresas iranianas por intermédio de bancos europeus e japoneses.

3. O comparecimento do Senhor Alaghbandian a esta Embaixada faz parte da estratégia de atrair para o Seminário sobre relações Brasil-Irã grandes empresários iranianos dos setores financeiro e industrial.

4. O Senhor Alaghbandian mostrou-se impressionado pelo alto nível dos palestrantes e representantes iranianos e brasileiros que já confirmaram sua presença no evento e pelas oportunidades que o mesmo representará no sentido de impulsionar as relações comerciais, políticas e culturais entre os dois países. Lamentando não poder comparecer pessoalmente, designou de imediato três pessoas que estarão presentes ao evento no próximo dia 24.

5. Mostrou-se especialmente interessado por contatos com o setor de autopeças e montadoras automobilísticas (suas companhias importam um total de 2,5 milhões de dólares anualmente em autopeças e possui licença e créditos para construir uma linha de montagem de veículos leves na Província de Hamadan, visitada pelo Chefe do Posto durante missão comercial do Estado de Tocantins em julho de 2002 - vide tel. 451/02); construção civil (interesse em formação de joint-ventures para participação em licitações de obras públicas no Irã, especialmente em um projeto de transposição de água para a ilha de Kish, importante zona livre e polo industrial no Golfo Pérsico; construção de túneis no Azerbaijão e projetos de represas e reservatórios de água).

6. O Senhor Alaghbandian manifestou ainda interesse em importar máquinas e equipamentos pesados para construção civil, novos ou de segunda mão, e com tal objetivo sugeri que contato fosse estabelecido com a Odebrecht, empresa que vem atuando neste país (vide tels 411/02, 424/02 e 65).

7. Sugeri contatos no Brasil com o setor petroquímico, de automação bancária e de mineração, visto que pretende explorar minas de magnésio no Irã com empresas austríacas.

De: BRASEMB TEERÃ Recebido em: 13/11/2003 08:36:06 N.°: 00695
CARAT=Reservado

Sendo reconhecido no meio empresarial iraniano como um dos principais empresários privados do país, demonstrou durante a entrevista ter grande interesse no Brasil em razão de suas estreitas ligações com o Ministro do Petróleo do Irã. Sondei-o sobre a possibilidade de interceder em favor da Petrobrás na licitação ora em curso sobre blocos de exploração na plataforma continental iraniana.

Cesario Melantonio Neto, Embaixador

CMN

De: BRASEMB TEGUCIGALPA Recebido em: 18/07/2007 15:23:32 N.°: 00302
CARAT=Reservado

De Brasemb Tegucigalpa para Exteriores em 18/07/2007 (MMFC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DCC/C/DSF/ABC/DPG/DREN/DNU
DESCR=GVIO-BRAS-HOND
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 087, TEL 301
CATEG=MO

//
Brasil-Honduras. Visitado
Senhor Presidente da
Republica. Subsídios. Pontos
de conversação.
//

Nr. 00302

Nos termos do desptel 87, cuja consulta agradeço, e com base nos comentários transmitidos pelo tel 301, que contém atualização de informações sobre as relações Brasil-Honduras, submeto, adiante, subsídios sobre possíveis pontos de conversação entre o Senhor Presidente da República e o Presidente Manuel Zelaya, durante a visita de Estado do próximo dia 7 de agosto. Entendo que os sete primeiros pontos poderiam ser levantados tanto pelo lado brasileiro, quanto pelo lado hondurenho, ao passo que o último (BCIE) provavelmente será aventado por Honduras:

(1) Avaliação das relações bilaterais (e eventual convite ao Presidente Zelaya para visita ao Brasil). Os avanços nas relações bilaterais expressam-se nos encontros entre autoridades dos dois países, em particular os mantidos pelo Senhor Presidente da República com o Presidente Manuel Zelaya (e com seu predecessor, Ricardo Maduro), e nos desdobramentos que se têm registrado em diferentes campos - contribuição do Brasil para equacionamento da dívida de Honduras junto ao BID, apoio de Honduras à entrada do Brasil como Membro

Permanente do Conselho de Segurança, assinatura de Protocolo para cooperação em matéria de etanol combustível, conclusão de Acordo em matéria de Defesa, aumento significativo do intercâmbio comercial, doação de medicamentos brasileiros para tratamento de "aids", relançamento do programa de cooperação técnica e crescentes entendimentos na área empresarial. A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira de um governante brasileiro a Honduras, constitui fato histórico nas relações diplomáticas bilaterais, que cumpriram seu centenário em 2006, e é aguardada com grande expectativa pelo governo hondurenho e pela sociedade local. A assinatura de novos instrumentos de cooperação, em particular durante a própria visita presidencial, poderia ser ressaltada como evidência do interesse brasileiro em consolidar e aprofundar os vínculos com Honduras. Caso se julgue viável, poderia examinar-se a possibilidade de formulação, durante o encontro, de convite do Senhor Presidente da República ao Presidente Manuel Zelaya para visita ao Brasil.

(2) BID. A renovação da gratidão do Presidente Zelaya pela contribuição do Brasil para o equacionamento da dívida de Honduras junto ao BID, da ordem de US$ 1,3 bilhão, marcará o tom das conversações que manterá com o Senhor Presidente da República. O equacionamento da dívida junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento constituía prioridade básica da atuação externa de Zelaya (após haver o governo precedente, de Ricardo Maduro, obtido esquemas de perdão/alívio junto a outros organismos e países credores, mas não junto ao BID).

(3) Reforma do Conselho de Segurança e candidaturas a organismos internacionais. A visita do Senhor Presidente da República constitui oportunidade para obter-se a reiteração, idealmente por parte do próprio Presidente Zelaya, do apoio de Honduras à entrada do Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança. O Presidente Lula poderia agradecer ao Presidente Zelaya o apoio à entrada do Brasil como MP, que foi expresso pelo Chanceler Milton Jiménez Puerto durante o encontro dos dois mandatários no Palácio do Planalto, em abril de 2006, e constou de Comunicado de imprensa então divulgado tanto pela Chancelaria hondurenha, quanto pela Chancelaria brasileira. Caso se julgue conveniente, poderia também ser mencionado o interesse do Brasil em contar com o apoio de Honduras a outras candidaturas, como a do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça, para o mandato 2009-2018 (eleições em fins de 2008).

(4) Biocombustíveis. Neste item ressaltam-se três aspectos:

(a) Protocolo de Intenções bilateral para cooperação no setor de etanol. É provável que, durante a visita, Honduras comunique formalmente o cumprimento de exigências internas para a vigência do Protocolo, firmado em setembro de 2005, o qual entraria, assim, em vigor. Os dois Presidentes poderiam manifestar sua satisfação com a vigência do instrumento;

(b) Futura inclusão de Honduras como país beneficiário de cooperação ao abrigo do Memorando de Entendimento Brasil-EUA. Caso seja possível ao lado brasileiro indicar apoio à inclusão de Honduras na próxima lista a ser acertada com os EUA de países beneficiários, o gesto certamente seria recebido com grande apreço pelo governo local.

(c) Cooperação entre empresas. Caberia observar que o manifesto interesse do governo Zelaya de fomentar a cooperação na área de biocombustíveis entre empresas dos dois países coincide perfeitamente com o desejo brasileiro. O Senhor Presidente da República poderia eventualmente reiterar ao Presidente Zelaya, a exemplo que ocorreu no encontro que mantiveram no Palácio do Planalto em abril de 2006, a "total disposição de cooperar com Honduras nessa matéria, seja em relação ao etanol, seja com relação ao biodiesel". Em termos gerais, poderiam ser lembradas as várias iniciativas já concretizadas para fomentar a cooperação, entre as quais a assinatura do "Protocolo de Intenções" e o comparecimento do assessor para biocombustíveis do Presidente Zelaya a encontro no Brasil. Em termos específicos de cooperação empresarial, caso o Presidente Lula se faça acompanhar na visita por representante do setor, poder-se-ia eventualmente sublinhar essa circunstância.

(5) Aproximação Mercosul-SICA. A visita do Senhor Presidente da República constituirá, caso se julgue oportuno, ocasião propícia para voltar a levantar-se a questão de eventual Acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o SICA. A parte brasileira poderia ressaltar a expectativa de que o Acordo, cuja negociação levaria em conta as assimetrias das respectivas economias, venha a constituir fator tendente a diminuir o desequilíbrio na balança comercial entre os dois países, flagrantemente favorável ao Brasil (conforme dados do MDIC, exportações brasileiras de US$ 140 milhões e importações de US$ 2,5 milhões em 2006).

(6) Iniciativas empresariais. Poderia ser indicado ao lado hondurenho a disposição do governo brasileiro em estimular a cooperação empresarial entre os dois países, não só no setor de biocombustíveis, mas também em outras áreas. Se vierem a confirmar-se o noticiado investimento da "Santista" na

implantação de indústria têxtil e a perspectiva de investimento, em exame por empresário brasileiro do setor de turismo (proprietário do hotel "Ariaú", no Amazonas), na construção de hotel em Honduras, poderia ser assinalada a satisfação com o que configuraria os primeiros desdobramentos do gênero nas relações entre os dois países. Quanto às iniciativas que têm sido avançadas pela "Engevix" (relacionadas a estudos para construção de pequenas represas e a projeto de estrada de ferro trans-ístmica) e pela "Odebrecht" (oferta, ainda não formalizada, para recuperação do sistema de transmissão e distribuição do sistema de energia elétrica), presumo que a reação do lado brasileiro dependerá do grau de interesse que possa ser demonstrado pelo governo hondurenho em levar adiante os entendimentos com as empresas (em ambos os casos, carece-se, por ora, de elementos de informação precisos; pelo menos no caso da "Odebrecht", a idéia seria a de contrato sem licitação). Quanto aos projetos de ampliação de Puerto Cortez e de construção de um grande centro de distribuição de combustíveis - que, segundo o Diretor-Geral de Política Exterior da Chancelaria local, serão apresentados pelo governo hondurenho durante a visita presidencial -, suponho que a reação brasileira dependerá do tipo de apoio que Honduras possa solicitar.

(7) Cooperação técnica. O Senhor Presidente da República poderia manifestar a satisfação do governo brasileiro com o relançamento do programa de cooperação técnica bilateral e, em particular, com os novos Ajustes Complementares que estão sendo ultimados para conclusão durante sua visita.

(8) BCIE. Por ser o BCIE sediado em Honduras, é provável que o Presidente Zelaya venha a retomar com o Presidente Lula a manifestação de interesse, já formulada por líderes centro-americanos e pelo próprio mandatário hondurenho, na adesão do Brasil como sócio extra-regional do Banco. Como anotado no tel 301, embora uma sinalização positiva do Brasil certamente viesse a ter grande impacto político durante a visita, há informações recentes de insatisfação de sócios extra-regionais com modalidade que ora se contempla para recapitalização do Banco, a tal ponto que a Argentina está considerando a hipótese de retirar-se do BCIE, após já haver integralizado, ao longo do tempo, participação no montante de US$ 150 milhões.

JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Embaixador.

JR

De: BRASEMB TEGUCIGALPA Recebido em: 18/07/2007 15:23:32 N.°: 00302
CARAT=Reservado

JR

De: BRASEMB TEGUCIGALPA Recebido em: 01/11/2006 17:33:53 N.°: 00513
CARAT=Reservado

De Brasemb Tegucigalpa para Exteriores em 01/11/2006 (MMFC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DCC
DESCR=XPRO-BRAS-HOND
RTM=ELSBREM
REF/ADIT=CIT 59962, TEL 00503, TEL 00486
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.
Hidrelétrica El Tigre.
Polêmica Honduras-El Salvador
sobre questão territorial e de
projeção marítima.
//

Nr. 00513

À ATENÇÃO DO SENHOR DG DO DPR

Referência comunicações em epígrafe e tels 397, 413 e 417 de Brasemb São Salvador, cuja retransmissão muito agradeço. Aguardei passar a fase mais aguda da crise diplomática em curso entre Honduras e El Salvador em torno de questão territorial (soberania sobre a Ilha Conejo) e marítima (saída de Honduras para o Pacífico) - no bojo da qual, como tenho informado em diferentes comunicações, se radicalizou o questionamento de setores políticos importantes, inclusive a unanimidade do Congresso Nacional, quanto a entendimentos com El Salvador sobre a represa "El Tigre" - para solicitar cópias do antigo projeto de autoria alemã sobre a represa e da legislação hondurenha pertinente ao tema, conforme instruções da circtel de referência, que foram recebidas, por coincidência, na mesma semana em que se desatava a crise. Contatada ontem sobre o assunto, a assessoria do Comissário Presidencial para "El Tigre" (e gerente da empresa de telecomunicações Hondutel) Jacobo Regalado comprometeu-se a facilitar em breve cópias do material à Embaixada.

2.O projeto de "El Tigre" - que, como se sabe, sempre foi muito polêmico em Honduras, diferentemente do que ocorre em El Salvador - se tornou tema ainda mais delicado em função da vinculação estabelecida nas últimas semanas, com intensa e contínua repercussão nos meios de comunicação locais, entre o eventual desenvolvimento de negociações sobre a represa e o problema representado pela retomada da reivindicação

salvadorenha sobre a Ilha Conejo, no Golfo de Fonseca, que Honduras considera sua, e pela indicação, que constaria em documento oficial do governo de El Salvador ("Livro Branco de Defesa"), de que Honduras não teria projeção marítima no Pacífico a partir da linha de fechamento do Golfo, direito que o governo local considera assegurado, tal como no caso da soberania de Conejo, por decisão da Corte Internacional de Justiça.

3.Entre os vários desdobramentos verificados nas últimas semanas, recordo que:

(a) o Chanceler hondurenho enviou Nota de "formal protesto" a seu homólogo salvadorenho a propósito de Conejo e da projeção no Pacífico, convidando-o, ao mesmo tempo, a conversações sobre o desenvolvimento do Golfo e sobre delimitação dos espaços marítimos adjacentes, em conjunto com a Nicarágua;

(b) a controvérsia sobre Conejo foi projetada ao mais alto nível de governo, com afirmações públicas tanto do Presidente salvadorenho Elias Antonio Saca quanto do Presidente hondurenho Manuel Zelaya de soberania sobre a ilhota;

(c) a exemplo do que já ocorria em artigos de imprensa, o principal Partido de oposição - o Partido Nacional, que governou até janeiro último e constitui uma das duas grandes agremiações políticas hondurenhas, junto com o Partido Liberal, ora no poder - emitiu comunicado, distribuído, entre outros interlocutores, às Embaixadas, no qual "exige do governo da República deter qualquer estudo ou negociação para a construção de uma represa na área de El Tigre enquanto El Salvador não renuncie a sua absurda pretensão sobre a Ilha de Conejo e reconheça plenamente o direito de Honduras nas águas interiores do Golfo de Fonseca e sua projeção ao Oceano Pacífico" (tel 486);

(d) mais importante, o Congresso Nacional aprovou, por unanimidade - portanto, obviamente, com o apoio também dos parlamentares do Partido de governo - moção em que, em conexão com a reivindicação salvadorenha sobre a Ilha de Conejo, pede a suspensão das negociações referentes à possível construção da represa "El Tigre" ("suspender las discusiones bilaterales encaminadas a la construcción de la represa El Tigre" - tel 488);

(e) entrevistado sobre a moção do Congresso, o Comissário Regalado "saiu pela tangente", afirmando não se poderem suspender as negociações sobre a futura construção da represa, como pede o Congresso, porque elas simplesmente não

foram iniciadas ("no hay um proceso de negociación en marcha, solo hay um intercambio de información y conceptos" - tel 491); e

(f) após sessão a portas fechadas do Congresso sobre a controvérsia com El Salvador, realizada na última quinta-feira com a presença do Chanceler Milton Jiménez Puerto e do Ministro da Defesa Arístides Mejía, este último declarou, a propósito da represa El Tigre, que "el proyecto había sido estudiado por ambos gobiernos, pero el supuesto interés de El Salvador es contradictorio con las declaraciones que se han dado acerca de la soberanía nacional de Honduras sobre la Isla Conejo", acrescentando que "creemos que en vista de eso debe haber una reconsideración de lo que se ha planificado" (tel 503). O Chanceler absteve-se, na ocasião, de fornecer qualquer detalhe sobre o conteúdo da reunião no Congresso.

4.É de se notar que, mesmo antes de ser projetada como item associado ao encaminhamento da importante disputa territorial e marítima, a iniciativa de "El Tigre" já se mostrava notavelmente controversa em Honduras, tendo motivado diferentes manifestações públicas de repúdio à obra, isoladamente ou em conjunto com outras reivindicações de segmentos da sociedade. Entre os diversos reparos a que já vinha sujeito o projeto se incluem, além de aspectos legais e políticos, as críticas no que respeita ao deslocamento de populações, danos ao meio ambiente, alagamento de terras, aumento da dívida e à suposta alternativa de que disporia Honduras de construção de pequenas hidrelétricas em lugar de "El Tigre" (tel 281, de 30 de maio). Após manifestação de envergadura (bloqueio das principais estradas do país), em que a oposição a "El Tigre" constituía um dos motivos de protesto, havia sido acertado esquema de diálogo entre representantes do governo e líderes da manifestação (tels 347 e 365, parágrafo 3). Desde então, o governo já vinha adotando um evidente "low profile", abstendo-se de tratar publicamente da hidrelétrica. A discrição não impediu a recorrência de manifestações, como a protagonizada por grupo de indígenas em frente à sede do Banco Centro-Americano de Integração Econômica, em protesto contra notícias de que o BCIE estaria disposto a dar algum tipo de financiamento para "El Tigre" (tel 483).

5.A vinculação que agora se estabeleceu, pelo menos aos olhos de setores influentes da opinião pública, inclusive a unanimidade do Congresso, entre "El Tigre" e a solução dos problemas territoriais e marítimos entre Honduras e El Salvador recomenda, creio, redobrado cuidado das empresas brasileiras ao tratarem de questões afetas à represa neste

país. Noto que, na reunião que mantiveram na SERE em 6 de setembro (circtel de referência), nenhum dos empresários presentes demonstrou preocupação com os aspectos polêmicos do projeto na sociedade hondurenha. Os desdobramentos recentes demonstram que esse fator merece particular atenção, para evitar-se envolvimento brasileiro, que seja eventualmente contraproducente para as próprias empresas, em uma polêmica ora elevada a novo patamar em segmentos importantes da sociedade de Honduras.

6.Confio em que Honduras e El Salvador, países engajados em múltiplos vínculos de integração, encaminharão ou pelo menos manterão congeladas as divergências territoriais e marítimas pendentes, e, com isso, avançarão no "intercâmbio de informações e conceitos", como diz o Comissário Regalado, em torno de "El Tigre", assim como de outros projetos binacionais trazidos à baila no bojo da recente crise, como o chamado "Canal Seco". Uma pequena nota de imprensa do fim de semana, no sentido de que o Chanceler hondurenho declarara, de modo genérico, que os projetos com El Salvador não devem ser estancados, e sobretudo a notícia de que, em encontro na Guatemala anteontem, os Presidentes Saca e Zelaya haviam coincidido em que as divergências não devem "interromper a amizade, as boas relações e o processo de integração" estimularam-me a solicitar, conforme as instruções, o material sobre "El Tigre", no entendimento de que a crise começa, pelo lado hondurenho, a amainar-se ou ser controlada.

7.Acredito, contudo, que, do ponto de vista da polêmica agravada em Honduras sobre o projeto da represa, o momento atual está longe de ser propício a se patrocinar visita ao Brasil do Comissionado Regalado - que é o interlocutor adequado para se tratar do tema aqui (mais ainda após o recente afastamento de Leo Starkman da direção da ENEE) - e de seu homólogo salvadorenho, conforme ventilado durante a reunião de setembro das empresas brasileiras na SERE, na linha de sugestões anteriores (tel 281 e tel 289). Entendo que se devem aguardar sinais mais claros de superação da crise com El Salvador, de retomada efetiva das conversações bilaterais e de diálogo do governo com as principais fontes de resistência em Honduras ao projeto para se contemplar iniciativa do gênero. Embora tal iniciativa sempre vá comportar risco de envolvimento do Brasil na polêmica interna - pois, como já tive oportunidade de assinalar, tudo indica que, em todas as etapas conducentes à sua eventual execução, El Tigre continuará a ser submetido a intenso escrutínio da opinião pública em Honduras -, levá-la adiante nas condições presentes certamente agravaria esse risco.

De: BRASEMB TEGUCIGALPA Recebido em: 01/11/2006 17:33:53 N.°: 00513
CARAT=Reservado

8.Acrescento, a propósito, a observação de que, mesmo antes da eclosão da recente crise diplomática e conseqüente moção do Congresso, o próprio Comissário Regalado, ao receber visita de representante da "Odebrecht", havia salientado a dura resistência ao projeto por setores da sociedade hondurenha e, uma vez sondado pelo empresário brasileiro sobre visita ao Brasil em companhia do Comissário salvadorenho, se havia mostrado em princípio receptivo à idéia mas revelara particular cautela ao ressalvar que, caso se realizasse, viagem do gênero deveria ser caracterizada por "baixo perfil" (tel 349, de 26 de julho). Agora, em face do questionamento na sociedade hondurenha ao desenvolvimento do projeto em vinculação com disputa territorial, é de se imaginar que se considere, também em Honduras, recomendável ainda maior cautela. Por fim, no que respeita à idéia de financiamento por empresas brasileiras de um "estudo de viabilidade" no quadro de "atuação institucional" em relação a El Tigre (circtel de referência, parágrafo 3), permito-me, à guisa de contribuição para a consideração do tema pela SERE, recordar os comentários do tel 281, assim como as informações sobre oferecimento do BID para estudo de "pré-factibilidade" constantes dos tels 299 e 318, parágrafo 4, item "b".

JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Embaixador

JR

Para: BRASEMB TRÍPOLI Expedido em: 02/03/2004 21:25:00 N.°: 00033
CARAT=Reservado

Da SERE Para
Brasemb Trípoli
Em 02/03/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DAF I/DOC
DESCR=XPRO
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.
Investimentos. Líbia. Missão
da LAFICO ao Brasil.
Resultados.
//

Nr. 00033

A missão da LAFICO ao Brasil concluiu-se com resultados satisfatórios no que se refere a possibilidades de concretização, em prazo relativamente curto, de investimentos líbios em projetos brasileiros.
2.Após haver visitado instituições financeiras e de mercado brasileiras (BMF, BOVESPA e BNDES) e projetos de desenvolvimento agropecuários e de turismo, inclusive no Estado São Paulo,os representantes da LAFICO manifestaram interesse em projetos de irrigação na área da CODEVASF. A área total dos projetos seria de 90 mil hectares, sendo 60 mil hectares no projeto Baixo Irecê e 30 mil hectares em Salitre. O investimento total ascenderia a US$ 450 milhões.
3.O formato pretendido para os investimentos é o de "joint venture", já tendo sido mantidos entendimentos com as empresas Andrade Gutierrez, Construtora Norberto Odebrecht e CODEVERDE.
4.A fim de avançar nos referidos entendimentos, a parte líbia manifestou desejo de receber uma missão brasileira em Trípoli. Nesse contexto, o Diretor Geral de Promoção comercial e o Diretor do DEAF receberam hoje representantes das empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e CODEVASF, que manifestaram interesse em atender ao convite líbio. Ademais de solicitar o apoio do Itamaraty

para levar a bom termo os entendimentos pretendidos, informaram que estão preparando, no curto prazo, alternativas de propostas para a formação de "joint venture" com a LAFICO.

EXTERIORES

AMS

Para: CONSBRAS TÓQUIO Expedido em: 20/08/2004 11:38:00 N.°: 00275
CARAT=Reservado

Da SERE para
Consbras Tóquio
Em 20/08/2004

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAC/DIM/DPP
DESCR=CASC-EUA
RTM=NAGBRCG
REF/ADIT=CIT 51734
CATEG=MG

//
Assuntos consulares. Relatório
de Gestão. Consulado-Geral em
Miami. Embaixador Lucio
Amorim.
//

Nr. 00275

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA para Consbras Nag¾ia

Retransmito, a seguir, para os comentários desse Posto, os telegramas 456, 457 e 458 de Brasemb Pretória, referentes ao Relatório de Gestão do Embaixador Lucio Amorim à frente do Consulado-Geral em Miami.

I-Telegrama 456:

"Fui Cônsul-Geral em Miami de setembro de 2000 a julho de 2004. Relato, nesta comunicação, menos as realizações de minha gestão - fruto da indeclinável obrigação funcional de bem servir - do que observações e sugestões decorrentes de minha segunda experiência como chefe de repartição consular na América do Norte.
A rede consular nos Estados Unidos evoluiu, nos últimos 50 anos, de forma inversa a da comunidade brasileira. Enquanto esta expandiu-se, aquela encolheu. O Brasil já teve Consulados em cidades como Portland,Baltimore, Dalas e Filadelfia. Nos últimos 10 anos foram fechados os Consulados em

Atlanta, Porto Rico e Nova Orleans e aberto o Consulado-Geral em Boston.
Ao encolhimento da rede correspondeu o alargamento e pulverização da comunidade brasileira neste país. Embora não existam estatísticas confiáveis do número de brasileiros por Estado, pode-se afirmar, sem erro, que os brasileiros espalham-se, hoje, por praticamente todo o território norte-americano. Cidades como Orlando ou Atlanta, para referir-me apenas à jurisdição do CG Miami, contam com colônias de mais de 40.000 brasileiros.
O Consulado-Geral em Miami tem jurisdição sobre 7 Estados norte-americanos, mais Porto Rico e Bahamas. Nos últimos quatro anos, em matéria de promoção comercial, o CG Miami atuou segundo as prioridades e os recursos financeiros atribuídos pelo órgão central do sistema. O SECOM cobriu praticamente todas as feiras e mostras de alguma importância realizadas em Miami, num total de 42. Os Relatórios enviados à Secretaria de Estado procuraram informar sobre a participação de expositores brasileiros, sobre os principais países representados e sobre as tendências do mercado. Por falta de recursos deixaram de ser cobertas feiras fora da sede do posto, com exceção da COVERINGS (pedras, granitos, mármores e revestimentos cerâmicos).

Como corresponde, o SECOM, desde agosto de 2000:
a)elaborou 15 estudos de mercado;
b)respondeu a 6.663 consultas por escrito;
c)preparou 226 informações sobre produtos;
d)respondeu a cerca de 26.350 chamadas telefônicas;e
e)atendeu a 20 missões de empresários brasileiros à Flórida.

A Florida constitui importante plataforma para os interesses brasileiros no Sudeste dos Estados Unidos, América Central e Caribe. A corrente de comércio Brasil/Flórida supera dez bilhões de dólares. Apesar de uma relativa falta de complementaridade - Florida e Brasil concorrem na produção de suco de laranja e de açúcar, por exemplo -o Brasil situa-se, desde 1995, como o principal parceiro comercial da Florida.
Cerca de um terço de todas as empresas brasileiras com subsidiárias ou filiais nos Estados Unidos mantem escritórios ou unidades de produção neste Estado. Empresas brasileiras usinam aço na Florida

(Ameristeel, do Grupo Gerdau), esmagam laranjas (Cutrale e Citrosuco), constroem aeroportos, hotéis e outras grandes obras de construção civil (Odebrecht) e, provavelmente dentro um ou dois anos, estarão montando aviões (Embraer) neste Estado.

Apesar da expressiva corrente de comércio e da robusta presença empresarial de origem brasileira, e a despeito de o Governador da Florida ser irmão do Presidente dos Estados Unidos, nesses quase quatro anos em que servi como Cônsul-Geral em Miami, apenas Vossa Excelência e os Ministros Furlan e Rodrigues (durante a reunião ministerial da ALCA) e a Ministra Dilma Roussef (por ocasião de um seminário sobre energia) estiveram em Miami, a serviço. Nenhum contato de alto nível, envolvendo autoridade brasileira, ocorreu na capital do Estado nos últimos quatro anos.

Nesse período, praticamente não houve mês em que não se realizasse a visita a Tallahassee e/ou a Miami de algum Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro de países como Espanha, França, Alemanha, Japão, Chile, Argentina, para só citar os principais As visitas de autoridades brasileiras limitam-se, em geral, a Washington e Nova York.

A difusão da cultura brasileira na Florida ganhou, nesses últimos quatro anos, impulso extraordinário graças ao trabalho de agentes e empreendedores privados. Praticamente todas as semanas aconteceram apresentações de artistas brasileiros, sobretudo os ligados à música popular. A parceria entre o Consulado-Geral do Brasil e o Broward Center for the Perfoming Arts, em Fort Lauderdale, tem propiciado a realização de uma "Brazilian Night", com a apresentação de conhecidos artistas brasileiros (João Bosco, Gal Costa, Rita Lee,Djavan, entre outros).

Nas artes plásticas, observa-se o trabalho de divulgação de três galerias de propriedade de brasileiros junto ao público norte-americano e hispano. Outras galerias brasileiras, sobretudo de São Paulo, têm participado das duas maiores feiras de artes plásticas da Florida - a ARTMiami e a Art BASEL.

Na área cinematográfica, a realização anual do

Festival do Cinema Brasileiro de Miami, já em sua 8a edição, projeta o cinema brasileiro junto a novas platéias e promove um encontro da comunidade brasileira com as dezenas de artistas, produtores e diretores que acorrem às sessões, sempre com grande afluência de público. Filmes brasileiros também têm sido apresentados, a cada ano em maior número, no Festival Internacional do Filme de Miami.

Graças ao patrocínio de empresas como a EMBRAER e a Odebrecht, músicos e compositores clássicos brasileiros têm presença garantida no Festival da Escola de Música da Universidade de Miami, maior evento de música clássica do Sul da Flórida. O Consulado-Geral em Miami apoiou, incentivou e prestigiou a realização desses eventos. Não teve condições de emprestar qualquer patrocínio financeiro.

Valioso parceiro na área cultural tem sido o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos da Flórida, entidade sem fins lucrativos, formada por voluntários com a missão de fomentar a divulgação da cultura brasileira. Desde que assumi a chefia desta repartição não foi repassada ao Centro qualquer contribuição ou doação financeira. No entanto, nunca essa entidade foi tão ativa e inovadora em seu leque de atividades.

Com o Centro Cultural, que mantém uma biblioteca de livros brasileiros em sala cedida pelo Consulado-Geral, foi possível organizar, entre muitas manifestações culturais, os seguintes projetos :
(a) realização, na enorme Biblioteca Pública de Broward, em Fort Lauderdale, do "Brazil Live at the Library", um mês de eventos e atividades (recepção, cursos de culinária e de língua brasileira, exposição de livros e de quadros de artistas brasileiros, realização de Consulado itinerante, projeção de filmes, concertos, etc.);

(b) introdução, após um trabalho de quase três anos junto às mais altas autoridades da "Miami Dade School Board", do português no currículo de uma escola-modelo da rede pública do Condado. As aulas são dadas em inglês (60%) e em português (40%). O que torna único o programa de ensino bilingue inglês-português em relação a outros programas já

existentes - alemão, francês, italiano e espanhol - é ser inteiramente custeado pelo "Miami School Board", sem qualquer aporte financeiro do Governo brasileiro. Os demais programas contam com professores e material didático custeados pelos respectivos governos;

(c) montagem de três salas de exposição sobre o Brasil no recém inaugurado Museu da Criança de Miami. A exposição, que consiste em duas salas sobre o Rio de Janeiro e uma sala com a reprodução de uma maloca caiapó, permanecerá montada por 5 anos.

Nenhuma dessas manifestações culturais contou com qualquer recurso financeiro do Governo brasileiro. A pequena ajuda destinada à montagem de um "market place" durante o Festival do Cinema Brasileiro não foi autorizada na edição deste ano.

Preocupei-me, particularmente, durante minha gestão, com a administração do posto. Não hesito em afirmar que o Consulado-Geral em Miami constitui, hoje, modelo de contabilidade rigorosa, zelosa e eficiente. As prestações de contas foram sempre apresentadas dentro dos prazos regulamentares (quando não antes). A situação patrimonial encontra-se finalmente sanada, graças ao auxílio dos setores competentes dessa Secretaria de Estado.

O CG Miami funcionou, nos últimos 14 anos, em excelente prédio, localizado em área nobre da cidade, de frente para o mar. O espaço tornou-se, no entanto, pequeno. A sala de público já não comportava as centenas de pessoas que acorrem diariamente ao Consulado. A decisão de mudar para nova sede no centro da cidade deveu-se a várias considerações, entre as quais:

a)aumento de 50% da área ocupada;
b)aluguel menor do que o pago no antigo endereço;
c)facilidade de acesso, sobretudo pelos numerosos brasileiros que não possuem automóvel (a atual sede encontra-se situada em frente a grande estação de metrô);
d)proximidade de bancos, comércio,repartições públicas e consulares (a antiga sede situava-se em bairro residencial, afastado do centro da cidade).

O movimento consular vem crescendo ano após ano, como pode ser comprovado pela evolução de alguns indicadores nos últimos 5 anos (de 1999 a 2003):
a)renda consular:de U$1,645,075,00 p/ U$3,871,190.00;
b) passaportes e ARBs : de 3.626 para 12.212
c)vistos: de 16.864 para 29.109
d) atos notariais : de 16.894 para 23.797

O ano de 2.004 tem apresentado movimento ainda mais intenso. A renda consular do último mês de minha gestão elevou-se a U$427,235.00, indicando um crescimento da ordem de 20% em relação ao mês de junho do ano passado. O mérito pelo intenso e profícuo trabalho realizado nesses quase quatro anos deve-se ao excelente corpo de servidores com que conta o CG Miami. Tive a grande satisfação de trabalhar com Diplomatas,servidores administrativos e Auxiliares Locais de primeira linha.
Lucio Amorim, Embaixador"

II-TEL 457:

"O Serviço Consular Brasileiro tem tradição. O 1o Regimento Consular data de 1834. Com pequenas adaptações, poderia ser aplicado nos dias de hoje.
Desde a designação do primeiro Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, em 1821, a atividade consular permanece fundamentalmente a mesma. Emitem- se passaportes, registram-se nascimentos, casamentos e óbitos, lavram-se procurações, legalizam-se documentos praticamente da mesma forma como há 150 anos. Utilizam-se, para tanto, as mesmas estampilhas consulares criadas em 1890.
É penoso constatar que, desde então, praticamente a única agregação de tecnologia aos processos burocráticos consulares consistiu na substituição da máquina de escrever pelo computador. Na maioria dos postos, no entanto, o computador funciona apenas como máquina de escrever com memória, sem programas específicos que permitam cruzamento ou recuperação de informações.
Infelizmente a função consular vem perdendo importância. A própria Constituição Federal vigente, com a Emenda de 1993, retirou qualquer menção ao registro em repartição consular no exterior como requisito para aquisição de nacionalidade brasileira dos filhos de brasileiros

nascidos no exterior. No passado, existiu um corpo consular separado do diplomático, com quadro próprio. A rede consular no exterior chegou a ser o dobro da atual.

A vasta rede consular brasileira, no passado, fiscalizava o comércio exterior e operava na atração e seleção de imigrantes. Os novos tempos exigem a inversão de vultosos recursos materiais e humanos para reconverter essa rede para atender, com eficiência e eficácia, às comunidades brasileiras expatriadas e atuar na promoção das exportações brasileiras.

O encolhimento da rede deu-se no sentido inverso da evolução do fenômeno migratório brasileiro. O Brasil deixou de ser país de atração de imigrantes para converter-se em país "expulsor". Um número crescente de brasileiros migra para o exterior em busca de melhores oportunidades de trabalho. A maioria pensa em retornar. Muitos, porém, deitarão raízes fora do país.

Os Estados Unidos e o Japão reúnem o maior número de brasileiros emigrados (sem considerar o Paraguai, país fronteiriço cuja presença de brasileiros tem características particularíssimas). No entanto, nesses dois países ocorre uma "perversa coincidência": justamente onde maiores são as comunidades brasileiras, os Consulados estão também atarefados com a concessão de vistos a cidadãos locais. Na Europa, onde o número de brasileiros é menor, as repartições consulares brasileiras não concedem vistos de turista ou de negócios aos locais.

Outra constatação importante para bem compreender a atividade consular nos Estados Unidos é a de que a enorme maioria dos nacionais residentes neste país não tem qualquer problema, nem necessitam de "assistência consular". Os brasileiros acorrem às repartições consulares por necessitarem, compulsoriamente, fazer trâmites "oficiais", tais como renovação de documentos de viagem, procurações públicas, registros e legalizações de documentos. Essa grande massa de brasileiros demanda, apenas, serviços rápidos, eficientes e corteses.

O Consulado-Geral em Miami atende a uma população comparável à da cidade de Florianópolis, espalhada por um território de área equivalente à da Região Sul brasileira. Imaginemos, nesse cenário de transposição, que essa população tivesse que acorrer a uma única repartição, na hipotética

Florianópolis, para realizar trâmites que, no Brasil, espalham-se pelas seguintes agências governamentais:
a)Polícia Federal: emissão de passaporte;
b)Receita Federal: regularização de CPF e emissão de carta de residência para fins de alfândega;
c)Ministério da Defesa: alistamento militar;
d)Justiça Eleitoral: cadastramento de eleitores e realização de eleições presidenciais;
e)Cartórios de registro de pessoas físicas: lavratura de procurações,testamentos e reconhecimento de assinaturas;
f)APEX: promoção do comércio exterior e acompanhamento de feiras e exposições;e
g)Ministério da Cultura: apoio a manifestações artísticas e culturais brasileiras.

Caberia, ainda, a essa repartição cuidar dos brasileiros presos, prestar assistência aos enfermos e desvalidos, além de funcionar como serviço de imigração para os estrangeiros que desejam viajar ao Brasil.
O CG Miami dispõe de uma lotação adequada ao movimento. O problema reside na alta rotatividade, na falta de treinamento e na ausência de sistemas informatizados próprios às várias atividades do posto. Nos quatro anos de minha gestão entraram na lotação do posto ou dela saíram 12 Diplomatas, 22 servidores administrativos e 8 Auxiliares Locais !
Farei, a seguir, breves comentários sobre aspectos específicos de algumas rotinas consulares, com indicação de possíveis cursos de ação:

I-Documentos de viagem:
I.1.passaporte(falsificação):a reconhecida fragilidade do passaporte brasileiro é uma das principais razões dos crescentes constrangimentos sofridos por nacionais em aeroportos norte-americanos. Na jurisdição do Consulado-Geral em Miami observam-se, com embaraçosa frequencia, três situações: (1) substituição de fotografia e/ou alteração de dados pessoais; (2) solicitação de novo passaporte por ter o original ficado retido com os "coiotes" na passagem da fronteira com o México; e (3) passaporte documentalmente autêntico, mas identidade forjada.
A primeira - e mais comum - dessas situações tem sido facilmente percebida e coibida pelas

autoridades estadunidenses após a introdução da tomada de fotografia e de impressão digital no momento de solicitação do visto de entrada e na chegada a território norte-americano.
Infelizmente aquelas autoridades não fazem chegar ao Consulado do Brasil o original do documento adulterado. Sem a prova do crime, dificilmente seus responsáveis podem ser processados e punidos em território brasileiro.
A retenção dos passaportes de grande número de brasileiros que cruzam a fronteira pelo México faz crer que os "coiotes" mexicanos abasteçam o mercado negro com centenas de passaportes brasileiros, facilmente adulteráveis.
Finalmente, o que mais deve preocupar as autoridades brasileiras são os casos de passaportes materialmenteautênticos, mas com dados falsos. Ouvi do General James T. Hill, Chefe do Comando Sul norte-americano, que em alguns países sul-americanos (teve o cuidado de não citar nomes) era possível forjar uma identidade e tirar todos os documentos a ela referentes em apenas 15 minutos. Segundo o militar americano, tal fato constituía motivo de preocupação para a segurança dos Estados Unidos. Não excluo que, em caso de novo atentado nos Estados Unidos perpetrado por estrangeiros, medidas adicionais na área de segurança impedirão a entrada no país de portadores de documento de viagem como o atual passaporte brasileiro.
Sugestão: apoiar, de forma enfática, com argumentos de ordem política, os esforços do Ministério da Justiça e da Polícia Federal no sentido de promover a substituição do passaporte brasileiro por modelo que obedeça às recomendações da OACI.

1.2.passaporte (validade): a atual validade dos passaportes brasileiros foi fixada em 5 anos para permitir à Polícia Federal aumentar a arrecadação de taxas que engrossam o Fundo Nacional de Polícia (FUNAPOL).
Sugestão:advogar a extensão, para 10 anos, do prazo de validade dos novos passaportes brasileiros.

1.3.passaporte(emissão): a emissão de passaportes por via postal acarreta algum risco de segurança. No entanto, a reduzida presença consular brasileira em país das dimensões dos Estados Uunidos obriga postos com extensa jurisdição, como é o caso do

CG Miami, a emitir passaportes pelo correio.
A segurança é ainda menor tendo em vista a inexistência de um cadastro central. Essa carência faz com que um cidadão brasileiro possa percorrer as sete repartições consulares nos Estados Unidos e tirar um passaporte diferente em cada uma delas.
Por outro lado a emissão de passaportes por via postal é mais trabalhosa, porquanto os solicitantes frequentemente enviam documentação incompleta.
Sugestão: centralizar a emissão de passaportes por via postal e o cadastro de passaportes emitidos em uma determinada repartição consular - que seria, obviamente, dotada das condições materiais e dos recursos humanos necessários. Essa providência faria aumentar a eficiência e a segurança na confecção dos passaportes. Os demais postos somente emitiriam passaporte em favor de cidadão brasileiro que comparecesse à repartição munido da documentação exigida.

I.4. Autorização de Retorno ao Brasil (ARB) : nos termos do Regulamento de Documentos de Viagem (Decreto nr.1985/96) a ARB deve ser emitida em casos de apresentação de documentação incompleta que não permita a expedição de um passaporte.
Na prática, no entanto, a emissão de centenas de ARBs ocorre em favor de brasileiros que acorrem ao Consulado aflitos por terem verificado, apenas no dia da viagem, que seus passaportes encontram-se expirados.
Sugestão: emendar o Regulamento para permitir que a ARB possa ser emitida, a critério da autoridade consular, em qualquer situação.

II-Matrícula consular: trata-se de instituto muito antigo, tanto nos regulamentos consulares brasileiros, quanto nos de outros países. No caso brasileiro, no entanto, caiu em desuso por desconfiança e por inutilidade. A desconfiança, durante o regime militar, teve fundadas razões. Atualmente, sobretudo nos Estados Unidos, deve-se à ignorância do emigrante indocumentado que associa a autoridade consular brasileira à autoridade migratória norte-americana.
Os brasileiros em situação migratória regular, por sua vez, não percebem qualquer vantagem em proceder à matrícula junto ao Consulado.
Sugestão:lançar uma campanha, em todo o território norte-americano, para relançar a matrícula

consular. Além da possível emissão de carteira de matrícula consular (documento de eventual interesse apenas para os brasileiros indocumentados), poder-se-ia estudar algum tipo de "incentivo". Por exemplo : uma pequena diferença de 10% no pagamento de emolumentos consulares por parte de brasileiros matriculados, em relação aos não-matriculados. Outro incentivo, caso não se deseje alterar a tabela de emolumentos, seria a reprodução, no momento da matrícula, de todos os documentos do brasileiro (certidão de nascimento, título de eleitor, ccertificado militar, certidão de casamento, entre outros). Quando esse cidadão matriculado retornasse ao Consulado para qualquer trâmite, não necessitaria exibir novamente os seus documentos.

III-Vistos para estrangeiros: a Lei de Estrangeiros foi editada durante o regime militar, em época em que o Brasil, não-democrático,ainda estava relativamente fechado ao mundo. Há projetos em trâmite no Congresso com o objetivo de modernizar o trato das questões migratórias e adequá-las às novas realidades do país e do mundo. Tratarei, a seguir, apenas de alguns aspectos tópicos relacionados com a concessão de vistos pela rede consular.

III.1.Vistos (exigência): a concessão de vistos de turista e de negócios para cidadãos norte-americanos e japoneses, entre outros, prende-se, exclusivamente ao princípio da reciprocidade. Constitui fator de certa inibição ao turismo e aos negócios. Não atende, a meu juízo, ao melhor interesse nacional, embora constitua medida de grande aceitação popular e de especial atenção da mídia. Os Consulados brasileiros nos Estados Unidos e no Japão, que deveriam concentrar todos os seus recursos materiais e humanos no atendimento à numerosa comunidade brasileira, perdem tempo estampando, mecânicamente, vistos em passaportes de americanos e japoneses. Não há, de parte da rede consular brasileira, instrumentos de controle sobre a idoneidade dos pretendentes a visto. No CG Miami, por exemplo, onde cerca de 30.000 vistos são concedidos anualmente, inexistem condições para se proceder à checagem prévia do nome de cada pretendente na Lista de Controle Consular (LCC), desatualizada há muitos anos. O controle da LCC pela Internet é simplesmente inviável num

posto de grande movimento.
Sugestão: apresentar projeto de lei no sentido de liberar, unilateralmente, a concessão de vistos para cidadãos norte-americanos, japoneses, canadenses e australianos. Outra forma de liberar as repartições consulares desse encargo, sem abrir mão da necessidade de um "visto" ou da cobrança de emolumentos, consistiria na concessão do visto no momento de entrada no território nacional (a exemplo do que faz o Chile em relação a cidadãos norte-americanos). Essa última modalidade transferiria a renda consular do Itaramaraty para a Polícia Federal.

III.2.Vistos (prazo de utilização): a legislação brasileira prevê que o visto de entrada deixa de ter validade se o estrangeiro não entrar no Brasil no prazo de 90 dias a partir de sua emissão.Essa restrição, que não parece ditada por qualquer razão funcional ou de segurança pública, é causa de frequentes malentendidos e de inconvenientes para os estrangeiros que viajam ao Brasil a turismo ou a negócios.
Sugestão: emenda à legislação para suprimir a restrição.

III.3. Vistos(taxas de processamento): cobra-se U$ 10 por visto não solicitado pessoalmente pelo viajante no balcão consular. Essa taxa foi estipulada pelo DCJ, creio que em 1993, para fazer "caixa" na renda consular, tendo em vista a gratuidade do visto de turista. Posteriormente, os norte-americanos criaram taxa de processamento cujo valor subiu vertiginosamente em poucos anos.
A despeito dos claros avisos nas home-pages dos Consulados, muitos solicitantes confundem esses dez dólares com a taxa de processamento ou com as despesas de correio de retorno do passaporte.
Sugestão: dispensar a taxa ou então, para não perder receita, incorporá-la à taxa de processamento de U$ 100,00.

III.4.Vistos (critérios): a autoridade consular brasileira nos Estados Unidos que pretender aplicar rigorosamente a legislação em matéria de vistos corre risco de desestimular os investimentos estrangeiros no Brasil ou entorpecer a modernização do setor produtivo brasileiro, na mão contrária dos esforços do Governo. Grande parte

das viagens de estrangeiros ao Brasil a título de "negócios" tem por objetivo a prestação de pequenos serviços "intra companhia" ou de assistência técnica. A lei brasileira - e sobretudo as interpretações que dela faz o Conselho Nacional de Imigração - não estabelece distinção para o fato do estrangeiro manter vínculo empregatício com empresa estrangeira ou ser remunerado por fonte fora do Brasil. Qualquer trabalho, independentemente de sua duração ou da localização da fonte de pagamento, está sujeito a autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego. O visto correspondente depende, pois, de autorização da Secretaria de Estado.
Ouso dizer que milhares de estrangeiros têm viajado ao Brasil para executar trabalhos de curta duração nas áreas de treinamento, de informática, de auditoria, de consultoria, entre tantas outras, com vistos de negócios.
Sugestão: promover, juntamente com as áreas técnicas do Governo, uma discussão para estabelecer um equilíbrio mais realista entre a saudável e necessária política de proteção do mercado de trabalho nacional e as exigências de uma economia emergente num mundo globalizado.

III.5. Vistos (etiquetas) : as repartições consulares emitem vistos por meio de etiquetas adesivas, máquinas estampadoras ou carimbos de borracha. Tal diversidade dificulta o trabalho da Polícia Federal de reconhecimento da autenticidade dos vistos emitidos.
Sugestão: abrir licitação para a confecção de novas etiquetas de vistos, incorporando características de segurança inexistentes nas atuais etiquetas. Postos emissores de grandes volumes de vistos receberiam etiquetas em branco, em folhas tipo A-4, preenchíveis de forma informatizada e impressas em impressoras rápidas.
Lucio Amorim, Embaixador"

III-TEL 458:

"IV-Emolumentos: a Tabela de Emolumentos Consulares não é atualizada há mais de dez anos. Alguns valores ficaram defasados. Dependendo da taxa de câmbio, um passaporte emitido no exterior custa menos do que um passaporte emitido no Brasil. Apenas para exemplificar a vetustez da Tabela

vigente, a Docenave, atualmente uma companhia privada, goza de desconto de 50% no pagamento de emolumentos consulares.
Sugestão : rever a tabela, simplificando-a e reajustando certos emolumentos.

V-Estampilhas consulares: introduzidas no Serviço Consular brasileiro em 1890, as estampilhas consulares significam, em certa medida, atitude de desconfiança do Poder Público em relação aos seus servidores. Ao receber uma determinada quantidade de estampilhas consulares, e antes mesmo de utilizá-las, o Chefe do Posto assina um recibo pelo qual passa a ser responsável pela importância correspondente. Embora expresso em uma moeda não criada por lei - o "real-ouro" -, o selo consular vale dinheiro.
É preocupante, pois, que repartições consulares de grande porte, como é o caso do CG Miami, mantenham sob sua guarda, em condições relativamente precárias de segurança, estoque de estampilhas consulares em valores superiores a U$1.500.000,00. No sistema bancário, importâncias dessa ordem são recolhidas a agências centrais, dotadas de casa-forte, circuitos internos de televisão, alarmes e guarda armada.
Após mais de 120 anos de uso, as estampilhas consulares podem ainda ser consideradas sistema de controle razoavelmente prático para postos com reduzido movimento de atos consulares, uma vez que: (a) não incorporam tecnologia, o que permite seu uso em postos de difíceis condições, sem necessidade de manutenção; (b) permitem uma rápida visualização do valor do emolumento pago; (c) inibem, por suas características, tentativas de falsificação grosseira; e (d) podem ser facilmente remetidas a todos os postos por mala diplomática.
A utilização de estampilhas consulares em postos de grande movimento constitui, no entanto, método antiquado e estorvo ao bom andamento do serviço. O Consulado-Geral em Miami utiliza mais de 200.000 estampilhas por ano. O manuseio desses pequenos selos (de 2 por 2,5 centímetros) torna a confecção de vistos e atos notariais tarefa artesanal. Os selos são responsáveis pela morosidade de todo o processo.
O eventual extravio de um selo, que ocorre em razão de suas reduzidas dimensões, obriga ao ressarcimento de seu valor por parte do servidor ou de seu superior hierárquico. Selos podem ser

reaproveitados, o que reduz o grau de segurança do sistema. Algumas centenas de homens/hora, ano são empregados no controle, contagem física e aposição das estampilhas. Além de desviar preciosos recursos humanos para tarefas meramente repetitivas e não diretamente voltadas para o atendimento ao cidadão, a utilização de estampilhas consulares implica um custo que estimo, apenas no CG Miami, ser superior a U$100.000,00 por ano (calculado pelo valor da remuneração dos homens/horas que as manuseiam).
Do ponto de vista financeiro-contábil, a atividade consular assemelha-se, em escala reduzida, a de uma agência bancária. A repartição consular recebe pagamentos e autentica os atos que pratica como prova de que os emolumentos foram devidamente recolhidos. Dessa atividade guarda registros, com a totalização diária e mensal das importâncias recebidas.
Sugestão: desenvolvimento de software, inspirado no utilizado pela rede bancária, para autenticar os atos consulares e manter completo e seguro registro de todos os emolumentos recebidos pela repartição. Em Miami, um tal sistema poderia ser desenvolvido, por exemplo, pela firma DATAPRO, responsável pelo desenvolvimento de sistemas bancários para o Banco do Brasil, UNIBANCO e para outros bancos norte-americanos. O custo do desenvolvimento de tal sistema (não considerada sua replicação por outros postos) seria da ordem de U$ 50.000,00, conforme proposta que submeti à SERE no ano de 2001.

VI-Rede consular: como mencionado anteriormente, as comunidades brasileiras nos Estados Unidos cresceram acentuadamente, ao passo que a rede consular brasileira contraiu-se.

VI.1. Consulados Honorários: reduzidos em número e em capacidade de atuação, os Cônsules Honorários brasileiros nos Estados Unidos servem, em geral, para dar apoio ao Embaixador ou ao Cônsul-Geral em suas visitas à cidade de residência. Ocasionalmente, desde que acionados com empenho, ajudam a resolver casos muito pontuais de assistência a brasileiros.

VI.2.Novas formas de representação consular: a Convenção de Viena sobre Relações Consulares prevê um tipo de repartição consular - a Agência Consular - não existente no Serviço Consular

brasileiro. A Agência Consular depende de um Consulado-Geral ou Consulado simples e, em geral, somente atende aos nacionais do país.
Os Estados Unidos, por exemplo, fecharam diversos Consulados no Brasil e, em seu lugar, abriram agências consulares (em Porto Alegre, em Belém, em Salvador,etc...).
Sugestão: abrir agências consulares em cidades com maiores concentrações de brasileiros (Orlando, por exemplo). Esses escritórios, lotados por um Agente Consular (3o Secretário ou Oficial de Chancelaria) e por um Auxiliar Local, subordinados a um Consulado-Geral, receberiam as solicitações de serviço, confeririam a documentação e as enviariam, por malote diário, à repartição da qual dependem. Dias depois receberiam o ato pronto,e limitar-se-iam a conferir a assinatura do interessado e a entregar o documento. Excepcionalmente, em casos de comprovada emergência, poderiam emitir algum documento, utilizando, para tanto, o pequeno estoque de estampilhas que guardariam em cofre do escritório. Esses Agentes Consulares estariam a postos para prestar assistência a brasileiros em casos de acidentes ou prisão.

VII-Padronização de informações e procedimentos : o Manual de Normas Consulares e Jurídicas deveria garantir a padronização dos procedimentos. Ocorre que os servidores desconhecem as normas e fazem prevalecer, por inércia, os usos e costumes da repartição, geralmente adquiridos por tradição oral. As 7 repartições consulares e o setor consular da Embaixada em Washington aplicam, de forma diferente, determinados dispositivos do Manual de Serviço. Este, por sua vez, nem sempre obedece à legislação em vigor. Para dar apenas um exemplo : o Regulamento de Documentos de Viagem (Decreto nr. 1.953/96) dispõe, expressamente, que o brasileiro deve exibir vários documentos, no original, para tirar um passaporte. Apesar da ênfase do legislador quanto a exigência de apresentação de documentos originais, tanto o Manual de Serviço, quanto alguns postos nos Estados Unidos, admitem a apresentação de cópias autenticadas desses documentos.
Estou convencido de que somente a introdução de um sistema consular baseado em processos informatizados, que atuem como verdadeiras "camisas de força", permitirá a padronização e a

uniformização das práticas consulares brasileiras. Infelizmente foi baldada a tentativa feita, a partir de 1997, de desenvolver tal ferramenta de trabalho mediante a contratação de firma consultora. O Sistema Integrado de Acompanhamento Consular (SIAC) desenvolvido pela firma Trevisan não superou a fase de implantação experimental. A consultora revelou-se despreparada e incompetente, faltou engajamento interno da área de informática do Itamaraty e o próprio cliente - a área consular - não soube manifestar exatamente o que desejava em termos de sistema informatizado. Sugestão: relançar, em novas bases, o projeto de elaboração de um SIAC, a partir da experiência adquirida e do sistema desenvolvido pela Trevisan. A nova ferramenta deveria ser desenhada por servidores com real e consolidado conhecimento das práticas consulares e por técnicos do setor de informática do Ministério.

VIII-Atendimento telefônico: o CG Miami não constitui exceção ao prestar um atendimento telefônico deficiente e insatisfatório. A repartição recebe uma média diária de 700 chamadas, sem contar as que entram diretamente nos ramais dos diversos setores. A única telefonista do posto consegue atender, quando muito, de 300 a 350 chamadas diárias. Chamadas não atendidas, após um certo número de toques, são automaticamente redirecionadas para um sistema de informações gravadas.
De cerca de 10.000 chamadas monitoradas no ano passado, 37% eram para solicitar informações sobre vistos, 19% sobre passaportes, 10% sobre legalização de documentos. As 33% restantes distribuíam-se entre os demais setores consulares, cultural e promoção comercial.
Apesar de o CG Miami contar com "menu" de informações gravadas, de página na Internet com minuciosas explicações sobre os vários procedimentos consulares e com um sistema de informações por fax ("fax on demand"), as pessoas querem ser atendidas ao telefone por pessoas.
Sugestão: no entendimento de que outros postos nos Estados Unidos tenham problema semelhante, sugiro a concentração das informações telefônicas sobre serviços consulares em duas linhas. Uma, do tipo 1-800, de acesso grátuito, prestaria informações, em português, sobre assuntos de interesse de brasileiros. Outra, do tipo 1-900, paga, seria

acessada, em inglês, pelos que desejassem informações sobre vistos. Creio que a receita da linha 1-900 cobriria os custos da linha 1-800.

VIII-Treinamento: os servidores do Quadro Permanente recebem algum tipo de treinamento sobre prática consular antes da remoção, enquanto os Auxiliares Locais - que constituem a força de trabalho mais numerosa nas repartições consulares - não passam por qualquer tipo de treinamento formal. Muitos Auxiliares Locais e servidores do Quadro, mesmo os diretamente envolvidos com o atendimento ao público, desconhecem as normas do Manual de Serviço Consular e limitam-se a repetir rotinas e explicações que lhes foram passadas por outros servidores. Essas nem sempre se embasam na lei ou na norma regulamentar.
Sugestão: elaborar, provavelmente com o concurso de entidade especializada em ensino à distância, programa de treinamento para servidores consulares - especialmente para os locais - que possa ser aplicado pela Internet.
Conviria incluir no programa, além de matérias atinentes à prática consular, treinamento específico em funções como telefonista, recepcionista e atendimento de balcão.

VIII-Assistência Consular: constitui o aspecto da atividade consular mais visível e, consequentemente, de maior atenção da mídia e dos meios políticos. Na área de jurisdição do CG Miami não se registrou, nos últimos quatro anos, qualquer caso de repatriação. Tal fato deve-se a que os brasileiros desvalidos, em sua totalidade imigrantes em situação irregular, são assistidos pelas igrejas ou por entidades beneficentes e deportados pelas autoridades norte-americanas.
O foco da assistência consular volta-se, nessas condições, para os brasileiros presos. Essa categoria engloba os poucos nacionais que cumprem pena por crimes cometidos e os numerosos brasileiros detidos por motivos migratórios, à espera do momento da deportação.
Aos primeiros, presta-se a assistência de praxe, que consiste na verificação de que o preso conta com advogado, privado ou defensor público, e na visitação, quando por êle solicitado.
Mais delicada e trabalhosa é a assistência prestada aos brasileiros detidos por motivos migratórios. Esses nacionais, por não serem

criminosos e por não terem consciência de haver violado legislação federal norte-americana, costumam reagir à condição de encarceramento a que são submetidos antes de seu retorno ao Brasil. Os processos de deportação demoram de 2 a 3 meses desde o momento em que o cidadão é entregue ao DHS/Imigração até sua efetiva partida do país. As autoridades do Departamento de Segurança Interna (DHS) costumam transferir os detidos entre vários estabelecimentos num mesmo Estado ou em diferentes Estados.

A margem de intervenção consular nesses casos é práticamente nula. O Consulado-Geral em Miami tem-se limitado, sempre que acionado pelo brasileiro detido ou por algum familiar, a entrar em contacto com o Oficial de Imigração responsável pelo "dossiê" daquele detido. A servidora consular que há anos se ocupa do setor de assistência já conhece, pelo menos por telefone, a maioria dos Oficiais do Krome, grande centro detenção migratória de Miami. Graças a esse conhecimento pessoal consegue-se, além de informações sobre os motivos da detenção do cidadão brasileiro, uma aceleração do processo de deportação, em determinados casos.

Periodicamente essa servidora, acompanhada pelo Diplomata encarregado do Setor Consular, realiza visita de inspeção às instalações do Krome e aos brasileiros presos.

O CG em Miami procura manter informada a família do brasileiro detido sobre os motivos da prisão e sobre os dados de seu regresso ao Brasil. Estabelece, ainda, por intermédio da central telefônica do Consulado, contatos telefônicos entre o preso e sua família no Brasil.

A assistência consular prestada por repartição com jurisdição tão vasta quanto a do CG Miami vê-se sensivelmente prejudicada pelas dificuldades de locomoção de seus servidores, particularmente dos Auxiliares Locais, impostas pela indeclinável aplicação de uma rígida legislação editada há mais de 30 anos. Casos que estariam a requerer a assistência pessoal de um agente consular deixam de ser atendidos pela morosidade no processo de solicitação do deslocamento, autorização de emissão de passagem e liberação das diárias. Quando se trata de deslocamento de Auxiliar Local, as dificuldades são ainda maiores, na medida em que as diárias são autorizadas, mas a passagem deve ser

comprada pelo próprio servidor, para posterior - e nem sempre ágil - reembolso.
Sugestão:procurar alterar a legislação para flexibilizar o custeio de viagens realizadas para dar assistência a brasileiros no exterior. Os Chefes de repartição deveriam ter a faculdade de autorizar o deslocamento de servidor para prestar assistência consular fora da sede, em caráter emergencial.
Tive orgulho em chefiar uma grande repartição consular como o Consulado-Geral em Miami e ter sob meu comando um grupo de excelentes servidores, dedicados e competentes, imbuídos de espírito público e de vontade de servir. Desejo todo sucesso ao meu amigo, o Embaixador João Almino de Souza Filho. Tenho a certeza de que, com seu reconhecido talento, capacidade e disposição, conseguirá aumentar o nível de eficiência da repartição. Lucio Amorim, Embaixador"

EXTERIORES

FMM

Para: BRASEMB TÚNIS Expedido em: 05/12/2005 17:19:00 N.°: 00228
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Túnis
Em 05/12/2005

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/ABC/DCE/DOC/CGFOME/DCTEC
DESCR=BRAS-TUNI-PEXT
REF/ADIT=DET 200
CATEG=MG

//
Brasil-Tunísia. IIa Comissão
Mista. Reunião interna de
coordenação.
//

Nr. 00228

RESUMO=
Relata reunião interna de coordenação preparatória para a IIa. Comissão Mista Brasil-Tunísia.

Com a participação de representantes da DOC, DCE, DNU, DPB, DODC, CGFOME, DAF III, DCTEC e ABC, realizou-se, no dia 25 de novembro, reunião de preparação da IIa. Comista Brasil-Tunísia, coordenada pelo Min. Fernando Jacques de Magalhães Pimenta. Estiveram representandos, ademais, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Agricultura e o Gabinete de Segurança Institucional.

2. Quanto ao primeiro tema da agenda, combate ao terrorismo, o representante da DNU informou que o Brasil, como membro do CSNU, participa do Comitê de Combate ao Terrorismo desse Conselho. O representante do Gabinete de Segurança Institucional afirmou que existe Fórum Técnico do MERCOSUL sobre o tema e que, como iniciativas bilaterais, a ABIN compartilha informações de inteligência contra o terrorismo com congêneres da América do Sul e da Europa.

3. Sobre a renovação do programa de cooperação

cultural, expirado em 2004, o representante da DODC afirmou ser do interesse do DC apresentar novo Programa. A minuta já elaborada não contempla a área educacional (diretriz do Departamento) e tampouco contém previsão orçamentária. Trata-se de programa amplo de cooperação nas áreas de artes plásticas, cinema, patrimônio cultural, exposições, dentre outras. Prevê, ademais, intercâmbio de peças do acervo do Museu Bardo com museus brasileiros (arte indígena ou barroca).

4. Quanto à cooperação em educação superior, a Chefe da DCE afirmou não ser do interesse prioritário do Departamento o intercâmbio de estudantes de graduação, mas sim o de estudantes de pós-graduação, professores ou pesquisadores. Sugeriu-se a elaboração de Programa de Trabalho entre a CAPES/CNPq e centros de pesquisa tunisianos. No que diz respeito a acordos de cooperação em esporte, informou que, apesar de haver acordo padrão do Ministério dos Esportes, a diretriz é não assinar novos intrumentos em decorrência do excesso de compromissos assumidos.

5. No tema ciência e tecnologia, representante do MCT afirmou haver iniciativas nas áreas de alfabetização digital e software livre. Disse ser necessário consultar a parte tunisiana sobre áreas de interesse.

6. Quanto à cooperação técnica, o representante da ABC informou que a proposta tunisiana sobre Projeto Piloto de Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucaliptos recebeu parecer positivo da EMBRAPA, que sugeriu o envio de delegação técnica à Tunísia em fevereiro.

7. No que diz respeito a temas sociais, a representante da CGFOME solicitou que se identificassem áreas de interesse específico (agricultura familiar, segurança alimentar) da parte tunisiana. Pediu, ademais, que conste na Ata Final confirmação da participação da Tunísia na Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (em Porto Alegre). Lembrou que o Brasil custeará as despesas de 45 delegações.

8. Quanto à promoção comercial, o Chefe da DOC sugeriu convidar representantes das grandes construtoras brasileiras para participar da Comista (N. Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez) de modo a

apresentar a capacidade brasileira na área de construção civil. Concordou, ademais, com a visita da delegação a São Paulo, em especial à EMBRAER e ao Pólo Aeroespacial de São José dos Campos, para mostrar a capacidade tecnológica brasileira, em especial porque 56% das exportações brasileiras à Tunísia ainda se concentram em produtos primários. Confirmou, ainda, possibilidade de visita da delegação tunisiana a usinas de etanol e plantações de cana-de-açúcar. Por fim, afirmou que o comércio bilateral está previsto para aproximadamente U$ 200 milhões até o fim de 2005, e que há necessidade de diversificar a pauta brasileira de exportações.

EXTERIORES

ODCT

Para: BRASEMB TRÍPOLI Expedido em: 17/05/2007 20:31:49 N.°: 00095
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 17/05/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/C/DOC/DPG
DESCR=PEXT-BRAS-LBIA
REF/ADIT=TEL 233, DET 89
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do Pri-
meiro-Ministro líbio.
Partici-pação do Embaixador
designado da Líbia no Brasil.
Contatos com a empresa
Odebrecht.
//

Nr. 00095

Em resposta à consulta formulada no tel de referência, informo que o novo Embaixador designado pela Líbia para o Brasil, Salem Omar Abdullah Al Zubaidi - cuja entrega de cópias figuradas de cartas credenciais ao Chefe do Cerimonial do Itamaraty, Embaixador Ruy Casaes, está prevista para o dia 22 de maio corrente - poderá integrar a delegação do Chefe de Governo líbio, Dr. Al-Baghdadi Ali Al-Mahmoudi, na visita ao Brasil prevista para o período de 27 de maio corrente a 3 de junho próximo. Para a realização de missões oficiais a estados brasileiros, por iniciativa própria, contudo, o Embaixador Al Zubaid deverá aguardar a cerimônia de entrega de credenciais ao Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Quanto às gestões solicitadas junto à construtora Norberto Odebrecht, informo que as áreas pertinentes da SERE estão realizando os contatos necessários a esse respeito. Recordo, ademais, que a referida empresa foi convidada para a reunião de coordenação, prevista para o dia 21 de maio corrente, no Itamaraty

(vide desptel 89), com representantes de diversos órgãos e empresas interessados na possível participação líbia em projetos agroindustriais no interior da Bahia.

EXTERIORES

DAS/MCA

De: BRASEMB TRÍPOLI Recebido em: 04/07/2007 11:01:23 N.°: 00335
CARAT=Reservado

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 04/07/2007 (JLQS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/DPG/C
DESCR=GVIO-BRAS-LBIA
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do
Primeiro-Ministro. Programa.
//

Nr. 00335

RESUMO=
Esboço de programa do Primeiro Ministro da Líbia e sua comitiva (23 a 27 de julho).

Não dispondo ainda da composição da comitiva, nem mesmo do número de integrantes, dados que estamos incessantemente cobrando, transmito a seguir o programa esboçado com a Chancelaria da Líbia:

Segunda-Feira, dia 23. Chegada da comitiva em Brasília, em avião do Governo da Líbia (Airbus 340). Em reunião ontem com o Diretor-Geral de Cooperação Internacional da Chancelaria havia sido indicado pela parte líbia o horário de 19 horas para o desembarque. Hoje entretanto, consultando

o Embaixador da Argentina, país incluído in extremis no roteiro, soube que a partida de Buenos Aires havia sido programada para o final da tarde de 23, o que faz crer no deslocamento para bem depois do desembarque da comitiva. Fiz saber aos interlocutores locais que nessa época do ano o aeroporto de Ezeiza está com frequência coberto de neblina na parte da manhã, e que portanto é imprescindível que a delegação chegue a Brasília na véspera da audiência com o Senhor Presidente da República, agendada para as 11 horas do dia 24, terça-feira. Entendo que a delegação se hospedará do Hotel Blue Tree e que o Primeiro Ministro e as autoridades de nível ministerial (aparentemente 3) serão "prises en charge" pelo Governo brasileiro.

Terça-feira, dia 24. Haveria que se definir os aspectos logísticos do deslocamento para o Palácio do Planalto. No projeto anterior, o PM seria recebido por Vossa Excelência, que o encaminharia ao Senhor Presidente da República e depois lhe ofereceria banquete no Itamaraty. Proponho que logo após a audiência sejam assinados os atos que pronto estiverem - memorandum de entendimento sobre mexcanismo de consultas políticas, acordo de cooperação em matéria de saúde - bem como os três contratos de obras já finalizados com a Odebrecht - e que se siga uma conferência de imprensa antes do almoço. A parte da tarde seria reservada a encontros setoriais, e me parece adequada a idéia de se promover audiência com o Senhor Vice-Presidente da República para o Primeiro Ministro, enquanto os demais Ministros veriam suas contra-partes e o presidente das empresas líbias de investimentos se avistariam com os titulares do BNDES e da CODEVASF. No final da tarde, deslocamento para o Rio de Janeiro, onde seriam recebidos no Aeroporto pelo Senhor Chefe do ERERIO, com as facilidades de praxe. A Petrobrás poderia cooperar no alojamento da comitiva em hotel de cinco estrelas e em algum programa de natureza turística, levando em conta as restrições alimentares (carne de porco,e os próprios churrascos, porque os animais não foram abatidos segundo o rito islâmico e a visão do sangue na carne repugna aos muçulmanos, especialmente quando viajam em grupo. Haveria que se coornenar, nesse campo, com o Embaixador da Líbia).

Quarta-feira, dia 25. A manhã estaria reservada à programação que está sendo elaborada pela Petrobrás e que lhes ofereceria almoço. Apás o almoço e check-out do hotel, partida para São José dos Campos, evitando-se os problemas que hoje enfrentam os aeroportos de Congonhas e Guarulhos. O ideal seria que a aeronave pousasse diretamente no aeródromo da Embraer, que cuidaria do seu alojamento e jantar.

De: BRASEMB TRÍPOLI Recebido em: 04/07/2007 11:01:23 N.°: 00335
CARAT=Reservado

Quinta-feira, dia 26. Pela manhã, visita às instalações da Embraer seguida de almoço. Seria conveniente r um entendimento com a Câmara de Comércio Arabe-Brasileira para que o almoço fosse patrocinado por ambos, possivelmente em algum local aprazível nas proximidades de S.José dos Campos. O deslocamento para Salvador, por volta das 3 horas da tarde, permitiria talvez um encontro com o Governador do Estado no final do próprio dia 26. A Odebrecht aparentemente estaria inclinada a patrocinar a hospedagem da comitiva na Costa do Sauipe.

Sexta-feira Feira, dia 27 . Pela manhã, encontro com o Governador, se não tiver ocorrido na véspera e visita aos escritórios da Odebrecht e ao complexo petroquímico de Camaçari. O Dr. Emílio Odebrechet deseja oferecer jantar.

Sábado, dia 28. Viagem a Petrolina, visita a projetos agroindustriais emblemáticos e deslocamento,em aeronave oferecida pela Odebrecht,do PM e 4 membros de sua comitiva aos baixios de Irecê. Regresso a Petrolina, almoço e de lá ao aeroporto de Salvador para as providências de imigração e partida de regresso à Líbia.

Luciano Ozorio Rosa, Embaixador

LOR

Para: BRASEMB TRÍPOLI Expedido em: 24/05/2007 20:19:00 N.°: 00104
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 24/05/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DAF III/DOC/DRN/AIG/C
DESCR=XPRO-LBIA
REF/ADIT=TEL 221, TEL 205, DET 89
CATEG=MO

//
Brasil-Líbia. Reunião de
coordenação na SERE com
empresas e órgãos
brasileiros.Visita do
Primeiro-Ministro líbio.
//

Nr. 00104

Como parte dos preparativos para a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Líbia, adiada para a terceira semana de julho próximo, realizou-se, em 21 do corrente, reunião de coordenação para tratar da possibilidade de investimentos da agência estatal líbia LAFICO em projetos de agricultura irrigada no estado da Bahia, além de outros aspectos da preparação do programa da visita.

2. A reunião foi coordenada pelo Diretor do DEAF e, na parte final, pela Chefe da DAF-III e pelo Chefe, interino, da DPG, tendo contado com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional; Governo da Bahia; Promobahia; CODEVASF; Petrobras; e Codeverde/Odebrecht. Pela Secretaria de Estado, também participaram diplomatas da DOC e DAF-III.

3. Na ocasião, o Diretor do DEAF comunicou o adiamento da visita e a sugestão de que se venha a realizar na

terceira semana de julho próximo. Ressaltou a importância que terá a vinda de Al-Mahmoudi ao Brasil, sobretudo no sentido de estreitar o relacionamento econômico bilateral. O Embaixador Fernando Jacques mencionou, ainda, que a visita constitui boa oportunidade para a realização de acordos comerciais, em especial em torno da possibilidade do citado investimento líbio.

4. Os representantes do Governo da Bahia e da Promobahia prontamente demonstraram seu interesse em receber tal investimento, ressaltando que os locais que seriam contemplados (baixio do Irecê e rio Salitre) apresentam baixo nível de desenvolvimento social e econômico. Em vista disso, o Governo da Bahia considera os projetos muito importantes para o desenvolvimento da região.

5. A CODEVASF informou que mantém entendimentos com a LAFICO há cerca de quatro anos e que a área irrigada poderia ser utilizada para a produção de biocombustíveis, o que criaria oportunidade para a Petrobras integrar o projeto.

6. A Petrobras, em resposta, aventou a possibilidade de ser parte no acordo de investimento e sugeriu, nesse sentido - conforme, aliás, havia sido preliminarmente previsto para a programação da visita -, que a comitiva do Primeiro-Ministro líbio visitasse sua estrutura de produção de biocombustíveis (destilarias, usinas de biodiesel, centro de pesquisa e porto) no Rio de Janeiro.

7. O representante da CODEVASF mencionou que há entendimentos para que a Queiroz Galvão - que também já teria enviado missão a Trípoli para tratar do mesmo assunto - conduza o projeto na região do Rio Salitre, enquanto a Odebrecht-Codeverde ficaria com o projeto na região do baixio do Irecê.

8. O representante da Codeverde ofereceu esclarecimentos adicionais quanto ao andamento desses projetos, ressaltando que a empresa já efetuou estudo de viabilidade para aquele referente ao baixio do Irecê, co-financiado com a parte líbia, no valor total de aproximadamente US$500.000,00 (quinhentos mil dólares). O estudo será objeto de avaliação por parte do Banco Mundial, que poderá fornecer moldura adequada, inclusive do ponto de vista de

sustentabilidade sócio-ambiental, para eventual enquadramento do projeto em futuros esquemas de financiamento. No mesmo sentido, o representante da CODEVERDE referiu-se ainda ao interesse do Banco Mundial em reativar parceria com o Governo brasileiro em projetos de irrigação, no âmbito das Parcerias Público Privadas (PPP), havendo porém, no seu entender, arestas de percepção a serem aparadas entre aquele organismo e o Governo brasileiro.

9. Durante a reunião, procurou-se reforçar, junto aos representantes das empresas e do Governo da Bahia, as necessidades logísticas que cercam a visita do Primeiro-Ministro líbio, principalmente em sua etapa baiana, e a importância que teria o oferecimento de apoio aos deslocamentos da delegação, tanto na referida etapa quanto na programação a ser confirmada para o Rio de Janeiro (conforme proposta pela Petrobrás).

10. Os participantes foram unânimes em reconhecer a importância da ida da delegação líbia ao estado da Bahia, em função da escala do investimento que exige o projeto de irrigação (US$ 3 bilhões, de acordo com o representante do Ministério da Integração) e o impacto que sua realização teria para a região. Em análise final, a reunião permitiu interlocução bastante positiva entre as unidades da SERE e as instituições convidadas, que contribuíram com elementos importantes para a preparação da visita do Chefe de Governo líbio e comitiva ao Brasil, no novo período proposto.

11.O Diretor do DEAF lembrou que a programação da visita, no novo período, deverá reorganizar-se em função da data que venha a ser acertada para a vinda a Brasília do Chefe do Governo líbio.
EXTERIORES

GB/RL

De: BRASEMB WASHINGTON Recebido em: 05/06/2007 21:59:57 N.°: 01183
CARAT=Reservado

DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 05/06/2007 (BAM)

CARAT=RESERVADO
PRIOR=NORMAL
DISTR=CGEUC/DNU/DIVULG/CORG/COCIT/IPRI/FUNAG
DESCR=PEXT-EUA-BRAS
RTM=OEABRMS,ONUBRMS,NYKBRCG
REF/ADIT=TEL 1097
CATEG=MG

//
EUA. Política externa.
Relações com as Américas do
Sul, Central e Caribe.
Força-tarefa do CFR.
Visita ao Brasil.
//

Nr. 01183

RESUMO=
Julia Sweig, Diretora para América Latina do "Council on Foreign Relations", coordena força-tarefa que prepara documento com proposta de nova política dos EUA para as Américas do Sul, Central e Caribe, com ênfase no próximo período presidencial. Sweig e delegação da força-tarefa visitarão o Brasil entre 5 e 7 de agosto. Proponho ajudar a delegação a ser recebida em alto nível.

Retransmissão automática para DELBRASUPA, DELBRASONU e Consbras Nova York.

ATENÇÃO DA SRA CHEFE DE GABINETE

MG. Recebi para almoço na Residência, em 4/6, a Professora Julia Sweig, diretora para América Latina do "Council on Foreign Relations" (CFR), o prestigioso "think tank" norte-americano de relações internacionais, que publica a revista "Foreign Affairs". Sweig fez-se acompanhar pela Sra Shannon O'Neil, também do CFR.

2. Sweig contou-me estar coordenando força-tarefa do CFR, encarregada de elaborar relatório com diagnóstico e propostas para a política externa norte-americana nas Américas. A iniciativa, explicou, parte do reconhecimento, pelo CFR, de que o "tripé" tradicional da política norte-americana para a região - livre-comércio,

combate às drogas e promoção da democracia representativa - é insuficiente. O objetivo é influenciar a política do próximo governo, a ser eleito em 2008. Sweig contou-me, também, estar fornecendo, a título pessoal, textos sobre América Latina para a campanha presidencial da Senadora Hillary Clinton. Ressaltou, porém, que a força-tarefa do CFR seria apartidária e não vinculada a uma campanha específica.

3. A força-tarefa será presidida por Charlene Barshefsky, ex-USTR (1993-97) e pelo General (reserva) James T. Hill, ex-Comandante do Comando Sul (2002-04). Um grupo, integrado por Hill, Sweig, Shannon e provavelmente outros membros, estaria no Brasil entre os dias 5 e 7 de agosto, de regresso da Bolívia, quando visitariam Brasília, São Paulo e, possivelmente, Rio de Janeiro (haveria a possibilidade de estender a permanência no Brasil por um dia adicional, caso necessário). As quatro áreas de concentração do relatório seriam, em princípio, as seguintes: (1) pobreza e desigualdade; (2) energia e segurança energética; (3) "mobilidade humana" (aspectos migratórios e integração social); e (4) segurança (com ênfase em temas de "interesse real", segundo Sweig, como crime organizado e violência urbana, e não apenas no binômio drogas e terrorismo). Segundo a própria Sweig, o fato de Barshefsky e Hill terem sido associados, no passado, à agenda tradicional dos EUA para a região representaria oportunidade favorável: ambos estariam pessoalmente convencidos da "miopia" do enfoque anterior e poderiam "converter" outras personalidades influentes à necessidade de uma nova visão.

4. Sweig solicitou-me ajuda para tentar obter uma entrevista com o Presidente Lula e, também, para receber recomendações de personalidades do governo, setor privado, sociedade civil e analistas políticos e econômicos. Em caráter preliminar, pareceu-me que seria útil que a força-tarefa se encontrasse, caso as agendas o permitam, com Vossa Excelência, o Sr SG e o Professor Marco Aurélio Garcia (talvez em almoço de trabalho no Itamaraty); com os Presidentes do BNDES, Luciano Coutinho, e do IPEA, Luiz Henrique Proença Soares (um mini-seminário com representantes das duas instituições poderia ser interessante); com o Presidente da APEX, Alessandro Teixeira; com os empresários Marcelo Odebrecht (CNO), Marcus Jank (ÚNICA) e Frederico Fleury (Embraer); com a Ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; com Rodrigo Baggio, Diretor-Executivo da ONG Comitê para a Democratização da Informática (CDI); e com o jornalista

Sérgio Leo (Valor Econômico).

5. Sweig parece-me singularmente qualificada para a tarefa. Tanto em nossa conversa quanto em seu último livro, "Friendly fire - losing friends and making enemies in the anti-American century" (2006), Sweig demonstrou visão crítica da política dos EUA para a "América Latina", assim como consciência do papel global do Brasil, da centralidade das relações EUA-Brasil e da diversidade dos componentes geográficos e políticos das Américas. Confessou, porém, nunca ter estado no Brasil (apesar de ter visitado Cuba cerca de trinta vezes, como me disse; na revista "Foreign Affairs" de janeiro passado, publicou artigo, "Castro's last victory", que insta o governo dos EUA a compreender o fato de que a "transição" em Cuba já ocorreu, e que é preciso abandonar a política de embargo e aprender a lidar com o regime atual). Suas duas funções, como coordenadora da força-tarefa do CFR e assessora de Hillary Clinton, a colocam em posição importante para influenciar a política externa dos EUA.

6. Em particular, parece-me importante aproveitar oportunidades como essa (e a proposta de seminário da "Brookings Institution" sobre a nova política externa brasileira; vide tel 1097) para que os formuladores de política nos EUA compreendam a natureza do projeto de integração sul-americana e o papel global do Brasil. Muito agradeceria instruções e orientações que Vossa Excelência julgar relevantes a respeito da recepção da força-tarefa do CFR.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Embaixador

AZ

Para: BRASEMB WASHINGTON Expedido em: 03/09/2007 18:52:08 N.°: 00972
CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Washington
Em 03/09/2007

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPG/DOC/CGEUC
DESCR=XPRO-BRAS-EUA
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.
Brasil-Estados Unidos. Fórum
de CEOs. Reunião de
coordenação do lado
brasileiro. Relatório.
//

Nr. 00972

Foi realizada, no último dia 28, em São Paulo, reunião de coordenação, do lado brasileiro, do Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos. Estiverem presentes, pelo setor privado, os senhores, Carlos Alberto Vieira, Presidente do Banco Safra, Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, José Luís Cutrale, Presidente da Sucocítrico Cutrale, Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente da Coteminas, Luiz Roberto Nascimento, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa, Marcelo Bahia Odebrecht, Presidente da Construtora Norberto Odebrecht, Marco Antonio Stefanini, Presidente da Stefanini IT Solutions, Maurício Novis Botelho, Presidente do Conselho de Administração da Embraer, e Roger Agnelli, Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Participaram também da reunião o Presidente da APEX, Alessandro Teixeira, o Assessor Internacional do MDIC, Ministro Mauro Couto, e o Chefe da DPG.

2.Como "Co-Chairman" do Fórum de CEOs Brasil-EUA, o Sr. Josué Gomes da Silva presidiu a reunião, e, de início, ressaltou a grande importância atribuída pelos

Presidentes Lula e Bush ao mecanismo de diálogo entre os setores privados dos dois países. Informou que Fórum semelhante foi estabelecido entre os EUA e a Índia, "com resultados positivos, porém desequilibrados, mais favoráveis aos interesses do setor privado norte-americano, talvez por falta de maior coordenação do lado indiano". Citou como pontos da agenda daquele Fórum temas como Infra-Estrutura, Segurança Energética, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Propriedade Intelectual. Lembrou que é grande a diversificação de setores da indústria nacional que estão representados no Fórum bilateral do qual participam e, nesse sentido, torna-se fundamental que se realizem consultas regulares entre as empresas brasileiras, de modo que possa ser elaborada uma agenda de consenso composta por pontos de interesse prioritários. Enfatizou, no entanto, que "não podemos fazer uma lista muito grande, sendo recomendável eleger quatro ou cinco áreas, no máximo, e apontar duas ações principais para cada tema, a serem realizadas, por exemplo, a cada seis meses". Afirmou, ainda, que concorda com a "posição do governo brasileiro de não deixar que o Fórum se transforme em caixa de ressonância de reivindicações norte-americanas, com ênfase em contenciosos comerciais. Devemos construir uma agenda positiva, de cooperação", concluiu.

3.O Presidente do Banco Safra concordou com o fato de que o lado brasileiro deve ser seletivo na escolha dos pontos de seu interesse para inclusão na Agenda do Fórum, "embora nossa lista de prioridades seja grande". Opinou que "sem prejuízo à indicação de outros temas importantes, como inovação tecnológica, a primeira prioridade deveria ser o setor de infra-estrutura, que representa, hoje, um grave problema no Brasil, e que pode comprometer o desenvolvimento do país." O Presidente da Cutrale, por sua vez, lembrou que o Fórum é composto por grandes empresas, altamente competitivas, eficientes e que contam com alta tecnologia. O Fórum, acrescentou, deveria favorecer ações que permitam estender estas condições a empresas de pequeno e médio porte. O Presidente da Construtora Norberto Odebrecht afirmou que "o setor de serviços de engenharia e construção é o menos problemático, no que se refere ao acesso ao mercado norte-americano". Lembrou as "várias obras realizadas por empresas brasileiras nos Estados Unidos, inclusive em projetos com o setor público."

Desse modo, na questão de maior participação em obras de infra-estrutura, o lado norte-americano teria, potencialmente, uma posição mais ofensiva, com demandas a maior abertura do mercado brasileiro. No que diz respeito a investimentos em projetos de infra-estrutura, informou que, "tradicionalmente, as empresas dos Estados Unidos não têm interesse neste tipo de negócio nem no próprio país, sendo o setor público e empresas estrangeiras, sobretudo européias, os responsáveis por grandes obras no setor". Ressaltou ainda que "o apoio que os Estados Unidos poderiam conceder no âmbito de instituições financeiras multilaterais para que ampliassem o financiamento para projetos de infra-estrutura no Brasil não interessa ao governo brasileiro, em razão da decisão de reduzir o endividamento externo".

4.O Presidente da Embraer, por sua vez, destacou que a existência de um mercado mundial livre no setor aeronáutico tem beneficiado as empresas e os países que dele participam. No caso do Brasil, além da geração de muitos empregos para mão-de-obra altamente qualificada, nos últimos doze anos a Embraer contribuiu significativamente para a Balança Comercial do país exportando cerca de US$ 10 bilhões. Com relação à coordenação, pelo lado brasileiro, entre as empresas que participam do Fórum de CEOs, opinou que "seria preciso realizar encontros prévios com maior regularidade, pois é muito difícil que em apenas um encontro antes da reunião do Fórum se alcance um consenso sobre as ações e prioridades a serem propostas". Ressaltou os temas Combate ao Narcotráfico e ao Contrabando de Armas, que definiu como "preocupações comuns" dos Estados Unidos e do Brasil. Sugeriu a ampliação das operações conjuntas dos dois países naquelas áreas, "o que criaria condições para que um maior volume de equipamentos de defesa brasileiros seja utilizado nos Estados Unidos e em outras regiões". Com relação ao tema Infra-Estrutura, afirmou que "a questão central não seria tentar estimular a participação de empresas norte-americanas como prestadoras de serviços, já que no Brasil temos várias empresas competentes neste setor, mas sim criar as condições regulatórias necessárias para atrair investimentos diretos estrangeiros".

5.O Diretor-Presidente da CVRD informou que a empresa tem poucas operações em curso nos Estados Unidos, e que não tem tido problema para competir no mercado

norte-americano. Ressaltou que "o Fórum de CEOs deveria tratar da relação econômico-comercial entre o Brasil e os Estados Unidos no nível estratégico, e não apenas concentrar-se em temas específicos". Acrescentou que "é preciso definir o que queremos dos dois Governos. Brasil e Estados Unidos estão destinados a seguirem juntos, para ganhar mais força para competir com aqueles que têm mão-de-obra e recursos: os asiáticos." Afirmou que a economia dos Estados Unidos tem grandes problemas estruturais, como acesso a fontes de energia, que prejudicam a competitividade de setores como a siderurgia e mineração. Portanto, concluiu, "os Estados Unidos também precisam de nós, como, por exemplo, no caso dos biocombustíveis, e nós precisamos deles, para consolidar a estabilidade na região sul-americana com maior comércio e investimentos". Ressaltou o grande déficit comercial norte-americano, sobretudo com países asiáticos, e a forte concorrência imposta por China e Índia em outros mercados ("China e Índia estão tomando conta da África"). Enfatizou que "antes de tudo, precisamos saber se queremos as Américas unidas. Todo o resto deriva da resposta a esta pergunta. Precisamos saber primeiro de nossos governos se eles estão empenhados, se aceitam, a retomada de conversas no sentido de se criar uma associação estratégica entre o Brasil, ou Mercosul, e os Estados Unidos".

6.O Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau concordou com o Presidente da CVRD e ressaltou que "a única saída para a América Latina, e para o Brasil, é ter acesso privilegiado ao mercado norte-americano, dadas as condições de competitividade excepcionais que os países asiáticos possuem e o espaço que têm conquistado nos mercados mundiais". Afirmou que "o mundo terá apenas três grandes mercados: o bloco europeu, o bloco asiático e o bloco americano". Destacou que torna-se fundamental, portanto, unir esforços para consolidar este último mercado, a fim de poder competir em igualdade de condições com os demais mercados. Lembrou que a capacidade industrial do Brasil, hoje, gera assimetrias no Mercosul. O fortalecimento de um mercado americano poderia contribuir para corrigir estas distorções, sugeriu. No caso específico brasileiro, alertou para o fato de que é a falta de investimentos em infra-estrutura que vem limitando o crescimento da economia do país ("o Governo já investiu, no passado, cerca de 15% do orçamento em

infra-estrutura, e, hoje, investe de 1% a 2%").

7.O Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa também concordou com a necessidade de se voltar a discutir "a integração dos mercados nas Américas", e sugeriu que o Governo brasileiro subsidie a parte brasileira do Fórum de CEOs com informações a respeito da possibilidade de negociações entre o Mercosul e os Estados Unidos (4+1). Afirmou que as recentes posições do Governo Bush com relação ao Brasil e à América do Sul sinalizam tentativas de re-aproximação. Portanto, concluiu, é preciso fazer uma avaliação sobre o que nossos parceiros esperam dessa nossa relação bilateral. Elencou como possíveis temas de interesse do lado privado norte-americano as áreas de Tecnologia da Informação, Propriedade Intelectual, Serviços e Petróleo e Gás.

8.O Presidente da Stefanini destacou que, no setor de T.I., o mercado brasileiro tem características diferentes do mercado indiano: enquanto que para as empresas indianas do setor o mercado interno ainda é fraco, e o mercado externo é grande, ocorre exatamente ao contrário, hoje, no caso das empresas brasileiras. O Brasil tem um mercado consumidor grande, mas ainda não tem grande participação externa. Ademais, na Índia existem poucas empresas atuando no setor, mas com grande valor de mercado, enquanto que no Brasil há maior número de empresas no setor, mas de valor de mercado bem inferior. Destacou o fato de que "o setor brasileiro de T.I. tem grande capacidade técnica, mas ainda desconhecida pelo mundo". É preciso, portanto, investir em mais promoção dos produtos e serviços brasileiros. No que diz respeito às relações com os Estados Unidos, afirmou que não há reivindicações norte-americanas neste setor, "a não ser que eu seja surpreendido". Com relação à definição de um interesse específico, informou que empresas norte-americanas vêm ampliando suas compras de empresas brasileiras, "como uma alternativa à Índia, onde já há uma inflação nos preços dos produtos e serviços, em razão da alta demanda externa". Acrescentou o fato de que o Brasil possui certas vantagens comparativas na concorrência com a Índia, como, por exemplo, estar na mesma zona de fuso horário que os Estados Unidos, o que permite um atendimento mais eficiente "online", e a fácil adaptação cultural dos brasileiros aos costumes norte-americanos, "o que nem sempre acontece no caso indiano". Informou, ainda, que, em contatos recentes

com a Embaixada dos Estados Unidos, recebeu a confirmação do interesse na ampliação de compras de produtos e serviços brasileiros de T.I. A questão principal hoje, destacou, é "manter uma estrutura no mercado norte-americano para promover e vender estes produtos e serviços". Outro ponto fundamental, opinou, é a barreira do idioma: "se a indústria quer ter atuação global, então é preciso treinar a mão-de-obra adequadamente, incluindo o ensino do inglês". Lembrou que os Estados Unidos possuem programa de ensino em massa do idioma e, portanto, sugeriu que esta poderia ser uma das ações incluídas no Fórum de CEOs.

9.Como conclusão, o Presidente da Coteminas informou que irá sugerir que o Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos se reúna a cada seis meses, com a presença também de autoridades de ambos os Governos. Porém, destacou, "nada impede que o setor privado se reúna, separadamente, com maior periodicidade". Sugeriu, também, e obteve a concordância dos demais participantes, que, inicialmente, a proposta de temas do lado brasileiro para a Agenda do Fórum inclua as áreas de Educação, Energia e Meio-Ambiente. Outro ponto de consenso foi a inclusão do debate sobre a "integração do continente americano". É preciso saber, ressaltou, "se há ressonância do lado do setor privado norte-americano com relação a este tema". O Presidente da CVRD acrescentou que "é preciso saber também se há ressonância por parte do Governo brasileiro". Roger Agnelli afirmou, ainda, que "o Governo Bush está acabando, portanto, é preciso criar as bases para tratar deste tema com o setor privado dos Estados Unidos de forma permanente".

EXTERIORES

RAS/RAS

De: BRASEMB WINDHOEK Recebido em: 18/01/2007 13:54:50 N.°: 00018
CARAT=Reservado

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 18/01/2007 (ORMP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/DRN/DOC/DPB
DESCR=ENER-NAMI-ANGO
REF/ADIT=TEL 356 2006
CATEG=MG

//
Energia. Namíbia-Angola.
Hidrelétrica de Baynes.
Conversa com Secretário
Permanente do Ministério de
Minas e Energia.
//

Nr. 00018

RESUMO=
Informa sobre conversa com o Secretário Permanente do Ministério de Minas e Energia, Joseph Iita, a respeito da política energética da Namíbia, de forma a subsidiar estudo do consórcio brasileiro de proposta de aproveitamento hidrelétrico de Baynes, na fronteira da Namíbia com Angola.

O Embaixador Mário Santos, consultor da Eletrobrás, enviou-me, na semana passada, mensagem em que solicitava que obtivesse junto ao Secretário Permanente do Ministério de Minas e Energia e Representante da Namíbia na Comissão Técnica Permanente Conjunta do Rio Cunene (CTPC), Joseph Iita, alguns esclarecimentos que poderiam apoiar os estudos que o consórcio brasileiro (Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix) vem realizando na preparação de proposta para o aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no baixo Cunene, entre Angola e Namíbia. Em sua mensagem, ele indicava que os termos de referência, que se esperava fossem apenas uma atualização e complementação do trabalho efetuado e concluído em 1998, foram ampliados para um estudo completo da bacia do Cunene. Manifestava, ainda, que o cronograma para a discussão dos termos de referência eram bastante exíguos (31 de janeiro, comentários do consórcio sobre os termos e 13 de abril, entrega da proposta pelo consórcio).

2. Na tarde de ontem, dia 17, visitei o Secretário Permanente do Ministério de Minas e Energia, Joseph Iita, com quem tive longa reunião. Iita esteve acompanhado de vários

assessores das áreas de energia e mineração (sobre este tema vide tel à parte). Reiterei-lhe a satisfação brasileira com a decisão dos governos de Angola e da Namíbia de aceitarem a proposta do consórcio brasileiro para o aproveitamento hidrelétrico de Baynes. Manifestei que o consórcio estava trabalhando na proposta e que, embora os termos de referência tenham sido ampliados e os prazos serem bastante curtos, esperava-se que tudo saísse a contento. Iita ressaltou que entendia que os prazos eram exíguos, mas que fora uma forma de iniciar o processo, dando a perceber que havia flexibilidade para uma possível prorrogação.

3. Perguntei-lhe sobre como a Namíbia visualizava a construção da hidrelétrica de Baynes em sua política de energia. Falou-me da questão do déficit energético não só da Namíbia mas de toda a África Austral, enfocando especificamente na África do Sul, país que fornece atualmente cerca de 50 por cento das necessidades energéticas da Namíbia. Manifestou que o crescimento da demanda da energia comercial está aumentando cerca de 6 por cento ao ano. Sublinhou que o projeto hidrelétrico no rio Cunene e o aproveitamento do campo de gás de Kudu figuram como alternativas para incrementar a potencialidade energética do país. O consumo energético atual é de cerca de 390MW, projetando-se um crescimento para cerca de 660 MW em 2015.

4. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, as principais fontes de energia da Namíbia são obtidas na África do Sul (transportadas por duas linhas de transmissão com capacidade de 500 MW e 200MW, respectivamente), na hidrelétrica de Ruacana (com capacidade máxima de 240MW), na usina Van Eck (movida a carvão) de Windhoek (120MW) e nas unidades geradoras de energia movidas a diesel de Walvis Bay (24MW) e de Katima Mulilo (3MW). Para a Nampower é mais barato importar energia do que fazer funcionar as usinas Van Eck e Paramus (de Walvis Bay).

5. Assim, não me surpreendeu que Iita tenha afirmado que a Namíbia deseja aumentar e desenvolver todo e qualquer projeto energético viável. Falou mesmo em gerador de energia nuclear, se for viável no futuro. Disse-me que se o projeto de termelétrica movida a gás de Kudu iniciar no segundo trimestre de 2007, poderá estar em funcionamento no final de 2010, produzindo inicialmente 400 megawatts de eletricidade, energia esta que deverá ser comprada pela sul-africana Eskom. Perguntado se não haveria uma contradição em vender energia, quando a Namíbia importava da África do Sul, e se a energia de Baynes seria também exportada, Iita indicou que se a produção vier a ser superavitária não havia porque não exportá-la. Manifestou que não há nenhum acordo ou mesmo pressão da África do Sul ou do "pool" energético da África Austral para que a energia que vier a ser produzida na

Namíbia seja repassada àquele país. Falou de linhas de transmissão da Zâmbia para fornecer energia ao Caprivi e de novas linhas de transmissão da África do Sul para a subestação de Auas, a leste de Windhoek. Sublinhou que a energia utilizada pela Namíbia tenderá a crescer à medida que estes projetos (Kudu e Baynes) venham a se concretizar, exemplificando com a ampliação de projetos na área da mineração.

6. Perguntei-lhe sobre as visões diferentes da Namíbia e de Angola para a utilização da energia (Angola pretende consumir internamente sua parte) e do reservatório de Baynes. Ele mostrou uma certa surpresa com a questão que eu levantara do uso do reservatório, mas indicou que ela deverá, com certeza, ser examinada com cuidado pela parte namibiana em todos os seus aspectos ambientais e políticos.

7. Ficou-me a impressão de que existe uma grande expectativa e esperança com o potencial de desenvolvimento que o projeto Baynes poderá trazer para a Namíbia. Ao mesmo tempo, pareceu-me que o tema começará, a partir das conclusões do estudo de viabilidade, a ser entendido em todos os seus aspectos. A proposta brasileira foi um despertar para a realidade de um projeto que existia há muitos anos. Agora estão esperando para ver como se concretizará. Os possíveis acidentes de percurso (nisso posso incluir formas de financiamento) não foram ainda cuidadosamente examinados, embora a parte namibiana esteja ciente que eles possam vir a ocorrer. Dependentes da África do Sul, vêem os projetos de Kudu e Baynes como uma forma de se libertarem desta dependência e passarem a ser fornecedores de energia não só para aquele país mas também para outros vizinhos da África Austral.

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

ML

De: BRASEMB WINDHOEK Recebido em: 03/02/2006 10:33:00 N.°: 00037
CARAT=Reservado

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 03/02/2006 (ORMP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DOC/DPB
DESCR=ENER-ANGO-NAMI
RTM=ANGBREM
REF/ADIT=CIT 58022
CATEG=MG

//
Namíbia-Angola. Usina de
Baynes. Missão
Eletrobrás/Furnas.
//

Nr. 00037

RESUMO=
Informa sobre missão Eletrobrás/Furnas a Windhoek para tratar do tema da represa de Baynes. A missão cumpriu seus objetivos, ao reforçar junto às autoridades namibianas o interesse brasileiro em participar do projeto.

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas nos países do GA-1

Concluiu-se hoje, dia 3, satisfatoriamente, a missão dos Srs. Vasco Soares da Costa, da Eletrobrás, e Cláudio Danusio Semprine, de Furnas, junto a autoridades do setor energético da Namíbia. O representante da Odebrecht Angola, Humberto Rangel, juntou-se ao grupo nas diversas visitas.
2. As entrevistas com o Vice-Ministro de Minas e Energia, Henock ya Kasita (o titular da pasta estava no interior do país), com o Diretor-Geral da Comissão Nacional de Planejamento, Helmut Angula, e com o Presidente da Nampower, Leake Hangala, serviram para reiterar o interesse do consórcio brasileiro em realizar os estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental e, posteriormente, de participar da construção da represa e da usina de Baynes, no rio Cunene, na fronteira angolano-namibiana. O Sr. Vasco Soares fez entrega ao Diretor-Geral da Nampower de carta do presidente da Eletrobrás.
3. A comitiva brasileira ouviu do lado namibiano que o interesse em aproveitar o potencial hidroelétrico do Cunene é já antiga, tendo-se optado definitivamente por tentar levar adiante a construção de Baynes apenas no ano passado (em

De: BRASEMB WINDHOEK Recebido em: 03/02/2006 10:33:00 N.°: 00037
CARAT=Reservado

detrimento de Epupa). Ao assegurar o compromisso namibiano na construção da usina, o Diretor-Geral da Nampower informou que existem ainda importantes aspectos a serem discutidos no nível bilateral, principalmente no que diz respeito a garantias por parte de Angola, uma vez que "o que acontece aqui em baixo depende lá de cima". Outros pontos seriam o "status" que a usina teria após a construção, e como se daria o financiamento da mesma. Nessa altura, o Sr. Vasco Soares fez alusão à experiência brasileira na construção e administração de uma usina binacional do porte de Itaipu.
4. O lado namibiano informou que há a previsão de reunião do "Baynes Committee" antes da reunião agora marcada para fins de fevereiro da Comissão Técnica Permanente Conjunta (CTPC), à qual se reporta. O Comitê, explicaram, se reuniu pela última vez em novembro de 2005, mas antes da entrega da proposta do consórcio brasileiro. Desse modo, tal proposta seria analisada conjuntamente nesses próximos encontros.
5. Hangala deixou transparecer, dirigindo-se ao representante da Odebrecht em Angola, que o lado brasileiro talvez pudesse ajudar a cobrar do governo angolano uma definição sobre qual seria, em Angola, a instituição responsável por tocar o projeto (na Namíbia, ao que tudo indica, seria a NAMPOWER). Nesse ponto, o lado namibiano manifestou preferência por ter como contraparte a Empresa Nacional de Eletricidade (ENE).

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

AAMC

De: BRASEMB WINDHOEK Recebido em: 31/08/2005 13:51:00 N.°: 00259
CARAT=Reservado

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 31/08/2005 (ORMP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DOC
DESCR=XPRO-ENER-NAMI
RTM=ANGBREM
CATEG=MG

//
Energia. Namíbia/Angola.
Projeto hidrelétrico no rio
Cunene.
//

Nr. 00259

RESUMO=
Informa sobre possível construção de hidrelétrica no rio Cunene. Empresa brasileira interessada nos estudos de viabilidade.

O diário "The Namibian" publica hoje, dia 31, matéria intitulada "Government to decide on Kunene hydropower plan", em que trata dos projetos de estudos sobre locais de possível construção de usina hidrelétrica no baixo rio Cunene, na fronteira entre Angola e a Namíbia. Segundo a matéria, o Governo da Namíbia deverá tomar uma decisão sobre os novos estudos, tanto em Epupa quanto em Baynes, uma vez que estudos anteriores causaram considerável controvérsia, especialmente no que diz respeito ao impacto ambiental e social que causaria a construção da barragem.

2. Há duas semanas, reuniu-se em Windhoek, a Comissão Técnica Permanente Conjunta sobre o Rio Cunene (CTPC), na qual o Governo angolano indicou estar pronto a estudar a construção da barragem em Baynes. Segundo a matéria, o Dr. Leake Hangala, diretor da NamPower, afirmou em entrevista que esperava que a Namíbia possa indicar sua posição até o próximo encontro da CTPC, que deverá ocorrer em dezembro. Ressaltou que caberá ao Gabinete ministerial decidir se vale reconsiderar os estudos relativos a Epupa ou se concorda com a nova opção angolana, de investigar a possibilidade de construir a usina em Baynes. Hangala ressaltou que a NamPower se preocupava muito com a questão ecológica, mas que isto não poderia impedir o desenvolvimento do país, afirmando que "a realidade da falta de energia em todo o mundo está nos afetando também" e que sem o desenvolvimento de novas fontes de energia, a economia e o

desenvolvimento da Namíbia estariam comprometidos. Segundo Hangala, a retomada dos estudos das opções de construção de usina hidrelétrica no Cunene têm de ser avaliadas em uma perspectiva diferente dos estudos realizados há oito anos, uma vez que a situação energética na Namíbia modificou-se. Certamente, ressaltou o diretor da NamPower, o aspecto financeiro será diferente, embora os aspectos gerais relacionados com as questões técnicas, ambientais e sociais devam ser mantidos. Hangala salientou que embora o projeto de gás do Kudu seja atualmente a principal opção namibiana para alcançar a auto suficiência energética, a construção de uma usina no Cunene servirá para complementar outras fontes, especialmente nas horas de maior demanda energética.

3. A usina de Baynes deverá produzir cerca de 260 megawatts, localizando-se a 40 quilômetros a jusante das quedas de Epupa. O projeto em Epupa teria sido descartado porque não só eliminaria as quedas, mas também inundaria uma área de 380 km2 quando o reservatório estivesse cheio, provocando a retirada de milhares de pessoas e afetando sítios culturais dos Himbas. Estudos preliminares sobre a construção em Baynes, teriam demonstrado que o impacto ambiental seria menor porque a usina estaria situada em um desfiladeiro mais estreito, o que causaria uma área inundada menor.

4. Cabe o registro que a construtora brasileira Odebrecht (em consórcio com Furnas e Engevix) propôs realizar estudos de viabilidade para a construção da usina em Baynes, sem custos iniciais para as partes, que seriam ressarcidos por ocasião da construção da represa. O representante da Odebrecht em Angola, Dr. Humberto Rangel, já manteve conversações em Windhoek com os Ministros de Energia e de Planejamento, bem como com o Diretor da NamPower, Dr. Hangala. (vide tels. 80 e 197).

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

ML

De: BRASEMB WINDHOEK Recebido em: 16/10/2006 09:50:58 N.°: 00303
CARAT=Reservado

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 16/10/2006 (ORMP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DPB/DOC
DESCR=ENER-NAMI-ANGO
RTM=ANGBREM
REF/ADIT=TEL 270, TEL 282
CATEG=MG

//
Energia. Namíbia-Angola.
Hidrelétrica de Baynes.
//

Nr. 00303

RESUMO=
Informa sobre definição angolana em aceitar os termos da proposta do consórcio brasileiro para o estudo de viabilidade da hidrelétrica de Baynes.

O representante da Odebrecht em Angola, Dr. Humberto Rangel, informou-me que se reuniu na última sexta-feira, dia 13, com o representante de Angola na Comissão Técnica Permanente do Cunene (CTPC), Engenheiro Armindo Gomes da Silva, que lhe confirmou ter a parte angolana aceitado os termos da proposta do consórcio brasileiro. Gomes da Silva disse-lhe também que estava fazendo contato com a parte namibiana de forma a programar a próxima reunião da CTPC, que ele esperava viesse a ocorrer no final deste mês ou no princípio de novembro. Nesta reunião, a CTPC deverá aprovar minuta da carta a ser encaminhada ao consórcio brasileiro, juntamente com os termos de referência e a documentação existente, o que possibilitará entrar na fase final de negociação do contrato do estudo de viabilidade de Baynes.

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

ML